

	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
		Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	

## SUMÁRIO

8.3	Meio Sócio Econômico .....	1143
8.3.1	Caracterização Demográfica .....	1146
8.3.1.1	Área de estudo para determinação da área de influência socioeconômica indireta (AEII).....	1146
8.3.1.1.1	Ocupação de território.....	1148
8.3.1.1.2	Quantitativo populacional e taxa de crescimento.....	1154
8.3.1.1.3	Distribuição da população rural e urbana .....	1156
8.3.1.1.4	Padrões de migração existentes.....	1157
8.3.1.1.5	Nível de renda, população economicamente ativa e ocupada, grau de informalidade e desemprego.....	1163
8.3.1.1.6	Escolaridade.....	1168
8.3.1.1.7	Índice de criminalidade.....	1178
8.3.1.1.8	Indicadores sociais.....	1180
8.3.1.2	Área de estudo para determinação da área de influência socioeconômica direta (AEID).....	1187
8.3.1.2.1	Ocupação do território.....	1187
8.3.1.2.2	Quantitativo populacional e taxa de crescimento.....	1194
8.3.1.2.3	Distribuição da população rural e urbana .....	1195
8.3.1.2.4	Padrões de migração existentes.....	1196
8.3.1.2.5	Níveis de renda .....	1198
8.3.1.2.6	Escolaridade.....	1202
8.3.1.2.7	Índice de criminalidade.....	1206
8.3.1.2.8	Ocorrência de doenças com maior incidência e prevalência na população da AEID	1208
8.3.1.2.9	Indicadores sociais.....	1211
8.3.1.2.10	População na zona de interesse portuário.....	1216
8.3.2	Infraestrutura, Equipamentos Urbanos e Serviços Públicos.....	1234
8.3.2.1	Área de estudo para determinação da área de influência indireta .....	1235
8.3.2.1.1	Saúde .....	1235
8.3.2.1.2	Educação.....	1239
8.3.2.1.3	Segurança pública.....	1242
8.3.2.1.4	Transporte .....	1243



Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
Nº PLANAVE	REV. PLANAVE	
RL-B00-H01-1001	0	

8.3.2.1.5	Vias urbanas.....	1244
8.3.2.1.6	Energia elétrica .....	1244
8.3.2.1.7	Comunicação .....	1247
8.3.2.1.8	Abastecimento de água.....	1249
8.3.2.1.9	Coleta e tratamento de esgoto .....	1250
8.3.2.1.10	Coleta e disposição do lixo.....	1252
8.3.2.1.11	Habitação .....	1254
8.3.2.2	Área de estudo para determinação da área de influência direta .....	1256
8.3.2.2.1	Saúde .....	1256
8.3.2.2.2	Educação.....	1263
8.3.2.2.3	Segurança pública.....	1264
8.3.2.2.4	Transporte .....	1265
8.3.2.2.5	Vias urbanas.....	1267
8.3.2.2.6	Energia elétrica .....	1270
8.3.2.2.7	Comunicação .....	1272
8.3.2.2.8	Abastecimento de água.....	1274
8.3.2.2.9	Coleta e tratamento de esgoto .....	1275
8.3.2.2.10	Coleta e disposição do lixo.....	1276
8.3.2.2.11	Habitação .....	1278
8.3.3	Fluxos e Redes de Transporte .....	1281
8.3.3.1	Rede de transporte terrestre .....	1281
8.3.3.1.1	Sistema rodoviário.....	1281
8.3.3.1.2	Sistema ferroviário .....	1282
8.3.3.1.3	Acesso ao complexo náutico e píeres. ....	1283
8.3.3.2	Sistema aquaviário .....	1286
8.3.4	Caracterização Econômica .....	1288
8.3.4.1	Área de estudo para determinação da área de influência indireta .....	1288
8.3.4.1.1	Produção .....	1288
8.3.4.1.2	Grau de informalidade.....	1297
8.3.4.1.3	Vetores de crescimento regional.....	1299
8.3.4.1.4	Economia de subsistência.....	1300
8.3.4.1.5	Turismo.....	1304
8.3.4.1.6	Extratativismo .....	1304
8.3.4.2	Área de estudo para determinação da área de influência direta .....	1306
8.3.4.2.1	Economia de subsistência.....	1315
8.3.4.2.2	Turismo.....	1316



 Estudos e Projetos de Engenharia	 ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
		Nº PLANAVE	REV. PLANAVE	
		RL-B00-H01-1001	0	

8.3.5	Mão de Obra.....	1316
8.3.5.1	Mão de obra na AEII.....	1316
8.3.5.2	Mão de obra na AEID .....	1331
8.3.5.2.1	Previsão de origem .....	1335
8.3.5.2.2	Disponibilidade de profissionais na região.....	1335
8.3.5.2.3	Estrutura municipal para capacitação .....	1336
8.3.6	Turismo.....	1337
8.3.6.1	Área de estudo de determinação de área de influência indireta.....	1338
8.3.6.1.1	Turismo náutico .....	1342
8.3.6.1.2	Marinas na AEII.....	1344
8.3.6.2	Área de estudo para determinação da área de influência direta .....	1347
8.3.6.2.1	Importância do turismo para economia do município de Paranaguá....	1347
8.3.6.2.2	Principais pontos de atividades turísticas em Paranaguá .....	1352
8.3.6.2.3	Marinas AEID - Paranaguá .....	1364
8.3.6.2.4	Caracterização das atividades e dos trabalhadores do turismo em Paranaguá	1365
8.3.6.2.5	Pesquisa qualificada com atores sociais vinculados ao turismo .....	1369
8.3.7	Atividade Pesqueira.....	1369
8.3.7.1	Características da atividade pesqueira nos municípios da AEII .....	1371
8.3.7.2	A pesca profissional artesanal na área de estudo para determinação da área de influência direta .....	1375
8.3.7.2.1	Metodologia aplicada à pesquisa em comunidades pesqueiras.....	1377
8.3.7.2.2	Identificação das principais áreas de pesca e mariscagem e rotas utilizadas para acesso às mesmas .....	1378
8.3.7.2.3	Avaliação de sobreposição de áreas marinhas .....	1382
8.3.7.2.4	Número total de pescadores que utilizam como rota a AEID e ADA....	1383
8.3.7.2.5	Renda mensal dos pescadores artesanais na AEID .....	1386
8.3.7.2.6	Caracterização da infraestrutura de apoio à pesca artesanal na AEID	1386
8.3.7.2.7	Principais manifestações culturais .....	1389
8.3.7.2.8	Políticas públicas sociais efetivas ou parcialmente acessadas pela comunidade .....	1390
8.3.7.2.9	Relações de propriedade dos meios de produção, formas de partilha, e divisão do trabalho .....	1406
8.3.7.2.10	Estruturação das formas de comercialização (direta e/ou atravessador) e canais de distribuição da produção.....	1406
8.3.7.2.11	Políticas públicas sociais acessadas pelas comunidades de pescadores artesanais na AEID.....	1407





		Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
		Nº PLANAVE	REV. PLANAVE	
		RL-B00-H01-1001	- 0	

8.3.7.2.12	Principais conflitos e formas de cooperação entre pescadores artesanais na AEID 1407	
8.3.7.2.13	Condições de vida e trabalho nas comunidades de pescadores artesanais da AEID.....	1410
8.3.7.2.14	Entidades representativas de pescadores .....	1418
8.3.8	Uso e Ocupação do Solo .....	1420
8.3.8.1	Zoneamento municipal .....	1420
8.3.8.2	Propriedades privadas e públicas na ADA.....	1423
8.3.8.3	Áreas de reserva legal na ADA .....	1423
8.3.9	Arranjos Institucionais .....	1423
8.3.9.1	Caracterização da sociedade civil do litoral do Paraná .....	1424
8.3.9.2	As organizações da sociedade civil de Paranaguá.....	1430
8.3.9.3	Forma de organização da sociedade civil de Paranaguá .....	1437
8.3.9.3.1	Associação de moradores da Ilha de Valadares .....	1437
8.3.9.3.2	Associação de moradores da Vila Guarani.....	1438
8.3.9.3.3	Associação de moradores dos bairros: Serraria do Rocha, Jardim Santa Rosa e Vila Rute.....	1438
8.3.9.3.4	Associação de moradores do bairro Porto dos Padres .....	1439
8.3.9.3.5	Associação de moradores da Vila padre Jackson .....	1439
8.3.9.3.6	Associação de moradores do bairro do Rocio .....	1440
8.3.9.3.7	Associação de moradores da Vila Alboit.....	1440
8.3.9.3.8	Associação de moradores do bairro Beira Rio.....	1441
8.3.10	Comunidades Tradicionais .....	1443
8.3.10.1	Comunidades remanescentes de quilombolas .....	1446
8.3.10.1.1	CRQ Rio Verde .....	1448
8.3.10.1.2	CRQ Batuva .....	1448
8.3.10.2	Comunidades indígenas na área do empreendimento .....	1450
8.3.10.3	Outras comunidades tradicionais .....	1453
8.3.11	Patrimônio Histórico, Cultural e Arqueológico.....	1454
8.3.11.1	Patrimônio material.....	1455
8.3.11.1.1	Centro histórico de Paranaguá .....	1456
8.3.11.1.2	Igreja de São Francisco das Chagas e a Igreja de São Benedito .....	1456
8.3.11.1.3	Colégio dos Jesuítas .....	1458
8.3.11.1.4	Fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres .....	1458
8.3.11.1.5	Estação ferroviária .....	1459
8.3.11.1.6	Ilha do mel.....	1460
8.3.11.2	Patrimônio imaterial.....	1461

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	

8.3.11.2.1	Fandango caiçara.....	1461
8.3.11.2.2	Língua guarani Mbya.....	1464
8.3.11.2.3	TAVA lugar de referência para o povo guarani.....	1466
8.3.11.2.4	Festa tradicionais .....	1467
8.3.11.2.5	Festa da tainha.....	1468

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	

## LISTA DE TABELAS

Tabela 8.3.1 – Percentual da população residente na AEII por município nos últimos 46 anos, entre 1970 e 2016. ....	1148
Tabela 8.3.2 – Ano de instalação dos municípios da AEII.....	1148
Tabela 8.3.3 – Taxa de crescimento anual da população da AEII nos últimos 46 anos, entre 1970 e 2016.....	1155
Tabela 8.3.4 - Fluxos de pessoas para AEII e Paranaguá - agregado (1992 – 2012) .....	1160
Tabela 8.3.5 - Principais polos emissores para o Litoral do Paraná – agregado (1992 – 2012) .....	1160
Tabela 8.3.6 – Deslocamentos para estudo e trabalho nos municípios da AEII (2010).....	1162
Tabela 8.3.7 - Taxa de analfabetismo nos municípios da AEII (2010) .....	1173
Tabela 8.3.8 - Expectativa de anos de estudo para os municípios da AEII (1991 – 2010)....	1174
Tabela 8.3.9 - Defasagem de anos de estudo nos municípios da AEII (2010) .....	1175
Tabela 8.3.10 – Taxa de abandono escolar na rede estadual da AEII em 2015 (%).....	1177
Tabela 8.3.11 – Taxa de abandono escolar na rede municipal da AEII em 2015 (%) .....	1177
Tabela 8.3.12 – Quantidade de crimes com morte nos municípios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta (2014-2015).....	1180
Tabela 8.3.13 - Deslocamentos para trabalho fora do município de Paranaguá por atividade profissional (2010).....	1197
Tabela 8.3.14 - Deslocamentos para estudo fora do município de Paranaguá por cursos frequentados (2010).....	1197
Tabela 8.3.15 – Taxa de abandono escolar nas redes estadual e municipal da AEID, em 2014 e 2015 (%).....	1206
Tabela 8.3.16 – Taxa de criminalidade por 100 mil habitantes nos municípios da AEII (2014-2015) .....	1207
Tabela 8.3.17 – Número de internações por causas em Paranaguá (2015-2016).....	1209
Tabela 8.3.18 - Tamanho da amostra por bairro da ZIP.....	1218
Tabela 8.3.19 - Perfil da amostra pesquisada por sexo, idade, escolaridade, ocupação e renda mensal domiciliar .....	1222
Tabela 8.3.20 - Condição de vida e moradia da população pesquisada .....	1223
Tabela 8.3.21 - Vínculo da população da amostra pesquisada com o município .....	1225
Tabela 8.3.22 - Condições de saneamento de acordo com a população pesquisada .....	1226
Tabela 8.3.23 - Avaliação das políticas públicas por moradores da ZIP.....	1227
Tabela 8.3.24 - Percepção social sobre a ampliação do Porto de Paranaguá.....	1229
Tabela 8.3.25. Conhecimento e opinião sobre a ampliação do empreendimento segundo os bairros da ZIP .....	1230
Tabela 8.3.26 - Percepção social sobre a ampliação do Porto de Paranaguá (ampliação acarreta em transtornos por ampliação gera empregos).....	1232
Tabela 8.3.27 - Percepção social sobre a ampliação do Porto de Paranaguá (escolaridade por ampliação gera empregos).....	1233
Tabela 8.3.28 – Estabelecimentos de saúde nos municípios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta (2015).....	1236



 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	

Tabela 8.3.29 – Quantidade de leitos hospitalares nos municípios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta (2015).....	1237
Tabela 8.3.30 – Leitos por mil habitantes nos municípios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta (2015).....	1237
Tabela 8.3.31 – Estabelecimentos de ensino nos municípios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta (2015).....	1239
Tabela 8.3.32 – Estabelecimentos de ensino por esfera administrativa na Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta (2015).....	1241
Tabela 8.3.33 – Número de docentes por esfera administrativa nos municípios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta (2015).....	1241
Tabela 8.3.34 – Relação docentes/estabelecimento nos municípios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta (2015).....	1242
Tabela 8.3.35 - Organização de Segurança Pública na Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta com exceção de Paranaguá.....	1243
Tabela 8.3.36 – Quantidade de consumidores de energia elétrica por ramo de atividade nos municípios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta (2015).....	1245
Tabela 8.3.37 – Acesso à energia elétrica em domicílios particulares permanentes da AEII (2010).....	1246
Tabela 8.3.38 – Estabelecimentos de comunicação nos municípios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta (2015).....	1248
Tabela 8.3.39 - Existência de bens duráveis de comunicação em relação aos domicílios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta (2010).....	1248
Tabela 8.3.40 – Tipo de tratamento de água nos municípios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta (2008).....	1249
Tabela 8.3.41 – Volume de água tratada distribuída por dia nos municípios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta (2008) (m³).....	1249
Tabela 8.3.42 – Quantidade de economias ativas abastecidas nos municípios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta (2008).....	1250
Tabela 8.3.43 - Tipo de saneamento por domicílio nos municípios da AEII (2010).....	1251
Tabela 8.3.44 – Quantidade de ligações ativas de esgoto nos municípios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta (2014).....	1251
Tabela 8.3.45 - Existência de esgoto a céu aberto nos domicílios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta (2010).....	1252
Tabela 8.3.46 - Natureza do serviço de coleta de resíduos sólidos nos municípios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta (2008).....	1253
Tabela 8.3.47 – Quantidade de domicílios urbanos e rurais nos municípios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta (2010).....	1255
Tabela 8.3.48 – Estabelecimentos de saúde no município de Paranaguá (2015).....	1257
Tabela 8.3.49 – Causas de morbidade hospitalar no município de Paranaguá (2013-2015)	1261
Tabela 8.3.50 – Estabelecimentos de ensino, docentes e docentes/estabelecimento por esfera administrativa em Paranaguá (2015).....	1264
Tabela 8.3.51 – Ocorrências criminais em Paranaguá (2014 e 2015).....	1264
Tabela 8.3.52 - Distância de Paranaguá aos principais polos do estado do Paraná.....	1266
Tabela 8.3.53 – Distância de Paranaguá as capitais mais próximas e principais rodovias de acesso.....	1266
Tabela 8.3.54 - Frotas em Paranaguá segundo os tipos de veículos em 2015.....	1266
Tabela 8.3.55 - Quantidade de consumidores de energia elétrica por ramo de atividade no município de Paranaguá (2015).....	1270
Tabela 8.3.56 - Energia elétrica em domicílios particulares permanentes (2010) em Paranaguá.....	1272



 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	

Tabela 8.3.57 - Estações de Tratamento de água em Paranaguá, local de captação, localização da ETA e volume Litros/segundo. ....	1274
Tabela 8.3.58 – Localidades e moradores atendidos por Estação de Tratamento de Esgoto - ETE.....	1276
Tabela 8.3.59 - Natureza do serviço de coleta de resíduos sólidos no município de Paranaguá (2008) .....	1278
Tabela 8.3.60 - Destino do lixo no município de Paranaguá (2010).....	1278
Tabela 8.3.61 – Porcentagem da população em domicílios particulares permanentes com serviços públicos em Paranaguá entre os anos de 1991 e 2010 .....	1279
Tabela 8.3.62 - Vagas para estacionamentos de veículos automotores terrestres no complexo náutico .....	1284
Tabela 8.3.63 – Valor Adicionado Bruto dos municípios Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta (2000-2013).....	1288
Tabela 8.3.64 – Distribuição do Valor Adicionado Bruto segundo ramo de atividade dos municípios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta (2000-2013) .....	1289
Tabela 8.3.65 – Composição do Produto Interno Bruto dos municípios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta - em R\$ 1.000,00 (2000-2013).....	1293
Tabela 8.3.66 – Relação entre VAB e Impostos para composição do PIB nos municípios da AEII (2000-2013) .....	1294
Tabela 8.3.67 – Número de estabelecimentos econômicos por ramo de atividade nos municípios da AEII (2015).....	1294
Tabela 8.3.68 – Número de empregos econômicos por ramo de atividade nos municípios da AEII (2015) .....	1296
Tabela 8.3.69 – População, população em idade ativa e número de empregos formais nos municípios da AEII (2010) .....	1297
Tabela 8.3.70 – Quantidade e distribuição de empregos na indústria de transformação e intensidade tecnológica na AEII (2016) .....	1298
Tabela 8.3.71 – Situação das casas de farinha, quanto ao seu funcionamento no ano de 2011 .....	1302
Tabela 8.3.72 – Municípios maiores produtores de palmito no Estado do Paraná (2014).....	1305
Tabela 8.3.73 – Municípios mais produtivos na extração de palmito no Estado do Paraná (2014) .....	1306
Tabela 8.3.74 - Valor Adicionado Bruto, segundo ramo de atividade, na Área de Estudo para determinação da Área de Influência Direta (2000-2010-2013).....	1306
Tabela 8.3.75 – Participação relativa do VAB dos municípios da AEII no VAB regional (2000-2013) .....	1307
Tabela 8.3.76 – Número de estabelecimentos econômicos e empregos segundo atividade econômica em Paranaguá (2015).....	1308
Tabela 8.3.77 – Distribuição percentual do número de estabelecimentos e empregos no setor industrial em Paranaguá (2015).....	1309
Tabela 8.3.78 – Distribuição percentual do número de estabelecimentos e empregos no setor de serviços em Paranaguá (2015) .....	1310
Tabela 8.3.79 – Quantidade e distribuição de empregos na indústria de transformação e intensidade tecnológica na AEID (2016).....	1311
Tabela 8.3.80 – Valor do rendimento médio mensal do trabalho principal das pessoas ocupadas por posição na ocupação em Paranaguá (2010) .....	1313
Tabela 8.3.81 – Composição das receitas tributárias de Paranaguá (2013).....	1315
Tabela 8.3.82 - População em idade ativa (PIA), economicamente ativa (PEA) e ocupada, por situação de domicílio e sexo – Morretes 2010.....	1317



 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	

Tabela 8.3.83 - População ocupada segundo as atividades econômicas - Morretes 2010 ...	1318
Tabela 8.3.84 - Número de estabelecimentos e empregos, segundo as atividades econômicas – Morretes 2015 .....	1319
Tabela 8.3.85- População em idade ativa (PIA), economicamente ativa (PEA) e ocupada, por situação de domicílio e sexo – Guaratuba 2010 .....	1320
Tabela 8.3.86 - População ocupada segundo as atividades econômicas - Guaratuba 2010	1320
Tabela 8.3.87 - Número de estabelecimentos e empregos segundo as atividades econômicas – Guaratuba 2015.....	1321
Tabela 8.3.88 - População em idade ativa (PIA), economicamente ativa (PEA) e ocupada, por situação de domicílio e sexo - Matinhos 2010 .....	1322
Tabela 8.3.89 - População ocupada segundo as atividades econômicas – Matinhos 2010 ..	1322
Tabela 8.3.90 - Número de estabelecimentos e empregos, segundo as atividades econômicas - Matinhos 2015.....	1323
Tabela 8.3.91 - População em idade ativa (PIA), economicamente ativa (PEA) e ocupada, por situação de domicílio e sexo – Pontal do Paraná 2010 .....	1324
Tabela 8.3.92 - População ocupada, segundo as atividades econômicas – Pontal do Paraná 2010.....	1325
Tabela 8.3.93 - Número de estabelecimentos e empregos, segundo as atividades econômicas - Pontal do Paraná 2015.....	1325
Tabela 8.3.94 - População em idade ativa (PIA), economicamente ativa (PEA) e ocupada, por situação de domicílio e sexo – Antonina 2010 .....	1326
Tabela 8.3.95 - População ocupada, segundo as atividades econômicas – Antonina 2010 .	1327
Tabela 8.3.96 - Número de estabelecimentos e empregos segundo as atividades econômicas - Antonina 2015 .....	1328
Tabela 8.3.97 - População em idade ativa (PIA), economicamente ativa (PEA) e ocupada, por situação de domicílio e sexo - Guaraqueçaba 2010 .....	1329
Tabela 8.3.98 - População ocupada, segundo as atividades econômicas – Guaraqueçaba 2010 .....	1329
Tabela 8.3.99 - Número de estabelecimentos e empregos, segundo as atividades econômicas - Guaraqueçaba 2015.....	1330
Tabela 8.3.100 – Pessoas ocupadas, por atividades econômicas, em Paranaguá em 2010.	1331
Tabela 8.3.101 – Distribuição percentual da demanda por mão-de-obra segundo função e escolaridade na fase de instalação .....	1334
Tabela 8.3.102 – Distribuição percentual dos empregos, segundo escolaridade, em Paranaguá (2015) .....	1335
Tabela 8.3.103 – Estabelecimentos de capacitação em Paranaguá (2016) .....	1336
Tabela 8.3.104 – Médias e Ranking das regiões turísticas por área pesquisada, Paraná - 2012. ....	1339
Tabela 8.3.105 – Nível de qualificação do desenvolvimento do Turismo por município – Região Turística Litoral Paranaense em 2012 .....	1340
Tabela 8.3.106 - Nível de qualificação do desenvolvimento do Turismo por município - Região Turística Litoral Paranaense em 2016. ....	1341
Tabela 8.3.107 - Atividade Característica do Turismo.....	1348
Tabela 8.3.108 - Lista das embarcações da Cooperativa dos Transportadores Náuticos Autônomos da Ilha do Mel por capacidade (2016) .....	1361
Tabela 8.3.109 - Lista das embarcações da Associação dos Proprietários de Barcos de Turismo e Transporte do Estado do Paraná por capacidade (2016).....	1362
Tabela 8.3.110 - Percepção dos agentes de turismo referente à ampliação do Porto de Paranaguá.....	1369





 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	

Tabela 8.3.111 – Produção de pescado no Brasil e no Paraná, em 2011, a partir da pesca extrativista e da aquicultura.....	1370
Tabela 8.3.112 – Quantidade de pescadores profissionais ativos no Registro Geral da Atividade Pesqueira .....	1372
Tabela 8.3.113 – Pescadores profissionais artesanais que receberam o seguro-defeso em fevereiro de 2016 nos municípios da AEII .....	1372
Tabela 8.3.114 – Localidades identificadas no Censo Estrutural da Pesca - 2005.....	1373
Tabela 8.3.115 – Estruturas de suporte à pesca nos municípios da AEII conforme censo estrutural da pesca – 2005.....	1373
Tabela 8.3.116 – Classificação das embarcações de pesca quanto a propulsão nos municípios da AEII de acordo com o censo estrutural da pesca – 2005. ....	1374
Tabela 8.3.117 – Informações coletadas pelo Programa de Monitoramento da Atividade Pesqueira - PMAP .....	1376
Tabela 8.3.118 - Tamanho da amostra por população de pescadores (2016).....	1377
Tabela 8.3.119 - Perfil sócio ocupacional dos pescadores do município de Paranaguá .....	1384
Tabela 8.3.120 - Cruzamento entre as variáveis “regime de trabalho” e “coleta de mariscos ou crustáceos” .....	1385
Tabela 8.3.121 – Calendário das principais manifestações culturais .....	1389
Tabela 8.3.122 - Percepção dos pescadores referente a ampliação do Porto de Paranaguá.....	1408
Tabela 8.3.123 - Percepção dos pescadores sobre rota marítima por região.....	1409
Tabela 8.3.124 - Percepção dos pescadores sobre prejuízo à pesca por região .....	1410
Tabela 8.3.125 - Variáveis sobre as condições de trabalho dos pescadores de Paranaguá. ....	1411
Tabela 8.3.126 - Perfil dos familiares dos pescadores do município de Paranaguá.....	1412
Tabela 8.3.127 - Condição de moradia dos pescadores .....	1414
Tabela 8.3.128 - Condição de saneamento básico.....	1415
Tabela 8.3.129 - Percepção dos pescadores referente ao turismo.....	1416
Tabela 8.3.130 - Lista das organizações de pescadores do litoral do Paraná (2013).....	1419
Tabela 8.3.131 - Número de organizações não governamentais (ONG's) no litoral do Paraná em números absolutos e relativos à população municipal total em 2013.....	1425
Tabela 8.3.132 - Número de ONG's por natureza jurídica - litoral do Paraná (2013) .....	1426
Tabela 8.3.133 - Atividades desenvolvidas pelas organizações não governamentais do litoral do Paraná (2013).....	1427
Tabela 8.3.134 - Índices das organizações religiosas e associativas do litoral do Paraná (2013) .....	1427
Tabela 8.3.135 - Organizações não governamentais por vínculos CLT ativos no Litoral do Paraná (2013).....	1429
Tabela 8.3.136 - Lista de organizações não governamentais em Paranaguá – Associações (2013) .....	1431
Tabela 8.3.137 - Lista de associações de classe – Paranaguá – 2013.....	1434
Tabela 8.3.138 - Lista de clubes de serviços – Paranaguá – 2013 .....	1436
Tabela 8.3.139 - Lista de sindicatos - Paranaguá – 2013 .....	1436



 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	

## LISTA DE FIGURAS

Figura 8.3.1 – Faixas de desenvolvimento humano .....	1185
Figura 8.3.2 – Áreas residenciais remanescentes na Zona de Interesse Portuário – ZIP .....	1217
Figura 8.3.3 – Aspecto de logradouro em bairro localizado na Zona de Interesse Portuário.	1220
Figura 8.3.4 – Armazém privado localizado na Zona de Interesse Portuário em Paranaguá.	1220
Figura 8.3.5 – Aspecto de área com problemas de drenagem e esgotamento sanitário em aglomerado subnormal da Vila Santa Maria. ....	1221
Figura 8.3.6 – Avenida Bento Rocha .....	1268
Figura 8.3.7 – Rua nas proximidades ao Porto.....	1268
Figura 8.3.8 – Via no Centro Histórico .....	1269
Figura 8.3.9 – Fluxo interno Complexo Náutico.....	1285
Figura 8.3.10 – Fluxo interno Píeres .....	1286
Figura 8.3.11 - Trapiche da comunidade Encantadas (Ilha do Mel).....	1353
Figura 8.3.12 - Embarcações na comunidade Encantadas (Ilha do Mel).....	1354
Figura 8.3.13 - Organização social e sinalização na comunidade Encantadas (Ilha do Mel)	1354
Figura 8.3.14 - Comunidade Encantadas (Ilha do Mel) .....	1355
Figura 8.3.15 - Praia de Encantadas (Ilha do Mel) .....	1356
Figura 8.3.16 - Comércio na comunidade Encantadas (Ilha do Mel).....	1356
Figura 8.3.17- Atracadouros na margem do rio Itiberê. ....	1357
Figura 8.3.18 – Mercado do Café – Centro Histórico de Paranaguá.....	1358
Figura 8.3.19- Museu de Arqueologia e Etnologia – MAE em Paranaguá .....	1359
Figura 8.3.20- Aquário de Paranaguá.....	1360
Figura 8.3.21 - Vista do porto e da baía de Paranaguá a partir de comunidade de pescadores na baía de Paranaguá.....	1381
Figura 8.3.22 - Aspecto de edificação residencial em comunidade pesqueira na Baía de Paranaguá. ....	1381
Figura 8.3.23 - Aspecto da comunidade pesqueira denominada Eufrasina na Baía de Paranaguá.....	1382
Figura 8.3.24 – Distância entre o empreendimento e as comunidades quilombolas e terras indígenas no entorno do empreendimento .....	1444
Figura 8.3.25 – Distância entre o empreendimento e as terra indígenas nas proximidades do empreendimento.....	1445
Figura 8.3.26 – Localização das comunidades remanescentes quilombolas no município de Guaraqueçaba.....	1447
Figura 8.3.27 - Professor Ilton Gonçalves, liderança comunitária na CRQ Batuva, em plantação. ....	1450
Figura 8.3.28 – Atracadouro de embarcações na margem do rio Itiberê – Paranaguá.....	1455
Figura 8.3.29 - Igreja de São Benedito .....	1457
Figura 8.3.30- Igreja de São Francisco das Chagas.....	1457
Figura 8.3.31- Antigo Colégio Jesuíta – atual Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE). ....	1458
Figura 8.3.32 – Fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres.....	1459
Figura 8.3.33 - Estação Ferroviária de Paranaguá .....	1460







 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	

Figura 8.3.34 – Atelier de restauração e construção de instrumentos musicais e adereços para o Fandango Caiçara na Ilha dos Valadares ..... 1462

Figura 8.3.35 – Altar com Bandeira do Divino em capela na Ilha dos Valadares ..... 1464

Figura 8.3.36 - Igreja Nossa Senhora do Rocio ..... 1467

		Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
		Nº PLANAVE	REV. PLANAVE	
		RL-B00-H01-1001	-	
			0	

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 8.3.1- Crescimento da população residente na AEII nos últimos 46 anos, entre 1970 e 2016.....	1156
Gráfico 8.3.2 – Proporção da população municipal residente em áreas rurais entre 1980 e 2010 nos municípios que compõem a AEII com exceção de Paranaguá.....	1157
Gráfico 8.3.3 - Renda média domiciliar per capita dos municípios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta (2000-2010).....	1164
Gráfico 8.3.4 - PIB per capita dos municípios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta (2000-2013) .....	1164
Gráfico 8.3.5 – População Economicamente Ativa (PEA) em relação à população total em cada município da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta (2000-2010) .....	1166
Gráfico 8.3.6 - População efetivamente ocupada em relação à população total dos municípios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta (2000-2010) .....	1166
Gráfico 8.3.7 - Taxa de ocupação nos municípios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta (2000-2010).....	1167
Gráfico 8.3.8 - Percentual da população com 18 anos ou mais de idade com ensino fundamental completo nos municípios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta (2010).....	1169
Gráfico 8.3.9 - Percentual da população de 5 a 6 anos de idade frequentando a escola nos municípios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta (2010) .....	1170
Gráfico 8.3.10 - Porcentagem da população de 11 a 13 anos de idade frequentando os anos finais do ensino fundamental nos municípios da Área de Estudo para Determinação da Área de Influência Indireta (2010).....	1171
Gráfico 8.3.11 - Porcentagem da população de 15 a 17 anos de idade com ensino fundamental completo nos municípios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta (2010) .....	1172
Gráfico 8.3.12 - Porcentagem da população de 18 a 20 anos de idade com ensino médio completo nos municípios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta (2010) .....	1173
Gráfico 8.3.13 - Número de crimes cometidos por tipo de crime nos municípios da AEII (2014-2015) .....	1179
Gráfico 8.3.14 - Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta à exceção de Paranaguá (2000-2013) .....	1182
Gráfico 8.3.15 - Produto Interno Bruto (PIB) do município de Paranaguá (2000-2013).....	1182
Gráfico 8.3.16 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) dos municípios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta (1991-2010) .....	1185
Gráfico 8.3.17 - Crescimento da população residente em Paranaguá, nos últimos 45 anos, entre 1970 e 2016 .....	1194
Gráfico 8.3.18 - Distribuição da população rural e urbana no município de Paranaguá entre 1980 e 2010.....	1195
Gráfico 8.3.19 - PIB per capita do município de Paranaguá (2000-2013).....	1198



 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	

Gráfico 8.3.20 - População Economicamente Ativa em relação a população total do município de Paranaguá (2000-2010) .....	1200
Gráfico 8.3.21 – Taxa de ocupação do município de Paranaguá (2000-2010) .....	1201
Gráfico 8.3.22 – Níveis de escolaridade por faixa etária em Paranaguá (2010) .....	1203
Gráfico 8.3.23 - Taxa de analfabetismo em pessoas com mais de 15 anos de idade nos municípios da AEII (1991-2010).....	1205
Gráfico 8.3.24 - Quantidade de homicídios dolosos por mês de ocorrência durante o ano de 2014 em Paranaguá. ....	1208
Gráfico 8.3.25 - Taxa de incidência e de mortalidade por HIV/AIDS em Paranaguá e no estado do Paraná (2013) .....	1210
Gráfico 8.3.26 - Taxa de incidência de dengue (2015-2016).....	1211
Gráfico 8.3.27 - Taxa de incidência de zika vírus e chikungunya (2015-2016) .....	1211
Gráfico 8.3.28 – Índice de desenvolvimento Humano Municipal dos municípios com as melhores e piores posições nos <i>rankings nacional e paranaense em comparação ao município de Paranaguá (2010)</i> . ....	1212
Gráfico 8.3.29 – Produto Interno Bruto per capita, a prelos correntes, dos municípios que registravam os mais altos e mais baixos IDH-M nacional e paranaense (2010). ....	1213
Gráfico 8.3.30 - Índice de GINI da renda domiciliar per capita dos municípios paranaenses em 2010.....	1215
Gráfico 8.3.31 - Índice de Gini dos municípios da AEII comparados à Paranaguá (1991-2010) .....	1216
Gráfico 8.3.32 - Percentual válido dos moradores da ZIP que possuem familiares na região .....	1225
Gráfico 8.3.33. Percentual válido observados nas respostas dos entrevistados sobre o conhecimento da ampliação do Porto .....	1229
Gráfico 8.3.34 - Principais prejuízos que a ampliação do Porto pode causar segundo os entrevistados .....	1231
Gráfico 8.3.35 - Número de internações nas hospitalizações pelo SUS nos municípios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta (2013-2015) .....	1238
Gráfico 8.3.36 – Número de matrículas no Ensino Superior por modalidade na AEII (2015) .....	1240
Gráfico 8.3.37 - Distribuição do consumo de energia elétrica por ramo da atividade econômica nos municípios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta (2015) .....	1246
Gráfico 8.3.38 - Taxas de cobertura dos serviços de coleta nos municípios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta (2011-2014) (%).....	1254
Gráfico 8.3.39 - Distribuição dos domicílios de acordo com a situação nos municípios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta, em 2010.....	1255
Gráfico 8.3.40 - Unidades do Programa MCMV entregues nos municípios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta com exceção de Guaraqueçaba e Antonina (2010-2014) .....	1256
Gráfico 8.3.41 – Quantidade de leitos hospitalares no município de Paranaguá (2015) .....	1258
Gráfico 8.3.42 - Número de leitos por mil habitantes no município de Paranaguá .....	1259
Gráfico 8.3.43 – Quantidade de ocupações por nível superior relacionadas à área da Saúde em Paranaguá (2016) .....	1259
Gráfico 8.3.44 - Taxa de mortalidade nas hospitalizações pelo SUS nos municípios da AEII (2013-2015).....	1260
Gráfico 8.3.45 - Municípios com maior taxa de incidência HIV/AIDS a cada 100 mil habitantes no Paraná entre 2000 e 2014.....	1262
Gráfico 8.3.46 – Estabelecimentos de ensino no município de Paranaguá (2015).....	1263



 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	

Gráfico 8.3.47 - Distribuição do consumo de energia elétrica por ramo da atividade econômica no município de Paranaguá (2015).....	1271
Gráfico 8.3.48 - Estabelecimentos de comunicação no município da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Direta (2015) .....	1273
Gráfico 8.3.49 - Existência de bens duráveis de comunicação nos domicílios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Direta (2010) .....	1274
Gráfico 8.3.50 - Índice de atendimento total de esgoto nos municípios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta (2015).....	1275
Gráfico 8.3.51 - Distribuição dos domicílios de acordo com a situação de ocupação (2011-2014) (%) no município de Paranaguá.....	1279
Gráfico 8.3.52 – Distribuição dos estabelecimentos econômicos por ramo de atividade nos municípios da AEII (2015).....	1295
Gráfico 8.3.53 – Distribuição dos empregos por ramo de atividade nos municípios da AEII (2015) .....	1296
Gráfico 8.3.54 – Distribuição dos empregos por intensidade tecnológica na indústria de transformação dos municípios da AEII (2016).....	1299
Gráfico 8.3.55 - Distribuição do Valor Bruto da Produção Rural dos municípios da AEII (2015) .....	1301
Gráfico 8.3.56 - Extração vegetal nos municípios da região litorânea (2014) .....	1304
Gráfico 8.3.57 - Distribuição da composição do VAB segundo os setores da atividade econômica no município de Paranaguá (2000-2013) .....	1308
Gráfico 8.3.58 - Distribuição dos empregos por intensidade tecnológica na indústria de transformação dos municípios da AEID (2016) .....	1312
Gráfico 8.3.59 – Taxa de informalidade por setor de atividade econômica em Paranaguá (2016) .....	1313
Gráfico 8.3.60 – Variação percentual anual do PIB e da movimentação do Porto de Paranaguá (2002-2011).....	1314
Gráfico 8.3.61 - Distribuição do Valor Bruto da Produção Rural de Paranaguá (2015) .....	1316
Gráfico 8.3.62 - Admissões e desligamentos em empregos formais em Paranaguá entre 2007 e 2015.....	1332
Gráfico 8.3.63 - Grau de escolaridade dos empregados formais em Paranaguá entre 2006 e 2014.....	1333
Gráfico 8.3.64 - Embarques de passageiros com destino à Ilha do Mel (2002-2010).....	1349
Gráfico 8.3.65 - Evolução do índice geral de competitividade do turismo de Paranaguá .....	1351
Gráfico 8.3.66 - Índices de competitividade do turismo por dimensão em Paranaguá (2014).....	1351
Gráfico 8.3.67 - Procedência dos turistas da Ilha do Mel (2015).....	1365
Gráfico 8.3.68 - Principais motivos para frequentar a Ilha do Mel .....	1366
Gráfico 8.3.69 - Principais motivos para frequentar a Ilha do Mel .....	1367
Gráfico 8.3.70 - Mão-de-obra empregada por setor nos estabelecimentos da Ilha do Mel ...	1368
Gráfico 8.3.71 - Percentual válido dos tipos de embarcações utilizadas pelos pescadores entrevistados .....	1387
Gráfico 8.3.72 - Percentual válido dos pescadores entrevistados com vínculos associativos.....	1412
Gráfico 8.3.73. Respostas dos pescadores sobre a presença de turistas em suas comunidades .....	1417
Gráfico 8.3.74. Respostas dos pescadores sobre a contribuição do turismo para suas comunidades .....	1418
Gráfico 8.3.75 - Organizações não governamentais por natureza jurídica em Paranaguá no ano de 2013.....	1431
Gráfico 8.3.76 - Organizações da sociedade civil por atividade econômica em Paranaguá no ano de 2013.....	1433





 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	

Gráfico 8.3.77 - Organizações da sociedade civil por vínculos CLT ativos em Paranaguá 2016  
 ..... 1435



 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1143

### 8.3 Meio Sócio Econômico

O presente diagnóstico socioeconômico das populações residentes ou laborantes nas áreas de estudo para determinação das áreas de influência do empreendimento Ampliação do Porto de Paranaguá se realiza como subsídio à avaliação subsequente das interações sociais a se produzirem a partir do planejamento, da implantação e/ou ampliação e da operação do conjunto de ações que integram o referido empreendimento. As ações inerentes à operação portuária em questão assumem gradativa importância social na medida em que aumenta a sua influência sobre os processos econômicos gerais e seus resultados em termos de produtividade, renda e bem-estar.

A elaboração do presente diagnóstico socioeconômico funda-se na construção de conhecimento sobre as comunidades afetadas e influenciadas levando-se em consideração as características dos processos de ocupação do território em que se insere o empreendimento e a sua conformação sociocultural atual. Além disso, foram também analisadas as informações demográficas disponíveis assim como os dados sobre as condições de vida social, produção, finanças públicas e infraestrutura. Para conhecimento dos problemas enfrentados pelas comunidades do entorno do empreendimento foram realizados levantamentos de dados empíricos relativos ao seu modo de vida e produção, assim como sobre a sua percepção acerca das intervenções que poderiam ocorrer em suas vidas em função deste empreendimento. A seguir são apresentadas informações detalhadas sobre as fontes de pesquisa utilizadas neste estudo e os critérios adotados para a análise dos dados levantados por meio delas.



Em atenção às determinações do termo de referência, que embasou estes levantamentos e análises, foram realizadas pesquisas qualificadas individuais, com levantamentos primários de informações juntamente a algumas comunidades relevantes em razão das interações socioeconômicas e socioculturais com os meios e recursos a serem impactados, de forma efetiva ou potencial, pelos empreendimentos que são o objeto do presente estudo. Foram realizadas pesquisas específicas com: 1) comunidades de pescadores e extrativistas, 2) agências dedicadas às atividades relacionadas ao turismo, 3) agentes da sociedade civil organizada e 4) famílias residentes na zona de interesse portuário (ZIP). Os procedimentos metodológicos adotados nestas pesquisas qualificadas são descritos na introdução das seções que apresentam as análises e resultados destes levantamentos específicos.

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1144

Na condição de município cuja economia é predominantemente marcada pela atividade portuária, o produto e a receita municipal em Paranaguá se definem fundamentalmente pela atividade de serviços, especialmente aqueles ligados ao transporte e sua cadeia logística, que inclui a armazenagem. A relação entre o volume da produção e o número de habitantes faz Paranaguá pertencer ao grupo dos 70 municípios mais ricos do Brasil. A condição de bem-estar da sua população, entretanto, medida a partir do seu desenvolvimento humano relacionado às condições de acesso aos serviços de saúde e educação e à renda conforme o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM o coloca atrás de mais de 500 municípios brasileiros. Há uma grande assimetria, portanto, entre o grau da produção municipal e as condições locais relativas ao bem-estar social.

Para dar conta desta situação socioeconômica, o presente estudo diagnóstico se funda na análise dos dados secundários relativos ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM relativo aos anos de 1991, 2000 e 2010 disponibilizados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, e outros autores, por meio do Atlas do Desenvolvimento Humano 2013. São apresentados, ainda, dados sobre a oferta municipal de serviços educacionais e sanitários, tais como a quantidade de estabelecimentos de ensino privados por esfera governamental e seus diversos níveis, professores e alunos, profissionais sanitários e estabelecimentos de saúde. Os dados educacionais foram levantados pelo censo escolar e disponibilizados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, órgão vinculado ao Ministério da Educação.

Os dados relativos à saúde são levantados periodicamente por meio de sistemas e aplicativos alimentados pelos próprios profissionais de saúde em suas bases operacionais, em todo o país, sendo estas informações disponibilizadas pelo Departamento de Informática do SUS - DATASUS. Um dos meios de divulgação de informações sanitárias são os Cadernos de Informação de Saúde, também disponibilizados pelo mesmo órgão de informática vinculado ao Ministério da Saúde. A fim de dar suporte ao planejamento e à tomada de decisão na área de saúde, o Ministério da Saúde disponibiliza um sítio eletrônico específico denominado Sala de Gestão Estratégica – SAGE que permite a consulta de dados atualizados sobre a estrutura sanitária nacional com informações agregadas ao nível municipal. Os dados secundários agregados nos bancos de dados estatísticos oficiais indicados acima e relativos às estruturas de educação e saúde municipais foram cotejados com a experiência dos gestores municipais nestas áreas, sendo esta experiência em parte relatada em depoimentos realizados por estes gestores públicos em conversas temáticas realizadas com pesquisadores de campo com o intuito de coletar informações para o presente estudo. Foram realizadas conversas com a responsável pela Secretaria Municipal

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1145

de Administração de Paranaguá e técnicos da Secretaria de Urbanismo em julho de 2016. Em fevereiro de 2017 foram, também, realizadas reuniões com a responsável pela Secretaria de Turismo e técnicos da Secretaria de Meio Ambiente.



As informações econômicas e financeiras utilizadas no presente estudo reportam-se aos dados sobre o produto interno bruto e a receita municipal. Sobre a produção, o IBGE - em parceria com os órgãos estaduais de estatística, secretarias estaduais de governo e a Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA - vem disponibilizando cálculos relativos ao produto interno bruto municipal, sua composição relativa aos valores adicionados por setor econômico e mais os valores financeiros relativos aos impostos, sendo tais informações recortadas ao nível municipal. Os dados referentes às finanças públicas têm como fonte as prefeituras municipais, mas sua coleta, organização e disponibilidade são realizados pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES por meio do sítio eletrônico denominado Banco de Dados do Estado - BDEweb.

Ao relacionar entre si os dados econômicos e sociais relativos à riqueza municipal e às condições de vida da população em cada município não se busca a explicação para as causas da desigualdade social, mas apenas a demonstração estatística da sua ocorrência e um tratamento analítico das condições em que a mesma ocorre. Era de se esperar que municípios ricos, em termos de produção e receitas municipais, apresentassem um grau elevado de desenvolvimento humano entre os seus munícipes, mas isso não se revela como verdadeiro em todos os casos.

Além das fontes que disponibilizam dados secundários mencionadas acima, o presente estudo socioeconômico e sociocultural envolveu a realização de pesquisas empíricas, com levantamentos primários quantitativos e qualitativos, junto às comunidades de pescadores artesanais de Paranaguá, aos agentes de turismo e organizações da sociedade civil. Ainda, foram coletadas informações diretamente em órgãos da administração municipal, como as secretarias municipais de administração, de meio ambiente, de turismo e de urbanismo.

Ao realizar estes apontamentos intenta-se evidenciar os fundamentos metodológicos que norteiam este diagnóstico socioeconômico.



 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1146

### 8.3.1 Caracterização Demográfica



O presente capítulo aborda questões relacionadas à ocupação do território, ao quantitativo populacional e à sua variação no tempo, à distribuição rural e urbana dessas populações, aos padrões migratórios internos e externos, aos níveis de renda social, à escolaridade, aos índices de criminalidade e aos indicadores sociais. Tais temas são apresentados e analisados conforme o seu contexto espacial em acordo à delimitação das áreas de estudo adotadas na presente pesquisa, a saber: a 1) Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta (AEII), que compreende os municípios de Guaraqueçaba, Antonina, Morretes, Pontal do Paraná, Matinhos, Guaratuba e Paranaguá, além da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Direta (AEID), que compreende o município de Paranaguá.

Os municípios da área de estudo para determinação da área de influência indireta são integrantes da microrregião que abrange o Litoral Paranaense e tem a cidade de Paranaguá como centro da rede urbana por eles estruturada (IPEA, 2001). Este polo microrregional agrega estruturas para atendimento às necessidades sociais em sua vizinhança, tais como, serviços públicos e privados de saúde e educação, comércio de bens e serviços diversos e maior oferta de empregos e oportunidades para a geração de renda. A consequência disso é a dependência expressiva que mantêm as populações dos municípios vizinhos em relação àquela cidade em diversos aspectos. Portanto, os dados e as análises demográficas que se seguem, referentes às populações estabelecidas nas áreas de estudo para determinação ds áreas de influências diretas e indiretas, tratam a microrregião de forma integrada de forma a conhecer os problemas comuns que afetam estas populações levando em conta as interações e a interdependência entre as mesmas.

A população total a ser influenciada de forma indireta, residente nos sete municípios considerados, era de 289,1 mil habitantes em 2016, conforme a estimativa realizada pelo IBGE e publicada no Diário Oficial da União em 30 de agosto de 2016 (IBGE, 2016). Já, a população influenciada de forma direta, que corresponde ao município de Paranaguá, somava 151,8 mil indivíduos, de acordo com a mesma fonte.

#### 8.3.1.1 Área de estudo para determinação da área de influência socioeconômica indireta (AEII)

A área de estudo para determinação da área de influência socioeconômica indireta é composta, como já se referiu, por sete municípios do litoral paranaense, cujas características físico-bióticas e socioeconômicas, mas também culturais permitem a

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1147



classificação dos municípios em 3 grupos: 1) Grupo 1 – Antonina, Morretes e Guaraqueçaba; 2) Grupo 2 - Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba; e 3) Grupo 3 – Paranaguá.

O grupo 1 - Antonina/Morretes/Guaraqueçaba é profundamente marcado por ambientes naturalmente conservados onde se estabeleceram unidades de conservação diversas, públicas e privadas. Os municípios constituintes deste grupo registram atualmente pequeno número em sua população, se comparados ao grupo 2 (Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba). As atividades econômicas são também limitadas e restringem-se à prestação de serviços. O setor primário é pouco desenvolvido e as atividades industriais relacionam-se, em grande parte, às atividades portuárias na unidade de Antonina.

Os municípios do Grupo 2 - Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba concentram as suas populações e as suas atividades econômicas nas áreas urbanizadas junto à orla oceânica, onde se localizam as principais praias paranaenses (Anexo I – Mapa 35 - Perfil da ocupação humana no litoral Paranaense a partir das características antrópicas e territoriais). Durante os meses de verão, a população presente nestes municípios se eleva consideravelmente em razão da presença de visitantes, como veranistas e turistas. Os veranistas mantêm domicílios junto às praias, os quais são ocupados, temporariamente, durante o verão, no recesso escolar de julho, nos feriados e, eventualmente, em finais de semana. Já, os turistas ocupam as estruturas de hospedagens, tais como, hotéis, pousadas e campings.

No ano de 1970, mais de 50% da população do litoral paranaense viviam nos municípios de Antonina, Morretes e Guaraqueçaba e, como se verifica nos dados estatísticos, em 2010 são apenas 16%.

A população total dos municípios do litoral do Paraná no ano de 2016 era de 289,1 mil habitantes, valor equivalente a apenas 2,6% da população paranaense, conforme as estimativas oficiais do IBGE para este ano. Mais da metade desta população (52,5%) estava concentrada na cidade de Paranaguá, conforme se pode observar na Tabela 8.3.1. Os municípios de Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná, que abrigam os principais balneários paranaenses, detinham, em 2016, um terço da população litorânea. A população residente nos municípios de Antonina, Morretes e Guaraqueçaba representavam pouco mais de 15% deste total.

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1148

**Tabela 8.3.1 – Percentual da população residente na AEII por município nos últimos 46 anos, entre 1970 e 2016.**

Município	1970	1980	1991	2000	2010	2016
Paranaguá	55,5%	59,8%	61,5%	54,0%	52,9%	52,5%
Guaratuba	8,7%	8,9%	10,3%	11,6%	12,1%	12,3%
Matinhos	3,8%	4,1%	6,5%	10,3%	11,1%	11,4%
Pontal do Paraná	0,0%	0,0%	0,0%	6,1%	7,9%	8,6%
Antonina	14,6%	11,9%	9,8%	8,1%	7,1%	6,7%
Morretes	10,5%	9,7%	7,5%	6,5%	5,9%	5,7%
Guaraqueçaba	6,8%	5,6%	4,4%	3,5%	3,0%	2,7%
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Censos IBGE, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010; Estimativas IBGE 2015.



#### 8.3.1.1.1 Ocupação de território

Na presente seção apresenta-se um breve histórico relativo à ocupação humana dos territórios nas áreas de estudo para determinação das áreas de influências socioeconômicas diretas e indiretas. A ocupação do território do município de Paranaguá é apresentada, em detalhes, mais adiante na seção referente à AEID.

A ocupação humana da região litorânea paranaense, após o advento da colonização europeia, coincide com a ocupação de outras regiões litorâneas brasileiras. Conforme registros históricos apontados por especialistas, a baía de Paranaguá pode ter sido visitada já no período reconhecido como pré-colonial, quando as viagens a partir de Portugal tinham caráter exploratório e de controle do território conquistado, isto é, entre 1500 e 1530. A formação de assentamentos se faz desde o século XVI, com a ocupação inicialmente da Ilha da Cotinga. No século seguinte, a povoação que se transformaria na cidade de Paranaguá, às margens do rio Itiberê, começa a tomar forma, primeiramente com a concessão de uma sesmaria e, em seguida, com a criação da Vila de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá, no ano de 1648. Ressalte-se que este evento é comemorado, até os dias atuais, como a data de fundação do município de Paranaguá.

**Tabela 8.3.2 – Ano de instalação dos municípios da AEII**

Município	Ano de instalação	Tempo (anos)	Século de fundação
Paranaguá	1648	368	Século XVII
Guaratuba	1771	245	Século XVIII
Antonina	1797	219	Século XVIII
Morretes	1841	175	Século XIX
Guaraqueçaba	1947	69	Século XX
Matinhos	1967	49	Século XX

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1149

Município	Ano de instalação	Tempo (anos)	Século de fundação
Pontal do Paraná	1997	19	Século XX

Fonte: IBGE, 2016.

A seguir, são apresentados breves históricos da formação dos municípios que compõem a AEII.



#### 8.3.1.1.1 Os municípios do grupo 1: Antonina, Morretes e Guaraqueçaba

As cidades de Morretes, Antonina e Guaraqueçaba vêm enfrentando uma estagnação no número de sua população total desde os anos de 1970. Antes disso, porém, foram palco de maior ocupação humana, quando se desenvolveu nestes municípios uma intensa atividade econômica de caráter agropecuário, agroindustrial, portuário e de prestação de serviços.

Antonina é uma das mais antigas povoações do estado. O estabelecimento dos primeiros povoadores ocorreu entre 1648 e 1654. A instalação oficial do povoado se deu em 12 de novembro de 1714. Em 1797 o povoado tinha 2.300 habitantes, que viviam da mineração, pesca e agricultura de subsistência. Neste mesmo ano, a 6 de novembro, a freguesia de Nossa Senhora de Pilar foi elevada a vila, com a denominação de Antonina, em homenagem ao Príncipe da Beira Dom Antônio. Em 1857, tornou-se município da recém-criada Província do Paraná. Em 1937 foi criado o distrito Cacatu e em 1964, o distrito de Cachoeira de Cima. (IBGE, 2017).

Desde os tempos coloniais e, mesmo após a instalação da província, já durante o Império, a região de Antonina e seu porto representavam função estratégica na logística regional. A estrada da Graciosa, e antes dela os caminhos que a precederam, ligava a capital da província ao porto de Antonina. Foi em Antonina que desembarcou a comitiva do imperador Dom Pedro II quando de sua única visita ao Paraná, em 1880. Também foi em Antonina que desembarcou a comitiva do engenheiro inglês Thomas Bigg-Wither incumbida de realizar estudos topográficos para a construção de uma estrada de ferro (BIGG-WITHER, 1974). Com a posterior inauguração da ferrovia, o porto de Antonina começou a ser substituído pelo de Paranaguá. Mas, somente a partir da segunda metade do século XX, com a construção da BR-277, o porto de Antonina foi inteiramente sobrepujado pelo de Paranaguá. Em 1920, o porto de Antonina era o quarto porto exportador brasileiro (APPA, 2017).

Uma unidade industrial das empresas Matarazzo, atuante no município desde o início do século até a década de 1970, representou papel importante para a economia municipal com



 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1150

a operação, inclusive, de porto marítimo privado (TRIBUNA, 2017). Após a desativação destes empreendimentos, a economia municipal registrou declínio e passou a depender das suas atividades tradicionais, vinculadas aos setores de serviços e agropecuária com incremento das atividades vinculadas ao turismo. A partir do início dos anos de 1970, o porto de Antonina passa a ser administrado de forma conjunta com o de Paranaguá por meio de uma organização vinculada ao governo estadual (APPA, 2017).

Também em Morretes, a ocupação colonizadora se fez pela ação de mineradores vindos de vilas e povoados paulistas motivados pelas descobertas de jazidas de ouro na região em meados do século XVII. No início do século XIX, o comércio e a indústria, em particular o beneficiamento de erva mate e a produção de aguardente se destacavam frente às demais atividades (IBGE, 2017). Em 1841, foi criado o município por desmembramento de parte do território de Antonina. Alguns anos mais tarde, em 1855, foi criada a freguesia do Porto de Cima e anexada à Vila Nhundiaquara, denominação que recebeu o município de Morretes em 1869, mas já em 1870 recebia, novamente, o nome Morretes. A freguesia Porto de Cima chegou a transformar-se em município, que foi extinto em 1931, passando a pertencer a Morretes.

Em 1838, a base do povoado de Guaraqueçaba se fundou com a edificação de pequena igreja nas proximidades do Morro de Guitumbê, que foi consagrada a Bom Jesus dos Perdões, em torno da qual se edificaram diversas residências. Em 1852 foi fundada a Colônia Agrícola de Superagüi, por Carlos Perret Gentil, com o estabelecimento de famílias suíças, alemãs e francesas (IBGE, 2017). O povoado, que hoje é a sede do município de Guaraqueçaba, foi, em 1854, elevado a freguesia com a denominação de Guaraquessaba, subordinada ao município de Paranaguá. Em 1880 foi desmembrada de Paranaguá, sendo transformada em vila. Nesse tempo, já se esgotara a atividade de mineração e o povoado voltou-se à extração de madeira, além de cultivo de arroz, banana, cana de açúcar, café e mandioca. Destas atividades se destacaram a produção de arroz e banana. No final do século XIX, Guaraqueçaba exportava semanalmente dois a três mil “cachos” de banana para a Argentina e Uruguai. Em 1918, uma violenta geada destruiu a plantação de banana que não mais se recuperou (IBGE, 2017).

No final dos anos de 1930, Guaraqueçaba era composta por seu distrito-sede e mais Ararapira e Superagui. Atualmente existem o distrito-sede e os distritos Ararapira e Serra Negra. Na década de 40, o arroz que ainda era cultivado em Guaraqueçaba perdeu competitividade no mercado nacional. A partir de 1939, em razão das crises econômicas e políticas, o município registrou grande êxodo populacional, vindo ser anexado a Paranaguá.

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1151

Voltou à condição de município em 1947, com a denominação substituída de Guaraquessaba para Guaraqueçaba.



Na década de 1950 foram implantadas no município as primeiras criações de búfalos, o que levou a uma série de ações de grilagem para a formação de grandes propriedades. Já, em 1951, foi implantada a primeira indústria de palmito a partir da palmeira-jussara, que passa a representar importante atividade econômica. Esta atividade acabou por se tornar a principal atividade econômica local. Esse processo, ao longo de quatro décadas, produziu fortes impactos sobre a espécie palmeira-jussara. Em 1980, começaram a ser criadas as unidades de conservação que atualmente ocupam quase todo o território municipal. A primeira unidade de preservação a ser criada foi a Estação Ecológica de Guaraqueçaba, em maio de 1982, com intuito de proteger os manguezais do município. Em 1995 foi criada a Área de Proteção Ambiental Federal de Guaraqueçaba (APA), e em 1989 o Parque Nacional do Superagui (PARNA). E ainda em 1994 foi criada a quarta unidade de Preservação do município, a Reserva Natural do Salto Morato. Estas iniciativas, somadas aos inúmeros projetos, têm promovido o município a referência em conservação do patrimônio natural e histórico.

#### 8.3.1.1.1.2 Os municípios do grupo 2: Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba

A ocupação mais intensa da região onde atualmente se localiza o município de Pontal do Paraná teve início a partir da década de 1960 com as melhorias nas vias de acessos e com a criação do município de Matinhos em 1967. Antes disso, a principal via de acesso com Paranaguá era a navegação fluvial, pelo rio Guaraguaçu. A forma tradicional de mobilidade na região, antes das rodovias, eram os carroções puxados por bois, conforme relatado pelo viajante Saint-Hillaire, no início do século XIX, seguindo pela beira mar, até a travessia para Guaratuba.

Após navegar pelo Canal da Cotinga, por volta de 1920, o viajante aportou no 'Pontal de Paranaguá':

*A ponta de terra sobre a qual já disse algumas palavras, que é chamada de 'Pontal de Paranaguá' foi o lugar onde desembarcamos. Fui recebido por um cabo da milícia que comandava um destacamento acantonado nas imediações. Este homem recebera ordem de cuidar para que chegassem a tempo as carroças que iriam levar a mim e ao meu pessoal a Caiobá. Todos foram pontuais. As carroças pertenciam a alguns fazendeiros da vizinhança, eram grandes e puxadas por duas juntas de bois, sendo cobertas por um trançado feito de varas de bambu sobre o qual haviam sido colocadas algumas folhas de bananeira amarradas com cipó.*

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1152

*Não havia no pontal nem casas nem vegetação; nada mais existia ali além da areia pura. Logo que desembarcamos acendemos um fogo para cozinhar o feijão e o arroz, que juntamente com a farinha, iriam constituir o nosso jantar ... A bagagem foi colocada nos carros de boi e quando partimos o sol já havia se posto fazia muito tempo. Os moradores do local têm o hábito de viajar à noite, beirando o mar, porque os bois andam muito mais depressa no escuro do que à claridade do dia (SAINT-HILAIRE, 1978. pp. 109 e 110).*



Assim, como em boa parte do território nacional, antes dos anos de 1950, os principais meios de transporte em áreas mais isoladas eram barcos e carroças. Antes da expansão da estrutura rodoviária, a dinâmica de ocupação da região foi marcada pela navegação entre Paranaguá e Guaratuba. Desse modo, Guaratuba foi, desde o século XVIII, a localidade com a maior ocupação. A própria localidade de Caiobá expandiu-se inicialmente em função de sua vocação como periferia de Guaratuba. Pode-se imaginar toda a faixa de praia, desde o Pontal do Sul até Caiobá, quase inteiramente desabitada até meados do século XX. Esta dinâmica de ocupação do litoral paranaense sofreu alteração significativa apenas após as melhorias nas condições de acesso terrestre ligando a cidade de Paranaguá à localidade de Matinhos.

Já nas primeiras décadas no século XX, Matinhos e a Ilha do Mel eram locais de veraneio, ainda que não intenso, frequentado, principalmente, por parte da população curitibana que tinha condições de construir casas e de se deslocar até o litoral. O deslocamento não era fácil, já que implicava em descida pela estrada da Graciosa, com carroções ou pequenos caminhões. A chamada 'Estrada do Mar' foi inaugurada em 1927, ligando Paranaguá à Praia de Leste, em Pontal do Paraná. A partir do Pontal tinham que prosseguir a viagem pela beira-mar, processo que durou até que fosse construída a estrada até Matinhos. De acordo com o pesquisador Neumar Costa (2007).

*O processo de ocupação dos balneários de Paranaguá, hoje município de Pontal do Paraná, foi iniciado na década de 20, intensificando-se a partir da década de 50 com a construção da PR 407. Um planejamento primário da área foi realizado na época contendo quadras e arruamento, porém, sem diretrizes, a ocupação do espaço urbano foi ocorrendo desordenadamente. Realizou-se, em 07/04/1951, a abertura do primeiro loteamento em Pontal do Sul, envolvendo uma área de 55.895.100 m<sup>2</sup>, onde ocorreram os primeiros problemas com relação à ocupação ilegal de lotes. O aumento do interesse turístico na região e o crescimento do poder aquisitivo da classe média do estado, aliado à especulação imobiliária acabou modificando a forma de ocupação e a feição desta parte do litoral paranaense. À medida que os lotes foram valorizados, pequenos núcleos de moradores foram migrando para áreas mais distantes da praia. (COSTA, 2007)*

A melhoria das condições de transporte por meio da PR-407 possibilitou um surto de desenvolvimento econômico e social primeiramente no município de Matinhos. A expansão





 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1153

da mancha urbana estendia-se em direção a Guaratuba, este sim, um aglomerado urbano com características de um subpolo regional. A espacialidade, que se tornaria a sede urbana do município de Matinhos, era o ponto mais próximo a oferecer um contato com as praias para as populações de outras regiões do estado e do país. A ocupação dos territórios situados entre a Praia de Leste e o Pontal do Sul dependia também de melhorias na infraestrutura viária e isto ocorreu após a implantação da rodovia PR-412 ligando estes dois pontos.

Em 1968, a Empresa de Colonização e Desenvolvimento Rural - CODAL, fundada em 1947 como Boralli & Held – que havia fundado núcleos de colonização no norte do estado do Paraná, implantou os balneários Shangri-lá I e II, em terras então pertencentes ao município de Paranaguá. Existia nessa época uma estrada ligando a localidade do Guaraguaçu - onde hoje está localizada a ponte da PR-407 sobre o rio de mesmo nome – aos balneários de Shangri-lá I e II. Porém, com os asphaltamentos da PR-407 e PR-412 esta via de acesso passou a ser muito pouco utilizada. É bastante provável que este acesso rodoviário correspondesse exatamente à antiga estrada velha de Shangri-lá, como referida em mapas antigos.

Portanto, até o início da década de 1970, o território situado à beira mar, onde se localizam atualmente os bairros urbanos de Pontal do Paraná, não era considerado prioritário para a ocupação humana na forma de balneários. Isto porque se situava em local mais distante e de mais difícil acesso, enquanto havia terras mais próximas disponíveis, como Matinhos e Praia de Leste. A ocupação do litoral paranaense, neste período, foi mais intensa no entorno de Matinhos e no balneário de Caiobá. Outro fator que interferia no processo de povoamento deste território - onde hoje estão localizadas as praias de Pontal do Paraná - era a dependência de Paranaguá. Tratava-se de um território relativamente extenso e com demandas tipicamente urbanas que, de certa forma, estava separado da cidade de Paranaguá. Os sucessivos governos municipais deste município sempre estiveram demasiadamente ocupados com as inúmeras demandas sociais inerentes a uma das mais importantes regiões portuárias do país. Em certo sentido, o processo contínuo de ocupação dessa região - e o aumento da demanda por uma administração pública local mais efetiva - devem ser vistos como elementos fundamentais ao movimento que ensejou a criação, em 1997, de uma municipalidade autônoma para administrar este território.



 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1154



### 8.3.1.1.1.3 Localização dos núcleos urbanos e rurais, padrões de assentamento e restrições às ocupações na AEII

Os municípios do litoral paranaense, a exemplo da configuração padrão de urbanização ocorrente no território nacional, concentram a maior parte de sua população em seus distritos-sede que são, em geral, totalmente urbanizados. Neste caso específico, as sedes municipais de parte dos municípios da AEII são banhadas pelas águas das baías de Paranaguá, Antonina e Guaraqueçaba. A sede municipal de Morretes é banhada pelo rio Nhundiaquara. Já, os municípios de Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba têm suas sedes municipais junto à orla oceânica e à baía de Guaratuba, no último caso.

Dos 7 (sete) municípios que compõem a AEII, 2 (dois) são constituídos apenas por seus distritos-sede: Pontal do Paraná e Matinhos. O município de Paranaguá, além da sede possui, ainda o município de Alexandra. Em Antonina, registram-se os distritos Cachoeira de Cima e Cacatu, ambos com baixa taxa de urbanização e com suas áreas rurais fortemente marcadas pela existência de unidades de conservação e fortes restrições ao desenvolvimento de atividades econômicas impactantes ao meio natural. Guaraqueçaba abriga os distritos de Ararapira, junto à divisa com o estado de São Paulo e Serra Negra. A exemplo dos distritos de Antonina, trata-se de localidades com baixa densidade demográfica e nenhuma urbanização em cujo território prevalecem as unidades de conservação natural. O município de Morretes conserva o distrito denominado Porto de Cima, com baixa densidade demográfica e relativa urbanização remanescente de um passado com intensa povoação e atividades econômicas. Por fim, o município de Guaratuba abriga, além do distrito-sede, o distrito denominado Pedra Branca do Araraquara.

### 8.3.1.1.2 *Quantitativo populacional e taxa de crescimento*

Nos últimos 25 anos, a população litorânea concentrada no grupo de municípios que abrigam balneários - Matinhos, Guaratuba e Pontal do Paraná -, é mais expressiva do que a residente nos municípios de Antonina, Morretes e Guaraqueçaba. Antes disso, no entanto, esta situação se invertia. Entre 1970 e 1990, de um terço a um quarto da população do litoral residia em Antonina, Morretes e Guaraqueçaba, conforme se constata na Tabela 8.3.3.

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1155

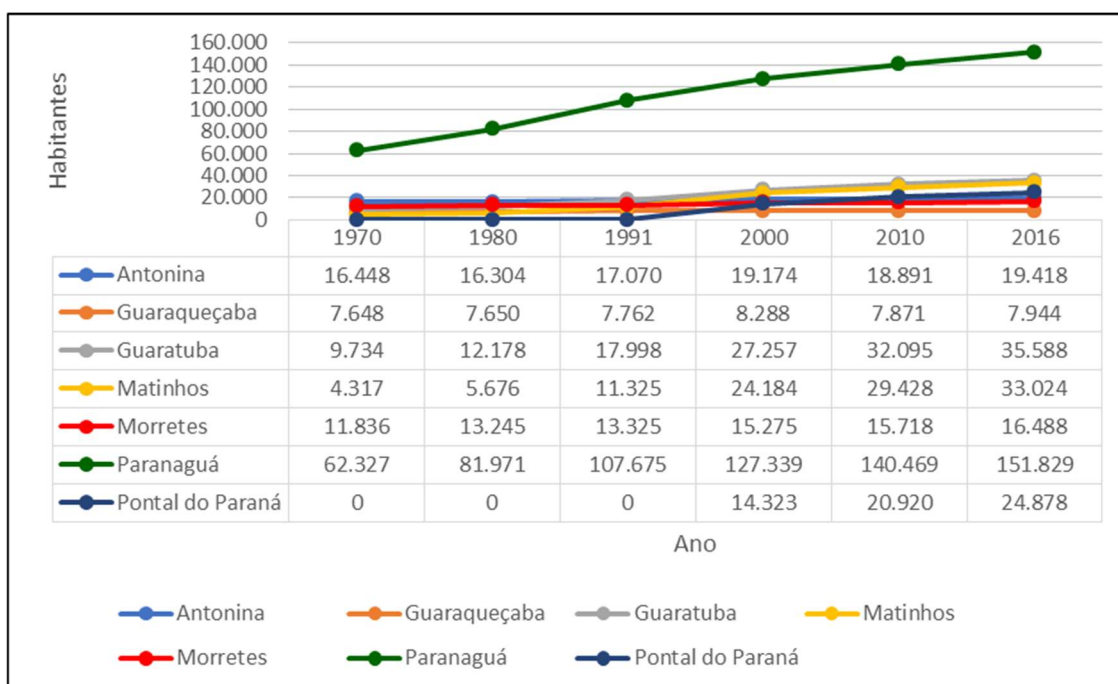
**Tabela 8.3.3 – Taxa de crescimento anual da população da AEII nos últimos 46 anos, entre 1970 e 2016.**

Município	1970-1980	1980-1991	1991-2000	2000-2010	2010-2016	1970 -2016
Antonina	-0,10%	0,50%	1,20%	-0,10%	0,50%	0,37%
Guaraqueçaba	0,00%	0,10%	0,70%	-0,50%	0,20%	0,08%
Guaratuba	2,30%	4,00%	4,20%	1,60%	1,90%	2,92%
Matinhos	2,80%	7,20%	7,90%	2,00%	2,10%	4,63%
Morretes	1,10%	0,10%	1,40%	0,30%	0,90%	0,74%
Paranaguá	2,80%	2,80%	1,70%	1,00%	1,40%	2,00%
Pontal do Paraná	-	-	-	3,90%	3,10%	1,23%

Fonte: Censos IBGE, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010; Estimativa IBGE, 2016.

A Tabela 8.3.3 apresenta a taxa anual de crescimento populacional entre 1970 e 2016 nos municípios litorâneos que compõem a AEII. Em todo o período analisado, 46 anos, o crescimento populacional mais expressivo foi registrado em Matinhos, que cresceu 4,63% ao ano. Nas décadas de 1980 e 1990, este município registrou crescimento explosivo de sua população, com taxas de 7,2% e 7,9%, respectivamente. Os municípios de Antonina e Guaraqueçaba apresentaram taxas negativas de crescimento entre os anos de 2000 e 2010. O município de Pontal do Paraná apresentou informação apenas após o Censo Demográfico IBGE 2000, pois sua criação, a partir do desmembramento de Paranaguá, se deu no ano de 1997.

O Gráfico 8.3.1 indica o momento em que a população dos balneários, ao sul de Paranaguá, passa a crescer vertiginosamente, enquanto a população dos municípios ao norte e oeste de Paranaguá mantêm-se quase estagnada. Isso não significa, entretanto, que parte da população dos municípios distantes da orla oceânica tenha migrado para as praias paranaenses. Isso pode ter ocorrido, mas o movimento que fez crescer o número de residentes nos municípios que abrigam balneários é motivado, também, por outras causas, como se analisará na seção, mais adiante, que trata dos processos migratórios na AEII.

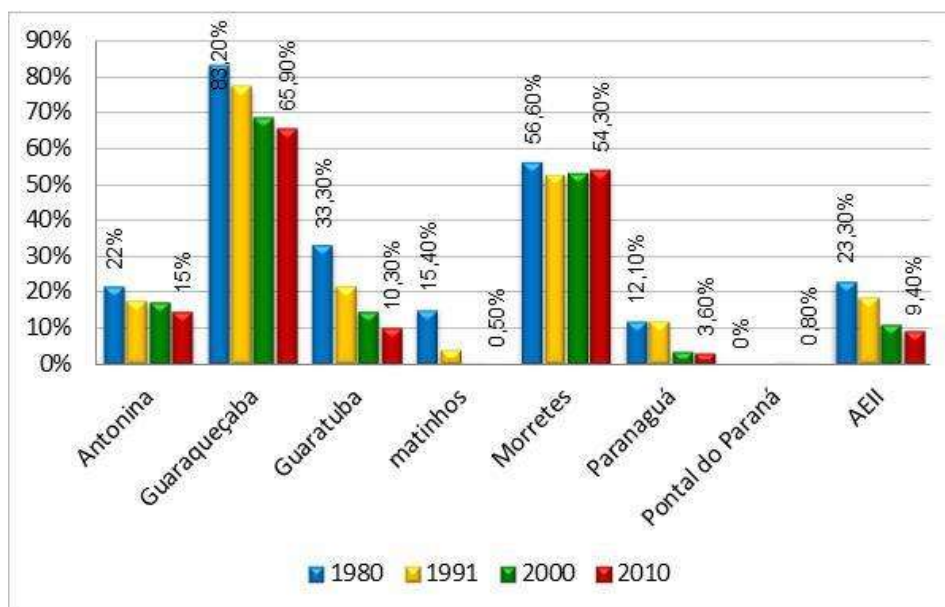


Fonte: Censos IBGE, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010; Estimativa IBGE, 2016.

**Gráfico 8.3.1- Crescimento da população residente na AEII nos últimos 46 anos, entre 1970 e 2016.**

### 8.3.1.1.3 Distribuição da população rural e urbana

A partir da segunda metade do século XX, o Brasil vivencia intenso processo de concentração populacional em áreas urbanizadas, principalmente nas cidades. Isso ocorre, também, no litoral paranaense. Contudo, os municípios com superfícies mais elevadas, como Guaraqueçaba e Morretes, apresentam, ainda, parte considerável de sua população estabelecida em áreas rurais. O Gráfico 8.3.2 compara a proporção da população de cada município residente nas áreas rurais entre 1980 e 2010. Guaraqueçaba teve a sua população rural reduzida de 83,2% para 65,9% em 30 anos, mas trata-se de um contingente elevado quando comparado à maioria dos municípios paranaenses e, mesmo, brasileiros. Os municípios de Pontal do Paraná e Matinhos, com território concentrado na orla oceânica abrigam mais de 90% de suas populações em áreas urbanizadas.





Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 1980, 1991, 2000, 2010.

**Gráfico 8.3.2 – Proporção da população municipal residente em áreas rurais entre 1980 e 2010 nos municípios que compõem a AEII com exceção de Paranaguá**

#### 8.3.1.1.4 Padrões de migração existentes

Nesta seção avalia-se a dinâmica dos processos migratórios nos municípios da AEII. Para a compreensão destes fenômenos convém reconhecer a importância dos deslocamentos populacionais que não se caracterizam, propriamente, como um padrão de migração em função de não resultarem em mudança permanente do local de residência dos que se deslocam no espaço intermunicipal e inter-regional. Para dar conta disso, analisa-se na presente seção a população flutuante, que ocupa domicílios temporariamente nas praias e a população pendular, aquela que se desloca diariamente por razões de estudo e trabalho.

O aumento populacional em todos os municípios do litoral paranaense evidencia um fenômeno que mereceu atenção especial de estudiosos da área, os quais tentaram responder, através de pesquisa, a o que induz o crescimento nas aglomerações litorâneas (DESCHAMPS e KLEINKE, 2000). De acordo com este estudo, no litoral paranaense verificam-se “vetores de ocupação contínua de toda a orla, desde a baía de Paranaguá até a fronteira com Santa Catarina, com características heterogêneas, que confirmam a expressiva segregação na ocupação do espaço”. (DESCHAMPS e KLEINKE, 2000, p. 4). Ainda de acordo com este estudo tais vetores podem ser caracterizados a partir dos fenômenos de:

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1158

*a) expansão e densificação da linha da costa por edifícios e parcelamentos voltados ao uso sazonal de veranistas de média e alta renda; b) renovação de uso em áreas até então ocupadas por colônias de pescadores, sejam na costa, substituídas por ocupação de veranistas, sejam nas margens das baías e rios, com a presença de pequenas marinas; c) densificação das ocupações de baixa renda já existentes e avanço de novas ocupações em direção a áreas menos qualificadas no interior dos municípios, dentre as quais se distinguem ocupações legais de loteamentos regulares, ocupações ilegais em loteamentos vazios ou adentrando áreas ambientalmente vulneráveis; d) mudança no perfil das áreas tradicionalmente ocupadas, com a chegada de moradores de renda média, alguns à procura de instalar “negócios”, outros na busca de melhorar a “qualidade de vida” (DESCHAMPS e KLEINKE, 2000, p. 4).*

Uma característica específica relacionada com as causas do crescimento populacional da aglomeração litorânea revelada pelo estudo abordado acima se traduz no fato de que o padrão migratório para a AEII não é caracterizado pelas trocas de população entre os municípios. Este padrão tem se mostrado recorrente nas aglomerações formadas a partir do crescimento do polo em direção a municípios contíguos, como nas regiões metropolitanas, e que têm fortes relações de dependência entre si. No caso dos municípios litorâneos, estes mantêm trocas mínimas de populações entre si, revelando também fortes diferenças quanto à origem de seus migrantes.



No caso específico do município de Paranaguá, de acordo com o estudo referido, a contribuição de migração originária do conjunto do litoral, mesmo incluindo os demais municípios (Guaraqueçaba, Antonina e Morretes), é de apenas 2,04%.

*“Na origem desse fluxo há um equilíbrio de população vinda da Região Metropolitana de Curitiba (RMC), 28,50%, de paranaenses do interior do Estado, 25,4%, e de outras unidades da federação, 32,53%, com predominância de migrantes vindos de São Paulo, observando-se que no período 1991/96 deve ocorrer a continuidade deste perfil, já que 68% dos imigrantes são paranaenses” (DESCHAMPS e KLEINKE, 2000, p. 6).*

As conclusões deste estudo apontam para a intensificação de uma migração de populações de baixa renda em direção ao litoral.

*“Diante da falta de opções no meio rural e em cidades interioranas, e dada à saturação das áreas metropolitanas, assim como a proximidade destas ao litoral paranaense, a população de baixa renda vê nestas áreas a concretização de novas possibilidades de inserção no mercado de trabalho. A sobrevivência, enfim. O litoral e sua dinâmica oferecem-se como uma nova fronteira a esses imigrantes” (DESCHAMPS e KLEINKE, 2000, p. 13).*

Como se localiza inteiramente na planície costeira, o município expandiu-se de forma descontrolada, inclusive em áreas hoje consideradas de preservação. É o caso dos

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1159

manguezais que existem ao redor de quase todo o município, principalmente os próximos aos rios Emboguaçu e Itiberê. De acordo com Caneparo (2000), os ciclos econômicos ligados ao porto (nos anos 60, o café; hoje, a soja) influenciaram a dinâmica de ocupação do município, principalmente, do centro em direção ao porto, gerando uma série de problemas socioambientais típicos de uma ocupação desordenada. De acordo com a pesquisadora, em 1952 Paranaguá tinha 2.665 ha manguezais e em 1996: 2.371 ha. Ou seja, perdeu 294 ha, basicamente pela ocupação urbana e instalação de armazéns próximos ao porto.



Como subproduto dessa migração e consequente ocupação desordenada das regiões litorâneas, torna-se inevitável a agressão aos manguezais, restingas, rios e encostas. Igualmente revela-se precário o atendimento em saneamento básico, o que compromete, nas temporadas, a qualidade sanitária da população. Este mesmo descontrole favorece os mais diversos interesses, permitindo que, ao adentrar *“áreas ambientalmente vulneráveis, muitos empreendimentos cerceiem o acesso público aos bens naturais, como ocorre com os condomínios fechados, responsáveis pela expansão da mancha de ocupação na orla, e das marinas nas margens de rios e baías”*. (DESCHAMPS e KLEINKE, 2000, p. 13).

#### 8.3.1.1.4.1 População flutuante na AEII

Os dados sobre a população flutuante nos municípios da AEII foram retirados dos seguintes relatórios: a) Estudo “Paraná – Estudo Estatístico: 20 anos de turismo”, elaborado em parceria entre a Paraná Turismo (PRTUR) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas” (SEBRAE); b) Estudo “Estudo da Demanda Turística: Litoral do PR (2000 – 2006), desenvolvido pela Secretaria de Estado do Turismo.

Informações sobre o fluxo de pessoas para os municípios do litoral bem como os principais polos emissores serão apresentadas a seguir. Essas informações levantadas abrangem o período de 1992 a 2012.

Conforme observa-se na Tabela 8.3.4, houve uma queda do fluxo de turistas até 2002, seguida de crescimento no ano de 2007 e uma nova diminuição no ano de 2012. Os dados demonstram que tanto o fluxo das rodoviárias, quanto o fluxo de turistas que utilizam as rodovias vem caindo gradativamente. Além disso, o fluxo total do litoral paranaense pouco tem aumentado em 20 anos.

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1160

**Tabela 8.3.4 - Fluxos de pessoas para AEII e Paranaguá - agregado (1992 – 2012)**

Tipo de fluxo	1992	1997	2002	2007	2012
Embarque de passageiros nas rodoviárias	828.982	766.247	734.938	502.658	535.673
Fluxo de Turistas	2.511.585	2.315.387	2.304.279	2.794.778	2.597.392
Turistas embarcados nas rodoviárias	359.157	319.525	306.469	209.608	223.376
Turistas pelas rodovias	2.152.428	1.995.872	1.997.810	2.585.170	2.374.016

Fonte: SETU, 2013

A Tabela 8.3.5 demonstra uma forte participação de turistas do estado do Paraná. A população do próprio estado representa a grande maioria do fluxo do Litoral do Paraná. Mesmo que esse número tenha diminuído ao longo dos anos, ainda representa 88,3% dos turistas. Mesmo que de maneira pouca expressiva, é possível notar o aumento de turistas provenientes de Santa Catarina, que praticamente dobraram a sua participação.

**Tabela 8.3.5 - Principais polos emissores para o Litoral do Paraná – agregado (1992 – 2012)**

Polos Emissores	Anos (%)				
	1992	1997	2002	2007	2012
Paraná	93,4	89,3	84,3	88,9	88,3
Santa Catarina	1,1	2,5	3,7	2,4	2,5
São Paulo	2,8	3,5	6,1	5,4	5,5
Brasil	98,6	98,9	98,3	98,9	98,9
Estrangeiros	1,4	1,1	1,7	1,1	1,2
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>



Fonte: SETU, 2013

O relatório “Paraná – Estudo Estatístico: 20 anos de turismo” também chama a atenção para o aumento da preferência por ônibus em detrimento dos veículos próprios no período de verão. Com relação ao meio de hospedagem utilizado pelos turistas, as casas de parentes e amigos apresentaram crescimento, enquanto que a casa própria, embora na posição de meio preferido, apresentou uma queda de 41,9% para 33,6% em 2012, assim como os imóveis locados, que em 2012 registrou somente 16,1% do total.

A seguir é apresentado, em forma de tópicos, o perfil dos turistas que frequentam o litoral do Paraná no período de verão. Esses dados foram extraídos do “Estudo da Demanda Turística: Litoral do PR (2000 – 2006)”.

- 1) De acordo com a Secretaria de Turismo do Paraná (2008): os sete municípios do litoral paranaense possuem boa infraestrutura para receber cerca de um milhão de visitante durante a alta temporada;



 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1161

- 2) O turista que visita o Litoral do Paraná é, em sua maioria, procedente de Curitiba, seguida de outras regiões do Estado;
- 3) Os turistas que visitam o litoral sempre foram, em sua maioria, do sexo masculino;
- 4) O meio de hospedagem mais utilizado durante a alta temporada é a casa própria, com 39,3% em 2006, seguida de casa de parentes e amigos como 28,1% do total em 2006.
- 5) A procura pelo meio de hospedagem Hotel vem crescendo desde 2000, saindo de 5,6% para 13,7% em 2006 (144,6% de crescimento).
- 6) Com relação à renda média individual dos turistas, houve uma queda até o ano de 2004, voltando a crescer em 2005 e 2006.
- 7) O gasto médio diário dos veranistas vem crescendo desde 2000, chegando a UU\$ 21,80 em 2006.
- 8) De acordo com Secretaria de Turismo do Paraná (2008), dentre as infraestruturas avaliadas pelos turistas, todas têm o conceito Bom, acima dos 50%, com exceção do saneamento básico, que teve 44,7% em 2006 desse conceito. A infraestrutura de acesso é a que apresenta melhor aproveitamento, com 82,7% em 2006, crescendo 58,7% em relação a 2002, quando o percentual foi de 52,1%<sup>1</sup>.

#### 8.3.1.1.4.2 Migração pendular na AEII



Migração pendular é uma referência às populações que se deslocam periodicamente entre seus domicílios para os locais de estudo/trabalho nos municípios de residência ou fora deles.

*Na atualidade, verifica-se que esses deslocamentos ocorrem entre distâncias cada vez maiores entre a origem e o destino, revelando o avanço do processo de ocupação do espaço das aglomerações urbanas. As centralidades dessas áreas tornam-se nítidas e permitem a identificação de processos seletivos de uso e apropriação do espaço, com segmentação dos locais de moradia e de trabalho (MOURA et al, 2005).*

---

<sup>1</sup> Para verificação das informações sobre o perfil dos veranistas de Paranaguá bem como dos outros seis municípios do litoral paranaense pode-se consultar o "Estudo da Demanda Turística: Litoral do PR (2000 – 2006)".



 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1162



Como referido na citação acima, as centralidades das áreas em que ocorrem estas migrações pendulares tornam-se nítidas. Os dados do CENSO IBGE 2010, sobre deslocamentos permitem a aferição desta assertiva. Verifica-se que a parte da população laboral residente no município de Paranaguá que se deslocava para fora deste para trabalho é a menor entre os municípios litorâneos (2%) embora representativa em valores absolutos numa perspectiva comparada (Tabela 8.3.6). Isto é, Paranaguá recebe mais trabalhadores de fora de seu município em relação aos que dele saem o que torna evidente a centralidade que exerce sobre o seu entorno. Antonina registrou o maior percentual da população laboral residente a se deslocar para fora do município. É presumível que os destinos destes deslocamentos sejam os centros microrregional (Paranaguá) e mesorregional (Curitiba). Entretanto, o conhecimento sobre a frequência dos deslocamentos para estes destinos depende de pesquisa empírica específica. De Guaraqueçaba deslocavam-se para trabalho fora do município o equivalente a apenas 1,3% da população municipal laboral. Em toda a AEII, os que se deslocam para fora de seus municípios para o exercício de suas atividades profissionais equivalia a 4,7% do conjunto de 114.781 trabalhadores.

**Tabela 8.3.6 – Deslocamentos para estudo e trabalho nos municípios da AEII (2010).**

Município	Estuda em outro município	%	Trabalha em outro município	%
Paranaguá	1.402	3,1%	1.181	2,0%
Matinhos	591	6,6%	1.110	8,1%
Antonina	394	7,2%	1.038	15,1%
Pontal do Paraná	127	2,1%	952	10,1%
Morretes	422	9,3%	576	8,1%
Guaratuba	625	6,1%	546	4,0%
Guaraqueçaba	87	3,4%	44	1,3%
<b>Total</b>	<b>3.648</b>	<b>4,4%</b>	<b>5.447</b>	<b>4,7%</b>

Fonte: CENSO IBGE, 2010.

Os deslocamentos intermunicipais para estudo representavam 4,4% da população estudantil total da AEII. Os maiores deslocamentos para estudo, em termos do percentual de estudantes que se deslocavam em cada município, ocorriam nos municípios de Morretes e Antonina, estes localizados mais proximamente à cidade de Paranaguá. A migração pendular para estudo a partir de Paranaguá é mais expressiva do que a que se dá por razões de trabalho. Isso se deve às limitações da oferta de ensino, especialmente de nível técnico e superior disponíveis nesta cidade. O principal destino desta migração tem sido a capital do estado, mas isso se modificou em certa medida com a instalação e operação da UFPR Litoral, no município de Matinhos, que contava com 15 cursos de graduação e dois mestrados, estes últimos em Desenvolvimento Territorial Sustentado e Ensino das Ciências

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1163

Ambientais, em 2016. Para a facilitação dos deslocamentos de estudantes e servidores, a UFPR disponibiliza linhas de transporte, denominadas “Intercampi” entre Curitiba/Matinhos e Matinhos/Pontal do Paraná/Centro de Estudos do Mar.

Com relação à população pendular do litoral paranaense, com base no relatório “Quantificação e Mapeamento dos Movimentos Pendulares dos Municípios do Estado do Paraná – 2000), elaborado pelo IPARDES (2008), podemos afirmar que o litoral recebe fluxos diários que totalizam aproximadamente 3.535 pessoas, sendo que da Região Metropolitana de Curitiba (RMC) partem 1.433 pessoas diariamente (IPARDES, 2008).

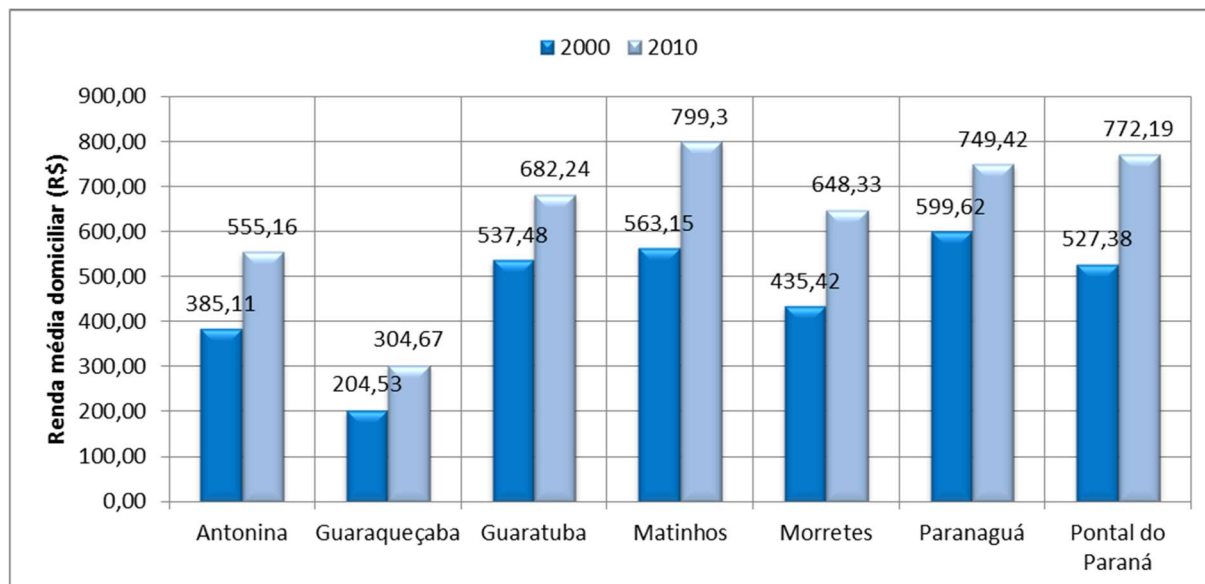
Os municípios de Paranaguá e Pontal do Paraná recebem 38% do fluxo vindo da Região Metropolitana de Curitiba. Com relação ao movimento contrário, ou seja, a saída, o relatório do IPARDES (2008) apresenta o seguinte:

*Saem do litoral 4.524 pessoas, sendo que 1,8 mil se destinam à Região Metropolitana de Curitiba (40%), e Curitiba é destino da grande maioria. Parte de Paranaguá e Morretes 55% do total deste fluxo. Nesta microrregião, os maiores fluxos (somados origem e destino) ocorrem em Paranaguá (3,5 mil), apontada como a principal centralidade da mesorregião, pelo volume de trocas que desenvolve. Na sequência aparece Matinhos (1,1 mil). Nos demais municípios esses fluxos envolvem menos de mil pessoas. Paranaguá é o único município da microrregião que recebe número expressivo de pessoas para trabalho e/ou estudo (1,9 mil) vindo de 50 municípios, em especial para as atividades portuárias. Em seguida aparece Guaratuba, que recebe um total de 406 pessoas oriundas de 23 municípios. No que se refere aos fluxos de origem, verifica-se em Paranaguá o maior número de pessoas envolvidas (1,5 mil), que se dirigem a 27 municípios, sendo os fluxos mais importantes para a RMC (46%), particularmente Curitiba. Vem seguido de Matinhos, de onde se originam 721 pessoas para 11 municípios... (IPARDES, 2008, p. 35- Grifo nosso).*

#### 8.3.1.1.5 *Nível de renda, população economicamente ativa e ocupada, grau de informalidade e desemprego*

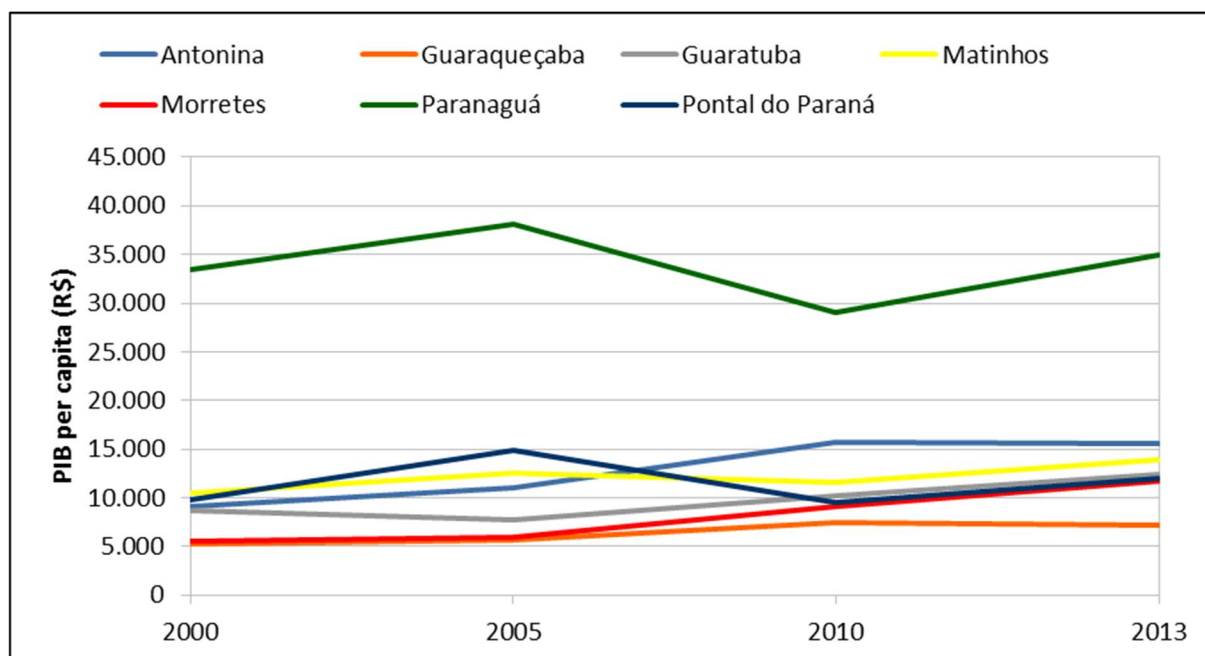
Os níveis da renda em determinada sociedade são marcados pelas condições da produção, em especial a oferta de empregos em termos de quantidade e qualidade dos postos de trabalho disponíveis. A presente análise, que toma por foco os níveis de renda nos municípios integrantes da área de estudo para determinação da área de influência socioeconômica indireta (AEII) deste empreendimento, leva em consideração a renda domiciliar per capita comparada ao produto interno bruto municipal per capita (Gráfico 8.3.3 e Gráfico 8.3.4). Com isso, busca-se avaliar a relação entre produção e renda tendo em vista a acentuada disparidade entre os municípios, relacionada aos resultados das

atividades econômicas. Além destes, são consideradas informações sobre as populações economicamente ativas e ocupadas.



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000, 2010.



**Gráfico 8.3.3 - Renda média domiciliar per capita dos municípios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta (2000-2010)**



Fonte: IBGE – Produto Interno Bruto Municipal, 2000, 2005, 2010, 2013.

Nota: valores a preços de 2010 (INPC).

**Gráfico 8.3.4 - PIB per capita dos municípios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta (2000-2013)**

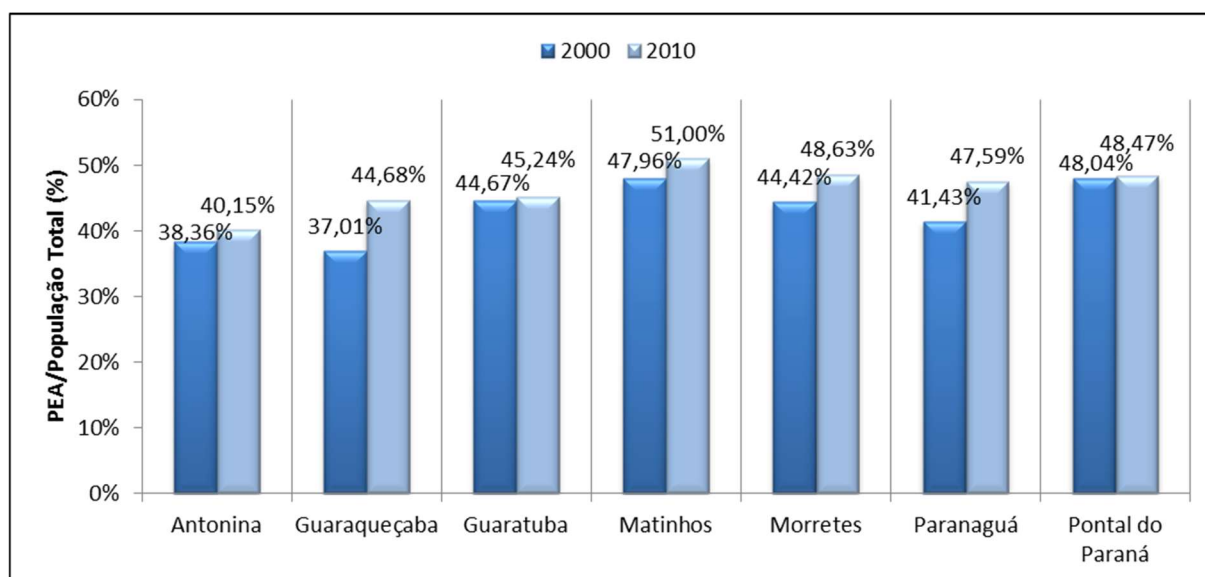
 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1165

Os dados relativos à renda média domiciliar per capita representam o resultado da divisão da renda domiciliar total dividida pela soma dos moradores no domicílio, conforme a metodologia empregada nos censos demográficos de 2000 e 2010. Neste período registrou-se melhoria no acesso à renda em todos os municípios, entretanto os municípios balneários (Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba) apresentaram níveis mais elevados de renda se comparados aos municípios do grupo 1 (Antonina, Morretes e Guaraqueçaba).

O crescimento da renda domiciliar per capita, mostrado acima, foi acompanhado de crescimento da produção per capita, conforme o Gráfico 8.3.4. Apesar disso, essa relação é desequilibrada no caso do município de Antonina que, desde o ano de 2005, registrava o mais elevado PIB per capita regional, com um dos mais baixos níveis de renda social, apenas superior ao município de Guaraqueçaba.

#### 8.3.1.1.5.1 População economicamente ativa e taxa de ocupação

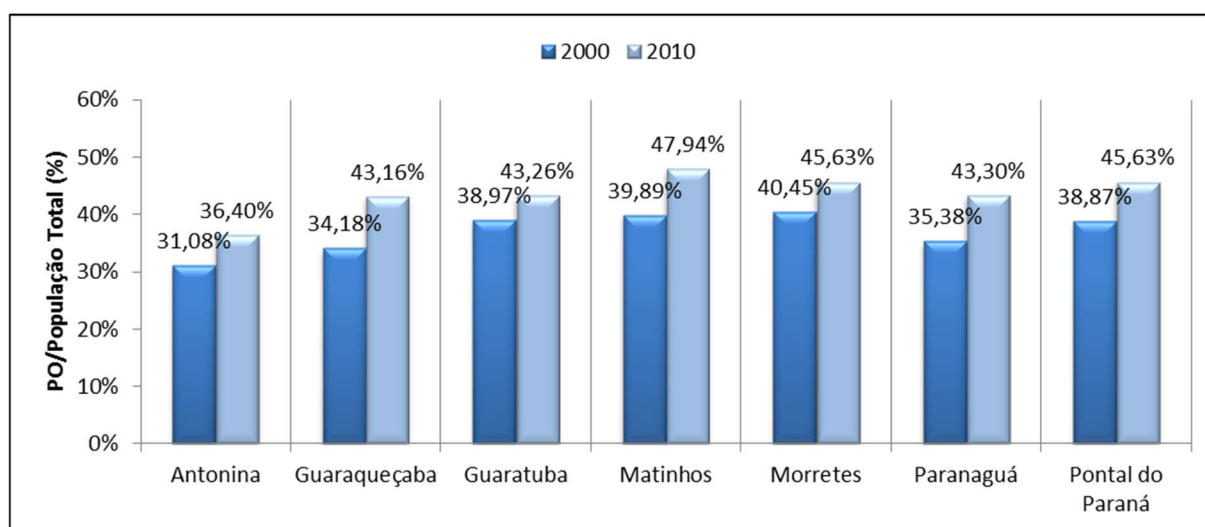
O Gráfico 8.3.5, a seguir, traz os dados disponibilizados pelo IBGE para a População Economicamente Ativa (PEA) dos municípios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta, nos anos 2000 e 2010. De acordo com o IBGE, a PEA compreende o conjunto de pessoas com 10 anos ou mais de idade, de alguma forma inseridas no mercado de trabalho, seja como ocupada ou como desocupada. Como se vê, o município de Antonina, com o mais baixo índice de acesso à renda entre os municípios da AEII, registrava também o menor percentual na relação entre população economicamente ativa e população total.



Fonte: IBGE – Censo Demográfico, 2000, 2010.

**Gráfico 8.3.5 – População Economicamente Ativa (PEA) em relação à população total em cada município da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta (2000-2010)**

O Gráfico 8.3.6 apresenta o percentual da população ocupada em relação a população total, nos municípios da AEII. A população ocupada compreende aquelas pessoas que, na semana anterior à pesquisa do IBGE, tinham algum vínculo de trabalho, como trabalhadores assalariados, com ou sem carteira de trabalho assinada pelo empregador, assim como negócios próprios formais ou informais ou mesmo trabalhos não remunerados.



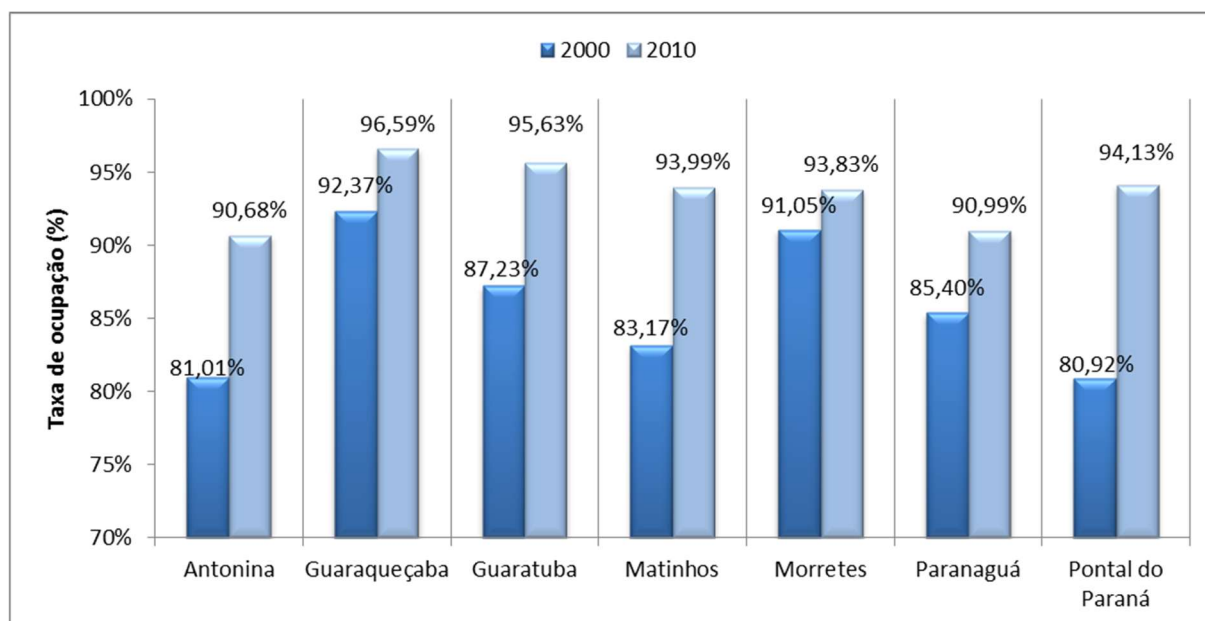
Fonte: IBGE – Censo Demográfico, 2000, 2010.

**Gráfico 8.3.6 - População efetivamente ocupada em relação à população total dos municípios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta (2000-2010)**

Em todos os municípios da AEII ocorreu aumento da população ocupada entre os anos de 2000 e 2010, de acordo com os dados disponibilizados pelo IBGE nos Censos Demográficos. Ao se verificar o município que teve maior aumento percentual da população ocupada, Guaraqueçaba apresentou um aumento de aproximadamente 9% no percentual da população ocupada, seguida por Matinhos (8,05%) e Pontal do Paraná (6,75%).

A taxa de ocupação de uma determinada região é a relação entre o número de pessoas ocupadas e a PEA. É uma forma de verificar o nível de ocupação das pessoas que estão aptas a trabalhar numa determinada localidade. A partir da taxa de ocupação, também é possível inferir algum grau de desemprego na região – ou seja, exatamente o percentual não abrangido na taxa de ocupação.



O Gráfico 8.3.7 apresenta dados de taxa de ocupação nos anos 2000 e 2010, onde todos os municípios apresentaram taxa de ocupação superior a 90% em 2010, sendo que a maior taxa encontrada foi em Guaraqueçaba (96,59%), seguida por Guaratuba (95,63%).



Fonte: IBGE – Censo Demográfico, 2000, 2010.

**Gráfico 8.3.7 - Taxa de ocupação nos municípios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta (2000-2010)**

Ainda, de acordo com o Gráfico 8.3.7 pode-se verificar não somente a taxa de ocupação, mas também a taxa de desemprego dos municípios. É possível observar que a taxa de desemprego diminuiu em todos os municípios da AEII de Paranaguá entre 2000 e 2010. Nos municípios de Pontal do Paraná, Matinhos e Antonina, a taxa de desemprego caiu substancialmente. Pontal do Paraná é o município com maior nível de desemprego em 2000

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1168

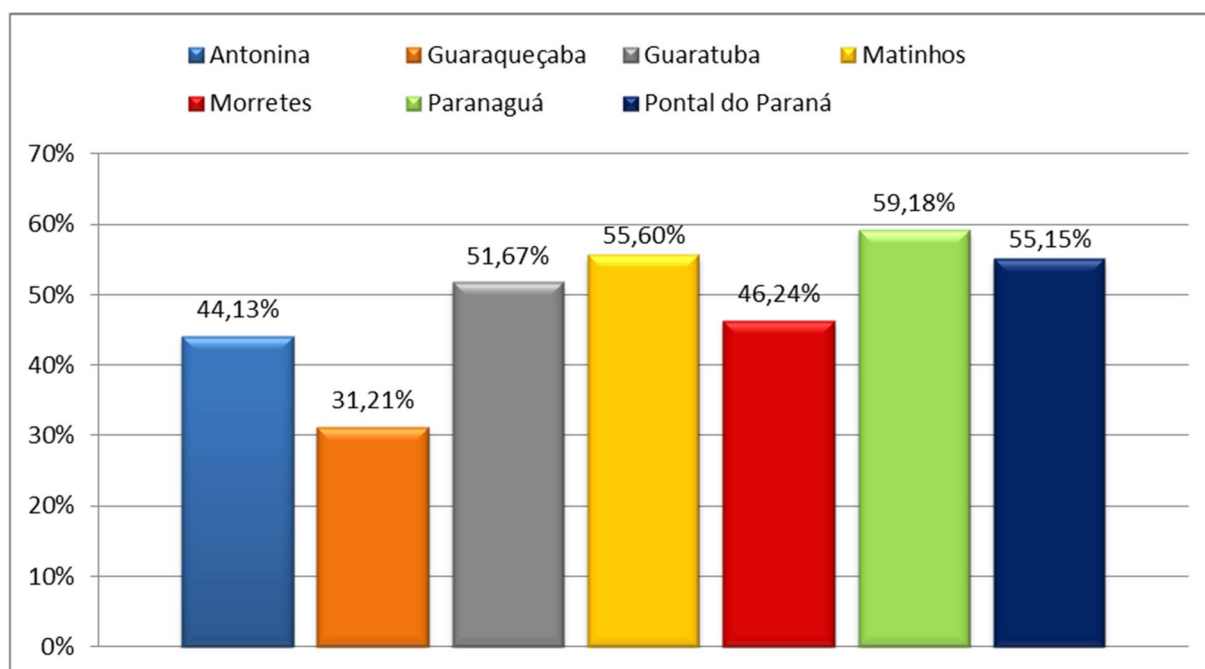
(19,08%), seguido de Antonina (18,99%). Em 2010, porém, Antonina apresenta taxa de desemprego de 9,32% e Pontal do Paraná de 5,87%. Em contrapartida, Guaraqueçaba e Guaratuba apresentam as menores taxas de desemprego em 2010 (3,41% e 4,37%, respectivamente).

#### 8.3.1.1.6 Escolaridade

Nesta seção, serão tratadas questões relativas à educação da população nos municípios que compõem a AEII. Os gráficos a seguir apresentam a escolaridade da população de acordo com a faixa etária. Esse critério de análise foi elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) na confecção da componente Educação no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M). São tomados, para a presente análise: 1) o percentual da população com mais de 18 anos de idade com ensino fundamental completo (Gráfico 8.3.8), 2) o percentual da população de 5 a 6 anos de idade frequentando a escola (Gráfico 8.3.9), 3) o percentual da população de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental (Gráfico 8.3.10), 4) o percentual da população de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo (Gráfico 8.3.11) e 5) o percentual da população de 18 a 20 anos com ensino médio completo (Gráfico 8.3.12).

Dessa forma, o Gráfico 8.3.8 permite analisar o percentual de habitantes com 18 anos ou mais de idade com ensino fundamental completo, no ano de 2010, nos municípios da AEII. De acordo com os dados abaixo, o município com menor percentual foi Guaraqueçaba, com 31,21% da população dessa faixa etária com ensino fundamental completo. A partir dos dados já discutidos, é interessante ressaltar que o menor nível de escolaridade verificado em Guaraqueçaba também reflete no nível de renda da população, pois de acordo com o Gráfico 8.3.4, a renda média domiciliar per capita do município era a mais baixa da AEII (R\$ 304,67 em 2010).

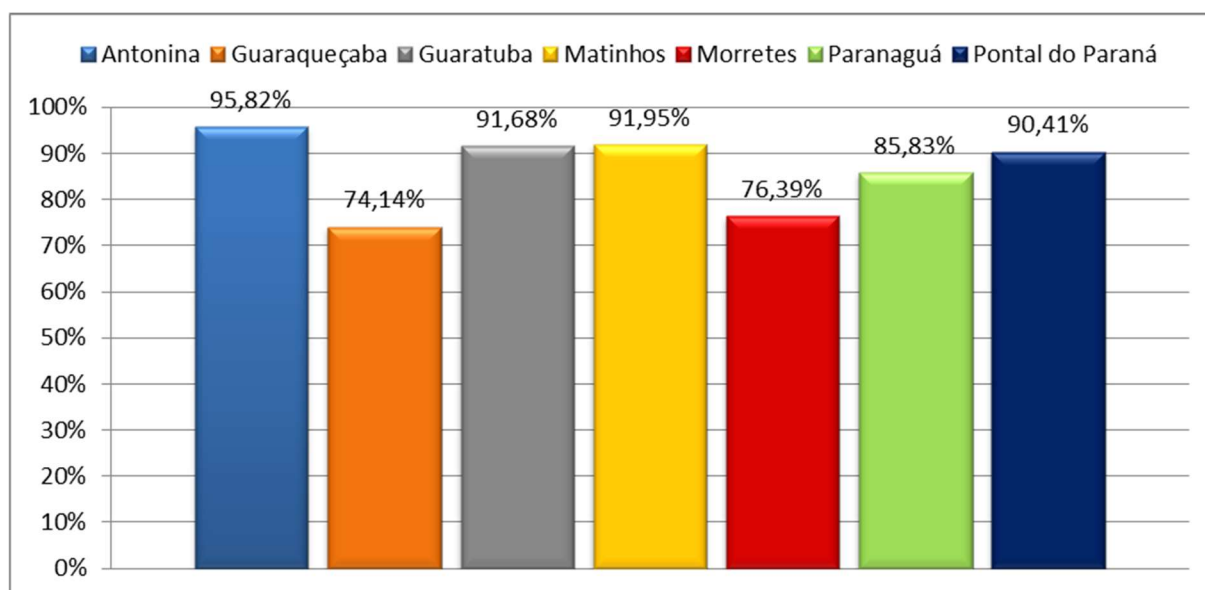




Fonte: PNUD – Atlas do Desenvolvimento Humano, 2016.

**Gráfico 8.3.8 - Percentual da população com 18 anos ou mais de idade com ensino fundamental completo nos municípios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta (2010)**

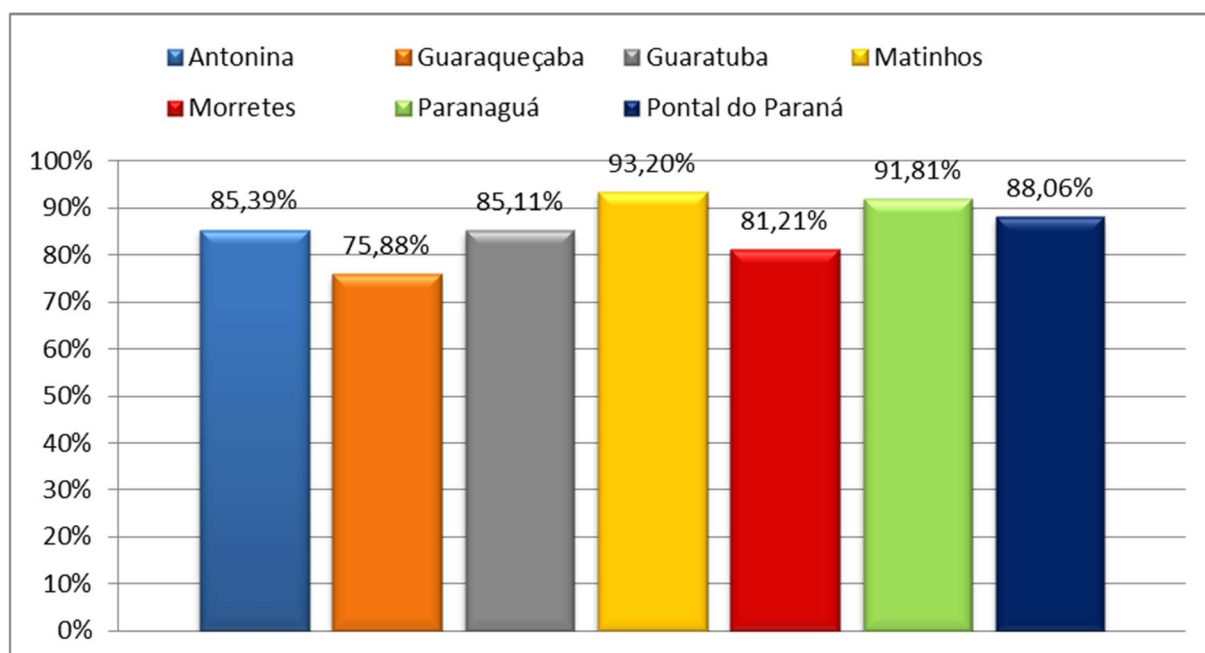
Quando verificado o percentual da população de 5 a 6 anos de idade frequentando a escola nos municípios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta, Antonina apresenta a maior abrangência da rede educacional, com 95,82% das crianças na escola. Nesse caso, é relevante apontar as disparidades existentes entre os municípios da AEII. Enquanto Antonina, Matinhos, Guaratuba e Pontal do Paraná apresentam mais de 90% das crianças na escola, Guaraqueçaba, Morretes e Paranaguá ficam abaixo de deste nível. Em termos comparativos, a média estadual é de 90,34%. Nesse sentido, é perceptível que Morretes, Guaraqueçaba e Paranaguá necessitam aumentar a cobertura da rede educacional, levando mais crianças para a escola.



Fonte: Pnud – Atlas do Desenvolvimento Humano, 2016.

**Gráfico 8.3.9 - Percentual da população de 5 a 6 anos de idade frequentando a escola nos municípios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta (2010)**

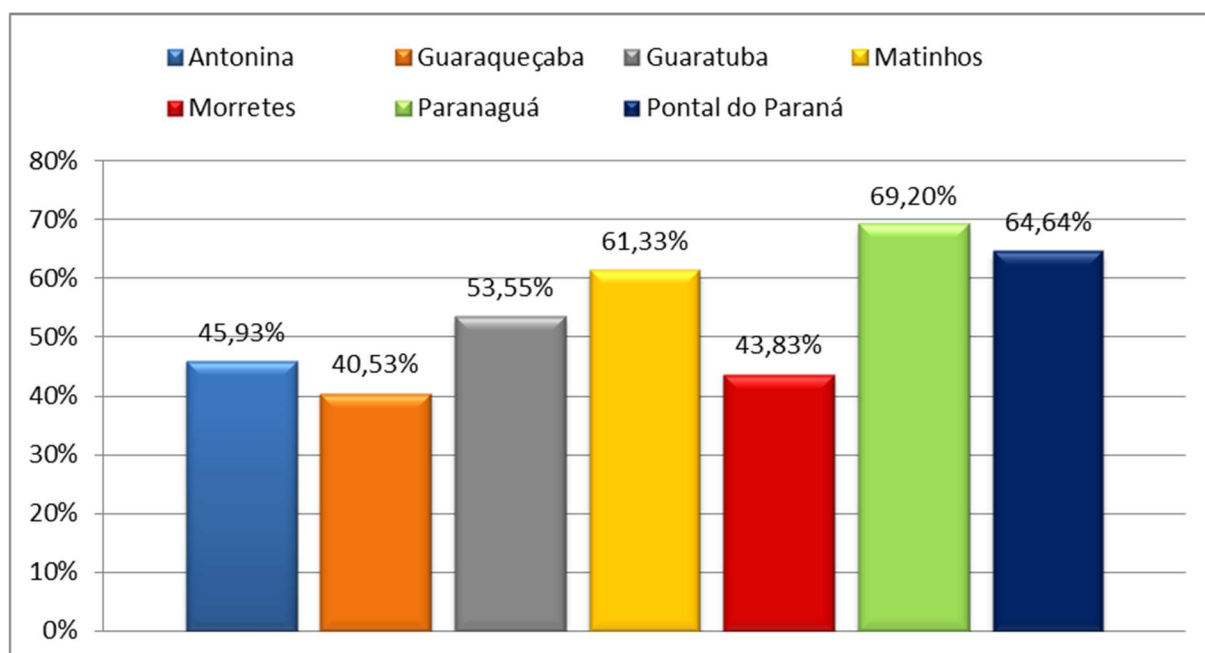
O percentual da população de 11 a 13 anos de idade frequentando os anos finais do ensino fundamental é apresentado no Gráfico 8.3.10. O município de Matinhos apresentava a maior relação percentual de adolescentes de 11 a 13 anos de idade frequentando os anos finais do ensino fundamental – ou seja, são alunos que estão “periodizados”. Essa relação percentual é menor em Guaraqueçaba, com cerca de 76% dos alunos nesta faixa etária nas séries finais do ensino fundamental.



Fonte: Pnud – Atlas do Desenvolvimento Humano, 2016.

**Gráfico 8.3.10 - Porcentagem da população de 11 a 13 anos de idade frequentando os anos finais do ensino fundamental nos municípios da Área de Estudo para Determinação da Área de Influência Indireta (2010)**

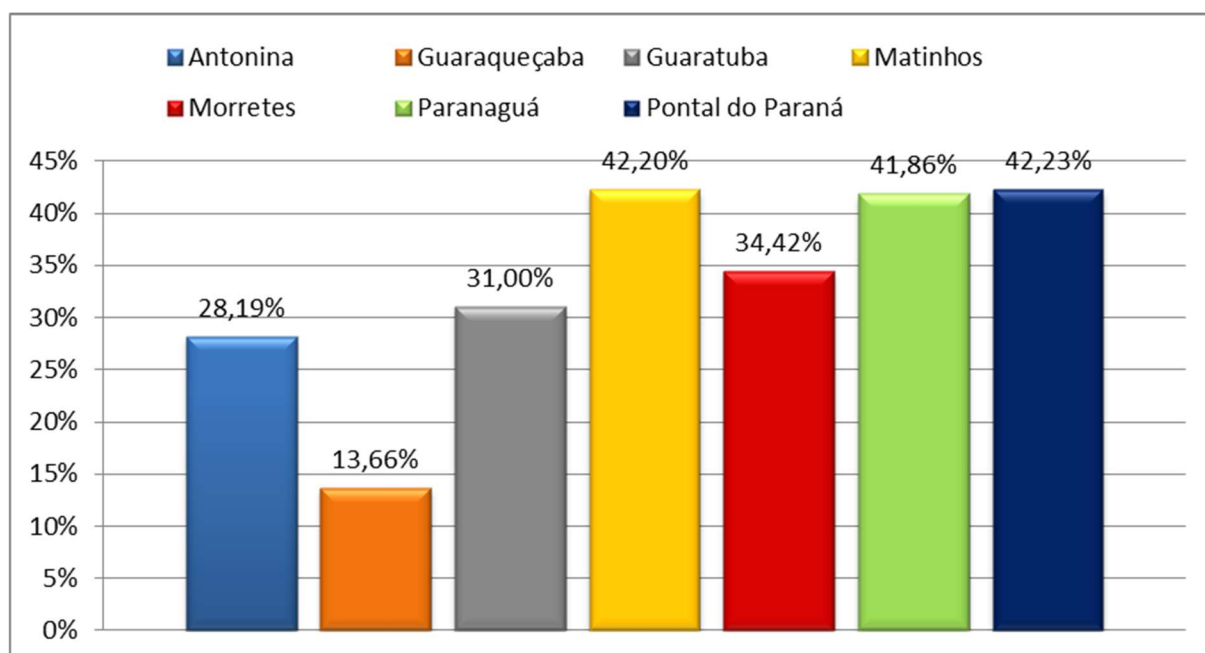
O percentual da população de 15 a 17 anos de idade com ensino fundamental completo é apresentado no Gráfico 8.3.11, para os municípios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta. Novamente há uma deficiência educacional relativamente maior em Guaraqueçaba, com 40,53% dos jovens nessa faixa etária com ensino fundamental completo. Não obstante, Morretes também apresenta relação bastante inferior à registrada por outros municípios da região, com 43,83%. Entre os municípios da AEII, somente Paranaguá, Pontal do Paraná, Matinhos apresentam relação superior a 60%, sendo que todos os municípios da AEII estão abaixo da média estadual (65,58%).



Fonte: Pnud – Atlas do Desenvolvimento Humano, 2016.

**Gráfico 8.3.11 - Porcentagem da população de 15 a 17 anos de idade com ensino fundamental completo nos municípios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta (2010)**

O Gráfico 8.3.12 apresenta a relação percentual da população de 18 a 20 anos de idade com ensino médio completo no ano de 2010, para os municípios da AEII. O município da AEII com maior índice nesse indicador é Pontal do Paraná (42,23%), seguido de Matinhos (42,20%) e Paranaguá (41,86%). No entanto, nenhum município alcançou a média estadual de 48,05%. Novamente, o município de Guaraqueçaba apresenta relação percentual bem abaixo da média estadual, sendo que no município esse indicador é quase 3,5 vezes menor do que a média do Estado do Paraná (48,05%).



Fonte: Pnud – Atlas do Desenvolvimento Humano, 2016.

**Gráfico 8.3.12 - Porcentagem da população de 18 a 20 anos de idade com ensino médio completo nos municípios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta (2010)**



#### 8.3.1.1.6.1 Analfabetismo, anos de estudo e defasagem

A Tabela 8.3.7 apresenta a taxa de analfabetismo nos municípios da AEII em perspectiva comparada com a taxa brasileira para o ano de 2010. O cálculo é baseado no número de pessoas residentes que não sabem ler nem escrever um bilhete simples, no idioma que conhecem, dividido pela população total e multiplicado por 100.

**Tabela 8.3.7 - Taxa de analfabetismo nos municípios da AEII (2010)**

Município	(%) Taxa de analfabetismo - 11 a 14 anos	(%) Taxa de analfabetismo - 15 a 17 anos	(%) Taxa de analfabetismo - 18 a 24 anos	(%) Taxa de analfabetismo - 25 anos ou mais
Brasil	3,24	2,20	2,61	11,82
Antonina	1,69	1,29	1,96	10,52
Guaraqueçaba	2,95	1,01	6,10	18,03
Guaratuba	1,34	0,79	1,50	6,59
Matinhos	1,25	1,28	1,01	5,07
Morretes	1,53	1,47	2,22	8,15
Paranaguá	1,07	1,08	1,03	4,77
Pontal do Paraná	1,25	0,84	1,38	5,74

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1174

Nota-se, que Guaraqueçaba é o município do litoral com taxas mais elevadas de analfabetismo. O município registrou valores bem acima do observado para o nível nacional entre os jovens de 18 a 24 anos, e os que possuem 25 anos ou mais. A cada 100 jovens entre 18 a 24 anos que residem em Guaraqueçaba, aproximadamente, 6 são analfabetos. Entre os jovens com 25 anos ou mais, esse número é ainda maior, sendo aproximadamente 18 analfabetos a cada 100 pessoas. Apesar de ficar abaixo da média nacional de 3,24%, Guaraqueçaba também apresenta uma taxa de analfabetismo elevada entre crianças de 11 a 14 anos, sendo quase 3 crianças analfabetas a cada 100 crianças dentro dessa mesma faixa etária.



O município de Paranaguá apresenta as menores taxas de analfabetismo entre as crianças de 11 a 14 anos e entre os jovens de 25 anos ou mais. Dentro dessas faixas etárias, o município registra valores muito abaixo dos verificados para média nacional. No Brasil, a cada 100 crianças entre 11 e 14 anos, aproximadamente, 3,24 são analfabetas, em Paranaguá, a cada 100 crianças nessa mesma faixa etária, 1 é analfabeta. Entre os jovens com 5 anos ou mais, a diferença é ainda maior. No Brasil, a cada 100 jovens com 25 anos ou mais, 11, aproximadamente, são analfabetos. Em Paranaguá, a cada 100 jovens com 25 anos ou mais, aproximadamente, 4 são analfabetos.

Já, a taxa de analfabetismo verificada entre os jovens de 15 a 17 anos de idade é menor (0,79) em Guaratuba e maior em Morretes (1,47).

A tabela a seguir apresenta a expectativa de anos de estudo para os municípios da AEII considerando os três últimos censos do IBGE. A expectativa de anos de estudo (que significa quanto tempo se espera que uma criança fique na escola) considera apenas a adequação da frequência escolar até aos 18 anos de idade. No caso de um fluxo escolar ideal, em que todas as pessoas ingressam aos 6 anos no ensino fundamental e não há repetência ou abandono ao longo do ensino básico, esse indicador assumiria o valor de 12 anos.

**Tabela 8.3.8 - Expectativa de anos de estudo para os municípios da AEII (1991 – 2010)**

Município	Expectativa de anos de estudo (1991)	Expectativa de anos de estudo (2000)	Expectativa de anos de estudo (2010)
Brasil	8,16	8,76	9,54
Antonina	8,63	8,95	9,95
Guaraqueçaba	6,69	7,11	9
Guaratuba	8,72	8,86	9,12

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1175

Município	Expectativa de anos de estudo (1991)	Expectativa de anos de estudo (2000)	Expectativa de anos de estudo (2010)
Matinhos	9,54	9,68	10,79
Morretes	9,23	8,6	8,59
Paranaguá	9,42	9,57	10,87
Pontal do Paraná	8,49	9,82	10,64

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2017.

O número médio de anos de estudo da população residente no litoral no Paraná cresceu em todos os municípios da AEII, com exceção de Morretes. Em 1991, Morretes registrou uma média de aproximadamente 9 anos de estudos, em 2010 esse valor caiu para aproximadamente 8 anos de estudo.

Apesar do aumento da média de anos de estudo no restante dos municípios do litoral, Guaraqueçaba continua sendo o município mais vulnerável da AEII na questão da educação. Entre 1991 e 2000, as médias de anos de estudo de Guaraqueçaba foram as únicas do litoral paranaense a ficarem abaixo da média nacional, com 6,69 anos de estudos em 1999 e 7,11 anos de estudo em média em 2000. Em 2010, Guaraqueçaba também registrava valores abaixo da média nacional, contudo, dessa vez, foi Morretes que registrou o menor valor entre os municípios da AEII, com 8,59 anos de estudo em média.



Em 1991, Matinhos foi o município que apresentou a maior média em anos de estudo com aproximadamente 9 anos. Em 2000, foi Pontal do Paraná que registrou a melhor média, com 9,82 anos de estudo. Já em 2010, Paranaguá registrou o máximo do valor observado para as médias de anos de estudo no litoral paranaense, com 10,87, aproximadamente 11 anos de estudo em média.

A Tabela 8.3.9 apresenta o percentual de defasagem de anos de estudos nos municípios do litoral paranaense.

**Tabela 8.3.9 - Defasagem de anos de estudo nos municípios da AEII (2010)**

Município	% de 6 a 14 anos no fundamental com 2 anos ou mais de atraso	% de 6 a 17 anos no básico com 2 anos ou mais de atraso
Brasil	15,9	19,6
Antonina	20,3	25,0
Guaraqueçaba	24,7	30,9
Guaratuba	20,5	24,2
Matinhos	12,3	16,4
Morretes	23,7	28,4
Paranaguá	10,4	12,9



 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1176

Município	% de 6 a 14 anos no fundamental com 2 anos ou mais de atraso	% de 6 a 17 anos no básico com 2 anos ou mais de atraso
Pontal do Paraná	13,7	16,2

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2017.



Observa-se na Tabela 8.3.9 o percentual de alunos de 6 a 14 anos no ensino fundamental com mais 2 anos de atraso escolar nos municípios da AEII. No Brasil a cada 100 estudantes, 15 aproximadamente, possuem dois anos de atraso escolar no ensino fundamental. Em Guaraqueçaba esse valor é mais elevado, com aproximadamente 24 alunos a cada 100 estudantes. Já, Paranaguá possui a menor taxa de defasagem escolar entre os municípios da AEII. Entre os alunos de 6 a 14 anos de idade no fundamental, 10 a cada 100 estudantes encontram-se nessa situação.

Com relação aos alunos de 6 a 17 anos com dois anos de atraso no ensino básico, Guaraqueçaba registrou um valor muito acima da média observada para o nível nacional e Paranaguá registrou um valor muito abaixo da média observada para o nível nacional. Em Guaraqueçaba, a cada 100 estudantes de 6 a 17 anos, 30 alunos possuem dois anos de atraso escolar. Em Paranaguá, a cada 100 estudantes nessa mesma faixa etária, 12 aproximadamente possuem dois anos de atraso escolar.

#### 8.3.1.1.6.2 Abandono escolar na AEII

O abandono escolar é definido pelo percentual de alunos matriculados que deixam de frequentar a escola durante o ano letivo. As tabelas apresentadas mais abaixo, indicam as taxas de abandono escolar para os municípios da AEII em 2015 nas escolas das redes estadual e municipal. Como em geral ocorre, a rede estadual de ensino atende o ensino fundamental apenas em seus anos finais, do 6º ao 9º, e o ensino médio. Já, o ensino nos primeiros anos do nível fundamental é responsabilidade dos municípios.

Com base na taxa de abandono escolar na rede estadual, apresentada na Tabela 8.3.10, observa-se que o êxodo escolar é maior no ensino médio para todos os municípios da AEII. Trata-se de um problema que afeta todo o país, de forma histórica o que tem levado especialistas buscarem explicações para o fenômeno. Em 2012, pouco mais da metade dos alunos com até 19 anos deixaram de completar o ensino médio de acordo com os dados compilados pela ONG Todos pela Educação, conforme notícia do órgão eletrônico *on line* BBC BRASIL (BBC BRASIL, 2017).

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1177

**Tabela 8.3.10 – Taxa de abandono escolar na rede estadual da AEII em 2015 (%)**

Ano/série	Paranaguá	Antonina	Morretes	Guaraqueçaba	Pontal do Paraná	Matinhos	Guaratuba
6º ano	3	2,3	7	2,8	2,1	0,8	4,1
7º ano	2	1	5,4	1,9	2,4	0,9	6,7
8º ano	5,3	5	7,6	4,2	4,4	2,1	4,3
9º ano	4,4	4,2	12	6,8	2,8	1,6	7,9
1ª Série	7,6	5,5	9,8	5,2	6,3	4,5	8,6
2ª Série	8,6	2	6	5,7	8,2	4,4	6,3
3ª Série	8,1	1	12,1	7,4	5,1	3,3	4,8
4ª Série	0	0	0	-	-	-	0



Fonte: INEP, 2017

O município de Morretes, além de registrar uma alta taxa (12,1%) de abandono na terceira série do ensino médio, também apresenta uma alta taxa (12,0%) de abandono para o nono ano do ensino fundamental. Como se observa na tabela referida, em Paranaguá e em Pontal do Sul o abandono escolar da rede estadual ocorre em maior quantidade na segunda série do ensino médio, com valores na casa dos 8%. Em Guaraqueçaba, a terceira série do ensino médio apresenta a maior taxa de abandono enquanto no sétimo ano do ensino fundamental o abandono escolar é relativamente menor. Em Matinhos, Guaratuba e Antonina, a taxa de abandono é mais alta no primeiro ano do ensino médio do que nos anos finais do ensino fundamental.

Conforme estudos especializados indicam, o abandono escolar é mais acentuado nos anos e séries mais avançadas frequentados por adolescentes e, em especial no turno noturno. Tais premissas são confirmadas pelos dados avaliados aqui referentes aos municípios do litoral paranaense. O abandono escolar por alunos da rede municipal é mais expressivo nos anos finais. Entre os alunos que frequentavam cursos na rede municipal na AEII, Guaraqueçaba registrava a maior taxa de abandono até o 6º ano, sendo este mais expressivo no 5º ano. A rede municipal em Morretes oferece, também, ensino para as fases finais do ensino fundamental nos quais se registram taxas elevadas de abandono, especialmente no 6º ano, conforme a Tabela 8.3.11.

**Tabela 8.3.11 – Taxa de abandono escolar na rede municipal da AEII em 2015 (%)**

Ano/série	Paranaguá	Antonina	Morretes	Guaraqueçaba	Pontal do Paraná	Matinhos	Guaratuba
1º ano	0,1	0,9	1,2	0	0,6	0,2	0,8
2º ano	0,2	0	0	1,4	0,3	0,3	0,5

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1178

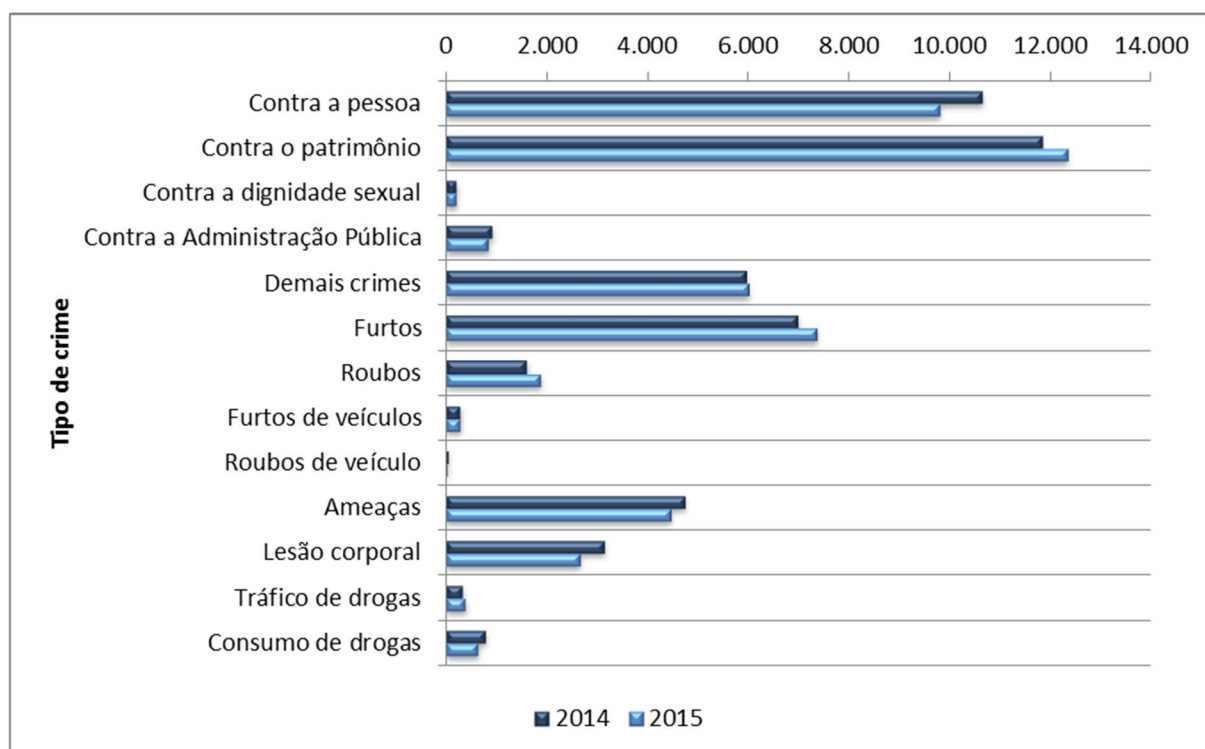
Ano/série	Paranaguá	Antonina	Morretes	Guaraqueçaba	Pontal do Paraná	Matinhos	Guaratuba
3º ano	0,1	1,1	0,7	0	1,4	0	0,7
4º ano	0,2	0,6	0,8	0,6	0,2	0,4	0,5
5º ano	0,2	0,5	0	2,1	0,3	0	0,6
6º ano	0	-	10,9	-	-	-	-
7º ano	0	-	5,9	-	-	-	-
8º ano	0	-	4	-	-	-	-
9º ano	0	-	3,5	-	-	-	-

Fonte: INEP, 2017.

Em Guaratuba o abandono escolar é maior no primeiro ano do ensino fundamental e em Morretes é mais elevada no quarto ano. Nota-se que em Paranaguá, as taxas de evasão escolar são baixas durante os anos do ensino fundamental, oscilando entre os valores de 0,10% e 0,20% de abandono escolar.

#### 8.3.1.1.7 Índice de criminalidade

Nesta seção são tratadas questões relativas à segurança e à criminalidade na Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta. O Gráfico 8.3.13 apresenta a quantidade de crimes (sem mortes) cometidos nos anos 2014 e 2015. O crime mais comum na região litorânea é aquele em que se atenta “contra o patrimônio”, com 12 mil ocorrências em 2015, cerca de 4% a mais do que no ano anterior. Em segundo lugar, estão considerados os crimes “contra a pessoa”, em que se registrou 9.800 casos no mesmo ano. Neste tipo de crime, houve uma redução de 8% em relação ao ano anterior.



Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná – Relatório Estatístico, 2016.

### Gráfico 8.3.13 - Número de crimes cometidos por tipo de crime nos municípios da AEII (2014-2015)

Ao analisar as variações percentuais, verifica-se que o tipo de crime com maior crescimento entre os dois anos analisados foi tráfico de drogas: em 2014 se registrou 326 ocorrências, enquanto em 2015 passou para 388, ou seja, 19% a mais do que no ano anterior. Já em relação ao tipo de crime que teve maior diminuição entre 2014 e 2015, roubos de veículos registrou queda de 20%, passando de 46 para 37 ocorrências.

A Tabela 8.3.12 traz dados relativos aos crimes em que houve mortes nos municípios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta, entre 2014 e 2015. Os dados disponibilizados pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná (SSP-PR) permitem identificar os municípios em que ocorreram os crimes. O crime de homicídio doloso – aquele em que há intenção de matar – foi o mais recorrente nos municípios da AEII, sendo que de 2014 para 2015 ocorreu um aumento de 4,2% no total dos municípios, passando de 95 casos em 2014 para 99 no ano seguinte. Neste tipo de crime, Antonina apresentou o maior aumento percentual, com 400%, pois em 2014 só havia ocorrido uma morte por homicídio doloso e, no ano seguinte, foram registrados cinco casos no município.

**Tabela 8.3.12 – Quantidade de crimes com morte nos municípios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta (2014-2015)**

Município	Homicídio doloso		Latrocínio		Lesão corporal (morte)		Homicídio culposo no trânsito	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015
Antonina	1	5	-	-	-	1	-	-
Guaraqueçaba	-	-	-	-	-	-	-	-
Guaratuba	19	21	-	-	-	-	2	-
Matinhos	17	20	-	1	-	-	1	-
Morretes	5	-	-	-	-	-	1	-
Paranaguá	45	43	-	-	1	1	9	-
Pontal do Paraná	8	10	-	-	-	-	2	-
<b>Total</b>	<b>95</b>	<b>99</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>15</b>	<b>0</b>

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná – Relatório de Crimes Relativos a Mortes, 2015.



Em situação oposta, o município de Morretes havia registrado cinco casos em 2014 e, no ano seguinte, não houve registros de homicídio doloso. O município de Paranaguá registrou a maior quantidade de homicídios dolosos, sendo que em 2014 foram registrados 45 e, no ano seguinte, 43. Guaraqueçaba, ao contrário, não registrou nenhum crime com morte em 2014 e 2015.

Outro tipo de crime que chama a atenção é o homicídio culposo no trânsito – em que não há intenção de matar –, sendo que foram 15 casos ao todo, em 2014. No entanto, em 2015, não foi registrado nenhum caso desse tipo nos municípios do litoral paranaense.

#### 8.3.1.1.8 Indicadores sociais

A análise dos indicadores sociais empreendida nesta seção tem por objetivo avaliar as condições do desenvolvimento humano nos municípios da área de estudo para determinação da área de influência indireta deste empreendimento em perspectiva comparada às condições de produção. Com isso, espera-se o reconhecimento analítico dos vínculos entre a produção da riqueza social e as condições de sua distribuição, esta última refletida no acesso à renda, à educação e à saúde. Contudo, em função das limitações e propósitos do presente estudo, não se analisa aqui as causas dos desequilíbrios entre os níveis dos desenvolvimentos econômico e humano nos municípios.

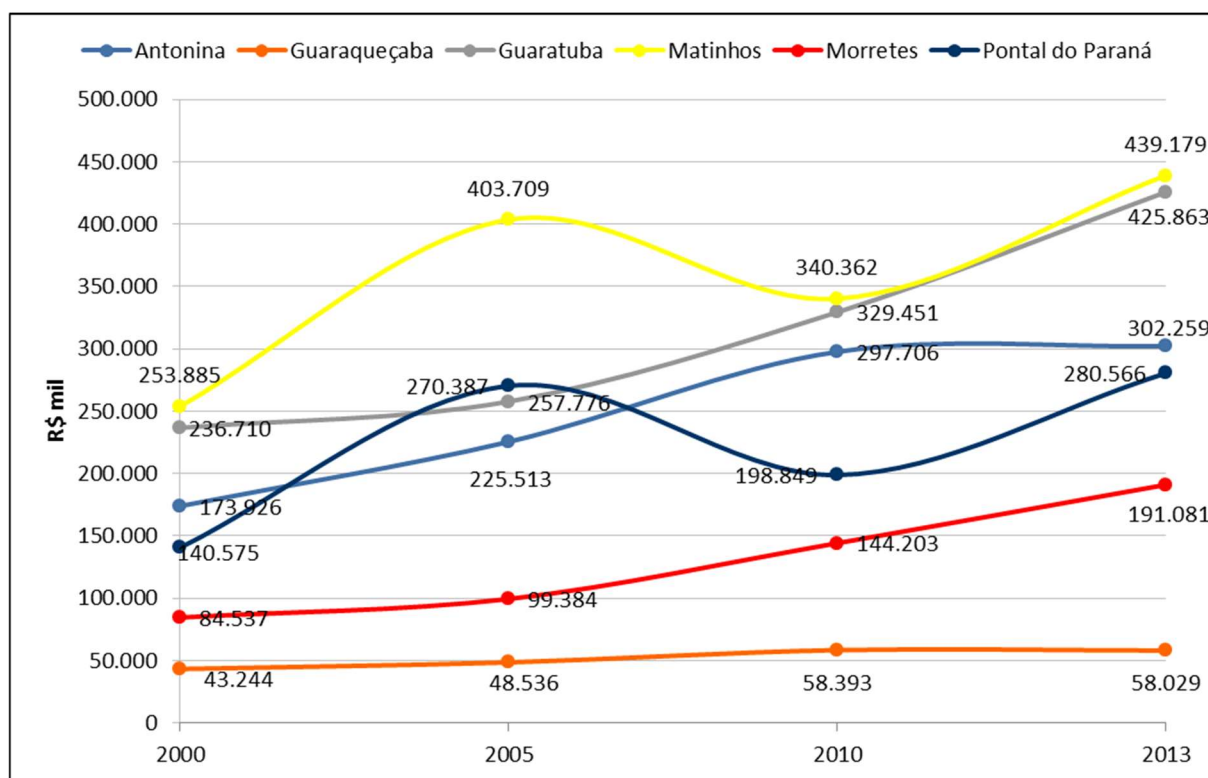
Os indicadores levados em consideração nesta análise relacionam-se ao volume da produção municipal (PIB Municipal) e aos níveis dos acessos à renda, educação e saúde (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM). Dessa forma, inicialmente serão

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1181

analisados o desempenho e a evolução do Produto Interno Bruto da AEII entre 2000 e 2013. O Produto Interno Bruto representa a soma de todos os bens e serviços finais produzidos numa região num determinado período de tempo. Além disso, o segundo indicador analisado nesta seção é o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M). O IDH-M é um medidor de desenvolvimento humano de uma determinada região, considerando dimensões educacionais, de longevidade e de renda. Assim, a composição dessas três dimensões é a base de cálculo para mensurar, na medida do possível, as condições de vida de uma população. Uma parte do IDH-M já foi analisada na seção em que se tratou de escolaridade. Os indicadores ali apresentados foram os componentes da dimensão educacional do IDH-M. Aqui, nesta seção, não se chegará a tal nível de detalhamento do IDH-M, restringindo-se apenas ao indicador global e às três dimensões – educação, longevidade e renda.

#### 8.3.1.1.8.1 Produto interno bruto na AEII

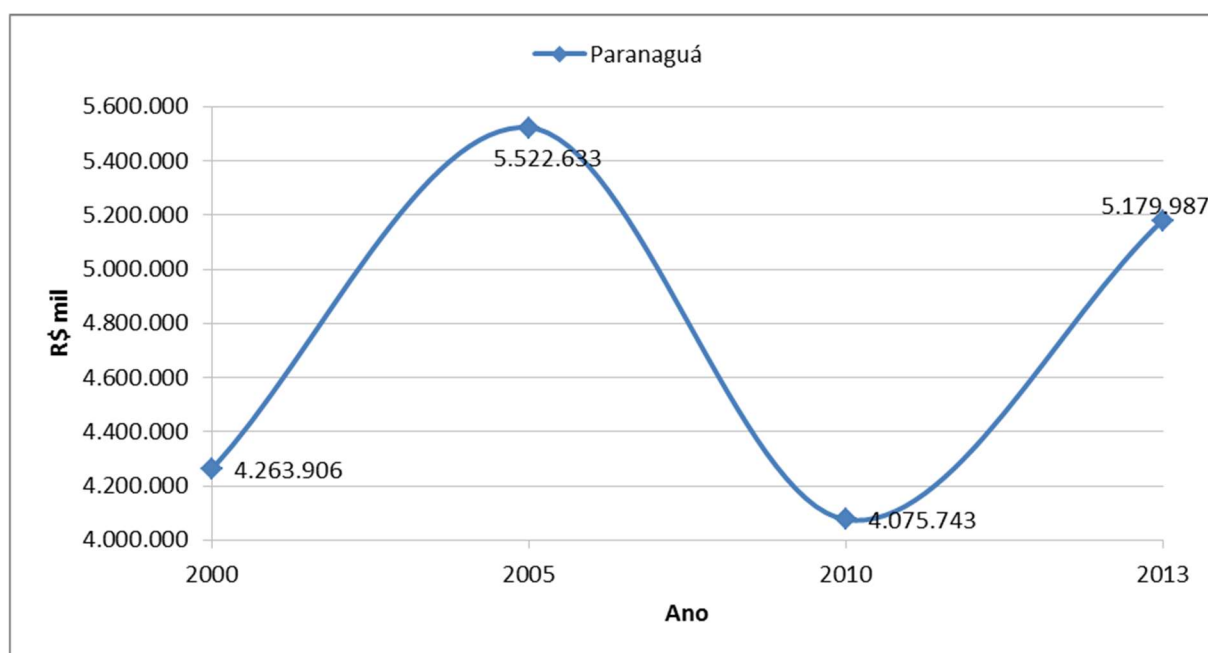
O Gráfico 8.3.14 apresenta a evolução do Produto Interno Bruto dos municípios da AEII entre 2000 e 2013. Conforme se depreende do Gráfico 8.3.14, em 2000, Matinhos já apresentava o maior PIB da AEII, com exceção de Paranaguá, seguido por Guaratuba, Antonina, Pontal do Paraná, Morretes e, por fim, Guaraqueçaba. Entre 2000 e 2010, essa ordem praticamente não se alterou, exceto em 2005, quando Pontal do Paraná apresentou PIB ligeiramente superior ao de Guaratuba e Antonina. No entanto, em 2010, a ordem citada já havia sido retomada.



Fonte: IBGE, 2016; IPARDES, 2016.

Nota: PIB a preços de 2010 (INPC).

**Gráfico 8.3.14 - Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta à exceção de Paranaguá (2000-2013)**





Fonte: IBGE, 2016; IPARDES, 2016.

Nota: PIB a preços de 2010 (INPC).

**Gráfico 8.3.15 - Produto Interno Bruto (PIB) do município de Paranaguá (2000-2013)**





 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1183

É interessante observar como os indicadores de atividade econômica dos municípios da AEII se comportaram ao longo do tempo, quando considerado o hiato entre eles. Para isso, o município de Matinhos – por apresentar a maior atividade econômica da AEII, à exceção de Paranaguá, que será melhor tratado na seção da AEID – será utilizado como base de comparação com os outros municípios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta – sem considerar Paranaguá. Em 2000, o município de Matinhos apresentava PIB quase seis vezes maior do que o PIB apresentado pelo município de Guaraqueçaba, a menor economia da AEII. Ao longo dos anos, esse hiato aumentou a ponto de, em 2013, o PIB de Guaraqueçaba ser 7,5 vezes menor do que o de Matinhos. No entanto, esse fenômeno de aumento do hiato entre o Produto Interno Bruto de cada município só ocorreu em relação a Guaraqueçaba, o que pode demonstrar uma certa tendência de isolamento dessa economia em relação à dinâmica regional. Isso tem sido verificado ao longo da análise socioeconômica, pois tanto em nível de escolaridade, taxa de analfabetismo e a própria evolução demográfica expõem o distanciamento de Guaraqueçaba em relação aos outros municípios da região litorânea. Portanto, a relação do maior PIB da AEII com o menor e o fato da razão dessa relação estar aumentando ao longo dos anos é mais um indício desse isolamento de Guaraqueçaba. Não obstante, como dito acima, esse é o caso único de Guaraqueçaba, pois os outros municípios da AEII têm diminuído a distância do PIB em relação a Matinhos.

Entre 2000 e 2013, o município que apresentou maior redução do PIB em relação a Matinhos foi Morretes. Em 2000, a atividade econômica de Morretes era três vezes menor do que em Matinhos, reduzindo para 2,29 em 2013.

Ainda de acordo com o Gráfico 8.3.14, o município de Guaratuba apresentava nível de atividade econômica bastante similar ao de Matinhos, pois a diferença de PIB entre os dois municípios em 2013 foi de apenas 3%. Entre 2000 e 2005, Guaratuba distanciou-se de Matinhos e chegou até a apresentar nível de atividade econômica ligeiramente inferior a Pontal do Paraná, mas recuperou-se a ponto de, em 2010, apresentar nível de atividade econômica já bem próxima de Matinhos, mantendo-se assim até 2013.

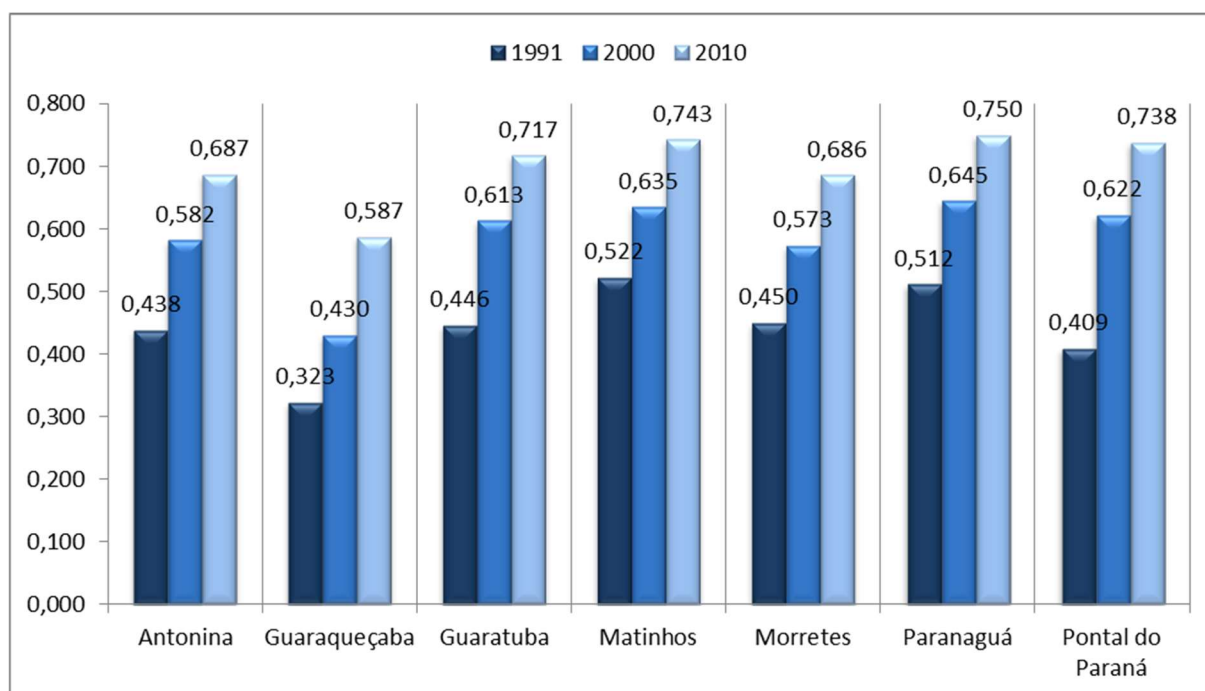
Pontal do Paraná foi o único município da região litorânea a apresentar queda no nível de atividade econômica ao longo dos anos. Sendo o mais novo município da região, já em 2000, com aproximadamente cinco anos de emancipação, era o quinto maior PIB da AEII. Entre 2000 e 2005, praticamente dobrou o PIB no período, sendo o município com maior crescimento nesses anos. No entanto, o *boom* vivido por Pontal do Paraná não se manteve ao longo da década, pois de 2005 a 2010, apresentou queda real do PIB em torno de

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1184

26,46%, enquanto os outros municípios da AEII apresentavam tendência contrária, ou seja, crescimento econômico, em média de 26,15% no período. A redução da produção no município de Pontal do Paraná, neste período, está vinculada à desativação de plantas industriais que operavam no município. A tendência de crescimento econômico nos municípios da AEII se manteve entre 2010 e 2013. Pontal do Paraná recuperou-se, apresentando a maior taxa de crescimento no último período (41,09%), enquanto a média de crescimento da AEII foi de 22,84%.

#### 8.3.1.1.8.2 Efeitos de desenvolvimento econômico sobre o desenvolvimento humano na AEII

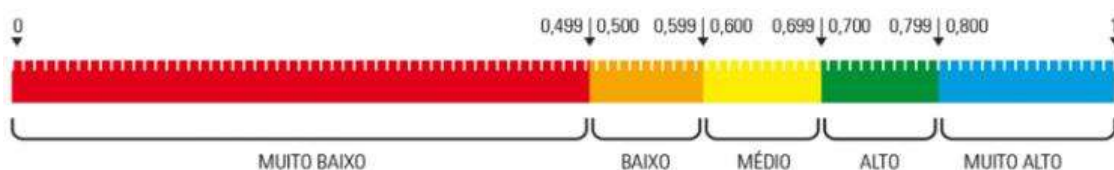
O Gráfico 8.3.16 traz o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) na Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta, entre os anos 1991 e 2010. O IDH-M foi elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Conforme já introduzido acima, o indicador apresenta três dimensões de mensuração: educação, saúde e renda. A partir dessas três dimensões, busca-se uma análise sintética – e, portanto, apenas um ponto de partida – das condições de vida de uma determinada população. Essa análise, no fundo, faz um contraponto à visão de que o crescimento econômico (elevações no PIB e/ou no PIB per capita) é fenômeno suficiente para avaliar essas melhorias nas condições de vida.



Fonte: PNUD – Atlas do Desenvolvimento Humano, 2016.

**Gráfico 8.3.16 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) dos municípios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta (1991-2010)**



A métrica do IDH-M vai de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de 1, mais desenvolvida é considerada a região. Existem “faixas de desenvolvimento humano” definidas pelo PNUD, classificando uma região entre “muito baixo desenvolvimento humano” até “muito alto desenvolvimento humano”. A Figura 8.3.1 abaixo apresenta essa estratificação das faixas de desenvolvimento humano.



Fonte: PNUD – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013.

**Figura 8.3.1 – Faixas de desenvolvimento humano**

Nos municípios da AEII, verifica-se que Paranaguá e Matinhos apresentavam os melhores IDH-M no ano de 2010. Na faixa considerada de “alto desenvolvimento humano”, figuravam, naquele ano, Paranaguá, Matinhos, Pontal do Paraná e Guaratuba. Morretes e Antonina se enquadravam na faixa considerada “médio desenvolvimento humano” e, por fim, Guaraqueçaba se enquadrava em “baixo desenvolvimento humano”.



 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1186

Considerando as variáveis já analisadas – população, educação, nível de renda, entre outros – Guaraqueçaba apresentava indicadores de grau inferior em relação aos demais municípios analisados. Já, Paranaguá, Matinhos e Pontal do Paraná são municípios que apresentaram, ao longo do estudo, indicadores mais altos, o que sugere um nível de desenvolvimento humano maior. Dessa forma, o IDH-M é um retrato sintético do que se tem avaliado até o momento, em termos de condições de vida da população.

Em 1991, Matinhos apresentava o melhor IDH-M dos municípios da AEII. Ao longo da década de 1990, o município alcançou um aumento percentual de 21% no IDH-M, resultando em 0,635 de IDH-M em 2000. No entanto, vale notar que esse crescimento percentual de Matinhos, ao longo dos anos de 1990, foi o menor registrado por todos os municípios da AEII. A média de crescimento percentual do IDH-M nos municípios foi de 32,93%, sendo que Pontal do Paraná foi o município que apresentou maior crescimento no IDH-M nesse período, com 52,08%. Neste período, Paranaguá registrou um crescimento do IDH-M de 25,98%.

Faz-se necessário ponderar, no entanto, uma questão de partida. Em 1991, ano inicial dos dados do IDH-M, quase todos os municípios litorâneos, à exceção de Matinhos e Paranaguá, se encontravam no nível “muito baixo desenvolvimento humano”. Os avanços sociais conquistados ao longo das décadas de 1990 e 2000 impactaram de forma positiva e intensa estes municípios, que passaram, quase todos, à exceção de Guaraqueçaba, à condição de “médio desenvolvimento humano”. Pode-se dizer que, entre 1991 e 2010, foi registrada uma diminuição no “gap de desenvolvimento humano” dos municípios em situação social precária.

Nessa linha, o cenário vislumbrado pelos municípios da AEII em 2000 era mais homogêneo. Nesse ano, somente Antonina, Morretes e Guaraqueçaba não se enquadravam no IDH-M de “médio desenvolvimento humano”. Nesse sentido, o que se verifica é que houve uma melhora das condições de vida, em uma década, que ultrapassou uma das faixas classificatórias do IDH-M, ou seja, municípios que no Censo Demográfico de 1991 apresentavam condições de vida bastante precárias, já haviam alcançado, no censo seguinte, condições consideradas mais favoráveis. Foi o caso de Pontal do Paraná e Guaratuba, que no IDH-M de 1991 estavam classificados em “muito baixo desenvolvimento humano” e os esforços de uma década levaram os índices diretamente para o patamar de “médio desenvolvimento humano”, transpondo, portanto, a faixa de “baixo desenvolvimento humano”.

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1187

Em 2010, Matinhos, Guaratuba e Pontal do Paraná já haviam alcançado a faixa de “alto desenvolvimento humano”, sendo que Antonina e Morretes se enquadravam na faixa de “médio desenvolvimento humano”. Ou seja, cada um desses municípios alcançou a faixa subsequente àquela em que se encontrava na década anterior. Esse fenômeno também ocorreu em Guaraqueçaba, muito embora ainda fosse considerado o único município da AEII de “baixo desenvolvimento humano”.

### **8.3.1.2 Área de estudo para determinação da área de influência socioeconômica direta (AEID)**



A área de estudo para determinação da área de influência socioeconômica direta compreende o município de Paranaguá. Nas subseções seguintes são analisados os elementos relativos à sua caracterização demográfica, tais como, ocupação do território, quantitativo e taxa de crescimento populacional, distribuição da população rural e urbana, padrões de migração existentes, nível de renda, população economicamente ativa e ocupada, escolaridade, criminalidade, doenças e outros indicadores sociais.

#### *8.3.1.2.1 Ocupação do território*

Nesta seção se apresenta um breve histórico da ocupação do território do município de Paranaguá, que coincide com a área de estudo para determinação da área de influência direta deste empreendimento.

##### *8.3.1.2.1.1 Paranaguá*



A história de Paranaguá confunde-se com a história do Brasil. Com a criação da província paranaense, em 1850, Curitiba passa a ter destaque no cenário nacional como representação paranaense, mas a importância de Paranaguá se mantém em função do acesso marítimo e da sua proeminência política e cultural. A transformação de Curitiba em capital da nova província não significou, de imediato, a superação sobre Paranaguá em termos do número da população e do peso econômico. O advento da estrada de ferro ligando Paranaguá a Curitiba, a migração de pessoas do litoral para o planalto em razão de problemas sanitários e a intensificação da migração de colonos europeus para a capital paranaense foram fatores decisivos para que a população de Curitiba, em 1890, passasse ao dobro da população de Paranaguá, saltando para aproximadamente 24 mil habitantes,

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1188

enquanto Paranaguá permanecia estagnada, desde o ano de 1872, em que contava 11,9 mil habitantes (GODOY, 1998).

Paranaguá até o final do século XIX era uma cidade portuária, considerada como foco de doenças e vista como sinônimo da insalubridade e de tudo aquilo que o discurso de higiene combatia (SHEIRFER, 2008). Com a chegada do século XX, a preocupação do governo do estado e municipal era de mudar essa imagem, sanando e melhorando os aspectos da cidade. Inicia-se, então, um trabalho de drenagem em terrenos pantanosos, proporcionando água encanada e tratada, rede de esgoto, além de uma série de medidas com o objetivo de tirar a cidade do atraso e da sujeira em que ele se encontrava (SHEIRFER, 2008). Tais questões discutidas desde 1908 só são efetivadas em 1914, quando a Prefeitura teve à frente o médico Dr Caetano Munhoz da Rocha, eleito em 1908, deixando a marca do saneamento em sua gestão. A administração de Caetano Munhoz teve como meta uma reforma urbana e sanitária do município. Sob sua gestão foi construída a Santa Casa e o cemitério público passou por reformas. Caetano, além de médico, possuía boas ligações políticas, assim como o apoio de políticos e da elite local. Nos bairros mais pobres e afastados, aonde a água encanada não chegava, foram construídos chafarizes centrais com água limpa e tratada para a população. Apesar de todo investimento feito pelo poder público em saneamento, as doenças ainda persistiam, fazendo com que muitos comerciantes vendessem suas posses e migrassem para a capital.

Até a década de 50, em decorrência da exportação de café, ocorreu uma ocupação mais intensa na região noroeste da cidade de Paranaguá. Mais tarde se intensificaram as ocupações irregulares de áreas de proteção permanente, os manguezais, as margens dos rios Emboguaçu e Itiberê, e também na ilha de Valadares. O crescimento das atividades portuárias atraiu moradores de várias localidades, ocasionando um desequilíbrio social e espacial. A infraestrutura também não conseguiu naquele momento suprir as demandas criadas pelo porto, apresentando deficiência nos serviços de energia elétrica, telefone e serviços de transporte de passageiros. Com a crise do café na década de 60, o local de beneficiamento do produto que antes era em Paranaguá passou para a zona cafeeira do norte do Estado, gerando assim uma onda de desemprego e instabilidade social. Logo na década seguinte, por incentivo do governo, o café foi substituído pelo trigo e pela soja, levando a uma adequação das estruturas, sendo construídos armazéns nas imediações do porto para recebimento dos grãos. Segundo Godoy (1998), a inserção de maquinários na manipulação de cargas veio a substituir a mão de obra, contribuindo para o desemprego e aumentando os problemas sociais do município. O Paraná nesta época se tornou o maior produtor de grãos do país e o Porto de Paranaguá, o seu maior exportador. Tal fato

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1189

contribuiu para a adaptação e ampliação das instalações portuárias. Com isso, o espaço urbano também foi ampliado e remodelado. Segundo o autor ainda,

*[...] o porto foi um forte organizador do espaço e da economia local, demandando o crescimento do setor urbano em atividades ligadas ao setor portuário, no comércio de bens e serviço. (GODOY, 1998)*



Nos anos 80 e 90, Paranaguá expandiu sua área urbana pelas margens da BR-277 e PR-407 (Estrada das Praias), com a abertura de loteamentos ao longo do trinário BR- 277 / Avenida Bento Munhoz da Rocha / Estrada do Matadouro e a Criação do Distrito Industrial de Paranaguá. O incentivo do Governo Federal em políticas de privatização de organizações e instituições governamentais pretendia modernizar o Porto de Paranaguá através da iniciativa privada. Tais ações acabaram promovendo uma mudança na dinâmica interna do porto e na sua relação com a cidade. Uma política de modernização cada vez mais dispensadora de mão de obra menos qualificada, resultando em impactos ambientais negativos, como o desemprego, crescimento do setor informal, ocupação dos espaços públicos e preservados por leis, e outros. A intensa modernização das atividades portuárias sofridas nas últimas décadas do século XX, contribuiu para a enorme dicotomia apresentada entre o porto e a cidade localizada em seu entorno.

As formas atuais de ocupação espacial do município, de utilização do solo e de outros recursos naturais e as formas pelas quais se estabelecem as relações culturais, políticas e econômicas no interior das comunidades locais e com as comunidades situadas em outras regiões podem ser entendidas a partir do perfil que o município apresenta como polo regional com função portuária (DESCHAMPS e KLEINKE, 2000). Ao mesmo tempo, esta função portuária apresenta características distintas ao longo do processo histórico de ocupação da região. A função portuária inerente à cidade de Paranaguá exprime, portanto, características essenciais de sua identidade espacial, demográfica e cultural:

*As águas onde se localizam os portos são, a um só tempo, áreas públicas socializadas e espaços de intervenção técnica, que abrigam infraestruturas de grande porte. Elas tornam-se, então, elementos de infraestrutura e característica territorial da paisagem. Em diferentes partes do mundo, as relações dos portos com as cidades e as paisagens urbanas resultantes dessas relações mudam ao longo das distintas fases da história dos portos. Alteram-se as relações entre funções residenciais, de tráfego e de atividades industriais. A cidade se torna ponto avançado de uma rede de lugares e do transporte internacional por via marítima (CUNHA, 2003).*

A cidade de Paranaguá, em toda a sua história, foi e continua sendo fortemente impactada pela operação do porto no local em que se encontra atualmente desde 1873, ano em que foi



 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1190



transladado da margem do rio Itiberê para a orla da baía de Paranaguá. Ao longo do século XX passou por reformas diversas em função das demandas que as economias estadual e nacional lhe impuseram. Tendo sido importante no passado em razão do beneficiamento e exportação de produtos como a erva-mate e o café e após enfrentar crises em razão do declínio dessas culturas, viveu um surto de prosperidade, que se mantém nos dias atuais, em função das exportações de soja e milho e da implantação do corredor de exportação agrícola, que transformou o Porto de Paranaguá no maior porto graneleiro da América Latina. O Porto de Paranaguá opera, ainda, tanto na exportação como importação de diversos outros tipos de cargas, como contêineres, veículos, congelados, papel, madeira, fertilizantes, sal, açúcar e líquidos.

#### 8.3.1.2.1.2 O Distrito Alexandra em Paranaguá

A estação ferroviária de Alexandra enquanto operou se situava a 16 quilômetros de Paranaguá. Em seu entorno havia se constituído uma colônia de imigrantes italianos a partir da iniciativa de Sabino Trípoli, que assinou um contrato com o Governo Imperial em 1875. Um grupo de sessenta italianos se instalou ali, não tendo permanecido por muito tempo em virtude da alegação de isolamento em meio à mata virgem e da falta de estradas. De acordo com COSTA (1988), outras tentativas de fazer prosperar a colônia italiana malograram, tendo os colonos se dispersado por Morretes, Antonina, Paranaguá e Curitiba. A inauguração da estação ferroviária de Alexandra, cujo prédio original mantém-se até os dias atuais, propiciou uma nova dinâmica para uma região que até então não oferecera nenhum atrativo. Atualmente, as composições, conjuntos de locomotivas e vagões de cargas ou passageiros, transitam pela estrada de ferro centenária e pelo pequeno povoado. A estação encontra-se desativada, pois os trens não param ali, e abriga a subprefeitura de Alexandra. A sede deste distrito, devido à proximidade com as áreas urbanizadas da cidade de Paranaguá e ao processo de conurbação crescente, representa, na realidade, um bairro urbano daquela cidade, pois é ali que os habitantes desta comunidade se utilizam de todo tipo de bens e serviços dos quais necessitam.

#### 8.3.1.2.1.3 O porto de Paranaguá

O atracadouro localizado entre os rios Itiberê e Emboguaçu deu origem ao povoamento na localidade onde atualmente se encontra a cidade de Paranaguá. Segundo todas as indicações, o primeiro povoamento se formou inicialmente na ilha da Cotinga por volta de 1550, onde permaneceu até quase o fim do século XVI. Atribui-se a Domingos Penedo,



 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1191

egresso de São Vicente e residente na Cotinga, o início da transferência do povoamento para a margem esquerda do rio Itiberê. A mudança do povoado se deu principalmente devido à necessidade de áreas para a lavoura e pastagens, e pelos recursos escassos para manter o povoado (SANTOS, 1952; p. 31). Além da região apresentar o solo fértil e a água abundante e potável, o rio permitia que as embarcações ficassem protegidas dos inimigos e dos ventos.

A descoberta de ouro no Guaraguassú (hoje Guaraguaçu) tornou a região atrativa, aumentando o contingente populacional (SANTOS, 1952, p. 16-17 e 31). Para o escoamento da produção foram construídos atracadouros e cais ao longo das margens dos rios. Ainda no final do século XVII, em pleno ciclo do ouro, Paranaguá já se tornara um importante polo litorâneo. Em seu atracadouro se desenvolvia com frequência o despacho e recebimento de produtos para atender ao mercado, passando por todo ciclo do ouro, adentrando no ciclo da erva mate, passando em seguida, para o ciclo da madeira. O atracadouro já se configurava como porto, o qual tornou-se também uma das principais portas de entrada para a colonização para o restante do estado e do país (Machado, 2012, p. 234). No entanto, o grande fluxo de mercadorias destinadas ao porto de Paranaguá impôs a transferência da sua localização na margem do rio Itiberê para um local mais adequado e com maior profundidade para atracação dos navios.

No ano de 1872, a Ponta do Gato, localizada na enseada de mesmo nome, foi escolhida como área para a construção do novo porto, que contou com a parceria do Governo Federal através do Decreto nº 5.053, de 14 de agosto de 1872, e a participação de um grupo de empresários, sendo eles José Gonçalves Pecesó Júnior, Pedro Aloys Scherer e José Maria da Silva Lemos. A construção da estrada de ferro Curitiba-Paranaguá, iniciada em 1875, com decreto assinado por Dom Pedro II e concluída cinco anos depois, contribuiu significativamente para o desenvolvimento do Porto de Paranaguá. A ferrovia ligando Curitiba e Paranaguá, numa extensão de 110 quilômetros, foi recebendo novas ligações com o passar dos anos, possibilitando o escoamento de mercadorias do atual estado de Santa Catarina, diversas regiões do estado do Paraná, São Paulo, outros estados e países. Junto ao projeto do novo porto se previa ainda a construção e melhoria das vias que ligavam o planalto ao litoral, com intuito de agilizar o escoamento da produção do interior do estado.



A concessão ao grupo de empresários foi encerrada em 14 de setembro de 1889, através do Decreto nº 6.053, assinado pelo então presidente da República Wenceslau Braz, o qual transferiu para o governo do Estado do Paraná a administração do terminal portuário, em 23 de maio de 1917, conforme Decreto nº 12.477.

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1192

Na década de 1920, o estado do Paraná se configurava como grande produtor de café. Somente no ano de 1924, em torno de 30.000 sacas de café foram exportadas via Porto de Paranaguá (MORGENSTERN, 1985; p.125). Em 1925, devido à grande movimentação para atender a exportação do café produzido no estado, o porto recebeu obras de dragagem e abertura do canal barra norte, dragagem do atracadouro, construção da muralha do cais e balizamento do canal de acesso. As obras de melhorias foram interrompidas pelo governo durante o período da denominada Revolução de 1930, ocorrida no Brasil, sendo retomada no ano de 1933. A inauguração oficial do porto Dom Pedro II ocorreu em março de 1935. Em julho de 1947, foi criado um órgão estadual denominado Administração do Porto de Paranaguá, sendo novamente modificado em 10 de novembro de 1971, para Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA). Somente no final da década de 1960, a rodovia que liga Paranaguá a Curitiba foi inaugurada, ligando esta ao oeste e sudoeste do estado, facilitando o escoamento de grãos, como a soja e o trigo, os quais passaram a ser os principais produtos recebidos no porto depois da crise do café.

Na década de 1970, o porto passou a instalar armazéns nas suas imediações, os quais foram sendo ampliados e remodelados ao longo dos anos. Na década seguinte, o estado do Paraná se tornou o maior produtor de soja do país, e o porto de Paranaguá o maior exportador do produto. Para atender a demanda criada pela alta produção de grãos, o porto passou por adaptações e ampliações, sendo instalados novos armazéns e silos para estocar o produto. As mudanças se estenderam para além da área portuária, refletindo no reordenamento do espaço urbano de Paranaguá, o qual durante os anos de 1980 e 1990, expandiu sua área urbana pelas margens da BR-277 e PR-407, com a abertura de loteamentos. Neste período também se intensificaram as ocupações irregulares das áreas de proteção ambiental e áreas próximas ao porto. Para Godoy (1998), a modernização e a tecnologia empregada por máquinas, as quais substituíram a mão de obra humana, diminuiu com o tempo o número de empregados portuários, aumentando os problemas sociais na cidade, refletindo numa desorganização do espaço, bem como na ocupação das áreas insalubres (GODOY, 1998).

Um novo processo de modernização foi instalado no Porto de Paranaguá a partir da década de 1990, quando o Governo Federal, através de políticas de privatizações de organismos e instituições governamentais, incentivou a criação de um programa de parceria público-privada, a qual permitiu a modernização de diversas atividades ao longo do cais e também em toda área denominada de retro portuária. No ano de 1999, o porto de Paranaguá passou a ocupar o segundo lugar no ranking dos mais importantes terminais marítimos do país. No



 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1193

ano seguinte, 80% das atividades do porto eram de iniciativa privada, incluindo os terminais de grãos, fertilizantes, veículos e contêineres (MACHADO, 2012, p.238). No terceiro trimestre de 2016, segundo informações contidas no Boletim Informativo Aquaviário da Agência Nacional do Transporte Aquaviário em relação à movimentação de cargas, o Porto de Paranaguá ocupava a terceira colocação entre os dez principais Portos e TUP's do Brasil (ANTAQ, 2016), ficando atrás do Porto de Santos (SP) e de Itaguaí (RJ).

#### 8.3.1.2.1.4 Localização dos núcleos urbanos e rurais, padrões de assentamento e restrições à ocupação na AEID

O município de Paranaguá tem parte considerável de seu território componente da parte aquática da baía de Paranaguá onde se localizam comunidades litorâneas em territórios insulares ou continental, cujo acesso se faz exclusivamente por via aquática. As partes mais a oeste se encontram no contrapé dos morros e montanhas que definem as primeiras elevações da Serra do Mar. As partes urbanizadas, e com maior adensamento demográfico, se encontram na sede municipal e no distrito de Alexandra. A sede municipal abriga áreas de elevada concentração residencial em suas regiões centrais e históricas e áreas de intensa atividade de serviços associados à operação portuária. O centro histórico se encontra às margens, e próximo ao rio Itiberê, que se constitui como o principal acesso marítimo aos ancoradouros municipais, inclusive à capitania dos portos. Nos últimos anos, a sede municipal vem se expandindo para a sua parte oeste para atendimento às demandas por moradias. A expansão das demandas por áreas para moradia provocou, ainda, o crescimento da ocupação irregular, subnormal, em áreas de proteção natural, como mangueais e margens de rios e riachos.

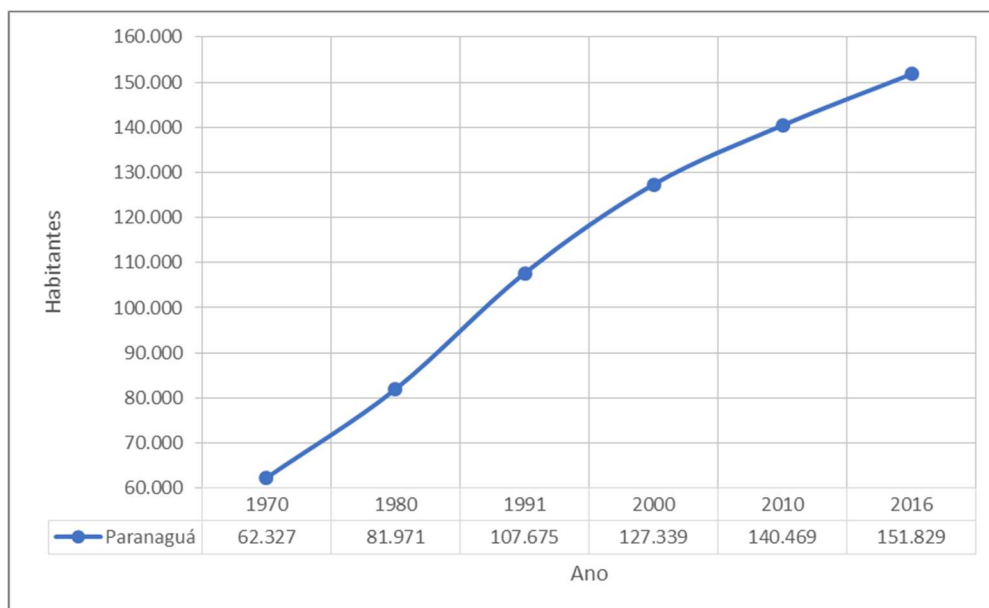
A sede do distrito de Alexandra abriga edifício que serviu como estação ferroviária tendo sido bastante movimentada em anos passados. O entorno do distrito de Alexandra abriga áreas rurais onde se desenvolvem atividades agrícolas com produção e produtividade limitadas. Na área rural de Alexandra, na localidade conhecida como Rio Das Pedras, se encontra a unidade para disposição e tratamento de resíduos sólidos em operação há mais de uma década servindo, nos últimos anos, às demandas públicas municipais e privadas. Nesta região, junto à divisa com Morretes, encontra-se também a área licenciada para instalação do aterro sanitário municipal.

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1194

### 8.3.1.2.2 Quantitativo populacional e taxa de crescimento

Paranaguá, a maior cidade do litoral paranaense, apresentou a mais elevada taxa anual de crescimento da população no decênio 1970-1980 (2,8% a.a.). O crescimento verificado em Paranaguá, entre os anos de 1970 e 1980, colocava o município como o 10º mais populoso do Estado, posição que ocupa até hoje. Nesse sentido, verifica-se que – além de ser o maior propulsor de contingente populacional na região, o município de Paranaguá crescia acima da média dos municípios em sua vizinhança.

Em 1991, o município de Paranaguá havia ultrapassado a marca de 100 mil habitantes, mantendo a taxa de crescimento anual de 2,8% (Gráfico 8.3.17). Entretanto, a partir de 1980, os municípios de Matinhos e Guaratuba registraram crescimentos mais elevados, de 7,2% e 4,0% ao ano, conforme se vê na Tabela 8.3.3, mostrada mais acima. A partir do ano 2000, a população de Paranaguá continua a crescer, porém em níveis menos elevados do que os municípios balneares de Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba.



Fonte: Censos IBGE, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010; Estimativa IBGE, 2016.

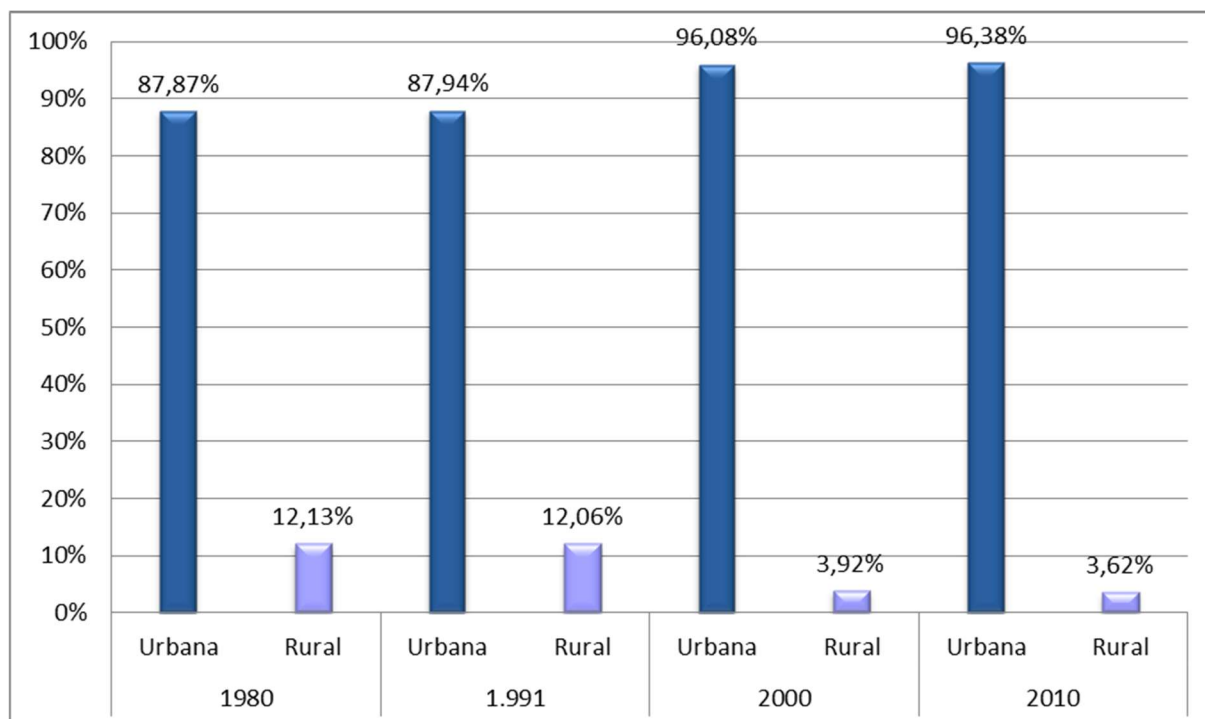
**Gráfico 8.3.17 - Crescimento da população residente em Paranaguá, nos últimos 45 anos, entre 1970 e 2016**

Em 2016, a população de Paranaguá representava cerca de 53% da população total do litoral paranaense. Em 1970 esse percentual era de 55% (o município Pontal do Paraná foi desmembrado de Paranaguá em 1995). Considerando que a dinâmica demográfica de um município influencia as condições sociais e econômicas do mesmo, Paranaguá detém fundamental importância, uma vez que é o município mais populoso do litoral do Paraná. Em

razão disso, Paranaguá constitui-se como polo microrregional da rede urbana, que conforma os sete municípios do litoral paranaense.

### 8.3.1.2.3 Distribuição da população rural e urbana



O Gráfico 8.3.18 apresenta a distribuição da população rural e urbana na Área de Estudo para determinação da Área de Influência Direta entre 1980 e 2010, a partir de dados censitários. Em Paranaguá, verifica-se que a urbanização se mostrou mais avançada em relação aos municípios da região litorânea ou, mesmo, ao Estado do Paraná. Entre 1980 e 1991, não houve alteração na distribuição da população urbana e rural no município de Paranaguá, sendo que aproximadamente 88% da população do município se localizava em área urbana. Nos anos de 1980, somente Matinhos e Antonina apresentavam dinâmica similar à verificada em Paranaguá, com cerca de 85% e 78%, respectivamente, da população desses municípios vivendo em área urbana. Esses números são bem mais expressivos quando comparados à média do Estado do Paraná, com cerca de 58,6% de população urbana, conforme os dados censitários relativos.



Fonte: Censos IBGE, 1980, 1991, 2000, 2010.

**Gráfico 8.3.18 - Distribuição da população rural e urbana no município de Paranaguá entre 1980 e 2010**

A partir de 1991 verificou-se aumento bastante significativo no número de residentes em área urbana, correspondente a 96,1% da população de Paranaguá. Nesse sentido, ocorreu

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1196

aumento de 8,14 pontos percentuais no índice de população urbana entre 1991 e 2000. Isso significa que, em números absolutos, a população urbana de Paranaguá saltou de 94.689 habitantes, em 1991, para 122.347 em 2000 – ou seja, um aumento de aproximadamente 29,2%. Sendo assim, a população rural declinou de 12.986 habitantes para 4.992 habitantes, no mesmo período – ou um decréscimo na ordem de 62%.



No último decênio apresentado (2000/2010), a dinâmica populacional se mantém praticamente estável, com índice de 96% da população em áreas urbanas. Em grande parte, os fatores que motivavam a migração do campo à cidade já se faziam presentes em Paranaguá há bastante tempo. Isso se verifica na comparação com a média do Estado do Paraná, que, apenas em 2010, apresentava cerca de 85% da população em área urbana. Em Paranaguá isso foi registrado 20 anos antes, já em 1980.

#### 8.3.1.2.4 Padrões de migração existentes

O município de Paranaguá, que representa a área de estudo para determinação da área de influência direta (AEID), é elemento fundamental para a análise do padrão de migração encontrado no litoral paranaense em razão de sua função centralizadora, como polo microrregional da rede urbana em que se insere. Conforme se avaliou, as atividades econômicas desenvolvidas em Paranaguá constituem-se como elementos de atração para os residentes nos municípios vizinhos, em outras partes do estado do Paraná ou de outros estados e, mesmo, de outros países. Foi indicado mais acima, na seção que tratou a migração pendular na AEID, o papel de centralidade da cidade de Paranaguá sobre a sua vizinhança. Como se viu, os deslocamentos para estudo/trabalho têm a cidade de Paranaguá como destino. Porém, Paranaguá é também origem destes tipos de deslocamentos: 3,2% dos estudantes e 2% dos trabalhadores se dirigem a outros municípios para as suas atividades.

Entre os que se deslocam desde Paranaguá para trabalhar em outros municípios, o grupo mais volumoso (14,8%) estão relacionados às atividades de eletricidade e gás, seguidos pelas atividades imobiliárias. O terceiro grupo de profissionais que mais se ausenta de Paranaguá para a execução de suas atividades é vincula-se ao campo das artes, cultura, esporte e recreação e no qual não se incluem as atividades educacionais. Por ser um município que abriga intensa atividade portuária é expressivo, também, o número de profissionais que trabalham fora do município de Paranaguá em atividades ligadas aos organismos internacionais. Os trabalhadores deslocados para fora do município de Paranaguá para atuação na área industrial são reduzidos em relação ao setor de serviços.



 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1197

Também, as atividades do setor primário demandam deslocamentos limitados. Estas informações podem ser conferidas, em perspectiva comparada, na Tabela 8.3.13, a seguir.

**Tabela 8.3.13 - Deslocamentos para trabalho fora do município de Paranaguá por atividade profissional (2010).**

Atividade do trabalho	Trabalhadores	%
Eletricidade e gás	175	14,8%
Atividades imobiliárias	159	13,5%
Artes, cultura, esporte e recreação	118	10,0%
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	102	8,6%
Construção	100	8,5%
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	98	8,3%
Administração pública, defesa e seguridade social	86	7,3%
Indústrias de transformação	85	7,2%
Educação	55	4,7%
Transporte, armazenagem e correio	47	4,0%
Atividades mal especificadas	40	3,4%
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	25	2,1%
Atividades profissionais, científicas e técnicas	20	1,7%
Saúde humana e serviços sociais	20	1,7%
Atividades administrativas e serviços complementares	15	1,3%
Indústrias extrativas	13	1,1%
Outras atividades de serviços	11	0,9%
Serviços domésticos	10	0,8%
<b>Total</b>	<b>1.181</b>	<b>100,0%</b>



Fonte: CENSO IBGE, 2010.

Os estudantes ligados aos cursos de graduação representam o grupo mais expressivo, em termos de deslocamento para estudo fora do município de Paranaguá: são quase 43% do conjunto dos estudantes municipais e representam 15% dos estudantes em nível superior neste município. Os destinos destes estudantes são, especialmente, a cidade de Curitiba e o município de Matinhos. Contudo, um conhecimento mais aprofundado sobre estes destinos, em termos da frequência e do perfil do público estudantil dependeria de estudos específicos sobre o assunto. É expressiva, também, a parcela de estudantes do nível fundamental que se deslocam para fora do município de Paranaguá, como se pode acompanhar na Tabela 8.3.14, a seguir.

**Tabela 8.3.14 - Deslocamentos para estudo fora do município de Paranaguá por cursos frequentados (2010).**

Cursos frequentados	Outro município	%
Superior de graduação	600	42,8%
Fundamental	394	28,1%



 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1198

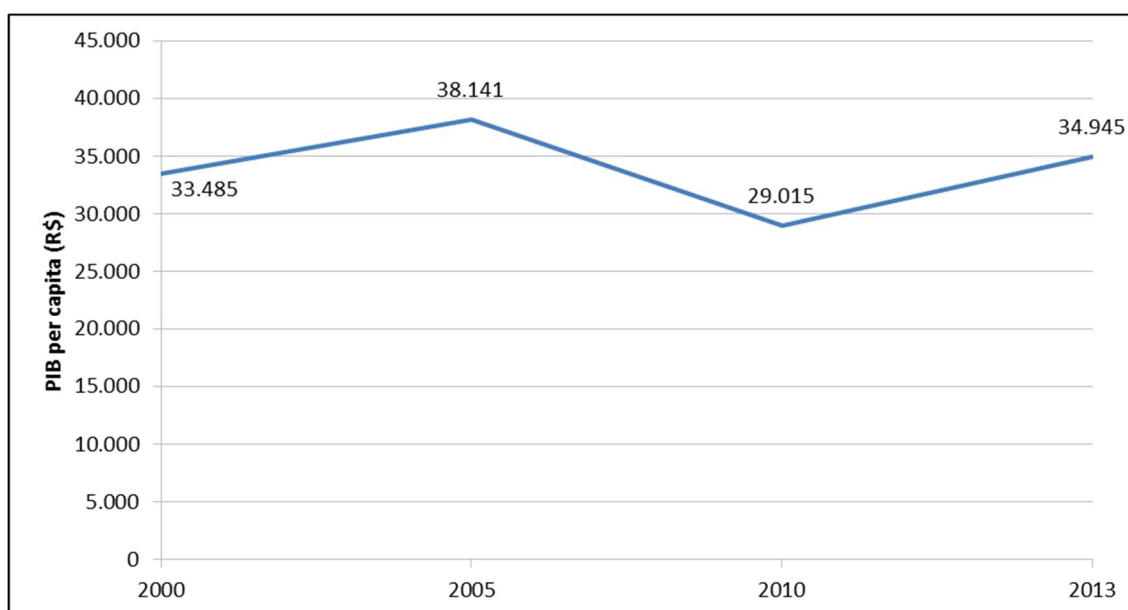
Cursos frequentados	Outro município	%
Especialização, mestrado ou doutorado	209	14,9%
Médio	112	8,0%
Alfabetização de jovens e adultos	42	3,0%
Pré-escolar	30	2,1%
Creche	9	0,6%
Classe de alfabetização	6	0,4%
<b>Total</b>	<b>1.402</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: CENSO IBGE, 2010.

### 8.3.1.2.5 Níveis de renda

Nesta seção serão elencados aspectos de nível de renda, percentuais de PEA e população ocupada, além de informalidade e desemprego para a Área de estudo para determinação da Área de Influência Direta, ou seja, o município de Paranaguá.



O Gráfico 8.3.19 apresenta o PIB per capita do município de Paranaguá entre 2000 e 2013, a preços de 2010. Quando comparado, é possível verificar que o PIB per capita de Paranaguá é bastante superior ao registrado pelos municípios da AEII. Em termos reais, o PIB per capita no período de 2000 a 2013 não apresentou avanços significativos, registrando uma variação real positiva de 4,36%. Entre 2000 e 2005, o PIB per capita de Paranaguá registrou um aumento de 13,90%. No entanto, no período seguinte (2005-2010), houve uma queda real de 23,93%, recuperando a partir de 2010 a 2013, com aumento de 20,44%.



Fonte: IBGE – Produto Interno Bruto Municipal, 2000, 2005, 2010, 2013.

Nota: valores a preços de 2010 (INPC).

**Gráfico 8.3.19 - PIB per capita do município de Paranaguá (2000-2013)**



 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1199

Outro aspecto a ser considerado sobre o PIB per capita de Paranaguá está em sua relação com a média do PIB per capita dos municípios da AEII ao longo dos anos. Esse dado é importante para demonstrar o quanto Paranaguá se aproxima dos municípios em termos de nível de renda. Pode-se considerar o nível de renda da população como hipótese básica para o desenvolvimento econômico. Certamente, municípios com níveis de renda próximos tendem a apresentar características de crescimento econômico similares, possibilitando uma harmonia em suas etapas de desenvolvimento. Nesse sentido, é o que se verifica ao longo dos anos. Em 2000, o PIB per capita de Paranaguá era 412% superior à média do PIB per capita dos municípios da AEII. Esse hiato diminuiu ao longo dos anos: em 2013, a diferença do PIB per capita de Paranaguá para a média dos municípios da AEII situa-se em 288%.

Conforme já discutido na análise da AEII, o PIB per capita é uma medida bastante rudimentar no sentido de não captar exatamente a renda percebida pelas famílias em seus domicílios. A questão do elevado PIB per capita de Paranaguá será confrontada com as condições de vida da população, pois a disparidade existente entre o indicador para os municípios da AEII e AEID pode levar à suspeita de padrões de desenvolvimento socioeconômico diferentes para essas regiões.

Em relação à renda média domiciliar per capita, o município de Paranaguá não apresentava distanciamento dos municípios da AEII. Este é o primeiro indício de que os padrões de vida de Paranaguá não diferem da região litorânea. Enquanto o PIB per capita de Paranaguá é destacadamente superior à média dos municípios da AEII, a renda média domiciliar per capita – indicador levantado pelo IBGE nos Censos Demográficos – revela outra situação. Em 2000, o município de Paranaguá apresentava a maior renda domiciliar per capita da região litorânea (R\$ 928,54), aproximadamente 36% superior à média dos municípios da AEII (R\$684,73). Em 2010, no entanto, Paranaguá já não apresentava a maior renda domiciliar per capita – estava atrás de Matinhos e Pontal do Paraná.

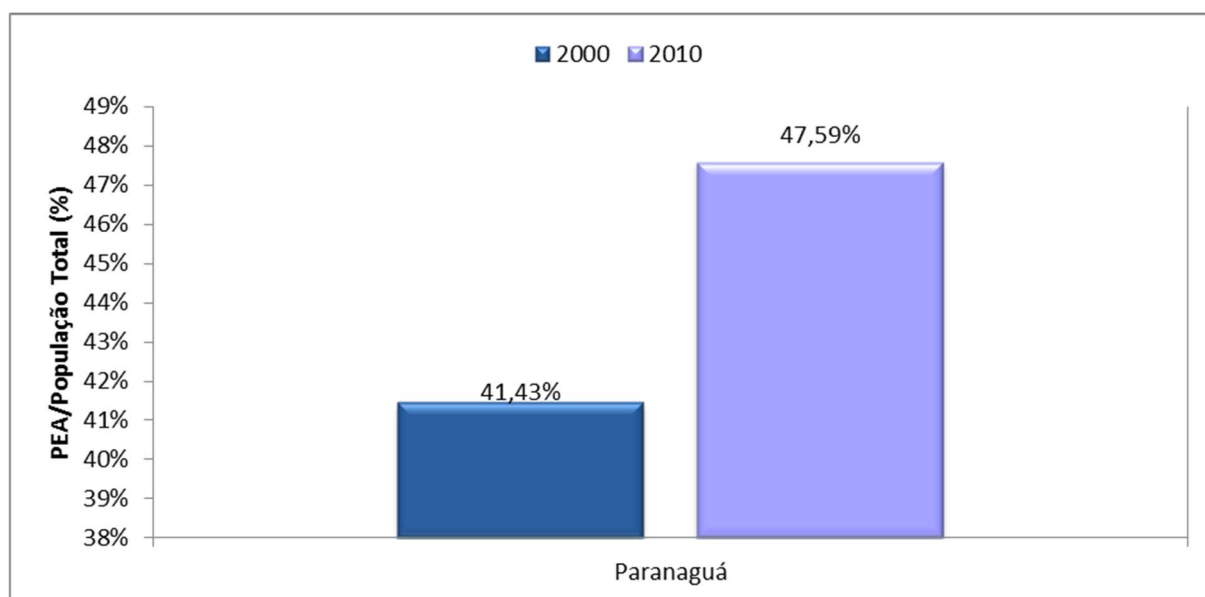
Neste ponto, é interessante analisar as diferenças entre o PIB municipal per capita e a renda média domiciliar per capita ao longo dos anos, entre o município de Paranaguá e a AEII. Embora o PIB per capita apresente uma tendência de queda no hiato desse indicador ao longo dos anos, é latente o fato de que o PIB per capita de Paranaguá é quase duas vezes superior à média da AEII. Neste sentido, a renda média domiciliar per capita parece demonstrar outra tendência, não prevista no indicador anterior: não apenas tem ocorrido uma diminuição no nível de renda de Paranaguá em relação à AEII, como também outros municípios têm conseguido resultados mais efetivos nesse aspecto do que Paranaguá. Foi o

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1200

que se verificou na última análise: Matinhos e Pontal do Paraná apresentaram nível de renda (domiciliar per capita) superior ao registrado em Paranaguá, em 2010. Não por acaso, conforme já discutido na seção de quantitativo populacional, foram os dois municípios (Matinhos e Pontal do Paraná) que apresentaram a maior taxa anual de crescimento populacional naquele decênio, conforme a Tabela 8.3.3, mostrada mais acima.



#### 8.3.1.2.5.1 População economicamente ativa e taxa de ocupação

Conforme esclarecido anteriormente, a PEA compreende pessoas com 10 ou mais anos de idade disponíveis ao mercado de trabalho, independentemente de sua ocupação (ou não) no período da pesquisa do IBGE. A consideração de menores de idade como PEA é critério adotado pelo IBGE e não significa, necessariamente, admissão de ilegalidade, mas apenas um critério para a leitura da realidade social. O Gráfico 8.3.20 mostra os dados referentes à PEA de Paranaguá, em relação à população municipal, com base nos dois últimos censos demográficos, apresentando crescimento da PEA em relação à população total entre 2000 e 2010, saindo de 41,43% para 47,59%. Isso representa um aumento percentual de aproximadamente 15% neste indicador. Como se vê, em perspectiva comparada, o município de Antonina, com o mais baixo índice de acesso à renda entre os municípios da AEII, registrava também o menor percentual de população economicamente ativa.

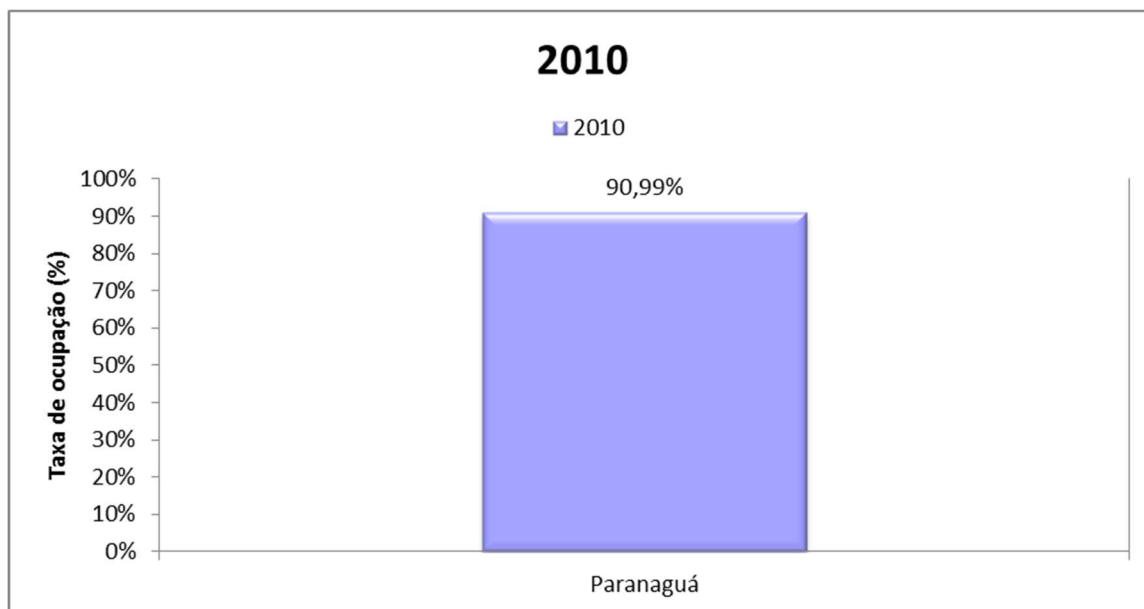


Fonte: Censos Demográficos IBGE, 2000, 2010.

**Gráfico 8.3.20 - População Economicamente Ativa em relação a população total do município de Paranaguá (2000-2010)**

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1201

Em 2010, a disponibilidade de recursos humanos em Paranaguá representava 47,59% da população total em relação a população total, enquanto o mercado de trabalho – formal ou não – absorvia somente 43,30% dessa população total (População Ocupada).





Fonte: Censos Demográficos IBGE, 2000, 2010

**Gráfico 8.3.21 – Taxa de ocupação do município de Paranaguá (2000-2010)**

O Gráfico 8.3.21, portanto, exprime nada mais do que a relação entre a população ocupada e a PEA do município de Paranaguá. De maneira geral, é um indicador de emprego de recursos humanos dos municípios da AEID. A taxa de ocupação é a relação percentual entre as pessoas ocupadas (PO) e as pessoas disponíveis ao mercado de trabalho (PEA), aqui apresentada para os anos 2000 e 2010. Conforme verificado, a taxa de ocupação de Paranaguá em 2000 era de 85,40%, passando para 90,99% em 2010.

Entre 2000 e 2010, observa-se em Paranaguá uma redução da taxa de desemprego entre 2000 e 2010, apesar de o município apresentar, em 2010, a segunda maior taxa de desemprego dentre os municípios do litoral do Paraná, ficando atrás apenas de Antonina. A média de crescimento da taxa de ocupação no período, para os municípios da AEID, foi de 9,75%. Ou seja, municípios que em 2000 apresentavam taxa de ocupação menor do que em Paranaguá, acabaram por apresentar maior absorção da mão-de-obra disponível em 2010. Esse foi o caso, por exemplo, de Pontal do Paraná. Enquanto em 2000, a taxa de ocupação nesse município era de 80,92%, alcançou 94,13% em 2010.

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1202

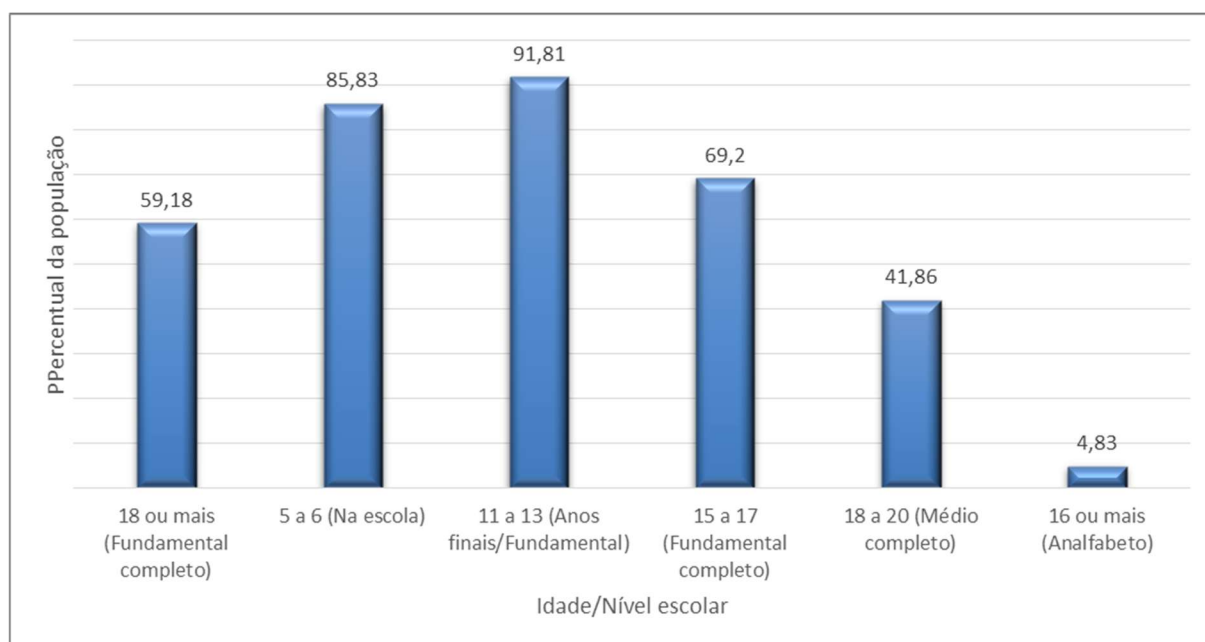
### 8.3.1.2.6 *Escolaridade*

A análise da dinâmica educacional no município de Paranaguá será realizada nesta seção, com base nos indicadores de escolaridade por faixa etária. Os indicadores de escolaridade por faixa etária são importantes medidores da percepção do nível educacional de uma população, tanto que são referências para o cálculo da dimensão educacional no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Além disso, a presente análise incorpora, ainda, as metas traçadas para os planos nacionais de educação (PNE 2011/2020 e PNE 2014/2024).

A formação escolar é elemento fundamental para a socialização humana, em qualquer tempo e lugar nas sociedades complexas, e dela depende a inclusão social e o exercício da cidadania. Além disso, os sistemas produtivos, cada vez mais dependentes das inovações tecnológicas necessitam do planejamento e da ação fundamentados em sólida e abrangente formação escolar. Desse modo, a avaliação das condições educacionais dos municípios, e dos efeitos por elas produzidos sobre os indivíduos, pode contribuir, ao mesmo tempo, para a compreensão dos níveis de escolaridade da população e das limitações que impõem, estes últimos, à capacitação e profissionalização da mão de obra.

O Gráfico 8.3.22 apresenta o nível de escolaridade da população por faixas etárias referentes à Paranaguá em 2010. São indicados 1) o percentual da população com idade de 18 anos ou mais com nível de ensino fundamental completo, 2) o percentual da população de 5 e 6 anos de idade que frequentava escola, 3) o percentual de crianças de 11 a 13 anos de idade que frequentava os anos finais do nível fundamental, 4) o percentual da população com idade entre 15 e 17 anos com nível fundamental completo, 5) o percentual da população com idade entre 18 e 20 anos com nível de ensino médio completo e 6) o percentual da população com idade superior a 15 anos sem escolaridade, isto é, analfabeta.

O percentual de pessoas com 18 anos ou mais de idade, em Paranaguá, com nível de ensino fundamental completo, em 2010, era o mais elevado entre os municípios do litoral (59,18%). Ainda assim, entende-se que se trata de elevado déficit educacional e indica uma situação que demanda melhoria, só possível de ser realizada no médio prazo e com a execução de ações previstas no plano nacional de educação em vigor.





Fonte: Censos Demográficos IBGE, 2000, 2010.

### Gráfico 8.3.22 – Níveis de escolaridade por faixa etária em Paranaguá (2010)

A situação das crianças com idade de 5 e 6 anos a frequentar escola é, igualmente, preocupante em Paranaguá, pois quase 15% delas estavam fora da escola, conforme os dados do Censo Demográfico do IBGE, 2010. Condição pior do que esta se registrava apenas em Morretes. Em Antonina, como se vê no Gráfico 8.3.9, verificava-se o maior percentual de crianças na escola: 95,82%. O número de crianças de 5 e 6 anos que frequentavam escola no ano de 2010 em Paranaguá era inferior à média do estado do Paraná (90,34%). Nesse sentido, a situação que se apresentou a partir dos dados do Censo IBGE 2010 revelava uma deficiência do sistema educacional tanto na AEII, como na AEID. Conforme dito acima, os indicadores aqui apresentados são balizadores para as políticas públicas. Dessa forma, é interessante verificar como esses indicadores se comportam em relação às metas do Plano Nacional de Educação (PNE). Em 2010, estava em vigor o PNE 2011-2020 em que se tinha como uma das metas a universalização do ensino fundamental para toda a população de 6 a 14 anos de idade. Como se vê, pelos dados apresentados, Paranaguá estava distante de alcançar a meta preconizada pelo PNE 2011-2020.

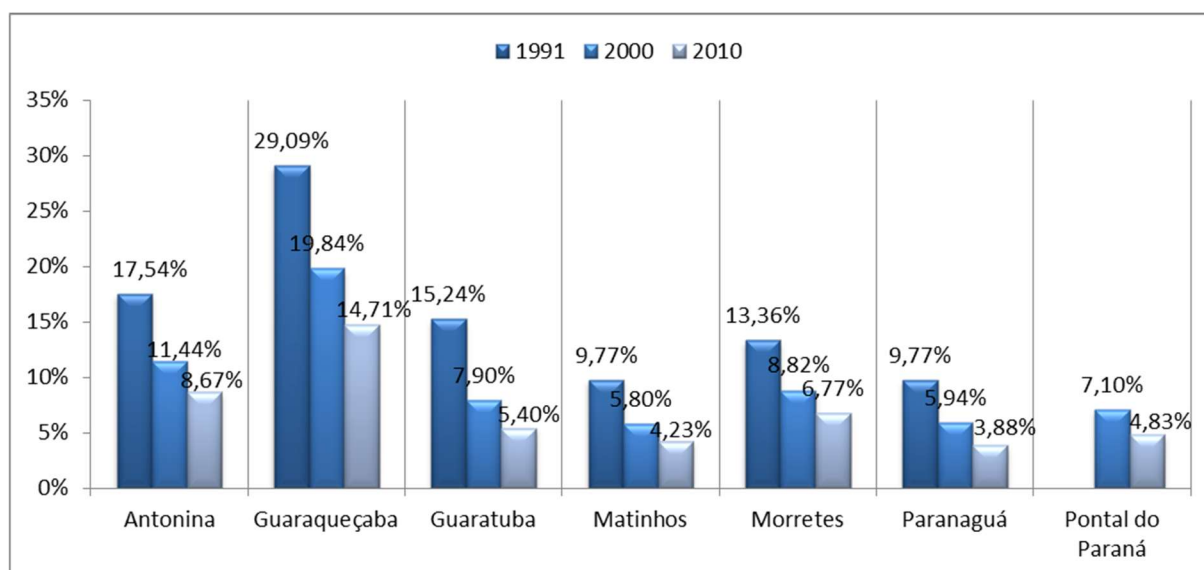
Em 2014, foi lançado um novo plano de educação, o PNE 2014-2024. Complementando a meta da universalização do ensino fundamental para toda a população entre 6 a 14 anos de idade, o plano determinava que 95% desses jovens deveriam concluir o ensino fundamental na idade recomendada. O município de Paranaguá apresentou 91,81% dos jovens de 11 a 13 anos de idade nos anos finais do ensino fundamental, atrás apenas de Matinhos (93,20%), conforme Gráfico 8.3.10 e Gráfico 8.3.11. Quando comparado aos municípios da

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1204

AEII, Paranaguá tem o melhor desempenho no percentual da população de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo. O município da AEID apresenta 69,20% dos jovens nessa faixa etária com ensino fundamental completo. O município de Paranaguá, aliás, é o único do conjunto analisado que apresenta índice superior à média registrada no Paraná. Conforme informado na AEII, todos os outros municípios apresentaram índice abaixo da média paranaense.

A meta do PNE é elevar a taxa líquida para 85% da população com 18 a 20 anos com ensino médio ao final do plano até 2024. Conforme se verificou, os municípios com maior índice nesse quesito estão em torno de 40% e Paranaguá apresenta o terceiro melhor indicador da região litorânea, com 41,86%. Por essa linha, há necessidade de praticamente dobrar os resultados apresentados por Paranaguá dentro de 8 anos para alcançar a meta do PNE. No entanto, vale destacar que Paranaguá não está distante da média alcançada pelo Estado do Paraná, com 48,05% da população de 18 a 20 anos com ensino médio completo. Segundo dados do IBGE, considerando toda a população com mais de 18 anos de idade, o percentual de pessoas com Ensino Médio completo é de 39,42%.

O Gráfico 8.3.23 traz a taxa de analfabetismo nos municípios da AEII entre 1991 e 2010. Paranaguá apresentou uma das maiores reduções da taxa de analfabetismo no período considerado, reduzindo-a em 60,29%, atrás apenas de Guaratuba (-64,57%). Entre 2000 e 2010, Paranaguá foi o município que apresentou a maior redução nesse indicador, com decréscimo de 34,68% na taxa, pois saiu de 5,94% para 3,88% no período. Interessante que, já em 2000, o município de Paranaguá apresentava a menor taxa de analfabetismo de toda a região litorânea. Os esforços empreendidos, portanto, são maiores na medida em que se diminui a taxa de analfabetismo.



Fonte: IBGE – Censos Demográficos, 1991, 2000, 2010.



**Gráfico 8.3.23 - Taxa de analfabetismo em pessoas com mais de 15 anos de idade nos municípios da AEII (1991-2010)**

Novamente, faz-se importante analisar os dados sobre o analfabetismo em Paranaguá tendo-se em conta as metas gerais do PNE. Em 2010, o PNE determinava uma taxa de alfabetização da população adulta de 93,5% (portanto, uma taxa de analfabetismo aceitável de 6,5%). O município de Paranaguá havia ultrapassado a taxa de analfabetismo considerada aceitável pelo PNE, já em 2000, 10 anos antes, portanto. Havia reduzido, em 2010, o analfabetismo à metade do que o PNE considerava desejável e aceitável para os municípios.

#### 8.3.1.2.6.1 Abandono escolar na AEID

A análise do problema da evasão escolar no município de Paranaguá leva em consideração as taxas de abandono escolar nas redes estadual e municipal, nos anos de 2014 e 2015. Como se pode observar nos dados da Tabela 8.3.15, a evasão escolar na rede estadual é consideravelmente maior entre os alunos da rede estadual. Isto se relaciona à idade mais avançada dos adolescentes que frequentam os anos finais do ensino fundamental e o ensino médio. Não obstante, a rede municipal em Paranaguá oferece, também, ensino do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, porém sem registro de abandono escolar.



 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1206

**Tabela 8.3.15 – Taxa de abandono escolar nas redes estadual e municipal da AEID, em 2014 e 2015 (%)**

Ano/série	2014		2015	
	Estadual	Municipal	Estadual	Municipal
1º ano	-	0,2	-	0,1
2º ano	0,0	0,1	-	0,2
3º ano	-	0,0	-	0,1
4º ano	-	0,1	-	0,2
5º ano	-	0,1	-	0,2
6º ano	2,9	0,0	3,0	0,0
7º ano	4,8	0,0	2,0	0,0
8º ano	3,9	0,0	5,3	0,0
9º ano	5,4	0,0	4,4	0,0
1ª Série	10,1	-	7,6	-
2ª Série	8,9	-	8,6	-
3ª Série	11,3	-	8,1	-
4ª Série	1,4	-	0,0	-



Fonte: INEP, 2017

As elevadas taxas de abandono escolar registradas entre alunos da rede estadual de Paranaguá apresentaram redução entre os anos de 2014 e 2015. Por outro lado, registrou-se crescimento do abandono do ensino, ainda que em proporções limitadas, por alunos da rede municipal, justamente nos anos iniciais, o que se constitui e fato incomum.

A queda na taxa de evasão foi mais acentuada no ensino médio da rede estadual. Em 2014, a taxa de abandono na primeira série do ensino médio era de 10,1%, em 2015 esse valor passou para 7,6%. Em 2014, a taxa de abandono na terceira série era de 11,3%, em 2015 esse valor passou para 8,1%. Com relação a evasão na quarta série do ensino médio, em 2014 a taxa era de 1,4%, já em 2015 não houve registro de nenhum caso de abandono escolar no município de Paranaguá.

#### 8.3.1.2.7 Índice de criminalidade

Conforme os dados da Tabela 8.3.16, embora Paranaguá apresente o maior número de ocorrências relativas a homicídio doloso em termos absolutos (43, em 2015), é o município da região litorânea com uma das menores taxas, com 28,54 casos a cada 100 mil habitantes, somente atrás de Antonina, com 25,75/100 mil hab. Ainda assim, tais números são bastante elevados se comparados ao que a Organização das Nações Unidas considera tolerável (10 homicídios por 100 mil habitantes/ano) a qualquer sociedade humana. Ao se considerar a média da região litorânea, obtém-se 34,54 por 100 mil habitantes em 2015.

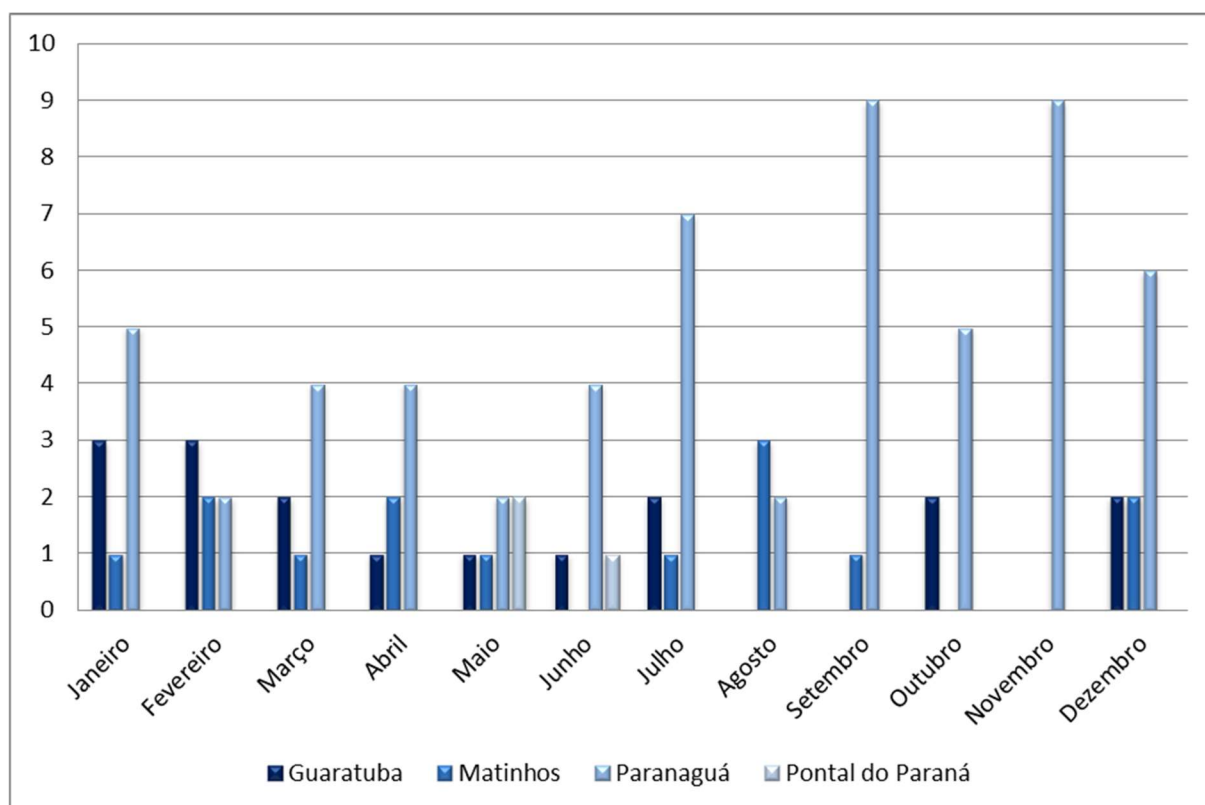
 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:  1207
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	

**Tabela 8.3.16 – Taxa de criminalidade por 100 mil habitantes nos municípios da AEII (2014-2015)**

	Homicídio doloso		Latrocínio		Lesão corporal (morte)		Homicídio culposo no trânsito	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015
Antonina	5,15	25,75	-	-	-	5,15	-	-
Guaraqueçaba	-	-	-	-	-	-	-	-
Guaratuba	54,65	59,69	-	-	-	-	5,75	-
Matinhos	52,88	61,37	-	3,07	-	-	3,11	-
Morretes	30,52	-	-	-	-	-	6,10	-
Paranaguá	30,11	28,54	-	-	0,66	5,15	6,02	-
Pontal do Paraná	33,59	41,06	-	-	-	-	8,40	-
<b>Total</b>	<b>33,45</b>	<b>34,54</b>	<b>0,00</b>	<b>3,07</b>	<b>0,35</b>	<b>0,70</b>	<b>5,28</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná – Relatório de Crimes Relativos a Mortes, 2015.

Já, Matinhos é o município com maior taxa de homicídio doloso, com 61,37 casos por 100 mil/habitantes, seguido por Guaratuba, com 59,69/100 mil hab. Os indicadores de criminalidade referentes a estas cidades que abrigam balneários são excessivamente altos, especialmente ao se considerar o reduzido número de suas populações. Entretanto, é necessário ponderar que a população desses municípios se eleva expressivamente nos meses de verão. Seria possível verificar se a incidência desse tipo de criminalidade é maior durante os meses de verão, ou no recesso escolar de julho. Os dados mostrados no Gráfico 8.3.24 parecem confirmar essa hipótese, pelo menos para o caso do município de Guaratuba. Este município registrou uma maior quantidade de homicídios nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro, julho e outubro. A redução dos homicídios se deu durante a baixa temporada, nos meses de abril, maio e junho não tendo havido ocorrências nos meses de agosto, setembro e novembro.





Fonte: Fonte: Ministério da Saúde – DATASUS, 2016.

**Gráfico 8.3.24 - Quantidade de homicídios dolosos por mês de ocorrência durante o ano de 2014 em Paranaguá.**

Quando considerada a taxa de homicídio culposo no trânsito, a média nacional é de 9,2 ocorrências a cada 100 mil habitantes, enquanto em 2014 registrou-se uma média de 5,28 casos por 100 mil habitantes na região litorânea e, em 2015, nenhum caso foi registrado nos relatórios estatísticos da SSP-PR.

#### 8.3.1.2.8 Ocorrência de doenças com maior incidência e prevalência na população da AEID

A Tabela 8.3.17 apresenta o número de internações por causas, listadas de acordo com a Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-10). De acordo com os dados abaixo, quase 30% das causas de internações em Paranaguá estão relacionados a gravidez, parto e puerpério. Em segundo lugar, com 17% dos casos, estão as lesões, envenenamentos e outras causas externas. Como será visto mais à frente, esse percentual por causas de internações é bem próximo do percentual por causas de morbidade, em Paranaguá.

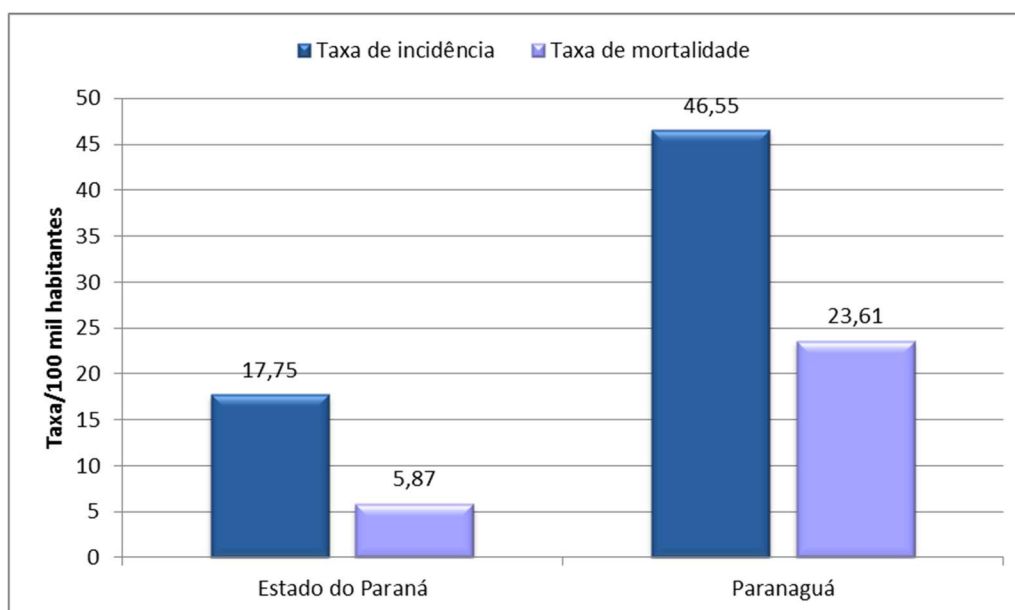
 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1209

**Tabela 8.3.17 – Número de internações por causas em Paranaguá (2015-2016)**

<b>Causas de internação hospitalar (SUS)</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
Gravidez, parto e puerpério	2.951	29,10%
Lesões, envenenamentos e outras causas externas	1.743	17,19%
Doenças do aparelho respiratório	1.232	12,15%
Doenças do aparelho circulatório	1.164	11,48%
Doenças do aparelho digestivo	683	6,74%
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	632	6,23%
Doenças do aparelho geniturinário	532	5,25%
Doenças da pele e do tecido subcutâneo	254	2,50%
Sintomas sinais e achados anormais	220	2,17%
Originadas no período perinatal	210	2,07%
Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	152	1,50%
Doenças de sangue	118	1,16%
Doenças do sistema nervoso	113	1,11%
Neoplasias	47	0,46%
Doenças do sistema osteomuscular	47	0,46%
Contatos com serviços de saúde	24	0,24%
Transtornos mentais	7	0,07%
Causas externas	5	0,05%
Doenças do ouvido e da apófise mastóide	3	0,03%
Malformação congênita	3	0,03%
Doenças dos olhos e anexos	1	0,01%
<b>Total</b>	<b>10.141</b>	<b>100%</b>

Fonte: Ministério da Saúde – Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS), 2016.

Um fato que chama a atenção em Paranaguá é a alta taxa de incidência de HIV/AIDS, acompanhada de alta taxa de mortalidade por HIV/AIDS. A taxa mede a incidência de doença por 100 mil habitantes. Conforme o Gráfico 8.3.25 demonstra, a taxa de incidência em Paranaguá é cerca de 2,6 vezes maior do que a taxa média do Estado do Paraná. Quando considerada a taxa de mortalidade por HIV/AIDS em Paranaguá, essa comparação com a média estadual se agrava: a taxa de mortalidade em Paranaguá é quatro vezes maior do que a taxa média do Estado do Paraná.

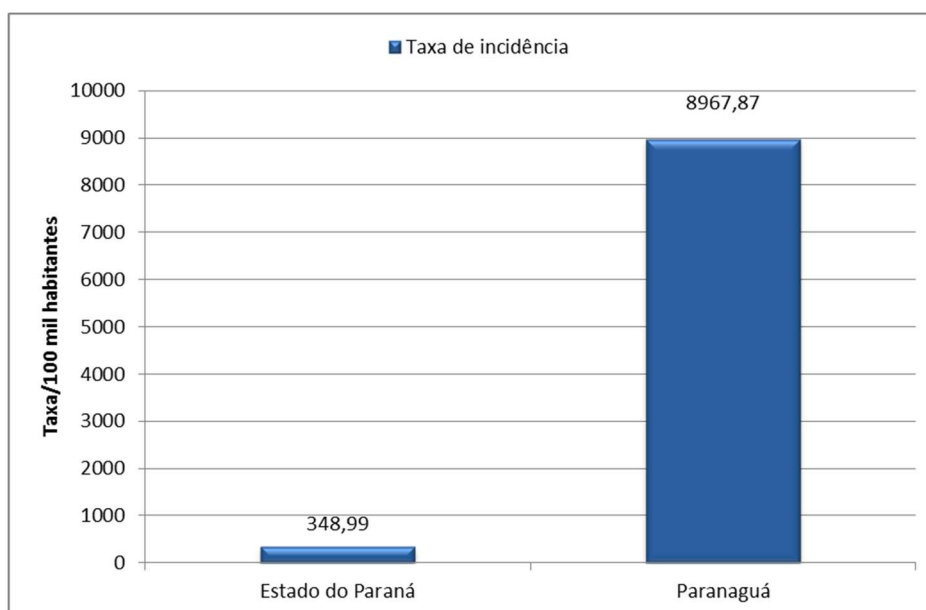


Fonte: Ministério da Saúde – DATASUS, 2013.

**Gráfico 8.3.25 - Taxa de incidência e de mortalidade por HIV/AIDS em Paranaguá e no estado do Paraná (2013)**

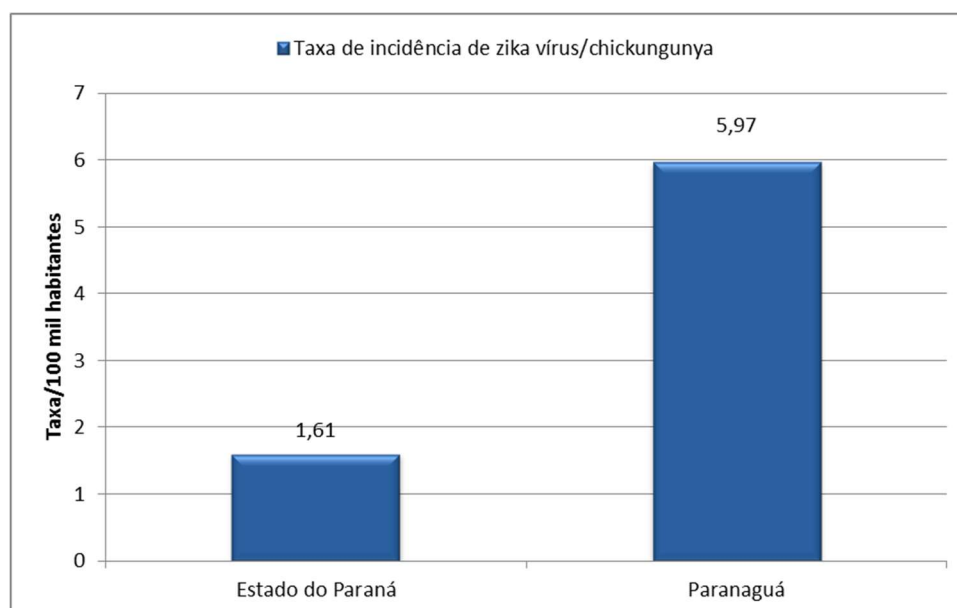
Paranaguá também se destaca em relação à taxa de incidência de dengue, zika vírus e chikungunya. Os dados são apresentados no Gráfico 8.3.26, para a taxa de incidência de dengue no município de Paranaguá, além da taxa de incidência média do Estado do Paraná. Já o Gráfico 8.3.27 traz a taxa de incidência para os casos de zika vírus e chikungunya em Paranaguá e no Estado do Paraná. Nos dois casos, a taxa de incidência em Paranaguá é bastante alta. No caso da dengue, o município viveu uma epidemia em 2016. A taxa de incidência é de 8.967,87 por 100 mil/habitantes, algo em torno de 1.500 vezes superior à média do Estado do Paraná.

Quando se trata de zika vírus e chikungunya, o município de Paranaguá apresenta, também, taxas mais elevadas que a média do estado. Nesse caso, a taxa de incidência em Paranaguá é de 5,97, quase quatro vezes a média do Paraná, com 1,61 casos para 100 mil habitantes.



Fonte: Secretaria de Saúde do Estado do Paraná – Boletim Dengue, 2016.

**Gráfico 8.3.26 - Taxa de incidência de dengue (2015-2016)**



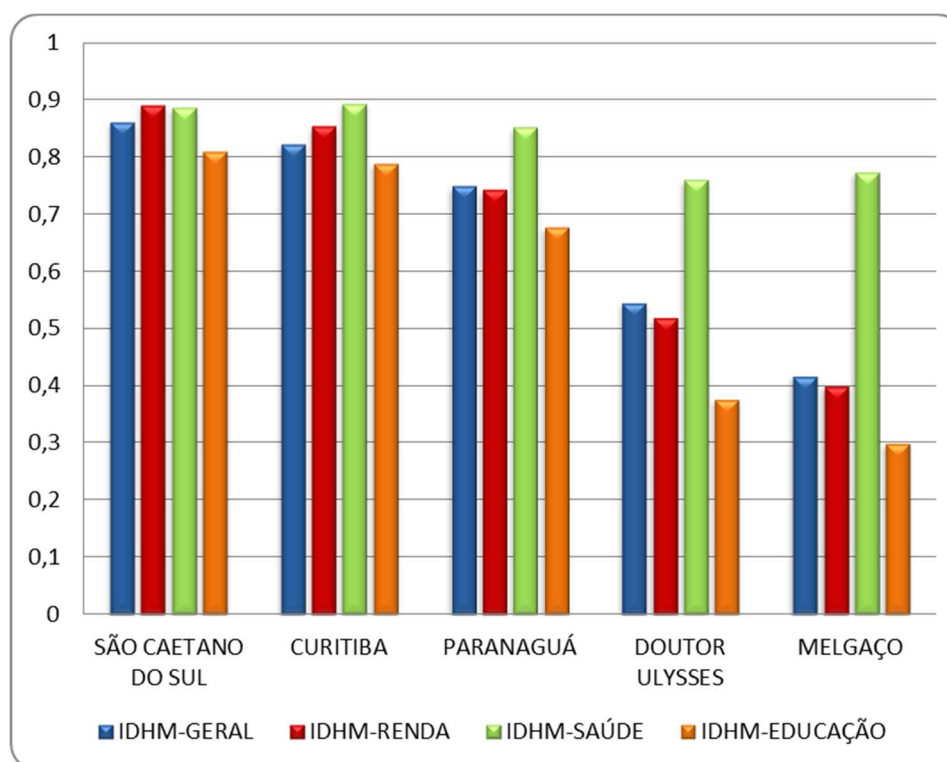
Fonte: Secretaria de Saúde do Estado do Paraná – Boletim Dengue, 2016.

**Gráfico 8.3.27 - Taxa de incidência de zika vírus e chikungunya (2015-2016)**

#### 8.3.1.2.9 Indicadores sociais

A análise dos indicadores sociais empreendida nesta seção, referentes à AEID, se baseia nos indicadores do desenvolvimento humano em perspectiva comparada ao desenvolvimento econômico. Foram considerados o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) - nas suas dimensões renda, educação e saúde e o Produto Interno Bruto Municipal *per capita*.

O IDHM Geral para o município de Paranaguá o colocava na posição 552 entre os 5.562 municípios, conforme o *ranking* nacional elaborado pelo PNUD, com base nos dados do Censo IBGE 2010. A primeira posição era ocupada pelo município paulista de São Caetano do Sul, que registrava IDHM “muito alto” nas três dimensões avaliadas: educação, saúde e renda. Já, a última posição no *ranking* nacional era representada pelo município Melgaço, no estado do Pará. Além destas informações, o Gráfico 8.3.28, mostra, para efeito de análise comparativa de indicadores sociais com Paranaguá, os índices de desenvolvimento humano municipal, nas três dimensões referidas, para o município de Curitiba (1ª posição no Paraná) e Doutor Ulysses (Última posição no Paraná).



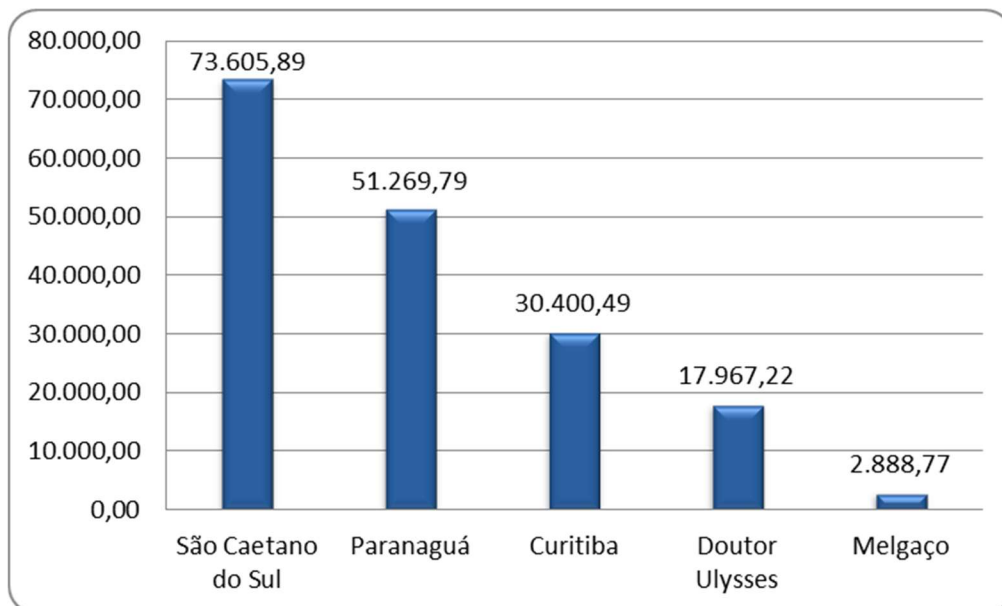
Fonte: CENSO IBGE, 2010.

**Gráfico 8.3.28 – Índice de desenvolvimento Humano Municipal dos municípios com as melhores e piores posições nos rankings nacional e paranaense em comparação ao município de Paranaguá (2010).**

Em todos os municípios, mesmo naqueles em que o IDH-M Geral é “muito baixo”, o acesso aos serviços de saúde mostra-se altamente satisfatório, o que não ocorre com as demais dimensões. Em todas as situações, o acesso à renda reflete o elemento social crítico limitador ao desenvolvimento humano em todos os municípios que registram índices mais baixos nesta dimensão. Quanto à educação, esta apresenta, de forma genérica, avaliação intermediária entre as condições de acesso à saúde (mais favorecidas) e à renda (menos favorecidas).

Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
Nº PLANAVE	REV. PLANAVE	1213
RL-B00-H01-1001	0	



A experiência vivenciada pela sociedade brasileira no limiar de século XXI, com o aumento da produção em níveis sem precedentes e os efeitos positivos em termos da melhoria das condições de vida da população, conforme demonstram as análises do PNUD, baseadas na evolução do IDHM entre 1991 e 2010, vêm produzindo impacto profundo, também, na percepção de especialistas sobre o clássico assunto da relação entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento social. Esta análise compartilha das visões que reconhecem uma relação de causa e efeito entre crescimento econômico e desenvolvimento humano. Entretanto, em determinadas situações tal causalidade não se mostra evidente. Este é o caso do município de Paranaguá cuja avaliação de indicadores sociais está em pauta na presente análise. Como visto acima, o grau de desenvolvimento humano registrado por Paranaguá, expresso em sua classificação no *ranking* nacional, contrasta profundamente com os níveis registrados em sua produção e que se materializam na relação PIB municipal *versus* população municipal. O Gráfico 8.3.29 apresenta o PIB municipal *per capita* de Paranaguá comparado aos demais municípios que registravam as primeiras e últimas posições nos *rankings* nacional e paranaense em 2010.



**Gráfico 8.3.29 – Produto Interno Bruto per capita, a prelos correntes, dos municípios que registravam os mais altos e mais baixos IDH-M nacional e paranaense (2010).**

O município paulista de São Caetano do Sul, revelado pelas estatísticas como o que reúne as melhores condições para a vida social no Brasil, registrava um valor *per capita* de 73,6 mil reais para o seu PIB enquanto Curitiba, o primeiro em qualidade de vida no estado do Paraná, registrava um PIB municipal *per capita* de 30,4 mil reais, o qual não chegava a ser o dobro de Doutor Ulysses em 2010. Nessa perspectiva, o PIB municipal *per capita* de





 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1214

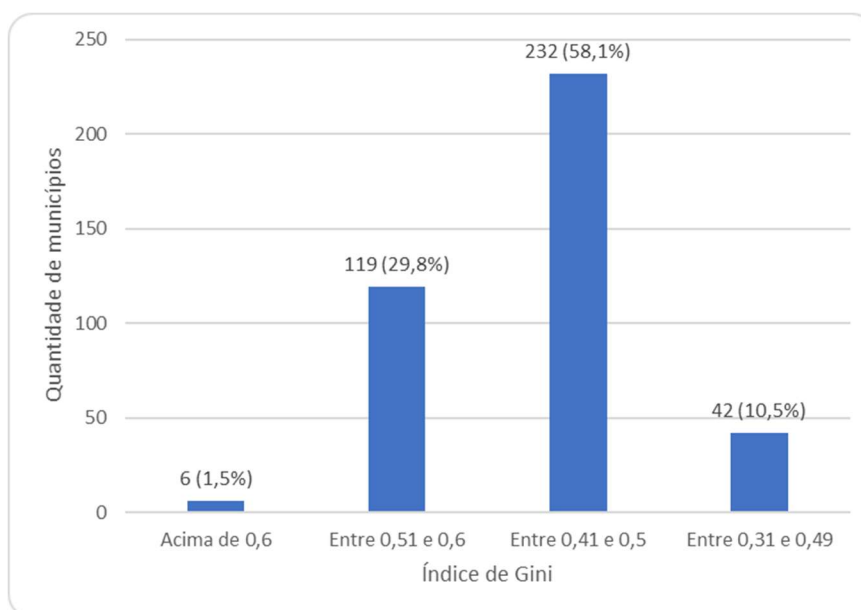
Paranaguá correspondia a 51,2 mil reais, mais próximo ao valor para São Caetano do Sul do que o de Curitiba. O que se depreende dessa análise é que, no caso de Paranaguá, o crescimento econômico não tem logrado se transformar em desenvolvimento humano na mesma escala. Não é objetivo do presente estudo avaliar as razões para assimetria indicada. O que se buscou aqui foi avaliar alguns indicadores das condições de vida, como saúde, educação e renda a partir do cruzamento destas informações com os dados sobre crescimento econômico numa perspectiva comparada entre os municípios escolhidos. Para aprofundamento do tema caberia avaliar os efeitos do crescimento da produção sobre as receitas municipais e, ainda, a cultura política envolvida nas gestões governamentais local e regional que envolvem os processos que se desenrolam em Paranaguá.

#### 8.3.1.2.9.1 Concentração de renda

Complementando a análise de indicadores sociais, na qual se utilizou Produto Interno Bruto Municipal e, mais acima, o Produto Interno Bruto Municipal per capita, avalia-se, na seção seguinte, a distribuição da renda aos estratos sociais considerando-se o nível de concentração ou distribuição da mesma nos municípios e, em especial, em Paranaguá. Para isso, o Índice de Gini, que aponta os graus de concentração da renda em cada município numa escala de 0 a 1 é especialmente útil. Quanto mais próximo de 0, menor a concentração de renda.

A concentração de renda no Brasil vem sendo avaliada pelo IBGE, pela aplicação do índice de GINI, com base nos censos demográficos de 1991, 2000 e 2010 e, também, com base na Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD). Em 2010 o índice de GINI para o Brasil foi 0,6086, um indicador de alta concentração de renda e sinalizador de profunda desigualdade social. O Gráfico 8.3.30 a seguir mostra a distribuição do índice de GINI no estado do Paraná por grupos de municípios. Note-se que um reduzido conjunto de municípios apresentava desigualdade igual ou superior à média nacional. A maior parte dos municípios paranaenses (58,1%) registrava uma concentração de renda expressa em valores de índice de GINI entre 0,4100 e 0,5000.

		Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
		Nº PLANAVE	REV. PLANAVE	1215
		RL-B00-H01-1001	0	

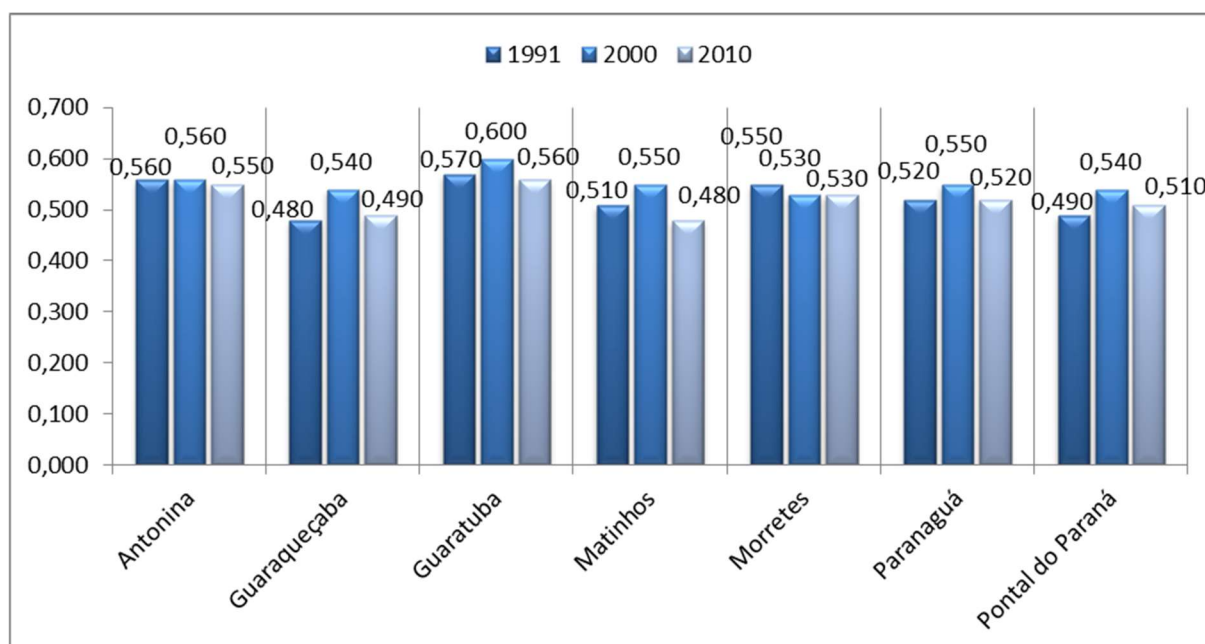


Fonte: Índice de Gini da renda domiciliar per capita – Paraná, DATASUS, 2016.

**Gráfico 8.3.30 - Índice de GINI da renda domiciliar per capita dos municípios paranaenses em 2010.**

O Gráfico 8.3.31 apresenta a evolução do Índice de Gini nos municípios da AEII, que engloba os municípios da AEII e AEID, nos anos censitários entre 1991 e 2010. O município que apresentou o melhor desempenho, com redução na concentração de renda, foi Matinhos, com diminuição de 5,9% no índice de GINI entre 1991 e 2010. Em segundo lugar, Morretes reduziu o indicador de distribuição de renda em 3,6%. Em situação oposta, concentrando maior renda ao longo dos anos, Guaraqueçaba e Pontal do Paraná apresentaram aumento de 2,1% e 4,1% no Índice de Gini.

O município de Paranaguá apresentou maior concentração de renda, entre 1991 e 2000, aumentando em 5,8% nesse período. No entanto, na década seguinte, alcançou o indicador de renda ao nível de 1991, com 0,520.



Fonte: IBGE – Censo Demográfico, 1991, 2000, 2010.



**Gráfico 8.3.31 - Índice de Gini dos municípios da AEII comparados à Paranaguá (1991-2010)**

De uma maneira geral, os municípios do litoral do Paraná registraram elevação nos índices de concentração de renda no ano 2000 e tornaram a reduzi-la, novamente, em 2010. Ainda assim, os níveis continuam elevados com valores de índice de GINI entre 0,5000 e 0,6000.

#### 8.3.1.2.10 População na zona de interesse portuário

A população residente na zona de interesse portuário vem sendo impactada de forma direta pela operação do Porto de Paranaguá e a ampliação deste empreendimento poderá intensificar estes impactos. Em razão disso, encontra-se em curso um processo de relocação de moradias e transferência da população para outras regiões do município, em especial a população que ainda se encontra nas áreas mais próximas ao Porto Organizado, onde as atividades de transporte e armazenagem são mais intensas. Estas transferências das populações vêm se fazendo há anos, na medida em que se intensifica a atividade portuária e cresce a demanda pela implantação de estruturas de armazenagem nos espaços mais próximos aos pontos de atracação dos navios. Nos anos mais recentes, o ritmo acelerado de implantação de novas estruturas de armazenamento tem obrigado as agências que dependem destes arranjos a promover a reestruturação dos bairros residenciais, transformando-os inteiramente em espaços dedicados à atividade logística-industrial. Um caso típico dessa situação é a supressão, quase total, do uso residencial em todos os



 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1218

de entrevista pessoal domiciliar. O número de entrevistas realizadas por bairro da ZIP é apresentado na Tabela 8.3.18.



**Tabela 8.3.18 - Tamanho da amostra por bairro da ZIP**

Ordem	Bairro	Amostra	%
1	29 de julho	1	1,6%
2	Costeira	6	9,8%
3	Dom Pedro II	1	1,6%
4	Leblon	2	3,3%
5	Oceania	1	1,6%
6	Padre Jackson	2	3,3%
7	Porto dos Padres	12	19,7%
8	Rocio	1	1,6%
9	Serraria do Rocha	3	4,9%
10	Vila Alboitt	3	4,9%
11	Vila Cruzeiro	10	16,4%
12	Vila Guarani	6	9,8%
13	Vila Paranaguá	5	8,2%
14	Vila Portuária	1	1,6%
15	Vila Rute	4	6,6%
16	Beira Rio	2	3,3%
17	Santa Maria	1	1,6%
<b>Total</b>		<b>61</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Levantamento empírico, 2016.

O tamanho da amostra foi calculado tendo como base a quantidade de domicílios ocupados identificados no Censo Demográfico do IBGE de 2010 e corresponde a uma margem de erro de 8% considerando-se um intervalo de confiança de 90%. Em toda a zona portuária existiam, conforme o referido Censo, 8.009 domicílios ocupados. É importante destacar que os instrumentos de coleta aplicados nas amostras realizadas levantaram informações com perfil quantitativo e que demandaram análises estatísticas específicas que são apresentadas a seguir. Não obstante, tais levantamentos foram realizados por profissionais com experiência em trabalhos empíricos de pesquisa social levando-se em conta, nas análises realizadas, a observação dos pesquisadores sobre o perfil sociocultural e socioeconômico e sua relação com os ambientes de vida e trabalho dos entrevistados. Considerou-se, portanto na avaliação dos resultados, elementos de análise qualitativa a partir da interação entre pesquisadores e pesquisados à luz dos dados censitários disponíveis sobre a população estudada.

Com base no cronograma de campo e nos recursos dispendidos para a realização da pesquisa foram selecionados (aleatoriamente) 61 respondentes, distribuídos de maneira proporcional à quantidade de domicílios ocupados nos setores censitários que compõem

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1219

cada bairro. Assim, foram realizadas 61 entrevistas em 17 pontos amostrais da Zona de Interesse Portuário. A aplicação dos questionários, realizada pela equipe de pesquisadores ocorreu durante o período dos dias 29/06/2016 a 16/07/2016. As informações levantadas foram analisadas estatisticamente com a utilização do sistema eletrônico IBM-SPSS, um aplicativo específico para análises estatísticas em Ciências Sociais.



A estratégia de análise combinou estatísticas descritivas com análises inferenciais. Foram geradas tabelas de frequência e cruzamentos. Além disso, utilizou-se o teste de qui-quadrado ( $\chi^2$ ) para verificar a associação entre variáveis. Os resultados obtidos foram pormenorizados em análises de resíduos padronizados ajustados.

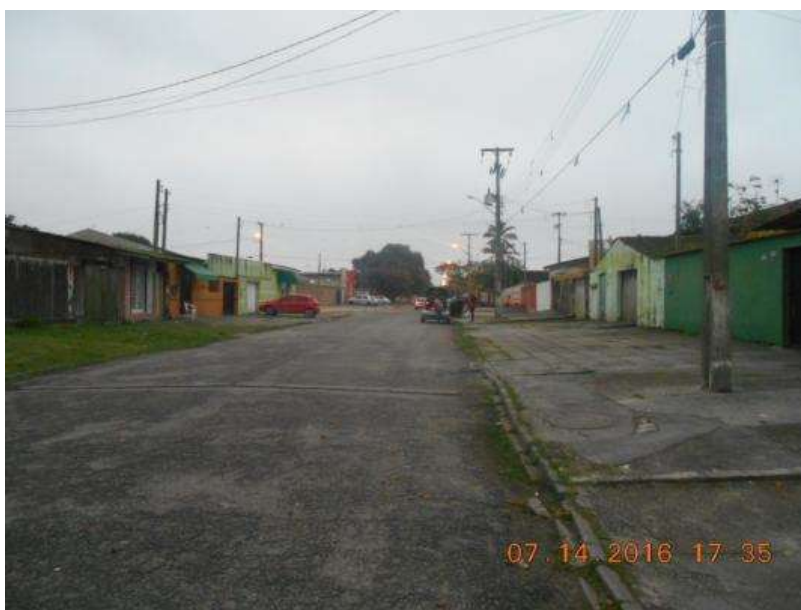
Nas seções subsequentes serão apresentados os resultados referentes aos temas abordados nesse estudo específico sobre a ZIP: 1) as condições de vida e trabalho dos residentes na ZIP, descrevendo características dos moradores, condições de moradia e vínculos sociais com a comunidade; 2) a opinião dos moradores da ZIP referente às políticas públicas mais tradicionais, tais como, transporte, saúde, ensino e saneamento ambiental; 3) a percepção social da população da ZIP referente ao empreendimento de ampliação do Porto de Paranaguá e, finalizando esta seção, são apresentadas as principais conclusões sobre a pesquisa desenvolvida.

#### 8.3.1.2.10.2 Condições de vida e trabalho na Zona de Interesse Portuário (ZIP)

A ZIP engloba uma área de terras com superfície total aproximada a 700 hectares, na parte norte da cidade de Paranaguá, banhada pelas águas da baía em uma extensão de mais ou menos sete quilômetros, onde se encontram as estruturas de atracação de navios e a área do Porto Organizado de Paranaguá. Na Figura 8.3.3 é apresentada a imagem fotográfica de logradouro localizado em bairro da ZIP.



		Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
		Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1220



Fonte: Levantamento empírico, 2016.



**Figura 8.3.3 – Aspecto de logradouro em bairro localizado na Zona de Interesse Portuário.**

Em apenas 20% da área abrangida pela ZIP residia, em 2010, uma população de 30,7 mil pessoas, habitantes de 9,7 mil domicílios em 17 bairros. Essa quantidade de domicílios vem se reduzindo a cada ano, no entanto, em razão das relocações de famílias para atender às demandas de empreendimentos portuários governamentais ou privados. Nas áreas em que as residências foram substituídas por estruturas de suporte às operações portuárias veem-se instalações como a mostrada na Figura 8.3.4, a seguir.



Fonte: Levantamento empírico, 2016.

**Figura 8.3.4 – Armazém privado localizado na Zona de Interesse Portuário em Paranaguá.**

		Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
		Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1221

Entre os domicílios recenseados pelo IBGE em 2010, na ZIP, foram encontrados vários deles nas áreas classificadas como “aglomerados subnormais”. Estes se caracterizam pela ocupação irregular e informal, para fins de habitação social, de terras pertencentes a particulares ou ao poder público. Em tais aglomerados florescem os problemas típicos inerentes à deficiência de saneamento básico (Figura 8.3.5), moradias edificadas precariamente, lotes de tamanho reduzido, dificuldades de acesso, com a formação de becos e outros problemas. Estas características podem ser encontradas em 1.580 domicílios da Vila Santa Maria, 1.411 no bairro Beira Rio, 392 na Vila Guarani. Estes aglomerados subnormais se localizam no interior da ZIP, próximos à foz do rio Emboguaçu. Alguns dos seus moradores dedicam-se às artes da pesca, porém, de uma maneira geral, vários deles ainda utilizam embarcações para diversas finalidades e, dessa forma, dependem dos pontos de acesso às águas da baía existentes nesta região.





Fonte: Levantamento empírico, 2016.

**Figura 8.3.5 – Aspecto de área com problemas de drenagem e esgotamento sanitário em aglomerado subnormal da Vila Santa Maria.**

A Tabela 8.3.19 apresenta o perfil da amostra da ZIP pesquisada, por sexo, idade, escolaridade, ocupação e renda mensal familiar.



 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1222



**Tabela 8.3.19 - Perfil da amostra pesquisada por sexo, idade, escolaridade, ocupação e renda mensal domiciliar**

Variável	Categoria	n	% válido
Sexo	Feminino	24	39%
	Masculino	37	61%
	<b>Total</b>	<b>61</b>	<b>100%</b>
Idade	16 - 35	15	25%
	36 - 50	14	23%
	51 - 59	16	26%
	60 - 86	16	26%
	<b>Total</b>	<b>61</b>	<b>100%</b>
Grau de instrução	1ª a 4ª	12	21%
	5ª a 8ª	21	37%
	9ª a 11ª	21	37%
	superior	3	5%
	Missing	4	não considerado no % válido
	<b>Total</b>	<b>61</b>	<b>100%</b>
Ocupação	Empregado (CLT)	11	18%
	Autônomo	14	23%
	Empresário	7	12%
	Aposentado	16	27%
	Desempregado	11	18%
	Estudante	1	2%
	Missing	1	não considerado no % válido
	<b>Total</b>	<b>61</b>	<b>100%</b>
Renda mensal familiar	880,00 - 1.000,00	14	28%
	1.001,00 - 2.000,00	19	37%
	2.001,00 - 3.000,00	8	16%
	3.001,00 - 9.000,00	10	20%
	Inválidos	10	-
	<b>Total</b>	<b>61</b>	<b>100%</b>

\*Percentuais válidos para todas as variáveis

Fonte: Pesquisa empírica, 2016.

Conforme se pode observar na Tabela 8.3.19, a primeira variável apresentada informa que 39% dos respondentes são do sexo feminino (24 casos observados) e 61% de entrevistados do sexo masculino (37 casos observados). Com relação à faixa etária dos respondentes, é importante esclarecer que a distribuição foi categorizada em faixas etárias que levaram em consideração os quartis da amostra selecionada. Os participantes dessa amostra têm idades entre os 16 e 86 anos e foram encontrados os seguintes quartis de idade: dos 16 aos 35; dos 36 aos 50; dos 51 aos 59; dos 60 aos 86. Cada quartil possui aproximadamente 25% da distribuição amostral, cerca de 15 casos observados.

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1223

A variável seguinte apresentada na Tabela 8.3.19 se refere ao grau de instrução dos membros da amostra. Essa variável também foi categorizada observando-se os quartis da distribuição amostral. Na coluna referente à porcentagem das frequências observadas nota-se que 74% dos entrevistados da amostra possuem de 5 a 11 anos de estudo. E uma quantidade expressiva possui de 1 a 4 anos de estudo (21% dos casos); em somente 5% dos casos, ou seja, 3 questionários, os respondentes possuíam ensino superior completo ou incompleto.



A terceira variável exposta na coluna 2 se refere à ocupação/profissão dos entrevistados da ZIP. Na coluna da porcentagem observada para cada categoria pode-se perceber que 27% dos casos referem-se a aposentados (16 casos), seguido de 23% de trabalhadores autônomos (14 casos). Empregados com carteira assinada (CLT) e desempregados equivalem a 18% dos entrevistados para cada categoria encontrada, ou seja, 11 casos para cada categoria amostrada. Estudantes representavam uma parcela muito baixa da amostra, somente 2% das entrevistas realizadas: 1 caso foi identificado nesta condição.

A última variável explorada na Tabela 8.3.19 apresenta um valor aproximado da renda mensal familiar declarada pelos respondentes da ZIP. Do total de 51 amostras válidas, 37% dos casos (19 respondentes) informaram que sua renda familiar se encontrava entre R\$ 1.001,00 a R\$ 2.000,00 ao mês, seguido de 28% (14 observações) que declararam que sua renda se situava entre 1 salário mínimo (R\$ 880,00) a R\$ 1.000,00; 20% dos respondentes (10 casos) informaram possuir uma renda mensal entre R\$ 3.001,00 e R\$ 9.000,00. Contudo, é importante apontar que somente em 1 caso se constatou uma renda de R\$ 9.000,00.

A seguir, apresenta-se a Tabela 8.3.20 que se refere às condições de vida e moradia dos residentes da ZIP. Informações sobre as condições do imóvel, a relação do entrevistado com o proprietário, número de moradores e benefícios governamentais foram sistematizadas abaixo.

**Tabela 8.3.20 - Condição de vida e moradia da população pesquisada**

Variável	Categorias	N	%
Condição do imóvel*	Próprio	54	90%
	Alugado	6	10%
	Missing	1	não considerado no % válido
	Total	61	100%
Relação entrevistado/ proprietário*	O próprio	25	45%
	Cônjuge	5	9%

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1224

Variável	Categorias	N	%
	Filho (a)	12	21%
	Genro/nora	5	9%
	Inquilino	1	2%
	Ocupante	1	2%
	Outro	7	13%
	Missing	5	não considerado no % válido
	Total	61	100%
Número de moradores no imóvel	1 - 2	19	31%
	3 - 4	19	31%
	5 - 6	16	26%
	7 - 12	7	12%
	Total	61	100%
Recebe benefício governamental	Não	55	90%
	Sim	6	10%
	Total	61	100%

Fonte: Levantamento empírico, 2016.

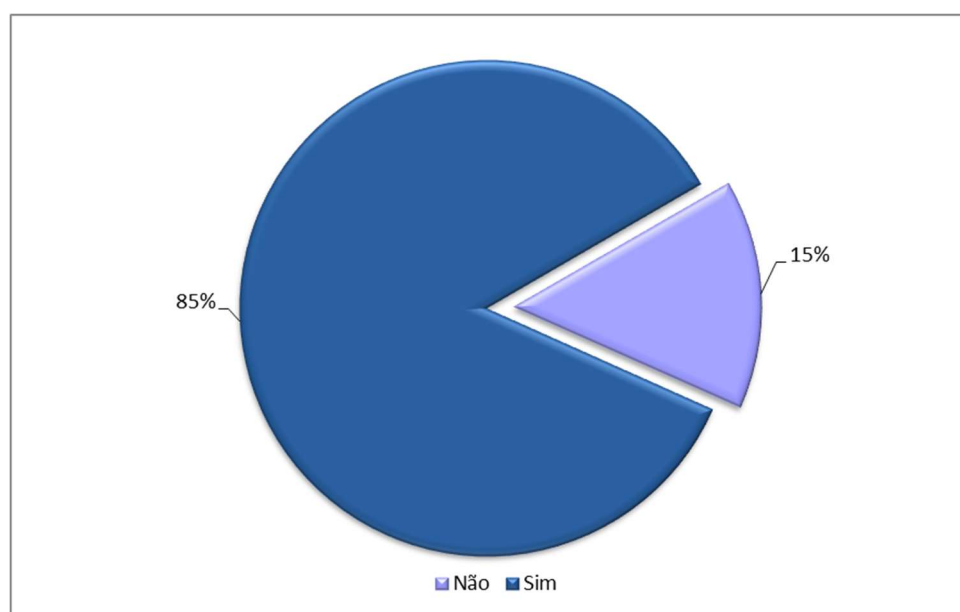
Conforme se observa na primeira variável apresentada na Tabela 8.3.20, a maioria dos moradores da ZIP informou que residia em imóvel próprio ou de familiares, exatamente 90% dos entrevistados (54 casos). Uma quantia pouco expressiva encontrava-se em imóveis alugados, somente 10% (6 casos).

A segunda variável abordada trata da relação que o entrevistado tem com o proprietário do imóvel. Do total entrevistado, aproximadamente metade da amostra, 45% (25 casos) declararam ser o proprietário do imóvel. Filhos dos proprietários equivalem a 21% dos entrevistados, seguidos de cônjuge e outros parentes próximos (genro ou nora), com 9% dos casos (5 casos em cada categoria).

Com relação ao número de residentes nos imóveis percebe-se que a maioria dos domicílios (62%) possui de 1 a 4 moradores. Uma quantidade relevante de respondentes informou que divide a moradia com 5 ou 6 pessoas, exatamente 26% dos casos (16 respondentes). Também foi possível detectar na amostra moradores que compartilhavam a moradia com 7 a 12 pessoas, 12% (7 observações). Essa situação era mais comum nos bairros classificados, pelo IBGE, como aglomerados subnormais. A última informação sistematizada na Tabela 8.3.20 revela que 90% dos moradores da ZIP não recebiam nenhum auxílio governamental<sup>3</sup>. As exceções se referem ao programa Bolsa Família do Governo Federal.

<sup>3</sup> Como auxílio governamental, considerou-se o auxílio doença da Previdência Social e programas governamentais de cunho social, como Bolsa Família e Minha Casa Minha Vida.

A seguir, são apresentadas as variáveis relativas aos vínculos sociais dos entrevistados com a comunidade no Gráfico 8.3.32. Informações sobre familiares na região, tempo que vive no município e no imóvel serão abordadas na Tabela 8.3.21.



Fonte: Pesquisa empírica, 2016.



**Gráfico 8.3.32 - Percentual válido dos moradores da ZIP que possuem familiares na região**

**Tabela 8.3.21 - Vínculo da população da amostra pesquisada com o município**

Variável	Categorias	n	%
Possui familiares que moram no município	Não	9	15%
	Sim	52	85%
	<b>Total</b>	<b>61</b>	<b>100%</b>
Quanto tempo mora no município	1 - 19	16	26%
	20 - 32	15	25%
	33 - 50	15	25%
	51 - 68	15	24%
	<b>Total</b>	<b>61</b>	<b>100%</b>
Quanto tempo reside no imóvel	1 - 13	15	25%
	14 - 24	16	26%
	25 - 40	16	26%
	41 - 72	14	23%
	<b>Total</b>	<b>61</b>	<b>100 %</b>

Fonte: Pesquisa empírica, 2016.

O Gráfico 8.3.32 apresenta o percentual válido dos moradores que afirmaram possuir familiares na região. Essa pergunta teve por objetivo levantar os laços familiares dos

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1226

moradores da Zip na região. Conforme se pode observar acima, do total de 61 entrevistados, uma quantidade bastante expressiva de respondentes afirmou possuir familiares na região, 85% (52 casos). Apenas 15% (9 casos) declararam não possuir familiares na região.

Inicialmente, a Tabela 8.3.21 descreve que a maioria (85%) dos moradores da ZIP possui familiares que moram no município de Paranaguá. Com relação ao tempo de residência em Paranaguá pode-se perceber que este varia de 1 a 68 anos e que os 61 entrevistados se encontram distribuídos de maneira homogênea ao longo desse período. Isso ocorre, também, em relação ao tempo de residência no imóvel. O trabalho de campo revelou que boa parte das pessoas amostradas na ZIP nasceu no município e muitos, inclusive, encontram-se até hoje na mesma casa. Na próxima seção são avaliadas algumas políticas públicas a partir das considerações dos entrevistados residentes na ZIP.



#### 8.3.1.2.10.3 Avaliação das políticas públicas por parte da população residente na ZIP

Esse item aborda as opiniões dos moradores da ZIP referentes às políticas públicas, como transporte, saúde, ensino e saneamento ambiental. A Tabela 8.3.22 apresentada abaixo sumariza as informações referentes às condições de saneamento ambiental, de acordo com os respondentes da amostra.

**Tabela 8.3.22 - Condições de saneamento de acordo com a população pesquisada**

Variável	Categorias	n	%
Possui água tratada?	Não	9	15%
	Sim	52	85%
	<b>Total</b>	<b>61</b>	<b>100%</b>
Possui rede de esgoto?	Não	10	16%
	Sim	51	84%
	<b>Total</b>	<b>61</b>	<b>100%</b>
Passa coleta de lixo?	Sim, 1 vez na semana	2	3%
	Sim, 2 vezes na semana	12	20%
	Sim, 3 vezes na semana	41	67%
	Todo dia	6	10%
	<b>Total</b>	<b>61</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Levantamento empírico, 2016.

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1227

Segundo os entrevistados da ZIP, 85% dos respondentes afirmaram possuir água tratada (52 casos) em suas casas e 84% declararam a existência de rede de esgoto (51 casos). Alguns respondentes manifestaram dúvidas com relação à rede de esgoto, informando que sabem da existência de manilhas utilizadas para escoamento de água da chuva, mas acreditam que o esgoto possa estar ligado as manilhas de escoamento, sendo, por sua vez, despejado diretamente nos rios e córregos sem qualquer tratamento. A coleta de resíduos na região da ZIP é feita de maneira regular nos setores censitários. Segundo uma maioria de 67% dos entrevistados (41 casos), a coleta é realizada 3 vezes durante a semana.



As informações sobre transporte, saúde e educação, na perspectiva dos moradores da ZIP, estão sintetizadas na Tabela 8.3.23.

**Tabela 8.3.23 - Avaliação das políticas públicas por moradores da ZIP**

Variável	Categorias	n	%
Avaliação transporte público	Não utiliza o serviço	29	48%
	Bom	7	12%
	Regular	10	16%
	Ruim	15	25%
	<b>Total</b>	<b>61</b>	<b>100,00</b>
Avaliação saúde pública	Não utiliza o serviço	3	5%
	Bom	23	38%
	Regular	11	18%
	Ruim	24	39%
	<b>Total</b>	<b>61</b>	<b>100%</b>
Avaliação ensino público	Não utiliza o serviço	17	28%
	Bom	25	41%
	Regular	13	21%
	Ruim	6	10%
	<b>Total</b>	<b>61</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Pesquisa empírica, 2016.

A Tabela 8.3.23 revela a opinião dos moradores da ZIP frente às políticas públicas de transporte, saúde e educação. A primeira informação trata do serviço de transporte público oferecido pelo município. As entrevistas revelaram que 48% dos moradores da ZIP não utiliza esse serviço, seguido de 25% de moradores que avaliaram o serviço como ruim. O trabalho de campo permitiu identificar que, como alternativa ao transporte público, os moradores preferem se locomover utilizando bicicletas.

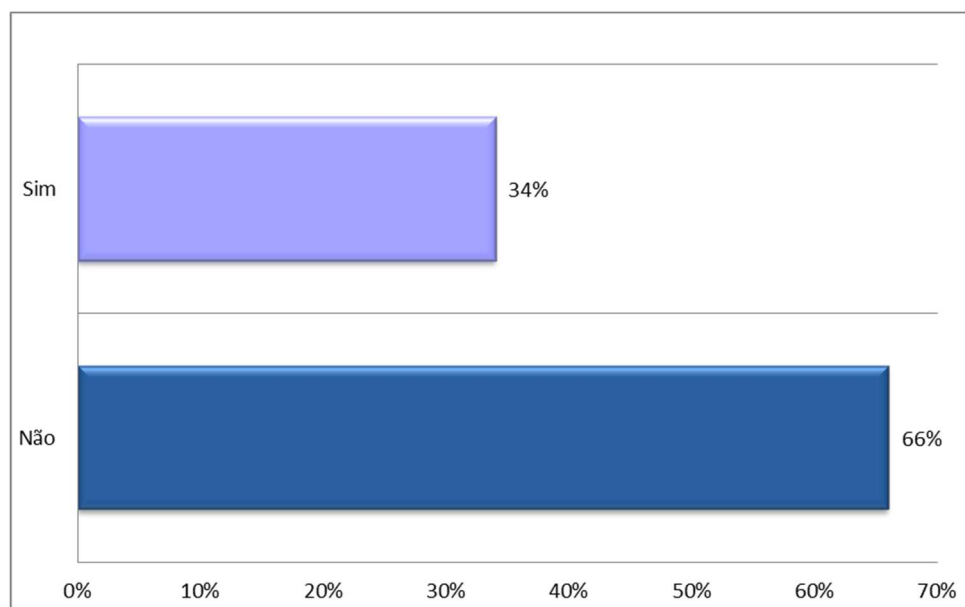
 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1228

A avaliação feita para o serviço de saúde pública ofertado pelo município revelou que as opiniões se encontram mais ou menos divididas entre ruim e bom, sendo 39% dos casos para uma avaliação negativa e 38% para uma avaliação positiva.

No que se refere aos serviços relativos ao ensino público, a maioria dos entrevistados avaliou de maneira positiva, em 41% dos casos. As informações levantadas em campo permitiram inferir que o motivo dessa avaliação positiva se prendia no fato da região oferecer mais que uma opção para o ensino<sup>4</sup>.



#### 8.3.1.2.10.4 Percepção social dos moradores da ZIP sobre o empreendimento em questão no presente estudo

Para finalizar a análise dos dados primários coletados junto à Zona de Interesse Portuário, apresenta-se a percepção dos moradores desta região frente à ampliação do Porto de Paranaguá. O Gráfico 8.3.33 revela o conhecimento e a opinião dos entrevistados sobre este assunto. A Tabela 8.3.24 apresenta as respostas obtidas quanto ao questionamento sobre a criação de um complexo náutico no porto de Paranaguá e construção do Complexo Náutico.



Fonte: Levantamento empírico, 2016.

<sup>4</sup> Unidades de ensino identificadas na ZIP: (Bairro Costeira) Escola Estadual Helena Viana Sundin; Instituto Estadual de Educação doutor Caetano Munhoz da Rocha – Estadual; Milena Bonfim – Educação infantil de competência municipal; (Vila Cruzeiro) Escola Municipal Maria José H Tavares; Anita Ribeiro Fontes Centro Municipal de Educação Infantil; (Bairro Beira Rio) Escola Municipal Graciela Elizabete Almada Diaz; (Vila Guadalupe) Colégio Estadual Bento Munhoz da Rocha Neto.

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1229

### Gráfico 8.3.33. Percentual válido observado nas respostas dos entrevistados sobre o conhecimento da ampliação do Porto

O Gráfico 8.3.33 apresenta o percentual válido observado nas respostas dos entrevistados sobre o conhecimento da ampliação do Porto. Do total de 61 entrevistados, mais da metade dos entrevistados na ZIP declararam não saber sobre a ampliação do Porto de Paranaguá, ou seja, 66% (40 moradores) e 34% (21 casos) afirmaram ter conhecimento do empreendimento.

**Tabela 8.3.24 - Percepção social sobre a ampliação do Porto de Paranaguá**

Variável	Categorias	n	%
Sabe da ampliação do porto	Não	40	66%
	Sim	21	34%
	<b>Total</b>	<b>61</b>	<b>100%</b>
Opinião sobre a ampliação do porto	Aprova	52	85%
	Desaprova	5	8%
	Sem opinião	4	7%
	<b>Total</b>	<b>61</b>	<b>100%</b>
Complexo náutico gera desenvolvimento econômico	Concorda	51	84%
	Indeciso	6	10%
	Discorda	4	7%
	<b>Total</b>	<b>61</b>	<b>100%</b>



Fonte: Levantamento empírico, 2016.

Conforme se pode observar na Tabela 8.3.24, a maior parte dos entrevistados revelou desconhecimento sobre a ampliação do porto de Paranaguá, exatamente 66% (40 casos). Uma parcela menos expressiva afirmou ter conhecimento, equivalente a 34% dos casos.

Quando questionados sobre a opinião acerca do empreendimento, percebeu-se que a aceitação dos amostrados foi alta, 85% aprovavam a ampliação do porto de Paranaguá. Isso indica que o projeto obtinha boa aceitação, até mesmo entre aqueles que não tinham conhecimento sobre a obra.

Essa opinião positiva é verificada, também, na expectativa relacionada ao Complexo Náutico. Aos entrevistados foi sugerido que o Complexo Náutico poderia contribuir para o desenvolvimento econômico do município e, então, foi perguntado se eles concordavam ou discordavam desta afirmação. Os resultados alcançados revelaram que a maioria (84%) dos respondentes concordava com aquela perspectiva.



 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1230

De forma discriminada, a tabela abaixo revela o conhecimento e a opinião da ampliação do Porto de Paranaguá segundo os bairros da ZIP.

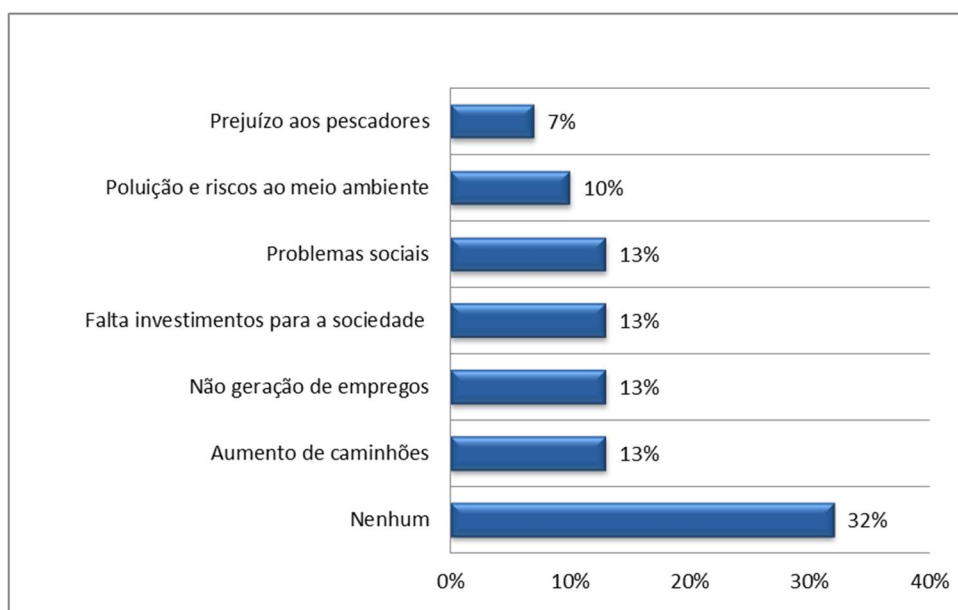
**Tabela 8.3.25. Conhecimento e opinião sobre a ampliação do empreendimento segundo os bairros da ZIP**

	Conhecimento sobre a ampliação do porto			Opinião sobre a ampliação do porto			
	Não	Sim	Total	Aprova	Desaprova	Sem opinião	Total
	n	n	n	n	n	n	n
Vila Paranaguá	4	1	5	5	0	0	5
Serraria do Rocha	2	1	3	1	1	1	3
Vila Rute	3	1	4	4	0	0	4
Vila Alboitt	2	1	3	3	0	0	3
Rocio	1	0	1	1	0	0	1
Beira Rio	1	1	2	1	0	1	2
Vila Guarani	3	3	6	6	0	0	6
Vila Santa Maria	0	1	1	0	1	0	1
Vila Portuária	1	0	1	1	0	0	1
Leblon	1	1	2	2	0	0	2
Dom Pedro II	1	0	1	1	0	0	1
29 de Julho	1	0	1	1	0	0	1
Costeira	1	5	6	5	0	1	6
Vila Cruzeiro	9	1	10	8	2	0	10
Padre Jackson	2	0	2	1	0	1	2
Porto dos Padres	7	5	12	11	1	0	12
Oceania	1	0	1	1	0	0	1
<b>Total</b>	<b>40</b>	<b>21</b>	<b>61</b>	<b>52</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>61</b>

Fonte: Levantamento empírico, 2016.

Conforme revela a Tabela 8.3.25, o bairro Costeira é onde se encontra o maior número de respondentes com conhecimento sobre a obra. Do total de seis entrevistas realizadas, cinco afirmaram estar cientes sobre o empreendimento. Já na Vila Cruzeiro, dos dez respondentes, nove revelaram desconhecimento sobre a ampliação. Com relação à opinião de aprovação, nota-se que nos bairros Vila Paranaguá, Vila Rute, Vila Alboitt, Rocio, Vila Guarani, Vila Portuária, Leblon, Dom Pedro II, 29 de julho e Oceania, todos os entrevistados da amostra confirmaram sua aprovação frente à obra de ampliação do Porto.

A próxima informação se refere a uma questão aberta que foi feita aos moradores da ZIP sobre os possíveis malefícios da ampliação do Porto. O Gráfico 8.3.34 apresenta essas informações.



Fonte: Levantamento empírico, 2016.



**Gráfico 8.3.34 - Principais prejuízos que a ampliação do Porto pode causar segundo os entrevistados**

O Gráfico 8.3.34 apresenta os principais prejuízos que a ampliação do Porto pode causar segundo os entrevistados. Essa pergunta foi elaborada para ser uma questão aberta e por isso há quantidade expressiva de ausências de respostas (missing) (exatamente 30 casos), nem todos os entrevistados se sentem confortáveis em expressar sua opinião em uma questão aberta, preferindo, assim, não responder à pergunta.

Do total obtido de 31 respostas, verifica-se que uma maioria de 32% (10 casos) dos respondentes afirmou que a ampliação do Porto não representa nenhum tipo de prejuízo ou malefício. Esse tipo de resposta também é característico do tipo de pergunta (é mais fácil para o respondente dizer “nenhum prejuízo” do que apresentar um problema específico). Apesar disso, foi possível identificar respostas semelhantes entre os entrevistados que se posicionaram frente aos prejuízos que a obra pode causar.

Entre as preocupações mais citadas encontra-se o aumento do fluxo de caminhões, que segundo os entrevistados da ZIP, já se coloca como um problema grave a ser enfrentado. De modo específico, a preocupação com o fluxo de caminhões se manifestou de maneira mais latente nos bairros Costeira, Vila Cruzeiro e Serraria do Rocha.

Problemas sociais e riscos ao meio ambiente também foram citados pelos moradores, principalmente pelos moradores da Vila Paranaguá, Vila Alboitt e Vila Cruzeiro. Além disso, existe uma parcela de moradores, em especial os da Serraria do Rocha, Padre Jackson e

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1232

Porto dos Padres que não acredita na geração de emprego que o Porto pode oferecer para a comunidade, mas sim nas vagas que serão ofertadas para profissionais de fora do município com mais capacitação profissional. Os danos à pesca também foram mencionados pelos moradores da ZIP, principalmente pelos moradores da Vila Guarani e Porto dos Padres.

A Tabela 8.3.26 apresenta o cruzamento entre duas variáveis de percepção, quais sejam, a percepção de que a ampliação do porto geraria empregos para o município e a ideia de que a ampliação causaria transtornos aos bairros vizinhos.

**Tabela 8.3.26 - Percepção social sobre a ampliação do Porto de Paranaguá (ampliação acarreta em transtornos por ampliação gera empregos)**

Variável	Categorias		Gera empregos para moradores			Total
			Concorda	Indeciso	Discorda	
Gera transtornos aos bairros	Concorda	n	22	1	6	<b>29</b>
		%	43,1%	25,0%	100,0%	<b>47,5%</b>
	Indeciso	n	5	3	0	<b>8</b>
		%	9,8%	75,0%	0,0%	<b>13,1%</b>
	Discorda	n	24	0	0	<b>24</b>
		%	47,1%	0,0%	0,0%	<b>39,3%</b>
<b>Total</b>	n	<b>51</b>	<b>4</b>	<b>6</b>	<b>61</b>	
	%	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	



$\chi^2 = 21,709$  Sig = 0,000 Df = 4 Ic = 95% E = 0,05

Fonte: Levantamento empírico, 2016.

A Tabela 8.3.26 apresenta informações sobre a percepção social dos moradores da ZIP. Esses valores foram obtidos a partir do cruzamento entre duas variáveis de percepção (uma sobre a relação entre ampliação do porto e a geração de empregos e outra sobre transtornos causados pela obra).

De todos os respondentes que concordam que a obra vai gerar empregos, 43,1% concordam que a obra vai gerar transtornos e 47,1% pensam o contrário. Ou seja, pode-se observar que as percepções da população estão bastante divididas com respeito aos transtornos que serão gerados para os bairros localizados próximos ao porto.

A Tabela 8.3.27 explora a percepção dos respondentes com relação à geração de empregos e faz um cruzamento entre essa variável e a escolaridade dos moradores da ZIP. Também se realizou uma análise dos valores dos resíduos padronizados identificados no cruzamento.

		Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
		Nº PLANAVE	REV. PLANAVE	1233
		RL-B00-H01-1001	0	

**Tabela 8.3.27 - Percepção social sobre a ampliação do Porto de Paranaguá (escolaridade por ampliação gera empregos)**

Variável	Categorias	Gera empregos para moradores			Total	
		Concorda	Indeciso	Discorda		
Escolaridade	1ª a 4ª	n	9	3	0	<b>12</b>
		%	17,6%	75,0%	0,0%	<b>19,7%</b>
		Resíduo*	-,9	2,9	-1,3	
	5ª a 8ª	n	19	1	1	<b>21</b>
		%	37,3%	25,0%	16,7%	<b>34,4%</b>
		Resíduo*	1,1	-,4	-1,0	
	9ª a 11ª	n	19	0	2	<b>21</b>
		%	37,3%	0,0%	33,3%	<b>34,4%</b>
		Resíduo*	1,1	-1,5	-,1	
	Superior	n	1	0	2	<b>3</b>
		%	2,0%	0,0%	33,3%	<b>4,9%</b>
		Resíduo*	-2,4	-,5	3,4	
	Missing	n	3	0	1	<b>4</b>
		%	5,9%	0,0%	16,7%	<b>6,6%</b>
		Resíduo*	-,5	-,5	1,1	
<b>Total</b>	<b>n</b>	<b>51</b>	<b>4</b>	<b>6</b>	<b>61</b>	
	<b>%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	

\*Resíduo padronizado ajustado  $X^2 = 21,967$  Sig = 0,000 Df = 8 Ic = 95% E = 0,05.



Fonte: Levantamento empírico, 2016.

A Tabela 8.3.27, cruza informações sobre a opinião da população referente à geração de empregos com as informações sobre escolaridade dos moradores da ZIP. Também se apresenta uma análise dos resíduos padronizados ajustados, que é útil para ver em qual posição do cruzamento há uma tendência à concentração dos casos.

Do total de entrevistados que concordam que a obra vai gerar empregos para o município, 74,6% dos casos observados (38 pessoas) declararam possuir entre 5 a 11 anos de estudo e, do total de indivíduos que discordam que a ampliação possa gerar empregos, 33,3% possuem de 9 a 11 anos de estudo.

Os valores dos resíduos padronizados ajustados revelam duas informações importantes. Em primeiro lugar, pode-se afirmar que os indecisos são indivíduos com baixa escolaridade. O valor de 2,9 positivo indica uma concentração de casos entre a) ter de 1 a 4 anos de estudos e b) estar indeciso com relação aos empregos gerados pela ampliação do porto.

Além disso, a análise dos resíduos padronizados também permite afirmar que quem possui ensino superior discorda que a ampliação do porto venha a produzir empregos para a

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1234

população local. Conforme se pode observar na Tabela 8.3.27, há uma concentração positiva de casos no valor de 3,4, entre a) ter ensino superior e b) discordar da geração de emprego proporcionada pela ampliação do porto. Os resíduos revelam ainda que há uma concentração negativa na ordem de -2,4 de casos entre a) ter ensino superior e b) concordar com a geração de empregos. Em outras palavras, há uma tendência negativa de concentração dos casos na parte que relaciona ensino superior com geração de empregos. Com esse resultado pode-se afirmar que, nesta amostra, a opinião favorável, ou não, à hipótese de geração de emprego proporcionada pela ampliação do porto está diretamente associada<sup>5</sup> ao grau de instrução do indivíduo.

As principais conclusões desta pesquisa podem ser resumidas em cinco pontos, os quais são descritos abaixo.



- 1) Conforme demonstrado, os moradores da Zona de Interesse Portuário são, em grande parte, aposentados e trabalhadores autônomos, com oito anos de estudo em média e renda familiar mensal no valor de R\$ 2.443, em média.
- 2) A maioria dos residentes da ZIP possuem casa própria e familiares que moram no município, conforme demonstrou-se na Tabela 8.3.20 e Tabela 8.3.21.
- 3) Poucos moradores possuem conhecimento sobre o projeto de ampliação do Porto de Paranaguá, mas em geral, a maioria aprova a obra ao receber informação sobre a mesma (Tabela 8.3.24).
- 4) A população encontra-se dividida com relação aos transtornos que a ampliação do porto pode gerar para suas comunidades (Tabela 8.3.26).
- 5) Os indecisos com relação aos impactos que a obra pode trazer são indivíduos de baixa escolaridade e os que possuem uma opinião formada, seja favorável ou desfavorável à ampliação possuem nível superior completo ou incompleto (Tabela 8.3.27).

### **8.3.2 Infraestrutura, Equipamentos Urbanos e Serviços Públicos**

No presente capítulo são apresentadas e analisadas as informações e dados sobre infraestrutura, equipamentos urbanos e serviços públicos nas áreas de estudo para determinação das áreas de influência indireta e direta do empreendimento. A avaliação da

---

<sup>5</sup> Os testes de associação realizados para este caso são conhecidos como teste do qui-quadrado. O valor obtido foi 21,967, acima do limite crítico que é de 15,507 para 8 graus de liberdade, em um intervalo de confiança de 95%.

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1235

capacidade de suporte destas estruturas às demandas dos empreendimentos, e a eventual necessidade de incremento são objetos das análises de impactos constantes no conjunto de prognósticos que compõem o presente estudo no capítulo 9.

### 8.3.2.1 Área de estudo para determinação da área de influência indireta



Nesta seção são avaliados os dados referentes ao atendimento à saúde, educação, segurança pública, transporte, energia elétrica, comunicação, abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, coleta e disposição de resíduos e habitação referentes à área de estudo para determinação da área de influência indireta.

#### 8.3.2.1.1 Saúde

Os sete municípios que compõem a região do litoral paranaense fazem parte do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná. Criado em 2010, o CISLIPA é uma associação entre os municípios e responsável pela gerência do atendimento móvel de urgência – SAMU 192 em todo litoral. O SAMU 192, Central de Regulamentação Médico Sanitária das Urgências, faz parte da Política Nacional de Urgências e Emergências e tem como objetivo ajudar a organizar o atendimento na rede pública, prestando atendimento em caso de emergência. O serviço funciona 24 horas por dia e possui equipes de profissionais de saúde como médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem e socorristas. Estes profissionais são especializados em atendimentos de urgência traumática, clínica, pediátrica, cirúrgica, gineco-obstétrica e de saúde mental. No Litoral do Paraná, o SAMU é administrado pela CISLIPA com recursos Tripartites da União (MS/FNS), Estado do Paraná (SESA) e dos sete Municípios Consorciados (CILISPA, 2017). O Consórcio possui sete ambulâncias e um helicóptero utilizado para salvamento no mar e outras emergências.

No mês de janeiro, devido à abertura da temporada 2016/2017, com a Operação Verão que se estende até o período de Carnaval, o Governo do Estado liberou R\$ 4,3 milhões para os sete municípios litorâneos para reforço das ações na saúde. Os recursos permitem que os municípios reforcem seus quadros de profissionais para atender à demanda (AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO PARANÁ, 2016).

O total de estabelecimentos de saúde distribuídos nos municípios da Área de Estudo para a Área de Influência Indireta, com base no ano de 2015, era de 323 estabelecimentos,

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1236



conforme Tabela 8.3.28. De acordo com estes dados, somente o município de Pontal do Paraná não conta com hospital geral e nem pronto socorro.

**Tabela 8.3.28 – Estabelecimentos de saúde nos municípios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta (2015)**

Estabelecimentos	Antonina	Guaraqueçaba	Guaratuba	Matinhos	Morretes	Paranaguá	Pontal do Paraná
Central de Regulação Médicas	-	-	-	-	-	1	-
Centro de Atenção Hemoterápica	-	-	-	-	-	1	-
Centro de Atenção Psicossocial	-	-	1	-	-	1	1
Unidade Básica de Saúde (UBS)	1	1	7	-	1	8	4
Clínica / Ambulatório Especializado	2	-	5	8	5	21	4
Consultório	9	-	22	13	7	104	5
Hospital Geral	1	1	1	1	1	4	-
Policlínica	-	-	-	2	-	2	1
Posto de Saúde	6	3	1	6	8	12	1
Pronto Socorro Geral	-	-	1	-	-	-	-
Unidade de Apoio de Diagnose	1	-	6	2	-	21	1
Unidade Móvel Urgência/Emergência	1	-	1	1	1	3	1
<b>Total</b>	<b>21</b>	<b>5</b>	<b>45</b>	<b>33</b>	<b>23</b>	<b>178</b>	<b>18</b>

Fonte: Ministério da Saúde – CNES, 2016.

O município da AEII com maior número de estabelecimentos de saúde é Paranaguá, com 178 estabelecimentos, seguido de Guaratuba, com 45 estabelecimentos. Já Guaraqueçaba era o município com menor infraestrutura de saúde, com cinco estabelecimentos, sendo que são três postos de saúde, uma Unidade Básica de Saúde e um Hospital Geral (Tabela 8.3.28). Paranaguá, por se constituir em polo microrregional, abriga o maior hospital público desta região, o Hospital Regional do Litoral, o qual, junto com outras instituições de saúde local disponibiliza 138 leitos hospitalares destinados aos pacientes atendidos pelo SUS. Paranaguá ainda possui 85 leitos para atendimento particular. Inaugurado em 2011, o Hospital Municipal de Guaratuba disponibiliza, junto à outras entidades que prestam atendimento médico/hospitalar, 50 leitos para pacientes atendidos pelo SUS.

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1237

**Tabela 8.3.29 – Quantidade de leitos hospitalares nos municípios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta (2015)**

Municípios	Cirúrgicos		Clínicos		Obstétricos		Pediátricos		Outras Especialidades		Total	
	SUS	Não SUS	SUS	Não SUS	SUS	Não SUS	SUS	Não SUS	SUS	Não SUS	SUS	Não SUS
Antonina	2	0	16	0	4	0	9	0	0	0	31	0
Guaraqueçaba	0	0	10	0	4	0	4	0	2	0	20	0
Guaratuba	2	0	21	0	13	0	14	0	0	0	50	0
Matinhos	0	0	0	0	12	0	0	0	0	0	12	0
Morretes	3	0	13	2	10	0	3	0	0	0	29	2
Paranaguá	43	17	44	42	24	16	23	10	4	0	138	85
Pontal do Paraná	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Ministério da Saúde – CNES, 2016.

A Tabela 8.3.30, abaixo apresenta a quantidade de leitos por mil habitantes nos municípios da região litorânea. É uma derivação da quantidade de leitos hospitalares, pois se relaciona com o quantitativo populacional de um determinado município. Dessa forma, é possível verificar e comparar os municípios com características distintas, a fim de identificar pressões de demanda.

**Tabela 8.3.30 – Leitos por mil habitantes nos municípios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta (2015)**



Municípios	Cirúrgicos		Clínicos		Obstétricos		Pediátricos		Outras Especialidades		Total	
	SUS	Não SUS	SUS	Não SUS	SUS	Não SUS	SUS	Não SUS	SUS	Não SUS	SUS	Não SUS
Antonina	0,1	0,0	0,8	0,0	0,2	0,0	0,5	0,0	0,0	0,0	1,6	0,0
Guaraqueçaba	0,0	0,0	1,3	0,0	0,5	0,0	0,5	0,0	0,3	0,0	2,5	0,0
Guaratuba	0,1	0,0	0,6	0,0	0,4	0,0	0,4	0,0	0,0	0,0	1,4	0,0
Matinhos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,4	0,0
Morretes	0,2	0,0	0,8	0,1	0,6	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	1,8	0,1
Paranaguá	0,3	0,1	0,3	0,3	0,2	0,1	0,2	0,1	0,0	0,0	0,9	0,6
Pontal do Paraná	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: Ministério da Saúde – CNES, 2016.

O município que apresenta a maior taxa de leitos por mil habitantes é Guaraqueçaba, com 2,5 leitos/mil habitantes, considerando todas as especialidades. Todos os leitos de Guaraqueçaba estão disponíveis ao Sistema Único de Saúde (SUS).

O município de Morretes apresenta a segunda maior taxa de leitos hospitalares para cada mil habitantes, com 1,8 leito/mil habitantes para a rede SUS e 0,1 leitos/mil habitantes

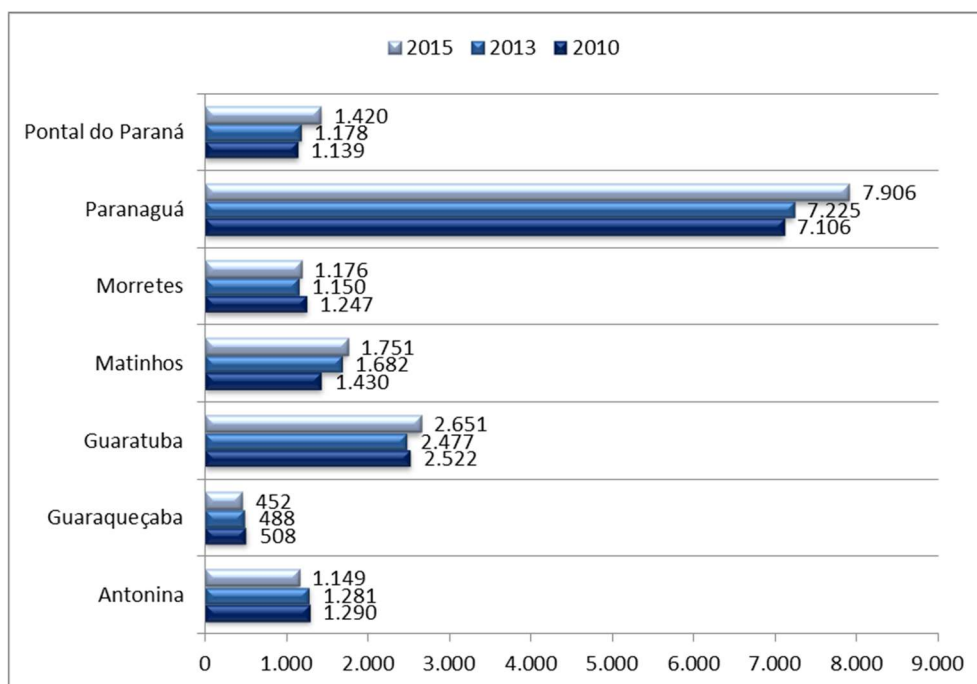


 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1238

somente na rede privada. É bem próximo daquilo que Antonina também apresenta, com 1,6 leito/mil habitantes, somente na rede SUS.

Em termos comparativos, o Estado do Paraná registrou média de 2,4 leitos/mil habitantes em 2015. A recomendação da Organização Mundial de Saúde (OMS) é de 3 a 5 leitos/mil habitantes.



O Gráfico 8.3.35 apresenta o número de internações nas hospitalizações pelo SUS nos municípios da AEII, por domicílio. O primeiro dado a chamar a atenção refere-se ao município de Pontal do Paraná, pois não conta com infraestrutura de saúde disponível por não dispor de hospital/leitos em Pontal do Paraná. No entanto, entre 2010 e 2015, foram registradas cerca de 3.700 internações de pacientes deste município nos hospitais das cidades vizinhas.



Fonte: Ministério da Saúde – Sistema de Informações Hospitalares do SUS, 2016.

### Gráfico 8.3.35 - Número de internações nas hospitalizações pelo SUS nos municípios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta (2013-2015)

Entre os municípios da AEII, Paranaguá apresentou o maior número de internações em 2015, com 7.906 registros, seguido por Guaratuba, com 2.651 registros. Nesse ponto, é interessante cruzar os dados já analisados. De acordo com a Tabela 8.3.30, há cerca de 0,9 leito/mil habitantes em Paranaguá – é o quinto município, quando considerada a média de leitos por mil habitantes. Sendo assim, como apresenta a maior quantidade de internações,

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1239

sofre maior pressão relativa sobre o sistema de saúde entre os municípios da AEII. Paranaguá possui melhor infraestrutura de saúde na região, abrigando um dos maiores hospitais do litoral. Os casos mais graves ocorridos em todo o litoral paranaense, e que necessitam atendimento especializado, são encaminhados para Paranaguá, que já atende a sua expressiva demanda local.

### 8.3.2.1.2 Educação

A Tabela 8.3.31 traz a quantidade de estabelecimentos de ensino nos municípios da área de estudo para determinação da Área de Influência Indireta, no ano de 2015. De acordo com os dados elencados abaixo, o município com maior número de estabelecimentos de ensino era Paranaguá, contando com 133 unidades de educação, seguido de Guaratuba, com 37 unidades de ensino e Guaraqueçaba, com 33 unidades.

**Tabela 8.3.31 – Estabelecimentos de ensino nos municípios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta (2015)**

Município	Creche	Pré-escola	Fundamental	Médio	Profissional	Superior*	Especial	EJA	Total**
Antonina	3	12	17	4	1	-	2	2	<b>20</b>
Guaraqueçaba	1	6	32	5	-	-	-	-	<b>33</b>
Guaratuba	9	21	26	7	-	2	5	2	<b>37</b>
Matinhos	12	16	15	4	1	-	5	2	<b>30</b>
Morretes	2	11	22	3	-	-	4	2	<b>25</b>
Paranaguá	40	78	88	29	8	2	7	6	<b>133</b>
Pontal do Paraná	10	12	14	6	-	-	1	2	<b>26</b>

Fonte: Ministério da Educação/INEP, 2015; IPARDES, 2017.

NOTA: \* As instituições de ensino superior (IES) consideram as sedes em que se localizam essas instituições e não os seus campi e/ou polos avançados.

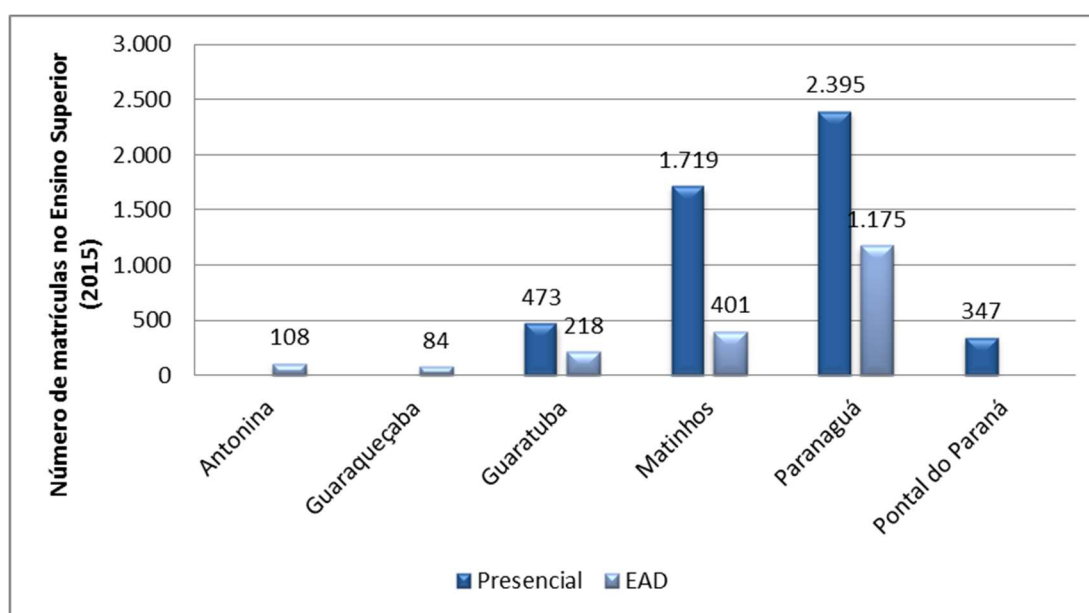
\*\* O mesmo estabelecimento pode oferecer mais de uma etapa e/ou modalidade. Portanto, a resultado total não reflete a soma das partes.

Em relação à quantidade de instituições de ensino superior (IES) nos municípios da AEII, cabe uma consideração: os dados originários do Ministério da Educação/INEP não contabilizam como estabelecimento de ensino superior localizado no município os campi e os polos avançados. Neste sentido, não constam importantes estabelecimentos de ensino superior na Tabela 8.3.31. No entanto, é sabido que existem dois estabelecimentos federais de ensino na AEII. Um localizado em Matinhos, trata-se do campus da Universidade Federal do Paraná (UFPR Litoral), outro em Pontal do Paraná, o Centro de Estudos do Mar (CEM).

Em Matinhos, a UFPR oferece 14 cursos de graduação, além de um programa de mestrado, seis especializações. Na graduação, anualmente, são ofertadas 695 vagas. Já em Pontal do

Paraná, o Centro de Estudos do Mar (CEM) conta com cinco cursos de graduação vinculados, aproximadamente 41 docentes e, anualmente, são ofertadas 154 vagas. Além dos cursos de graduação, o CEM também conta com programa de pós-graduação, oferecendo cursos de mestrado e doutorado.



Uma maneira de verificar a presença de instituições de ensino superior nos municípios da AEII é contabilizar as matrículas de ensino superior dos municípios. O Gráfico 8.3.36 abaixo apresenta o número de matrículas no ensino superior por município da AEII. À exceção de Morretes, que não registrou matrículas de ensino superior, outros municípios apresentam situação bastante diversificada em relação a matrículas de ensino superior. Em Antonina e Guaraqueçaba, por exemplo, verificam-se apenas polos educacionais de Ensino a Distância (EAD). No caso de Antonina, foram contabilizadas 108 matrículas, em dois polos de apoio presencial de instituições de ensino superior. Já em Guaraqueçaba, verificava-se, em 2015, apenas um polo de apoio educacional.



Fonte: Ministério da Educação/INEP, 2015; IPARDES, 2017.

**Gráfico 8.3.36 – Número de matrículas no Ensino Superior por modalidade na AEII (2015)**

Os municípios de Guaratuba e Matinhos apresentam tanto matrículas na modalidade presencial quanto à distância (EAD). No caso de Guaratuba, as 473 matrículas presenciais foram realizadas em instituições de ensino superior da rede privada. Já em Matinhos, com a presença do campus da UFPR, 1.701 matrículas presenciais ocorreram na rede federal, enquanto 18 matrículas foram efetuadas na rede estadual (Unespar – Matinhos).

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1241

O município de Paranaguá apresentou a maior quantidade de matrículas no ensino superior, com 2.395 matrículas na rede presencial e 1.175 na modalidade à distância. Já Pontal do Paraná registrou apenas matrículas na modalidade presencial na rede federal.

A Tabela 8.3.32 abaixo apresenta o número de estabelecimentos de ensino por esfera administrativa na AEII em 2015. Como já explicado anteriormente, não estão contabilizados os estabelecimentos de ensino superior quando estes não estão sediados no município. De acordo com os dados da tabela, em todos os municípios da AEII a maior incidência dos estabelecimentos de ensino fica sob a administração municipal.

**Tabela 8.3.32 – Estabelecimentos de ensino por esfera administrativa na Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta (2015)**



Município	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total
Antonina	-	6	11	3	20
Guaraqueçaba	-	8	24	1	33
Guaratuba	-	7	23	7	37
Matinhos	-	5	20	5	30
Morretes	-	3	19	3	25
Paranaguá	1	22	68	33	124
Pontal do Paraná	-	5	19	2	26

Fonte: Ministério da Educação/INEP, 2015; IPARDES, 2017.

Quando considerada a Tabela 8.3.33, obtém-se o número de docentes por esfera administrativa nos municípios da AEII para o ano de 2015. Conforme pode ser verificado por meio dos dados, o município com maior quantidade de docentes na AEII era Guaratuba, com 510 docentes, ao todo. É válido lembrar que se trata do município mais populoso da AEII.

**Tabela 8.3.33 – Número de docentes por esfera administrativa nos municípios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta (2015)**

Município	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total
Antonina	-	128	98	36	248
Guaraqueçaba	-	91	68	6	149
Guaratuba	-	173	272	82	510
Matinhos	-	157	199	73	412
Morretes	-	79	92	29	188
Paranaguá	53	677	757	563	1.895
Pontal do Paraná	-	124	212	24	354

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1242

\* NOTA: O número total de docentes não representa a soma do número de docentes por esfera administrativa porque um docente pode atuar em mais de uma esfera.

Fonte: Ministério da Educação/INEP, 2015; IPARDES, 2017.

A partir do quantitativo de docentes nos municípios, a Tabela 8.3.34 abaixo apenas estima a quantidade média de docentes por unidade de estabelecimento de ensino, de acordo com a esfera administrativa, nos municípios da AEII.

**Tabela 8.3.34 – Relação docentes/estabelecimento nos municípios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta (2015)**



Município	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total
Antonina	-	21,33	8,91	12,00	12,40
Guaraqueçaba	-	11,38	2,83	6,00	4,52
Guaratuba	-	24,71	11,83	11,71	13,78
Matinhos	-	31,40	9,95	14,60	13,73
Morretes	-	26,33	4,84	9,67	7,52
Paranaguá	53,00	30,77	11,13	17,06	15,28
Pontal do Paraná	-	24,80	11,16	12,00	13,62

Fonte: Ministério da Educação/INEP, 2015; IPARDES, 2017.

Quando analisada a relação docente/escola na rede estadual, verifica-se que a menor taxa ocorre em Guaraqueçaba, com quase 11,38 docentes/estabelecimento escolar. A maior incidência na rede estadual ocorre em Matinhos, com 31,40 docentes/estabelecimento. À exceção de Guaraqueçaba, todos os outros municípios apresentam uma relação superior a 20 docentes/escola na esfera estadual. No caso da esfera municipal, essa relação é distinta. Guaratuba e Pontal do Paraná apresentam a maior relação de docentes/estabelecimento de ensino na AEII, com médias superiores a 11 docentes/escola, enquanto municípios como Guaraqueçaba apresenta uma relação bastante inferior, com 2,83 docentes/escola. No âmbito da esfera particular, a maior relação é apresentada por Matinhos, com 14,60 docentes/escola e a menor relação, novamente, por Guaraqueçaba com 6 docentes/escola.

### 8.3.2.1.3 Segurança pública

O sistema de Segurança Pública da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta do empreendimento é essencialmente subordinado e controlado pelo sistema do município de Paranaguá. A Tabela 8.3.35 abaixo dispõe os municípios da região litorânea e suas organizações de Segurança Pública.

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1243

Todos os municípios apresentam uma Delegacia de Polícia Civil, porém em Guaraqueçaba tal delegacia representa todo o aparato de Segurança Pública do município.

**Tabela 8.3.35 - Organização de Segurança Pública na Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta com exceção de Paranaguá**

	Delegacia de Polícia Civil	Delegacia de Polícia Militar	Central de Bombeiros	Guarda Municipal
Antonina	X	X	X	X
Guaraqueçaba	X			
Guaratuba	X	X	X	X
Matinhos	X	X	X	X
Morretes	X	X	X	X
Pontal do Paraná	X	X	X	X

Fonte: Secretaria Estadual de Segurança Pública, 2016.



Apesar de ser subordinada a Paranaguá, Guaratuba dispõe ainda da Polícia Rodoviária Estadual e de uma Delegacia de Atendimento à Mulher. Além disso, sua Delegacia de Polícia Civil é dividida em Central de Operação e Posto Policial de Coroados.

#### 8.3.2.1.4 Transporte

O litoral paranaense detém grande importância na dinâmica de transporte no estado do Paraná e na região sul do país, uma vez que os dois portos marítimos do estado estão localizados nos municípios de Paranaguá e Antonina. Além de toda a infraestrutura portuária, o litoral do Paraná conta com uma infraestrutura rodoviária e ferroviária, permitindo o transporte e o escoamento da carga dos portos.

As ferrovias são de grande importância no transporte de cargas, uma vez que fazem a ligação dos polos produtores das regiões norte e do oeste do estado do Paraná ao porto de Paranaguá, o maior porto graneleiro da América Latina e o maior porto do Sul do Brasil. Com 2.288 km de extensão, a malha ferroviária disponibiliza um transporte cerca de 20% mais barato do que as rodovias e ainda alivia, de certa forma, o intenso fluxo rodoviário do litoral paranaense.

Ainda assim, o sistema rodoviário é o principal sistema de transporte no Paraná. Atravessando o estado do Paraná de leste a oeste, a rodovia BR-277 é o principal meio de acesso ao litoral paranaense, conectando a capital Curitiba através do município São José dos Pinhais, no Contorno Leste da capital.

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1244



De acordo com a infraestrutura logística da região, observa-se que a mesma é substancialmente baseada no sistema dos portos, sendo grande parte do fluxo do litoral ligado às atividades portuárias. As malhas rodoviárias e ferroviárias possibilitam o recebimento e o escoamento de carga nos portos. Além disso, o litoral paranaense atrai turistas, o que contribui para o aumento do fluxo de automóveis e ônibus nas rodovias.

#### 8.3.2.1.5 Vias urbanas

Tanto em Paranaguá, como em Antonina, Morretes e Guaraqueçaba (Grupo 1) e, ainda, nos municípios do grupo 2 (Matinhos, Pontal do Paraná e Guaratuba) algumas importantes vias urbanas se confundem com rodovias intermunicipais estaduais e federal. Tal situação resulta de processos históricos de ocupação de território, mas o crescimento populacional e a intensificação das atividades econômicas têm agravado os problemas relacionados à qualidade de vida das populações residentes no entorno destas vias devido à prevalência de ruídos, emissão de partículas na atmosfera, risco de acidentes, efeitos negativos sobre a mobilidade urbana, a drenagem urbana, a limpeza pública. Os processos mais relevantes relativos a estes processos ocorrem: a) na cidade de Paranaguá, em razão do uso compartilhado das vias urbanas pelas operações portuárias e demais atividades; b) nos municípios balneares onde os deslocamentos rodoviários intermunicipais dependem das principais vias urbanas e c) nos municípios do grupo 1 (Antonina, Morretes e Guaraqueçaba) onde o acesso rodoviário à cidade e ao porto de Antonina dependem do trânsito por vias urbanas desta cidade e da cidade de Morretes.

#### 8.3.2.1.6 Energia elétrica

A Tabela 8.3.36 dispõe a quantidade de consumidores de energia elétrica por ramo de atividade nos municípios da AEII no ano de 2015. Neste ano, havia cerca de 143,7 mil Unidades Consumidoras (UCs) residenciais nos municípios da AEII, o que representava pouco mais de 88,1% de todas as UCs da AEII. Já no caso de UCs industriais, representavam cerca de 1,1% das UCs totais; as comerciais, aproximadamente 6,6% das UCs. Ao todo, registrava-se 163 mil Unidades Consumidoras nos municípios da AEII. Paranaguá era o município com maior número de UCs ativas em 2015, com 50,8 mil unidades consumidoras, aproximadamente 31,2% das UCs da AEII, seguido por Matinhos (22,4%) e Pontal do Paraná (17,7%). Somados, os municípios balneários representavam 56,9% do número total de UCs da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta.

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:  1245
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	

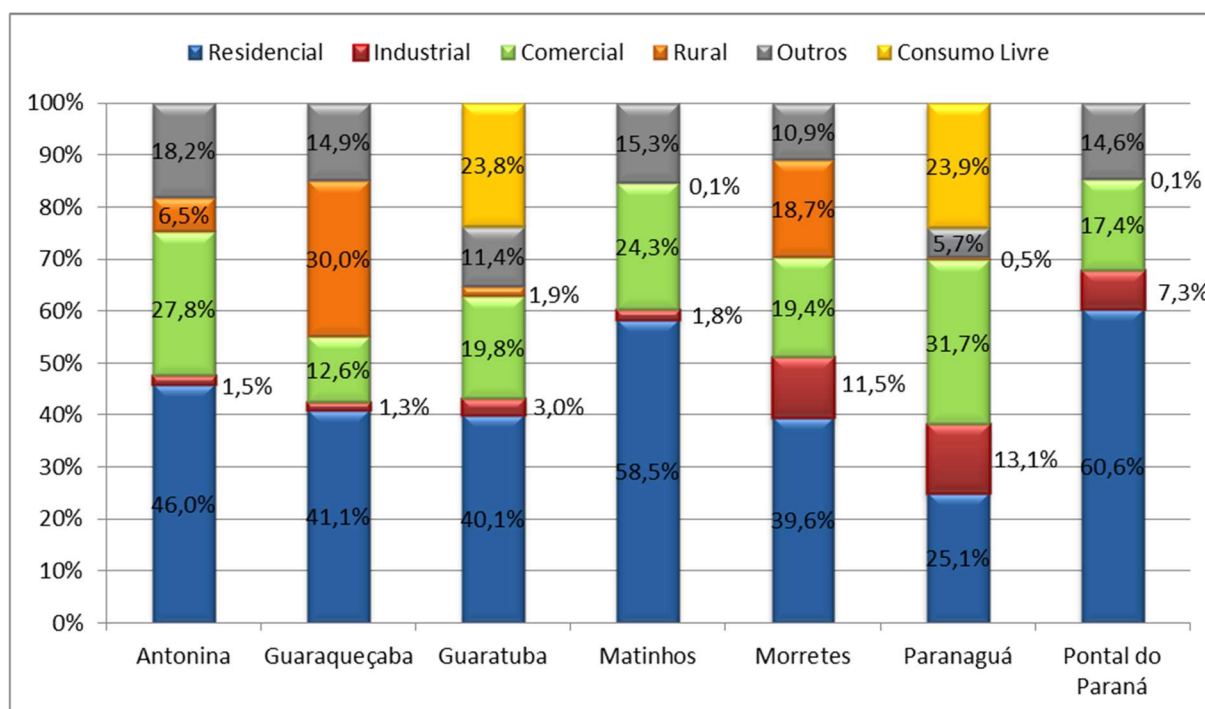
**Tabela 8.3.36 – Quantidade de consumidores de energia elétrica por ramo de atividade nos municípios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta (2015)**

Município	Residencial		Industrial		Comercial		Rural		Outros		Total	
	Qt	%	Qt	%	Qt	%	Qt	%	Qt	%	Qt	%
Antonina	6.838	83,07%	39	0,47%	519	6,30%	728	8,84%	108	1,31%	8.232	100
Guaraqueçaba	1.949	59,84%	6	0,18%	191	5,86%	1.014	31,13%	97	2,98%	3.257	100
Guaratuba	24.092	88,52%	517	1,90%	1.745	6,41%	652	2,40%	210	0,77%	27.216	100
Matinhos	33.605	91,92%	344	0,94%	2.254	6,17%	32	0,09%	323	0,88%	36.558	100
Morretes	5.377	66,98%	55	0,69%	558	6,95%	1.929	24,03%	109	1,36%	8.028	100
Paranaguá	44.826	88,20%	409	0,80%	4.276	8,41%	802	1,58%	510	1,00%	50.823	100
Pontal do Paraná	26.999	93,32%	430	1,49%	1.336	4,62%	14	0,05%	152	0,53%	28.931	100
Total	143.686	88,13%	1.800	1,10%	10.879	6,67%	5.171	3,17%	1.509	0,93%	163.045	100

Fonte: Companhia Paranaense de Energia (COPEL), 2016; IPARDES, 2016.

O Gráfico 8.3.37 apresenta a distribuição de consumo de energia elétrica por ramo de atividade econômica, no mesmo ano de 2015. Nessa linha, é interessante cruzar as informações constantes na Tabela 8.3.36, acima, com as do Gráfico abaixo. Por exemplo, o município de Pontal do Paraná apresenta a maior relação percentual de unidades consumidoras residenciais, com 93,32% dos consumidores. Ao mesmo tempo, as residências representam pouco mais de 60% do consumo de energia elétrica, sendo que outros setores consomem outra parte significativa de energia elétrica. É o caso, por exemplo, do setor comercial em Pontal do Paraná, que consome aproximadamente 17,4% da energia elétrica do município, mas representa apenas 4,62% da quantidade de consumidores.





Fonte: Companhia Paranaense de Energia (COPEL), 2016; IPARDES, 2016.



**Gráfico 8.3.37 - Distribuição do consumo de energia elétrica por ramo da atividade econômica nos municípios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta (2015)**

Num cenário oposto, o município de Guaraqueçaba apresenta a seguinte relação, de acordo com a Tabela 8.3.36, o município tem 1.104 unidades consumidoras na área rural, o que representa 31,1% da quantidade total de unidades consumidoras (UCs), em 2015. No entanto, o consumo demandado pelas unidades consumidoras na área rural representa cerca de 30% de todo o consumo do município. Os consumidores residenciais urbanos (aproximadamente 59,8% dos consumidores) demandam perto de 41% da energia consumida do município. Já o setor industrial, com 0,18% da quantidade de consumidores, demanda 1,3% da energia consumida.

A rede de distribuição de energia elétrica é responsabilidade da Companhia Paranaense de Energia - COPEL. A Tabela 8.3.37 abaixo apresenta a totalidade de residências abastecidas com energia elétrica.

**Tabela 8.3.37 – Acesso à energia elétrica em domicílios particulares permanentes da AEII (2010)**

Situação	Antonina	Guaraqueçaba	Guaratuba	Matinhos	Morretes	Paranaguá	Pontal do Paraná
Sem acesso à rede elétrica	105	77	101	35	4	232	31
Com acesso à rede elétrica	5.709	2.223	9.932	9.688	4.692	40.263	7.046

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1247



Situação	Antonina	Guaraqueçaba	Guaratuba	Matinhos	Morretes	Paranaguá	Pontal do Paraná
Com acesso - de companhia distribuidora	5.702	1.982	9.879	9.677	4.682	39.258	7.017
Com acesso - de companhia distribuidora - com medidor	5.639	1.887	9.691	9.515	4.623	38.331	6.864
Com acesso - de companhia distribuidora - com medidor - comum a mais de um domicílio	683	280	1.231	1.600	570	4.183	1.280
Com acesso - de companhia distribuidora - com medidor - de uso exclusivo	4.956	1.607	8.460	7.915	4.053	34.148	5.584
Com acesso - de companhia distribuidora - sem medidor	63	95	188	162	59	927	153
Com acesso - de outra fonte	7	241	53	11	10	1.005	29

Fonte: Censo Demográfico – IBGE, 2010.

O consumo residencial de energia é extremamente relevante no consumo total dos municípios. É possível perceber que o número de domicílios que não possuem energia elétrica é muito baixo em relação aos que possuem. Em números absolutos, o município de Paranaguá apresenta a maior quantidade de domicílios sem energia elétrica, enquanto Morretes apresentava a menor. Entretanto, em termos relativos, Guaraqueçaba apresentou o maior percentual de domicílios sem acesso à energia elétrica, 3,3%. Morretes se manteve como o município em melhor situação, com apenas 0,08% dos domicílios sem energia elétrica. Em Paranaguá eram 0,57% sem energia elétrica.

#### 8.3.2.1.7 Comunicação

Nesta seção serão analisados os meios de comunicação dos municípios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta. A Tabela 8.3.38 abaixo apresenta a quantidade de estabelecimentos de comunicação nos municípios da região. De acordo com os dados, existem 10 emissoras de rádio na região litorânea, sendo que metade delas estão localizadas em Paranaguá. Todos os municípios possuem Agência dos Correios. Embora Paranaguá possua maior demanda devido ao tamanho de sua população, o número de agências no município é menor que em Pontal do Paraná. No entanto, a Agência dos Correios, no final do ano de 2015, instalou um módulo de caixa postal comunitária na aldeia indígena Pindoty, na ilha da Cotinga. Com o serviço, os índios recebem semanalmente as correspondências simples e avisos de objetos registrados. Segundo informações do site dos Correios, o vice-cacique considerou que a inclusão do CEP na aldeia irá promover o turismo no local. *“Muitas pessoas não sabem que existimos. Queremos receber mais turistas e vender nosso artesanato”*, disse o vice cacique para o Blog de notícias dos Correios (CORREIOS, 2017).

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1248

**Tabela 8.3.38 – Estabelecimentos de comunicação nos municípios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta (2015)**

	Agências dos correios	Emissoras de rádio	Emissoras de televisão	
			Analógica	Digital
Antonina	1	2	-	-
Guaraqueçaba	1	-	-	-
Guaratuba	1	1	-	6
Matinhos	1	1	-	5
Morretes	1	-	-	-
Paranaguá	1	5	1	8
Pontal do Paraná	2	1	-	3

Fonte: IPARDES, 2016.



A Tabela 8.3.39 apresenta o percentual de bens duráveis de comunicação em relação ao total de domicílios nos municípios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta. Em 2010, a televisão e o rádio eram os bens duráveis que mais estavam presentes nos domicílios dos municípios da AEII. Neste aspecto, é interessante observar que os municípios de Pontal do Paraná, Guaratuba e Matinhos apresentam os menores percentuais desses bens em relação aos outros municípios da AEII. Uma das razões para essa divergência ocorre justamente no fato de que alguns domicílios são utilizados apenas como casas de veraneio.

**Tabela 8.3.39 - Existência de bens duráveis de comunicação em relação aos domicílios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta (2010)**

	Antonina	Guaraqueçaba	Guaratuba	Matinhos	Morretes	Paranaguá	Pontal do Paraná
Rádio	61,60%	50,84%	34,33%	24,46%	55,73%	73,31%	20,94%
Televisão	66,85%	53,70%	40,00%	28,56%	60,92%	84,29%	25,11%
Telefone celular	49,67%	28,55%	35,73%	26,64%	56,96%	76,35%	23,55%
Telefone fixo	27,18%	9,31%	17,43%	12,93%	17,89%	41,78%	10,03%
Microcomputador	19,62%	9,39%	15,51%	13,18%	17,85%	38,84%	10,35%
Microcomputador - com acesso à internet	13,31%	5,20%	11,96%	10,28%	10,83%	28,08%	7,62%

Fonte: Censo Demográfico – IBGE, 2010.

Destaca-se, ainda, o acesso à internet por microcomputadores nos domicílios. Nos municípios da AEII, Antonina apresenta a maior relação de microcomputadores com acesso à internet nos domicílios, com 13,31% dos casos. Outros municípios como Guaratuba, Matinhos e Morretes apresentam percentual similar. As exceções se verificam em Pontal do Paraná (7,62%) e Guaraqueçaba (5,20%). No entanto, nenhum município fica próximo da

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1249

média estadual, com aproximadamente 31% dos domicílios contendo microcomputadores com acesso à internet.

### 8.3.2.1.8 Abastecimento de água

Em relação ao abastecimento de água nos municípios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta, a Tabela 8.3.40 apresenta o tipo de tratamento de água nos municípios da região litorânea, com base no ano 2008. Esses dados foram coletados pela Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, executada pelo IBGE naquele ano.

De acordo com a Tabela 8.3.40 abaixo, a fluoretação é o tratamento de água mais utilizados nos municípios, sendo que somente Matinhos e Morretes não fazem o tratamento dessa forma, utilizando, no caso, o tratamento convencional.

**Tabela 8.3.40 – Tipo de tratamento de água nos municípios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta (2008)**

Tipo de tratamento de água	Antonina	Guaraqueçaba	Guaratuba	Matinhos	Morretes	Paranaguá	Pontal do Paraná
Convencional				X	X	X	
Não-convencional						X	
Simple desinfecção	X						
Fluoretação	X	X	X			X	X



Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, 2008.

A Tabela 8.3.41 abaixo apresenta o volume de água distribuída por dia nos municípios da AEII por tipo de tratamento de água. Matinhos é o município da AEII com maior volume diário de água tratada, com 11.232 m<sup>3</sup>, por meio convencional.

**Tabela 8.3.41 – Volume de água tratada distribuída por dia nos municípios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta (2008) (m<sup>3</sup>)**

Tipo de tratamento de água	Antonina	Guaraqueçaba	Guaratuba	Matinhos	Morretes	Paranaguá	Pontal do Paraná
Convencional	-	424	9.584	11.232	3.068	2.376	4.330
Não-convencional	-	-	-	-	-	1.021	-
Simple desinfecção	770	-	-	-	-	-	-
Fluoretação	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>770</b>	<b>424</b>	<b>9.584</b>	<b>11.232</b>	<b>3.068</b>	<b>3.397</b>	<b>4.330</b>

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, 2008.

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1250

Antonina é o único município da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta que não é atendido pela Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar), e sim pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Antonina (SAMAE), uma autarquia municipal criada em 1968. Toda a água de Antonina disponibilizada pelo SAMAE é tratada com “simples desinfecção”, único município da região litorânea com esse tipo de tratamento.

A Tabela 8.3.42 traz a quantidade de economias ativas abastecidas nos municípios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta. São cerca de 80 mil economias ativas nessa região, sendo que a maior parte se encontra nos municípios balneários (Matinhos, Pontal do Paraná e Guaratuba)



**Tabela 8.3.42 – Quantidade de economias ativas abastecidas nos municípios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta (2008)**

Municípios	Economias ativas residenciais	%	Outras economias ativas	%	Total	%
Antonina	5.815	5,32%	85	1,16%	5.900	5,06%
Guaraqueçaba	735	0,67%	110	1,50%	845	0,72%
Guaratuba	19.287	17,64%	1.178	16,01%	20.465	17,54%
Matinhos	27.413	25,07%	1.107	15,05%	28.520	24,44%
Morretes	3.389	3,10%	422	5,74%	3.811	3,27%
Paranaguá	32.605	29,82%	3.421	46,51%	36.026	30,87%
Pontal do Paraná	20.085	18,37%	1.033	14,04%	21.118	18,10%
<b>Total</b>	<b>109.329</b>	<b>100,00%</b>	<b>7.356</b>	<b>100,00%</b>	<b>116.685</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, 2008.

#### 8.3.2.1.9 Coleta e tratamento de esgoto

A Tabela 8.3.43 abaixo apresenta a distribuição do tipo de saneamento por município da AEII e por área urbana e rural. É possível verificar que, na área urbana, o município com maior incidência do tipo de saneamento considerado adequado é Guaratuba, com 87,3% dos domicílios da área urbana nesta situação. Além de Guaratuba, Morretes (86,8%) e Matinhos (85,8%) apresentam situação similar nos domicílios da área urbana. Já os que foram tipificados como semi-adequados têm maior ocorrência em Pontal do Paraná (31,5%), justamente o município com menor incidência de domicílios com tipo de saneamento adequado na área urbana (67,9%). Em todos os municípios, o percentual de domicílios com tipo de saneamento considerado ‘inadequado’, na área urbana, é praticamente residual, inferior a 1%.

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1251

**Tabela 8.3.43 - Tipo de saneamento por domicílio nos municípios da AEII (2010)**

Município	Adequado			Semi-adequado			Inadequado		
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total
Antonina	74,50%	27,70%	67,50%	25,30%	54,60%	29,60%	0,20%	17,80%	2,80%
Guaraqueçaba	77,70%	1,30%	27,60%	22,20%	68,00%	52,20%	0,10%	30,80%	20,20%
Guaratuba	87,30%	28,70%	81,70%	12,60%	64,00%	17,50%	0,10%	7,30%	0,80%
Matinhos	85,60%	2,40%	85,30%	14,30%	90,20%	14,60%	0,10%	7,30%	0,10%
Morretes	86,80%	15,20%	47,90%	13,20%	76,70%	47,70%	0,10%	8,20%	4,50%
Paranaguá	77,00%	31,00%	75,30%	22,60%	61,50%	24,10%	0,40%	7,50%	0,60%
Pontal do Paraná	67,90%	4,10%	67,40%	31,50%	83,70%	31,90%	0,60%	12,20%	0,70%

Fonte: Censo Demográfico – IBGE, 2010.



Em relação à área rural, Paranaguá, Guaratuba e Antonina apresentam as melhores condições, com mais de 27% dos domicílios na área rural considerados com saneamento 'adequado'. No entanto, Antonina também apresenta um alto índice de inadequação nas áreas rurais, com 17,8% dos domicílios nesta situação, atrás apenas de Guaraqueçaba (30,80%). Ou seja, há uma situação de polaridade da situação de saneamento.

Quando considerado o total – sem distinção entre urbano e rural – o município de Matinhos apresenta a melhor cobertura de saneamento adequado: aproximadamente 85% dos domicílios se enquadram nessa tipificação, sendo outros 15% em condições “semi-adequadas”. Ou seja, praticamente não se encontram domicílios em condições inadequadas em Matinhos, apenas 0,1% do total.

A Tabela 8.3.44 traz a quantidade de economias com esgotamento nos municípios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta, de acordo com o Sistema Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA) do Ministério das Cidades, com base no ano de 2014. De acordo com os dados abaixo, havia cerca de 50 mil ligações de esgoto ativas nos municípios da AEII em 2014. Destaca-se o fato de Antonina não contar com cobertura de esgoto ativa.

**Tabela 8.3.44 – Quantidade de ligações ativas de esgoto nos municípios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta (2014)**

	Ligações ativas
Antonina	0
Guaraqueçaba	817
Guaratuba	14.163
Matinhos	9.440
Morretes	2.663
Paranaguá	17.714

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1252

	Ligações ativas
Pontal do Paraná	5.586
<b>Total</b>	<b>50.383</b>

Fonte: Ministério das Cidades – Sistema Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA), 2016.

A Tabela 8.3.45 retrata a quantidade de domicílios em áreas urbanas onde se verifica existência de esgoto a céu aberto. Considerando o total de domicílios dos municípios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta, o percentual de domicílios em áreas com esgoto a céu aberto é relativamente baixo em Morretes (0,5%), Paranaguá (5,5%) e Matinhos (5,9%). No entanto, outros municípios da AEII apresentam situação bastante oposta, como é o caso de Antonina, em que 47,9% dos domicílios convivem com esgoto a céu aberto, seguido por Guaraqueçaba (41,2%) e Guaratuba (20,8%).

**Tabela 8.3.45 - Existência de esgoto a céu aberto nos domicílios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta (2010)**

	Antonina		Guaraqueçaba		Guaratuba		Matinhos		Morretes		Paranaguá		Pontal do Paraná	
	Qt	%	Qt	%	Qt	%	Qt	%	Qt	%	Qt	%	Qt	%
Existe	2.245	47,9%	259	41,2%	1.803	20,8%	537	5,9%	9	0,5%	1.868	5,5%	422	6,3%
Não existe	2.418	51,6%	370	58,8%	6.851	79,0%	8.354	92,0%	1.927	98,8%	31.886	93,5%	6.274	93,7%
Sem declaração	25	0,5%	-	-	23	0,3%	193	2,1%	15	0,8%	333	1,0%	1	0,0%
<b>Total</b>	<b>4.688</b>	<b>100,0%</b>	<b>629</b>	<b>100,0%</b>	<b>8.677</b>	<b>100,0%</b>	<b>9.084</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.951</b>	<b>100,0%</b>	<b>34.087</b>	<b>100,0%</b>	<b>6.697</b>	<b>100,0%</b>



Fonte: Censo Demográfico – IBGE, 2010.

#### 8.3.2.1.10 Coleta e disposição do lixo

Os dados analisados nesta seção se referem à coleta de resíduos sólidos nos municípios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta. Para realizar a análise, foram utilizados dados da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, do IBGE, de 2008. Também foram utilizados dados do Sistema Nacional de Saneamento Ambiental, abastecido e mantido pelo Ministério das Cidades. Neste caso, foram utilizados dados disponíveis entre 2011 e 2014 para compor as taxas de cobertura dos serviços de coleta nos municípios.

A Tabela 8.3.46 apresenta a natureza dos serviços de coleta de resíduos sólidos nos municípios. De acordo com os dados abaixo, todos os municípios apresentam serviço de coleta regular de lixo, mas somente em Morretes e Paranaguá há coleta seletiva de resíduos.



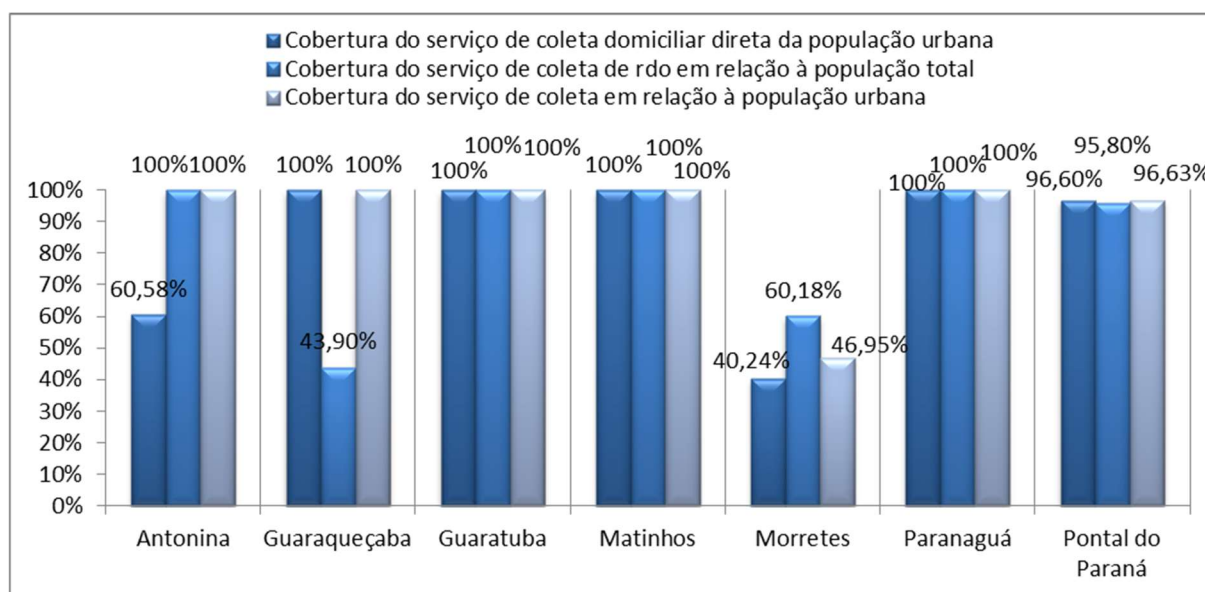
 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1253

**Tabela 8.3.46 - Natureza do serviço de coleta de resíduos sólidos nos municípios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta (2008)**

Municípios	Antonina	Guaraqueçaba	Guaratuba	Matinhos	Morretes	Paranaguá	Pontal do Paraná
Coleta domiciliar regular de lixo	X	X	X	X	X	X	X
Coleta seletiva de resíduos recicláveis	-	-	-	-	X	X	-
Triagem de resíduos sólidos recicláveis	-	-	-	-	-	X	-
Coleta de resíduos de construção	X	X	-	X	X	-	-
Coleta de resíduos sólidos especiais	X	X	X	X	X	X	X
Coleta de resíduos sólidos volumosos	X	-	-	X	X	X	-
Limpeza de praias	X	X	-	X	-	-	X
Tratamento de resíduos sólidos	-	-	-	-	-	-	X
Disposição de resíduos sólidos no solo	X	X	X	X	X	X	X

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, 2008.

O Gráfico 8.3.38 traz a taxa de cobertura dos serviços de coleta nos municípios da área de estudo para determinação da área de influência indireta. Esse dado foi composto a partir de informações disponibilizadas pela Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental – SNSA, do Ministério das Cidades, entre os anos 2011 e 2014. Utilizou-se, como referência, o último ano disponível para cada município. Guaratuba e Matinhos apresentam cobertura integral dos serviços de coleta de resíduos sólidos.



Fonte: Ministério das Cidades – Sistema Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA), 2016.

NOTA: Entende-se por RDO os resíduos domiciliares.

### Gráfico 8.3.38 - Taxas de cobertura dos serviços de coleta nos municípios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta (2011-2014) (%)

O município da AEII com menor taxa de cobertura é Morretes, pois os serviços de coleta domiciliar (porta-a-porta) atendem apenas 40% da população urbana, enquanto o serviço de coleta de resíduos domiciliares (não necessariamente porta-a-porta) tem uma cobertura de 60% da população total.

Em Guaraqueçaba, percebe-se o peso da população rural nos serviços de coleta de resíduos sólidos. Enquanto a cobertura de serviço de coleta domiciliar direta (porta-a-porta) atende 100% da população urbana, quando este serviço é relacionado à população rural, o indicador cai para 44%.

#### 8.3.2.1.11 Habitação

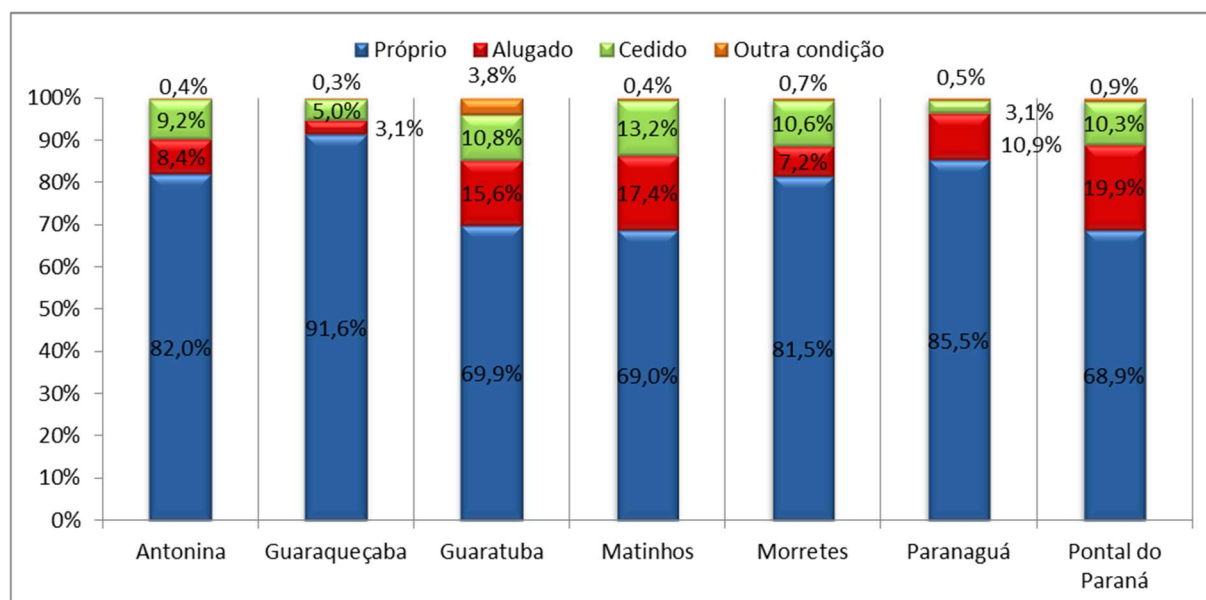
De acordo com a Tabela 8.3.47, existiam em 2010 aproximadamente 103 mil domicílios na Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta, sendo 89,5% deles urbanos. À exceção de Paranaguá, os municípios de Guaratuba e Matinhos representavam a maioria (55,4%) dos domicílios da região litorânea.

**Tabela 8.3.47 – Quantidade de domicílios urbanos e rurais nos municípios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta (2010)**

Município	Domicílios					
	Urbanos		Rurais		Total	
	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%
Antonina	6.578	4,79%	1.531	12,18%	8.109	5,41%
Guaraqueçaba	1.066	0,78%	2.394	19,05%	3.460	2,31%
Guaratuba	22.332	16,27%	1.715	13,65%	24.047	16,05%
Matinhos	33.086	24,10%	79	0,63%	33.165	22,13%
Morretes	3.170	2,31%	3.979	31,67%	7.149	4,77%
Paranaguá	43.795	31,90%	2.783	22,15%	46.578	31,08%
Pontal do Paraná	27.252	19,85%	84	0,67%	27.336	18,24%
<b>Total</b>	<b>137.279</b>	<b>100,00%</b>	<b>12.565</b>	<b>100,00%</b>	<b>149.844</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: IBGE – Censo Demográfico, 2010.



Segundo o Gráfico 8.3.39, o município que apresentava o maior percentual de domicílios próprios era Guaraqueçaba, com 91,6% dos domicílios nesta condição. Apenas 3,1% dos domicílios em Guaraqueçaba eram alugados e, pouco mais, cerca de 5% eram cedidos. Os municípios que registraram a maior taxa de domicílios alugados foram Pontal do Paraná, com quase 20% dos domicílios e Matinhos, com 17,4%. Ao mesmo tempo, são os municípios com a menor taxa de domicílios próprios da região.



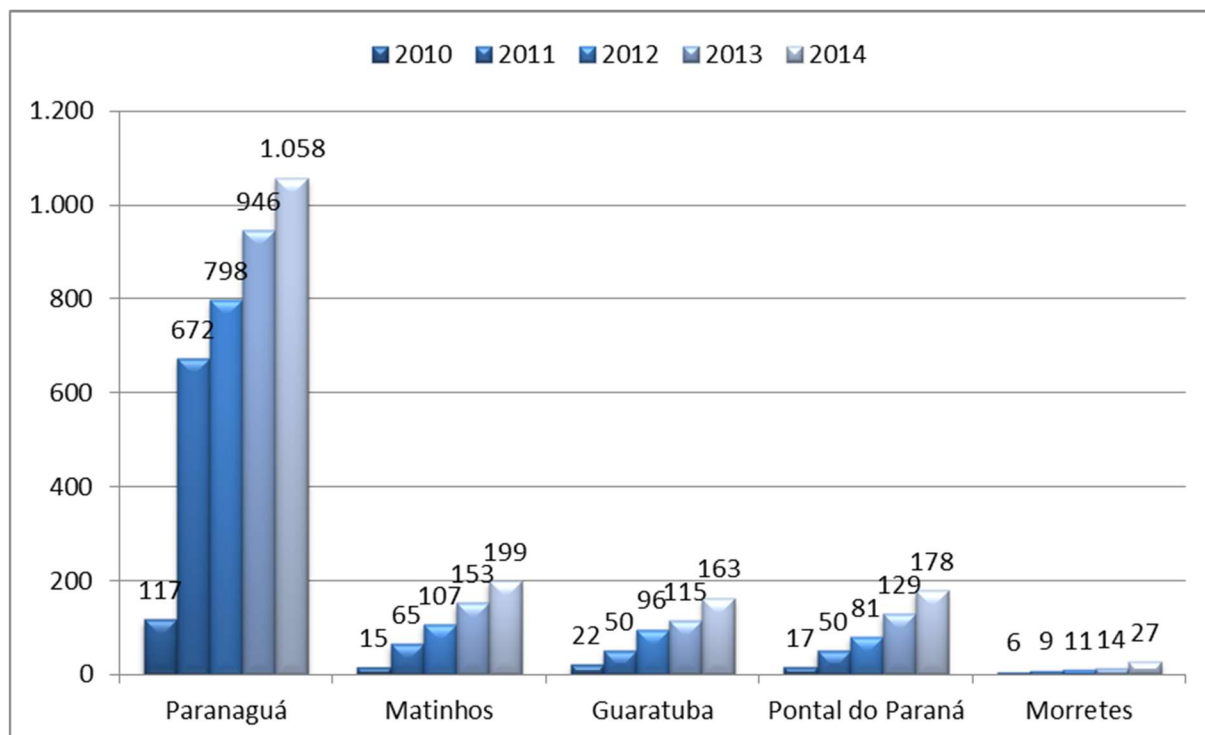
Fonte: IBGE – Censo Demográfico, 2010.

**Gráfico 8.3.39 - Distribuição dos domicílios de acordo com a situação nos municípios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta, em 2010**

O Gráfico 8.3.40 abaixo apresenta o número de unidades entregues do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), que busca corrigir o déficit habitacional nos municípios. Um dos

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1256

critérios de prioridade no Programa é a situação de risco da casa atual – condição comum às ocupações irregulares. Percebe-se uma variação positiva da quantidade de unidades entregues ao longo dos anos, sendo o município de Matinhos o município da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta com maior número de beneficiários do programa.



Fonte: Plataforma de Indicadores do Governo Federal, 2016.



**Gráfico 8.3.40 - Unidades do Programa MCMV entregues nos municípios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta com exceção de Guaraqueçaba e Antonina (2010-2014)**

### 8.3.2.2 Área de estudo para determinação da área de influência direta

Nesta seção são avaliados os dados referentes ao atendimento à saúde, educação, segurança pública, transporte, energia elétrica, comunicação, abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, coleta e disposição de resíduos e habitação referentes à área de estudo para determinação da área de influência direta.

#### 8.3.2.2.1 Saúde

O município de Paranaguá conta com 178 estabelecimentos de saúde, sendo que existem quatro hospitais no município. No entanto, como a população de Paranaguá é a maior da

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1257

microrregião centralizada por este município, a infraestrutura de saúde do mesmo acaba por ser relativamente mais precária do que a dos outros municípios da AEII.

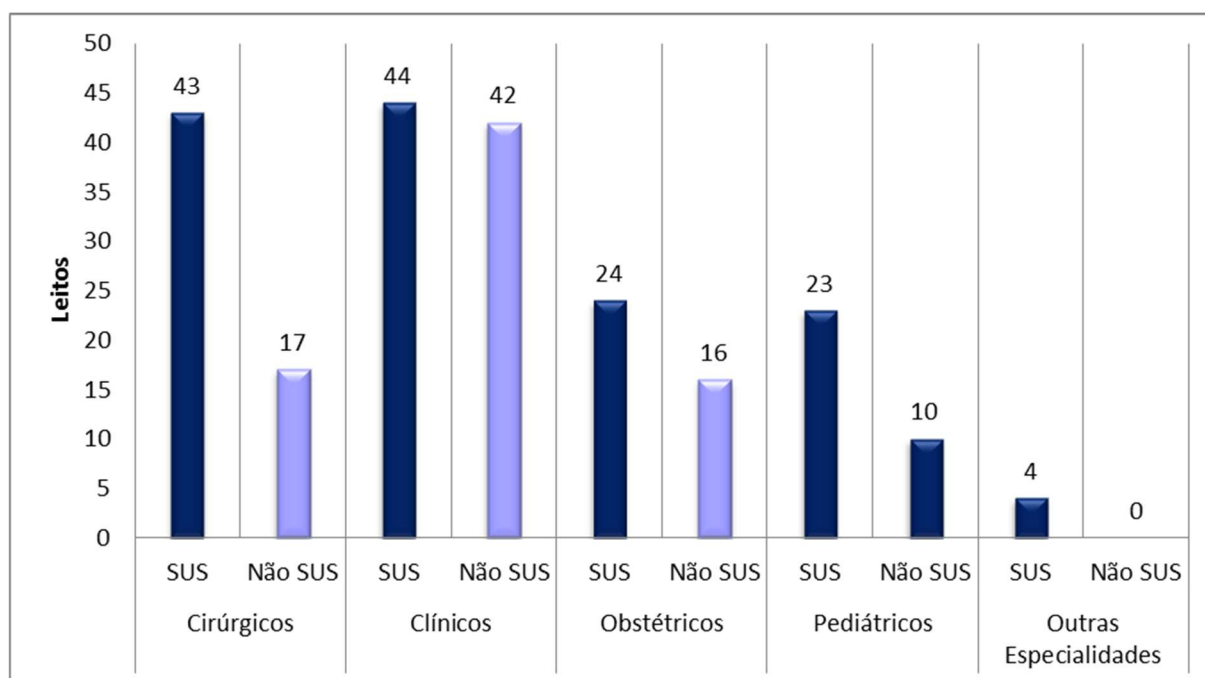
O município de Paranaguá também é sede do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná (CISLIPA), uma associação composta pelos sete municípios da região litorânea do Paraná, criada em 2010, com o objetivo de organizar conjuntamente as políticas públicas relacionadas à área da saúde.

De acordo com a Tabela 8.3.48, o município de Paranaguá conta com 223 leitos hospitalares, sendo que destes 138 estão vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS) e outros 85 não. Nesta linha, os leitos de SUS representam cerca de 62% dos leitos hospitalares de Paranaguá. O Gráfico 8.3.41 apresenta a distribuição desses leitos no município de Paranaguá de acordo com a especialidade. Como se observa, os leitos clínicos e cirúrgicos são os mais ofertados, independentemente de estarem vinculados SUS ou não.

**Tabela 8.3.48 – Estabelecimentos de saúde no município de Paranaguá (2015)**

<b>Tipo de estabelecimento</b>	<b>Quantidade</b>
Central de Regulação Médicas	1
Centro de Atenção Hemoterápica	1
Centro de Atenção Psicossocial	1
Unidade Básica de Saúde (UBS)	8
Clínica / Ambulatório Especializado	21
Consultório	104
Hospital Geral	4
Policlínica	2
Posto de Saúde	12
Unidade de Apoio de Diagnose	21
Unidade Móvel Urgência/Emergência	3
<b>Total</b>	<b>178</b>

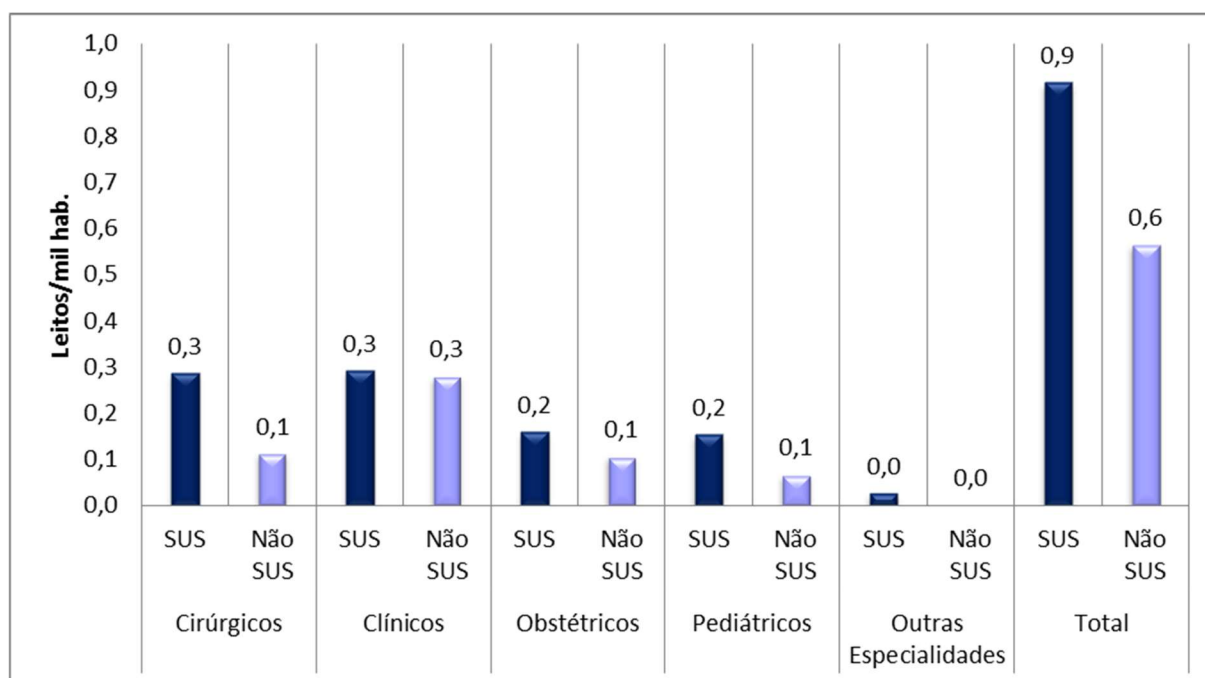
Fonte: Ministério da Saúde – CNES, 2016.



Fonte: Ministério da Saúde – CNES, 2016.

### Gráfico 8.3.41 – Quantidade de leitos hospitalares no município de Paranaguá (2015)

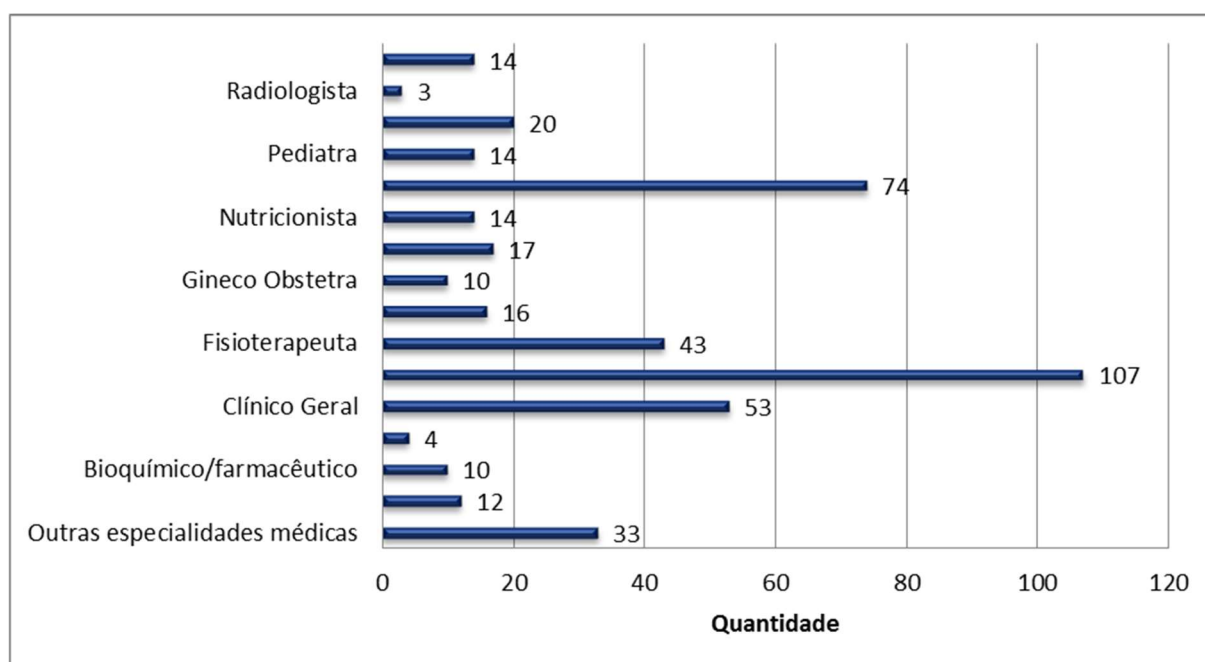
O Gráfico 8.3.42 apresenta o número de leitos por mil habitantes no município de Paranaguá, com base nos dados apresentados no gráfico anterior. Nesse sentido, verifica-se que, de maneira geral, Paranaguá apresenta uma relação de 0,9 leitos/mil habitantes no caso de leitos vinculados ao SUS e, nos casos da rede privada, são 0,6 leitos/mil habitante. Neste ponto, é interessante relacionar com os dados da Tabela 8.3.30 que apresentava o número de leitos por mil habitantes nos municípios da AEII. Naquele momento, foi apresentado que Guaraqueçaba apresentava a maior relação de leitos do SUS por mil habitantes da AEII, com 2,5 leitos/mil habitantes. No entanto, outros municípios apresentam uma oferta maior de leitos do SUS, como é o caso de Morretes (1,8 leito/mil hab.), Antonina (1,6 leito/mil hab.) e Guaratuba (1,4 leito/mil hab.). O município de Paranaguá apresenta uma relação de leitos do SUS por mil habitantes superior apenas a Matinhos e a Pontal do Paraná, município, aliás, que não registrou nenhum leito em 2015. Esses números demonstram a pressão que o quantitativo populacional exerce sobre a infraestrutura de saúde, especialmente considerando os leitos hospitalares. Soma-se, ainda, o fato de que Paranaguá certamente é destino de internações provenientes de outros municípios, como de Pontal do Paraná.



Fonte: Ministério da Saúde – CNES, 2016.

**Gráfico 8.3.42 - Número de leitos por mil habitantes no município de Paranaguá**

O Gráfico 8.3.43 apresenta a quantidade de ocupações de nível superior relacionadas à área da saúde no município de Paranaguá, na posição de dezembro de 2016. Ao todo, Paranaguá contava com 444 profissionais da área da saúde atuando no município, sendo que, destes, 107 eram enfermeiros, 74 odontólogos e 53 clínicos gerais.



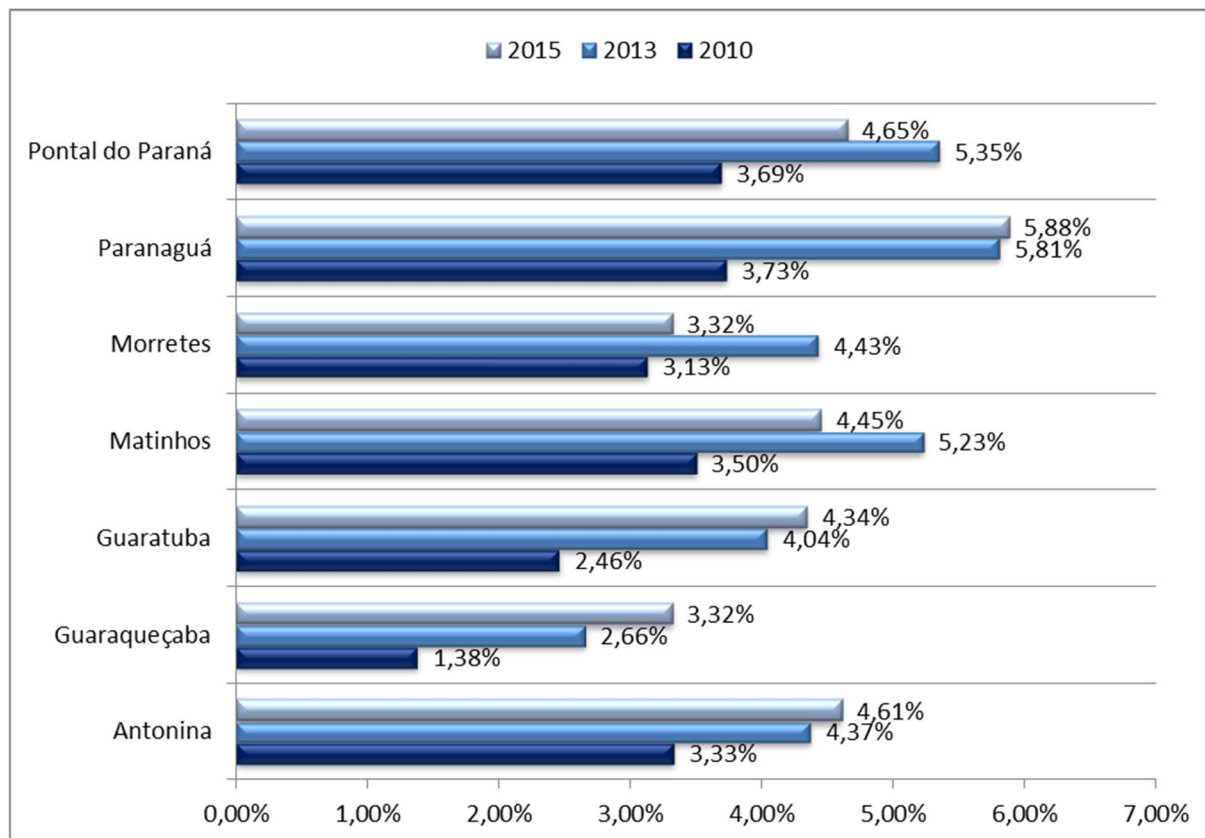
Fonte: Ministério da Saúde – CNES, 2016.

**Gráfico 8.3.43 – Quantidade de ocupações por nível superior relacionadas à área da Saúde em Paranaguá (2016)**

Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
Nº PLANAVE	REV. PLANAVE	1260
RL-B00-H01-1001	0	

Ainda de acordo com dados do Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde, do DATASUS (CNES), o município de Paranaguá dispunha, em dezembro de 2016, de 13 equipes de saúde, sendo 11 Equipes de Saúde da Família (ESF), 01 Equipe de Agentes Comunitários de Saúde (EACS) e 01 Equipe do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (ENASF).



O Gráfico 8.3.44 dispõe a taxa de mortalidade nas hospitalizações pelo SUS nos municípios da região litorânea (AEII), entre 2013 e 2015. Resulta difícil avaliar a qualidade do serviço de saúde exclusivamente por meio da taxa de mortalidade, pois podem ocorrer situações em que, a depender da gravidade do caso, o paciente é transferido para hospitais mais bem equipados – o que, nestes casos, levaria muitos pacientes graves, portanto, com menores chances de sobrevivência aos hospitais de Paranaguá ou, ainda, extrapolando a área analisada, aos hospitais de Curitiba e até de outros Estados. No entanto, é interessante observar que justamente a maior taxa de mortalidade ocorreu no município de Paranaguá, a partir de 2013.



Fonte: Ministério da Saúde – Sistema de Informações Hospitalares do SUS, 2016.

**Gráfico 8.3.44 - Taxa de mortalidade nas hospitalizações pelo SUS nos municípios da AEII (2013-2015)**



 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1261

Ainda analisando o Gráfico 8.3.44, percebe-se que houve um aumento substancial da taxa de mortalidade nos municípios, especialmente em Paranaguá, a partir de 2013. Entre 2010 e 2013, a taxa saltou de 3,73% para 5,81% e, em 2015, para 5,88%.

A Tabela 8.3.49 traz as causas de morbidade mais frequentes no município de Paranaguá, entre os anos 2013 e 2015. De acordo com os dados listados abaixo, cerca de 30% dos casos de morbidade no município estão relacionados à gravidez, parto ou puerpério. Em termos relativos, é a causa com maior frequência de ocorrência em Paranaguá. Em segundo lugar, estão as morbidades relacionadas a lesões, envenenamentos e outras causas externas, com 16,89% dos casos.

**Tabela 8.3.49 – Causas de morbidade hospitalar no município de Paranaguá (2013-2015)**

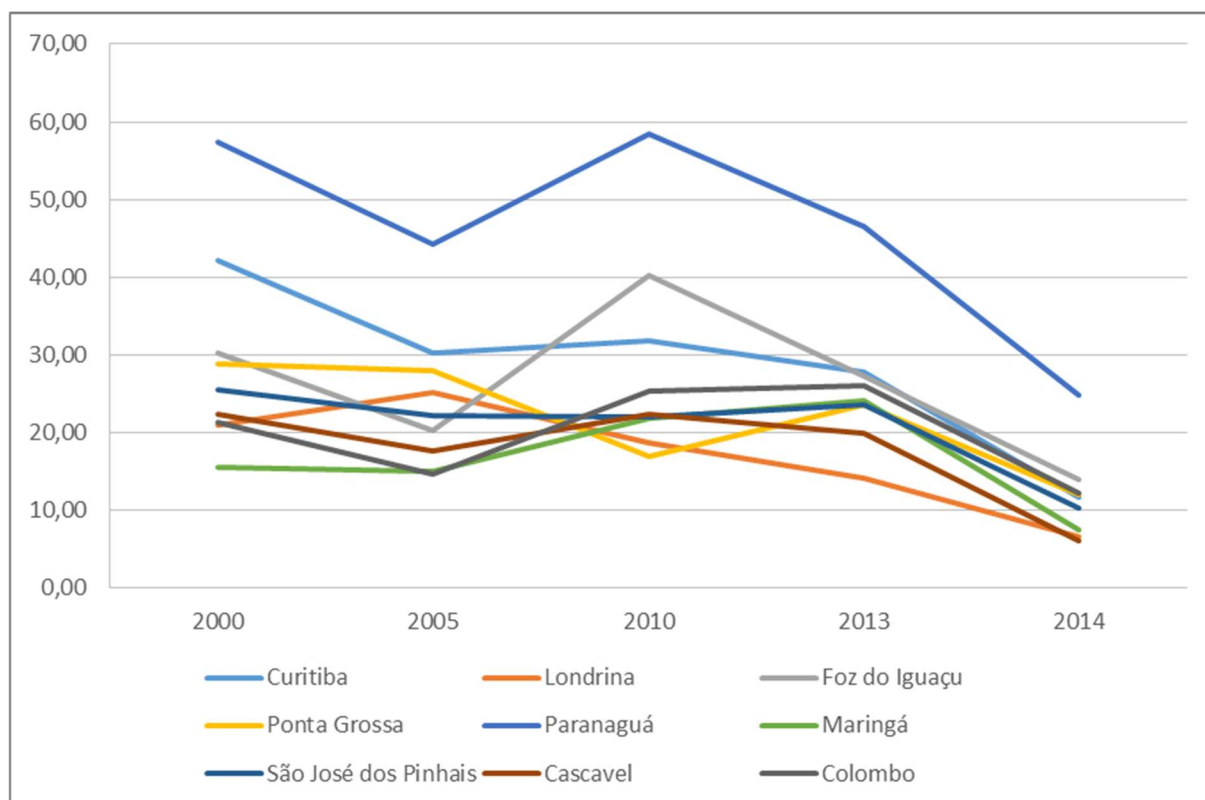
Causas de morbidade hospitalar (SUS)	Quantidade	%
Gravidez, parto e puerpério	7.327	29,98%
Lesões, envenenamentos e outras causas externas	4.127	16,89%
Doenças do aparelho respiratório	3.113	12,74%
Doenças do aparelho circulatório	2.553	10,45%
Doenças do aparelho digestivo	1.806	7,39%
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	1.428	5,84%
Doenças do aparelho geniturinário	1.200	4,91%
Originadas no período perinatal	631	2,58%
Doenças da pele e do tecido subcutâneo	600	2,46%
Sintomas sinais e achados anormais	422	1,73%
Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	326	1,33%
Doenças do sistema nervoso	287	1,17%
Doenças de sangue	277	1,13%
Neoplasias	112	0,46%
Doenças do sistema osteomuscular	99	0,41%
Contatos com serviços de saúde	86	0,35%
Transtornos mentais	15	0,06%
Malformação congênita	10	0,04%
Causas externas	10	0,04%
Doenças do ouvido e da apófise mastoide	7	0,03%
Doenças dos olhos e anexos	1	0,00%
<b>Total</b>	<b>24.437</b>	<b>100%</b>

Fonte: Ministério da Saúde – Sistema de Informações Hospitalares do SUS, 2016.

A cidade de Paranaguá, conforme demonstrado na Tabela 8.3.28, possui 178 estabelecimentos de saúde. Dentre os estabelecimentos localizados no município, destaca a presença de quatro hospitais, os quais prestam atendimento para a população local e dos municípios vizinhos. O Hospital Regional do Litoral é referência para os atendimentos de



média e alta complexidade. Possui 159 leitos gerais, 14 UTIs adulto e 7 neo-natal. Possui ainda um centro cirúrgico com equipe médica 24 horas, equipamentos de raio-x, tomógrafo, estrutura para exames laboratoriais e uma equipe médica composta de clínicos, ortopedistas, pediatras, cirurgia geral e obstetrícia (SESA, 2016). Segundo informações da Secretaria da Saúde do Estado, durante a temporada de verão, o Hospital Regional amplia sua rede de atendimento para suprir a demanda em caso de emergências. Paranaguá conta ainda com 8 Unidades Básicas de Saúde e 12 postos de saúde, distribuídos pelos bairros urbanos e comunidades rurais.

A região de Paranaguá se destaca, em âmbitos estadual e nacional, pela alta taxa de incidência de HIV/AIDS para cada 100 mil habitantes. O Gráfico 8.3.45 apresenta os municípios com maior taxa de incidência de HIV/AIDS para cada 100 mil habitantes, no Estado do Paraná. Observa-se que o município de Paranaguá apresenta uma taxa de incidência de HIV/AIDS bastante elevada, considerando outros municípios do Estado, muito embora haja uma tendência de declínio ao longo dos anos, notadamente a partir de 2010.



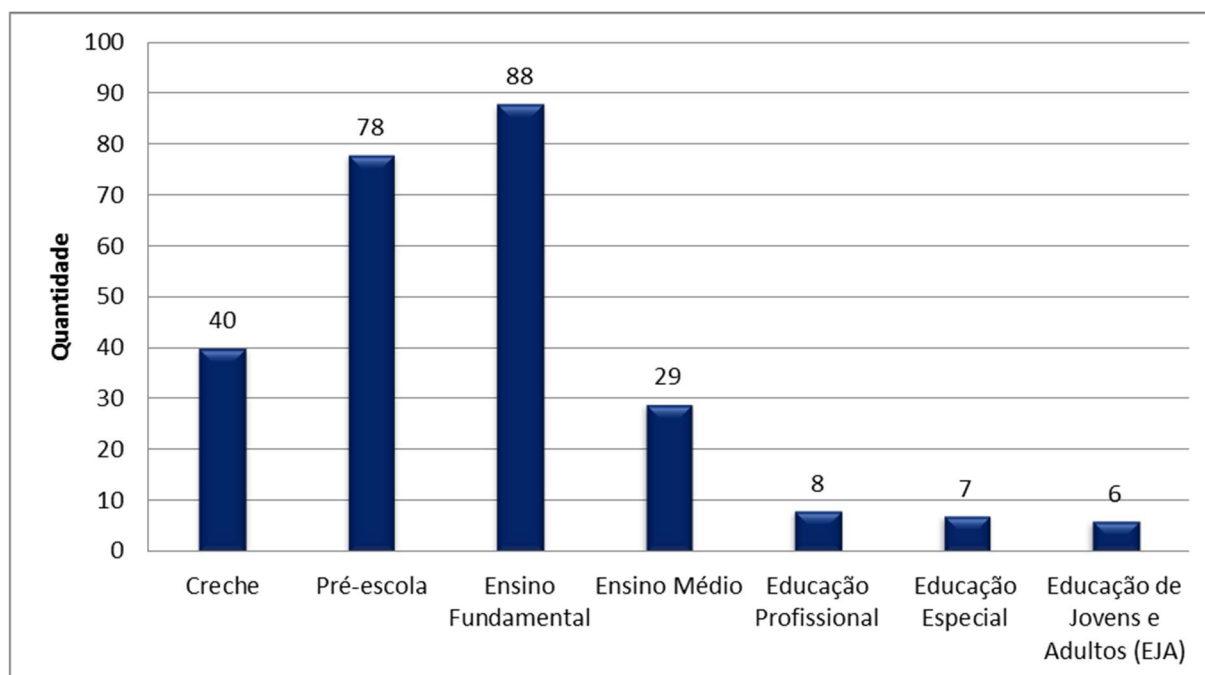
Fonte: Ministério da Saúde – DATASUS, 2016.

**Gráfico 8.3.45 - Municípios com maior taxa de incidência HIV/AIDS a cada 100 mil habitantes no Paraná entre 2000 e 2014**

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1263

### 8.3.2.2.2 Educação

O município de Paranaguá contava com 133 estabelecimentos de ensino<sup>6</sup>, que são detalhados no Gráfico 8.3.46. Assim como ocorre nos municípios da AEII, a maior incidência de estabelecimentos de ensino está situada em estabelecimentos de ensino fundamental.





Fonte: Ministério da Educação/INEP, 2015; IPARDES, 2017.

**Gráfico 8.3.46 – Estabelecimentos de ensino no município de Paranaguá (2015)**

A Tabela 8.3.50 apresenta o número de estabelecimentos de ensino por esfera administrativa, bem como a quantidade de docentes por esfera e, por fim, a relação docentes/estabelecimento por esfera administrativa, em Paranaguá, no ano de 2015. A maior relação docentes/estabelecimento de ensino ocorre na esfera federal, com 53 docentes por estabelecimento. Quando comparadas as esferas estaduais, municipais e particular com os outros municípios da AEII, verifica-se que Paranaguá apresenta a segunda maior relação de docentes/estabelecimento na esfera estadual, atrás apenas de Matinhos (31,40 docentes/escola). No âmbito municipal, Guaratuba (11,83 docentes/estabelecimento) e Pontal do Paraná (11,16 docentes/estabelecimento) estão à frente de Paranaguá, enquanto, na esfera particular, Paranaguá apresenta a maior relação docentes/estabelecimento, seguida de Matinhos (14,60 docentes/estabelecimento).

<sup>6</sup> O mesmo estabelecimento pode oferecer mais de uma etapa e/ou modalidade. Portanto, o resultado total não reflete a soma das partes.

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1264

**Tabela 8.3.50 – Estabelecimentos de ensino, docentes e docentes/estabelecimento por esfera administrativa em Paranaguá (2015)**

	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total
Estabelecimentos	1	22	68	33	124
Docentes	53	677	757	563	1.895*
Docentes/estabelecimento	53,00	30,77	11,13	17,06	15,28

Fonte: Ministério da Educação/INEP, 2015; IPARDES, 2017.

NOTA: \* O número total de docentes não representa a soma do número de docentes por esfera administrativa porque um docente pode atuar em mais de uma esfera



Conforme já explicado anteriormente, os dados do Ministério da Educação contabilizam os campi de universidades ou polos avançados somente nos municípios que são sede de instituições de ensino superior. Portanto, o Gráfico 8.3.46 não apresenta fidedignamente a situação do ensino superior em Paranaguá. Nesse sentido, é interessante observar que este município concentra a maior quantidade de estudantes de ensino superior da região litorânea, com 2.395 alunos, sendo que destes 1.221 são alunos de instituição de ensino superior (IES) da rede estadual, e 319 da rede federal, no ano de 2015. Além do IFPR em Paranaguá, que oferta 3 cursos técnicos integrados, 4 graduações e 2 especializações, o município conta com um campus da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), com 7 cursos de graduação. Além dos cursos presenciais, outros 1.175 alunos de ensino superior são matriculados em instituições que ofertam EAD, sendo que 65 alunos são da rede federal, 126 da rede estadual e outros 984 alunos estão matriculados em instituições privadas.

### 8.3.2.2.3 Segurança pública

Como já analisado anteriormente, o município de Paranaguá está acima da “linha aceitável” de homicídios dolosos imposta pela ONU (10 homicídios por 100 mil habitantes/ano), registrando 28,54 homicídios dolosos em 2015. Na Tabela 8.3.51, abaixo, apresenta-se algumas ocorrências criminais nos anos de 2014 e 2015. Embora algumas destas ocorrências tenham registrado uma variação negativa, a taxa ainda é preocupante quando comparada à de outros municípios da região litorânea e do estado do Paraná.

**Tabela 8.3.51 – Ocorrências criminais em Paranaguá (2014 e 2015)**

Tipo de crime	2014	%	2015	%
Crimes contra o patrimônio	11.833	39,3%	12.336	41,5%
Crimes contra a pessoa	10.652	35,4%	9.800	32,9%
Demais crimes consumados	5.960	19,8%	6.008	20,2%
Crimes contra administração pública	919	3,1%	846	2,8%

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1265

Tipo de crime	2014	%	2015	%
Furtos de veículos	286	1,0%	288	1,0%
Armas de fogo apreendidas	235	0,8%	284	1,0%
Crimes contra a dignidade sexual	214	0,7%	197	0,7%
<b>Total</b>	<b>30.099</b>	<b>100,0%</b>	<b>29.759</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Relatório Estatístico Criminal, 2015.



Como parte do sistema de prevenção e manutenção da ordem pública, o município de Paranaguá conta com um aparelho de Segurança Pública maior e melhor equipado do que os dos municípios da região litorânea. Paranaguá dispõe das seguintes organizações: Delegacia de Polícia Federal, Delegacia de Polícia Civil, Batalhão de Polícia Militar, Guarda Municipal, Central de Bombeiros, NUCRIA – Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítima de Crimes e outros órgãos de apoio ao sistema de Segurança Pública do município e do litoral, como a Seção Técnica e o IML – Instituto Médico-Legal. Como é o maior e mais importante município da região litorânea do Paraná, Paranaguá é a 1º Subdivisão estadual da Polícia Civil e o 8º Grupamento de Bombeiros.

O Anexo I – Mapa 36 - Equipamentos urbanos no município de Paranaguá apresenta a localização dos principais equipamentos urbanos do município de Paranaguá (AEID). Foram georreferenciados os principais equipamentos públicos de ensino, saúde, segurança e de lazer.

#### 8.3.2.2.4 Transporte

Os dois portos marítimos do estado do Paraná estão localizados na Baía de Paranaguá, nos municípios de Paranaguá e Antonina. A parte da baía que banha a cidade e o município de Antonina é conhecida, também, como Baía de Antonina. Sendo o maior porto graneleiro da América Latina e o maior do sul do país, o Porto de Paranaguá detém grande importância no cenário econômico do município. Sendo assim, a cidade requer um sistema de transporte eficiente para o recebimento e o escoamento da carga. Este sistema de transporte é composto por rodovias e ferrovias que ligam o município ao interior do Paraná e a outros estados.

A malha rodoviária é o principal sistema de transporte de cargas dos portos do Paraná. Com 730km de extensão, a BR-277 corta o estado do Paraná de leste a oeste, sendo a principal via rodoviária do estado. Passando pela capital Curitiba e com ligação direta ao Porto de Paranaguá, a BR-277 é a única rodovia de acesso aos portos e a principal via de acesso ao litoral, o que sobrecarrega o fluxo, já sobrecarregado com automóveis e ônibus.

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1266

Tendo em vista o caráter e a importância do Porto de Paranaguá no escoamento de grãos, a Tabela 8.3.52 apresenta a distância entre o porto e os principais polos do estado do Paraná.

**Tabela 8.3.52 - Distância de Paranaguá aos principais polos do estado do Paraná**

Polos	Distância (km)
São José dos Pinhais	85
Curitiba	90
Araucária	108
Ponta Grossa	198
Guarapuava	322
Londrina	460
Maringá	504
Cascavel	558
Foz do Iguaçu	716

Fonte: Google Mapas, 2016.

Abaixo, a Tabela 8.3.53 apresenta a distância entre o município de Paranaguá das capitais estaduais mais próximas e a principal rodovia de acesso entre os dois municípios.

**Tabela 8.3.53 – Distância de Paranaguá as capitais mais próximas e principais rodovias de acesso**



Capital	Distância (km)	Rodovia
Curitiba	90	BR-277
São Paulo	497	BR-116
Florianópolis	300	BR-101
Porto Alegre	738	BR-101
Campo Grande	1.098	BR-267
Cuiabá	1.803	BR-163

Fonte: Google Mapas, 2016.

Além do fluxo das rodovias, o município de Paranaguá apresenta um intenso fluxo de trânsito urbano. A Tabela 8.3.54 identifica os tipos de veículos e suas respectivas quantidades no município no ano de 2015.

**Tabela 8.3.54 - Frotas em Paranaguá segundo os tipos de veículos em 2015**

Tipos de veículos	Quantidade	%
Automóvel	31.307	51,4%
Motocicleta	14.007	23,0%

		Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
		Nº PLANAVE	REV. PLANAVE	1267
		RL-B00-H01-1001	0	

Tipos de veículos	Quantidade	%
Semirreboque	2.802	4,6%
Caminhonete	2.716	4,5%
Motoneta	2.672	4,4%
Caminhão trator	2.227	3,7%
Camioneta	1.743	2,9%
Caminhão	1.620	2,7%
Reboque	1.140	1,9%
Utilitário	235	0,4%
Micro-ônibus	182	0,3%
Ônibus	168	0,3%
Triciclo	52	0,1%
Trator de rodas	41	0,1%
Ciclomotor	31	0,1%
Outros tipos	9	0,0%
Trator de esteira	8	0,0%
Trator misto	2	0,0%
<b>Total</b>	<b>60.962</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: DETRAN/PR, 2015.

Além da malha rodoviária, um importante meio de transporte no município de Paranaguá, e no estado do Paraná, são as ferrovias, cuja existência e operação são analisadas na seção que aborda Fluxos e Redes de Transporte, mais adiante.

#### 8.3.2.2.5 Vias urbanas

Segundo informações do Plano de Mobilidade Urbana elaborado pela Prefeitura de Paranaguá (2016), a cidade apresenta duas principais rotas de deslocamentos que se dão no sentido Sudoeste/Nordeste e Sudeste/Noroeste onde se localizam os principais mobilizadores econômicos e sociais, sendo eles o Porto (e todo a sua retroárea que abriga os terminais e empresas), a prefeitura municipal, seguidos pela concentração administrativo-financeira e o comércio localizado na região do Centro Histórico e ao longo de duas vias de ligação importantes: a Avenida Bento Munhoz da Rocha Neto e Avenida Roque Vernalha. Estas duas vias apresentam um alargamento padrão e mão dupla, lombadas e boa sinalização. Já as Avenidas Ayrton Senna, Senador Atilio Fontana e Bento Rocha (Figura 8.3.6), nas proximidades ao Porto, apresentam maior saturação de veículos e degradação da malha física devido ao alto tráfego de veículos de cargas.





Fonte: Carolina Iarosz, 2017.

**Figura 8.3.6 – Avenida Bento Rocha**

As ruas perpendiculares ao Porto geralmente são largas, porém com bastante fluxo de veículos (Figura 8.3.7). Os imóveis residenciais localizados no entorno do Porto geram uma grande circulação de veículos de passeio, bicicletas e pedestres, aumentando com isso o risco de acidentes.





Fonte: Carolina Iarosz, 2017.

**Figura 8.3.7 – Rua nas proximidades ao Porto**

Na região central da cidade, as avenidas Coronel Santa Rita e Coronel José Lobo se constituem, também, como os principais eixos de entrada e saída de Paranaguá e de



 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1269



acesso ao Porto de Paranaguá e empresas do entorno. Estas vias apresentam pistas de mão dupla, canteiro central, boa condição da malha física e sinalização. Já no Centro Histórico, a maior parte das vias é de mão única, estreitas e de calçamento histórico (Figura 8.3.8). O estreitamento das vias dificulta o tráfego de veículos que é intenso devido ao comércio e serviços localizados nesta região. O turismo no Centro Histórico, bares e restaurantes aumenta a demanda por estacionamentos. Outra região bastante visitada por turistas é o Santuário do Rocio que se constitui como um dos principais eixos de deslocamento turístico no município, sentido Centro Histórico/Rocio. Durante os eventos e comemorações tradicionais organizados nestes locais, o número de veículos, competem pelos espaços das ruas estreitas com pedestres e ciclistas. A falta de local para estacionamentos gera grandes transtornos, causando lentidão no trânsito. Estes locais ainda apresentam falta de sinalização adequada e acessibilidade.



Fonte: Carolina Iarosz, 2017

**Figura 8.3.8 – Via no Centro Histórico**

Segundo informações do Plano de Mobilidade ainda, a implantação de infraestrutura não acompanhou o aumento da densidade demográfica, nem o aumento de veículos no município. Bairros como Vila Garcia, Jardim Ouro Fino, Vale do Sol e Jardim Paraná, onde houve expansão da ocupação, não foram atendidos por pavimentação. Assim como regiões com ocupação irregulares no Jardim Iguazu, Ilha dos Valadares e Labra. A Ilha dos Valadares não possui pavimentação adequada, nem medidas mínimas para as vias, saneamento e sistema de drenagem da água da chuva, restringindo o uso de veículos.

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1270

O Plano de Mobilidade Urbana foi realizado pela Prefeitura Municipal de Paranaguá, por meio da Comissão Multidisciplinar de Mobilidade Urbana, sob coordenação da Secretária Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão. Durante o período de 01 de agosto de 2015 a 10 de janeiro de 2016 foram realizados estudos sobre a oferta e qualidade dos equipamentos urbanos e reuniões com participação cidadã. Diagnóstico e prognóstico foram elaborados contendo diretrizes de curto, médio e longo prazo visando melhorar a mobilidade dos usuários, garantindo o deslocamento de todos (PLANO DE MOBILIDADE URBANA, PREFEITURA DE PARANAGUÁ, 2016).

#### 8.3.2.2.6 Energia elétrica

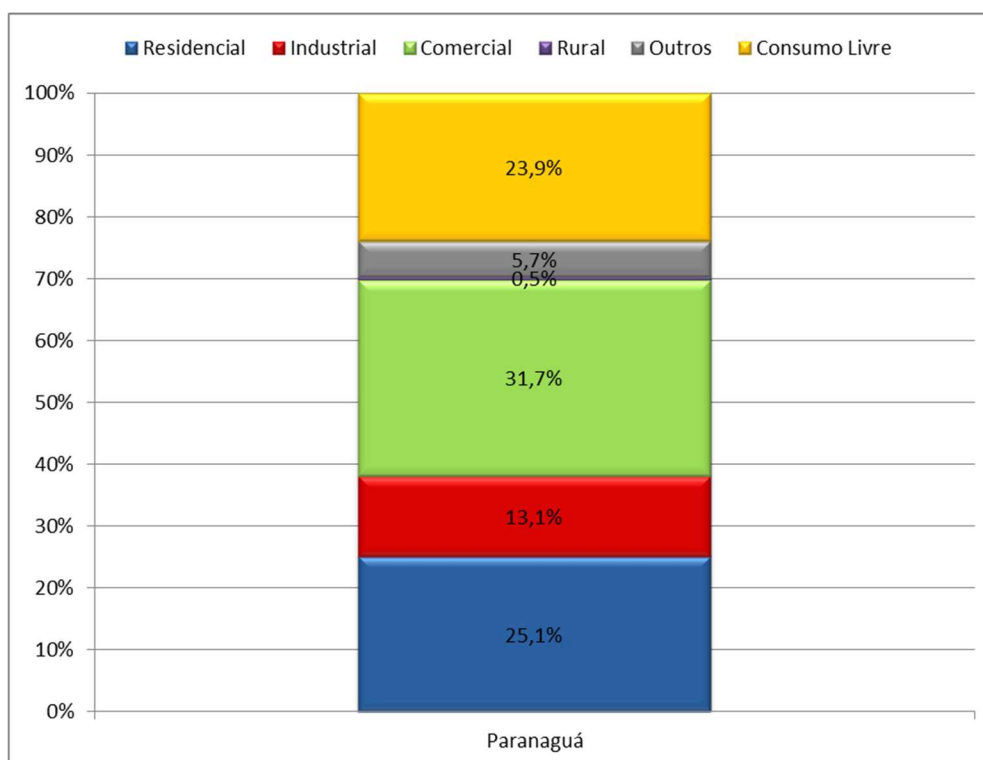
Considerando os dados apresentados na Tabela 8.3.55, o município de Paranaguá apresenta o seguinte cenário, aproximadamente 88% da quantidade de consumidores são residenciais, enquanto 8,41% são unidades comerciais e apenas 0,80% são unidades industriais.

**Tabela 8.3.55 - Quantidade de consumidores de energia elétrica por ramo de atividade no município de Paranaguá (2015)**

Município	Residencial		Industrial		Comercial		Rural		Outros		Total	
	Qt	%	Qt	%	Qt	%	Qt	%	Qt	%	Qt	%
Paranaguá	44.826	88,20%	409	0,80%	4.276	8,41%	802	1,58%	510	1,00%	50.823	100,00%

Fonte: Companhia Paranaense de Energia (COPEL), 2016; IPARDES, 2016.

Ao analisar o padrão de consumo por setor de atividade econômica, verifica-se que as residências representam apenas 25,1% do consumo de energia elétrica e o setor comercial consome 31,7% de toda energia elétrica. Outro setor bastante importante em Paranaguá é o setor industrial, com 13,1% de todo o consumo de energia elétrica, muito embora represente apenas 0,8% da quantidade de consumidores.





Fonte: Companhia Paranaense de Energia (COPEL), 2016; IPARDES, 2016.

**Gráfico 8.3.47 - Distribuição do consumo de energia elétrica por ramo da atividade econômica no município de Paranaguá (2015)**

Essas diferenças percentuais em termos de quantidade de consumidores e de consumo de energia elétrica, segundo o setor de atividade econômica, demonstra o nível de “intensidade elétrica” que um setor pode demandar. É uma hipótese a se levantar o fato de que, quanto mais desenvolvida certa atividade, maior consumo de energia elétrica será necessário para realizá-la.

Em Paranaguá também se verifica uma parte classificada como “consumo livre”, que representa algo próximo a 24% da energia consumida no município, embora sejam apenas oito unidades consumidoras. Ou seja, menos de dez unidades consumidoras consomem quase  $\frac{1}{4}$  da energia do município. Talvez, por isso, essas unidades produzam – ao menos em parte – sua própria energia. As unidades classificadas como “consumo livre”, de acordo com a Copel, referem-se à autoprodução da indústria, embora possam ter uma parcela da carga atendida pela Copel Distribuição.

A energia elétrica utilizada em residências tem importância de 25% do total utilizado no município de Paranaguá. O município consumiu, em 2010, o total de 93.483 MWh. Analisando-se a Tabela 8.3.56 percebe-se que a porcentagem de domicílios que não possuem energia elétrica é bastante pequena (0,15%).

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1272

**Tabela 8.3.56 - Energia elétrica em domicílios particulares permanentes (2010) em Paranaguá**

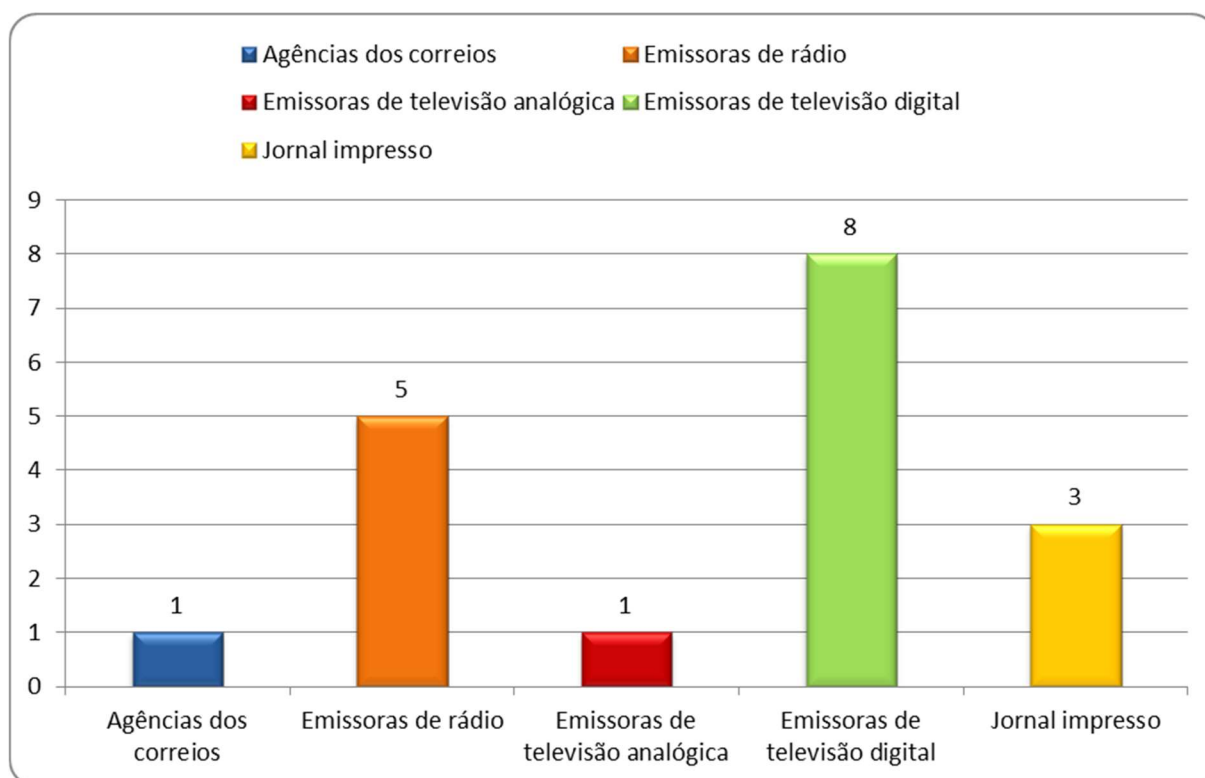
Ligação nos domicílios	Quantidade	%
Sem acesso à rede elétrica	232	0,15%
Com acesso à rede elétrica	40.263	25,43%
Com acesso - de companhia distribuidora	39.258	24,79%
Com acesso - de companhia distribuidora - com medidor	38.331	24,21%
Com acesso - de companhia distribuidora - com medidor - comum a mais de um domicílio	4.183	2,64%
Com acesso - de companhia distribuidora - com medidor - de uso exclusivo	34.148	21,57%
Com acesso - de companhia distribuidora - sem medidor	927	0,59%
Com acesso - de outra fonte	1.005	0,63%
<b>Total</b>	<b>158.347</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010.

As unidades consumidoras de energia elétrica localizadas nas áreas urbanizadas de Paranaguá, sede municipal e sede do distrito de Alexandra, são servidas por redes conectadas às subestações em operação nesta cidade. Já, as unidades em áreas rurais do município de Paranaguá, onde se localizam as comunidades em território continental, na parte norte do município, com acesso exclusivo por vias aquaviárias, estão conectadas aos sistemas operados no município de Antonina. As unidades consumidoras localizadas na Ilha do Mel, que se constitui, também, como parte do município de Paranaguá, recebem energia a partir do município de Pontal do Paraná por meio de cabo submarino que atravessa o canal da Galheta entre as praias de Pontal do Sul e Encantadas, esta última na Ilha do Mel. Esta rede de distribuição se estende, ainda, também por cabo submarino às unidades localizadas na Ilha das Peças, no município de Guaraqueçaba. As descrições apresentadas, sobre as disponibilidades das redes elétricas na AEID, podem ser visualizadas no Anexo I – Mapa 37 - Linhas de transmissão de energias elétrica na AEID do meio socioeconômico.

#### 8.3.2.2.7 Comunicação

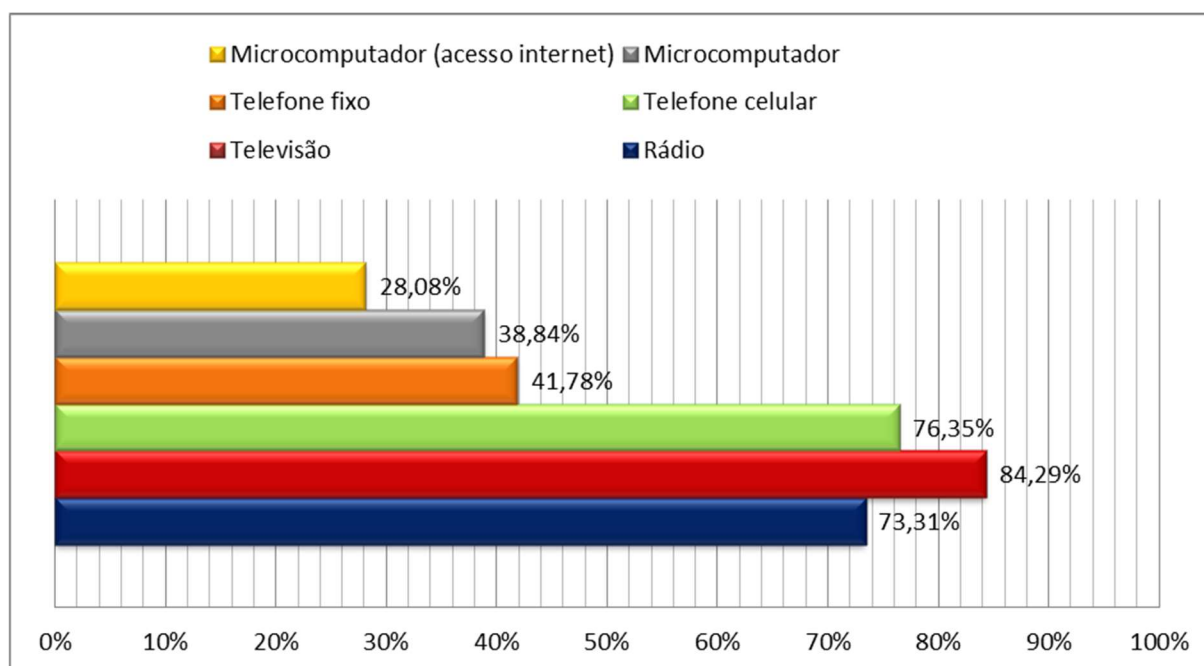
O Gráfico 8.3.48 traz a quantidade de estabelecimentos de comunicação no município de Paranaguá, no ano de 2010. De acordo com os dados abaixo, havia uma agência própria dos Correios no município. Ao todo, são nove emissoras de televisão, sendo uma analógica e o restante digital. Três canais de jornal impresso: O Agora Litoral e o Folha do Litoral, ambos com distribuição em todo litoral; e o Jornal dos Bairros do Litoral, o qual é encontrado nas principais bancas e comércios de Paranaguá. Os três veículos possuem também página de acesso na internet.



Fonte: IBGE Censo Demográfico 2010.

**Gráfico 8.3.48 - Estabelecimentos de comunicação no município da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Direta (2015)**

O Gráfico 8.3.49 traz o percentual de bens duráveis por domicílios na Área de Estudo para determinação da Área de Influência Direta, com ênfase nos bens relacionados à comunicação. Assim como ocorre na AEII, a televisão é o bem durável de maior existência nos domicílios, sendo que aproximadamente 84% dos domicílios de Paranaguá possuem televisão. Quando analisada a existência de microcomputadores com acesso à internet, o índice é bem menor. Apenas 28% dos domicílios de Paranaguá possuem microcomputadores com acesso à Internet.



Fonte: IBGE Censo Demográfico 2010.

**Gráfico 8.3.49 - Existência de bens duráveis de comunicação nos domicílios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Direta (2010)**

#### 8.3.2.2.8 Abastecimento de água

No município de Paranaguá, o abastecimento de água é de responsabilidade da Paranaguá Saneamento, empresa privada subsidiária da CAB Ambiental, com sede na cidade de São Paulo. Em 2008, Paranaguá contava com pouco mais de 36 mil economias ativas abastecidas, sendo 32 mil o número de economias residenciais. Em termos de volume de água tratada, foram registrados 3.397 m<sup>3</sup> diários no município, de acordo com o IBGE, no mesmo ano. São quatro estações de captação e tratamento de água e no município de Paranaguá (Anexo I – Mapa 38 - Pontos de captação de recursos hídricos e lançamento de efluentes da AEID do meio socioeconômico), a localização da área de captação, os mananciais e a capacidade de captação de litros por segundo estão dispostos na Tabela 8.3.57 a seguir.

**Tabela 8.3.57 - Estações de Tratamento de água em Paranaguá, local de captação, localização da ETA e volume Litros/segundo.**

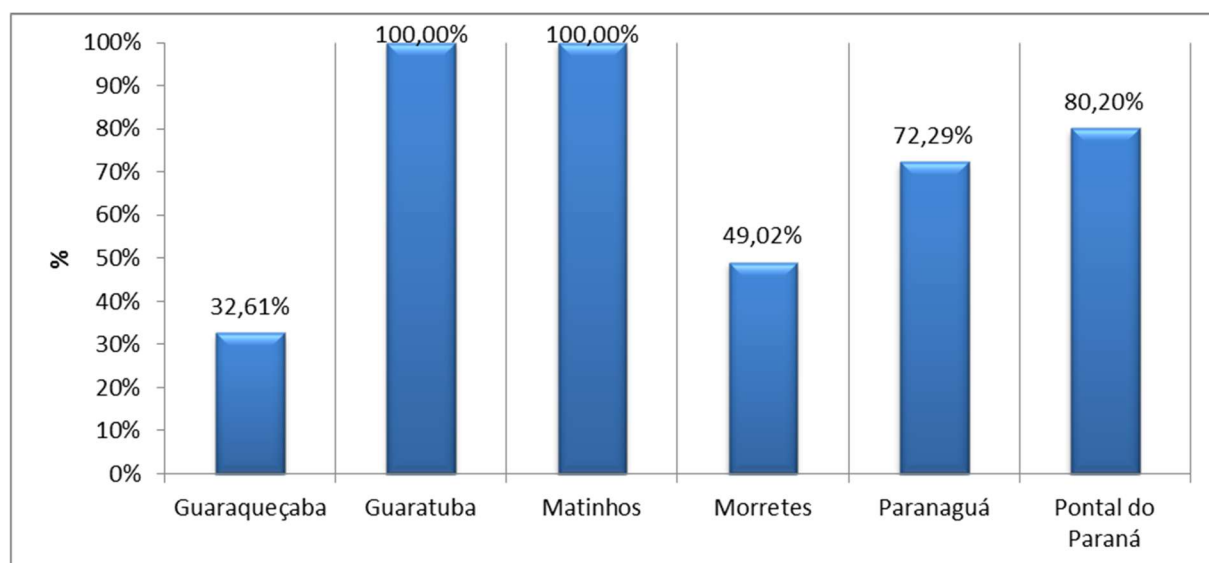
Estação de Tratamento de Água	Mananciais	Localização	Capacidade de Captação (l/s)
ETA Colônia	Rio Ribeirão, Santa Cruz e Miranda	Parque Saint Hilaire/Lange na Serra do Mar	450 l/s
ETA Alexandra	Cachoeira Athanásio	Parque Saint Hilaire/Lange na Serra	18,6 l/s

Estação de Tratamento de Água	Mananciais	Localização	Capacidade de Captação (l/s)
		do Mar	
ETA Brasília	Lençol freático	Ilha do Mel	7,5 l/s
ETA Encantadas	Lençol freático	Ilha do Mel	5 l/s

Fonte: Paranaguá Saneamento, 2017.

### 8.3.2.2.9 Coleta e tratamento de esgoto



O Gráfico 8.3.50 apresenta o índice de coleta de esgoto nos municípios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta. Esse indicador representa a quantidade de pessoas atendidas por rede de esgoto em relação a população total de determinado município. Paranaguá registrava cerca de 17.959 ligações de esgoto ativas no município, o que representa uma cobertura de 72,29% na coleta de esgoto, em 2015. Embora a cobertura de atendimento de esgoto do município de Paranaguá (AEID) seja superior à média paranaense registrada no mesmo ano, de 64,92%, verifica-se que é abaixo da cobertura de outros municípios da AEII, principalmente os municípios balneários, como Pontal do Paraná, com índice de atendimento superior a 80%, e Guaratuba e Matinhos que, de acordo com dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), o atendimento de esgoto abrangia toda a população. Em situação oposta, destacam-se os municípios de Morretes e Guaraqueçaba, que registraram índices de cobertura inferiores à média estadual.



Fonte: Ministério das Cidades – Sistema Nacional de Informação sobre Saneamento (SNIS), 2017.

**Gráfico 8.3.50 - Índice de atendimento total de esgoto nos municípios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta (2015)**



 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1276

O município de Paranaguá possui quatro estações de tratamento de esgoto administradas pela Paranaguá Saneamento (Anexo I – Mapa 38 - Pontos de captação de recursos hídricos e lançamento de efluentes da AEID do meio socioeconômico), mesma agência responsável pelo tratamento da água que abastece o município. A Tabela 8.3.58, a seguir, demonstra o nome da ETE, bairros e número de moradores atendidos.

**Tabela 8.3.58 – Localidades e moradores atendidos por Estação de Tratamento de Esgoto - ETE**



Estação de tratamento de Esgoto	Localidades atendidas	Número de moradores atendidos
ETE Embogaçu	Centro Histórico, Vila Itiberê, Estradinha, Ponta do Caju, Embogaçu, Jardim Araça, Vila Becker, Vila Guadalupe, Área Portuária, e Canal da Anhaia	60 mil moradores.
ETE Samambaia	Jardim Ipê, Samambaia e Casa da Família	4.500 mil moradores
ETE Nilson Neves	Bairro Nilson Neves, Jardim Yamaguchi e Conjunto Costa Sul.	6.000 mil moradores
ETE Costeira	Bairro Costeira, Oceania, Palmital, Tuiuti, Bockmann, Alvarada, Industrial, Leblon, 29 de Julho, São Sebastião, Centro Histórico, Campo Grande e João Gualberto.	16 mil moradores

Fonte: Paranaguá Saneamento, 2017.

#### 8.3.2.2.10 Coleta e disposição do lixo

As soluções dos problemas relacionados aos resíduos sólidos em Paranaguá, nos anos mais recentes, vêm sendo encaminhadas de forma conjunta pelos setores governamentais, privados e não governamentais. O local histórico utilizado para disposição de resíduos, conhecido como “Lixão do Imbocu” (Anexo I – Mapa 39 - Áreas de deposição de resíduos no município de Paranaguá), apresenta sérios problemas relativos à degradação ambiental e à aglomeração humana subnormal. Em razão disso, a municipalidade, com apoio de agências governamentais estaduais, vem tentando a construção de um aterro sanitário na localidade conhecida como Rio das Pedras, junto à divisa com o município de Antonina. A área destinada ao novo aterro foi objeto de estudo ambiental e o empreendimento obteve a licença para instalação há três anos, mas a sua construção não foi iniciada. Devido à inexistência de aterro municipal, os resíduos coletados pela prefeitura municipal, ou por empresas a serviço da mesma, continuaram dispostos na área do antigo lixão.

A degradação intensa, constante e crescente da área do antigo lixão tornou inviável a sua utilização, especialmente para a destinação dos resíduos industriais, gerados em grande



 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1277

volume pelo porto de Paranaguá e pelos diversos empreendimentos que lhe dão suporte. Para minimizar o problema, os resíduos gerados em grandes volumes pelas empresas privadas de qualquer natureza - cuja responsabilidade legal pela coleta, transporte e destinação é dos próprios geradores, foram destinados a um aterro sanitário construído e administrado por empresa privada e localizado, também, na localidade denominada Rio das Pedras.

A solução encontrada, para a gestão dos resíduos provenientes dos grandes geradores, resultou de ação integrada visando o ajustamento das condutas dos envolvidos nesta questão e envolveu ações do Ministério Público Estadual, de agentes governamentais municipais e agentes privados. Juntamente a estas iniciativas, ajustou-se, também, a adequação das demandas das famílias dependentes da coleta manual na própria área do “lixão”, o que resultou na criação de associações de separadores de material a ser reciclado. Para evitar que estes separadores recorressem à coleta diretamente na área em que os materiais são dispostos, um termo de ajuste de conduta determinou que as empresas e o município destinassem o material reciclável coletado no município para esta associação, assim como para a associação existente na ilha de Valadares.

Apesar do esgotamento de sua capacidade para disposição de resíduos, a área do Imbocuí continuou a receber os resíduos urbanos em razão da falta de alternativas, até que no ano de 2014, o município firmou contrato com o aterro privado de Rio das Pedras para os resíduos oriundos das coletas públicas. Segundo informações coletadas junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Paranaguá, o contrato entre o município e o aterro privado em Rio das Pedras foi renovado para vigorar até 28 de janeiro de 2017. O valor a ser pago pelo município pela destinação e tratamento de seus resíduos urbanos depende do volume medido durante o desembarque, não podendo ultrapassar o valor contratual aproximado anual de 13 milhões de reais. Em 2016, o volume entregue ao aterro sanitário de Rio das Pedras equivaleu ao valor aproximado de R\$ 10 milhões de reais.

A Tabela 8.3.59 apresenta a natureza do serviço de coleta de resíduos sólidos em Paranaguá no ano de 2008. É importante ressaltar que Paranaguá é o único município da região litorânea, com exceção de Pontal do Paraná, que realiza a coleta seletiva de resíduos recicláveis.

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1278

**Tabela 8.3.59 - Natureza do serviço de coleta de resíduos sólidos no município de Paranaguá (2008)**

Tipo de serviço	Atendimento
Coleta domiciliar regular de lixo	SIM
Coleta seletiva de resíduos recicláveis	SIM
Triagem de resíduos sólidos recicláveis	SIM
Coleta de resíduos de construção	NÃO
Coleta de resíduos sólidos especiais	SIM
Coleta de resíduos sólidos volumosos	SIM
Limpeza de praias	NÃO
Tratamento de resíduos sólidos	NÃO
Disposição de resíduos sólidos no solo	SIM

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, 2008

A Tabela 8.3.60 mostra o destino do resíduo residencial em Paranaguá no ano de 2010. Em análise, é possível perceber que o resíduo coletado totaliza mais de 99% da geração de resíduo municipal, porém o que não é coletado é descartado de forma inapropriada. Mesmo não sendo uma porcentagem muito significativa de resíduo não coletado e descartado de maneira alternativa, este descarte pode gerar consequências sociais e ambientais negativas.



**Tabela 8.3.60 - Destino do lixo no município de Paranaguá (2010)**

Forma de execução do serviço	Quantidade	%
Coletado	39.833	49,6%
Coletado por serviço de limpeza	38.412	47,8%
Coletado em caçamba de serviço de limpeza	1.421	1,8%
Queimado (na propriedade)	390	0,5%
Outro destino	126	0,2%
Jogado em terreno baldio ou logradouro	109	0,1%
Enterrado (na propriedade)	29	0,0%
Jogado em rio, lago ou mar	8	0,0%
<b>Total</b>	<b>80.328</b>	<b>100,0%</b>

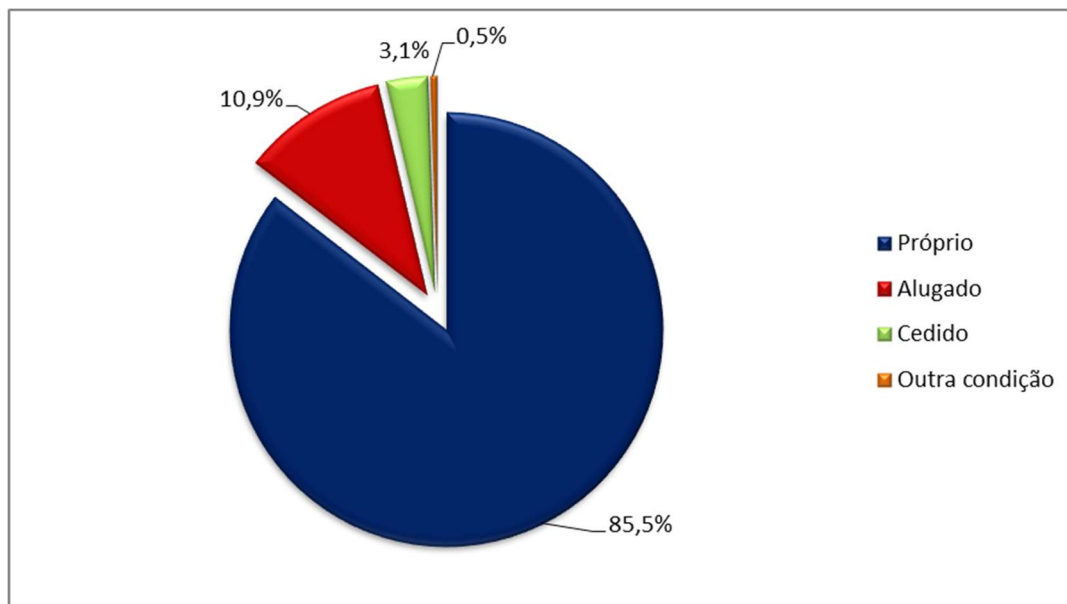
Fonte: IBGE – Censo Demográfico, 2010.

#### 8.3.2.2.11 Habitação

Em 2010, existiam 46.578 domicílios no município de Paranaguá, sendo 94% deles urbanos. Paranaguá apresenta o maior quantitativo domiciliar da região litorânea, com aproximadamente 31% dos domicílios. O Gráfico 8.3.51 apresenta a distribuição dos domicílios de acordo com a situação de ocupação dos mesmos. A maioria das famílias do

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1279

município de Paranaguá (85,5%) é proprietária dos domicílios que ocupa, havendo apenas 10,9% de imóveis residenciais alugados.



Fonte: IBGE – Censo Demográfico, 2010.

**Gráfico 8.3.51 - Distribuição dos domicílios de acordo com a situação de ocupação (2011-2014) (%) no município de Paranaguá**



A Tabela 8.3.61 demonstra a porcentagem de domicílios particulares permanentes ocupados com acesso a alguns serviços públicos. Pode-se notar, segundo as informações do PNUD, que até o ano de 2010, nos domicílios particulares permanentes, os serviços de água tratada, energia elétrica e coleta de lixo atingiam quase que a totalidade da sua população.

**Tabela 8.3.61 – Porcentagem da população em domicílios particulares permanentes com serviços públicos em Paranaguá entre os anos de 1991 e 2010**

Serviços Públicos	1991	2000	2010
% da população em domicílios da população com água encanada	89,29	94,44	98,36
% da população em domicílios com energia elétrica	96,90	99,23	99,50
% da população em domicílios com coleta de lixo	83,33	96,56	99,15

Fonte: PNUD, 2017



Não são considerados, no entanto, os domicílios caracterizados pela metodologia do IBGE como localizados em aglomerados subnormais, os quais compreendem áreas em que o atendimento público não é possível. Segundo informações do censo IBGE (2010), Paranaguá possuía neste período um número de 40.561 domicílios ocupados, sendo que destes, 4.088, ou seja, 8,42% dos domicílios se caracterizavam como aglomerados subnormais, ou seja, estavam localizados em áreas sem infraestrutura e com oferta limitada

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1280

de serviços públicos. A ocupação destas áreas se dá principalmente em função do baixo custo da moradia e também devido ao acesso a uma atividade econômica possível via rio e mangue. São áreas de riscos, sujeitas a inundação e desmoronamento, onde os problemas sanitários e ambientais só aumentam, tornando precária a situação destas populações. Considerando ainda o déficit habitacional em relação aos domicílios subnormais, segundo dados do PNUD, na década de 1990, a porcentagem de habitantes em domicílios considerados aglomerados subnormais, sem banheiro e água encanada, representava 21%. Este percentual caiu para 8,65% na década seguinte, atingindo 4,72% da população em 2010. A população residente nos domicílios localizados em áreas irregulares representava, naquele período, quase a metade da população do município. Conforme estudo realizado pela APPA e pela empresa de tecnologia e consultoria ambiental Acquaplan, a Prefeitura Municipal de Paranaguá classificava as ocupações irregulares em dois grupos: área particulares e públicas (municipais), dotadas de infraestrutura e serviços públicos, parcelas irregulares e não levadas a registro; e as áreas públicas (municipais, estaduais e federais), de preservação permanente, como fundos de vale e mangues, ocupadas irregularmente e sem infraestrutura. O número de habitantes vivendo em áreas de ocupação irregular, segundo o estudo, ainda, pode chegar a 40.000 mil, localizados principalmente nas margens do rio Emboguaçu e Itiberê, as quais necessitam realocação. O Plano Diretor do município, através da Lei Complementar 63/2007, criou as Zonas de Interesse Social (ZEIS), apontando junto a outros instrumentos a necessidade de ação da gestão municipal nos processos de regularização fundiária em Paranaguá. Junto ao Plano Habitacional Municipal, a prefeitura busca alinhar diretrizes e planejamentos, assim como, prever recursos para atender a população de baixa renda com moradia num horizonte de 20 anos (ACQUAPLAN; APPA, 2011).

Em 2013, deu se início ao processo de realocação de mais de 100 famílias que residiam na Vila Becker, área irregular de propriedade do Porto de Paranaguá para o bairro residencial Porto Seguro. Um investimento inicial de R\$ 7,5 milhões feito pelo governo do Estado em parceria com a Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR) e a Administração do Porto de Paranaguá e Antonina (APPA). Até o final do processo de realocação, seriam entregues 400 moradias destinadas aos moradores da Vila Becker (AGÊNCIA DE NOTÍCIA DO PARANÁ, 2013).

Em relação aos programas governamentais de acesso a moradias, Paranaguá foi o município, entre os litorâneos, que mais se beneficiou do Programa Minha Casa Minha Vida, em número absoluto, com 3.591 unidades entregues entre o período de 2010 a 2014. Isso representou cerca de seis vezes mais do que o ocorrido em Matinhos, município com o

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1281

segundo maior número de unidades entregues, 539. Quando comparado a Morretes, que teve 67 unidades entregues no período, o PMCMV no município de Paranaguá foi 53 vezes superior.

### 8.3.3 Fluxos e Redes de Transporte

A operação do Porto de Paranaguá depende de um conjunto de vias, terrestres e aquáticas, para o seu funcionamento. O sistema terrestre compõe-se de rodovias federais e estaduais, estradas e vias urbanas municipais, ferrovia e dutovia. Já, o sistema aquaviário é composto pela barra, canal de acesso, áreas de fundeio e bacia de evolução.

#### 8.3.3.1 Rede de transporte terrestre

O sistema viário terrestre de acesso ao município de Paranaguá, e ao porto de mesmo nome, é integrado pelos modais rodoviário e ferroviário.



##### 8.3.3.1.1 Sistema rodoviário

As vias terrestres para acesso ao Porto de Paranaguá interagem de forma estreita com a cidade, pois várias delas atravessam bairros urbanos. Mesmo nas áreas localizadas no perímetro do Porto Organizado há vias públicas, algumas das quais com funções quase que inteiramente exclusivas à operação portuária, como é o caso da Avenida Portuária localizada a menos de 200 metros dos cais de atracação. De acordo com o PDZPO (2012):

*[...] O fluxo de caminhões no porto é, em média, de 70.000 por mês.*

Os caminhões que acessam o porto são de diversos tipos, conforme os produtos transportados: caçambas basculantes, carroceria truck, carretas, bitrens, treminhões, cegonheiras e carretas plataforma para contêiner. A capacidade desses veículos varia de 5 a 50 toneladas e sua idade média é de 10 anos. (PDZPO, 2012).

Para acesso terrestre à área do Porto Organizado de Paranaguá, o principal caminho é a Rodovia Federal BR-277. As demandas que se impõem a esta rodovia se relacionam, de forma mais intensa, ao tráfego de veículos pesados que se dirigem ao Porto de Paranaguá e de lá retornam. Entretanto, nos meses de verão, intensifica-se o tráfego de veículos nesta rodovia, conduzidos por veranistas, estes com residência temporária no litoral paranaense ou turistas originários de várias regiões. Os veículos de carga que se dirigem ao Porto

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1282

Organizado de Paranaguá dependem de algumas vias urbanas que realizam a conexão entre a rodovia BR-277 e os locais de operação portuária.

A principal via é a Avenida Senador Atílio Fontana, antiga estrada de Alexandra. Esta via funciona como uma espécie de prolongamento da rodovia BR-277, desde o seu trevo na entrada da cidade até a ponte sobre o rio Emboguaçu, em área bastante adensada, já no interior da Zona de Interesse Portuário (ZIP). A partir desta ponte, a via passa a se chamar Avenida Bento Munhoz da Rocha e se prolonga até encontrar a Avenida Portuária. Além deste caminho, formado pelas avenidas Senador Atílio Fontana e Avenida Bento Munhoz da Rocha, outro acesso bastante utilizado se dá pela Avenida Ayrton Sena. Esta alternativa, entretanto, produz impacto sobre a cidade de Paranaguá, pois por meio dela se faz o principal acesso a seu centro urbano. O mapa apresentado no Anexo I – Mapa 40 – Sistema de Fluxo de Transporte Terrestre e Aquaviário apresenta os principais acessos.



Historicamente o acesso ao Porto de Paranaguá se confundiu com o acesso à cidade que o abriga. Entretanto, o crescimento das atividades portuárias e a intensificação do fluxo de veículos de transporte de cargas em áreas urbanas determinaram a opção por uma nova via de acesso. A adoção da via alternativa demandou a construção de uma nova estrada e ponte sobre o rio Embocuí, o que permitiu o acesso ao porto pelos bairros Vila Guarani e Padre Jackson.

Além das rodovias e avenidas, o Porto Organizado de Paranaguá é também acessado por ferrovia. A concessionária responsável pelos serviços ferroviários nesta região possui instalações localizadas dentro do Porto Organizado de Paranaguá que contam com infraestrutura para as operações de pesagem, carregamento, descarregamento e a formação das composições ferroviárias. Há, também, no porto organizado dois pátios destinados ao recebimento das cargas que chegam pela via ferroviária: o pátio localizado no quilômetro cinco e o pátio Dom Pedro II. Três vias urbanas cruzam esse pátio e acabam por complicar as manobras dos trens. A ferrovia que atende o município possui, ainda, ramal que se estende até a estação ferroviária localizada no centro histórico de Paranaguá.

#### 8.3.3.1.2 Sistema ferroviário

Além das rodovias e avenidas, o Porto Organizado de Paranaguá é também acessado por ferrovia. A concessionária responsável pelos serviços ferroviários nesta região possui instalações localizadas dentro do Porto Organizado de Paranaguá que contam com infraestrutura para as operações de pesagem, carregamento, descarregamento e a



 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1283



formação das composições ferroviárias. Há, também, no porto organizado dois pátios destinados ao recebimento das cargas que chegam pela via ferroviária: o pátio localizado no quilômetro cinco e o pátio Dom Pedro II. Três vias urbanas cruzam esse pátio e acabam por complicar as manobras dos trens. A ferrovia que atende o município possui, ainda, ramal que se estende até a estação ferroviária localizada no centro histórico de Paranaguá.

O ramal ferroviário que atende ao porto de Paranaguá integra o chamado “Corredor Paranaguá” que conecta as regiões de Londrina, Maringá e Guarapuava ao Porto de Paranaguá. Os principais produtos embarcados e desembarcados nas estações deste corredor ferroviário, nos últimos anos, foram açúcar, soja, milho e farelo de soja. No Porto de Paranaguá, a partir do corredor ferroviário, no sentido exportação, destacaram-se as movimentações de contêineres. No sentido importação, as movimentações de cloreto de potássio e adubo orgânico a granel também registraram volumes significativos. São relevantes, ainda, as movimentações de óleo diesel, álcool, cimento acondicionado, gasolina e calcário corretivo (CNT, 2017).

As demandas por transporte de celulose desde a nova fábrica da empresa Klabin em Ortigueira até o porto de Paranaguá incrementaram o volume transportado deste produto. De acordo com informações veiculadas na imprensa escrita, cerca de 60% da produção anual de celulose gerada pela nova planta industrial (900 mil toneladas) deverá ser transportada até o porto de Paranaguá, por via ferroviária. Um novo ramal ferroviário com extensão aproximada a 23 quilômetros foi construído para a conexão da nova planta industrial ao corredor ferroviário tradicional. Complementarmente, a empresa responsável pelo transporte ferroviário passou a operar com locomotivas tecnologicamente mais avançadas e a adoção de sistemas informacionais para controle e monitoramento da produção e dos impactos ambientais. (REVISTA MUNDO LOGÍSTICA, 2017).

#### 8.3.3.1.3 Acesso ao complexo náutico e píeres.

O complexo náutico deverá ocupar área de aproximadamente 370 mil metros quadrados a ser ocupada por terminal de navio de passageiros, marinas seca e molhada, prédio comercial e estruturas para o comércio, prédio administrativo, hotel, estacionamentos de veículos automotores terrestres, heliponto, guaritas, ponte de acesso e vias internas de acesso. A ponte de acesso será construída na rua Benjamin Constant e consiste na única ligação rodoviária com a cidade de Paranaguá, mais precisamente, com o seu centro histórico. Estão previstos, conforme o Projeto Conceitual do Complexo Náutico (2013), 9 estacionamentos com 1937 vagas para veículos de transporte individual e mais 19 vagas

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1284

para ônibus. O quadro abaixo apresenta um resumo destes estacionamentos conforme os serviços a serem atendidos.

**Tabela 8.3.62 - Vagas para estacionamentos de veículos automotores terrestres no complexo náutico**

Código	Serviços	Vagas para veículos
1	Estacionamento público	48
2	Hotel	543
3	Heliponto	10
4	Edifício comercial	302
5	APPA	394
6	Marina	122
7	Marina	122
8	Estacionamento público	33
9	Terminal de navios de passageiros	363
<b>Total</b>		<b>1.937</b>

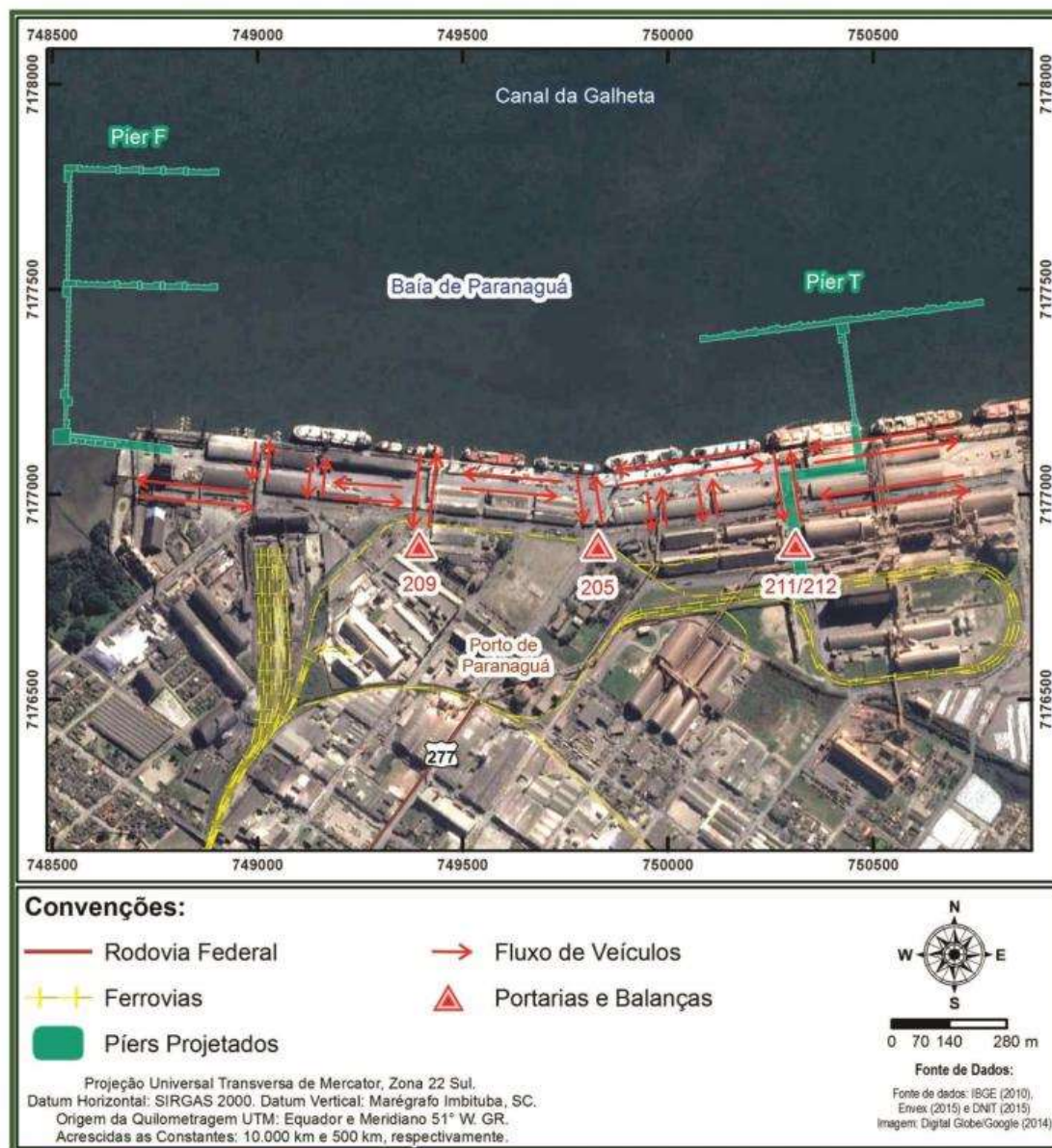
Fonte: Projeto Conceitual do Complexo Náutico, 2013.

Prevê-se o acesso público à algumas dependências do complexo náutico com disponibilização, inclusive de 2 estacionamentos públicos. Já, o acesso aos estacionamentos que servirão ao complexo náutico e ao edifício administrativo será controlado por estruturas a serem implantadas na entrada dos mesmos por meio da instalação e operação de guaritas com 100 metros quadrados cada uma. Portanto, está prevista a visitação pública ao complexo náutico e circulação por suas vias internas para acesso às áreas comerciais por turistas e população em geral. Para acesso aos píeres serão utilizadas as portarias já existentes ().



**Figura 8.3.9 – Fluxo interno Complexo Náutico**







**Figura 8.3.10 – Fluxo interno Píeres**

### 8.3.3.2 Sistema aquaviário

Assim como os sistemas rodoviário e viário urbano de acesso ao Porto de Paranaguá se entrelaçam com a cidade em seu entorno, situação semelhante acontece com o sistema aquaviário a compartilhar vias aquáticas com embarcações de diversos tamanhos e funções a serviço das atividades portuárias, das comunidades de pescadores, das atividades turísticas e de outros fins. O canal da Galheta, como é denominada a principal via aquática para acesso de navios ao Porto de Paranaguá tem seu eixo de operação localizado entre as principais comunidades que povoam os municípios pertencentes ao grupo 1

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1287



(Antonina/Morretes/Guaraqueçaba). As embarcações de pequeno e médio porte que se dirigem à cidade de Paranaguá, originárias, com maior frequência de todos os municípios do litoral paranaense, mas também, de forma esporádica, de outras regiões do país, necessitam atravessar o canal da Galheta ou trafegar em rumo paralelo ao seu eixo. Os pontos com o maior fluxo de travessias de embarcações de todos os tipos sobre o canal da Galheta são as rotas entre Pontal do Paraná e as comunidades Encantadas e Brasília, na Ilha do Mel. O volume de tráfego nesta região cresce drasticamente nos meses de verão em razão da intensificação da visitação turística a estes locais.

As rotas utilizadas diariamente por embarcações originárias das comunidades localizadas ao norte da baía de Paranaguá, como a cidade de Guaraqueçaba e adjacências, Superagui e Ilha das Peças têm seus pontos de travessia ao canal da Galheta próximos à ilha das Cobras, em região que atravessa, também, áreas de fundeio de navios que aguardam atracagem.

As embarcações oriundas das cidades de Antonina e Morretes, assim como de suas adjacências, são obrigadas a trafegar por rota cujo eixo se encontra próximo à bacia de evolução do porto de Paranaguá. Durante a viagem, transitam por via aquática que se estende paralela ao longo da extensão acostável do cais comercial do Porto de Paranaguá.

O rio Itiberê é o principal ponto de atracação das embarcações que se dirigem à cidade de Paranaguá. Em sua margem esquerda, junto ao centro histórico desta cidade encontram-se diversos pontos para atracação de embarcações que os utilizam diariamente. As embarcações usuárias destes atracadouros estão a serviço, principalmente, do transporte de passageiros e bens entre as comunidades e a cidade de Paranaguá, seja dos próprios moradores locais, de viajantes eventuais e/ou de turistas. A Capitania dos Portos do Paraná possui uma base em Paranaguá onde estão alocadas as embarcações que prestam atendimento em toda região litorânea paranaense. Além de garantir a segurança do Porto e marítima da região, são efetuados, pela Marinha, fiscalizações de embarcações e atendimentos de socorro e emergências. Com frequência, a Marinha, em conjunto com o Porto de Paranaguá, abre visitação turística às embarcações sob sua guarda atracadas no porto. Os turistas são acompanhados por monitores, podendo conhecer um pouco mais sobre a história do porto, a estrutura do terminal e também sobre a embarcação visitada (ASSCON – APPA).

O rio Itiberê e seus atracadouros urbanos podem ser acessados pelo canal da Galheta ou pelo canal da Cotinga. As embarcações originárias de Antonina, Morretes, Guaraqueçaba e

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1288

das partes oeste e norte de Paranaguá se obrigam à travessia do canal da Galheta e da bacia de via aquática próxima à bacia de evolução, junto à ponta oeste da ilha da Cotinga em local bastante próximo ao cais do terminal de contêineres (TCP). Todavia, as embarcações oriundas da ilha do Mel, assim como dos municípios vizinhos localizados ao sul, se utilizam do canal da Cotinga evitando, dessa forma, o tráfego próximo à bacia de evolução do Porto de Paranaguá. O Anexo I – Mapa 40 – Sistema de Fluxo de Transporte Terrestre e Aquaviário permite visualizar os diversos trajetos realizados pelas embarcações.

### 8.3.4 Caracterização Econômica

Nesta seção, serão abordadas as questões relativas a características da atividade econômica das Áreas de Estudo para determinação da Áreas de Influência Indireta e Direta. A análise será pautada no detalhamento e na distribuição percentual do Valor Adicionado Bruto (VAB), que é a base de composição do Produto Interno Bruto (PIB), além de análise sobre a estrutura produtiva e de serviços, sobre atividade de subsistência e o extrativismo das Áreas de Estudo para determinação da Áreas de Influência.

#### 8.3.4.1 Área de estudo para determinação da área de influência indireta



##### 8.3.4.1.1 Produção

Os sete municípios da AEII apresentaram níveis de crescimento econômico bastante distintos ao longo dos últimos anos. Nesta seção serão analisadas as estruturas produtivas dos municípios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta.

A Tabela 8.3.63 apresenta o Valor Adicionado Bruto dos municípios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta por ramo de atividade entre 2000 e 2013. Nesta tabela, também está a distribuição percentual do VAB entre os municípios da AEII neste período.

**Tabela 8.3.63 – Valor Adicionado Bruto dos municípios Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta (2000-2013)**

Município	2000	%	2010	%	2013	%
Antonina	164.985	3,58%	283.669	6,11%	281.139	4,73%
Guaraqueçaba	42.369	0,92%	57.015	1,23%	56.313	0,95%
Guaratuba	222.679	4,83%	305.373	6,57%	398.191	6,70%

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1289

Município	2000	%	2010	%	2013	%
Matinhos	242.257	5,25%	318.705	6,86%	413.820	6,97%
Morretes	80.320	1,74%	134.236	2,89%	179.267	3,02%
Paranaguá	3.704.632	80,32%	3.360.303	72,33%	4.347.623	73,19%
Pontal do Paraná	155.149	3,36%	186.257	4,01%	264.121	4,45%
<b>Total</b>	<b>4.612.391</b>	<b>100,00%</b>	<b>4.645.558</b>	<b>100,00%</b>	<b>5.940.475</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: IBGE – Produto Interno Bruto Municipal, 2000, 2010, 2013.

Nota: Valores a preços de 2010 (INPC).

Em 2000, o município de Paranaguá representava cerca de 80% do Valor Adicionado Bruto (VAB) dos municípios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta, o que demonstra a forte concentração econômica-espacial na cidade polo da microrregião. Neste sentido, além de Paranaguá, Matinhos e Guaratuba representavam 5,25% e 4,83% do VAB da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta naquele ano. Quando não considerado o município de Paranaguá, os dois municípios representavam cerca de 50% do Valor Adicionado Bruto (VAB) dos municípios da região. Os dois municípios concentravam grande parte do VAB no setor terciário, ou seja, na prestação de serviços e atividades de comércio de bens. No caso de Guaratuba, o setor terciário representava cerca de 76% do VAB municipal e, em Matinhos, esse percentual estava em torno de 77%, conforme pode ser verificado por meio da Tabela 8.3.64. Naquele ano, somente o município de Pontal do Paraná teve maior participação do setor terciário na composição do VAB municipal, com 87% neste setor.



**Tabela 8.3.64 – Distribuição do Valor Adicionado Bruto segundo ramo de atividade dos municípios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta (2000-2013)**

Município	2000			2010			2013		
	Primário	Secundário	Terciário	Primário	Secundário	Terciário	Primário	Secundário	Terciário
Antonina	4,28%	46,00%	49,72%	2,51%	48,75%	48,74%	3,74%	38,01%	58,25%
Guaraqueçaba	33,05%	7,58%	59,37%	42,59%	5,79%	51,62%	28,28%	7,98%	63,74%
Guaratuba	7,56%	16,55%	75,89%	7,39%	9,75%	82,87%	6,68%	9,25%	84,07%
Matinhos	1,58%	20,94%	77,49%	0,14%	10,88%	88,98%	0,12%	10,06%	89,82%
Morretes	16,43%	13,73%	69,84%	17,76%	14,59%	67,65%	19,84%	9,48%	70,67%
Paranaguá	0,37%	36,83%	62,80%	0,16%	31,05%	68,80%	0,14%	31,00%	68,86%
Pontal do Paraná	3,31%	10,12%	86,57%	0,50%	14,05%	85,45%	0,48%	16,34%	83,19%
Total	1,60%	33,77%	64,63%	1,82%	27,88%	70,31%	1,62%	26,89%	71,48%

Fonte: IBGE – Produto Interno Bruto Municipal, 2000, 2010, 2013.

Matinhos, Guaratuba e Pontal do Paraná são municípios similares em suas bases econômicas. Com grande concentração da atividade econômica no setor terciário, os



 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1290



setores secundário e primário apresentam relevância bastante reduzida. Essa tendência fica bastante clara no caso do setor primário, ligado à lavoura, extração e pesca, pois em nenhum dos municípios a participação deste setor foi superior a 10%. Na realidade, Matinhos apresentou uma das menores participações do setor primário dos municípios da AEII (1,58%), atrás apenas de Paranaguá (0,37%). Somente Guaratuba apresentou uma participação do setor primário um pouco mais elevada, na ordem de 7,56% do VAB municipal. Observando-se a distribuição entre população rural e urbana para a Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta, nota-se que, em 2000, cerca de 0,8% da população de Matinhos estava concentrada na área rural. Esse fenômeno também se verificou em Pontal do Paraná, com 1,2% da população em área rural e, em menor grau, em Guaratuba, com 15% da população em área rural.

Ainda considerando os municípios de Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba, o setor secundário apresentou participação de 10,12%, 20,94% e 16,55% no VAB municipal, respectivamente.

Os municípios de Antonina, Guaraqueçaba e Morretes apresentaram uma base econômica mais heterogênea entre si, para o ano 2000. No caso de Antonina, a base econômica demonstrou-se bastante dividida entre o setor terciário (49,72%) e o setor secundário (46,00%), restando ao setor primário um saldo residual da atividade econômica (4,28%). Já Morretes apresentou uma forte concentração no setor terciário (69,84%) e a segunda maior participação do setor primário (16,43%) na atividade econômica dos municípios.

Destoando dos padrões da região litorânea, o município de Guaraqueçaba apresentou a maior participação do setor primário (33,05%) no VAB municipal, embora o setor terciário seja o mais importante na atividade econômica municipal (59,37%). Neste caso, apresentou a menor participação do setor secundário (7,58%) entre os municípios da região litorânea.

Em 2010, observa-se que a distribuição do Valor Adicionado Bruto entre os municípios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta não se alterou estruturalmente ao longo da década. Isso significa que o município de Paranaguá manteve a hegemonia econômica da região, com mais de 70% do VAB concentrado nesta espacialidade, conforme Tabela 8.3.63. Com a redução da importância relativa do VAB de Paranaguá em relação aos municípios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta, todos os outros municípios apresentaram ganho percentual em relação à AEII. Neste sentido, é interessante destacar que a participação relativa do VAB de Antonina passou de 3,58% em 2000 para 6,11% em 2010, o que representa um aumento de 70,7%.

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1291



Morretes também apresentou um aumento percentual bastante significativo, de 65,9%, quando passou de 1,74% do VAB da AEII em 2000 para 2,89% em 2010.

Ao desconsiderar o município de Paranaguá, Matinhos e Guaratuba também mantiveram cerca de 50% do VAB dos municípios da região. Nesta linha, enquanto na década anterior esse índice estava na ordem de 51,24%, o decênio seguinte apresentou uma ligeira queda para 48,6% do VAB desses dois municípios.

O aumento do Valor Adicionado Bruto do município de Antonina no período de 2000 a 2010 demanda detalhamento em relação à participação relativa do setor primário na atividade econômica. Verifica-se, no caso de Antonina, um crescimento total do VAB na ordem de 71,9%, enquanto a média do crescimento do VAB da AEII se manteve estável. O crescimento do Valor Adicionado Bruto de Antonina se deu, em maior grau, no setor secundário, com um aumento real de 82,21% do VAB do setor secundário no período. Isso é confirmado pelos dados mostrados na Tabela 8.3.64, que apresenta a distribuição da composição do Valor Adicionado Bruto entre os setores da atividade econômica. Em Antonina, a participação do setor secundário passou de 46% do VAB, em 2000, para 48,75% em 2010. O setor primário apresentou redução de aproximadamente 40% neste período: em 2000, o setor primário representava aproximadamente 4,28% do VAB municipal e, uma década depois, passou para 2,51%. O setor terciário também apresentou uma leve redução, de 49,72% do VAB do município em 2000 para 48,75% na década seguinte.

Uma situação oposta ocorreu em Guaraqueçaba. Em 2000, o VAB do setor primário representava cerca de 33,05% do VAB municipal. Uma década depois, esse índice passou para 42,59%. No mesmo período, tanto o setor secundário quanto o terciário sofreram reduções na participação do VAB municipal, o que significa uma “primarização” da atividade econômica no município. Essa tendência é ligeiramente verificada nos municípios da AEII, pois, no mesmo período, houve um aumento da participação do setor primário no VAB de todos os municípios da AEII (de 1,6% para 1,82%), enquanto o setor terciário aumentou sua participação relativa, de 64,63% para 70,31%.

Em 2013, novamente, confirma-se a tendência de que os municípios de Matinhos e Guaratuba representam cerca de 50% do VAB de toda a Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta – excluindo Paranaguá, sendo que individualmente esses valores foram 25% e 25,98% respectivamente. Com o município de Paranaguá, tal como é apresentado na Tabela 8.3.63, o município apresentou ligeiro aumento na participação relativa da AEII, alcançando 73,19% do VAB dos municípios da AEII.



 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1292

No caso de Matinhos, é interessante destacar uma tendência que vinha ocorrendo desde 2000 e que se consolidou nos últimos anos. Em Matinhos, o setor primário tornou-se praticamente irrelevante do ponto de vista econômico. Em 2010, esse setor representava cerca de 0,14% do VAB municipal e, em 2013, passou para 0,12%. Ao mesmo tempo, o setor terciário de Matinhos continuou apresentando expansão desde o ano 2000. Naquele ano, representava algo em torno de 77,49% do VAB do município, passando para 88,98% em 2010 e, finalmente, em 2013, 89,82%. Entre os municípios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta, trata-se daquele com maior dependência desse setor.

A configuração do VAB nos demais municípios teve pequena alteração entre 2010 e 2013. Antonina, que apresentou crescimento do VAB na AEII, registrou um declínio de 6,11% para 4,73%, no período. Conforme se verifica pela análise dos anos 2010 e 2013, esse declínio do Valor Adicionado Bruto do município de Antonina ocorreu em função da redução da atividade econômica no setor secundário. No período, houve um decréscimo real de 22,74% do VAB do setor secundário. Em grande parte, em função da queda da atividade do setor secundário, houve um aumento da participação do setor primário na atividade econômica, com VAB de 2,51% para 3,74% do VAB municipal.

Além de Antonina, o município de Guaraqueçaba também sofreu redução na participação do VAB da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta, de 1,23% para 0,95%. Guaraqueçaba apresenta uma situação bastante peculiar. A Tabela 8.3.1, que analisou o contingente populacional da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta, demonstrou que a população de Guaraqueçaba representava, em 2010, cerca de 6,3% da população total do litoral paranaense, incluindo Paranaguá. Não obstante, quando considerado apenas o Valor Adicionado Bruto, a importância econômica do município cai substancialmente, quando em relação à demográfica. Isso se deve, certamente, à predominância da atividade econômica no setor primário. No entanto, é importante destacar que o setor primário de Guaraqueçaba sofreu forte redução na participação relativa da composição do VAB municipal, passando de 42,59% em 2010 para 28,28% em 2013. Ao mesmo tempo, o setor terciário do município teve um aumento expressivo, passando de 51,62% para 63,74% da composição do VAB municipal.

Em 2013, o setor terciário representou cerca de 71,48% do VAB dos municípios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta, enquanto os setores secundário e primário representaram, respectivamente, 26,89% e 1,62%. Os dados da Tabela 8.3.64

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1293

demonstram que o setor primário não representa grande relevância econômica em pelo menos cinco municípios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta, nos casos de Paranaguá, Pontal do Paraná, Matinhos, Guaratuba e Antonina. Somente o município de Guaraqueçaba, como já abordado acima, apresenta uma participação significativa deste setor na atividade econômica.

Quando considerado o setor secundário, no entanto, o município de Antonina apresentou participação expressiva deste setor, seguido de Paranaguá e Pontal do Paraná. Já o setor terciário, certamente, é a grande expressão da atividade econômica na Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta. Com uma participação média de 71,48% na AEII em 2013, destacam-se, neste setor, os municípios de Matinhos, Guaratuba, Pontal do Paraná e Morretes.

A Tabela 8.3.65 apresenta a composição do Produto Interno Bruto dos municípios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta entre 2000 e 2013. Em pouco se diferencia da dinâmica apresentada do Valor Adicionado Bruto, sendo que o Produto Interno Bruto é a soma do VAB com os impostos. Neste caso, é interessante observar o quanto os impostos e tributos representam na composição do PIB.



**Tabela 8.3.65 – Composição do Produto Interno Bruto dos municípios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta - em R\$ 1.000,00 (2000-2013)**

Município	(1) Valor Adicionado Bruto			(2) Impostos			(3) Produto Interno Bruto (1+2)		
	2000	2010	2013	2000	2010	2013	2000	2010	2013
Antonina	164.985	283.669	281.139	8.941	14.039	21.119	173.926	297.708	302.259
Guaraqueçaba	42.369	57.015	56.313	875	1.377	1.715	43.244	58.392	58.029
Guaratuba	222.679	305.373	398.191	14.030	24.077	27.671	236.709	329.450	425.862
Matinhos	242.257	318.705	413.820	11.628	21.657	25.359	253.885	340.362	439.179
Morretes	80.320	134.236	179.267	4.217	9.968	11.814	84.537	144.204	191.081
Paranaguá	3.704.632	3.360.303	4.347.623	722.586	715.441	832.364	4.427.218	4.075.744	5.179.987
Pontal do Paraná	133.950	186.257	264.121	6.625	12.591	16.445	140.575	198.848	280.566
<b>Total</b>	<b>4.591.192</b>	<b>4.645.558</b>	<b>5.940.475</b>	<b>768.903</b>	<b>799.150</b>	<b>936.487</b>	<b>5.360.095</b>	<b>5.444.708</b>	<b>6.876.962</b>

Fonte: IBGE – Produto Interno Bruto Municipal, 2000, 2010, 2013.

Nota: Valores a preços de 2010 (INPC).

Analisando a série histórica dos municípios, é possível identificar algumas variações na importância dos impostos sobre o PIB. No caso de Antonina, os impostos representavam cerca de 5% do PIB em 2000, passando para 7,0% em 2013. Outros municípios, como Guaratuba, Morretes e Pontal do Paraná também apresentaram valores percentuais próximos aos de Antonina, entre 5,8% a 6,5%.

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1294

**Tabela 8.3.66 – Relação entre VAB e Impostos para composição do PIB nos municípios da AEII (2000-2013)**

Município	(1) Valor Adicionado Bruto			(2) Impostos		
	2000	2010	2013	2000	2010	2013
Antonina	94,86%	95,28%	93,01%	5,14%	4,72%	6,99%
Guaraqueçaba	97,98%	97,64%	97,04%	2,02%	2,36%	2,96%
Guaratuba	94,07%	92,69%	93,50%	5,93%	7,31%	6,50%
Matinhos	95,42%	93,64%	94,23%	4,58%	6,36%	5,77%
Morretes	95,01%	93,09%	93,82%	4,99%	6,91%	6,18%
Paranaguá	83,68%	82,45%	83,93%	16,32%	17,55%	16,07%
Pontal do Paraná	95,29%	93,67%	94,14%	4,71%	6,33%	5,86%
<b>Total</b>	<b>95,04%</b>	<b>93,89%</b>	<b>93,86%</b>	<b>4,96%</b>	<b>6,11%</b>	<b>6,14%</b>

Fonte: IBGE – Produto Interno Bruto Municipal, 2000, 2010, 2013.

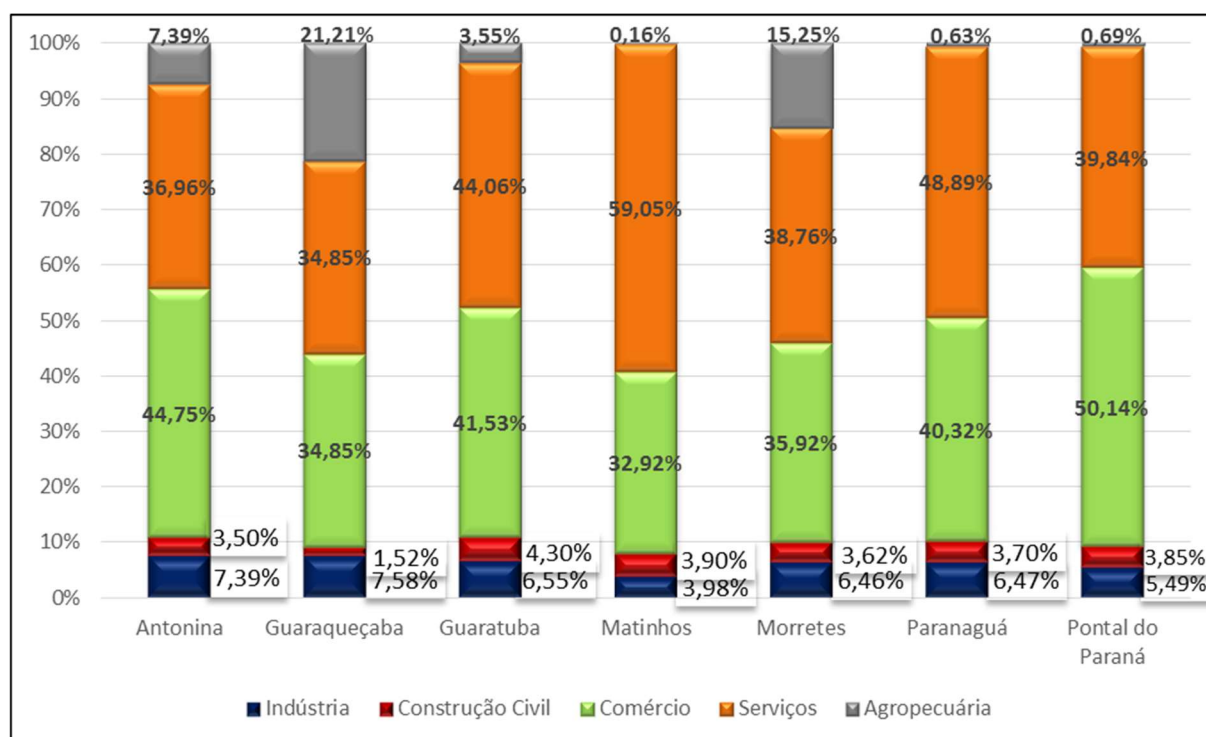
A Tabela 8.3.67 apresenta a quantidade de estabelecimentos econômicos por ramo de atividade nos municípios da AEII, em 2015. Com base nos dados apresentados, é possível verificar que o ramo de comércio e serviços representam a maior parcela dos estabelecimentos econômicos na AEII, com 40,03% e 47,92% respectivamente. Além destes, os ramos da indústria (5,95%), construção civil (3,81%) e agropecuária (2,29%) também compõem a distribuição dos estabelecimentos econômicos nos municípios da AEII. Neste ponto, é interessante identificar que dos mais de 6,8 mil estabelecimentos econômicos da AEII, cerca de 3 mil estão concentrados em Paranaguá, ou seja, aproximadamente 44% dos estabelecimentos econômicos. Além de Paranaguá, Matinhos e Guaratuba apresentam uma relevante participação na soma total dos estabelecimentos, representando 18,80% e 15,67% respectivamente.

**Tabela 8.3.67 – Número de estabelecimentos econômicos por ramo de atividade nos municípios da AEII (2015)**

Município	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Total
Antonina	19	9	115	95	19	257
Guaraqueçaba	5	1	23	23	14	66
Guaratuba	70	46	444	471	38	1.069
Matinhos	51	50	422	757	2	1.282
Morretes	25	14	139	150	59	387
Paranaguá	196	112	1.222	1.482	19	3.031
Pontal do Paraná	40	28	365	290	5	728
<b>Total</b>	<b>406</b>	<b>260</b>	<b>2.730</b>	<b>3.268</b>	<b>156</b>	<b>6.820</b>

Fonte: IPARDES – Cadernos Estatísticos Municipais, 2016; Ministério do Trabalho/RAIS, 2015.

O gráfico apresentado abaixo apresenta a distribuição dos estabelecimentos econômicos por ramo de atividade, em cada município da AEII, em 2015. Como dito acima, Paranaguá concentra a maior quantidade de estabelecimentos econômicos dos municípios da AEII e, de acordo com os dados abaixo, verifica-se que esses estabelecimentos estão distribuídos, em grande maioria, nos ramos de comércio (48,89%) e serviços (40,32%). Esta tendência de maior distribuição entre os ramos de comércio e serviços é verificada em todos os municípios da AEII. Neste caso, é interessante observar que apenas os municípios de Guaraqueçaba, Morretes, Antonina e Guaratuba se destacam participação relativa da agropecuária, o que confirma a expressiva participação relativa do setor primário destes municípios na composição do Valor Bruto Adicionado, demonstrado na Tabela 8.3.64.



Fonte: IPARDES – Cadernos Estatísticos Municipais, 2016; Ministério do Trabalho/RAIS, 2015.

**Gráfico 8.3.52 – Distribuição dos estabelecimentos econômicos por ramo de atividade nos municípios da AEII (2015)**

A Tabela 8.3.68 traz o número de empregos por ramo de atividade nos municípios da AEII, em 2015. De acordo com os dados abaixo, os municípios da AEII empregam cerca de 68,3 mil pessoas, sendo que 40,8 mil estão no ramo de serviços (59,78%), o comércio apresenta cerca de 15,3 mil empregos (22,51%), a indústria, 9,5 mil (13,98%) e a construção civil gera 2 mil empregos (3,01%) da AEII. Neste caso, destaca-se a ínfima participação da agropecuária, com aproximadamente 500 empregos (0,73%).

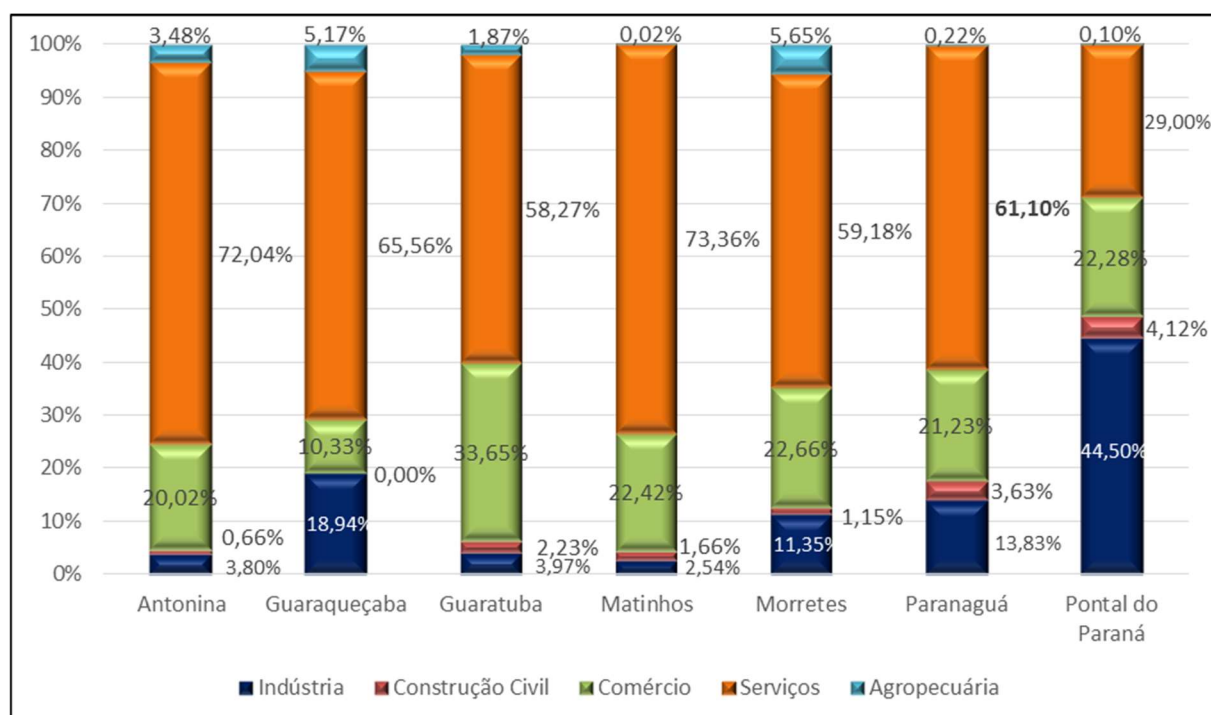


**Tabela 8.3.68 – Número de empregos econômicos por ramo de atividade nos municípios da AEII (2015)**

Município	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Total
Antonina	121	21	638	2.296	111	3.187
Guaraqueçaba	154	0	84	533	42	813
Guaratuba	249	140	2.109	3.652	117	6.267
Matinhos	246	161	2.171	7.105	2	9.685
Morretes	267	27	533	1.392	133	2.352
Paranaguá	5.394	1.415	8.279	23.832	85	39.005
Pontal do Paraná	3.118	289	1.561	2.032	7	7.007
<b>Total</b>	<b>9.549</b>	<b>2.053</b>	<b>15.375</b>	<b>40.842</b>	<b>497</b>	<b>68.316</b>

Fonte: IPARDES – Cadernos Estatísticos Municipais, 2016; Ministério do Trabalho/RAIS, 2015.



O gráfico apresentado abaixo traz a participação relativa dos empregos por ramo de atividade econômica em cada município da AEII em 2015. De maneira geral, verifica-se uma grande concentração de empregos no setor de serviços, com destaque para os municípios de Matinhos e Antonina, onde mais de 70% dos empregos estão situados neste ramo de atividade. O município que apresenta a maior distribuição entre os ramos de atividade é Pontal do Paraná, sendo o único em que 44,50% dos empregos se localizam na indústria e, contrariando a tendência regional, o setor de serviços é expressamente mais reduzido (29%) em termos de empregos. Outro ponto que fica bastante claro é que o setor agropecuário, à exceção de Morretes (5,65%) e Guaraqueçaba (5,17%), não apresenta participação relativa na distribuição dos empregos significativa nos municípios da AEII.



Fonte: IPARDES – Cadernos Estatísticos Municipais, 2016; Ministério do Trabalho/RAIS, 2015.

**Gráfico 8.3.53 – Distribuição dos empregos por ramo de atividade nos municípios da AEII (2015)**



 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1297

#### 8.3.4.1.2 Grau de informalidade

Embora não constem dados oficiais sobre o setor informal nos municípios da AEII, é possível verificar um cenário para a situação. Sulzbach e Denardin (2010) já haviam mensurado a questão do trabalho informal nos municípios do litoral paranaense por meio da População em Idade Ativa (PIA) e sua relação com o número de empregos formais, obtidos por meio do Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS). De acordo com os autores, os municípios do litoral paranaense já apresentavam uma alta incidência de informalidade. Nessa linha, os dados apresentados abaixo corroboram esse cenário.



**Tabela 8.3.69 – População, população em idade ativa e número de empregos formais nos municípios da AEII (2010)**

Município	População (2010)	PIA	PIA/Pop	Número de Empregos Formais	Participação Número de Empregos/PIA
Antonina	19.418	12.163	62,64%	2.686	22,08%
Guaraqueçaba	7.944	5.027	63,28%	695	13,83%
Guaratuba	35.588	21.478	60,35%	5.159	24,02%
Matinhos	33.024	19.867	60,16%	6.000	30,20%
Morretes	16.488	10.377	62,94%	2.209	21,29%
Paranaguá	151.829	94.890	62,50%	33.235	35,02%
Pontal do Paraná	24.878	14.204	57,09%	3.165	22,28%
<b>Total</b>	<b>289.169</b>	<b>178.006</b>	<b>61,56%</b>	<b>53.149</b>	<b>29,86%</b>

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010; Ministério do Trabalho/RAIS, 2010.

Uma maneira interessante de verificar a questão da dinâmica produtiva de uma determinada região é por meio da classificação de setores de atividades econômica em suas intensidades tecnológicas, ou seja, seus padrões tecnológicos. Assim, essas classificações permitem que sejam analisadas tanto os incentivos à inovação como é possível a comparação entre duas regiões (CAVALCANTE, 2014). Nesta linha, uma das classificações mais empregadas na área da inovação é da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), pois considera os investimentos realizados em P&D relativos a cada setor de atividade. Assim, o resultado final é uma classificação de acordo com os níveis de intensidade tecnológica (alta, média-alta, média-baixa e baixa).

A Tabela 8.3.70 apresenta a quantidade e distribuição do número de empregos na indústria de transformação dos municípios da AEII, identificados pela divisão do CNAE 2.0, bem como a intensidade tecnológica atribuída a essa divisão. Como observado na tabela abaixo, em 2016, havia pouco mais de 8 mil empregos na indústria de transformação na AEII, sendo

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1298

que a concentração de empregos ocorria na divisão de fabricação de produtos químicos (32,94%) e fabricação de máquinas e equipamentos (30,97%), ambas classificadas como “média-alta” intensidade tecnológica.



**Tabela 8.3.70 – Quantidade e distribuição de empregos na indústria de transformação e intensidade tecnológica na AEII (2016)**

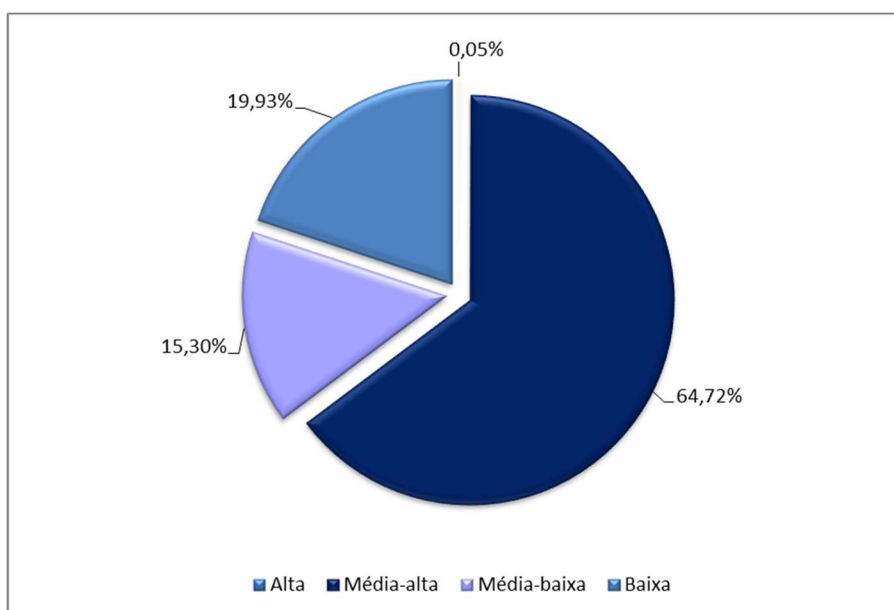
Divisão	Intensidade Tecnológica	Empregos*	%
Fabricação de produtos alimentícios	Baixa	1.226	15,13%
Fabricação de bebidas	Baixa	30	0,37%
Fabricação de produtos têxteis	Baixa	35	0,43%
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	Baixa	42	0,52%
Fabricação de produtos de madeira	Baixa	25	0,31%
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	Baixa	157	1,94%
Impressão e reprodução de gravações	Baixa	45	0,56%
Fabricação de produtos químicos	Média-alta	2.669	32,94%
Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	Média-baixa	156	1,93%
Fabricação de produtos mineiras não-metálicos	Média-baixa	175	2,16%
Metalurgia	Média-baixa	14	0,17%
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	Média-baixa	386	4,76%
Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	Alta	4	0,05%
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	Média-alta	11	0,14%
Fabricação de máquinas e equipamentos	Média-alta	2.509	30,97%
Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	Média-alta	50	0,62%
Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	Média-alta	4	0,05%
Fabricação de móveis	Baixa	29	0,36%
Fabricação de produtos diversos	Baixa	26	0,32%
Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	Média-baixa	509	6,28%
<b>Total</b>		<b>8.102</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Ministério do Trabalho/CAGED, 2017.

Nota: \* Número de empregos considerando-se o estoque recuperado ao final de 31/12/2016, de acordo com o CAGED.

Neste aspecto, o gráfico abaixo apresenta a distribuição do número de empregos concentrados por classificação de intensidade tecnológica. Conforme se verifica no gráfico, quase não há participação relativa de atividades econômicas de alta intensidade tecnológica nos municípios da AEII, muito embora uma grande parte (64,72%) da atividade da indústria de transformação esteja concentrada como “média-alta” em níveis de intensidade tecnológica.

		Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
		Nº PLANAVE	REV. PLANAVE	1299
		RL-B00-H01-1001	0	





Fonte: Ministério do Trabalho/CAGED, 2017.

**Gráfico 8.3.54 – Distribuição dos empregos por intensidade tecnológica na indústria de transformação dos municípios da AEII (2016)**

#### 8.3.4.1.3 Vetores de crescimento regional

A economia do litoral paranaense é especialmente marcada, historicamente, pela rede de serviços vinculada às atividades portuárias nos municípios de Paranaguá e Antonina. As mudanças vivenciadas pela economia paranaense, nas últimas décadas, sintetizadas no aumento da produtividade - e da produção agrícola, no crescimento da agroindústria e na intensificação do setor industrial, especialmente do segmento automotivo, contribuíram para a transformação do porto de Paranaguá em lugar de grande movimentação de granéis sólidos e líquidos, veículos e máquinas, além de produtos transportados em contêineres. O aumento da presença internacional da produção brasileira, em vários segmentos econômicos, produziu efeitos, também, sobre a intensificação das atividades de movimentação de cargas no porto de Paranaguá, pois as empresas localizadas em diversos estados brasileiros passaram a realizar suas atividades de transporte internacional marítimo por meio esta unidade portuária.

De forma paralela às atividades portuárias, as atividades turísticas, cujo desenvolvimento também se processa de forma histórica no litoral paranaense, mostrou sinais de intensificação nas últimas décadas. Os municípios litorâneos paranaenses, que abrigam balneários na orla oceânica, vêm recebendo um número crescente de turistas a cada, ano, mas também veem crescer o número de domicílios temporariamente ocupados e, em certa medida, cresce o número de domicílios permanentes. Embora as praias sejam o maior fator

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1300

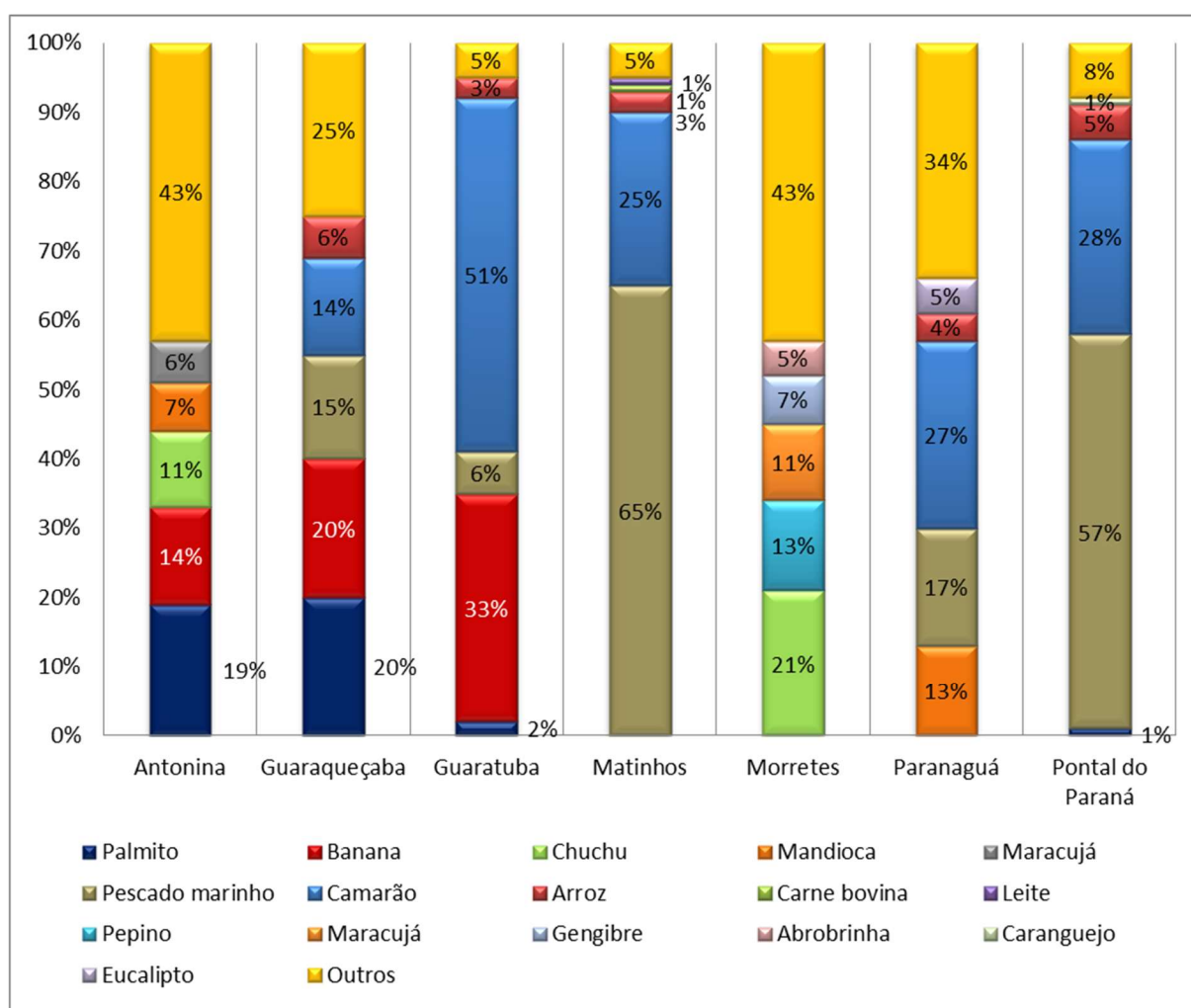
de atração a estes municípios, percebe-se o crescimento do setor industrial e de serviços, o que tem possibilitado a permanência, na região, de maior parte da população, durante todo o ano.

Tanto a expansão portuária, como a economia atrelada ao turismo, depende de infraestrutura adequada às suas demandas. Nesse sentido as melhorias em curso, como a expansão das redes de saneamento básico, em especial nos municípios que abrigam praias e a implantação do corredor de infraestrutura entre Matinhos e Pontal do Paraná, possibilitarão, a um só tempo, o desenvolvimento do turismo e da atividade portuária. Acrescente-se: o município de Pontal do Paraná tem abrigado, em anos recentes, atividades industriais ligadas à construção de estruturas para atividades marinhas ou portuárias, como a exploração de petróleo na plataforma continental. Em razão disso, diversos empreendedores vinculados às atividades portuárias têm manifestado interesse em desenvolver empreendimentos portuários na região, tais como, terminais marítimos para movimentação de contêineres e montagem de estruturas para operações submarinas, como são os casos, respectivamente, dos processos de licenciamento ambiental do terminal de contêineres de Pontal do Paraná (TCPP) e da empresa SUBSEA7.

#### 8.3.4.1.4 Economia de subsistência

Nesta seção, serão abordadas as questões relativas à “economia de subsistência” nos municípios da AEII. Inicialmente, é necessário realizar uma abordagem teórica sobre o tema. Diante da imprecisão do que é, exatamente, um “setor de subsistência” ou, ainda, se esse termo se trata de um setor da economia, Delgado (2004) revisita o conceito de subsistência historicamente, à luz de um corpo teórico baseado em Celso Furtado, Caio Prado Jr e Raymundo Faoro, buscando compreender a atual configuração desse setor. Historicamente, o “setor de subsistência” é tratado como uma atividade extra econômica – ou, quando muito, de economia de retornos monetários escassos – vinculado a uma grande propriedade, sendo essa o motor econômico que dá sentido e razão para a subsistência. Entende-se, portanto, que as atividades realizadas no “setor de subsistência” se concretizam no meio rural. Em termos práticos, esta é a abordagem nesta seção: a subsistência como uma atividade tanto de recursos quanto de resultados monetários bastante escassos, na qual não se busca uma inserção do produto no mercado, mas, antes, consumi-lo no local de produção, sendo o produto um garantidor e renovador da força de trabalho.



Nessa linha, o Gráfico 8.3.55 traz as primeiras informações necessárias para a análise de subsistência. De acordo com o gráfico, Guaraqueçaba, Morretes, Guaratuba e Antonina apresentam a maior participação do setor primário no Valor Adicionado Bruto de cada município. Embora a atividade de subsistência não esteja expressa no VAB – pois não é, em princípio, uma atividade que produz mercadoria e, sim, sustento –, a análise dos setores da economia no VAB indicam a tendência predominante em cada município. Em termos gerais, as dificuldades metodológicas de identificar, mensurar e analisar a atividade de subsistência reside no fato de que o “setor de subsistência” não é perceptível em indicadores econômicos.



Fonte: Secretaria Estadual do Paraná de Abastecimento, 2015.

**Gráfico 8.3.55 - Distribuição do Valor Bruto da Produção Rural dos municípios da AEII (2015)**

Denardin, Abrahão e Quadros (2011) identificam algumas atividades no litoral paranaense englobadas na agricultura familiar. Com ênfase no que chamam de “municípios rurais” (Guaraqueçaba e Morretes), os autores estudam o cultivo da mandioca (aipim) e identificam

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1302

a importância dessa produção, porque “contribui para a segurança alimentar das famílias no meio rural”, embora ressaltem a importância dessa atividade para geração de renda. A Tabela 8.3.71 apresenta a quantidade de casas de farinha identificadas no litoral paranaense, de acordo com a situação de funcionamento. Conforme se verifica, foram identificadas 56 casas de farinha para o consumo próprio (subsistência), sendo que em Guaratuba e Guaraqueçaba são os municípios de maior ocorrência, seguidos de Antonina e, com menor expressão, Morretes.

**Tabela 8.3.71 – Situação das casas de farinha, quanto ao seu funcionamento no ano de 2011**



Municípios	Ativas	Auto-consumo	Inativas	Comunitárias	Total
Antonina	8	11	0	0	19
Guaraqueçaba	10	13	3	4	30
Morretes	7	3	2	2	14
Guaratuba	17	27	3	1	48
Matinhos	2	1	0	0	3
Paranaguá	9	1	6	1	17
Pontal do Paraná	1	0	1	0	2
<b>Total</b>	<b>54</b>	<b>56</b>	<b>15</b>	<b>8</b>	<b>133</b>

Fonte: DENARDIN, ABRAHÃO E QUADROS – Litoral do Paraná: reflexões e interações (2011).

Um estudo buscando mapear a agrobiodiversidade em escala familiar nos municípios de Morretes e Antonina auxilia na compreensão e no perfil das famílias produtoras rurais do “setor de subsistência”. Num universo de 20 agricultores rurais nesses municípios, somente 30% em Antonina e 20% em Morretes declararam a agricultura como fonte de renda, sendo que 70% nos dois municípios recebem aposentadoria e 10% são assalariados em Morretes (BIASSI, 2011, p. 53). Ou seja, a integração desses agricultores com a economia formal – que necessita de recursos monetários – se dá essencialmente por meio de aposentadorias. A atividade agrícola para autoconsumo existe, mas pode ser considerada secundária.

O litoral paranaense tem a pesca extrativista como atividade econômica importante, totalizando 21% do Valor Bruto de Produção. A pesca na região envolve cerca de 5.500 pescadores, sendo a atividade realizada de forma essencialmente artesanal.

Os dados mostrados no Gráfico 8.3.57 representam o Valor Bruto da Produção (VBP) e sua composição de cada um dos municípios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta. O Valor Bruto da Produção é a soma de todos os bens e serviços produzidos em determinado período de tempo, num território específico, difere do PIB por considerar, no cálculo, tanto o produto acabado como o insumo para a produção. No caso

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1303

de extrativismo, utiliza-se o VBP considerando que os insumos existentes, são residuais e não comprometem a análise. É possível observar certa predominância nos cultivos de palmito, banana, camarão e pescado marinho.

No ano de 2015, o valor bruto da produção de cada município é o seguinte: Antonina – R\$17.739.572,53; Guaraqueçaba – R\$32.273.426,42; Guaratuba – R\$110.425.580,98; Matinhos – R\$6.743.029,84; Morretes – R\$37.499.580,81; e Pontal do Paraná – R\$6.538.461,89.

O Gráfico 8.3.55 acima permite verificar a distribuição do VBP Rural do município de Antonina. O município apresenta grande diversificação da produção rural, sendo que 43% do Valor Bruto Produto da atividade rural está relacionada a arroz irrigado, sequeiro, cana-de-açúcar, hortaliças, pimenta, quiabo, camarão, entre outros. Destacam-se a produção de palmitos, com cerca de 19% do VBP rural, ou um valor de R\$ 3,3 milhões, além de banana (R\$ 2,4 milhões); chuchu (R\$1,9 milhão); mandioca (R\$ 1,2 milhão) e maracujá (R\$ 1,0 milhão).



Em Guaraqueçaba, uma grande parte da produção rural é classificada na rubrica 'outros', contendo produção de hortaliças, frutas, leguminosas. No caso de produtos específicos, o palmito e a banana são os produtos mais expressivos, com 20% do valor de produção. Além destes, o pescado marinho e o camarão representam, respectivamente, 15% e 14% do valor de produção.

Cerca de 57% do valor de produção do município de Guaratuba estão concentrados nos produtos camarão e na pesca marinha. Além desses, a banana representa 33% da produção. Outros produtos, como arroz, palmito, laranja, mel, siri, entre outros, complementam o portfólio do município.

Em Matinhos, observa-se que cerca de 65% do VBP da atividade do setor primário é destinada a pescado marinho; outros 25% ao camarão.

Em Morretes, o produto especificado com maior VBP é o chuchu, com 21% do VBP da atividade rural (R\$ 7,9 milhões), seguido do pepino (R\$ 5,0 milhões), maracujá (R\$ 4,0 milhões), gengibre (R\$ 2,6 milhões) e abobrinha (R\$ 2,0 milhões). A categoria "outros", com maior representação percentual, é o somatório de diversos cultivos, como berinjela, batata-doce, mel, tilápias, etc.



 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1304

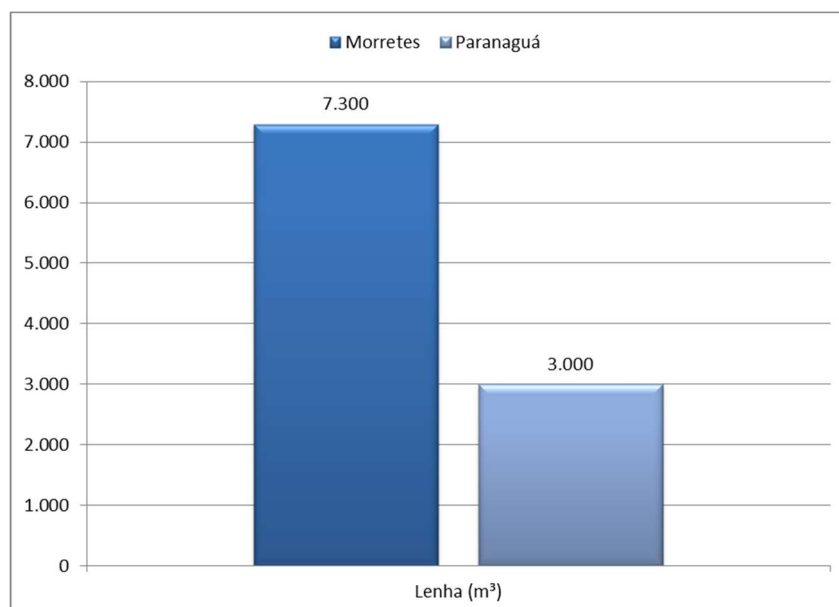
O município de Pontal do Paraná apresentou VBP do setor primário na ordem de R\$ 6,5 milhões em 2015. Desse total, o pescado marinho representava cerca de 57% (R\$ 3,7 milhões), seguido pelo camarão (R\$ 1,8 milhão), arroz (R\$ 330 mil), caranguejo (R\$ 91 mil) e palmito (R\$ 82 mil).

#### 8.3.4.1.5 Turismo

A análise das atividades relacionadas à caracterização do turismo na AEII, inclusive em seus aspectos econômicos, é apresentada na seção que trata da ocorrência das mesmas nas áreas de estudo para determinação das áreas de influência direta e indireta.

#### 8.3.4.1.6 Extrativismo



De acordo com a Pesquisa Nacional de Extração Vegetal e Silvicultura, do IBGE, em 2014 a única atividade de extração registrada pelo órgão foi a produção de lenha nos municípios de Morretes e Paranaguá, conforme se verifica no Gráfico 8.3.56. Essa produção gerou uma receita de R\$ 249 mil e R\$ 102 mil, respectivamente, o que gera um valor médio de R\$33,88/m<sup>3</sup>.



Fonte: Pesquisa de Extração Vegetal e Silvicultura, 2014.

**Gráfico 8.3.56 - Extração vegetal nos municípios da região litorânea (2014)**

No litoral paranaense é estimada a produção de mexilhões, ostras, siri e caranguejo em 340 toneladas por ano.

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1305

Na pesquisa do IBGE, também se verificou que três municípios extraíram madeira. Paranaguá, Pontal do Paraná e Guaratuba produziram 40.700 m<sup>3</sup> de madeira em tora, sendo que, deste total, 40.500 m<sup>3</sup> foram produzidos em Guaratuba (99%) e o restante em Paranaguá, 200 m<sup>3</sup>, e Pontal do Paraná, 40 m<sup>3</sup>. Nessa produção, foram gerados R\$ 3.056.000, o que representa um valor médio de R\$ 75,01/m<sup>3</sup>.



A região litorânea do Paraná é a maior produtora de palmito do Estado, sendo que cinco municípios estão entre os dez maiores produtores estaduais. A Tabela 8.3.72 apresenta a relação dos municípios com maior produção de palmitos no Estado do Paraná, pela quantidade produzida. Somente Matinhos e Pontal do Paraná não estão entre os dez maiores do Estado, com produção bastante reduzida, quando comparada aos municípios da região.

**Tabela 8.3.72 – Municípios maiores produtores de palmito no Estado do Paraná (2014)**

Nº	Município	Toneladas
1	Guaraqueçaba	1.596
2	Antonina	641
3	Guaratuba	480
4	Morretes	368
5	Mariluz	158
6	São Tomé	150
7	Santo Antônio da Platina	120
8	Paranaguá	112
9	Iporã	109
10	Tapejara	100
16*	Matinhos	14
17*	Pontal do Paraná	14

Fonte: Produção Agrícola Municipal, 2014.

Muito embora os municípios da região litorânea estejam entre os que mais produzem palmito, em quantidade absoluta, não estão entre os mais produtivos, quando considerado o rendimento médio (kg/hectare) deste produto. Nesse caso, o município de Tapejara apresenta a maior produtividade, com 14.286 kg/hectare. A Tabela 8.3.73 lista os três municípios mais produtivos do Estado do Paraná e, a seguir, os municípios da região litorânea, com suas respectivas posições estaduais. Nessa linha, verifica-se que a produtividade no litoral é bastante similar entre os municípios, muito embora seja quatro vezes menor do que a maior registrada no Paraná.

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1306

**Tabela 8.3.73 – Municípios mais produtivos na extração de palmito no Estado do Paraná (2014)**

Nº	Município	Kg/Hectare
1	Tapejara	14.286
2	Santo Antônio da Platina	10.000
3	Ubiratã	10.000
13	Morretes	3.505
14	Guaratuba	3.504
15	Antonina	3.503
16	Guaraqueçaba	3.500
17	Matinhos	3.500
18	Paranaguá	3.500
19	Pontal do Paraná	3.500

Fonte: Produção Agrícola Municipal, 2014.

#### 8.3.4.2 Área de estudo para determinação da área de influência direta

A Tabela 8.3.74 apresenta o Valor Adicionado Bruto entre os anos 2000 e 2013 na Área de Estudo para determinação da Área de Influência Direta e permite constatar que houve um incremento de 76% do VAB entre 2000 e 2010.

**Tabela 8.3.74 - Valor Adicionado Bruto, segundo ramo de atividade, na Área de Estudo para determinação da Área de Influência Direta (2000-2010-2013)**



Ano	Agropecuária	Indústria	Serviços	Administração Pública	Total (R\$1.000,00)
2000	13.623	1.364.390	2.163.309	163.310	3.704.632
2010	5.212	1.043.265	1.996.207	315.619	3.360.303
2013	6.067	1.347.693	2.590.286	403.577	4.347.623

Fonte: IBGE – Produto Interno Bruto Municipal, 2000, 2010, 2013.

Nota: Valores a preços de 2010 (INPC).

Quando são considerados os dados referentes à Tabela 8.3.75, o VAB dos municípios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta para os anos 2000 e 2010, é interessante observar alguns pontos sobre a relação dos níveis de atividade econômica de Paranaguá com os demais municípios do Litoral do Paraná.

A Tabela 8.3.75 apresenta a distribuição relativa do VAB municipal na soma regional. Ou seja, em termos gerais, é uma tentativa de capturar o quanto cada município contribuiu para a economia da região. Com base nesta tabela também se verifica a dependência da atividade econômica para um determinado município. Essa hipótese é factível, observando que, ao longo dos anos 2000 a 2013, embora tenha diminuído sua participação no VAB

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1307

regional, o município de Paranaguá concentrou uma parcela significativa da atividade econômica. Em 2000, o município de Paranaguá concentrava, sozinho, cerca de 80% do VAB regional. Esse índice sofreu reduções até 2010, alcançando 72% naquele ano e, três anos depois, observou-se um ligeiro aumento, alcançando 73,19%.

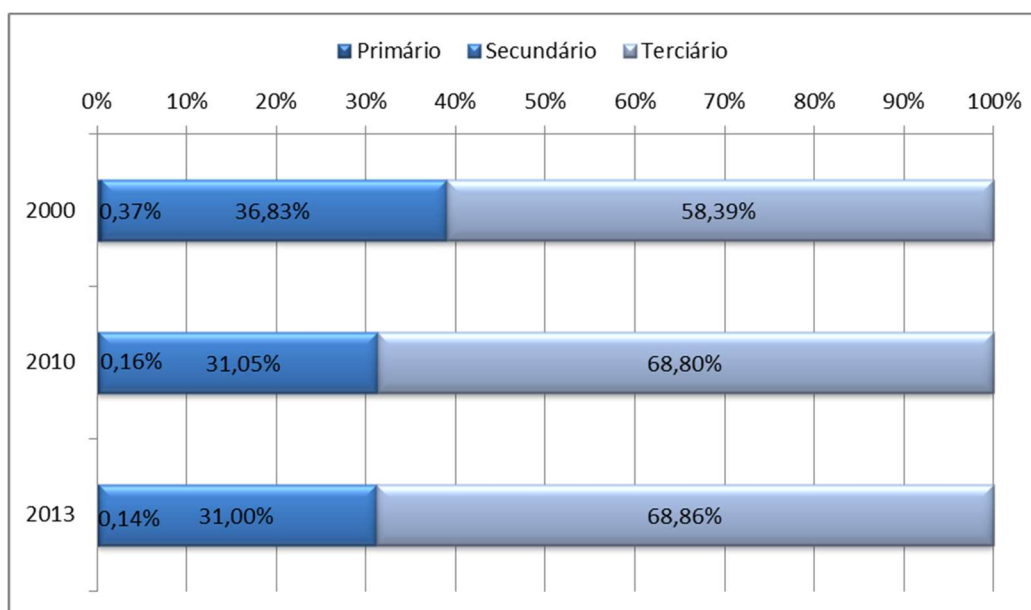
**Tabela 8.3.75 – Participação relativa do VAB dos municípios da AEII no VAB regional (2000-2013)**

	2000	2010	2013
Antonina	3,58%	6,11%	4,73%
Guaraqueçaba	0,92%	1,23%	0,95%
Guaratuba	4,83%	6,57%	6,70%
Matinhos	5,25%	6,86%	6,97%
Morretes	1,74%	2,89%	3,02%
Paranaguá	80,32%	72,33%	73,19%
Pontal do Paraná	3,36%	4,01%	4,45%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: IBGE – Produto Interno Bruto Municipal, 2000.

O Gráfico 8.3.57 auxilia na compreensão de como é formada a hegemonia econômica de Paranaguá no litoral paranaense. A relevância econômica de Paranaguá está absolutamente concentrada nos setores secundário e terciário. O setor primário é praticamente irrelevante, do ponto de vista de criação de Valor Adicionado Bruto, pois, ao longo dos anos, não representou 1% do VAB municipal.

No caso do setor secundário, observa-se que, de 2000 a 2010, houve uma redução da participação do setor secundário, de 36,83% para 31,05% do VAB municipal. E, nos três anos seguintes, a queda estancou: em 2013, o setor secundário representava aproximadamente 31% do VAB municipal. Ou seja, o vigor econômico do município de Paranaguá, ao longo dos últimos anos, esteve concentrado no setor terciário. Enquanto em 2000 o setor terciário representava cerca de 58% da economia, a partir de 2010 esse setor alcançou índices acima de 68% na representação do VAB municipal.





Fonte: IBGE – Produto Interno Bruto Municipal, 2000.

**Gráfico 8.3.57 - Distribuição da composição do VAB segundo os setores da atividade econômica no município de Paranaguá (2000-2013)**

Por meio da Tabela 8.3.76 é possível verificar o número de estabelecimentos e empregos segundo a atividade econômica em Paranaguá. Ou seja, observa-se de qual maneira se estrutura o VAB do município, fortemente concentrado nos setores terciário e secundário. Nesta linha, o setor de serviços e comércio representavam, respectivamente, 48,89% e 40,32% do número de estabelecimentos de Paranaguá. Quando considerado o número de empregos, esses setores representavam 61,10% e 21,23% respectivamente. Ou seja, a estrutura de serviços de Paranaguá está intensamente pautada no comércio e serviços. Essa tendência demonstra uma relação com a atividade portuária, pois aproximadamente 18,33% dos empregos formais estavam vinculados a transporte e comunicações; outros 18,10% a serviços de alojamento, hospedagem e alimentação. Nesta tabela, também se verifica o pouco dinamismo da atividade agropecuária no município de Paranaguá.

**Tabela 8.3.76 – Número de estabelecimentos econômicos e empregos segundo atividade econômica em Paranaguá (2015)**

Atividades econômicas	Estabelecimentos	%	Empregos	%
<b>INDÚSTRIA</b>	<b>196</b>	<b>6,47%</b>	<b>5.394</b>	<b>13,83%</b>
Extração de minerais	5		111	
Produtos mineiras não metálicos	3		3	
Metalúrgica	49		683	
Mecânica	20		212	
Material elétrico e de comunicações	2		11	
Material de transporte	11		38	
Madeira e do mobiliário	7		6	

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1309

Atividades econômicas	Estabelecimentos	%	Empregos	%
Papel, papelão, editorial e gráfica	10		40	
Borracha, fumo, couro, peles e produtos similares e indústria diversa	4		12	
Química, farmacêutica, veterinária, perfumaria e matérias plásticas	28		2.772	
Têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos	8		55	
Produtos alimentícios, de bebida e álcool etílico	42		1.217	
Serviços industriais de utilidade pública	7		234	
<b>CONSTRUÇÃO CIVIL</b>	<b>112</b>	<b>3,70%</b>	<b>1.415</b>	<b>3,63%</b>
<b>COMÉRCIO</b>	<b>1.222</b>	<b>40,32%</b>	<b>8.279</b>	<b>21,23%</b>
Comércio varejista	1.139		6.973	
Comércio atacadista	83		1.306	
<b>SERVIÇOS</b>	<b>1.482</b>	<b>48,89%</b>	<b>23.832</b>	<b>61,10%</b>
Instituições de crédito, seguros e de capitalização	26		412	
Auxiliar de atividade econômica	347		2.360	
Transporte e comunicações	385		7.148	
Serviços de alojamento, alimentação, reparo, manutenção, rádio e TV	526		7.058	
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	121		549	
Ensino	68		915	
Administração pública direta e indireta	9		5.390	
<b>AGROPECUÁRIA</b>	<b>19</b>	<b>0,63%</b>	<b>85</b>	<b>0,22%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>3.031</b>	<b>100,00%</b>	<b>39.005</b>	<b>100,00%</b>



Fonte: IPARDES – Cadernos Estatísticos Municipais, 2016; Ministério do Trabalho/RAIS, 2015.

Conforme pode ser observado na Tabela 8.3.77, a atividade com maior número de estabelecimentos é o da indústria metalúrgica, com 25% dos estabelecimentos, embora seja o terceiro em número de empregos (12,7%) no ano de 2015. Já o setor da indústria de produtos alimentícios, de bebida e álcool etílico representa cerca de 21,4% do número de estabelecimentos no setor industrial, o segundo mais representativo nesse quesito, e também o segundo que mais emprega, no setor industrial, com 22,6%.

O ramo de indústria química, farmacêutica, perfumaria, veterinária e matérias plásticas representava cerca de 14% dos estabelecimentos industriais em Paranaguá, no ano de 2015, no entanto, é um setor bastante intenso em mão-de-obra, pois aproximadamente 50% da mão-de-obra alocada no setor industrial está empregada nesse segmento da indústria.

**Tabela 8.3.77 – Distribuição percentual do número de estabelecimentos e empregos no setor industrial em Paranaguá (2015)**

	Estabelecimentos	Empregos
Extração de minerais	2,6%	2,1%
Produtos mineiros não metálicos	1,5%	0,1%
Metalúrgica	25,0%	12,7%
Mecânica	10,2%	3,9%

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1310

	Estabelecimentos	Empregos
Material elétrico e de comunicações	1,0%	0,2%
Material de transporte	5,6%	0,7%
Madeira e do mobiliário	3,6%	0,1%
Papel, papelão, editorial e gráfica	5,1%	0,7%
Borracha, fumo, couro, peles e produtos similares e indústria diversa	2,0%	0,2%
Química, farmacêutica, veterinária, perfumaria e matérias plásticas	14,3%	51,4%
Têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos	4,1%	1,0%
Produtos alimentícios, de bebida e álcool etílico	21,4%	22,6%
Serviços industriais de utilidade pública	3,6%	4,3%
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Fonte: IPARDES – Cadernos Estatísticos Municipais, 2016; Ministério do Trabalho/RAIS, 2015.

A Tabela 8.3.78 apresenta a distribuição percentual do número de estabelecimentos e empregos no setor de serviços em Paranaguá, no ano de 2015. Pode-se observar que o segmento que mais emprega no setor de serviços é o de transporte e comunicações, com 22,3%, embora seja o segundo em número de estabelecimentos, com cerca de 14,2% do número total de estabelecimentos neste setor. Em seguida, o segmento de alojamento, alimentação, reparos, manutenção, rádio e TV é aquele com maior número de estabelecimentos (19,5%) e um dos que mais empregam (22%) no município.



**Tabela 8.3.78 – Distribuição percentual do número de estabelecimentos e empregos no setor de serviços em Paranaguá (2015)**

	Estabelecimentos	Empregos
Instituições de crédito, seguros e de capitalização	1,0%	1,3%
Auxiliar de atividade econômica	12,8%	7,3%
Transporte e comunicações	14,2%	22,3%
Serviços de alojamento, alimentação, reparo, manutenção, rádio e TV	19,5%	22,0%
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	4,5%	1,7%
Ensino	2,5%	2,8%
Administração pública direta e indireta	0,3%	16,8%
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Fonte: IPARDES – Cadernos Estatísticos Municipais, 2016; Ministério do Trabalho/RAIS, 2015.

A Tabela 8.3.79 apresenta a quantidade e a distribuição de empregos na indústria de transformação e o respectivo nível de intensidade tecnológica do setor. Verifica-se que dos mais de 4,5 mil empregos gerados na indústria de transformação de Paranaguá, cerca de 2,6 mil (58,51%) estão concentrados na fabricação de produtos químicos, considerada uma divisão de atividade econômica de nível “média-alta” de intensidade tecnológica. Este setor é responsável pela produção de fertilizantes, adubos, entre outros. Neste sentido, este



 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1311

também apresenta a tendência de ser a atividade produtiva de Paranaguá com maior alcance territorial, sendo exportada para outros municípios.

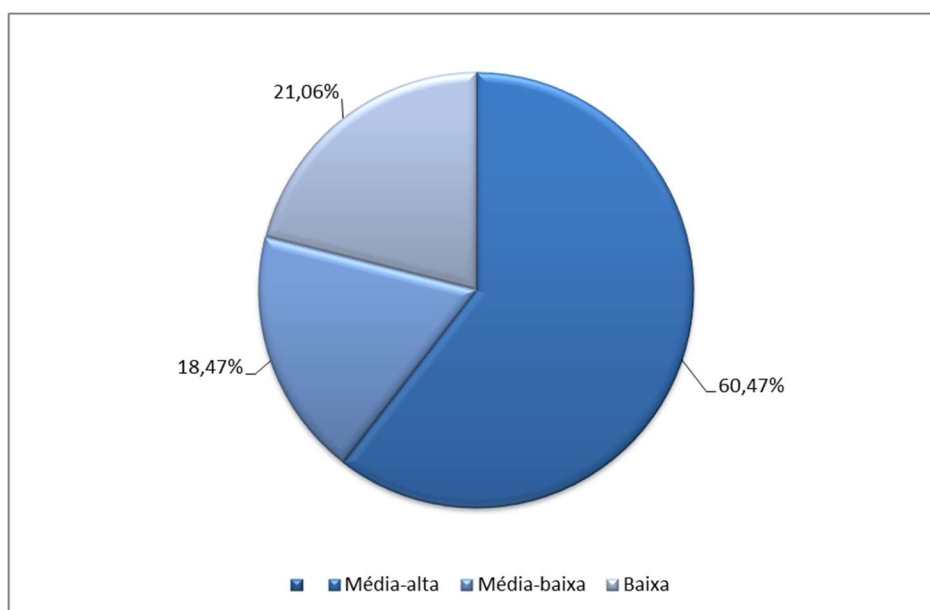
**Tabela 8.3.79 – Quantidade e distribuição de empregos na indústria de transformação e intensidade tecnológica na AEID (2016)**

Divisão	Intensidade Tecnológica	Empregos	%
Fabricação de produtos alimentícios	Baixa	909	19,94%
Fabricação de bebidas	Baixa	0	0,00%
Fabricação de produtos têxteis	Baixa	7	0,15%
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	Baixa	13	0,29%
Fabricação de produtos de madeira	Baixa	3	0,07%
Impressão e reprodução de gravações	Baixa	12	0,26%
Fabricação de produtos químicos	Média-alta	2.667	58,51%
Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	Média-baixa	143	3,14%
Fabricação de produtos mineiras não-metálicos	Média-baixa	4	0,09%
Metalurgia	Média-baixa	14	0,31%
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	Média-baixa	290	6,36%
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	Média-alta	5	0,11%
Fabricação de máquinas e equipamentos	Média-alta	77	1,69%
Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	Média-alta	3	0,07%
Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	Média-alta	4	0,09%
Fabricação de móveis	Baixa	4	0,09%
Fabricação de produtos diversos	Baixa	12	0,26%
Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	Média-baixa	391	8,58%
<b>Total</b>		<b>4.558</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Ministério do Trabalho/CAGED, 2017.

Nota: \* Número de empregos considerado o estoque recuperado ao final de 31/12/2016, de acordo com o CAGED.

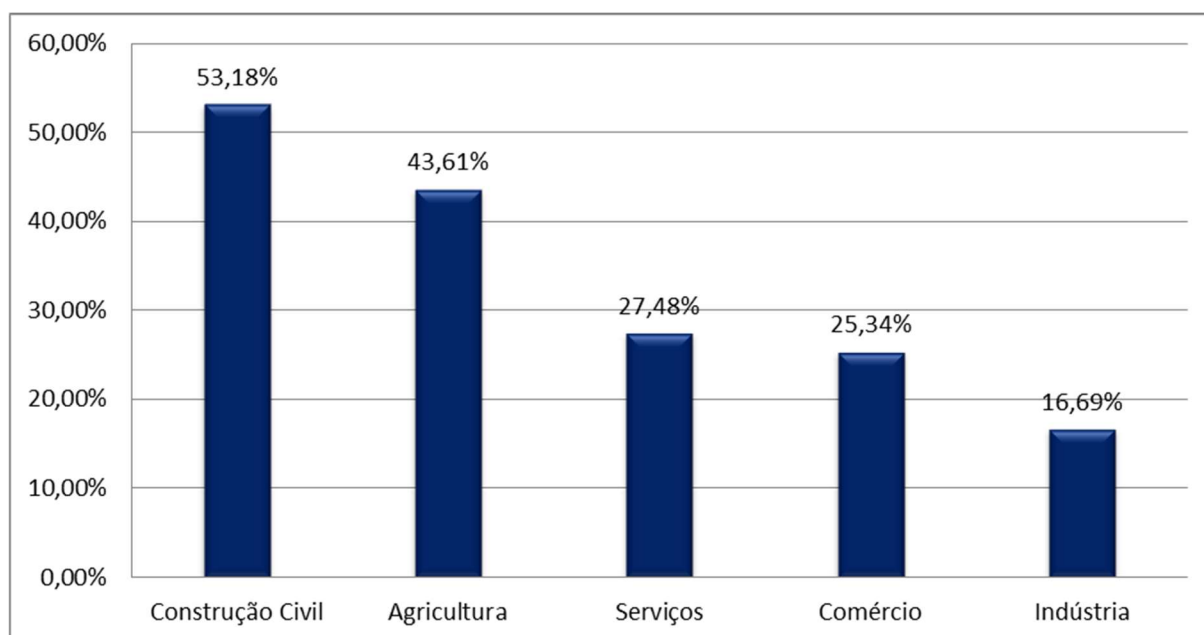
O gráfico abaixo expõe os postos de trabalho apresentados na Tabela 8.3.79 em níveis de intensidade tecnológica, a fim de mensurar o nível tecnológico da estrutura industrial de Paranaguá. Nesta linha, verifica-se que quase 61% dos empregos formais de Paranaguá na indústria de transformação estavam relacionados a atividades de nível de média-alta intensidade tecnológica. Outros 18,47% relacionado a atividades de média-baixa intensidade tecnológica e, por fim, 21,06% a atividades de baixa intensidade tecnológica. Não houve registro de produção industrial em setores com alta intensidade tecnológica em Paranaguá.



Fonte: Ministério do Trabalho/CAGED, 2017.

**Gráfico 8.3.58 - Distribuição dos empregos por intensidade tecnológica na indústria de transformação dos municípios da AEID (2016)**

O gráfico abaixo apresenta a taxa de informalidade por setor de atividade econômica, com base nos dados divulgados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) do IBGE. Como se verifica, a maior taxa de informalidade está situada no setor da construção civil, no qual 53,18% dos empregados estão em situação informal. Outro setor com alto grau de informalidade é a agricultura (43,61%), muito embora já se tenha verificado o pouco dinamismo deste setor no município de Paranaguá.





Fonte: PNAD, 2016; Ministério do Trabalho - Observatório Nacional do Mercado de Trabalho, 2017.

**Gráfico 8.3.59 – Taxa de informalidade por setor de atividade econômica em Paranaguá (2016)**

A situação de informalidade apresentada no gráfico acima tem impactos direto no rendimento da população nesta situação. Em termos gerais, os empregos maiores rendimentos se contextualizam dentro de uma relação formal de trabalho. Neste sentido, os dados do Censo Demográfico de 2010 do IBGE sobre o rendimento médio para a população ocupada, por posição na ocupação ajudam a elucidar a questão da informalidade. Embora sejam dados de 2010, não há motivos para acreditar em mudanças estruturais na questão da informalidade. Neste sentido, enquanto a renda percebida por empregados com carteira assinada era de R\$ 1.827,93, os empregados sem carteira de trabalho assinada apresentavam rendimento aproximadamente 33% a menos. Aqueles que trabalham por conta própria também são considerados informais e, neste caso, apresentam um rendimento médio superior aos empregados sem carteira de trabalho.

**Tabela 8.3.80 – Valor do rendimento médio mensal do trabalho principal das pessoas ocupadas por posição na ocupação em Paranaguá (2010)**

Posição na ocupação	Rendimento médio mensal* (R\$)
<b>Empregados</b>	<b>1.758,52</b>
Empregados - com carteira assinada	1.827,93
Empregados - militares e funcionários públicos estatutários	3.234,71
Empregados - sem carteira de trabalho assinada	1.216,56
Empregados - demais empregados	1.828,47
<b>Conta própria</b>	<b>2.204,26</b>

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1314

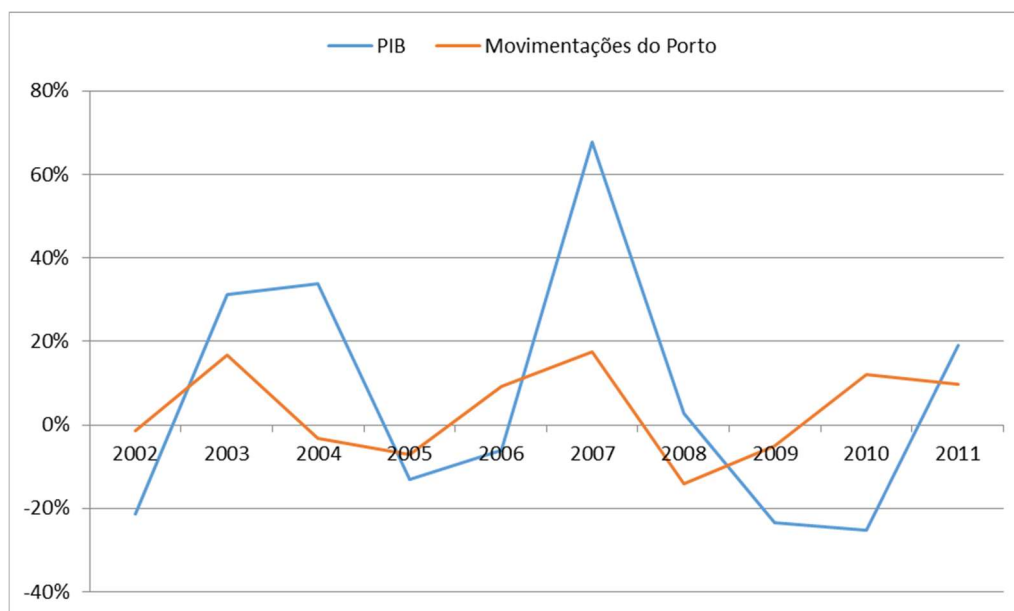
Posição na ocupação	Rendimento médio mensal* (R\$)
<b>Empregadores</b>	<b>7.590,30</b>

Fonte: IBGE – Censo Demográfico, 2010.

Nota: \* valores a preços de 2016 (IPCA).

Uma maneira de verificar a relação direta entre a atividade portuária e a economia do município de Paranaguá é introduzir a variação anual do Produto Interno Bruto e da atividade portuária. Essas duas informações já foram analisadas ao longo do estudo. O Gráfico 8.3.60 apresenta a relação entre essas duas variáveis. Conforme pode ser verificado no gráfico, existe uma relação direta entre a variação do PIB e da movimentação de carga (o que representa a atividade portuária) no período de 2002 a 2011.



Retomando as informações do Gráfico 8.3.57, no qual consta a distribuição percentual do VAB de Paranaguá, e onde se verifica que o setor terciário é responsável por quase 70% do Valor Adicionado Bruto do município, conforme se verifica no Gráfico 8.3.60, é possível corroborar essa hipótese de que a economia de Paranaguá é pautada principalmente pela atividade portuária, direta ou indiretamente.



Fonte: IBGE – Produto Interno Bruto Municipal, 2010; APPA, 2012.

**Gráfico 8.3.60 – Variação percentual anual do PIB e da movimentação do Porto de Paranaguá (2002-2011)**

A Tabela 8.3.81 apresenta a composição das receitas tributárias de Paranaguá no ano de 2013. Conforme os dados abaixo, o Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN) é responsável por praticamente 77% das receitas tributárias. De maneira direta ou indireta, as receitas provenientes do ISSQN estão relacionadas à atividade portuária.

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1315

**Tabela 8.3.81 – Composição das receitas tributárias de Paranaguá (2013)**

<b>Categorias</b>	<b>%</b>
Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU)	9,5%
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR)	4,0%
Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI)	2,3%
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	76,9%
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	4,5%
Taxas pela Prestação de Serviços	2,8%
<b>Total</b>	<b>100%</b>

Fonte: Prefeitura de Paranaguá; IPARDES, 2016.

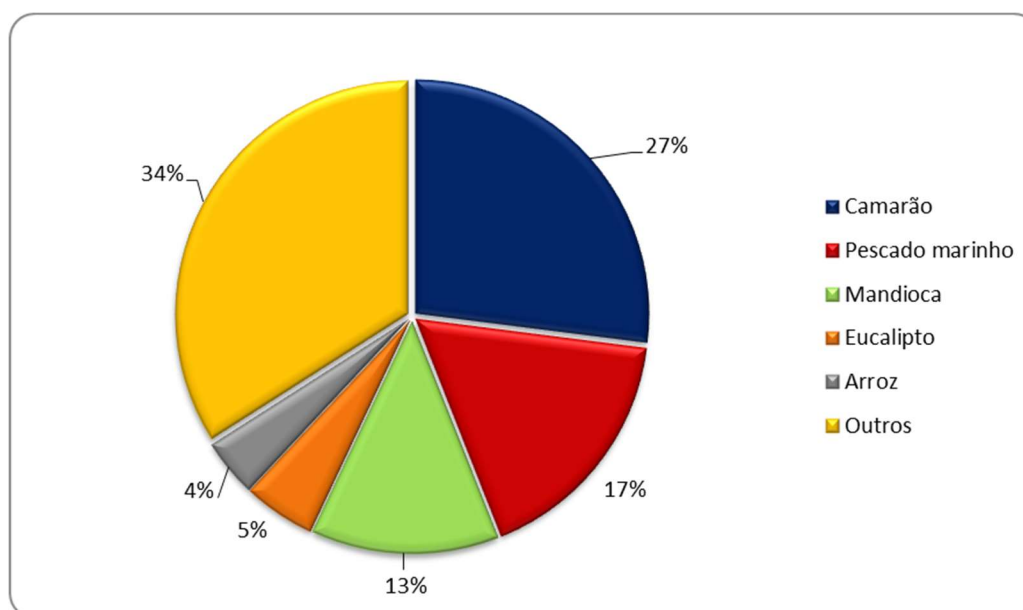
#### 8.3.4.2.1 *Economia de subsistência*

As condições naturais de Paranaguá limitam a atividade agrícola do município, uma vez que grande parte da área é inapropriada para o cultivo. Dessa forma, a limitada agricultura de Paranaguá tem característica de subsistência.

A produção agrícola do município é baseada no cultivo de banana e mandioca, tendo também uma produção marginal de cana de açúcar, milho, palmito pupunha e arroz.

A pesca em Paranaguá é considerada de pequena escala e serve à subsistência com pequeno excedente comercializado. As informações e análises a respeito da atividade pesqueira foram objeto de pesquisa específica para avaliação das condições de vida e trabalho e, também, o conhecimento e a percepção destas populações sobre os empreendimentos em questão neste estudo. Salienta-se, que as análises relacionadas à dinâmica econômica dos pescadores fundaram-se em informações coletadas diretamente junto às suas comunidades e por dados levantados pelo monitoramento da atividade pesqueira que vem sendo realizado em atendimento à condicionante de licença ambiental para operação do Porto de Paranaguá. Estas análises, assim como os seus resultados, podem ser encontradas no capítulo específico deste estudo a tratar das atividades pesqueiras (8.3.7).

O Gráfico 8.3.61 exemplifica a porcentagem do valor bruto da produção rural de Paranaguá no ano de 2015. O valor bruto foi de R\$ 15.516.590,03, sendo que os três produtos específicos com maior valor foram: camarão (R\$ 4.174,250) com 27%, pescado marinho (R\$ 2.649.000,00) com 17% e o cultivo de mandioca, com valor de produção na ordem de R\$ 1.958.644,80, o que representa 13% do VBP da atividade primária municipal.



Fonte: Secretaria Estadual do Paraná de Abastecimento, 2015.

**Gráfico 8.3.61 - Distribuição do Valor Bruto da Produção Rural de Paranaguá (2015)**

#### 8.3.4.2 Turismo



A análise das atividades relacionadas à caracterização do turismo na AEID, inclusive em seus aspectos econômicos, é apresentada na seção que trata da ocorrência das mesmas nas áreas de estudo para determinação das áreas de influência direta e indireta.

### 8.3.5 Mão de Obra

A importância do emprego e da mão de obra está associada, por um lado, à produção e, por outro, às condições de vida daqueles que dependem diretamente dos empregos formais ou informais. Em certo sentido, a realidade pode configurar, em situações de desigualdade socioeconômica acentuada, um ambiente de prosperidade econômica com baixa empregabilidade e, portanto, com crise social. Uma vez que se produzam dados estatísticos confiáveis, no espaço e no tempo, sobre a dinâmica da produção e do emprego, será possível, então, compreender em que medida os recursos econômicos podem estar a serviço do bem-estar social.

#### 8.3.5.1 Mão de obra na AEII

Na presente seção são apresentados dados e análises referentes à mão de obra nos municípios da Área de Estudo para determinação da Área de Influência Indireta (AEII), quais

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1317

sejam, Paranaguá, Morretes, Guaratuba, Matinhos, Pontal do Paraná, Antonina e Guaraqueçaba. As informações foram expostas da seguinte maneira. Num primeiro momento, são apresentadas informações numéricas sobre a população em idade ativa, a população economicamente ativa e a população ocupada de acordo com o tipo de domicílio e gênero.

Em seguida, são apresentados dados sobre o total da população ocupada<sup>7</sup>, o número de estabelecimentos e o total de empregos segundo suas atividades econômicas. As informações apresentadas na Tabela 8.3.82, foram retiradas dos Cadernos Estatísticos Municipais desenvolvidos pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). Segue abaixo dados sobre mão de obra no município de Morretes.

**Tabela 8.3.82 - População em idade ativa (PIA), economicamente ativa (PEA) e ocupada, por situação de domicílio e sexo – Morretes 2010**

Situação de domicílio e sexo	PIA (10 anos e mais)	PEA (10 anos e mais)	POPULAÇÃO OCUPADA
Domicílio – Urbano	6.193	3.707	3.491
Domicílio - Rural	7.132	3.937	3.681
Sexo – Masculino	6.768	4.601	4.359
Sexo – Feminino	6.556	3.043	2.813
<b>TOTAL</b>	<b>13.324</b>	<b>7.644</b>	<b>7.172</b>

FONTE: Caderno Estatístico Morretes (IPARDES, 2017)



NOTA: A soma das parcelas por sexo e/ou tipo de domicílio, podem diferir do total.

A Tabela 8.3.82 mostra ainda que Morretes possuía 13.324 indivíduos em idade ativa, sendo 6.768 do gênero masculino e 6.556 do gênero feminino. A maior parcela da população em idade ativa reside em domicílios rurais.

Com relação à população economicamente ativa, Morretes registrou um total de 7.644 indivíduos, sendo 4.601 homens e 3.043 mulheres. Nessa categoria, também podemos observar que a maior parcela da população economicamente ativa do município de Morretes reside em domicílios rurais.

<sup>7</sup> População em Idade Ativa (PIA): População em idade de trabalhar (entre 15 e 65 anos); População Economicamente Ativa (PEA): Pessoas inseridas no mercado de trabalho; População ocupada: Pessoas que estão trabalhando.



 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1318

A Tabela 8.3.82 também informa a quantidade de pessoas ocupadas no município, com um total de 7.172 indivíduos. A seguir, serão apresentadas informações sobre a população ocupada de acordo com suas atividades econômicas.

A Tabela 8.3.83 demonstra que a atividade econômica predominante do município de Morretes é a agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, com um total de 1.927 pessoas ocupadas. O comércio e a construção civil também são importantes segmentos que ocupam exatamente 954 e 740 indivíduos respectivamente. Conforme mencionado anteriormente, o município de Morretes abriga um total de 7.172 pessoas ocupadas.



**Tabela 8.3.83 - População ocupada segundo as atividades econômicas - Morretes 2010**

Atividades Econômicas <sup>(1)</sup>	Nº de pessoas
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	1.927
Indústrias extrativas	31
Indústrias de transformação	383
Eletricidade e gás	14
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	75
Construção	740
Comércio	945
Transporte, armazenagem e correio	279
Alojamento e alimentação	381
Informação e comunicação	43
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	47
Atividades imobiliárias	10
Atividades profissionais, científicas e técnicas	120
Atividades administrativas e serviços complementares	229
Administração pública, defesa e seguridade social	357
Educação	323
Saúde humana e serviços sociais	95
Artes, cultura, esporte e recreação	67
Outras atividades de serviços	171
Serviços domésticos	472
Atividades mal especificadas	464
<b>TOTAL</b>	<b>7.172</b>

(1) A classificação da atividade econômica é pela Classificação Nacional de Atividade Econômica Domiciliar (CNAE Domiciliar).

FONTE: Caderno Estatístico Morretes (IPARDES, 2017)

A seguir serão apresentadas informações sobre o número de estabelecimentos e empregos para o município de Morretes a partir da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, do Ministério do Trabalho e Emprego, que abrange apenas os postos de trabalho formais.

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1319

**Tabela 8.3.84 - Número de estabelecimentos e empregos, segundo as atividades econômicas – Morretes 2015**



Atividades Econômicas	Estabelecimentos	Empregos
Indústria	25	267
Extração de minerais	4	25
Transformação	20	240
Produtos minerais não metálicos	1	6
Metalúrgica	1	1
Mecânica	1	1
Material de transporte	2	53
Papel, papelão, editorial e gráfica	5	120
Têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos	1	22
Produtos alimentícios, de bebida e álcool etílico	9	37
Serviços industriais de utilidade pública	1	2
Comércio	139	533
Comércio atacadista	4	18
Instituições de crédito, seguros e de capitalização	5	29
Transporte e comunicações	18	209
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	4	6
Administração pública direta e indireta	4	608
<b>TOTAL</b>	<b>387</b>	<b>2.352</b>

NOTA: O total das atividades econômicas refere-se à soma dos grandes setores: Indústria; Construção Civil; Comércio; Serviços; Agropecuária; e Atividade não Especificada ou Classificada.

FONTE: Caderno Estatístico Morretes (IPARDES, 2017)

A Tabela 8.3.84 informa que Morretes contém 387 estabelecimentos, sendo que o segmento predominante é o comércio com 139 estabelecimentos. O comércio em Morretes ocupa um total de 533 pessoas. O município conta com 25 indústrias sendo que elas são responsáveis por 267 vagas de empregos. No geral, o município contém 387 estabelecimentos que emprega um total de 2.352 indivíduos.

A Tabela 8.3.85 demonstra que Guaratuba possui 26.982 indivíduos em idade ativa, sendo 13.349 do gênero masculino e 13.633 do gênero feminino. Observa-se de maneira predominante que a população em idade ativa reside em domicílios localizados na região urbana. Com relação à população economicamente ativa, Guaratuba registra um total de 14.520 indivíduos, sendo 8.244 homens e 6.275 mulheres. Além disso, o município contém um total de 13.885 pessoas ocupadas, estando sua maioria concentrada na região urbana com 12.268 pessoas.

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1320

**Tabela 8.3.85- População em idade ativa (PIA), economicamente ativa (PEA) e ocupada, por situação de domicílio e sexo – Guaratuba 2010**

Situação de Domicílio e Sexo	PIA	PEA	População ocupada
Domicílio - Urbano	24.156	12.881	12.268
Domicílio - Rural	2.826	1.639	1.617
Sexo - Masculino	13.349	8.244	8.021
Sexo - Feminino	13.633	6.275	5.864
<b>TOTAL</b>	<b>26.982</b>	<b>14.520</b>	<b>13.885</b>

NOTA: A soma das parcelas por sexo e/ou tipo de domicílio, podem diferir do total.

FONTE: Caderno Estatístico Guaratuba (IPARDES, 2017)



A Tabela 8.3.86 apresenta a população ocupada segundo suas atividades econômicas. O município de Guaratuba possui um total de 13.885 pessoas ocupadas. A atividade econômica que mais gera empregos é o comércio, com um total de 2.454 pessoas, seguido da construção civil, que abrange um total de 1.694 indivíduos. A agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura também se apresenta como um segmento de relevância dentro de Guaratuba, empregando um total de 1.586 pessoas.

**Tabela 8.3.86 - População ocupada segundo as atividades econômicas - Guaratuba 2010**

Atividade Econômica <sup>(1)</sup>	Nº de pessoas
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	1.586
Indústrias extrativas	11
Indústrias de transformação	923
Eletricidade e gás	20
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	109
Construção	1.694
Comércio	2.454
Transporte, armazenagem e correio	330
Alojamento e alimentação	936
Informação e comunicação	90
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	101
Atividades imobiliárias	94
Atividades profissionais, científicas e técnicas	205
Atividades administrativas e serviços complementares	696
Administração pública, defesa e seguridade social	885
Educação	792
Saúde humana e serviços sociais	350
Artes, cultura, esporte e recreação	362
Outras atividades de serviços	288
Serviços domésticos	986
Atividades mal especificadas	975
<b>TOTAL</b>	<b>13.885</b>

(1) A classificação da atividade econômica é pela Classificação Nacional de Atividade Econômica Domiciliar (CNAE Domiciliar 2.0).

FONTE: Caderno Estatístico Guaratuba (IPARDES, 2017)

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1321



A Tabela 8.3.87 informa que o município de Guaratuba contém 1.069 estabelecimentos que empregam um total de 6.267 pessoas. O setor de serviços é o mais representativo com 471 estabelecimentos, que oferecem um total de 3.652 vagas de empregos, seguido do setor comércio com 444 estabelecimentos e 2.109 vagas de empregos. Além disso, Guaratuba apresenta um comércio varejista significativo, considerando que o segmento contém 413 estabelecimentos e 1.994 pessoas ocupadas.

**Tabela 8.3.87 - Número de estabelecimentos e empregos segundo as atividades econômicas – Guaratuba 2015**

<b>Atividade Econômicas (Setores e Subsetores do IBGE<sup>(1)</sup>)</b>	<b>Estabelecimentos</b>	<b>Empregos</b>
Indústria	70	249
Extração de minerais	2	5
Transformação	64	239
Produtos minerais não metálicos	11	20
Metalúrgica	14	64
Mecânica	2	3
Material de transporte	1	-
Madeira e do mobiliário	13	25
Papel, papelão, editorial e gráfica	7	52
Borracha, fumo, couros, peles e produtos similares e indústria diversa	2	14
Matérias plásticas	1	6
Têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos	3	12
Produtos alimentícios, de bebida e álcool etílico	10	43
Serviços industriais de utilidade pública	4	5
<b>CONSTRUÇÃO CIVIL</b>	<b>46</b>	<b>140</b>
<b>COMÉRCIO</b>	<b>444</b>	<b>2.109</b>
Comércio varejista	413	1.994
Comércio atacadista	31	115
Serviços	471	3.652
Instituições de crédito, seguros e de capitalização	9	63
Auxiliar de atividade econômica	183	443
Transporte e comunicações	21	255
Serviços de alojamento, alimentação, reparo, radiodifusão e televisão	221	1.070
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	18	39
Ensino	14	218
Administração pública direta e indireta	5	1.564
Pesca	38	117
<b>Total</b>	<b>1.069</b>	<b>6.267</b>

NOTA: O total das atividades econômicas refere-se à soma dos grandes setores: Indústria; Construção Civil; Comércio; Serviços; Agropecuária; e Atividade não Especificada ou Classificada.

FONTE: Caderno Estatístico Guaratuba (IPARDES, 2017)

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1322

A Tabela 8.3.88 apresenta que o total da população de Matinhos em idade ativa é de 25.400 pessoas. Desse total, 13.159 são mulheres e 12.241 são homens. A maioria desses indivíduos (25.261 pessoas) reside na região urbana do município. Com relação à população economicamente ativa, observa-se um total de 15.009 pessoas, sendo que a grande maioria reside em área urbana. Além disso, a Tabela 8.3.88 também demonstra a quantidade de pessoas ocupadas em Matinhos, sendo um total de 14.107 indivíduos.

**Tabela 8.3.88 - População em idade ativa (PIA), economicamente ativa (PEA) e ocupada, por situação de domicílio e sexo - Matinhos 2010**



Situação de Domicílio e Sexo	PIA	PEA	População Ocupada
Domicílio – Urbano	25.261	14.903	14.001
Domicílio – Rural	139	106	106
Sexo – Masculino	12.241	8.084	7.747
Sexo – Feminino	13.159	6.925	6.360
<b>TOTAL</b>	<b>25.400</b>	<b>15.009</b>	<b>14.107</b>

FONTE: Caderno Estatístico Matinhos (IPARDES, 2017)

Conforme Tabela 8.3.89, Matinhos registrou 14.107 postos de trabalhos ocupados para o ano de 2010. Entre os segmentos representativos pode-se considerar o comércio, com 2.993 pessoas ocupadas e a construção civil, com 1.966 pessoas ocupadas. A Tabela 8.3.89 também demonstra que as atividades ligadas ao ramo das atividades administrativas e serviços complementares (1.123 pessoas), da administração pública (1.150) e dos serviços domésticos (1.147 indivíduos) também são atividades bastante recorrentes em Matinhos.

**Tabela 8.3.89 - População ocupada segundo as atividades econômicas – Matinhos 2010**

Atividades Econômicas <sup>(1)</sup>	Nº de pessoas
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	325
Indústrias extrativas	53
Indústrias de transformação	646
Eletricidade e gás	20
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos descontaminação	227
Construção	1.966
Comércio	2.993
Transporte, armazenagem e correio	278
Alojamento e alimentação	892
Informação e comunicação	118
Atividades financeiras, de seguros e serviços	86
Atividades imobiliárias	138

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:  1323
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	

Atividades Econômicas <sup>(1)</sup>	Nº de pessoas
Atividades profissionais, científicas e técnicas	222
Atividades administrativas e serviços complementares	1.123
Administração pública, defesa e seguridade social	1.150
Educação	762
Saúde humana e serviços sociais	372
Artes, cultura, esporte e recreação	214
Outras atividades de serviços	448
Serviços domésticos	1.147
Atividades mal especificadas	926
<b>TOTAL</b>	<b>14.107</b>



(1) A classificação da atividade econômica é pela Classificação Nacional de Atividade Econômica Domiciliar (CNAE Domiciliar 2.0).

FONTE: Caderno Estatístico Matinhos (IPARDES, 2017)

A Tabela 8.3.90 informa que Matinhos possui 1.282 estabelecimentos, que abrigam um total de 9.685 trabalhadores. Os segmentos com maior número de estabelecimentos no município são: serviços, com 757 estabelecimentos, seguido de auxiliar de atividade econômica, com 489 estabelecimentos. O setor do comércio varejista também possui um número representativo de estabelecimentos dentro do município, sendo 409 estabelecimentos.

**Tabela 8.3.90 - Número de estabelecimentos e empregos, segundo as atividades econômicas - Matinhos 2015**

Atividades Econômicas	Estabelecimentos	Empregos
Indústria	51	246
Extração de minerais	5	17
Transformação	41	222
Produtos minerais não metálicos	8	53
Metalúrgica	6	99
Mecânica	1	4
Madeira e do mobiliário	9	25
Papel, papelão, editorial e gráfica	4	11
Matérias plásticas	1	2
Têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos	4	9
Produtos alimentícios, de bebida e álcool etílico	8	19
Serviços industriais de utilidade pública	5	7
Construção civil	50	161
Comércio	422	2.171
Comércio varejista	409	2.137
Comércio atacadista	13	34
Serviços	757	7.105
Instituições de crédito, seguros e de capitalização	6	59

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1324

Atividades Econômicas	Estabelecimentos	Empregos
Auxiliar de atividade econômica	489	881
Transporte e comunicações	21	86
Serviços de alojamento, alimentação, radiodifusão e tv	212	1.053
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	15	3.474
Ensino	12	125
Administração pública direta e indireta	2	1.427
Pesca	2	2
<b>TOTAL</b>	<b>1.282</b>	<b>9.685</b>

NOTA: O total das atividades econômicas refere-se à soma dos grandes setores: Indústria; Construção Civil; Comércio; Serviços; Agropecuária; e Atividade não Especificada ou Classificada.

FONTE: Caderno Estatístico Matinhos (IPARDES, 2017)

Com relação ao número de empregos proporcionados por esses estabelecimentos, pode-se perceber que o setor de serviços é responsável por 7.105 vagas de empregos. Neste setor, destaca-se o segmento de serviços médicos, odontológicos e veterinários, com 3.474 vagas, seguido de administração pública (1.427 postos de trabalho) e de serviços de alojamento e alimentação (1.053 empregos).

Conforme a Tabela 8.3.91, Pontal do Paraná possui 17.850 pessoas em idade ativa, sendo 8.993 mulheres e 8.856 homens. Pessoas economicamente ativas representam um total de 10.140 indivíduos, sendo 5.784 homens e 4.356 mulheres. Com relação à população ocupada, o município registrou um total de 9.545 pessoas para o ano de 2010. Em geral, a maioria da população em idade ativa, economicamente ativa e ocupada reside em regiões urbanas do município.

**Tabela 8.3.91 - População em idade ativa (PIA), economicamente ativa (PEA) e ocupada, por situação de domicílio e sexo – Pontal do Paraná 2010**



Situação de Domicílio e Renda	PIA	PEA	População Ocupada
Domicílio - Urbano	17.716	10.095	9.500
Domicílio - Rural	133	45	45
Sexo - Masculino	8.856	5.784	5.537
Sexo - Feminino	8.993	4.356	4.008
<b>TOTAL</b>	<b>17.850</b>	<b>10.140</b>	<b>9.545</b>

NOTA: A soma das parcelas por sexo e/ou tipo de domicílio, podem diferir do total.

FONTE: Caderno Estatístico Pontal do Paraná (IPARDES, 2017)

De acordo com a Tabela 8.3.92, Pontal do Paraná possui 9.545 pessoas ocupadas em todo município. Entre as atividades econômicas mais relevantes, pode-se considerar o comércio, com 1.921 pessoas ocupadas, seguido da construção civil, com 1.695 pessoas ocupadas. O setor de serviços domésticos também é responsável por vários postos de trabalho dentro de Pontal do Paraná, com um total de 1.024 pessoas ocupadas.



 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1325

**Tabela 8.3.92 - População ocupada, segundo as atividades econômicas – Pontal do Paraná 2010**

Atividade Econômicas (1)	Nº de pessoas
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	489
Indústrias extrativas	20
Indústrias de transformação	525
Eletricidade e gás	60
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	98
Construção	1.695
Comércio	1.921
Transporte, armazenagem e correio	368
Alojamento e alimentação	627
Informação e comunicação	57
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	34
Atividades imobiliárias	127
Atividades profissionais, científicas e técnicas	140
Atividades administrativas e serviços complementares	398
Administração pública, defesa e seguridade social	477
Educação	470
Saúde humana e serviços sociais	221
Artes, cultura, esporte e recreação	138
Outras atividades de serviços	265
Serviços domésticos	1.024
Atividades mal especificadas	393
<b>TOTAL</b>	<b>9.545</b>



(1) A classificação da atividade econômica é pela Classificação Nacional de Atividade Econômica Domiciliar (CNAE Domiciliar).

FONTE: Caderno Estatístico Pontal do Paraná (IPARDES, 2017)

De acordo com a Tabela 8.3.93, Pontal do Paraná possui 728 estabelecimentos, que abrigam um total de 7.007 pessoas ocupadas. Entre os segmentos com o maior número de estabelecimentos encontram-se o comércio, com 365 estabelecimentos, e o setor de serviços, com 290 estabelecimentos.

**Tabela 8.3.93 - Número de estabelecimentos e empregos, segundo as atividades econômicas - Pontal do Paraná 2015**

Atividades Econômicas (Setores e Subsetores do IBGE <sup>(1)</sup> )	Estabelecimentos	Empregos
Indústria	40	3.118
Extração de minerais	1	-
Transformação	36	3.101
Produtos minerais não metálicos	7	52
Metalúrgica	12	30
Mecânica	1	2.938
Material de transporte	1	16

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1326

Atividades Econômicas (Setores e Subsetores do IBGE <sup>(1)</sup> )	Estabelecimentos	Empregos
Madeira e do mobiliário	3	4
Papel, papelão, editorial e gráfica	2	3
Matérias plásticas	3	11
Têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos	3	6
Produtos alimentícios, de bebida e álcool etílico	4	41
Serviços industriais de utilidade pública	3	17
Construção civil	28	289
Comércio	365	1.561
Comércio varejista	352	1.521
Comércio atacadista	13	40
Serviços	290	2.032
Instituições de crédito, seguros e de capitalização	5	41
Auxiliar de atividade econômica	84	191
Transporte e comunicações	22	135
Serviços de alojamento, alimentação, radiodifusão e tv	157	554
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	14	32
Ensino	6	52
Administração pública direta e indireta	2	1.027
Pesca	5	7
<b>TOTAL</b>	<b>728</b>	<b>7.007</b>

NOTA: O total das atividades econômicas refere-se à soma dos grandes setores: Indústria; Construção Civil; Comércio; Serviços; Agropecuária; e Atividade não Especificada ou Classificada.



FONTE: Caderno Estatístico Pontal do Paraná (IPARDES, 2017)

Pontal do Paraná possui 40 indústrias que são responsáveis por empregar um total de 3.118 pessoas. Além disso, pode-se perceber, com a Tabela 8.3.93, que as atividades econômicas de transformação (3.101 vagas de emprego), mecânica (2.938 vagas) e serviços (2.032 vagas) são importantes segmentos que abrigam uma quantidade importante de trabalhadores do município.

De acordo com a Tabela 8.3.94, Antonina possui 15.944 pessoas em idade ativa, sendo 8.076 mulheres e 7.868 homens. Para população economicamente ativa, o município registrou um total de 7.584 pessoas, sendo 4.558 homens e 3.026 mulheres. A população ocupada do município de Antonina corresponde a 6.877 pessoas. Em geral, a maioria da população com idade ativa, economicamente dominante e ocupada, encontra-se distribuída na região urbana do município.

**Tabela 8.3.94 - População em idade ativa (PIA), economicamente ativa (PEA) e ocupada, por situação de domicílio e sexo – Antonina 2010**

Situação de Domicílio e Sexo	PIA	PEA	População Ocupada
Domicílio - Urbano	13.595	6.445	5.814

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1327

Situação de Domicílio e Sexo	PIA	PEA	População Ocupada
Domicílio - Rural	2.349	1.139	1.063
Sexo - Masculino	7.868	4.558	4.185
Sexo - Feminino	8.076	3.026	2.691
<b>TOTAL</b>	<b>15.944</b>	<b>7.584</b>	<b>6.877</b>

NOTA: A soma das parcelas por sexo e/ou tipo de domicílio, podem diferir do total.

FONTE: Caderno Estatístico Antonina (IPARDES, 2017)



A Tabela 8.3.95 demonstra que Antonina possui 6.877 pessoas ocupadas no município. Entre as atividades econômicas mais expressivas da região encontram-se a agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, com 1.169 pessoas ocupadas, seguido do comércio com um total de 1.029 pessoas ocupadas. Observa-se que o setor de transporte também registrou um número considerável, sendo um total de 771 pessoas.

**Tabela 8.3.95 - População ocupada, segundo as atividades econômicas – Antonina 2010**

Atividades Econômicas <sup>(1)</sup>	Nº de pessoas
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	1.169
Indústrias extrativas	29
Indústrias de transformação	316
Eletricidade e gás	79
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	63
Construção	597
Comércio	1.029
Transporte, armazenagem e correio	771
Alojamento e alimentação	338
Informação e comunicação	29
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	34
Atividades imobiliárias	18
Atividades profissionais, científicas e técnicas	79
Atividades administrativas e serviços complementares	143
Administração pública, defesa e seguridade social	620
Educação	380
Saúde humana e serviços sociais	184
Artes, cultura, esporte e recreação	56
Outras atividades de serviços	244
Serviços domésticos	444
Atividades mal especificadas	252
<b>TOTAL</b>	<b>6.877</b>

(1) A classificação da atividade econômica é pela Classificação Nacional de Atividade Econômica Domiciliar (CNAE Domiciliar).

FONTE: Caderno Estatístico Antonina (IPARDES, 2017)

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1328

De acordo com a Tabela 8.3.96, Antonina possui 257 estabelecimentos, que abrigam um total de 3.187 trabalhadores. Entre os segmentos mais expressivos, pode-se considerar o setor de serviços em seu conjunto (com 95 estabelecimentos responsável por 2.296 vagas de emprego), destacando-se a administração pública (com 4 estabelecimentos responsável por 691 vagas de empregos), e o comércio como um todo (com 115 estabelecimentos responsável por 638 vagas de emprego), destacando-se o comércio varejista (com 113 estabelecimentos responsável por 635 vagas de empregos). Além disso, Antonina possui 19 indústrias, que são responsáveis por oferecer 121 vagas de empregos para os moradores do município.



**Tabela 8.3.96 - Número de estabelecimentos e empregos segundo as atividades econômicas - Antonina 2015**

Atividades Econômicas	Estabelecimentos	Empregos
Indústria	19	121
Extração de minerais	1	26
Transformação	18	95
Metalúrgica	1	1
Papel, papelão, editorial e gráfica	1	1
Borracha, fumo, couros, peles e produtos similares	2	8
Produtos alimentícios, de bebida e álcool etílico	14	85
Construção civil	9	21
Comércio	115	638
Comércio varejista	113	635
Comércio atacadista	2	3
Serviços	95	2.296
Instituições de crédito, seguros e de capitalização	2	17
Auxiliar de atividade econômica	18	606
Transporte e comunicações	10	370
Serviços de alojamento, alimentação, radiodifusão e tv	53	580
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	2	2
Ensino	6	30
Administração pública direta e indireta	4	691
Pesca	19	111
<b>TOTAL</b>	<b>257</b>	<b>3.187</b>

NOTA: O total das atividades econômicas refere-se à soma dos grandes setores: Indústria; Construção Civil; Comércio; Serviços; Agropecuária; e Atividade não Especificada ou Classificada.

FONTE: Caderno Estatístico Antonina (IPARDES, 2017)

De acordo com a Tabela 8.3.97, Guaraqueçaba possui 6.538 pessoas em idade ativa, sendo 3.487 homens e 3.051 mulheres. População economicamente ativa corresponde a um total de 3.517, sendo 2.277 homens e 1.240 mulheres. Guaraqueçaba possui um total de 3.397 pessoas ocupadas. Além disso, pode-se perceber na Tabela 8.3.97 que, de maneira

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1329

predominante, a população em idade ativa, economicamente ativa e população ocupada encontram-se localizadas na região rural do município de Guaraqueçaba.

**Tabela 8.3.97 - População em idade ativa (PIA), economicamente ativa (PEA) e ocupada, por situação de domicílio e sexo - Guaraqueçaba 2010**

Situação de Domicílio e Sexo	PIA	PEA	População Ocupada
Domicílio - Urbano	2.212	1.169	1.095
Domicílio - Rural	4.326	2.348	2.303
Sexo - Masculino	3.487	2.277	2.241
Sexo - Feminino	3.051	1.240	1.156
<b>TOTAL</b>	<b>6.538</b>	<b>3.517</b>	<b>3.397</b>

NOTA: A soma das parcelas por sexo e/ou tipo de domicílio, podem diferir do total.

FONTE: Caderno Estatístico Guaraqueçaba (IPARDES, 2017)



Conforme a Tabela 8.3.98, Guaraqueçaba registrou um total de 3.397 pessoas ocupadas no município para o ano de 2010. A atividade econômica mais representativa fica por conta da agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura. Esse setor foi responsável por ocupar 2.018 pessoas no ano de 2010.

**Tabela 8.3.98 - População ocupada, segundo as atividades econômicas – Guaraqueçaba 2010**

Atividades Econômicas <sup>(1)</sup>	Nº de pessoas
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	2.018
Indústrias de transformação	84
Eletricidade e gás	3
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	10
Construção	104
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	146
Transporte, armazenagem e correio	35
Alojamento e alimentação	83
Informação e comunicação	6
Atividades profissionais, científicas e técnicas	8
Atividades administrativas e serviços complementares	37
Administração pública, defesa e seguridade social	295
Educação	176
Saúde humana e serviços sociais	85
Artes, cultura, esporte e recreação	27
Outras atividades de serviços	40
Serviços domésticos	73
Atividades mal especificadas	168
<b>TOTAL</b>	<b>3.397</b>

(1) A classificação da atividade econômica é pela Classificação Nacional de Atividade Econômica Domiciliar (CNAE Domiciliar).

FONTE: Caderno Estatístico Guaraqueçaba (IPARDES, 2017)

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1330

Segundo a Tabela 8.3.99, Guaraqueçaba registrava 66 estabelecimentos em 2015 que ocupavam um total de 813 pessoas. Entre os estabelecimentos de maior expressão encontram-se o comércio, o comércio varejista e o setor de serviços, com 23 estabelecimentos cada. Com relação à oferta de empregos, o setor de serviços juntamente com administração pública são os segmentos que mais oferecem vagas de empregos dentro do município, sendo 533 e 479 vagas, respectivamente.

**Tabela 8.3.99 - Número de estabelecimentos e empregos, segundo as atividades econômicas - Guaraqueçaba 2015**



Atividades Econômicas	Estabelecimentos	Empregos
Indústria	5	154
Transformação	5	154
Produtos alimentícios, de bebida e álcool etílico	5	154
Construção civil	1	-
Comércio	23	84
Comércio varejista	23	84
Serviços	23	533
Instituições de crédito, seguros e de capitalização	1	3
Transporte e comunicações	2	5
Serviços de alojamento, alimentação, radiodifusão e tv	15	43
Ensino	2	3
Administração pública direta e indireta	3	479
Pesca	14	42
<b>TOTAL</b>	<b>66</b>	<b>813</b>

NOTA: O total das atividades econômicas refere-se à soma dos grandes setores: Indústria; Construção Civil; Comércio; Serviços; Agropecuária; e Atividade não Especificada ou Classificada.

FONTE: Caderno Estatístico Guaraqueçaba (IPARDES, 2017)

Entre os municípios levantados, Matinhos e Guaratuba contam com a maior População em Idade Ativa (PIA) (25.400 e 24.156 respectivamente), a maior População Economicamente Ativa (PEA) (15.009 e 12.881 respectivamente) e a maior população ocupada da região (14.107 e 13.885 respectivamente), excetuando-se Paranaguá. Matinhos e Guaratuba possuem uma população predominantemente urbana, sendo o comércio e o setor de serviços as principais atividades econômicas exercidas nos municípios.

Antonina possui 1.169 pessoas ocupadas com a agricultura, já Pontal do Paraná tem como principal atividade econômica o comércio, com 1921 pessoas ocupadas. Antonina e Pontal do Paraná são municípios predominantemente urbanos. Além disso, Pontal do Paraná conta com 40 estabelecimentos industriais no seu território.

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1331

Por sua vez, Guaraqueçaba e Morretes concentram a maior parte da População em Idade Ativa (PIA), População Economicamente Ativa (PEA) e População Ocupada nas regiões rurais. As principais atividades econômicas exercidas por esses municípios são a agricultura, o comércio varejista e a administração pública.



### 8.3.5.2 Mão de obra na AEID

De acordo com o IBGE, Censo Demográfico 2010, havia 62,8 mil pessoas ocupadas em Paranaguá em cujo contexto se destacava a atividade comercial, com 20%. Em segundo lugar aparecia o setor de transporte e armazenagem, com 13,4%, revelando uma situação condizente com o perfil econômico municipal, que tem sua vocação fundada nas atividades logísticas. As atividades relacionadas ao turismo são, também, especialmente relevantes neste município, porém os postos de trabalho gerados pelas mesmas se distribuem nas atividades de comércio e serviços, como alimentação e alojamento, que representavam, estes últimos, 5,3% das pessoas ocupadas em 2010, de maneira formal ou informal.

**Tabela 8.3.100 – Pessoas ocupadas, por atividades econômicas, em Paranaguá em 2010.**

<b>Pessoas ocupadas por atividades</b>	<b>2010</b>	<b>Relativo</b>
Comércio; Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	12.362	19,7%
Transporte, Armazenagem e Correio	8.412	13,4%
Indústrias de Transformação	5.166	8,2%
Atividades mal especificadas	4.315	6,9%
Construção	4.117	6,6%
Educação	3.535	5,6%
Alojamento e Alimentação	3.309	5,3%
Serviços Domésticos	3.218	5,1%
Outras Atividades de Serviços	3.124	5,0%
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	3.103	4,9%
Atividades Administrativas e Serviços Complementares	2.461	3,9%
Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	1.990	3,2%
Saúde Humana e Serviços Sociais	1.723	2,7%
Atividades Profissionais, científicas e técnicas	1.550	2,5%
Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados	533	0,8%
Água, Esgoto, Atividades de Gestão de Resíduos e Descontaminação	465	0,7%
Artes, Cultura, Esporte e Recreação	452	0,7%
Informação e Comunicação	438	0,7%
Indústrias Extrativas	291	0,5%
Atividades Imobiliárias	152	0,2%
Eletricidade e Gás	101	0,2%
Organismos Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais	10	0,02%

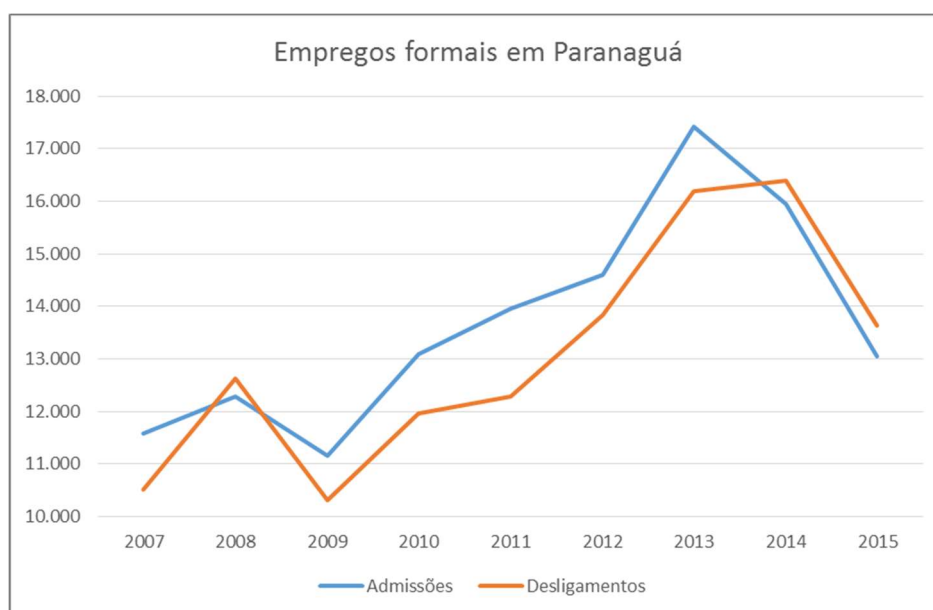


 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1332

Pessoas ocupadas por atividades	2010	Relativo
<b>Total</b>	<b>62.837</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010

As informações sobre empregabilidade formal são coletadas de forma sistemática pelo Ministério do Trabalho, que as disponibiliza para análise. O Gráfico 8.3.62 apresenta a evolução das admissões e desligamentos em empregos formais entre os anos de 2007 e 2015 em Paranaguá. Como se pode ver, as admissões declinaram violentamente a partir de 2013, sem registro de retomada nos anos seguintes. Entretanto, deve-se notar, também, que os desligamentos caíram quase na mesma proporção das admissões e isto parece sinalizar um aspecto positivo nesta dinâmica econômica, pois a situação real poderia ser pior em cenário com taxa de desligamento maior que admissões. Observe-se que, na série histórica analisada, por exemplo, a taxa de demissões foi maior que a de contratações nos anos de 2008, 2014 e 2015.

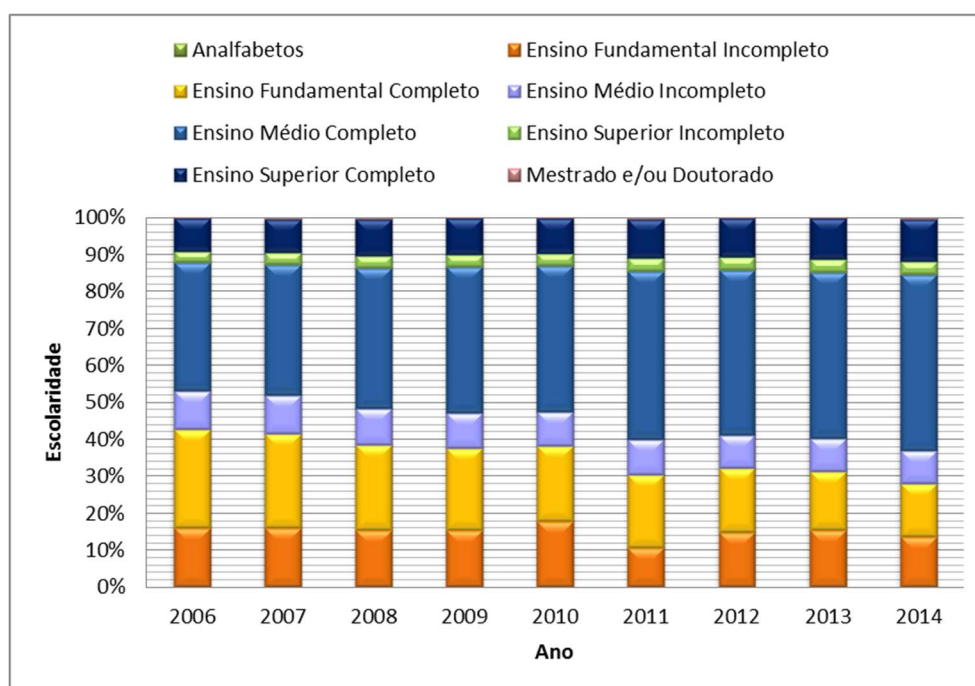


Fonte: Ministério do Trabalho/CAGED/2016.

**Gráfico 8.3.62 - Admissões e desligamentos em empregos formais em Paranaguá entre 2007 e 2015.**

Ao longo dos anos de 2006 e 2014, a escolaridade dos trabalhadores formalmente empregados em Paranaguá apresentou pequena melhora refletida na redução dos que laboravam com ensino médio incompleto, provocando leve crescimento em 2014 no grupo de profissionais atuantes com ensino médio completo. Todavia, o número de profissionais com nível escolar superior ao médio manteve-se constante nos anos avaliados. Tal situação é especialmente importante para avaliação do aproveitamento da mão de obra local nas demandas dos novos empreendimentos. O grau de capacitação técnica para as ocupações

em geral depende do grau de formação escolar e da qualidade desta formação. De uma maneira geral, os empreendedores dos novos negócios têm encontrado dificuldades para a contratação de profissionais com qualificação adequada às suas demandas em algumas regiões mais que em outras (Gráfico 8.3.63).





Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS, 2016.

**Gráfico 8.3.63 - Grau de escolaridade dos empregados formais em Paranaguá entre 2006 e 2014**



A Tabela 8.3.101 traz a distribuição percentual da demanda de mão-de-obra segundo função e escolaridade na fase de instalação. Segundo informações do empreendedor, não há necessidade de mão-de-obra adicional na fase de operação.

De acordo com os dados abaixo, cerca de 17,5% da previsão de mão-de-obra será atendida por funções que exigem apenas a alfabetização. No caso de funções que necessitem do nível fundamental completo, essas representam 61,50% do total de demanda de mão-de-obra. Já outros 8% da previsão de mão-de-obra exigem o Ensino Médio completo e 9% exigem, além do Ensino Médio, um curso técnico. Por fim, aproximadamente 4% da previsão mão-de-obra exige nível superior com especialização. Os números absolutos de mão de obra apresentados na Tabela 8.3.101 foram calculados para o mês de pico das intervenções. Cabe destacar, que nos demais meses da fase de obras, as porcentagens aproximadas deverão ser mantidas.

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1334

**Tabela 8.3.101 – Distribuição percentual da demanda por mão-de-obra segundo função e escolaridade na fase de instalação**

Função	Escolarização	Números absolutos	Porcentagem aproximada
Servente	Alfabetizado	116	16,50%
Carpinteiro	Ens. Fundamental Completo	116	16,50%
Armador	Ens. Fundamental Completo	116	16,50%
Pintor	Ens. Fundamental Completo	7	1%
Ajudante de Usina	Ens. Fundamental Completo	7	1%
Pedreiro	Ens. Fundamental Completo	117	16,50%
Marteleiro	Ens. Fundamental Completo	7	1%
Motorista	Ens. Fundamental Completo	7	1%
Operador de guindaste	Ens. Médio Completo	7	1%
Vigia	Ens. Fundamental Completo	7	1%
Laboratorista	Ens. Médio Completo	7	1%
Auxiliar de topografia	Ens. Fundamental Completo	7	1%
Médico do trabalho	Ens. Superior com Especialização	7	1%
Auxiliar de RH	Ens. Fundamental Completo	7	1%
Cozinheiro	Ens. Médio Completo com Curso Técnico	7	1%
Técnico de segurança do trabalho	Ens. Médio Completo com Curso Técnico	7	1%
Operador de caminhão betoneira	Ens. Médio Completo	7	1%
Operador de caminhão bomba	Ens. Médio Completo	7	1%
Engenheiro civil	Ens. Superior com Especialização	7	1%
Lubrificador	Ens. Fundamental Completo	7	1%
Auxiliar de escritório	Ens. Fundamental Completo	7	1%
Auxiliar eletricitista	Ens. Fundamental Completo	7	1%
Zelador	Alfabetizado	7	1%
Operador de rolo compactador	Ens. Médio Completo	7	1%
Apontador	Ens. Fundamental Completo	7	1%
Assistente contábil	Ens. Médio Completo com Curso Técnico	7	1%
Operador de pá carregadeira	Ens. Médio Completo	7	1%
Operador de retroescavadeira	Ens. Médio Completo	7	1%
Técnico em enfermagem	Ens. Médio Completo com Curso Técnico	7	1%
Mecânico	Ens. Médio Completo com Curso Técnico	7	1%
Encarregado de pré-moldado	Ens. Médio Completo com Curso Técnico	7	1%
Motorista de caminhão munck	Ens. Fundamental Completo	7	1%
Mestre de obras	Ens. Médio Completo com Curso Técnico	7	1%
Almoxarife	Ens. Médio Completo	7	1%
Eletricista	Ens. Médio Completo com Curso Técnico	7	1%
Maçariqueiro	Ens. Médio Completo com Curso Técnico	7	1%

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1335

Função	Escolarização	Números absolutos	Porcentagem aproximada
Gerente financeiro	Ens. Superior com Especialização	7	1%
Engenheiro de segurança do trabalho	Ens. Superior com Especialização	7	1%
<b>Total</b>		<b>703</b>	<b>100%</b>

Fonte: APPA, 2016

#### 8.3.5.2.1 Previsão de origem



A previsão de origem da mão-de-obra estimada para a instalação do empreendimento é preferencialmente local, quando a disponibilidade de profissionais na AEID for suficiente para o atendimento às exigências. Entretanto, a migração pendular que se registra entre os municípios da AEII implica a redefinição do conceito de “mão de obra local” de maneira a refletir a situação típica da dinâmica do trabalho na região litorânea do Paraná. É comum, conforme diagnosticado, que os trabalhadores se deslocem diariamente, por razões de trabalho e estudo - entre outras, através das cidades as quais, não obstante, são fisicamente próximas entre si. Portanto, estima-se que todos os municípios da AEII podem contribuir com as demandas de mão de obra, tanto de forma direta como indireta.

#### 8.3.5.2.2 Disponibilidade de profissionais na região

A Tabela 8.3.102 apresenta a distribuição dos empregos segundo nível de escolaridade no município de Paranaguá para o ano de 2015. Conforme pode ser observado, cerca de 13,3% dos empregos do setor formal estavam sendo ocupados por profissionais com nível fundamental completo. No entanto, cabe observar que quanto menor o nível de escolaridade, maior a incidência de ocupação deste pessoal no setor informal da economia. Portanto, os dados abaixo devem ser, até certo ponto, relativizados para abranger o contingente disponível em Paranaguá mais próximo da realidade.

**Tabela 8.3.102 – Distribuição percentual dos empregos, segundo escolaridade, em Paranaguá (2015)**

Escolaridade	Empregos	%
Não alfabetizados	60	0,2%
Ensino Fundamental incompleto	5.637	14,5%
Ensino Fundamental completo	5.207	13,3%
Ensino Médio incompleto	3.337	8,6%
Ensino Médio completo	18.838	48,3%
Ensino Superior incompleto	1.286	3,3%
Ensino Superior completo	4.565	11,7%

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1336

Escolaridade	Empregos	%
Mestrado e/ou Doutorado	75	0,2%
<b>Total</b>	<b>39.005</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Mte/Rais, 2015.

Na seção que tratou sobre escolaridade na Área de Estudo para determinação da Área de Influência Direta, alguns dados foram apresentados visando conhecer o perfil educacional do município de Paranaguá. Como se viu, o percentual da população com mais de 18 anos em Paranaguá com Nível Fundamental completo correspondia a 59,18% da população.

### 8.3.5.2.3 Estrutura municipal para capacitação

A estrutura de capacitação de mão-de-obra no município de Paranaguá está ancorada nas iniciativas do poder público, parcerias com entidades representativas ou, ainda, estabelecimentos privados que oferecem cursos de profissionalização.



A Tabela 8.3.103 apresenta alguns estabelecimentos de capacitação em Paranaguá, classificando-os de acordo com esfera pública ou privada e por nível de capacitação, até o tecnólogo. Diversos são os cursos ofertados, entre eles inglês, hardware, administração, geração web, informática, mecânica industrial, melhor idade, logística, eletricista predial, Excel avançado, conferente de container, auxiliar de almoxarifado, operador de balança e secretariado executivo.

**Tabela 8.3.103 – Estabelecimentos de capacitação em Paranaguá (2016)**

Estabelecimento	Esfera	Capacitação
Secretaria Municipal de Trabalho e Emprego (SEMTRA)	Público	Extensão
Colégio Estadual Alberto Gomes Veiga	Público	Técnico
Colégio Estadual José Bonifácio	Público	Técnico
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC)	Privada	Técnico
Centro Brasileiro de Cursos (CEBRAC)	Privada	Técnico
Instituto Federal do Paraná (IFPR)	Pública	Técnico Integrado
Instituto Federal do Paraná (IFPR)	Pública	Tecnólogo
Centro de Capacitação para o Trabalho (CECAP)	Privada	Técnico
Sistema FIEP (FIEP, SESI, SENAI, IEL)	Privada	Técnico
Colégio Diocesano Leão XIII	Privada	Técnico

Fonte: Pesquisa Empírica, 2016.

Os cursos de capacitação oferecidos pelo SENAI (Serviço nacional de aprendizagem comercial) de Paranaguá somam 6 (seis), nos últimos 3 (três) anos. Em 2015, foram ofertadas 2 turmas de Segurança em Instalações e Serviços com Eletricidade. Em 2016,

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1337

foram três cursos: Reciclagem de Segurança Instalações e Serviços com Eletricidade; Capacitação para Supervisores de Entradas Espaço Confinado e Operador de Empilhadeira. Para 2017, há a oferta de cursos de Eletromecânica e Eletrotécnica.



O SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) oferece cursos em diversas áreas, como, beleza, comunicação, gastronomia, gestão, informática e saúde. O SENAC conta com duas modalidades de ensino, presencial e à distância. Alguns dos cursos presenciais oferecidos pelo SENAC de Paranaguá são: design de sobancelhas, excel avançado, atendimento pré-hospitalar, doces para a páscoa, técnico em enfermagem, técnico em logística e preparo de pães.

Em Paranaguá não há unidade do SENAT (Serviço nacional de transportes) nem do SENAR (Serviço nacional de aprendizagem rural). O SENAR possui uma sede em Brasília e uma unidade em cada estado federal. Ainda assim, o SENAR oferece gratuitamente 48 cursos na modalidade ensino à distância (EAD): 3 cursos na área de agricultura de precisão; 3 para campo sustentável, 30 para capacitação tecnológica; 1 para empreendedorismo e gestão de negócios; 2 para gestão de riscos; 7 para inclusão digital e 2 para qualidade de vida.

### 8.3.6 Turismo

O desenvolvimento das atividades turísticas no Paraná se dá pela ação principal dos agentes privados que buscam o atendimento às demandas dos diversos setores. Todavia, dada a complexidade dos processos inerentes àquelas atividades, especialmente a construção de uma visão estratégica capaz de articular os interesses e as necessidades das múltiplas agências em diversos municípios, estados e países, se faz necessária a formulação de políticas públicas a partir de instâncias das governanças regionais e locais. No estado do Paraná, atualmente, a Secretaria Estadual de Esporte e Turismo – SEET, por meio de agências específicas, como o Paraná Turismo e o Conselho Estadual de Turismo, vem orientando as ações dos operadores turísticos em todo o estado. Além das instâncias estaduais de governança turística, cada município agrega, também, uma agência incumbida de tratar estas questões no nível local.

No presente capítulo são abordadas as condições de oferta e demanda por serviços turísticos na AEII e AEID.

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1338

### 8.3.6.1 Área de estudo de determinação de área de influência indireta

O planejamento estadual prevê a regionalização da governança das atividades turísticas e instituiu 14 regiões turísticas, dentre as quais, o litoral paranaense. A ADETUR LITORAL – Agência de Desenvolvimento do Turismo Sustentável do Litoral do Paraná é a instância de governança do turismo nesta região e atua como agência de desenvolvimento e órgão gestor e de apoio aos projetos e iniciativas relacionadas ao turismo, (ADETUR, 2016). O litoral paranaense, em comparação aos demais estados banhados pela costa do oceano Atlântico, possui limitada extensão. Não obstante,

*[...] sua pequena extensão concentra uma diversidade impressionante de atividades, surpreendendo o visitante por suas belezas naturais, vilarejos encantadores, rios, praias tranquilas e ilhas.*

*Dentre os seus caminhos históricos, como a Estrada da Graciosa e a Estrada de Ferro Paranaguá – Curitiba destaca-se também o centenário Caminho do Itupava, importante via de ligação entre o litoral e o planalto. Para os viajantes que apreciam a mescla de história e natureza, a bela Ilha do Mel e o Parque Nacional do Superagüi são programas imperdíveis. Berço da colonização do Estado, no Litoral estão cidades históricas como Guaraqueçaba, Morretes, Antonina e Paranaguá, sendo que nesta é possível conhecer um dos maiores portos do Brasil e o Santuário de Nossa Senhora do Rocio, padroeira do Paraná.*



*No Litoral também está a porção de Mata Atlântica mais preservada do Brasil. Em suas baías, é possível avistar os golfinhos e a pacata vida dos pescadores da região. As atrações continuam ainda nos balneários de Matinhos, Guaratuba e Pontal do Paraná, propícios para atividades de lazer, sol e praia.*

*E não se pode deixar de conhecer a culinária típica da região, o saboroso Barreado que pode ser apreciado acompanhado da deliciosa cachaça de banana. Uma surpresa à parte é a beleza do artesanato que se faz na região. Um convite para as compras e a cultura! (SEET, 2017).*

Como se vê, todos os municípios da AEII apresentam atrativos turísticos que têm demandado, ao longo das décadas, a ação de diversos agentes interessados no desenvolvimento deste setor econômico. O Guia Turístico do Litoral Paranaense, para o ano de 2017, elaborado pela agência Paraná Turismo a partir das informações coletadas junto aos governos municipais e aos outros atores não governamentais e privados (SEET, 2017), apresenta detalhes das estruturas e serviços vinculados ao turismo no litoral paranaense. São disponibilizadas informações sobre a localização dos elementos passíveis de visitação turística com descrição sobre as características de seus atrativos, formas de acesso, serviços de transporte, hospedagem, alimentação e outros serviços de apoio aos turistas.

No ano de 2009, a SETU, com o apoio da Câmara de Municipalização e Regionalização do Turismo do Conselho de Turismo do Paraná e também do SEBRAE-PR, realizaram uma revisão da metodologia de pesquisa para hierarquizar as Regiões Turísticas através do Nível de Desenvolvimento do Turismo nos municípios. Este estudo incorporou elementos da



 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1339



pesquisa do Índice de Competividade do Turismo Nacional (promovida pelo MTur, SEBRAE Nacional e Fundação Getúlio Vargas- FGV) e ampliou as áreas de análise em: Gestão, Sustentabilidade, Oferta e Demanda Turística, Infraestrutura de Apoio e Marketing. Na pesquisa realizada junto aos municípios que compõem cada região entre os anos de 2009 a 2012, foram atribuídas notas para cada uma das áreas. Os resultados das tabulações geraram os índices gerais do Estado do Paraná e também das dez Regiões Turísticas, conforme divisão realizada na época (2009-2012), a qual não incluía as regiões do Norte Pioneiro, Vale do Ivaí, Ecoaventuras Histórias e Sabores e Entre Morros e Rios, inseridos na nova distribuição de Regiões Turísticas (2016). A região do Litoral Paranaense, onde se encontra a área de estudo (AEII), se qualificou em segundo lugar no ranking das regiões turísticas do estado, ficando, em primeiro lugar, a região dos Campos Gerais, que apresentou melhor nota em todas as cinco áreas de avaliação, conforme se verifica na Tabela 8.3.104 a seguir.

**Tabela 8.3.104 – Médias e Ranking das regiões turísticas por área pesquisada, Paraná - 2012.**

Região Turística	Gestão	Sustentabilidade	Oferta e Demanda Turística	Infraestrutura	Marketing	Nota Final	Ranking
Campos Gerais	6,8	7	7,1	7,3	6,8	7	1°
Litoral	6,5	6,8	6,8	7,1	6,8	6,8	2°
Cataratas e Caminhos	6,8	6,8	6,4	7,2	6,3	6,7	3°
Rotas do Pinhão	5,6	7,3	6,6	7,4	5,9	6,6	4°
Terra dos Pinheirais	6,4	7,3	5,7	6,6	6,3	6,5	5°
Norte do Paraná	5,7	6,8	5,5	6,9	5,2	6	6°
Corredores das Águas	5,8	7	5,4	6,9	5	6	7°
Estradas e Caminhos	5,1	5,8	5,5	7	5,4	5,8	8°
Vales do Iguaçu	5,4	6,1	6	6,9	4,6	5,8	9°
Riquezas do Oeste	5,6	6,1	5,6	6,7	4,4	5,7	10°
<b>PARANÁ</b>	<b>6</b>	<b>6,7</b>	<b>6,1</b>	<b>7</b>	<b>5,7</b>	<b>6,3</b>	

Fonte: Pesquisa de Campo, 2010/SETU

Pode se notar também, conforme demonstram os índices da Tabela 8.3.104 acima, que a região do Litoral Paranaense obteve nota inferior à do terceiro colocado (Cataratas e Caminhos) no quesito Gestão e Infraestrutura, o que sinaliza um ponto a ser tratado pelos municípios a fim de apresentar um melhor desempenho no cenário estadual e nacional. No entanto, as notas apresentadas pela região turística do Litoral Paranaense se encontram acima da média estadual em todas as cinco áreas de estudo.

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1340

Considerando os diversos temas que englobam cada uma das cinco áreas pesquisadas, a pesquisa desenvolveu também, a fim de aprofundar os temas, subitens, os quais atribuíam uma nota geral para cada área pesquisada em cada um dos municípios que compunham as regiões turísticas do estado. Segundo a metodologia aplicada se consideravam os seguintes níveis de classificação:

- Nível A: Municípios que apresentaram notas entre 8,1 e 10,0
- Nível B: Municípios que apresentaram notas entre 6,1 e 8,0
- Nível C: Municípios que apresentaram notas entre 4,1 e 6,0
- Nível D: Municípios que apresentaram notas entre 2,1 e 4,0
- Sem Classificação: 0,1 e 2,0.



Os municípios que compõem a Região Turística Litoral Paranaense obtiveram os seguintes níveis dentro da classificação geral dos municípios do estado, apresentados na Tabela 8.3.105 a seguir:

**Tabela 8.3.105 – Nível de qualificação do desenvolvimento do Turismo por município – Região Turística Litoral Paranaense em 2012**

Município	Classificação
Paranaguá	Nível A
Morretes	Nível B
Antonina	Nível C
Guaraqueçaba	Nível C
Guaratuba	Nível C
Pontal do Paraná	Nível C
Matinhos	Nível D

Fonte: SETU, 2012- Base 2010

Considerando cada uma das áreas levantadas pela pesquisa, Paranaguá apresentou índice acima da média estadual na Área de Gestão, estando entre os 20% dos municípios com melhor desempenho. Guaratuba e Pontal do Paraná apresentaram nota dentro da média do estado neste mesmo quesito. Já, os demais municípios da região turística Litoral, apresentaram índices abaixo da média em se tratando de Gestão. No quesito Sustentabilidade, somente Paranaguá apresentou nota dentro da média. Os demais municípios que compõem a região turística do Litoral Paranaense apresentaram índice abaixo da média, ou seja, nota inferior a 6,0. Em relação à Oferta e Demanda Turística, Paranaguá apresentou um índice acima da média. Os demais municípios com exceção de Pontal do Paraná e Matinhos, obtiveram índice dentro da média. Pontal do Paraná

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1341

apresentou índice inferior a 6,0, e Matinhos, inferior a 4,0. Já na Área de Infraestrutura de Apoio e Marketing, Paranaguá alcançou índice acima de 9,0, junto com Curitiba, Foz do Iguaçu e União da Vitória. Morretes, Guaratuba e Pontal do Paraná alcançaram índice dentro da média. Já Guaraqueçaba, Antonina e Matinhos tiveram desempenho abaixo da média.

No ano de 2016 o Ministério do Turismo apresentou novo ranking dos destinos turísticos no Brasil. O estado do Paraná reduziu de 261 para 224 o número de municípios participantes de suas 14 regiões turísticas.

Os municípios litorâneos apresentaram mudança na classificação demonstrando melhorias na infraestrutura de Guaratuba que passou da categoria C para B. E um excelente desempenho de Matinhos que subiu da categoria D para a B. Já Paranaguá que apresentou desempenho com categoria A em 2012, caiu para a Categoria B no novo ranking. Antonina e Guaraqueçaba também perderam pontuação, caindo de categoria C para D.



O Ministério do Turismo (MTur) adotou em 2016, nova metodologia para a classificação. Foram consideradas 3 variáveis de desempenho econômico: a) número de empregos, b) de estabelecimentos formais no setor de hospedagem, c) estimativas de fluxo de turistas domésticos e internacionais. A Tabela 8.3.106 a seguir apresenta a classificação dos municípios litorâneos segundo o novo ranking do MTur:

**Tabela 8.3.106 - Nível de qualificação do desenvolvimento do Turismo por município - Região Turística Litoral Paranaense em 2016.**

Município	Classificação
Paranaguá	Nível B
Guaratuba	Nível B
Matinhos	Nível C
Morretes	Nível C
Pontal do Paraná	Nível C
Antonina	Nível D
Guaraqueçaba	Nível D

Fonte: MTUR, 2016.

O turismo nos municípios da AEII se destaca pelo turismo de lazer: as belezas naturais, sol, praias e as ilhas são os principais destinos para os turistas do estado, de outras regiões do país e estrangeiros, principalmente do Mercosul, nos períodos de férias e feriados. No turismo cultural, a arquitetura histórica do Centro Histórico de Antonina e Paranaguá; o

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1342

Complexo Matarazzo em Antonina, a antiga Estação Ferroviária de Paranaguá, o antigo Colégio Jesuíta e atual Museu de Arqueologia e Etnologia – MAE estão entre os principais pontos de visitação turística da região. Na gastronomia destaca-se o barreado, prato típico caiçara, presente nos cardápios dos restaurantes de Morretes, Antonina, Guaraqueçaba e Paranaguá. A tainha, recheada e/ou defumada, assim como o caranguejo entraram no roteiro das festas gastronômicas do litoral em diversas localidades. Ainda, a região se destaca pelas festas de rua, como o Carnaval de Antonina, que recebe foliões de diversos lugares durante a festividade, o carnaval das praias, o Fandango Caiçara e as diversas festividades religiosas. Entram também no roteiro o turismo de aventura, como o *rafting*, as caminhadas, o montanhismo e o paraquedismo. Deve-se destacar, também, o turismo de negócios, que movimenta semanalmente Paranaguá e região. Por se tratar de uma região litorânea, e também em razão do estudo contemplar uma área para a instalação de um Complexo Náutico, o tema sobre turismo náutico foi abordado com mais profundidade no subitem a seguir.

#### 8.3.6.1.1 Turismo náutico



De acordo com o Ministério do Turismo (2010), o turismo náutico se diferencia dos outros segmentos na medida em que o seu principal elemento caracterizador é um equipamento náutico. Nesse caso, a embarcação, que se constitui no próprio atrativo motivador do deslocamento, ao mesmo tempo é utilizada como meio de transporte turístico. Segundo o Ministério do Turismo:

*A atividade náutica, quando atrelada ao turismo, possui características que a diferenciam do simples ato de navegação. O Turismo Náutico, portanto, não se configura pela utilização da embarcação como simples meio de transporte, mas como principal motivador da prática turística (BRASIL Ministério do Turismo, 2010, p 11).*

Náutica pode ser compreendida como toda atividade de navegação desenvolvida em embarcações sob ou sobre águas. Portanto, a navegação quando considerada uma prática turística, caracteriza o segmento denominado turismo náutico.

No Brasil, como esse segmento ainda é incipiente, dados que demonstrem seus impactos econômicos, perfil do turista e demanda potencial ainda são escassos, o que inviabiliza a apresentação de dados mais recentes.

Contudo, é possível oferecer um panorama geral baseado nas informações disponibilizadas pelo Ministério do Turismo por meio do caderno “Turismo náutico: orientações básicas”

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1343

publicado em 2010. Assim, serão apresentados alguns tópicos sobre dados referentes ao turismo náutico no mundo e os seus principais mercados emissores. Os tópicos<sup>8</sup> seguem abaixo:



- O mercado do Turismo Náutico na Europa (principal emissor de turistas náuticos) cresce a taxas que variam entre 8 e 10% ao ano;
- A estimativa para prática de Turismo Náutico no continente é de 3 milhões de viagens/ano, sendo a Alemanha e a Escandinávia os principais emissores de turistas no movimento interno ao continente;
- Britânicos e franceses são os que mais se lançam ao mar em busca de aventuras transoceânicas;
- O principal destino destes é o Caribe;
- Os Estados Unidos foi o país que mais enviou turistas ao Brasil em 2008, ingressados por meio da via marítima;
- A Argentina foi o terceiro maior país emissor de turistas ao Brasil em 2008, ingressados por meio da via marítima;
- Na área de serviços/marinas, a náutica gera em torno de 3 postos de trabalho por barco acima de 25 pés;
- Pesquisa realizada pela Allen Consulting aponta que 90% da produção mundial dos barcos de lazer está concentrada nos países que melhor desenvolveram o turismo náutico;

De acordo com o Ministério do Turismo (2010), a Argentina é o terceiro maior emissor de turistas ao Brasil por via marítima. Essa circunstância possibilita a exploração desse mercado, principalmente por estados do Sul e do Sudeste do Brasil. Além disso, o número de barcos estrangeiros que circulam em território brasileiro vem crescendo a cada ano. Grande parte é atraída pelas belezas naturais existentes ao longo do litoral, mas em boa medida, pelos trabalhos desenvolvidos pelo Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR).

Em 2006 houve o Decreto Lei nº5887/2006, que ampliou o prazo de permanência dos barcos estrangeiros de lazer de 3 meses (renováveis por mais 3 meses) para dois anos. Essa medida ficou conhecida como “A nova abertura dos portos”. Contudo, essa medida foi revogada em fevereiro de 2009 pelo Decreto Lei nº 6.759. O decreto 6.759/2009 regulamenta a administração das atividades aduaneiras e fiscalização, controle e tributação

---

<sup>8</sup> Estes dados foram retirados do caderno “Turismo náutico: orientações básicas” publicado em 2010 pelo Ministério do Turismo.

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1344

das operações de comércio exterior. Apesar disso, o Ministério do Turismo (2010) apontou que os avanços alcançados pelo decreto 5.887/2006 permaneceram inalterados.

O turismo náutico pode ser classificado em duas modalidades específicas: o turismo náutico de cruzeiro e o turismo náutico de recreio e esporte. Segundo o Decreto nº 7.381/2010, o turismo denominado cruzeiro marítimo ou fluvial se constitui da “prestação de serviços conjugados com transporte, hospedagem, alimentação, entretenimento, visitação de locais turísticos e serviços afins, quando realizados por embarcações de turismo”.

Os cruzeiros marítimos e fluviais são classificados em duas categorias: de cabotagem<sup>9</sup> e internacional. O turismo náutico de recreio e esporte é realizado em barcos de pequenos e médio porte, que podem ser propriedade do turista ou alugados, exemplos de uma forma geral são: veleiros, lanchas, iates, balsas, etc.

#### 8.3.6.1.2 *Marinas na AEII*



Todos os municípios da zona costeira do estado do Paraná possuem marinas, quais sejam, Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Pontal do Paraná e Paranaguá. Elas encontram-se localizadas em áreas abrigadas dentro das baías de Paranaguá e Guaratuba. De maneira geral, algumas se localizam em áreas naturais abrigadas dos ventos e das ondas e apresentam calados<sup>10</sup> propícios, tais como a Ilha da Cotinga. Outras, contudo, demandam aterros e dragagens, como o late Clube de Caiobá, localizado em Matinhos e a marina Ponta do Poço, localizada em Pontal do Paraná. Essas últimas foram implantadas em áreas de mangues ou planícies úmidas de altitude próxima ao nível do mar (PIERRE. *et. al*, 2006).

Em Pontal do Sul, as marinas foram sendo implantadas ao longo das margens do canal do DNOS durante a década de 1960. O canal ficou conhecido como “Canal das Marinas”. De acordo com o Plano de Intervenção na Orla Marítima de Pontal do Paraná, esse trecho caracteriza-se por ser uma região ocupada de maneira não regular por marinas.

---

9 Cruzeiro de cabotagem: aquele cuja viagem tem início e término em porto nacional, com trânsito exclusivo em portos e pontos nacionais; Cruzeiro internacional: aquele cuja viagem tem início em porto estrangeiro e término em porto nacional, ou início em porto nacional e término em porto estrangeiro. Além disso, existem algumas especificações de acordo com o trajeto, o curso, e escala.

10 Calado é a designação dada à profundidade a que se encontra o ponto mais baixo da quilha de uma embarcação, em relação à superfície da água.

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1345

Segundo Pierri. *et. al.* (2006), houve nos últimos anos um acentuado aumento na demanda por esse tipo de equipamento. O autor explica que em Pontal do Paraná foram instaladas 18 marinas no Canal do DNOS e uma na Ponta do Poço, que abriga cerca de 1.500 embarcações.

Contudo, é importante apontar que na costa paranaense, os locais para implantação de marinas são relativamente escassos, pois a maior parte das costas estuarinas tem planície costeira com manguezais, que, por serem protegidos por lei, constitui-se numa barreira para sua instalação. Desse modo, a pressão de ocupação por esse tipo de instalação deve-se concentrar nas costas estuarinas sem mangue, que coincidem com as áreas de ocupação das populações tradicionais de pescadores, gerando conflitos latentes ou manifestos (Pierre *et al*, 2006).



De acordo com o relatório “Planos Locais de Desenvolvimento de Maricultura” desenvolvido pelo Instituto Gia, Guaratuba possui 8 (oito) marinas. Quais sejam, Associação Porto Marina Guaratuba, Marina Guarapesca, Marina VelaMar, Porto Estaleiro Associação Náutica, Marina J.A Santos, Marina Porto Passagem, Associação Marina do Sol e late Clube de Guaratuba.

Entre elas destacam-se a Associação Porto Marina Guaratuba, que se encontra em funcionamento há mais de 18 anos e emprega 13 pessoas em média, Marina Guarapesca, com 15 anos de atividade e 8 empregados e a Marina VelaMar, que possui barracão fechado em 2 (dois) pavimentos com área total de 1700 m<sup>2</sup>, 2 (dois) trapiches, rampa com 15 (quinze) metros de comprimentos por 5 (cinco) de largura.

Os serviços oferecidos pelas marinas são amplos, tais como lavagem de cascos e motores, *check list* para saída da embarcação, *check list* de documentação, verificação do nível do óleo, carga de baterias, verificação de combustível, elaboração de plano de navegação quando da saída da embarcação, desumidificação interna das cabines, entre outros. Além disso, as marinas dispõem de locais para a guarda e conservação das embarcações.

Morretes, Matinhos e Antonina dispõem de lates Clubes que oferecem, além dos serviços voltados para as embarcações, restaurantes, churrasqueiras, piscina, cancha de bocha, mesas de sinuca e outros equipamentos de lazer. Já, em Guaraqueçaba, foi possível identificar 2 (duas) marinas, Marina Guara e Joceni Roecker, ambas localizadas na rua Inácio Barbosa Pinto, no centro de Guaraqueçaba.



 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1346

De acordo com o Jornal Tribuna do Paraná, Pontal do Paraná já é considerado a Capital Náutica do Paraná, com 22 marinas e cerca de 1.200 embarcações registradas, sendo o município do litoral paranaense que mais possui marinas. Com base na pesquisa realizada pela equipe da socioeconomia, foi possível identificar 13 marinas<sup>11</sup> em Pontal do Paraná. Entre elas destacam-se as marinas descritas a seguir:

A Marinasul, que dispõe de vagas cobertas para 100 embarcações de até 33 pés, deck flutuante para embarque e desembarque, estacionamento para clientes, bar, churrasqueira, oficina, venda de embarcações, despachante marítimo e lancha para resgates.

A Marina Central Náutica foi fundada em 2000 e se concentra no lazer náutico, comércio e guarda de barcos. Encontra-se localizada próxima à saída para a baía de Paranaguá e de frente para a Ilha do Mel. A marina possui 3100 m<sup>2</sup> com 60 metros de flutuantes de concreto e 24 metros de flutuantes de madeira para a atracação de embarcações. A Marina Central Náutica, juntamente com o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) implantaram um sistema de tratamento de esgoto que oferece um processo de filtragem na qual transforma água suja em água limpa. Além disso, é a única marina que possui cisterna para a captação da água da chuva.



A Marina Lagamar, que se encontra em atividade desde 1995, conta com vagas cobertas para os barcos, *deck* flutuante, rampa com inclinação suave, vestiários, churrasqueiras *wi-fi*, segurança 24 horas e uma área para a limpeza de pescados. Entre os serviços oferecidos encontra-se a venda de embarcações usadas.

O Porto Marina Mares do Sul, que conta com estacionamento de embarcações em vagas secas, área de atracagem em vagas molhadas, serviços de manutenção e limpeza. A área de lazer possui um Mirante com Sushi Bar que dispõe de acesso por elevador panorâmico e áreas com guarda-sol em sacadas ou em beira mar.

Por fim, a Ponta do Poço Marina Clube, que é uma associação civil fundada em 1989. Suas atividades náuticas tiveram início em 2002. A marina conta com dois barracões para a guarda de 57 embarcações até 55 pés, com medidas de 5x18m e 11m de altura. Na piscina

---

<sup>11</sup> Iate Clube de Pontal do Sul, Marinasul, Marina Central Náutica, Marina Lagamar, Marina Las Palmas, Marina Pontal do Paraná, Marina Bom Abrigo, Marina Atlantis, Marina do Aragão, Marina Sete Mares, Porto Marina Mares do Sul, Porto Marina Tamoatoa e Ponta do Poço Marina Clube.

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1347

onde ficam as embarcações na água, disponibilizam 22 vagas molhadas, com tomadas de energia, água potável e combustíveis diesel e gasolina.



### 8.3.6.2 Área de estudo para determinação da área de influência direta

A pesquisa sobre o desenvolvimento das atividades relacionadas ao turismo em Paranaguá se baseou nos dados coletados pelo Observatório do Turismo, ligado à Secretaria Municipal de Turismo. Além das informações coletadas e analisadas a partir desta fonte, o estudo sobre o turismo realizou pesquisa qualificada com levantamento de informações junto a operadores de transporte aquático e de hospedagem na cidade de Paranaguá. Foram realizadas dez entrevistas com aplicação de questionário fechado e conversas baseadas em roteiro semiestruturado sobre as demandas que se apresentam ao setor turístico em Paranaguá.

#### 8.3.6.2.1 Importância do turismo para economia do município de Paranaguá

Paranaguá tem se destacado na área do turismo no cenário estadual conforme o ranking da SETU (2012), apresentado anteriormente, conforme Tabela 8.3.105. Foi também reconhecido nacionalmente no ano de 2010 como um dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento do Turismo Regional, por meio de um estudo realizado pelo Ministério do Turismo, com participação do SEBRAE Nacional e da Fundação Getúlio Vargas-FVG. Embora um dos principais roteiros turísticos de Paranaguá seja a Ilha do Mel, o município oferece muitos outros atrativos turísticos, como o histórico-cultural, gastronômico, o turismo religioso, de lazer, de aventura e náutico. O turismo de negócios se destaca como um dos principais geradores de renda para o município, alavancando os serviços de hotelaria, alimentação e comércio, principalmente em função das atividades portuárias. Isso diferencia Paranaguá dos demais municípios litorâneos que recebem turistas sazonais, concentrados nos períodos de feriados e férias. Paranaguá mantém sua atividade turística durante todos os meses do ano, apresentando acréscimos nas datas específicas, mas não enfraquecendo a ponto de desestabilizar o setor ao longo do ano. Embora o turismo ainda não esteja entre as principais economias do município, seu potencial revela muito a ser explorado.

O turismo religioso se fortaleceu em Paranaguá com a Festa do Santuário do Rocio, que desde 1999 passou a fazer parte do calendário oficial do município, como uma das festividades mais importantes da região, responsável por elevar o número de turistas na cidade. Paranaguá recebe cerca de meio milhão de turistas anualmente em função do Santuário do Rocio. Em 2014, uma pesquisa realizada pela FUNTUR durante a festa de

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1348

Nossa Senhora do Rocio apontou que mais de 65% dos participantes eram originários de Curitiba e Região Metropolitana. Santa Catarina foi representada por mais de 60% dos participantes de outros estados. Mais de 80% dos participantes entrevistados disseram não pernoitar na cidade, não utilizando, portanto, a estrutura de hotéis.



Em relação aos eventos turísticos do município, a maioria destes acontece em espaços abertos, sendo a praça de eventos 29 de Julho o principal espaço. Nela são realizados shows musicais, feiras e a anual Festa da Tainha. Durante o período de festa, segundo informações da prefeitura municipal através do Observatório do Turismo (2015), estima-se que mais de 300 empregos indiretos sejam gerados em torno do evento. Para o evento, a prefeitura oferece treinamento de mão de obra. São cursos na área de manipulação e preparo dos alimentos e atendimento ao público, como garçons. Em 2015, durante os 18 dias de festa, foram comercializadas mais de 20 toneladas de tainha, contribuindo para o incremento de renda de 16 famílias de 11 comunidades pesqueiras da baía de Paranaguá (OBSERVATÓRIO DO TURISMO DE PARANAGUÁ, 2015).

Para abrigar eventos técnico-científicos, Paranaguá conta com 18 espaços de eventos, localizados principalmente em hotéis e instituições de ensino, além de dois ginásios de esporte com capacidade de 1.000 a 7.000 mil participantes. Paranaguá possui ainda 2 postos de atendimento ao turista. No que se refere a formação profissional na área do turismo, Paranaguá possui uma instituição de ensino que oferece curso de graduação em Turismo, o Instituto Superior do Litoral do Paraná – INSULPAR. O curso tem a duração de três anos.

Em relação às atividades ligadas ao turismo em Paranaguá, a Tabela 8.3.107 expõe estas atividades em números. Paranaguá apresenta um total de estabelecimentos que desenvolvem atividades características do turismo de 56.801, se destacando entre os municípios da região.

**Tabela 8.3.107 - Atividade Característica do Turismo**

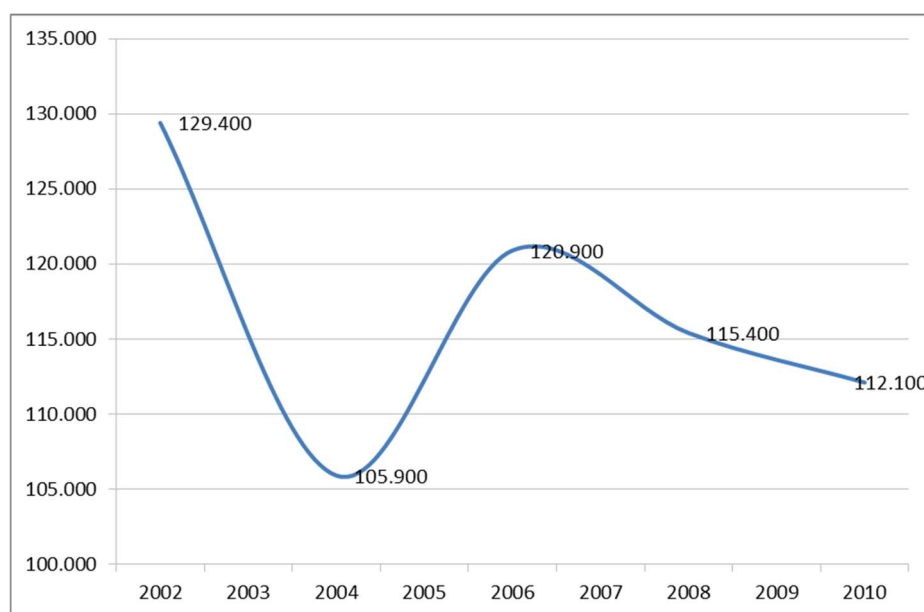
Atividades	Estabelecimentos	%
Alimentação	36.988	65,1%
Alojamento	9.392	16,5%
Transporte Terrestre	3.850	6,8%
Cultura e lazer	3.777	6,6%
Transporte Aquaviário	2.189	3,9%
Agência de Viagens	427	0,8%
Aluguel de Transportes	178	0,3%

		Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
		Nº PLANAVE	REV. PLANAVE	1349
		RL-B00-H01-1001	0	

Atividades	Estabelecimentos	%
<b>Total</b>	<b>56.801</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: IPEA, 2016; SIMT, 2016.

No Gráfico 8.3.64 é apresentada a quantidade anual de embarque de passageiros com destino à Ilha do Mel, entre 2002 e 2010. Por meio do gráfico, é possível verificar que nesse período houve uma tendência de queda no número de embarque.





Fonte: Secretaria de Turismo do Estado do Paraná, 2013.

### Gráfico 8.3.64 - Embarques de passageiros com destino à Ilha do Mel (2002-2010)

O embarque de passageiros com destino à Ilha do Mel pode ser feito tanto em Paranaguá quanto em Pontal do Paraná. Porém constata-se que cerca de 80% dos turistas embarcam em Pontal do Paraná. Isso se deve ao fato de o tempo de viagem partindo deste município e o valor da tarifa cobrada serem muito menores comparados aos de Paranaguá. Enquanto a travessia partindo de Pontal do Paraná dura em média 30 minutos e custa R\$35,00 (ida e volta), a travessia partindo de Paranaguá é mais longa, com duração de 1 hora e 45 minutos e custa R\$53,00 (preços de 2016). Além disso, em Pontal do Paraná os embarques são disponibilizados de meia em meia hora diariamente, enquanto em Paranaguá existem somente três possibilidades de horário de embarque por dia.

Apesar das atividades turísticas aqui expostas, o turismo de Paranaguá é bastante limitado quando comparado aos demais municípios do litoral do Paraná. Em pesquisa com hóspedes em meios de hospedagem, a Fundação Municipal de Turismo de Paranaguá constatou que apenas 7% dos hóspedes viajaram a Paranaguá em ordem de turismo.

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1350

Para conhecimento e diagnóstico das atividades turísticas no município de Paranaguá, o presente estudo se baseia em dados de pesquisas anteriores realizadas pelo Observatório do Turismo de Paranaguá, pela Fundação Getúlio Vargas e por dados primários levantados junto a alguns agentes vinculados ao turismo em Paranaguá. Os levantamentos empíricos foram realizados durante o mês de julho de 2016.

Os que visitam o município de Paranaguá para diversas finalidades, em geral reafirmam o que demonstram, também, as estatísticas: O turismo em Paranaguá é bastante limitado, porém Paranaguá possui um grande potencial turístico e, ao longo dos últimos anos, tem se planejado para explorar com mais eficiência essa característica. Essa evolução pode ser verificada através do Índice de Competitividade do Turismo Nacional, um estudo sobre os destinos indutores do desenvolvimento turístico brasileiro de 65 municípios, realizado pela Fundação Getúlio Vargas, em parceria com o Sebrae. Ao todo, são avaliadas 13 dimensões, contendo dados primários e secundários para consolidação do índice. Entre as dimensões, pode-se destacar a infraestrutura geral, o acesso, serviços e equipamentos turísticos, políticas públicas, cooperação regional, monitoramento, economia local, aspectos sociais, ambientais e culturais, além de marketing e promoção de destino e atrativos turísticos.

Para facilitar a análise, os índices são apresentados dentro de uma escala de 0 a 100. Além disso, foram divididos em cinco níveis de competitividade. O primeiro nível (0 a 20 pontos) apresenta deficiência de condições na dimensão. No segundo nível (21 a 40 pontos), considera-se que as condições são inadequadas para a competitividade. No terceiro nível (41 a 60 pontos), a situação é satisfatória e, no quarto nível (61 a 80 pontos), as condições são adequadas para as atividades turísticas – é considerado, também, o padrão mínimo de qualidade para as dimensões – e, por fim, no quinto nível (81 a 100 pontos), corresponde ao melhor posicionamento do destino.

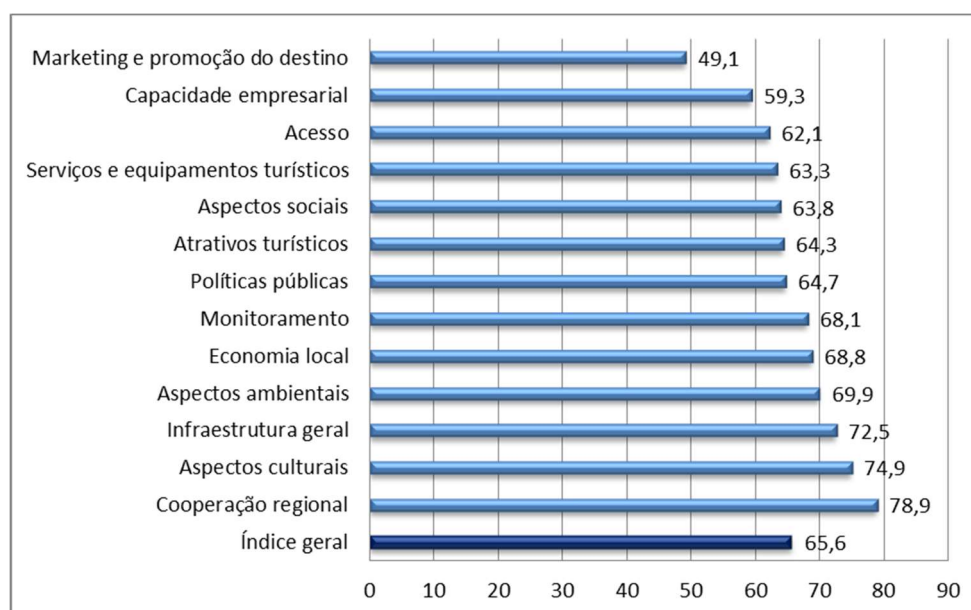
No primeiro ano da pesquisa, em 2008, Paranaguá apresentava índice de 54,0 – numa escala de 0 a 100 –, enquanto a média brasileira situava-se em 52,1 e, no caso dos municípios que não são capitais, a média se encontrava em 46,9. Conforme se verifica no Gráfico 8.3.65, Paranaguá registrou um aumento neste índice geral de competitividade, alcançando, em 2014, um índice de 65,6 e, ao mesmo tempo, distanciando-se das médias brasileira e de não-capitais.



Fonte: Índice de Competitividade do Turismo Nacional - Paranaguá (2014)



**Gráfico 8.3.65 - Evolução do índice geral de competitividade do turismo de Paranaguá**

De maneira mais detalhada, o Gráfico 8.3.66 apresenta os índices por dimensão, no município de Paranaguá, em 2014. Pela ordem crescente, é possível verificar que, à exceção das dimensões “Marketing e promoção do destino” e “Capacidade empresarial”, com pontuação inferior a 60, as dimensões se encontram no nível 4 de competitividade.



Fonte: Índice de Competitividade do Turismo Nacional – Paranaguá (2014)

**Gráfico 8.3.66 - Índices de competitividade do turismo por dimensão em Paranaguá (2014)**

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1352

### 8.3.6.2.2 Principais pontos de atividades turísticas em Paranaguá

#### 8.3.6.2.2.1 Ilhas e praias

Certamente, um dos atrativos importantes para que Paranaguá fosse listada entre os 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional foi a Ilha do Mel. Trata-se de um território de 2.762 hectares, num perímetro de aproximadamente 35 km, situado na desembocadura do Complexo Estuarino Lagunar de Paranaguá, entre o Oceano Atlântico (leste da ilha) e a baía e o continente (oeste da ilha).



Neste ponto, é interessante destacar o processo de ocupação da Ilha do Mel. Com o nome originário de “Ilha da Baleia”, teve a fortaleza construída em 1765. Portanto, inicialmente teve uma função de território militar, ainda no período imperial. Já no século XIX, registrava-se o abandono dos militares. A partir de 1930, tornou-se um destino de veraneio da classe alta de Curitiba, instaladas nas imediações do Farol das Conchas e da Fortaleza. No período da Segunda Guerra Mundial, torna-se, novamente, um território militarizado, em função de seu posicionamento geográfico estratégico.

Em 1980, torna-se novamente um atrativo turístico para veranistas, principalmente após a chegada da rede de energia elétrica e outros serviços essenciais, tais como o transporte marítimo entre a ilha e o continente. Essa nova dinâmica alterou todos os aspectos da Ilha do Mel. A partir de então, houve uma intensificação nas porções antropizadas, bem como um processo migratório em direção a ilha. Assim, surge uma estrutura de oferta restaurantes, pousadas e outros serviços de apoio ao turismo, que se vê até os dias atuais.

A Ilha do Mel é composta por cinco comunidades apresentadas abaixo: A comunidade Nova Brasília, no centro da ilha, conta com pontos turísticos e com boa infraestrutura de serviços de hospedagem, alimentação e passeios de barco. Inclusive, as linhas marítimas se destinam a esses dois pontos na ilha, pois as duas comunidades possuem trapiche. Com relação à população local, concentra um grande número de nativos.

A comunidade do Farol possui boa infraestrutura turística, com muitos bares, pousadas e restaurantes. O local conta com o Farol das Conchas, ponto de visitação turística, fica entre a praia chamada Paralelas e a Praia de Fora.



		Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
		Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1353

A Comunidade Fortaleza encontra-se localizada ao Sul da Ilha e pode ser caracterizada como a parte mais tranquila da Ilha devido à pouca movimentação, a maior parte das casas pertence a veranistas. Em Fortaleza se situa o Morro da Baleia.

A comunidade de Ponta Oeste é considerada Unidade de Preservação, portanto, possui apenas 12 famílias que sobrevivem da pesca artesanal na região. A infraestrutura dessa comunidade é precária.



A comunidade Encantadas localiza-se na parte Sul da Ilha e possui uma população mais concentrada, devido ao grande número de moradores e o pequeno espaço disponível. O local conta com boa infraestrutura de bares, restaurantes, pousadas. Além disso, dispõe de uma escola, um campo de futebol, telefone público e posto do Batalhão da Polícia Florestal.

A Comunidade também conta com um trapiche de 80 metros para a aportagem de barcos, conforme se pode observar nas imagens abaixo (Figura 8.3.11 e Figura 8.3.12).



Fonte: Levantamento empírico (2016).

**Figura 8.3.11 - Trapiche da comunidade Encantadas (Ilha do Mel)**

		Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
		Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1354



Fonte: Levantamento empírico (2016).



**Figura 8.3.12 - Embarcações na comunidade Encantadas (Ilha do Mel)**

Na imagem fotográfica mostrada na Figura 8.3.13, vê-se a Associação de Moradores de Encantadas (AME), aberta aos moradores, bem como uma placa de boas-vindas à comunidade. Nota-se que os dizeres da placa também estão traduzidos para o inglês, devido à presença de turistas estrangeiros no local.



Fonte: Levantamento empírico (2016).

**Figura 8.3.13 - Organização social e sinalização na comunidade Encantadas (Ilha do Mel)**

		Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
		Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1355

Assim como ocorre em todo o território da Ilha do Mel, as incursões pela ilha são realizadas em caminhos arenosos, “trilhas” ou passagens, nas quais os serviços de hospedagem, alimentação e infraestrutura se encontram. No caso da comunidade Encantadas, embora detenha infraestrutura de comércio e instalações aos turistas, não concentra a maior parte dos serviços públicos disponíveis.

Por seu pujante potencial turístico, os moradores da Ilha do Mel concentram suas atividades explorando esse potencial. Em pesquisa de campo, os moradores dividiam suas tarefas entre os serviços turísticos – pousadas, campings, restaurantes – e a atividade de pesca, sendo esta, em muitos casos, secundária. No entanto, situações como demonstradas na imagem fotográfica da Figura 8.3.14 são frequentes, com comércio de peixes em conjunto a serviços turísticos.





Fonte: Levantamento empírico (2016).

**Figura 8.3.14 - Comunidade Encantadas (Ilha do Mel)**

Ao longo da praia de Encantadas, ficam localizados comércios, restaurantes e pousadas, conforme se vê na imagem fotográfica na Figura 8.3.15 abaixo. Ao fundo, uma área de preservação ambiental.



		Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
		Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1356



Fonte: Levantamento empírico (2016).



**Figura 8.3.15 - Praia de Encantadas (Ilha do Mel)**

A estrutura de comércio da comunidade de Encantadas é bastante diversa, com pousadas e restaurantes com boa infraestrutura para atendimento aos turistas e visitantes, mas, ao mesmo tempo, nota-se a presença de estabelecimentos com instalações mais precárias. Na imagem fotográfica da Figura 8.3.16, um estabelecimento comercial, com placas ofertando lanches, salgados e bebidas.



Fonte: Levantamento empírico (2016).

**Figura 8.3.16 - Comércio na comunidade Encantadas (Ilha do Mel)**

		Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
		Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1357

### 8.3.6.2.2.2 Turismo no centro histórico de Paranaguá



A arquitetura histórica de Paranaguá, seus monumentos antigos, prédios e casarios, atraem visitantes em busca do conhecimento histórico e da contemplação. A rua da Praia, nas margens do rio Itiberê (Figura 8.3.17), abriga os diversos atracadouros onde embarcações trazem e levam diariamente moradores e turistas em direção às ilhas localizadas na baía de Paranaguá. Nesta região também estão localizados os principais restaurantes e bares da cidade com cardápios de pratos à base de peixes e frutos do mar.



Fonte: Carolina Iarosz, 2017.

**Figura 8.3.17- Atracadouros na margem do rio Itiberê.**

O Mercado do Café (Figura 8.3.18) e as lojas de artesanato também estão localizados nesta região. São paradas obrigatórias para quem visita Paranaguá. Servir-se de um almoço com prato à base de peixes e frutos do mar no Mercado do Café e depois admirar e adquirir os artesanatos locais, seja nas lojas em frente ao mercado ou no mercado municipal, está incluso no roteiro turístico do Centro Histórico de Paranaguá.

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1358





Fonte: Carolina Iarosz, 2017.

**Figura 8.3.18 – Mercado do Café – Centro Histórico de Paranaguá**

O espaço do Mercado Municipal é utilizado para os bailes de Fandango Caiçara em sábados alternados. O baile conta com diversos grupos de Fandangueiros locais e a entrada é gratuita. Os bailes têm atraído muitos visitantes e admiradores da cultura caiçara, que vão a Paranaguá em busca de divertimento e apreciação da cultura local.

Outro local de grande visitação turística no Centro Histórico de Paranaguá é o Museu de Arqueologia e Etnologia de Paranaguá (Figura 8.3.19). Uma instituição dirigida e mantida pela Universidade Federal do Paraná e IPHAN, o prédio possui uma série de salas com diferentes exposições, as quais tratam da diversidade cultural existente no Brasil e, principalmente, da cultural local, indígena, caiçara e sambaqui. São diversos artefatos arqueológicos, ornamentos, cestarias, brinquedos, violas, rendas e tantos outros objetos dispostos com o maior cuidado em espaços organizados para a observação, conhecimento e admiração do público visitante.



		Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
		Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1359





Fonte: Carolina Iarosz, 2017.

**Figura 8.3.19- Museu de Arqueologia e Etnologia – MAE em Paranaguá**

O MAE, através da sua equipe administrativa local, realiza estatística diária do número e perfil dos visitantes à instituição. Somente no ano de 2016, o museu recebeu mais de 24.000 mil visitantes. Deste total, 98,4% eram nacionais e quase 2,0% estrangeiros, sendo o maior contingente de estrangeiros originários da França (19 visitantes) e da Alemanha (16 visitantes). 40% dos visitantes residiam em Paranaguá e 26% do público era representado por alunos. O museu, por sua coordenação geral em Curitiba, organiza visitas junto às escolas estaduais. Participam tanto escolas públicas como privadas e universidades.

Somente em janeiro de 2017, 126 alunos, sendo uma parte dos mesmos de uma escola estadual, outra parte de uma escola particular e alguns da Universidade de Maringá visitaram o museu. No total, no mês de janeiro de 2017 contabilizou-se 3.018 visitas. No ano de 2015, neste mesmo período, o número total foi de 2.270 visitantes. Na opinião do técnico responsável pelo registro de visitantes, a repercussão das notícias sobre o surto de casos de dengue na cidade teria provocado a redução no número de visitas em 2015. “*Várias escolas de outras cidades e estados fizeram o cancelamento de visitas que já estavam agendadas com bastante antecedência em função das notícias sobre epidemia de dengue em Paranaguá*”, disse o técnico administrativo. Os meses de férias escolares: janeiro, fevereiro e julho, são os períodos com maior visita ao museu. Já, em relação aos dias de semana, o domingo é o dia que apresenta menor frequência. Segundo os apontamentos de dois dos funcionários da instituição, a falta de estrutura de alimentação aberta aos domingos é a principal razão da baixa visita neste dia. “... *Paranaguá está preparada para atender*



 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1360

*visitantes de segunda a sábado. O único restaurante nas proximidades, aberto no domingo, pratica um preço muito alto”, afirmou o entrevistado.*

Outro local com grande frequência de visitas, segundo informações de moradores locais, é o Aquário de Paranaguá (Figura 8.3.20). Inaugurado em 2014, o local contribuiu para o aumento das taxas hoteleiras do município nos finais de semana (NOVAES; FEITOZA, 2014). O espaço pertencente ao Instituto Ambiental do Paraná (IAP) é gerenciado pela empresa Acqua Mundo. O espaço conta com mais de 200 espécies da fauna aquática, principalmente do Litoral do Paraná, expostos em diversos ambientes. O Aquário é dividido em três pavimentos e é um dos maiores do país. São aproximadamente dois mil metros quadrados, 23 tanques, biblioteca, auditório, sala de exposições, loja e lanchonete (IAP, 2016).





Fonte: Carolina Iarosz, 2017

**Figura 8.3.20- Aquário de Paranaguá**

A localização de todos estes pontos turísticos da cidade de Paranaguá é apresentada no Anexo I – Mapa 41 – Mapa de Pontos Turísticos do Município de Paranaguá.

#### 8.3.6.2.2.3 Turismo náutico em Paranaguá

Importante assinalar que Paranaguá possui uma estrutura considerada consolidada dentro do turismo náutico de esporte e recreio. Para demonstrar esta afirmação serão apresentados dados de duas importantes instituições do segmento localizadas no município, quais sejam,

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1361

Cooperativa dos Transportadores Náuticos Autônomos da Ilha do Mel (COTRANAUTA) e Associação dos Proprietários de Barcos de Turismo e Transporte do Estado do Paraná (BARCOPAR).



A COTRANAUTA foi fundada em 1999 visando organizar as embarcações autônomas que atuavam na Ilha do Mel. Os serviços oferecidos pela cooperativa são travessias alternativas, travessia interna entre as principais localidades da ilha, passeios pela região, pescarias e fretes. Sua especialidade é com transporte executivo no sistema táxi-náutico, com barcos do tipo voadeira, que comporta um total de cinco passageiros.

Suas principais travessias são: 1) travessias para a ilha, cujas rotas são: Pontal do Sul – Ilha do Mel; Paranaguá – Ilha do Mel; 2) travessias na Ilha do Mel, cujas rotas são: Nova Brasília – Encantadas; Farol – Fortaleza.

As opções de passeios oferecidos pelos membros da cooperativa variam entre passeios curtos e longos. As opções para passeios curtos são a Baía dos Golfinhos e a Ilha das Peças. Já para passeios longos, os principais destinos são Parque Nacional Superagui, Guaraqueçaba e Ilha do Cardoso ou Marujá. Além disso, dentro do turismo para uso esportivo, a cooperativa oferece excursões para pescarias. A Tabela 8.3.108 apresenta a quantidade de embarcações ligadas à COTRANAUTA segundo sua capacidade.

**Tabela 8.3.108 - Lista das embarcações da Cooperativa dos Transportadores Náuticos Autônomos da Ilha do Mel por capacidade (2016)**

Id	Nome da embarcação	Capacidade	Nome do barqueiro
1	ALINE III	4 passageiros	Nélcio de Oliveira
2	BRITTÃO	4 passageiros	Renato Britto Jr
3	BRITTÃO I	4 passageiros	Renato Britto Jr
4	FELICIDADE II	4 passageiros	Airton Gonzaga Júnior
5	RAFAELA	4 passageiros	Antônio dos Santos
6	RENATA	4 passageiros	Ronaldo Ribeiro
7	MARCINHUS I	5 passageiros	Idemir do Rosário Pereira
8	CATITA III	11 passageiros	Cláudio Miranda Farias (Taquinha)
9	AROMA DA ILHA	12 passageiros	Alcione Valentim
10	FREE WILLY I	12 passageiros	Jamil Rodrigues dos Santos
11	CARLOS HENRIQUE	15 passageiros	Paulo Adilson Ribeiro
12	GRAÇA E PAZ	15 passageiros	Emilson Campos Serafim (Jacozinho)
13	TUQUINHA I	15 passageiros	Nélson Gonçalves Valentim (Pichete)
14	ANJOS DA ILHA	20 passageiros	Ismael dos Santos
15	BRAYAN II	20 passageiros	Márcio Neves da Graça
16	ESTRELA GUIA	22 passageiros	Rodolfo Ribeiro

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1362

Id	Nome da embarcação	Capacidade	Nome do barqueiro
17	FLIPER V	22 passageiros	Reinaldo Ribeiro
18	CAIR DO SOL	25 passageiros	Asauri Santana da Silva (Piá)
19	CAMARÕES	34 passageiros	Edenil

Fonte: CONTRANAUTA,2016

De acordo com a Tabela 8.3.108, existem 19 embarcações cooperadas que fazem parte da COTRANAUTA. Desse total, 7 (sete) são de pequeno porte com capacidade para 4 e 5 passageiros; 6 (seis) são de médio porte com capacidade para 11 e 15 passageiros e 6 (seis) embarcações são de médio-grande porte, sendo 05 (cinco) com capacidade para 20 e 25 passageiros e uma com capacidade para 34 passageiros.

A BARCOPAR, por sua vez, existe há mais de 10 anos, sendo a entidade representante dos proprietários de diversas embarcações de turismo que atuam em Paranaguá. Sua atividade principal é o transporte de turistas, estudantes, pesquisadores e esportistas na extensa baía de Paranaguá e arredores.



Suas embarcações foram construídas com madeira de lei. De acordo com a BARCOPAR, suas embarcações são adaptadas com motores potentes, janelas panorâmicas e cobertura de proteção. Além disso, possuem equipamentos de comunicação conforme as normas exigidas pela Capitania dos Portos do Paraná.

A BARCOPAR oferece passeios turísticos ao Porto de Paranaguá (Porto Dom Pedro II), sendo que o itinerário inicia pelo rio Itiberê, tendo às margens os casarios coloniais e os manguezais e ilhas, como a Ilha da Cobra e da Cotinga. Também realizam excursões, tendo Ilha do Mel, Guaraqueçaba/Ilha Rasa e Antonina como seus principais destinos. Vale lembrar também que a baía de Paranaguá abriga golfinhos.

Os passeios da BARCOPAR têm duração aproximada de 1h:20m. A seguir apresenta-se a Tabela 8.3.109 com a quantidade de embarcações ligadas à BARCOPAR segundo sua capacidade.

**Tabela 8.3.109 - Lista das embarcações da Associação dos Proprietários de Barcos de Turismo e Transporte do Estado do Paraná por capacidade (2016)**

Id	Nome da embarcação	Capacidade	Nome do barqueiro
13	Charles V	18 passageiros	Hidelberto Pinto
12	Armagedon	35 passageiros	Zenil Maia Nascimento
11	Isaac	38 passageiros	Jordão Vitor
9	Sadoque I	40 passageiros	Sebastião do R.Serafim

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1363

Id	Nome da embarcação	Capacidade	Nome do barqueiro
10	Porto Cais	40 passageiros	Emerson A. Araujo
8	Bonsenhora Mar	50 passageiros	Claricio Santos
7	Brisa Mar	58 passageiros	Cleber Pereira de Souza
6	Mar Vermelho	60 passageiros	Sebastião Souza
5	A Chalana II	72 passageiros	Adalberto L.Barbosa
4	Ana Rosa	78 passageiros	Arthur Gomes P.Netto
3	Camarões VI	80 passageiros	Edenil F.de Paulo
2	Vô Antônio	89 passageiros	Daniel Romão da Costa
1	Bonsenhora Arcanjo	90 passageiros	Claricio santos Costa
14	Maranata Mar	120 passageiros	Eliel N.dos Santos
15	Charmoso	-	-

Fonte: BARCOPAR, 2016



A Tabela 8.3.109 revela que a BARCOPAR possui 15 embarcações de médio-grande porte associadas. Suas embarcações possuem capacidade para atender um público que varia entre 18 e 120 passageiros.

As informações resumidas acima dão uma ideia sobre a estruturação do setor do “turismo náutico para recreio e esporte” no município de Paranaguá. De forma geral, os serviços mais utilizados pelos turistas são: restaurantes, programação noturna, atividades esportivas, compras, atividades culturais, folclore e festas típicas regionais e roteiros turísticos náuticos ou terrestres diversificados (BRASIL, Ministério do Turismo, 2010).

Com relação ao perfil do turista náutico de cruzeiros, podemos apontar que a principal motivação desse tipo de turista é a embarcação, o próprio atrativo motivador para o deslocamento. Este tipo de turista busca vivenciar ao máximo as experiências internas do navio.

De acordo com o Ministério do Turismo (2010) esse tipo de turista é capaz de gerar forte impacto nas cidades onde os navios passam. Portanto, é necessário que as cidades se preparem para atender bem o turista, oferecendo-lhe produtos e serviços de interesse, bem como entendendo a dinâmica do segmento.

O perfil do turista de cruzeiro foi sistematizado pelo caderno “Turismo náutico: orientações básicas” (2010), e será reproduzido abaixo. A pesquisa foi elaborada pelo Sindicato das Empresas de Turismo do Estado de São Paulo e apresenta o perfil do turista náutico de cruzeiro:

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1364

- a) A maioria tem entre 31 e 65 anos;
- b) Cerca de 80% possuem uma renda média familiar acima de dez salários mínimos;
- c) 54% possuem nível superior e 20% possui pós-graduação;
- d) 55% que optam por cruzeiros costumam viajar para o exterior;
- e) 94% realizam outras viagens pelo país;
- f) A maioria busca segurança, agilidade e conforto;
- g) Em geral, possui pouca disponibilidade de tempo;
- h) Visitam o maior número de atrativos durante as atrações (restaurantes, shows e feiras, por exemplo);
- i) 75% retornam ao destino turístico visitado por via aérea.

Grosso modo, cabe destacar que algumas experiências vivenciadas em outras regiões demonstraram que é preciso investimento e incentivo ao esporte, envolvimento em ações relacionadas ao meio ambiente, ao turismo e à indústria. É preciso criar um ciclo autossustentável de desenvolvimento para que o segmento do turismo náutico seja meio de inclusão econômica e transformação social. De acordo com o Ministério do Turismo, é essencial para o desenvolvimento do turismo náutico:



*Além de recursos naturais bem preservados, as estruturas de apoio (portos, marinas, bases náuticas, ancoradouros etc.) são elementos essenciais para o desenvolvimento do Turismo Náutico. Ademais, a agregação de atratividade é fator primordial para que o segmento atinja o seu potencial turístico e, conseqüentemente, de gerador de emprego e renda (BRASIL, Ministério do Turismo, 2010, p. 37).*

#### 8.3.6.2.3 Marinas AEID - Paranaguá

Paranaguá, por sua vez, conta com oito marinas, quais sejam, Iate Clube de Paranaguá, Iate Clube Literário, Marina do Caju, Marlim Azul Marina Clube, Marina Velho Marujo, Porto Marina Oceania e Marina Céu Azul. Destacam-se a Marlim Azul Marina Clube e o Porto Marina Oceania.

A Marlim Azul Marina Clube é uma marina privada que foi fundada há 20 anos. A marina conta com 20 vagas para embarcações de até 53 pés de comprimento. Além das vagas secas e cobertas, o clube possui oito vagas molhadas que são rotativas, churrasqueira para 50 pessoas e um salão de festas equipado.

O Porto Marina Oceania foi inaugurado em 1996 e conta com uma área de 20 mil metros quadrados, com um pátio para 50 veleiros e sete barracões com capacidade para

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1365

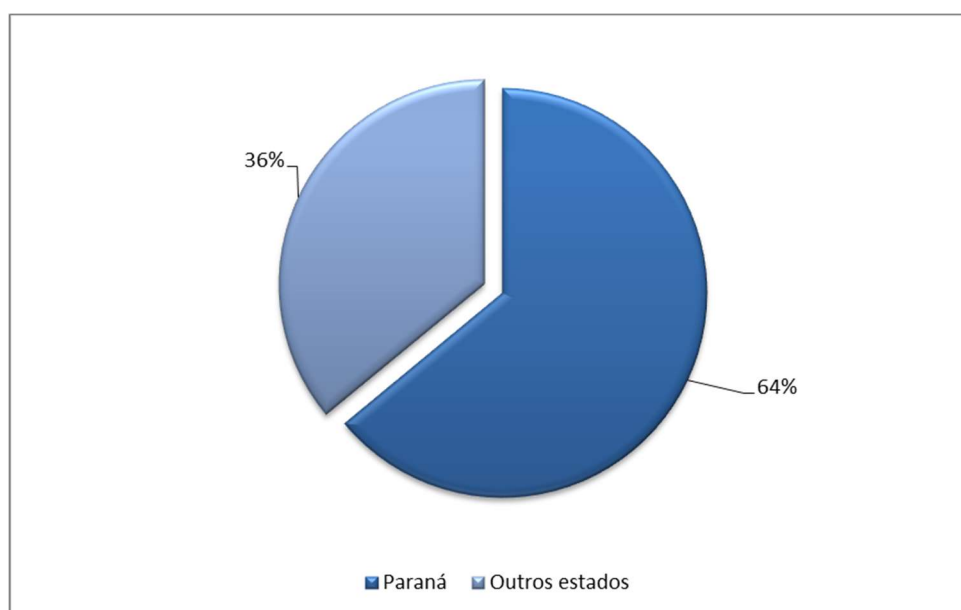
aproximadamente 120 lanchas e jetsky's. A rampa, com pouca inclinação, possui capacidade para embarcações de até 60 pés. Além disso, dispõe de quatro flutuantes para atracar até 10 embarcações, uma sala de motores, uma sala de bateria e espaço para manobras de veleiros em seco. A marina oferece cursos de arrais amador, moto nauta e de práticos, com o devido credenciamento na Capitania dos Portos.

#### 8.3.6.2.4 Caracterização das atividades e dos trabalhadores do turismo em Paranaguá

Entre 2013 e 2015, a Fundação Municipal de Turismo de Paranaguá (FUMTUR) elaborou pesquisas sobre a Ilha do Mel, contemplando aspectos da demanda, perfil do turista, entre outros.

Conforme se verifica no Gráfico 8.3.67 cerca de 64% dos turistas da Ilha do Mel são do Estado do Paraná. Considerando a procedência dos paranaenses por cidade, Curitiba representa 50,53%, enquanto a Região Metropolitana, 7,89%, seguida de Paranaguá (8,95%), Ponta Grossa (7,37%), Londrina (5,79%), além de outras cidades do litoral (4,21%) e as demais cidades (15,27%).



Quando analisada a procedência de outros estados, verifica-se que o estado com maior representação é São Paulo (49,54%), seguido de Santa Catarina (10,28%) e Rio de Janeiro (18,28%).



Fonte: Pesquisa de Demanda – Ilha do Mel (2015); FUMTUR, 2017.

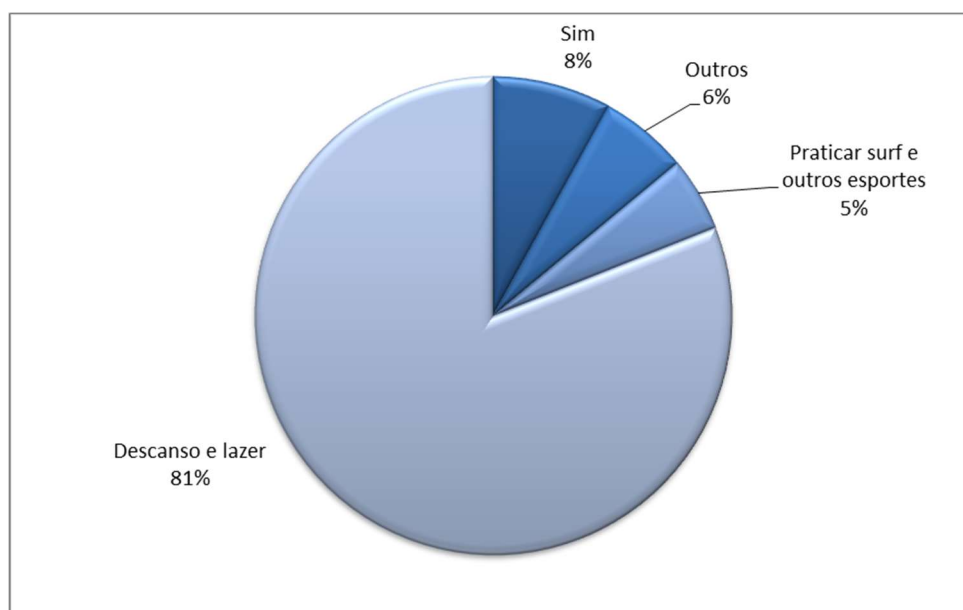
**Gráfico 8.3.67 - Procedência dos turistas da Ilha do Mel (2015)**



 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1366

Os estrangeiros representam apenas 4% dos turistas da Ilha do Mel, sendo os argentinos e os franceses (27,27% ambos) com maior incidência, além de Itália e Portugal (18,18% ambos) e Estados Unidos da América (9,09%).

A grande maioria dos turistas e visitantes frequenta a Ilha do Mel para descanso e lazer (81%), além de visita a amigos ou parentes (8%) ou, ainda, prática de surf e outros esportes (5%), de acordo com o Gráfico 8.3.68.



Fonte: Pesquisa de Demanda – Ilha do Mel (2015); FUMTUR, 2017.



**Gráfico 8.3.68 - Principais motivos para frequentar a Ilha do Mel**

Quando considerada a cidade de embarque em direção à Ilha do Mel, os dados apontam que 81% dos turistas embarcam de Pontal do Paraná, enquanto Paranaguá representa apenas 19% dos embarques. Isso pode ser explicado, em partes, pela diferença do tempo de viagem. Partindo de Pontal do Paraná, a travessia até a Ilha do Mel dura cerca de 20 a 30 minutos. De Paranaguá, o tempo de viagem é quase o triplo.

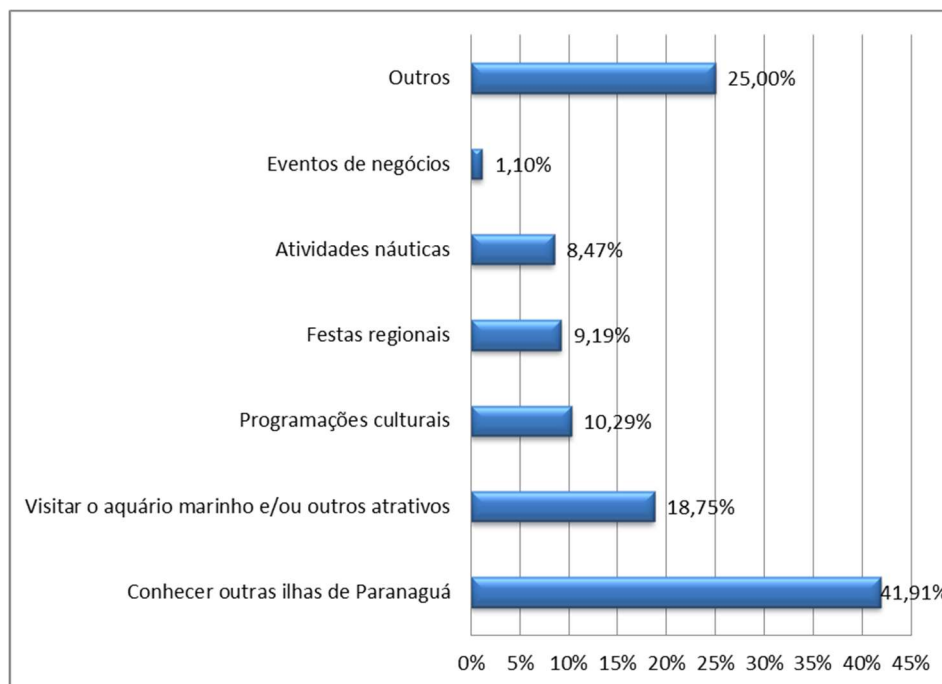
Quando questionados se haviam se programado para ficar em Paranaguá, mais de 90% dos entrevistados alegaram que não. Portanto, quando considerado que cerca de 81% dos turistas chegam até a Ilha do Mel por meio de Pontal do Paraná e que 91% não se programaram para visitar a cidade de Paranaguá, nota-se que uma grande parcela dos visitantes da Ilha do Mel não chega a conhecer outros atrativos do município de Paranaguá.

No entanto, ao questionamento de o que motivaria a ficar ou a retornar à Paranaguá, têm-se um princípio de demanda a ser explorado. Considerando que uma grande parcela dos



 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1367



turistas da Ilha do Mel desconhece outros atrativos em Paranaguá, o que mais lhe causa interesse é conhecer outras ilhas de Paranaguá (41,91%), seguido de visitas ao aquário marinho (18,75%), conforme Gráfico 8.3.69 abaixo.

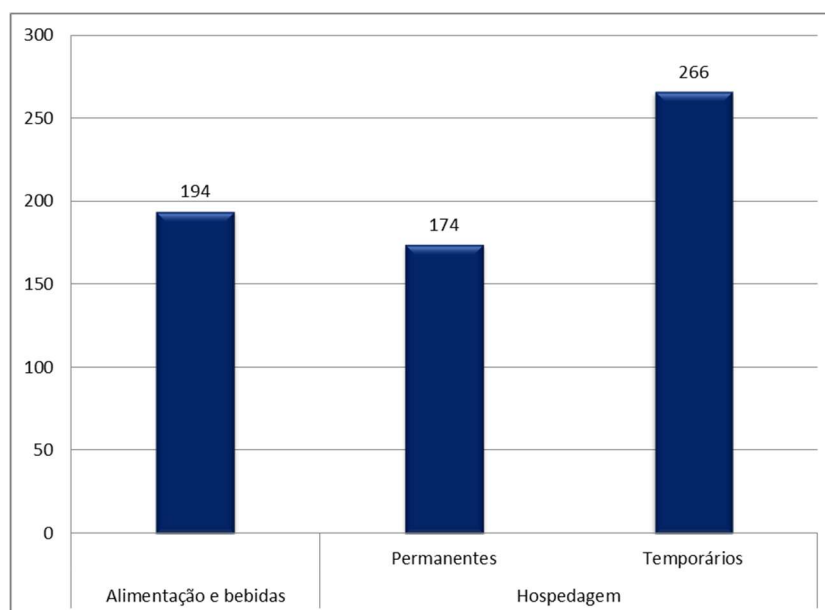


Fonte: Pesquisa de Demanda – Ilha do Mel (2015); FUMTUR, 2017.

**Gráfico 8.3.69 - Principais motivos para frequentar a Ilha do Mel**

Em 2014, a FUMTUR levou o inventário da oferta turística no município de Paranaguá. Somente na Ilha do Mel, foram identificados 126 estabelecimentos no setor de alimentos e bebidas e hospedagem. Na visita aos empreendimentos, a quantidade de funcionários foi levantada. No Gráfico 8.3.70, constam as quantidades de funcionários temporários e permanentes no setor de hospedagem, bem como a quantidade no setor de alimentação e bebidas na Ilha do Mel. Ao todo, durante o ano, são cerca de 630 pessoas diretamente envolvidas com esses setores na Ilha do Mel.

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1368





Fonte: Inventário da Oferta Turística – FUMTUR (2014)

### Gráfico 8.3.70 - Mão-de-obra empregada por setor nos estabelecimentos da Ilha do Mel

As informações referentes aos recursos e equipamentos disponíveis inventariadas pelo Observatório do Turismo de Paranaguá reforçam a importância da Ilha do Mel para o turismo municipal. Os serviços associados à alimentação e à hospedagem têm elevado peso nesta economia, mas são inteiramente dependentes, ao mesmo tempo, do setor de transporte e, em especial, por via aquática. Além disso, devido ao apelo dos atrativos naturais associados às visitas à Ilha do Mel, a percepção sobre o turismo desenvolvido ali é bastante impactada pelas questões ambientais.

À exceção da Ilha do Mel, onde os meios de hospedagem se concentram no atendimento às demandas de turistas em busca de entretenimento e lazer, na cidade de Paranaguá o setor hoteleiro está focado em atender o turismo de negócios. Todavia, conforme se verificou durante conversas com alguns empregados e empresários do setor de hospedagem em Paranaguá, parece haver uma rígida distinção entre turismo de negócios e de entretenimento/lazer levando a considerar apenas este último como turismo.

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1369

### 8.3.6.2.5 Pesquisa qualificada com atores sociais vinculados ao turismo

Para conhecer a opinião do setor que trabalha com turismo foram realizadas 10 entrevistas focadas neste segmento. Esta amostra<sup>12</sup> contemplou hotéis e donos de embarcações que trabalham com transporte marítimo, conforme demonstrado pela Tabela 8.3.110. A determinação do tamanho da amostra correspondeu a disponibilidade de agências e a especificidade do estudo específico, de natureza qualitativa e baseado em levantamentos empíricos por meio de conversas densas orientadas por roteiros semiestruturados adaptados ao perfil dos agentes informantes. As informações obtidas desse modo foram analisadas à luz dos dados secundários sobre turismo analisados no presente capítulo. Foram aplicadas as questões de percepção com os seguintes resultados: 7 (sete) dos 10 (dez) entrevistados concordam que a obra de ampliação irá proporcionar empregos para a população residente no município. Com relação à questão sobre o complexo náutico e sua contribuição para o turismo, todos os respondentes concordaram com essa afirmação.

**Tabela 8.3.110 - Percepção dos agentes de turismo referente à ampliação do Porto de Paranaguá**



Variável	Categoria	N	%
Tipo de atividade	Hotelaria	4	40,0%
	Ecologia	1	10,0%
	Transporte marítimo	5	50,0%
	<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>100,0%</b>
Empregos locais	Discorda	2	20,0%
	Indeciso	1	10,0%
	Concorda	7	70,0%
	<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>100,0%</b>
Complexo náutico irá contribuir para o turismo	Concorda	10	100,0%
	<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Levantamento empírico, 2016.

### 8.3.7 Atividade Pesqueira

A contribuição da produção pesqueira extrativista marinha para a economia nacional brasileira vem declinando, nos últimos anos, por causa do crescimento da produção aquícola em vários estados. De acordo com o Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura para 2011, elaborado pelo Ministério da Pesca e Aquicultura, (MPA, 2011; ICMBIO, 2017) o

<sup>12</sup> Amostra: 5 hotéis em Paranaguá; 2 Barqueiros membros da Associação de barqueiros do litoral norte do Paraná (ABALINE) em Pontal do Sul; 1 Barqueiro em Ilha Valadares; 2 Barqueiros membros da Associação dos proprietários de barcos de turismo – BARCOPAR em Paranaguá.

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1370

pescado nacional é gerado a partir da pesca extrativista ou produção aquícola. Ambas, pesca e aquicultura, vêm sendo desenvolvidas tanto no mar como no continente. Os produtos da pesca extrativista marinha representaram menos de 40% do total da produção nacional de pescado em 2011. Nesse montante, o Paraná contribuiu com apenas 0,4%, ou seja, 2,1 mil toneladas. Como se pode observar, pela análise da Tabela 8.3.111, a produção da aquicultura representou quase 44% da produção brasileira de pescado. Todavia, a aquicultura marinha desenvolvida no país, representada especialmente pela produção de camarão, significava apenas 5,9% da produção nacional em 2011.

**Tabela 8.3.111 – Produção de pescado no Brasil e no Paraná, em 2011, a partir da pesca extrativista e da aquicultura.**



Origem do pescado		Brasil (t)	%	Paraná (t)	% BR	% PR
Pesca extrativista	Marinha	553.670	38,7%	2.170	0,4%	2,8%
	Continental	249.600	17,4%	1.698	0,7%	2,2%
<b>Subtotal (t)</b>		<b>803.270</b>	<b>56,1%</b>	<b>3.868</b>	<b>0,5%</b>	<b>5,0%</b>
Aquicultura	Marinha	84.214	5,9%	168	0,2%	0,2%
	Continental	544.490	38,0%	73.831	13,6%	94,8%
<b>Subtotal (t)</b>		<b>628.704</b>	<b>43,9%</b>	<b>73.999</b>	<b>11,8%</b>	<b>95,0%</b>
<b>Total (t)</b>		<b>1.431.975</b>	<b>100,0%</b>	<b>77.867</b>	<b>5,4%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: MPA, 2011; ICMBIO, 2017.

O crescimento da importância econômica da aquicultura nacional vincula-se aos incentivos governamentais oferecidos ao setor nos últimos anos e ao aumento da demanda pelo consumo de pescado no mercado nacional (PORTAL BRASIL, 2017). O aumento do consumo interno não vem sendo atendido pela produção nacional, o que tem motivado a importação de pescado, sobretudo da atividade aquícola desenvolvida em países asiáticos, como China e Vietnã. A importação de pescado vem causando *déficit* expressivo na balança comercial destes produtos, o que faz aumentar o interesse pela expansão da produção interna.

No Paraná, a contribuição da aquicultura é relevante para a produção de pescado no estado: 95% da produção de pescado paranaense provinha da aquicultura conforme os dados informados no Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura (MPA, 2011; ICMBIO, 2017). Entretanto, a aquicultura marinha paranaense é incipiente e sua contribuição à produção de pescado estadual foi de apenas 0,2%.

Os dados apresentados acima, sobre a produção e a demanda por pescado no Brasil, revelam a pouca importância da pesca extrativista marinha no Paraná, em termos de sua contribuição à produção nacional e, por extensão, ao atendimento das próprias demandas

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1371



estaduais, principalmente, ao atendimento do consumo de pescado na região litorânea paranaense. Parte do pescado consumido no litoral do Paraná, originário da aquicultura ou da pesca extrativista, marinha ou continental, provêm de outros estados. Em estudo que envolveu a produção e consumo de mariscos em Guaratuba, constatou-se que “No comércio varejista a aquisição de mariscos limpos e congelados é preferencial e a produção oriunda de outros Estados da Federação é preferida a produção local”. (ANACLETO *et al*, 2017). Apesar da limitada importância da pesca extrativista marinha paranaense para a produção brasileira de pescado, diversas comunidades de pescadores profissionais, artesanais ou industriais, dependem desta atividade nos municípios do litoral do Paraná.

No presente capítulo são analisadas as características da atividade pesqueira, em especial na área de estudo para determinação da área de influência direta, que compreende o município de Paranaguá, mas também nos demais municípios da AEII que abrigam pescadores os quais se utilizam do Complexo Estuarino Lagunar de Paranaguá e das suas vias aquáticas.

### 8.3.7.1 Características da atividade pesqueira nos municípios da AEII

O Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) foi instituído pelo Decreto nº 221, de 28 de fevereiro de 1967 e retificado pela Lei nº 11.959 de 26 de junho de 2009, conhecida como a nova “Lei da Pesca”. Este registro passou, em 2016, à responsabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento após a extinção do Ministério da Pesca e Aquicultura. A principal função deste registro é o controle da atividade pesqueira nacional por meio da concessão de licenças para o exercício da pesca comercial, artesanal, amadora e aquicultura. Nos termos da legislação em vigor, o RGP coleta e administra informações das seguintes categorias de agentes vinculados à pesca no território nacional: 1) Aprendizes, pescadores amadores e pescadores profissionais da pesca industrial e artesanal; 2) Armadores da pesca; 3) Embarcações de pesca; 4) Indústria pesqueira e, também, 5) Aquicultores. Além destes, o RGP mantém, ainda, o registro de informações dos 6) Organizadores de competições de pesca amadora ou esportiva e 7) Comerciante de organismos aquáticos vivos.

Quanto ao registro de pescadores profissionais nos municípios da AEII, O RGP mantinha, até a data de 19/02/2017 o registro das informações constantes na Tabela 8.3.112. Os dados disponibilizados, no entanto, não permitiam a distinção entre pescador profissional-artesanal e profissional-industrial.

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1372

**Tabela 8.3.112 – Quantidade de pescadores profissionais ativos no Registro Geral da Atividade Pesqueira**

Município	Pescadores profissionais (qt.)	Relativo
Guaraqueçaba	1.257	34,8%
Antonina	681	18,8%
Paranaguá	671	18,6%
Guaratuba	625	17,3%
Pontal do Paraná	234	6,5%
Matinhos	140	3,9%
Morretes	6	0,2%
<b>Total</b>	<b>3.614</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2017.

Já, o Censo Estrutural da Pesca Artesanal Marítima nos estados do ES, RJ, SP, PR, RS e SC, realizado em 2005 (FUNDAÇÃO PROZEE, SEAP/PR, IBAMA, 2017), apresenta um conjunto de 5.307 pescadores vinculados a 8.200 famílias distribuídas em 400 km de costa interna, 60 comunidades em 6 municípios. Não foi considerado o município de Morretes. O número de pescadores profissionais cadastrados foi reduzido em um terço entre 2005 e 2017, passando de 5.307 para 3.614.



Os dados referentes ao pagamento do seguro-defeso aos pescadores do município da AEII, conforme a Tabela 8.3.113 abaixo, em fevereiro de 2016, revelou um número de 579 pescadores profissionais artesanais que dependiam da pesca de camarão no período em que esta é proibida, entre dezembro e fevereiro.

**Tabela 8.3.113 – Pescadores profissionais artesanais que receberam o seguro-defeso em fevereiro de 2016 nos municípios da AEII**

Município	Pescadores que receberam o seguro-defeso em 02/2016	Relativo
Guaraqueçaba	201	34,7%
Paranaguá	191	33,0%
Antonina	133	23,0%
Guaratuba	50	8,6%
Morretes	3	0,5%
Pontal do Paraná	1	0,2%
Matinhos	Não informado	-
<b>Total</b>	<b>579</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União, 2017.

O Censo Pesqueiro de 2005 identificou 47 localidades em 6 municípios, conforme a Tabela 8.3.114. O município de Guaraqueçaba foi destacado com a maior quantidade de localidades e 3 locais de desembarque: Superagui, ilha das Peças e sede municipal.

		Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
		Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1373

**Tabela 8.3.114 – Localidades identificadas no Censo Estrutural da Pesca - 2005**

Municípios	Localidades
Antonina	8
Guaratuba	6
Guaraqueçaba	20
Matinhos	4
Paranaguá	8
Pontal do Paraná	4
Morretes	1
<b>Total</b>	<b>47</b>

Fonte: (FUNDAÇÃO PROZEE, SEAP/PR, IBAMA, 2017).

O acesso às localidades nestes municípios se faz, em geral, por via marítima. Os desembarques são feitos em trapiches municipais e, em algumas situações, nas praias internas. O município com a maior quantidade de ancoradouros era Paranaguá, mas Guaratuba era o único com estrutura de câmara de estocagem para pescado. Também, fábricas de gelo foram encontradas apenas em Paranaguá e Guaratuba. Estas cidades, também, abrigam estaleiros para a construção e reforma de embarcações de pequeno e médio porte. Nos demais municípios encontravam-se apenas pequenas oficinas para reparos de motores com equipamentos limitados.



**Tabela 8.3.115 – Estruturas de suporte à pesca nos municípios da AEII conforme censo estrutural da pesca – 2005.**

Município	Acesso	Ancoradouro	Fábrica de gelo	Empresa de pesca	Câmara de estocagem
Antonina	Rodoviário/Marítimo	2	-	-	-
Guaraqueçaba	Rodoviário/Marítimo	3	-	-	-
Guaratuba	Rodoviário/Marítimo	3	3	3	4
Matinhos	Rodoviário	-	-	-	-
Paranaguá	Rodoviário/Marítimo	6	2	1	-
Pontal do Paraná	Rodoviário/Marítimo	5	-	-	-
<b>Total</b>		<b>19</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>4</b>

Fonte: (FUNDAÇÃO PROZEE, SEAP/PR, IBAMA, 2017).

Dos 5.307 pescadores cadastrados no ano de 2005, conforme informações do censo pesqueiro, 5.055 tinham inscrição no RGP (Registro Geral da Atividade Pesqueira) e 3.980 eram associados às colônias de pescadores. Os pescadores de Paranaguá, Guaraqueçaba e Antonina, em especial, têm a opção facilitada, determinada por suas localizações



 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1374

geográficas para desenvolver a atividade pesqueira tanto na baía como em mar aberto. Já, os pescadores de Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná dedicam à pesca na orla oceânica. Os pescadores dos municípios da AEII estavam organizados em 25 associações, 6 colônias e 1 cooperativa, conforme o Censo Estrutural da Pesca, em 2005. As localidades que apresentavam a melhor organização social eram: Ilha do Mel, Ilha do Teixeira e Amparo, no município de Paranaguá e Ilha das Peças e Ilha do Superagüi, em Guaraqueçaba. O relatório final para o Censo Pesqueiro, 2005, ressaltou *“um grande número de produtores sem carteira profissional, nem registro de suas embarcações junto à Capitania dos Portos e SEAP”*. (FUNDAÇÃO PROZEE, SEAP/PR, IBAMA, 2017, pp. 66).



A análise das informações sobre o número de embarcações por município e o percentual de embarcações motorizadas, conforme o censo pesqueiro de 2005, revelou com maior precisão o quanto a pesca profissional se faz de forma mais artesanal em alguns locais. De um total de 1.567 embarcações pertencentes a pescadores profissionais recenseadas, 43,1% tinham o remo como propulsão, isto é, podem ser consideradas canoas rústicas. Os municípios com as maiores quantidades de embarcações movidas somente a remo eram, justamente, Antonina e Guaraqueçaba. O município de Guaraqueçaba, como se viu na Tabela 8.3.113, mais acima, registrou a maior quantidade de pescadores profissionais-artesanais que receberam o seguro-defeso.

**Tabela 8.3.116 – Classificação das embarcações de pesca quanto a propulsão nos municípios da AEII de acordo com o censo estrutural da pesca – 2005.**

Município	Remo	%	Motorizada	%	Total	% Total
Antonina	349	64,9%	189	35,1%	538	34,3%
Guaraqueçaba	192	61,0%	123	39,0%	315	20,1%
Guaratuba	24	13,6%	152	86,4%	176	11,2%
Matinhos	4	14,8%	23	85,2%	27	1,7%
Morretes	2	50,0%	2	50,0%	4	0,3%
Paranaguá	100	24,4%	309	75,6%	409	26,1%
Pontal do Paraná	5	5,1%	93	94,9%	98	6,3%
<b>Total</b>	<b>676</b>	<b>43,1%</b>	<b>891</b>	<b>56,9%</b>	<b>1.567</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: (FUNDAÇÃO PROZEE, SEAP/PR, IBAMA, 2017).

O município de Pontal do Paraná, localizado na entrada da baía de Paranaguá e próximo à Ilha do Mel, registrava a maior quantidade de barcos motorizados. Porém, em relação ao total de embarcações destinadas a pesca, este município representava apenas 6,3% o que condizia com o número de pescadores ativos no Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP, mantido pelo governo federal. A quantidade de embarcações destinadas à pesca nos municípios de Matinhos e Morretes era bastante reduzida, em 2005. A se considerar o

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1375

número também reduzido de pescadores inscritos no RGP em 2017, nestes dois municípios, estima-se que o número de embarcações pesqueiras se mantém reduzido, também, na atualidade.



Quanto aos recursos utilizados na pesca entre pescadores dos municípios da AEII, os petrechos comumente encontrados foram: as redes de arrasto para camarão, emalhar, espinhel, linha de mão e tarrafa, sendo que 34,5% das pescarias ocorrem em mar aberto e 65,5% no interior da baía. As principais pescarias artesanais se baseiam no arrasto de camarões e na pesca com “gerival” para camarões e redes de caceio. As espécies mais capturadas são camarões (sete-barbas e branco), bagres, corvina e sardinhas.

### **8.3.7.2 A pesca profissional artesanal<sup>13</sup> na área de estudo para determinação da área de influência direta**

Na próxima seção são apresentadas as principais áreas de pesca e locais de moradia dos que se dedicam à atividade pesqueira e mariscagem em Paranaguá, assim como os modos de organização destas atividades quanto à produção, à renda, ao número de pescadores, à infraestrutura de apoio à pesca, às principais manifestações culturais, conflitos e formas de cooperação. São tratados, ainda, os seguintes temas, com base em levantamento empírico realizado junto às comunidades de pescadores: 1) informação dos dados sobre as condições de vida e trabalho dos pescadores de Paranaguá, com descrição das suas características, condições de moradia e vínculos familiares; 2) percepção social dos pescadores referente ao empreendimento de ampliação do Porto de Paranaguá e 3) apresentação das principais conclusões sobre a pesquisa desenvolvida.

Entre os programas ambientais elencados na condicionante 2.10 da Licença de Operação - LO Nº. 1173/2013 emitida pelo IBAMA em 26 de julho de 2013 para o Porto de Paranaguá encontra-se o Programa de Monitoramento da Atividade Pesqueira - PMAP. O Anexo 14.1 do IV Relatório Semestral referente a este programa apresenta os dados de desembarque pesqueiro entre 11/12/2013 e 30/06/2015. As atividades desenvolvidas no âmbito dos programas ambientais e apresentadas neste relatório compreendem o período de 26 de

<sup>13</sup> Definições dos tipos de pescadores adotadas nesta pesquisa: a) *pescador profissional artesanal* tem a pesca como meio de vida, exclusivo ou complementar, exercendo essa atividade de forma tradicional e com a utilização de recursos artesanais, como embarcações e petrechos; b) *pescador profissional industrial* vincula-se à pesca com recursos embarcações e recursos apropriados à captura em larga escala e períodos prolongados nas áreas pesqueiras. Na pesquisa empírica realizada para o presente estudo, os pescadores foram classificados de acordo com o regime de trabalho em: a) Profissional, com algum vínculo empregatício ou empresa constituída, b) “Artesanal”, que comercializa os bens capturados de forma autônoma e c) Amador”, que se dedica à pesca esportiva.

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1376



janeiro de 2015 a 26 de julho de 2015. Foram realizados 23.763 registros nos 7 (sete) pontos de desembarque monitorados localizados nos municípios de Paranaguá e Antonina, sendo esses: Mercado de Paranaguá, Vila Guarani, Mercado de Antonina, Ponta da Pita, Portinho, Praia dos Polacos e Pontal do Sul.

O Anexo I – Mapa 42 - Localização das comunidades pesqueiras e pontos de desembarque de pescado apresenta a localização dos pontos de desembarque situados na AEID. As informações coletadas neste monitoramento estão relacionadas na Tabela 8.3.117 e foram utilizadas na presente análise.

**Tabela 8.3.117 – Informações coletadas pelo Programa de Monitoramento da Atividade Pesqueira - PMAP**

Ordem	Informação coletada
1	Data da coleta de informação
2	Local de desembarque
3	Nome da embarcação
4	Município de origem
5	Comunidade de origem
6	Duração da atividade pesqueira
7	Arte empregada na Pesca
8	Família de referência do pescado
9	Espécie do pescado
10	Nome Popular do pescado
11	Peso desembarcado
12	Quantidade em dúzia
13	Preço de comercialização
14	Local de pesca
15	Rendimento obtido

As comunidades Ilha do Teixeira, Europinha, Eufрасina, Ilha do Amparo, Piaçaguera, São Miguel, Ponta do Ubá, Ponta Oeste, Brasília e Encantadas abrigam pescadores e se localizam na baía de Paranaguá e no interior deste município e, portanto, fazem parte da AEID. Já, as comunidades Superagui e Ilha das Peças, que são também mostradas no Anexo I – Mapa 43 - Áreas de pesca nas AEID e AEII do meio socioeconômico. A pesquisa empírica referida mais acima, e cujos resultados serão apresentados mais adiante, teve como objeto apenas as comunidades e pescadores da AEID, isto é, apenas do município de Paranaguá. Por outro lado, as análises baseadas nos resultados do Programa de Monitoramento da Atividade Pesqueira fazem referência às informações coletadas junto à pescadores dos municípios vizinhos que, não obstante, costumam desembarcar os recursos pescados nos pontos de desembarque localizados em Paranaguá, quais sejam, Vila

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1377

Guarani e Mercado do Peixe. O ponto de desembarque localizado no município de Pontal do Paraná, indicado como Pontal do Sul no Anexo - Mapa 42 - Localização das comunidades pesqueiras e pontos de desembarque de pescado. O ponto de desembarque localizado no município de Antonina não aparece no mapa acima, pois se encontra na AEII. Outros pontos de desembarque existentes no litoral não foram objeto do Programa de Monitoramento da Atividade Pesqueira por se encontrarem fora da baía de Paranaguá.

### 8.3.7.2.1 Metodologia aplicada à pesquisa em comunidades pesqueiras

O objetivo geral da pesquisa foi investigar as condições de vida e trabalho dos pescadores profissionais artesanais do município de Paranaguá e sua percepção com relação à obra de ampliação do Porto. O público alvo foi a população de pescadores que reside em domicílios particulares e permanentes no município de Paranaguá.



O estudo foi realizado com base em pesquisas qualitativas e quantitativas, por meio da aplicação de instrumento de coleta pré-estruturado e fechado, combinando conversas orientadas por roteiro semiestruturado entre pesquisadores de Ciências Sociais e lideranças ou atores proeminentes presentes nas comunidades estudadas. O número de entrevistas realizadas com os pescadores é apresentado na Tabela 8.3.118.

**Tabela 8.3.118 - Tamanho da amostra por população de pescadores (2016)**

Comunidades pesqueiras	N	Amostra	%
Ilha Valadares	160	28	0,05
São Miguel	32	7	0,01
Piaçaguera	27	8	0,01
Amparo	50	11	0,02
Ilha do Teixeira	45	11	0,02
Eufrasina	15	3	0,01
Europinha	11	3	0,01
Brasília	8	2	0,00
Encantadas	42	10	0,02
Vila Guarani	148	11	0,02
Ponta Oeste	25	6	0,01
<b>Total</b>	<b>563</b>	<b>100</b>	<b>0,18</b>

Fonte: Levantamento empírico, 2016.

O tamanho da amostra foi calculado tendo como base a população de pescadores identificados em estudo exploratório preliminar e exprime uma margem de erro de 7,5% para

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1378



um intervalo de confiança de 90%. A composição da amostra se fez por distribuição aleatória porém proporcional ao número de pescadores residentes em cada comunidade.

A aplicação dos questionários, realizada pela equipe de pesquisadores ocorreu durante o período de 29/06/2016 a 16/07/2016. As informações levantadas foram analisadas estatisticamente com a utilização do sistema eletrônico IBM-SPSS, um aplicativo específico para análises estatísticas em Ciências Sociais. A estratégia de análise combinou estatísticas descritivas com análises inferenciais. Especificamente, foram computadas as tabelas de frequência e cruzamentos. Além disso, utilizou-se o teste de qui-quadrado ( $\chi^2$ ) para verificar se há associação entre as variáveis trabalhadas. Os resultados foram pormenorizados por meio da análise de resíduos padronizados ajustados. Saliente-se que, concomitante às análises quantitativas, de cunho estatístico, foram realizadas, ainda, análises qualitativas com base na observação e experiência dos pesquisadores sociais envolvidos nos levantamentos empíricos. Desse modo, foi possível não apenas a coleta de informações, mas também a disponibilização, por parte dos entrevistadores, de informações relativas ao empreendimento em estudo e ao processo de licenciamento ambiental. Tais dinâmicas possibilitam a interação entre pesquisadores e pesquisados de maneira a possibilitar o envolvimento destes últimos no desenvolvimento e resultados alcançados para os estudos realizados.

Além dos levantamentos empíricos descritos acima e que culminaram em análises sobre as comunidades pesqueiras, foi realizada, também, a compilação e análise dos dados obtidos, desde 2013, pelo monitoramento dos recursos pesqueiros, o qual vem sendo executado por grupo técnico contratado pela Administração dos Portos de Antonina e Paranaguá (APPA). Esta atividade consiste no acompanhamento dos desembarques dos bens originários da pesca extrativista em pontos específicos do litoral paranaense, quais sejam: Mercado de Peixe, Vila Guarani, Portinho, Mercado de Antonina, Praia dos Polacos, Ponta da Pita e Pontal do Sul.

#### *8.3.7.2 Identificação das principais áreas de pesca e mariscagem e rotas utilizadas para acesso às mesmas*

Como referido na seção que abordou a dinâmica demográfica na AEID, mais acima, as comunidades pesqueiras se localizam em áreas rurais e várias delas, embora banhadas pela baía de Paranaguá, não são territórios insulares. Todavia, os moradores destas comunidades dependeram historicamente das vias aquáticas para a sua mobilidade, isto é,



 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1379

não podem se deslocar desde as suas comunidades de origem para qualquer local a não ser pelas águas da baía de Paranaguá.

De acordo com as informações coletadas durante a execução do Programa de Monitoramento da Atividade Pesqueira – PMAP, referente à condicionante 2.10 da Licença de Operação - LO Nº. 1173/2013, a maior parte dos pescadores que utilizaram os pontos de desembarque pesqueiro em Paranaguá, entre 11/12/2013 e 30/06/2015, pescavam nos municípios do grupo 1 (Antonina/Morretes/Guaraqueçaba) e nas baías de Paranaguá, Antonina, Guaraqueçaba, Laranjeiras, Pinheiros e no setor de Mistura (CALDEIRA, 2017). Portanto, os pescadores residentes em Paranaguá atuam em pesqueiros que se localizam neste e nos municípios vizinhos de Antonina, Guaraqueçaba e, em menor escala, em Morretes. A pesca fora da baía acontece nas proximidades da ilha de Superagui (Norte), da Ilha do Mel (Barra) e de Pontal do Paraná (Costa), embora seja reduzido o número de pescadores da AEID que desenvolvem suas atividades nestes locais (Anexo I – Mapa 43 – Áreas de pesca nas AEID e AEII do meio socioeconômico). Em geral, quando o fazem trata-se da captura do camarão sete-barbas. As áreas de pesca localizadas ao norte do Canal da Galheta, apresentado com a indicação “Barra” na figura abaixo proporcionam maiores rendimentos nas capturas desse recurso. Nesta região se destacam os pesqueiros do “Miguel” (em referência à Praia do Miguel, na Ilha do Mel) e da “Bóia” (local próximo a uma das bóias de sinalização do Canal da Galheta). Na área “Norte”, se destacam as áreas do “Mangue Seco” a da região da “Praia Deserta”, nas proximidades da Ilha de Superagui.

A percepção dos pescadores sobre os locais com maior abundância do camarão sete-barbas reforça as informações levantadas por estudos anteriores sobre os padrões de distribuição espacial do camarão sete-barbas (NATIVIDADE, 2006 apud CALDEIRA, 2017). As razões para a maior disponibilidade deste recurso, na opinião dos pescadores que atuam nesta região, coincidem com as dos pesquisadores. Para os pescadores, há mais camarão neste local por causa da “água preta que sai da baía” (CALDEIRA, 2017, pg. 122). De fato, a região recebe as águas do CEP nas entradas dos canais de Superagui, da Galheta e do antigo Canal Oeste, entre as ilhas do Mel e das Peças.

Os pescadores profissionais artesanais da AEID, município de Paranaguá, assim como outros navegantes, dependem essencialmente do canal da Galheta e do Canal da Cotinga, para acesso aos pesqueiros que costumam frequentar. O Anexo I – Mapa 40 - Sistema de Fluxos de Transporte Terrestre e Aquaviário, permite visualizar os diversos trajetos realizados pelas embarcações. O Canal da Galheta, como é denominada a principal via aquática para acesso de navios ao Porto de Paranaguá, tem seu eixo de operação



 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1380

localizado entre as principais comunidades que povoam os municípios do grupo 1 (Antonina/Morretes/Guaraqueçaba). As rotas utilizadas diariamente por embarcações pesqueiras originárias das comunidades localizadas ao norte da baía de Paranaguá, como a cidade de Guaraqueçaba e adjacências, Superagui e Ilha das Peças têm seus pontos de travessia ao canal da Galheta próximos à ilha das Cobras, em região que atravessa, também, áreas de fundeio de navios que aguardam atracagem. As embarcações pesqueiras oriundas das cidades de Antonina e Morretes, assim como de suas adjacências, são obrigadas a trafegar por rota cujo eixo se encontra próximo à bacia de evolução do porto de Paranaguá. Durante a viagem, transitam por via aquática que se estende paralela ao longo da extensão acostável do cais comercial do Porto de Paranaguá.

Quanto à dependência econômica em relação à pesca e à coleta, esta vem declinando ao longo dos anos em razão de dois fatores principais: a redução dos recursos pesqueiros disponíveis para a extração e o acesso dos pescadores, principalmente os mais jovens, a outras atividades econômicas geradoras de renda. Em geral, as atividades que complementam ou, até mesmo, totalizam a renda das famílias, que antes se dedicavam de forma exclusiva à pesca, estão associadas à economia urbana. Nesse sentido, a base econômica que sustenta as comunidades estabelecidas na Ilha do Mel é exemplar, uma vez que ali as famílias, de uma maneira geral, dependem da rede de serviços gerada pelas atividades turísticas, principalmente, alimentação e hospedagem.

Assim como na Ilha do Mel, também nas demais comunidades registra-se a migração de parte dos residentes para as cidades sem a perda de vínculo com os seus locais de origem. Desse modo, é comum encontrar moradores das ilhas, ou das demais comunidades estuarinas, habitando uma casa na cidade, que pode ser própria ou alugada, porém não deixando de conservar a moradia onde nasceu e viveram seus antepassados, junto ao mar (Figura 8.3.21). Também, em todas as comunidades que tradicionalmente foram reconhecidas como o lugar de pescadores, é possível encontrar residentes não pertencentes às famílias locais e que se fixaram nestas regiões atraídos, sobretudo, pelas belezas naturais, ou pela exploração de alguma atividade vinculada, em geral, ao turismo.



		Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
		Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1381



Fonte: Levantamento empírico, 2016.



**Figura 8.3.21 - Vista do porto e da baía de Paranaguá a partir de comunidade de pescadores na baía de Paranaguá**

A presença de não nativos se faz mais intensa nas partes da baía de Paranaguá mais suscetíveis de visitação turística, como a Ilha do Mel, sendo mais rara, porém frequente, nas regiões interiores, como as comunidades Europinha, Eufрасina, Amparo e Piaçaguera. (Figura 8.3.22 e Figura 8.3.23).



Fonte: Levantamento empírico, 2016.

**Figura 8.3.22 - Aspecto de edificação residencial em comunidade pesqueira na Baía de Paranaguá.**

		Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
		Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1382





Fonte: Levantamento empírico, 2016.

**Figura 8.3.23 - Aspecto da comunidade pesqueira denominada Eufrasina na Baía de Paranaguá**

#### 8.3.7.2.3 Avaliação de sobreposição de áreas marinhas

A sobreposição de áreas marinhas, relevantes para o presente estudo, ocorre nas superfícies aquáticas que compõem o porto organizado de Paranaguá, quais sejam: a) o canal da Galheta e as áreas de fundeio próximas a este canal e à entrada da barra de Paranaguá. As áreas de fundeio no interior da baía e na entrada da barra constituem-se como pesqueiros permanentes à serviço dos pescadores profissionais artesanais de Paranaguá e demais municípios litorâneos. Embora formalmente regulamentadas, à exceção do canal de acesso ao Porto de Paranaguá, as áreas de fundeio não abrigam sinalização, disposta na superfície aquática, indicadora de seus limites. Entretanto, este fato não determina a existência de conflitos pelo uso compartilhado da superfície aquática entre embarcações pesqueiras e navios fundeados. Quando se movimentam, no entanto, os navios produzem oscilações nas águas provocando perturbações, sobretudo, nas embarcações de menor porte, como é o caso dos pescadores artesanais e embarcações de transporte de turistas.

A análise dos dados resultantes do monitoramento das atividades pesqueiras nos municípios do grupo 1 (Antonina/Morretes/Guaraqueçaba), referido no capítulo sobre aspectos metodológicos, demonstrou que a produção média mensal de pescado é relativamente pequena diante do número de comunidades e pescadores que se dedicam à atividade. Também, verificou-se que a pesca em mar aberto, entrada a barra, responde por quase 10% do volume produzido e é praticada, principalmente, pelos pescadores da

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1383

comunidade Superagui, sendo o camarão sete barbas, o produto mais expressivo. Estes pescadores, em sua maioria entregam o produto de sua atividade no ponto de desembarque situado em Superagui. Por outro lado, embora com pequeno volume global relativo, o volume obtido nas águas interiores representa quase 90% da produção, conforme o monitoramento referido. Assim, embora a oferta de pescado disponível para extração na Baía de Paranaguá venha se reduzindo, ano após ano, segundo a percepção dos próprios pescadores, para os que se dedicam à pesca neste ambiente esta atividade tem alta relevância, em especial aos menos favorecidos na concorrência por outras fontes de renda.



A análise dos dados coletados pela pesquisa de campo realizada em julho de 2016 junto a 11 comunidades de pescadores de Paranaguá pode ser resumida em cinco pontos:

- 1) A maior parte dos pescadores de Paranaguá é composta por pescadores profissionais artesanais, com baixa escolaridade e renda média familiar próxima a 1 salário mínimo.
- 2) Pode-se afirmar que os pescadores profissionais artesanais residentes no município de Paranaguá coletam mariscos e crustáceos, enquanto que os pescadores amadores da região não exercem essa atividade;
- 3) A maioria dos pescadores possui embarcação própria, comercializa o pescado de diversas maneiras e normalmente não estoca o produto;
- 4) identificou-se que, em geral, os cônjuges dos pescadores também exercem a ocupação de pescador;
- 5) 70% dos pescadores afirmaram que a ampliação do porto de Paranaguá irá causar prejuízos à pesca. Os principais motivos citados foram a dragagem e a limpeza de cascos de navios realizadas fora da baía.

#### *8.3.7.2.4 Número total de pescadores que utilizam como rota a AEID e ADA*

Nesta seção são apresentadas informações coletadas em pesquisa empírica junto aos pescadores artesanais sobre seu perfil socioeconômico. As informações sobre pescadores da AEII que utilizam rotas na AEID foram apresentadas mais acima, na seção que tratou das características da atividade pesqueira na AEII.

A Tabela 8.3.119 apresenta o perfil dos pescadores do município de Paranaguá. Os dados se referem ao regime de trabalho, idade, escolaridade, renda mensal familiar, renda mensal obtida somente com o pescado, e se praticam a coleta de mariscos e crustáceos.

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1384



**Tabela 8.3.119 - Perfil sócio ocupacional dos pescadores do município de Paranaguá**

		Contagem	Coluna válida N %
Regime de trabalho	Profissional	30	30%
	Artesanal	51	52%
	Amador	18	18%
	Missing	1	não considerado no % válido
	<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100%</b>
Idade	21 a 40 anos	25	25%
	41 a 49 anos	28	28%
	50 a 58 anos	25	25%
	59 a 73 anos	22	22%
	<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100%</b>
Escolaridade pescador	1 a 4 série	58	64%
	5 a 9 série	27	30%
	Médio comp/incomp	6	7%
	Missing	9	não considerado no % válido
	<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100%</b>
Renda mensal familiar	100 a 800 R\$	18	23%
	1SM a 1000 R\$	32	41%
	1174 a 1800 R\$	21	27%
	2000 a 3000 R\$	8	10%
	Missing	21	não considerado no % válido
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100%</b>	
Renda mensal pesca	100 a 300 R\$	23	27%
	301 a 800 R\$	21	24%
	801 a 880 R\$	31	36%
	881 a 2000 R\$	11	13%
	Missing	14	não considerado no % válido
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100%</b>	
Coleta mariscos ou crustáceos?	Não	29	30%
	Sim	66	70%
	Missing	5	não considerado no % válido
	<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100%</b>

Fonte: Levantamento empírico, 2016.

A primeira variável apresentada na Tabela 8.3.119 diz respeito ao regime de trabalho dos pescadores entrevistados do município de Paranaguá. Conforme podemos observar acima três categorias foram levantadas, quais sejam, profissional, artesanal e amador. Pescadores do tipo artesanal foram os predominantes com 52% dos casos, seguido de pescadores profissionais, com 30% de casos. Pescadores amadores correspondem a uma pequena parcela de 18% de casos do total pesquisado.

Os pescadores têm idades que variam de 21 a 73 anos e baixa escolaridade. Conforme demonstrado pela terceira variável apresentada na Tabela 8.3.119, mais da metade (64%)

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1385

dos pescadores entrevistados possuem de 1 a 4 anos de estudo. Quando perguntado sobre a renda mensal familiar percebe-se que a maioria (41%) dos respondentes ganha entre 1 salário mínimo e R\$1.000,00.

A última informação demonstrada na Tabela 8.3.119 se refere à ocorrência de coleta de mariscos ou crustáceos por parte dos pescadores (essa é uma variável dicotômica). De acordo com os dados levantados, 70% dos pescadores entrevistados realizam esse tipo de atividade. Segundo informações obtidas em campo, é comum a extração de ostra, bacucu, siri, caranguejo, sururu, camarão entre outros (quando sua extração não está proibida). A seguir apresenta-se um teste para especificar o perfil sócio ocupacional dos pescadores.

**Tabela 8.3.120 - Cruzamento entre as variáveis “regime de trabalho” e “coleta de mariscos ou crustáceos”**

Regime de trabalho	Coleta mariscos ou crustáceos			Total
		Não	Sim	
Profissional	N	5	25	30
	%	17,20%	37,90%	31,60%
	Resíduo	-2	2	
Artesanal	N	11	36	47
	%	37,90%	54,50%	49,50%
	Resíduo	-1,5	1,5	
Amador	N	13	5	18
	% n	44,80%	7,60%	18,90%
	Resíduo	4,3	-4,3	
<b>Total</b>	<b>N</b>	<b>29</b>	<b>66</b>	<b>95</b>
	<b>%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>



Fonte: Levantamento empírico, 2016.

Resíduo padronizado ajustado  $\chi^2 = 18,597$  Sig = 0,000 Df = 2 Ic = 95% E = 0,05 Limite crítico = 5,991

Como se pode observar, 44,8% dos pescadores que não realizam coletas de mariscos ou crustáceos são amadores, enquanto que 54,5% entre os que afirmaram exercer essa atividade são do tipo artesanal. A linha dos pescadores que trabalham em regime de trabalho artesanal totaliza 47 casos na Tabela 8.3.120. O total de pescadores nessa categoria são 51, mas aqui desconsidera-se os quatro casos que não informaram (missing) se faziam ou não faziam coleta de crustáceos ou mariscos.

A análise dos resíduos padronizados ajustados revela que quem coleta mariscos e crustáceos são pescadores profissionais. Tomando como referência o valor de  $\pm 1,96$ , observa-se que há um perfil muito bem delineado entre os amadores e os profissionais. No caso dos amadores há forte tendência à concentração de casos na coluna dos que não coletam mariscos e crustáceos (4,3 positivo). Ademais, o valor do  $\chi^2$  ficou acima do limite



 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1386

crítico, ou seja, pode-se afirmar com 95% de confiança que existe uma associação entre ser pescador profissional e coletar mariscos ou crustáceos e ser pescador amador e não coletar mariscos ou crustáceos.

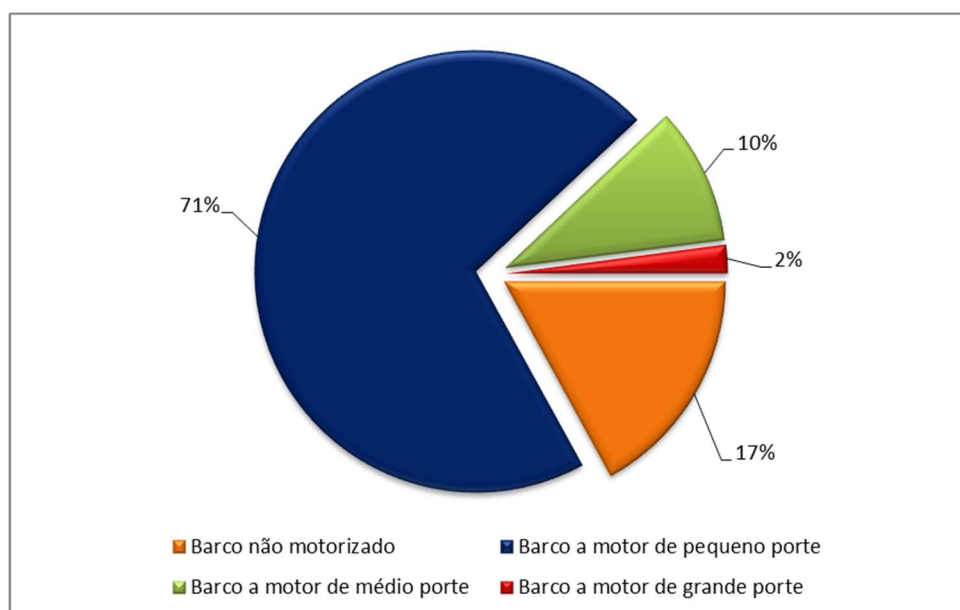
#### 8.3.7.2.5 Renda mensal dos pescadores artesanais na AEID

Com relação à renda aproximada obtida somente com o pescado é importante apontar que o valor ganho varia conforme a estação do ano. Também é necessário apontar que essa pesquisa foi realizada durante o inverno (período que é considerado “fraco” pelos pescadores). Portanto, os valores apresentados a seguir correspondem à renda mensal obtida com o pescado durante o inverno. A quinta variável da Tabela 8.3.119 apresenta essa informação, e os valores giram em torno de R\$ 100,00 a R\$ 2.000,00, com frequências de casos homogêneas entre as categorias. Contudo, se forem somados os percentuais observados, percebe-se que 87% da amostra ganha no máximo um salário mínimo.

#### 8.3.7.2.6 Caracterização da infraestrutura de apoio à pesca artesanal na AEID

A infraestrutura de apoio à pesca, no litoral paranaense, de uma maneira geral, é deficiente, conforme o Censo Estrutural da Pesca (FUNDAÇÃO PROZEE, 2005). O censo avaliou as condições de oferta de serviços, tais como, fábricas de gelo, câmaras de estocagem e ancoradouros. A deficiência na infraestrutura está presente, também, para o caso específico da pesca artesanal na AEID. Os pescadores profissionais artesanais dispõem de limitada estrutura para abastecimento de combustível e lubrificantes ou, mesmo, gelo. Os reparos em embarcações, entre pescadores artesanais, são geralmente realizados pelos próprios pescadores quando estes dispõem dos conhecimentos técnicos necessários. É limitada, também, a oferta de serviços para reparos de embarcações e motores.

Os dados apontaram que 78% dos pescadores entrevistados possuem embarcação própria e que o tipo de embarcação mais comum entre eles é barco a motor de pequeno porte, mais especificamente 71% de acordo com o Gráfico 8.3.71. Além disso, a comercialização do pescado é feita de diversas maneiras. A mais comum é na feira do município (mercado do peixe) com 33% dos casos. Mas o pescado também é vendido direto ao consumidor (27%), em supermercados ou peixarias (15%) e para intermediários (21%). Os pescadores de Paranaguá em geral não estocam o pescado (60%), fazendo as vendas diariamente, logo após a extração do mar.



Fonte: Levantamento empírico, 2016.



**Gráfico 8.3.71 - Percentual válido dos tipos de embarcações utilizadas pelos pescadores entrevistados**

O Gráfico 8.3.71 apresenta (4) quatro tipos de embarcações utilizadas pelos pescadores entrevistados. Do total de 100 pescadores entrevistados, verifica-se que 71% (65 pescadores) dispõem de barco a motor de pequeno porte, seguida de 17% (15 casos) que não utilizam barco motorizado. O critério para definir o porte das embarcações se baseia na potência do motor, barco de pequeno porte possui motor de até 24 Hp; barco de médio porte possui motor com mais de 25 Hp e, é assim caracterizado até 115 Hp; e barco de grande porte possui motor com mais de 115 Hp.

Poucas foram as embarcações de médio e grande porte identificadas na amostra de pescadores entrevistados em Paranaguá e nas Ilhas, 10% (9 casos) de embarcações de pequeno porte e 2% (2 casos) de barco a motor de grande porte. Nessa questão 9 (nove) casos foram considerados missing.

O monitoramento dos recursos pesqueiros vem sendo executado por grupo técnico contratado pela Administração dos Portos de Antonina e Paranaguá (APPA), desde o mês de dezembro de 2013. Esta atividade consiste no acompanhamento dos desembarques dos bens originários da pesca extrativista em pontos específicos do litoral paranaense, quais sejam: Mercado de Peixe, Vila Guarani, Portinho, Mercado de Antonina, Praia dos Polacos, Ponta da Pita e Pontal do Sul. Até julho de 2015 haviam sido computados 23,7 mil registros compreendendo uma média de 1.250 desembarques mensais, ou 42 a cada dia. Nestes registros constam o local de desembarque, o nome da embarcação, o município de origem,



 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1388



o tempo de duração da pesca, a arte de pesca utilizada para extração, os registros biológicos referentes à família, espécie e nome popular do bem extraído, o volume medido em quilograma ou quantidade de dúzias, o preço obtido na comercialização do volume desembarcado, o local de extração do pescado e o rendimento total obtido pelo pescador em cada desembarque.

O ponto de desembarque com maior movimentação, entre dezembro de 2013 e julho de 2015, conforme o monitoramento dos recursos pesqueiros é o Mercado de Peixe, na cidade de Paranaguá, responsável por 46% dos produtos desembarcados cujo volume é medido em quilogramas. Na Praia dos Polacos, em Antonina, foram desembarcados 13% e na Vila Guarani, junto ao rio Emboguaçu desembarcou-se, 12%. De todo o pescado desembarcado no período analisado, 68,2% o foi no Mercado de Peixe, na cidade de Paranaguá. O volume total do pescado desembarcado no período analisado somou 666,7 toneladas. O segundo maior volume foi entregue ao ponto de desembarque em Pontal do Sul (13,9%) e a Vila Guarani recebeu o terceiro maior equivalente a 7,6%. A movimentação de desembarque de pescado representou, em média, uma produção deste bem extrativista na ordem de 37 toneladas mensais.

A maior parte do pescado, cujo volume é medido em quilogramas, recebido nos pontos de desembarque foi entregue por pescadores originários da comunidade Superagui no município de Guaraqueçaba, comunidade esta que respondeu por quase 20% do volume extraído. Os pescadores da comunidade Ilha das Peças entregaram 9,8% e de Pontal do Sul, 6,9%. O local de pesca mais destacado foi o “mar aberto” de onde se extraiu 9,1% do volume obtido seguido pelo “canal” (6,3%) e Terminal Portuário Ponta do Félix (6,3%). Ainda, no pesqueiro do Maciel, em Pontal do Paraná, de acordo com os dados informados pelos pescadores que desembarcaram a sua produção, obteve-se 6,3%.

Quanto aos bens extraídos pela pesca desembarcados, conforme o seu nome popular, o camarão sete barbas registrou o maior volume com 147 toneladas, o que correspondeu a 22% do total. O segundo maior produto foi a pescada membeca, cujo volume desembarcado correspondeu a 11,8% do total seguido pelo baiacu com 9,9% e a tainha, 7,4%.

Os bens entregues por pescadores em pontos de desembarque cujos volumes são medidos em unidades somaram 92,8 mil dúzias. De acordo com as informações registradas durante o monitoramento, os bens, conforme sua denominação popular são: caranguejo (42,5%), Siri (26%), Ostra (21%), Camarão para isca (5,9%), Siri mirim (4%). O maior volume foi entregue pelos pescadores da comunidade Portinho (24,9%) seguida de Almeida (24,5%). O

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1389

terceiro maior volume de produtos medidos em dúzias foi entregue por pescadores da comunidade Ilha Rasa e equivaleu a 4,8%. Quanto aos locais de coleta e extração indicados pelos pescadores para obtenção destes bens, o pesqueiro Almeida foi responsável por 22,5% da produção seguido pelo Terminal Portuário Ponta do Félix de onde se extraiu 14,4% e a Ilha Rasa de onde se obteve 5,2%.



Quanto às rotas utilizadas pelos pescadores desde os seus pontos de origem, pesqueiros e pontos de desembarque, a maior parte abrange a navegação pelo canal da Galheta e, para acessar a cidade de Paranaguá, dependem da travessia pelo pequeno canal que se localiza entre a extremidade da ilha da Cotinga e o terminal de contêineres do Porto de Paranaguá. Já, o acesso ao desembarque em Pontal do Sul, realizado principalmente por pescadores da comunidade Superagui implica a navegação pelo canal da Galheta entre as ilhas do Mel, da Cotinga e a cidade de Pontal do Paraná.

#### 8.3.7.2.7 Principais manifestações culturais

As comunidades pesqueiras de Paranaguá conservam em suas tradições a atenção às datas religiosas católicas relativas à festa de Nossa Senhora dos Navegantes, mas também Nossa Senhora do Rocio e Nossa Senhora do Rosário. Porém, a festa do pescador, realizada no mês de julho e a festa da tainha são eventos que contam com a adesão de inúmeros membros de diversas comunidades de pescadores. Cabe destacar, com especial relevância, os festejos relacionados à Bandeira do Divino Espírito Santo que estão associados à cultura do Fandango Caiçara. O Fandango Caiçara reflete uma manifestação cultural que tem o Complexo Estuarino Lagunar de Paranaguá, assim como outras regiões, como local exclusivo de sua expressão em termos de vida e produção dos detentores destas práticas. Tais festas, além do aspecto cultural pela conservação das tradições, representam, ainda, uma possibilidade de geração de renda pela oportunidade de comercialização de bens oriundos da atividade pesqueira. A Tabela 8.3.121 mostrada a seguir apresenta as principais manifestações culturais relacionadas às comunidades pesqueiras.

**Tabela 8.3.121 – Calendário das principais manifestações culturais**

Mês	Manifestação cultural
Janeiro	Festa Nossa Senhora dos Navegantes na Ilha dos Valadares
Fevereiro	Festa Nossa Senhora dos Navegantes na Ilha do Mel
Maio	Festa do Divino
Junho	Festa de São Pedro na Ilha do Mel

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1390

Mês	Manifestação cultural
Julho	Festa nacional da Tainha
Julho	Festival de Arte e Cultura do litoral paranaense
Julho	Aniversário de Paranaguá
Agosto	Festa do Fandango Caiçara
Setembro	Festa de São Francisco das Chagas
Novembro	Festa de Nossa Senhora do Rocio
Dezembro	Festa de São Benedito

Fonte: Prefeitura Municipal de Paranaguá, 2017.



### 8.3.7.2.8 Políticas públicas sociais efetivas ou parcialmente acessadas pela comunidade

As políticas públicas implementadas pelos programas e projetos do Governo Federal, estadual e municipal são em grande parte, políticas de caráter social, econômica e ambiental, voltadas para a promoção de igualdade social e valorização da vida. Refletem iniciativas para melhoria do acesso a direitos constitucionais como saúde, educação, alimentação e moradia, mas também políticas regulatórias, de proteção ambiental e uso territorial. Ainda, atendem aos cuidados com o ecossistema, com o uso sustentável dos recursos naturais, a manutenção de comunidades e práticas tradicionais.

#### 8.3.7.2.8.1 Âmbito federal

Foram identificados nove programas de políticas públicas sociais implementados pelo Governo Federal na área em estudo, sendo eles: O Plano de Gerenciamento da Zona Costeira; Projeto Orla; Programa Agenda Ambiental Portuária; Projeto de Conservação Efetiva e Uso Sustentável dos Manguezais no Brasil em Áreas Protegidas – GEF- Mangue; Programa Nacional do Meio Ambiente II (PNMAII) Etapa Paraná; Programa Bolsa Família; Programa de Saúde da Família; Programa de Erradicação do trabalho Infantil e; Programa Jovem Aprendiz.

A utilização racional da zona costeira é compromisso expresso na Lei n 7.661, de 16 de maio de 1988, que instituiu o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC) como parte integrante da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) e da Política Nacional para Recursos do Mar (PNRM). A lei definiu ainda que o detalhamento deste Plano fosse estabelecido em documento específico, no âmbito da Comissão Interministerial para Recursos do Mar (CIRM). A primeira versão do PNGC foi apresentada em novembro de 1990, este marco legal original teve a sua segunda edição aprovada em 1997 (PNGC II), na



 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1391

forma de Resolução 005 da CIRM de 03/12/97, após aprovação na 48ª Reunião Ordinária do CONAMA. Após a aprovação do PNGC II, cuja versão se encontra em vigor, foi publicado o Decreto nº 5.300/2004, que regulamentou a Lei do Gerenciamento Costeiro e definiu critérios para a gestão da orla marítima, delimitando a Zona Costeira conforme limites políticos para a faixa terrestre e as Linhas de Base estabelecidas de acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar (1982) para a faixa marítima. No estado do Paraná, fazem parte da Zona Costeira abrangida pelo PNGC os municípios de Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE 2009).

O Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro tem como finalidade primordial, o estabelecimento de normas gerais visando a gestão ambiental da Zona Costeira do País, lançando as bases para a formulação de políticas, planos e programas estaduais e municipais com os seguintes objetivos: a) promoção do ordenamento do uso dos recursos naturais e da ocupação de espaços costeiros, subsidiando e otimizando a aplicação dos instrumentos de controle e de gestão proativa da Zona Costeira; b) estabelecimento do processo de gestão, de forma integrada, descentralizada e participativa, das atividades socioeconômicas na Zona Costeira, de modo a contribuir para elevar a qualidade de vida de sua população, e a proteção de seu patrimônio natural, histórico, étnico e cultural; c) desenvolvimento sistemático do diagnóstico da qualidade ambiental da Zona Costeira, identificando suas potencialidades, vulnerabilidades e tendências predominantes, como elemento essencial para o processo de gestão; d) a incorporação da dimensão ambiental nas políticas setoriais voltadas à gestão integrada dos ambientes costeiros e marinhos, compatibilizando-as com o PNGC; e) efetivo controle sobre agentes causadores de poluição ou degradação ambiental sob todas as suas formas, que ameacem a qualidade de vida na Zona Costeira; e f) a produção e difusão do conhecimento necessário ao desenvolvimento e aprimoramento das ações de Gerenciamento Costeiro.

O Projeto Orla é uma iniciativa do governo Federal, supervisionado pelo Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro (GI-GERCO) da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), tendo como coordenadores a Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos do Ministério do Meio Ambiente (SQA/MMA) e a Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SPU/MP).

O objetivo principal do projeto é de compatibilizar as políticas ambiental e patrimonial do governo federal, que tratam dos espaços litorâneos sob guarda ou de propriedade da União, buscando, inicialmente, dar uma nova abordagem ao uso e à gestão dos terrenos, inclusive



 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1392

acrescidos de área marinha, como forma de consolidar uma orientação cooperativa e harmônica entre ações e políticas praticadas na orla. Portanto, o que se busca com o projeto é repassar as atribuições da gestão do espaço, atualmente alocadas ao governo federal, para a esfera municipal, incorporando normas ambientais na política de regulamentação dos usos dos terrenos e acrescidos de área marinha, promovendo uma melhor dinâmica social no processo.

O Projeto Orla é amparado em dois documentos legais que o suportam de forma integral em seus objetivos e ações, os quais são: a Lei 7.661 de 1988 (Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro) referida acima e a Lei 9.636 de 1998 (a qual versa diretamente sobre o Patrimônio da União), mais o Plano de Ação Federal para a Zona Costeira, o qual visa o planejamento de ações para integração de políticas públicas incidentes em zona costeira.

A Agenda Ambiental Portuária (AAP) surgiu como um instrumento norteador de ações governamentais voltadas para o ambiente portuário dentro do Programa de Ação Federal para a Zona Costeira do Brasil (PAF-ZC) com o objetivo de promover a articulação entre o setor portuário, órgãos de controle e a sociedade, visando a melhoria da qualidade ambiental e a sustentabilidade. Se expressa no compromisso do subsetor portuário com os padrões ambientais nacionais e internacionais, assumido no âmbito da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar – CIRM, em 02 de dezembro de 1988, por meio da Resolução CIRM N° 06/98. A criação desta agenda resultou em uma inovação para o subsetor, pois, até então não se consideravam os aspectos ambientais em seus procedimentos de gestão portuária. A Agenda Ambiental surge, naquele momento, para promover a conciliação da atividade portuária com o seu meio ambiente (ANTAQ, 2011).

A Agenda Ambiental Portuária (AAP) apresenta um plano de ação institucional voltada para a gestão ambiental eficiente o qual apresenta diretrizes e programas de controle e mitigação de impactos dentro do ambiente portuário e nas comunidades do entorno. É constituída por seis ações estruturantes, sendo estas: a) promoção do controle ambiental da atividade portuária; b) inserção da atividade portuária no âmbito do gerenciamento costeiro; c) implantação de unidades de gerenciamento ambiental nos portos; d) implementação de setores de gerenciamento ambiental nas instalações portuárias no entorno da área dos portos organizados; e) regulamentação dos procedimentos da operação portuária seguindo os padrões existentes; f) previsão um conjunto de 64 medidas a serem implantadas nos 11 principais portos brasileiros, buscando melhor eficiência dos processos portuários evitando estrangulamento do setor.



 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1393

O Projeto de Conservação Efetiva e Uso Sustentável dos Manguezais no Brasil em áreas Protegidas, conhecido como GEF- Mangue foi elaborado com o objetivo de desenvolver e fortalecer uma rede de áreas protegidas para o ecossistema de mangues no Brasil, por meio de mecanismos políticos, financeiros e regulatórios; do manejo da pesca; da coordenação dos instrumentos de planejamento territorial com a gestão das unidades de preservação e da disseminação de valores e funções dos manguezais. E objetivo do projeto, construir a base para a melhoria da conservação e do uso sustentável dos manguezais do país (MMA, 2017).

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) coordena o projeto GEF-Mangue em parceria com o Instituto Chico Mendes (ICMBio) e por meio da cooperação técnica com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O recurso previsto para a execução do projeto era de US\$ 15 milhões. Deste total, US\$ 5 milhões viriam de doação do GEF (Fundo para o Meio Ambiente Mundial), e US\$ 10 milhões do governo brasileiro. Os recursos seriam investidos em capacitação multissetorial, beneficiando comunidades de pescadores, gestores e usuários de manguezais. Entre as ações implementadas, se destaca a elaboração do Programa Nacional de Conservação e Uso Sustentável de Manguezais e diagnóstico do avanço de tais ameaças, inclusive em manguezais contidos em unidades de conservação, tanto nas áreas de proteção ambiental (APA's), como nas reservas extrativistas, criadas para conter sua degradação e propiciar o uso sustentável desse ecossistema, principalmente pelas populações locais.

A conservação dos manguezais em toda a sua extensão, incluindo os apicuns, possui extrema relevância considerando as questões sociais que envolvem os recursos pesqueiros, os quais são responsáveis pelo sustento, direta ou indiretamente, de mais de 1 milhão de pessoas. A ocupação desordenada ao longo da costa brasileira vem ocasionando a fragmentação e a perda deste habitat, degradação ambiental e grandes perdas sociais e econômicas.

Segundo o mapeamento realizado pelo MMA em 2009, os manguezais abrangem cerca de 1.225.444 hectares em quase todo litoral brasileiro, desde o Oiapoque, no Amapá, até Laguna em Santa Catarina, constituindo zonas de elevada produção biológica, uma vez que acolhem representantes de todos os elos da cadeia alimentar (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2017). O Complexo Estuarino-Lagunar de Iguape-Cananéia e Paranaguá, situado entre os estados de São Paulo e Paraná, representa uma das reservas de mangues mais importantes do país (DIEGUES, 2002).



 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1394

O Programa Nacional do Meio Ambiente (PNMA) em sua primeira etapa, ocorrida entre os anos de 1991-1998, concentrou-se na promoção do desenvolvimento institucional, nas unidades de conservação e proteção de ecossistemas. Aplicando projetos experimentais de desenvolvimento sustentável e de execução descentralizada. A segunda etapa operacionalizada a partir de 2000 foi centrada no desenvolvimento institucional e na gestão integrada dos ativos ambientais. Durante a primeira etapa, muitos objetivos foram alcançados na formação de parcerias, a adoção de gestão ambiental descentralizada e na compreensão da necessidade de garantir sustentabilidade ao resultado das ações desenvolvidas após a execução dos projetos (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2004).

Para a formulação da segunda etapa do PNMA, houve um processo de consulta aos governos estaduais, iniciando um levantamento das Demandas dos Órgãos Ambientais Estaduais e Federais, realizado pelo Ministério do Meio Ambiente com objetivo de identificar os investimentos considerados prioritários para o programa. Foram realizadas várias reuniões com secretários de Estado e profissionais do meio ambiente, que atuam em âmbito estadual, sobre o conteúdo e estratégias de ação. Representantes da sociedade civil (organizações não governamentais e privadas) foram chamadas para conhecer a proposta do PNMA II e apresentar sugestões para seu aperfeiçoamento. Diante disto, foram estabelecidos os objetivos gerais do programa, sendo eles: a) implementação de projetos de gestão ambiental integrada, com caráter replicável, de forma a construir modelos de desenvolvimento sustentável; b) aprofundamento do processo de descentralização, com fortalecimento da capacidade operativa dos estados e municípios, estímulo a adoção de soluções inovadoras e formação de parcerias entre o poder público e a sociedade para a gestão ambiental; c) desenvolvimento e implementação física de sistemas de monitoramento, voltados para a geração de informações de qualidade, que auxiliem as autoridades e os atores sociais envolvidos na percepção das alterações ambientais e na tomada consequente de decisões; e) desenvolvimento de ações para aumentar a eficácia do processo de licenciamento, integrando aos demais instrumentos de gestão ambiental; f) fortalecimento da capacidade operativa e de intervenção dos entes federativos pertinentes – União, estados e municípios litorâneos – para a gestão ambiental integrada da Zona Costeira Brasileira.

O Bolsa Família é um programa de transferência de renda do Governo Federal para auxiliar as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. São mais de 13 milhões de famílias atendidas pelo programa em todo país, segundo informações do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Até o ano de 2002, outros programas





 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1395

sociais como o Cartão Alimentação, Auxílio Gás e Bolsa Escola atendiam milhares de pessoas. Em 2003 o governo criou o Programa Bolsa Família (PBF), por meio da Medida Provisória nº 132, realizando a junção dos benefícios e estendendo o benefício para um número maior de famílias. Em 09 janeiro de 2004, a medida provisória foi convertida em Lei nº 5.209, de 17 de setembro de 2004.

As famílias atendidas pelo PBF são aquelas que possuem rendimento de até R\$ 70,00 por pessoa em condição de extrema pobreza. E de R\$ 70,01 a R\$ 140,00 por pessoa, em condição de pobreza. Em contrapartida, o beneficiário assume o compromisso de manter crianças e adolescentes de 6 a 17 anos na escola e fazer o acompanhamento de saúde de menores de 7 anos, grávidas e mães que estão amamentando. Os principais objetivos do Programa Bolsa Família são: a) combater a fome e incentivar a segurança alimentar e nutricional; b) promover o acesso de famílias mais pobres à rede de serviços públicos, em especial, de saúde e assistência social; c) apoiar o desenvolvimento das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza; combater a pobreza e a desigualdade; e d) incentivar os vários órgãos do poder público ao trabalho conjunto nas políticas sociais que ajudem as famílias a superarem a condição de pobreza. Este Programa busca também a integração com outras políticas públicas, com ações de capacitação profissional e de apoio à geração de trabalho e renda, de educação para jovens e adultos, de acesso à moradia, dentre outras. As ações têm por objetivo criar condições para que os beneficiários não necessitem mais do recurso. Tais atividades são denominadas de “Ações Complementares” e devem ser promovidas em parcerias entre o Governo Federal, pelos estados e municípios e também por entidades da sociedade civil (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, 2017).

Segundo informações da Prefeitura municipal de Paranaguá, o município, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social, iniciou o ano de 2017 com ações que buscam ampliar os programas sociais por meio do cadastramento do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), com foco na ampliação do atendimento do Programa Bolsa Família para as famílias do município. A Ação ocorreu em diversos bairros, ilhas e Colônias localizadas em Paranaguá.

O Programa de Saúde da Família foi concebido pelo Ministério da Saúde em 1994 com o objetivo de reorganizar o sistema de saúde em parceria com o Programa de Agentes Comunitários de Saúde – PACS, criado no ano de 1991. A estratégia de unir os dois programas tinha por objetivo a construção de um novo modelo de atenção integral à saúde das famílias, visando aumentar a acessibilidade ao sistema de saúde e melhorara as ações de prevenção e promoção da saúde. Segundo o novo modelo, a família passa a ser o objeto



 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1396

precípua de atenção, atendida a partir do ambiente onde vivem. As diretrizes para a implantação do modelo de Saúde da Família nas Unidades Básicas de Saúde são operacionalizadas de acordo com as realidades regionais, municipais e locais. O Ministério da Saúde entra com parcela expressiva de recursos financeiro, garantindo equipamentos e medicamentos básicos para o atendimento. O município é responsável em complementar o restante dos recursos necessários e assumir a implantação e operação do programa. As equipes profissionais de saúde multidisciplinar são capacitadas para atender à maior parte dos problemas de saúde nas unidades de saúde da família. Quando necessário, as equipes realizam o atendimento domiciliar de pacientes. O cadastramento das famílias é realizado no próprio domicílio pelos Agentes Comunitários de Saúde. A equipe de Saúde da Família é formada minimamente por um médico generalista ou médico da família, um enfermeiro, um auxiliar de enfermagem e de quatro a seis agentes de saúde comunitários (ASC).

Segundo informações da Prefeitura Municipal de Paranaguá, o município possui 7 unidades de atendimento ao Programa de Saúde da Família, onde atuam 14 equipes de Agentes comunitários com cobertura de aproximadamente 4,5 mil pessoas (PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, 2017).

O programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) do Governo Federal articula com ações que visam a erradicação do trabalho infantil de crianças até 16 anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 anos. Garantindo a frequência escolar a participação do menor em atividades socioeducativas. Os estados são responsáveis pelo levantamento, por meio dos órgãos de Assistência Social, dos casos de trabalho infantil que ocorrem em seus municípios. Os casos identificados passam por um processo de validação que envolve Comissões Estaduais de Erradicação do Trabalho Infantil, Comissão Intergestora Bipartite e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Sendo detectado o caso de uma criança em situação de trabalho infantil, as seguintes medidas são tomadas: a) inserção da família no Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal, informando a atividade exercida pela criança; b) inserção ou reinserção da criança ou adolescente na escola. A família inserida no PETI passa a receber uma bolsa mensal para cada filho com idade de 7 a 15 anos que for retirado do trabalho. Em contrapartida as crianças e adolescentes devem estar frequentando a escola em jornada ampliada, ou seja, em um período eles devem ir para a escola e no outro, participar de atividades de reforço escolar, esportivas, culturais, artísticas e de lazer.

A bolsa é de R\$ 40,00 para famílias residentes nas áreas urbanas, cuja atividade realizada por menores de idade se caracterize como urbana em capitais e municípios com mais de 250



 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1397

mil habitantes. Para famílias residentes em municípios com população inferior a 250 mil habitantes e cuja atividade de trabalho da criança se caracterize como rural, o valor da bolsa é de R\$ 25,00. A classificação do beneficiário nas áreas urbanas ou rural é feita pela identificação do domicílio da família no CadÚnico (PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, 2017).

O Programa Jovem Aprendiz está enquadrado na Lei da Aprendizagem - Lei N° 10.097, de 19 de dezembro de 2000. O programa tem por finalidade de inserir o adolescente em um ambiente que favoreça seu desenvolvimento pessoal e profissional. Adquirindo com isso experiência, hábitos e atitudes que irão prepara-lo para o mercado de trabalho e para uma boa convivência social. Segundo as normas, a duração mínima do programa é de 18 meses e a máxima de 24 meses, não podendo exceder ao último dia útil do mês em que o aprendiz completar 17 anos e 10 meses. A contratação de aprendizes é realizada por intermédio de entidades assistenciais conveniadas, capacitadas em fornecer a aprendizagem e responsável pelo Contrato de Aprendizagem por prazo determinado. O número de adolescentes para cada Unidade (local de trabalho) será definido pela empresa em conjunto com o Ministério do Trabalho. O jovem aprendiz contratado terá direito a remuneração de um salário mínimo regional, vale transporte, vale alimentação e seguro saúde. Além disso, por se tratar de atividade com vínculo empregatício, o adolescente terá direito a férias, décimo terceiro e demais benefícios previstos na legislação trabalhista.

Segundo o Ministério do Trabalho, a expectativa é de que em 2017, 9 milhões de micro e pequenas empresas (equivalente a 97% das empresas em funcionamento no Brasil), possam contratar os jovens aprendizes. Outro dado importante sobre o programa é que 82% dos jovens que passam pelos cursos de aprendizagem são efetivados na empresa contratante (JOVEM PARENDIZ.ORG, 2017).

Em Paranaguá, a Prefeitura Municipal desenvolve o Programa Jovem Aprendiz, por meio da Secretaria Municipal da Criança, Promoção e Assistência Social, tendo como responsabilidade o cadastro, seleção e acompanhamento social e lanches nos dias de aula. O Programa Jovem Aprendiz em Paranaguá é desenvolvido por meio de convênio estabelecido entre a Prefeitura Municipal de Paranaguá, a Associação de Educação Social e Familiar do Paraná, SENAC e CIEE (PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, 2017).



 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1398

### 8.3.7.2.8.2 Âmbito estadual

Em âmbito estadual foram identificados dez programas de políticas públicas sociais com atuação na área de estudo, sendo eles: Programa de Zoneamento Ecológico-Econômico, Programa de Gestão Integrada da Zona Costeira; Plano Estadual de Recursos Hídricos; Programa Mata Ciliar; Projeto Paraná Biodiversidade; Programa Proteção da Floresta Atlântica do Paraná (Pró-Atlântica); Projeto Pesque Vida; Programa Voluntariado Paranaense; Programa Bom Emprego; Programa Educacional de Resistência às Drogas e À Violência (PROERD).

O Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) é um programa implantado no Estado do Paraná, coordenado pela Secretaria do Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA), com objetivo de subsidiar a gestão de políticas públicas, como instrumento político e técnico que possibilite a incorporação das questões ambientais ao planejamento estratégico do governo. O Governo do Estado do Paraná incluiu o Zoneamento Ecológico-Econômico como programa de seu Plano de Governo, pois entende o ZEE como instrumento de “redução da desigualdade social e respeito ao pluralismo, contribuindo para a prática da cidadania ativa e participativa à medida que pressupõe a abertura de canais institucionais com a sociedade por meio de consulta, informações, gestão, articulando diversas escalas de abordagem, cada qual portadora de atores e temas específicos” (ITCG, 2015).

Em 2013, o Governo do Paraná finalizou o Zoneamento Ecológico Econômico Fase Litoral. A região foi a primeira a ser analisada, em 2011 e 2012, tendo vista os níveis de conservação, sua vulnerabilidade, diversidade de atividades econômicas e demanda de obras. O Programa integra informações ambientais e socioeconômicas por mapas e estudos específicos para a definição de zonas com características semelhantes, indispensável para planejar a ocupação racional e o uso sustentável dos recursos naturais. O Instituto de Terras, Cartografia e Geociências (ITCG), autarquia da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, coordenou a elaboração do zoneamento juntamente com outras secretarias e instituições do Estado (ITCG, 2013). Entre os objetivos do ZEE no Paraná está o levantamento de informações para subsidiar a elaboração de planos, programas e projetos, propondo alternativas para a tomada de decisão, compatibilizando as demandas socioeconômicas com as questões ambientais. O ZEE possibilita a implementação de políticas públicas integradas, de planejamento regional e ordenamento territorial, com apoio técnico, científico e operacional para gestores públicos, entidades privadas e comunidade, buscando sempre diálogo e participação social no processo (TEODORO, SILVA, 2014).



 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1399

Ao final de 2014 os estudos elaborados pelo ZEE forneceram informações com base no cruzamento de dados econômicos, sociais e ambientais que possibilitaram dividir o estado do Paraná em 12 regiões, sendo que cada uma destas regiões foi classificada considerando o seu grau de potencialidades, fragilidade e recomendações. O Litoral Paranaense foi dividido em seis zonas, sendo a maior área, que cobre 80,75% do território litorâneo é a área classificada como zona protegida por legislação ambiental específica, que inclui parques e as chamadas Áreas de Proteção Ambiental (APA). A segunda área, considerada mais restritiva do ponto de vista de exploração, é a área de proteção dos mananciais, que corresponde a 5% do total. As demais áreas são: a) unidade de conservação e proteção integral; b) zona urbana; c) zona de desenvolvimento de terras ocupadas e d) zona de desenvolvimento diferenciado (ITCG, 2016).

O Programa de Gestão Integrada da Zona Costeira do Paraná é desenvolvido pelo Ministério do Meio Ambiente e Governo do Paraná, sob coordenação da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA) e executado pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP). O Objetivo do plano é possibilitar maior controle do impacto ambiental sobre os ecossistemas do litoral paranaense diante do crescimento das atividades produtivas, como o turismo, a maricultura, a atividade portuária e a pesca, as quais são passíveis de conflito.

O Programa é financiado pelo Banco Mundial e pelo Ministério do Meio Ambiente e visa criar ferramentas para ordenar a ocupação das áreas litorâneas e promover o uso sustentável dos recursos naturais pelas comunidades tradicionais. Além de desenvolver instrumentos gerenciais para o ordenamento dos ambientes estuarinos e marinhos, o programa visa o acesso público aos processos em planejamento e execução. As informações levantadas por este programa devem subsidiar uma proposta de ordenamento aos ambientes estuarinos e costeiros, cabendo às instituições Federal, Estadual e Municipal a adoção de instrumentos normativos específicos sendo assim qualificado: a) à União: o que se refere especificamente ao ordenamento do uso das águas do mar e dos procedimentos de outorga de direitos ao uso das águas; b) ao Estado: a promulgação de instrumentos normativos voltados para a interface da Zona Costeira terrestre que afeta a qualidade das águas do mar e seus procedimentos relacionados ao licenciamento ambiental das atividades potencialmente poluidoras; e c) ao Município: ações relacionadas ao ordenamento do uso do solo urbano.

Os principais benefícios do projeto de Gestão Integrada da Zona Costeira do Paraná a serem apresentados ao longo da implantação, são: a) regras técnicas e informações para medição de conflitos entre as frotas pesqueiras artesanais e industriais, pesca amadora e



 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1400

maricultura; b) inserção de disposição legais relativas aos compartimentos estuarinos e marinho, atualmente não abordados na legislação, especialmente quanto aos mecanismos de diretrizes para o licenciamento ambiental e fiscalização; c) promoção de arranjos interinstitucionais compatibilizados e consolidados nos diversos níveis de Governo e com instituições representativas da sociedade civil; d) viabilização de subsídios técnicos e institucionais para o crescimento econômico de atividades marinhas, de forma harmônica e sustentável, através de quantificação e identificação de áreas potenciais; e) orientação para a integração do uso do solo das águas.

O Plano Estadual de Recursos Hídricos do Paraná (PLERH/PR), lançado pelo Governo do Estado em 2010, busca atender às exigências da Lei das Águas de 1997, que tem por finalidade assegurar água em quantidade e qualidade para atender as várias demandas pelo recurso, atuando como instrumento básico na definição de Política e da Gestão dos Recursos Hídricos do Estado. O Plano foi elaborado com recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente, resultado da parceria do Governo do Estado do Paraná com o Ministério do Meio Ambiente, contando com a cooperação técnica da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambientais e Ambiente Urbano. O plano foi construído em três etapas, sendo a primeira a elaboração de um diagnóstico da situação atual, o qual envolveu a participação dos diversos setores relacionados aos recursos hídricos, entre eles: setor de saneamento ambiental (mananciais de abastecimento público, esgotos sanitários, aterros sanitários, resíduos hospitalares e doenças de veiculação hídrica) e os setores agropecuário, mineração, elétrico, navegação; lazer e industrial, entre outros.

A segunda etapa, ligada ao processo participativo, buscou promover uma ampla discussão junto à sociedade paranaense e aos setores usuários. Foram realizados 10 encontros regionais, com a participação de mais de 1.600 pessoas, onde a participação da sociedade na discussão sobre o Plano Estadual e o futuro da água no estado foram de suma importância.

A terceira etapa teve como objetivo consolidar o Plano Estadual, através da integração dos estudos diagnósticos com as contribuições oriundas dos encontros regionais, resultando na sistematização de programas e diretrizes estratégicas para os recursos hídricos no Paraná. O Programa Mata Ciliar teve início no ano de 2003 com a meta de plantar 90 milhões de árvores para a recomposição da vegetação que protege às margens dos principais rios, bacias hidrográficas, mananciais de abastecimento público, unidades de conservação, reservatórios de usinas hidroelétricas e bacias dos rios que integram os corredores de biodiversidades do estado. O programa está diretamente ligado a outras ações que vem

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1401



sendo desenvolvidas pelo Governo do Paraná, com objetivo de recuperar a cobertura vegetal do estado, como o Programa de Repovoamento de Rios e conseqüentemente, com a população que vive direta ou indiretamente da pesca. A recuperação das matas ciliares permite que se desenvolvam espécies nativas de peixes, mantendo a biodiversidade e propiciando incremento na produção pesqueira. O programa conta ainda com 900 integrantes da Força Verde que atuam na fiscalização periódica das propriedades que ainda não iniciaram a recomposição da mata ciliar e também receberam mudas e cercas. Um cadastro é preenchido pelos produtores ao retirar os benefícios, servindo de base de informações para monitoramento e cumprimento da lei.

O programa Paraná Biodiversidade é um programa beneficiado pelo Programa Mata Ciliar e tem como meta a recuperação da biodiversidade por meio da formação dos “corredores de biodiversidade” ou “corredores ecológicos”. Estes corredores estão sendo formados através da conexão de remanescentes florestais para áreas de preservação permanente (matas ciliares, encostas e topo de morros), reservas legais, parques, reservas particulares do patrimônio natural (RPPN), estações ecológicas, entre outras.

Os pequenos produtores rurais são diretamente beneficiados pelo Programa Paraná Biodiversidade. Considerado como pequeno produtor é aquele que possui uma área de até 30 hectares. Ao isolar a margem do rio para recompor a mata ciliar, este recebe a doação de cercas. Além da cerca, o programa fornece elevadores de água e abastecedouros comunitários para os animais, para que estes não acessem a mata em busca de água (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2017).

O Programa Proteção da Floresta Atlântica do Paraná (Pró-Atlântica) é considerado um dos maiores programas exclusivamente ambientais executado no estado do Paraná com recursos externos e internos. Implantado em 1997 o programa é resultada da parceria entre a República Federal da Alemanha, por meio do seu agente financiador o KfW Bankegruppe, e o Governo do Estado do Paraná. Para o desenvolvimento do programa são previstos investimentos de €15 milhões, sendo 65% do valor por parte de doação da KfW e os 35% restantes do Governo do Estado. O programa tem por objetivo colocar em prática um amplo conjunto de iniciativas de preservação abrangendo uma área de 11 mil km<sup>2</sup> de extensão. Sua abrangência corresponde à área de ocorrência fitogeográfica da Floresta Ombrófila Densa e ecossistemas associados, contemplando a Serra do Mar e toda planície litorânea (incluindo as ilhas interiores) e também o Vale do Ribeira. Estão incluídos no programa quinze municípios, sendo estes: Adrianópolis; Antonina; Bocaíuva do Sul; Campina Grande do Sul; Guaraqueçaba; Guaratuba; Matinhos; Morretes; Paranaguá, Piraquara; Pontal do



 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1402



Paraná; Quatro Barras; São José dos Pinhais; Tijucas do Sul e Tuas do Paraná. Além do foco na conservação e preservação ambiental, o programa busca desenvolver ações integradas de sustentabilidade ambiental, promovendo o turismo da região e desenvolvendo a economia local.

O Projeto Pesque Vida propõe alternativas para o problema do extrativismo desregrado e da exploração de bens naturais por meio da exploração sustentável, capacitando os pescadores e ribeirinhos para atuarem como guias de pesca, gerando renda e benefícios sociais para as comunidades.

A Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, através do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), encomendou um diagnóstico sobre o litoral paranaense que confirmou a existências de condições favoráveis para a atividade de pesca esportiva. A proposta do diagnóstico é indicar critérios e vocações para que a exploração pesqueira seja realizada de forma adequada e sem impacto ao meio ambiente. A atividade vem de encontro às carências das comunidades pesqueiras, as quais, em busca de mais recursos, acabavam por praticar o extrativismo desregrado.

O Litoral paranaense e a baía de Paranaguá estão entre os cinco maiores complexos de reprodução em espécies marinhas do mundo, podendo ser considerado a melhor região do país para a prática da pesca em águas estuarinas. Treinamentos são oferecidos aos pescadores dentro do Programa Pesque Vida, como aulas de biologia, ecologia, noções básicas de inglês, aulas práticas de pesca com molinete e carretilhas, uso de iscas artificiais, comportamento, vestimentas adequadas para a recepção de turistas/clientes, entre outros temas (SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE).

Estão envolvidas no programa as comunidades da baía de Antonina, da baía de Paranaguá, baía dos Pinheiros e baía de Guaraqueçaba. O Programa Voluntariado Paranaense (PROVOPAR) foi instituído pelo Decreto nº 2.194 de 15 de abril de 1980 e está vinculado à Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social. O programa no ano de 1983 foi desvinculado do estado e passou a atuar em parceria com a sociedade civil e órgãos governamentais promovendo programas de ações que promovam a melhoria da qualidade de vida e a valorização das populações com baixo índice de desenvolvimento humano (IDH). São objetivos do programa o desenvolvimento de projetos que possibilitem a geração de rendas destas populações e sua inclusão social. São também práticas do PROVOPAR, ações emergenciais e campanhas de mobilização social.



 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1403

O PROVOPAR certifica os parceiros que fazem parte do programa através do certificado “Cidadão Solidário” ou “Empresa Solidária”, reconhecendo pessoas e empresas que atuaram na mobilização de valores para campanhas, apoiando a ideia de uma consciência de cidadania através de ações solidárias. Em Paranaguá, no ano de 2013, a PROVOPAR promoveu cursos de oficinas, como confeitaria em chocolate e confecção de sabonetes artesanais. Em Pontal do Paraná, os cursos de capacitação como auxiliar de cozinha e confeitiro foram oferecidos em parceria com o SENAC.

O Programa Bom Emprego foi instituído pelo Governo do Estado do Paraná através do Decreto Estadual nº 1.465, de 18 de junho de 2003. Seu objetivo é promover o incremento da geração de empregos e renda, a descentralização regional e a preservação ambiental. Destinado aos estabelecimentos industriais que venham a ser implantados, ampliados ou reativados, e que promovem a geração de emprego e renda. Em contrapartida, estes empreendedores se beneficiam com a dilatação do prazo para o recolhimento do ICMS, em 48 meses, e o desconto sobre os valores relativos ao ICMS sobre a energia elétrica consumida.

Em caso de empresas já instaladas, o benefício é dado sobre o imposto incremental, a diferença média de ICMS recolhido nos últimos 24 meses e o novo valor, após o incremento na produção. O incentivo pode variar entre 50% a 99% dos valores devidos dependendo da região de instalação. As cidades com menos de 5 mil habitantes são as maiores beneficiadas com a proposta do governo do Estado. As empresas que optarem por investir no interior podem dilatar o pagamento de 99% do imposto.

O Programa Educacional de Resistência às Drogas e À Violência (PROERD) foi implantado no estado do Paraná no ano de 2000. Desenvolvido em escolas de 1ª a 4ª séries por policiais militares treinados e preparados para desenvolver atividades lúdicas e por meio de metodologia especialmente voltada para as crianças, os policiais intentam passar a mensagem de valorização à vida e a importância de se manter longe das drogas. Nascido em Los Angeles, EUA, no ano de 1982, o programa era desenvolvido pelo Departamento de Polícia e escolas daquela cidade. No Brasil, o programa foi introduzido pela primeira vez na cidade do Rio de Janeiro em 1992 e de lá difundida por todo o país. No estado do Paraná, são atendidos pelo programa mais de 20 municípios e as crianças ao final de quatro meses de cursos recebem o certificado PROED, prestando compromisso de se manterem afastados das drogas (POLICIA MILITAR DO PARANÁ, 2010).

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1404



Em Paranaguá o programa teve início no ano de 2010, através de reuniões com os pais e alunos das Escolas da rede Municipal de Ensino. Durante o primeiro semestre de 2010, quatorze escolas do município participaram do programa, com uma aula por semana, atingindo um total de dez lições. Neste período foram atendidas 1300 aulas e no semestre seguinte, quinze escolas participaram do programa. No ano de 2016, 1049 alunos foram atendidos pelo programa e em 2017, 1700 alunos serão beneficiados pela expansão do programa no município (PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, 2017).

#### 8.3.7.2.8.3 Âmbito municipal

Foram identificados 5 (cinco) programas sociais de nível municipal em Paranaguá: Programa de Expansão Econômica de Paranaguá (PRODEPAR); Programa Selo Social; Programa Resgatando Cidadão; Programa Bolsa Cidadã; Programa Sentinela e uma coordenadoria de Políticas Públicas para Mulheres.

O Programa de Expansão Econômica de Paranaguá (PRODEPAR) tem por objetivo oferecer incentivos tributários e benefícios para a implantação ou ampliação de empreendimentos dos tipos industriais, de alta tecnologia, turísticos, de instituições de ensino médio técnico e/ou superior e centro de distribuição e unidades logísticas de serviços e produtos no município de Paranaguá. Entre os incentivos tributários encontram-se: a) isenção da taxa de licença para execução de obras; b) isenção do imposto sobre propriedade predial e territorial urbana (IPTU), durante 7 (sete) anos; c) redução das alíquotas do imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSNQ), durante 5 (cinco) anos, entre outros. Entre os benefícios concedido encontram-se: concessão de direito real de uso de imóvel de propriedade no município, mediante aprovação do legislativo; realização de serviços de infraestrutura física, como terraplanagem e ampliação do empreendimento; curso de formação e especialização de mão-de-obra, programa especial para o valor da tarifa de água consumida, entre outros.

Para ter acesso a esses incentivos e benefícios, as empresas devem ser consideradas empreendimentos de relevância econômica e de interesse social e, ainda, devem contribuir para a geração de emprego e renda, onde os empregados recrutados sejam preferencialmente moradores de Paranaguá.

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1405

O Programa Selo Social de Paranaguá<sup>14</sup> tem por objetivo certificar as empresas e órgãos governamentais localizados no Município de Paranaguá, que estejam em dia com suas obrigações fiscais e pratiquem as responsabilidades sociais interna e externa. A responsabilidade social interna consiste no desenvolvimento de controles que beneficiem o quadro funcional da empresa. Ou seja, controles internos nas áreas de educação, saúde, combate ao trabalho infantil e separação do lixo reciclável. Já, a responsabilidade social externa se refere à realização pela empresa de projetos de cunho social direcionados à comunidade em geral. Nesse caso, engloba-se o apoio de projetos de interesse comunitário, de iniciativa própria ou em parceria com governos e entidades do terceiro setor.



O Programa Resgatando Cidadão tem por objetivo identificar e orientar os moradores de ruas e andarilhos. O programa conta com 14 educadoras sociais da Secretaria Municipal da Criança, Promoção e Assistência Social que circulam pelas ruas do município diariamente. Após o primeiro contato a pessoa é encaminhada à SEMPRAS, que por sua vez, pode manter as pessoas durante alguns dias em albergues, encaminhar para clínicas de dependência química, ou, até mesmo, oferecer uma passagem de ônibus para que possam retornar ao seu local de origem.

O Programa Bolsa Cidadão foi instituído através da Lei Municipal nº 3.132 de 2010. O programa consiste em oferecer um cartão magnético para acesso das pessoas em situação de vulnerabilidade social realizarem compras de alimentos em supermercados cadastrados. O benefício é concedido as famílias com renda familiar igual ou inferior a 25% do salário mínimo. Para as famílias com até 4 pessoas o valor destinado é de R\$ 56,11 e para famílias com mais de 4 pessoas, o benefício é de R\$ 81,60. Nesse programa são priorizadas famílias com crianças, gestantes, idosos e portadores de necessidades especiais.

O Programa Sentinela, por meio da Secretaria de Assistência Social, atende crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual. Para a realização desse trabalho, o programa conta com psicólogos, assistente social e pedagogos. Entre as principais estratégias de atuação encontra-se a promoção de campanhas de informação, sensibilização e mobilização da comunidade, de profissionais ligados à rede de atendimento

---

<sup>14</sup> Empresas de Paranaguá que possuem o Selo Social: Cattalini Terminais; Cargill; Colégio Anchieta; Colégio Leão XIII; Colégio Rosário; Condor Supermercados; Correios; Folga do Litoral; Fospar; Gazeta de Paranaguá; Hotel Camboa; Lojas MM; Lojas Dreyfuss; Minasgás; Multitrans; Núcleo Regional de Educação; Orange Decorações; PASA; PFT Paranaguá Terminais; Polícia Militar, Posto e Churrascaria Locatelli; Rosibrás; Sadia; Sambaqui Motos; Senac; Sesc; Sistema Fiep; TCP; Tibagi Serviços Marítimos, Unimed, Uniodonto e Viação Graciosa.

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1406

público (como, saúde, educação e segurança) e de setores ligados à rede de exploração de serviços (como donos de hotéis, motéis, agências de turismo, taxistas e caminhoneiros).

A coordenadoria de Políticas Públicas para Mulheres foi criada em 2011 por meio da Lei Complementar nº 127. O órgão está vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social e tem por objetivo promover Políticas Públicas para Mulheres. Suas tarefas consistem em planejar e executar campanhas educativas e não discriminatórias no município.



#### *8.3.7.2.9 Relações de propriedade dos meios de produção, formas de partilha, e divisão do trabalho*

Os meios de produção, entre pescadores, constituem-se por embarcações e petrechos. No caso dos pescadores profissionais artesanais, estes elementos em geral pertencem aos pescadores e/ou suas famílias. Na pesca profissional industrial, praticamente irrelevante na AEID, os meios de produção pertencem às organizações empresariais sendo os pescadores, nestes casos, detentores apenas da força de trabalho e dos conhecimentos práticos que envolvem os trabalhos no mar.

Quanto às formas de partilha, o produto obtido nas atividades pesqueiras constitui-se como parte do sustento das famílias, no caso dos pescadores profissionais artesanais da AEID sendo o excedente comercializado nos pontos de desembarque nas cidades de Paranaguá e Antonina, ou, diretamente junto aos estabelecimentos ligados aos serviços de alimentação para turistas. O trabalho em embarcação própria tem, também, efeito sobre a divisão do trabalho, pois os pescadores dedicam-se à atividade pesqueira juntamente com os demais membros familiares, sendo a limitada a contratação de terceiros. Nestes casos, há partilha do produto da pesca entre os envolvidos na atividade.

#### *8.3.7.2.10 Estruturação das formas de comercialização (direta e/ou atravessador) e canais de distribuição da produção*

O problema do “atravessador” já foi encarado como a maior dificuldade para o crescimento da renda entre pescadores profissionais artesanais no litoral paranaense motivando, inclusive, a formação de cooperativa pesqueira para a criação de sistema próprio de coleta, transporte e conservação de produção (IPARDES, 1981). O desenvolvimento do turismo com a implantação de estruturas próximas aos locais de moradia ou produção dos pescadores profissionais artesanais fez reduzir os problemas relativos à venda direta devido ao aumento pela procura destes bens. Também, os pontos de desembarque possibilitam

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1407

uma melhor negociação dos bens capturados e funcionam como importantes canais de distribuição da produção. Entretanto, as dificuldades de transporte constituem-se, ainda, como óbices à maior geração de renda na atividade pesqueira profissional artesanal.



#### *8.3.7.2.11 Políticas públicas sociais acessadas pelas comunidades de pescadores artesanais na AEID*

A redução da oferta de pescado, especialmente na AEID, criou demandas para a maricultura que passou a ser desenvolvida com base em projetos elaborados pela EMATER para a produção de ostras, mexilhões e camarões vivos. Os empreendimentos relacionados à maricultura vêm beneficiando famílias da AEID e municípios vizinhos com geração de renda, acesso a crédito, tecnologia e profissionalização.

Em sua maioria os pescadores não recebem nenhum tipo de benefício (exatamente 80% dos casos investigados); os que se incluem nas exceções declararam receber um auxílio denominado “seguro defeso do camarão”, que equivale a dois salários mínimos ao ano.

#### *8.3.7.2.12 Principais conflitos e formas de cooperação entre pescadores artesanais na AEID*

Entre os principais conflitos que envolvem pescadores artesanais no litoral paranaense, destacam-se os que se relacionam às incompatibilidades entre os seus modos de vida, trabalho e produção com a gestão das unidades de conservação existentes no municípios de Antonina, Morretes e Guaraqueçaba. Este tipo de conflito está mais presente no município de Guaraqueçaba e implica as comunidades de pescadores profissionais artesanais de Superagui e outras comunidades de Guaraqueçaba. De acordo com o Ministério Público do Paraná (MPPR, 2011), os maiores conflitos se dão em torno da gestão da estação ecológica de Guaraqueçaba, criada em 1982 e do Parque Nacional do Superagui criado em 1989. Para o Ministério Público do Paraná, as populações residentes no entorno e no interior destas unidades de conservação vêm sendo impedidas de manejar o território em que reproduziram historicamente suas práticas culturais: a agricultura tradicional, a pesca e a coleta. Tais dificuldades impõem restrições à sobrevivência e à permanência dos pescadores artesanais em seus territórios de origem causando a migração para as ilhas vizinhas ou para as áreas urbanas de Paranaguá: “A pressão da legislação ambiental é tão grande que vem causando uma situação de insegurança alimentar e precariedade de infraestrutura, já que para construção e reforma de casas, por exemplo,

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1408

depende-se de licença ambiental, no âmbito de um processo burocrático e de difícil acesso para os moradores.” (MPPR, 2011).



Em maio de 2015, a Primeira Vara da Justiça Federal de Paranaguá concedeu liminar, em Ação Civil Pública movida pela Defensoria Pública da União e do estado do Paraná, determinando o acesso e participação do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Paraná (MOPEAR), assim como todos os pescadores artesanais, aos processos relativos aos planos de manejo em unidades de conservação sob a gestão do Instituto Chico Mendes – ICMBIO. Embora estes conflitos envolvam, de forma direta, as comunidades de pescadores artesanais do município de Guaraqueçaba, seus efeitos se estendem às demais comunidades em todo o território do Complexo Estuarino Lagunar de Paranaguá em razão da intensa presença, nesta região, de unidades de conservação estaduais e federais. De uma maneira geral, estas tensões sociais influenciam a percepção dos pescadores artesanais que enxergam e apontam as supostas contradições entre as restrições que se impõem aos seus modos de vida e trabalho, como incompatíveis à conservação natural e a expansão da atividade portuária que, em sua visão, acaba por degradar, também, o ambiente natural.

A Tabela 8.3.122 sistematiza algumas informações relacionadas à percepção dos pescadores do município de Paranaguá sobre o empreendimento Ampliação do Porto de Paranaguá.

**Tabela 8.3.122 - Percepção dos pescadores referente a ampliação do Porto de Paranaguá**

Variável	Categoria	n	% válido
Acha que a obra pode dificultar sua rota de pesca?	Não	42	56%
	Sim	33	44%
	Missing	25	não considerado no % válido
	<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100%</b>
A ampliação acarreta prejuízos à pesca?	Discorda	23	23%
	Indeciso	6	6%
	Concorda	70	71%
	Missing	1	não considerado no % válido
	<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100%</b>
A ampliação pode gerar empregos para população local?	Discorda	40	41%
	Indeciso	12	12%
	Concorda	46	47%
	Missing	2	não considerado no % válido
	<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100%</b>
Complexo náutico irá prejudicar a produção	Discorda	58	59%



 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1409

Variável	Categoria	n	% válido
pesqueira?	Indeciso	15	15%
	Concorda	25	26%
	Missing	2	não considerado no % válido
	<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100%</b>

Fonte: Levantamento empírico, 2016.

A primeira informação importante na Tabela 8.3.122 se refere aos transtornos que a obra do porto pode causar na rota de pesca dos pescadores. Quando questionados a esse respeito, 56% dos entrevistados afirmaram que a obra não causaria dificuldades nas suas rotas e 44% declararam-se prejudicados de alguma forma.



Na segunda variável perguntou-se aos pescadores se a ampliação acarretaria prejuízos à pesca. Do total de entrevistados, 71% responderam que concordam com essa afirmação e 23% que discordam. Com relação a geração de empregos as opiniões encontram-se divididas. Entre os que concordam que a obra proporcionará empregos encontram-se 47% dos casos e entre os que discordam se verifica 41% dos casos.

A variável que aborda o complexo náutico parece exprimir um pouco mais de aceitação por parte dos pescadores. A respeito da indagação sobre os prejuízos que o complexo náutico poderia trazer para a pesca, 59% dos pescadores discordam da afirmação e somente 26% concorda. A seguir essas informações são discriminadas por localidades.

**Tabela 8.3.123 - Percepção dos pescadores sobre rota marítima por região**

	Acha que a obra pode dificultar sua rota?			
	Não	Sim	Missing	Total
	n	n	n	n
Ilha Valadares	12	9	7	28
São Miguel	2	3	2	7
Piaçaguera	2	4	2	8
Amparo	4	4	3	11
Ilha do Teixeira	7	1	3	11
Eufrasina	1	1	1	3
Europinha	1	0	2	3
Brasília	1	1	0	2
Encantadas	7	1	2	10
Vila Guarani	1	7	3	11
Ponta Oeste	4	2	0	6
<b>Total</b>	<b>42</b>	<b>33</b>	<b>25</b>	<b>100</b>

Fonte: Levantamento empírico, 2016.

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1410

Conforme se pode observar na Tabela 8.3.123 acima, a maioria dos respondentes que residem em Ilha Valadares, Ilha do Teixeira, Encantadas e Ponta Oeste, afirmaram que suas rotas marítimas não seriam prejudicadas com a ampliação do Porto. Já os moradores da Vila Guarani se manifestaram, em grande parte, afirmando que com a ampliação do Porto suas rotas de locomoção seriam prejudicadas e que isso causaria transtornos aos moradores.

De acordo com a Tabela 8.3.124, observa-se que entre os moradores de Ilha Valadares, Piaçaguera, Amparo, Ilha do Teixeira, Eufrasina, Encantadas e Vila Guarani a opinião predominante é que a obra vai causar prejuízos à pesca. Ponta Oeste foi a única comunidade onde a maior parte dos respondentes disseram não haver prejuízos.



**Tabela 8.3.124 - Percepção dos pescadores sobre prejuízo à pesca por região**

	A ampliação acarreta prejuízos à pesca?				Total
	Discorda	Indeciso	Concorda	Missing	
	n	n	n	n	
Ilha Valadares	5	3	20	0	28
São Miguel	3	1	3	0	7
Piaçaguera	2	0	6	0	8
Amparo	3	1	7	0	11
Ilha do Teixeira	3	0	8	0	11
Eufrasina	0	0	3	0	3
Europinha	1	0	1	1	3
Brasília	1	0	1	0	2
Encantadas	1	0	9	0	10
Vila Guarani	0	1	10	0	11
Ponta Oeste	4	0	2	0	6
<b>Total</b>	<b>23</b>	<b>6</b>	<b>70</b>	<b>1</b>	<b>100</b>

Fonte: Levantamento empírico, 2016.

#### 8.3.7.2.13 Condições de vida e trabalho nas comunidades de pescadores artesanais da AEID

Nesta seção são resumidas informações sobre as condições de trabalho dos pescadores obtidas em pesquisa empírica realizada no interesse deste estudo. Estas informações complementam a análise acima e referem-se a dados sobre as embarcações, comercialização e estoque do pescado; há ainda informações sobre benefícios oferecidos aos pescadores, e sobre seus vínculos associativos. Os resultados estão sistematizados na Tabela 8.3.125 abaixo.



 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1411

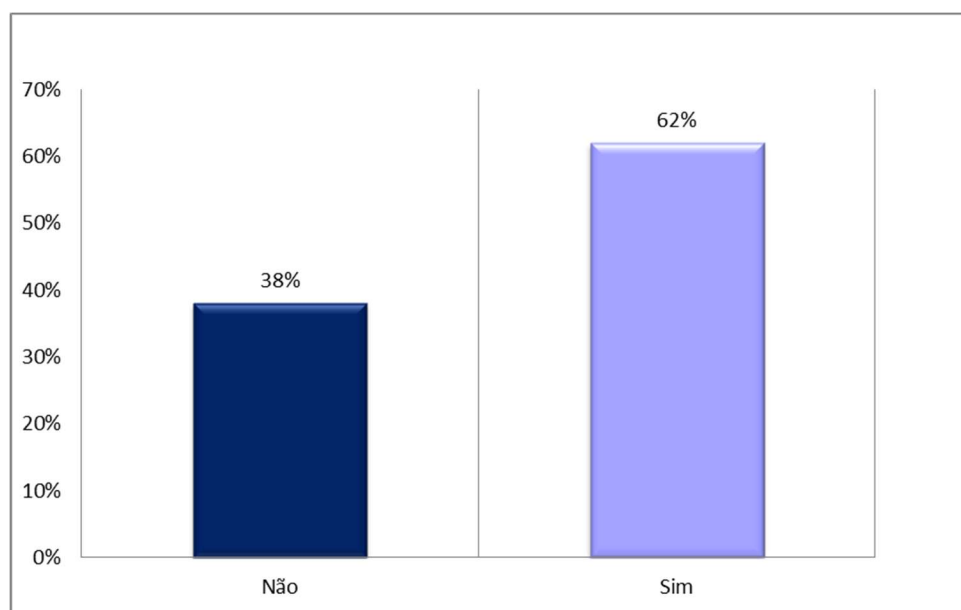
**Tabela 8.3.125 - Variáveis sobre as condições de trabalho dos pescadores de Paranaguá**

Variável	Categoria	n	%
Possui embarcação?	Não	20	21%
	Sim	78	79%
	Missing	2	0%
	<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100%</b>
Meio de comercialização do pescado	Intermediário	21	22%
	Direto ao consumidor	27	28%
	Feira na sede do município	33	34%
	Supermercado/peixaria	15	16%
	Missing	4	0%
	<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100%</b>
Meio de estoque do pescado	Câmara fria	25	26%
	Isopor com gelo	13	13%
	Não estoca	60	61%
	Missing	2	0%
	<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100%</b>
Recebe assistência/benefício?	Pública	18	19%
	Nenhuma	80	81%
	Missing	2	0%
	<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100%</b>

Fonte: Levantamento empírico, 2016.

Os dados apontaram que 79% dos pescadores entrevistados possuem embarcação própria e que o tipo de embarcação mais comum entre eles é barco a motor de pequeno porte (71% conforme Gráfico 8.3.71). Além disso, observa-se na Tabela 8.3.125 que a comercialização do pescado é feita de diversas maneiras, a mais comum é na feira do município (mercado do peixe) com 34% dos casos. Mas o pescado também é vendido direto ao consumidor (28%), em supermercados ou peixarias (16%) e para intermediários (22%). Os pescadores de Paranaguá em geral não estocam o pescado (61%), fazendo as vendas diariamente, logo após a extração do mar. A seguir informações sobre vínculos associativos dos pescadores.

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1412



Fonte: Levantamento empírico, 2016.

**Gráfico 8.3.72 - Percentual válido dos pescadores entrevistados com vínculos associativos**

O Gráfico 8.3.72 apresenta o percentual válido dos pescadores com vínculos associativos. Conforme se pode observar, 62% (60 pescadores) afirmaram fazer parte de alguma organização da sociedade civil e 38% (37 casos) declaram não possuir nenhum tipo de vínculo associativo. Em geral, os pescadores que declaram possuir vínculos organizacionais são associados à Colônia de Pescadores Z1 (que fornece atendimento médico e serviço odontológico para os associados) ou a associação de moradores de suas comunidades. Nessa questão três casos foram considerados missing.

Importante apontar, contudo, que o vínculo associativo é bastante conflituoso, devido a escândalos de corrupção em torno do ex-presidente. Quando indagados sobre os benefícios oferecidos pela associação com respeito à vida e ao trabalho, a maioria dos associados respondeu não haver nenhum apoio direto. A Tabela 8.3.126 apresenta informações sobre os familiares dos pescadores.

**Tabela 8.3.126 - Perfil dos familiares dos pescadores do município de Paranaguá**



Variável	Categorias	Contagem	Coluna válida N %
Faixa etária do cônjuge	16 a 39 anos	28	36%
	40 a 43 anos	12	15%
	44 a 52 anos	20	26%
	53 a 68 anos	18	23%
	Missing	22	não considerado no % válido
	<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100%</b>

Variável	Categorias	Contagem	Coluna válida N %
Escolaridade cônjuge	1 a 4 série	31	44%
	5 a 9 série	32	46%
	Médio comp/incomp	7	10%
	Missing	30	não considerado no % válido
	<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100%</b>
Profissão cônjuge	Empregado (CLT)	13	17%
	Autônomo	11	14%
	Aposentado	5	6%
	Desempregado	15	19%
	Pescador	35	44%
	Missing	21	não considerado no % válido
	<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100%</b>
Quantidade de filhos	Nenhum	5	6%
	1 a 3 filhos	58	64%
	4 a 6 filhos	21	23%
	7 a 9 filhos	6	7%
	Missing	10	não considerado no % válido
	<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100%</b>
Faixa etária dos filhos	0 a 6 anos	8	10%
	7 a 14 anos	21	25%
	15 a 18 anos	15	18%
	19 a 30 anos	24	29%
	31 a 60 anos	15	18%
	Missing	17	não considerado no % válido
	<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100%</b>
Escolaridade dos filhos	1 a 4 série	13	18%
	5 a 9 série	29	39%
	Médio comp/incomp	26	35%
	Superior comp/incomp	6	8%
	Missing	26	não considerado no % válido
	<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100%</b>

Fonte: Levantamento empírico, 2016.

Conforme se pode verificar na Tabela 8.3.126, a faixa etária dos cônjuges dos pescadores varia de 16 a 68 anos. Entre eles 90% possui o ensino fundamental completo ou incompleto (1ª a 9ª séries).

A terceira variável exposta na Tabela 8.3.126 apresenta a ocupação dos companheiros (as) dos pescadores de Paranaguá. É interessante perceber que a maioria exerce a mesma profissão do entrevistado (a), 44% dos respondentes declararam que seu cônjuge também exerce a atividade de pescador. Ademais, 19% encontram-se desempregados e 17% são empregados com carteira assinada (CLT).

 Estudos e Projetos de Engenharia	 ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E MATOZINHOS	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
		Nº PLANAVE	REV. PLANAVE	1414
		RL-B00-H01-1001	0	

Com relação aos filhos dos pescadores, pode-se observar que mais da metade da população amostrada (64%) possui de 1 a 3 filhos, seguido de 23% que possui de 4 a 6 filhos. E ainda, encontram-se que poucos casos afirmaram possuir de 7 a 9 filhos (exatamente 7%). Entre a variável escolaridade percebe-se que a maioria dos filhos dos pescadores possuem entre 5 e 9 anos de estudos (39%) e ensino médio completo ou incompleto (35%).



A Tabela 8.3.127 a seguir apresenta dados sobre as condições de moradia dos pescadores.

**Tabela 8.3.127 - Condição de moradia dos pescadores**

Variável	Categorias	Contagem	Coluna válida N %
Condição do imóvel	Próprio	95	97%
	Alugado	1	1%
	Cedido	2	2%
	Missing	2	não considerado no % válido
	<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100%</b>
Quantidade de cômodos	1 a 4	19	20%
	5 a 6	63	66%
	7 a 9	14	15%
	Missing	0	não considerado no % válido
	<b>Total</b>	<b>96</b>	<b>100%</b>
Quantidade de moradores	1 a 2	34	34%
	3 a 4	26	26%
	5 a 6	28	28%
	7 a 11	11	11%
	Missing	1	não considerado no % válido
	<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100%</b>
Tempo que reside no imóvel	1 a 17 anos	26	26%
	18 a 30 anos	27	27%
	31 a 42 anos	22	22%
	43 a 72 anos	24	24%
	Missing	1	não considerado no % válido
	<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100%</b>

Fonte: Levantamento empírico, 2016.

Conforme pode-se verificar na Tabela 8.3.127 grande parte dos pescadores entrevistados declararam possuir casa própria (exatamente 97% dos casos) com 5 a 6 cômodos (66%). Além disso, a Tabela 8.3.127 também revela a quantidade de moradores nos imóveis, conforme indicado pela terceira variável, 34% do total de entrevistados possui de 1 a 2 moradores, seguido de 28% de respondentes que dividem a moradia entre 5 a 6 pessoas.

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1415

Com relação ao tempo que residem no imóvel, percebe-se que a amplitude da variação é grande e bem distribuída. Entre as categorias encontradas, 26% residem de 1 a 17 anos, 27%, de 18 a 30 anos, 22%, de 31 a 42 anos e 24% residem no imóvel de 43 a 72 anos, ou seja, toda uma vida morando no município.

A próxima informação diz respeito às condições de saneamento ambiental, e sobre isso apresentam-se dados sobre a fonte de água potável, esgoto e coleta de lixo. Também são apresentados se os pescadores têm acesso a dois bens de consumo tidos como fundamentais: televisão e geladeira.



**Tabela 8.3.128 - Condição de saneamento básico**

Variável	Categorias	n	% válido
Fonte de água potável	Poço de alvenaria	6	6%
	Poço descoberto	12	12%
	Poço tubular fundo	1	1%
	Companhia de água	53	55%
	Nascente protegida	25	26%
	Missing	3	não considerado no % válido
	<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100%</b>
Tem acesso à rede de esgoto	Sim, fossa seca	6	6%
	Sim, fossa séptica	64	65%
	Não	29	29%
	Missing	1	não considerado no % válido
	<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100%</b>
O que faz com o lixo	Coletado pela prefeitura	70	70%
	Enterrado	2	2%
	Queimado	28	28%
	<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100%</b>
Possui geladeira	Não	9	9%
	Sim	90	91%
	Missing	1	não considerado no % válido
	<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100%</b>
Possui televisão	Não	10	10%
	Sim	89	90%
	Missing	1	não considerado no % válido
	<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100%</b>

Fonte: Levantamento empírico, 2016.

A primeira informação apresentada na Tabela 8.3.128 se refere a fonte de água potável da moradia dos pescadores. Conforme se observa, um pouco mais que a metade amostrada (55%) possui água tratada por meio do fornecimento da companhia “Paranaguá



 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1416

Saneamento”. Uma quantidade expressiva de respondentes informou que a fonte de água potável é de nascente protegida (26%), seguido de poço descoberto (12%).

Em geral, as ilhas menos turísticas e mais afastadas do município estão mais suscetíveis ao abastecimento via fossas ou nascentes. Um bom exemplo é Ponta Oeste, que sofre, inclusive, com a falta de energia elétrica.

Com relação à rede de esgoto, muitos respondentes (65%) informaram possuir fossa séptica e 29% dos casos declararam que não há rede de esgoto em seus bairros e ilhas. Isso também se verifica com relação à coleta de resíduos. A coleta fornecida pela prefeitura abarca boa parte das regiões visitadas. Segundo a amostra, 70% dos respondentes afirmaram isso. Contudo, também verifica-se que algumas ilhas carecem desse tipo de serviço. Como alternativa, os respondentes afirmaram que queimam o lixo, sendo 28% dos casos entrevistados. O trabalho de campo possibilitou identificar o projeto social “Troca Solidária” implementado pelo TCP para mitigar esse problema. O projeto prevê a troca de lixo reciclável por alimentos em ilhas da região.



Quando se perguntou aos pescadores se eles possuem geladeiras e televisores, grande parte da amostra revelou que sim, especificamente 91% e 90% dos casos respectivamente.

A próxima tabela se refere à percepção dos pescadores em relação ao turismo (Tabela 8.3.129).

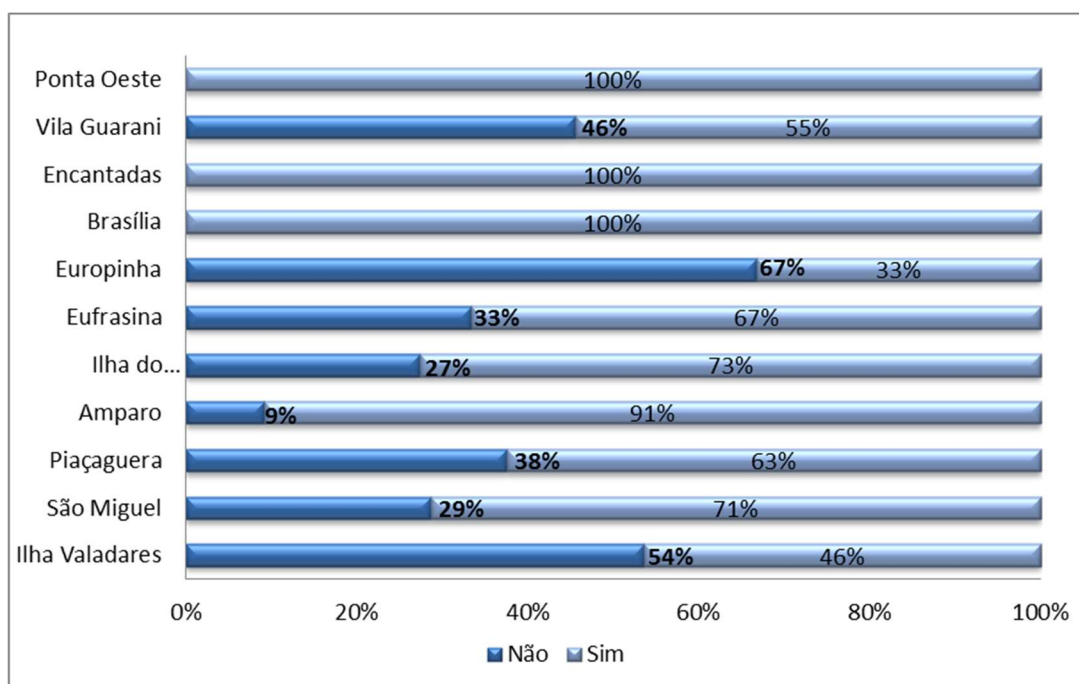
**Tabela 8.3.129 - Percepção dos pescadores referente ao turismo**

Variável	Categorias	n	% válido
A comunidade recebe turistas	Não	32	32%
	Sim	68	68%
	<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100%</b>
O turismo contribui para a desenvolvimento da região	Sim, pouco	22	25%
	Sim, relativamente	8	9%
	Sim, muito	26	29%
	Não	28	32%
	Não soube opinar	5	6%
	Missing	11	não considerado no % válido
	<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100%</b>

Fonte: Levantamento empírico, 2016.

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1417

Conforme demonstrado acima, 68% dos amostrados afirmaram que sua comunidade é visitada por turistas, contra 32% que declararam o contrário. Essa dicotomia também se verifica na variável seguinte. Quando questionados sobre a contribuição do turismo para o desenvolvimento da região, 29% responderam sim, contribui muito, contra 32% que declararam o contrário, que o turismo não contribui. Para obter maiores detalhes serão apresentadas nos gráficos abaixo informações sobre o turismo por comunidades pesqueiras.

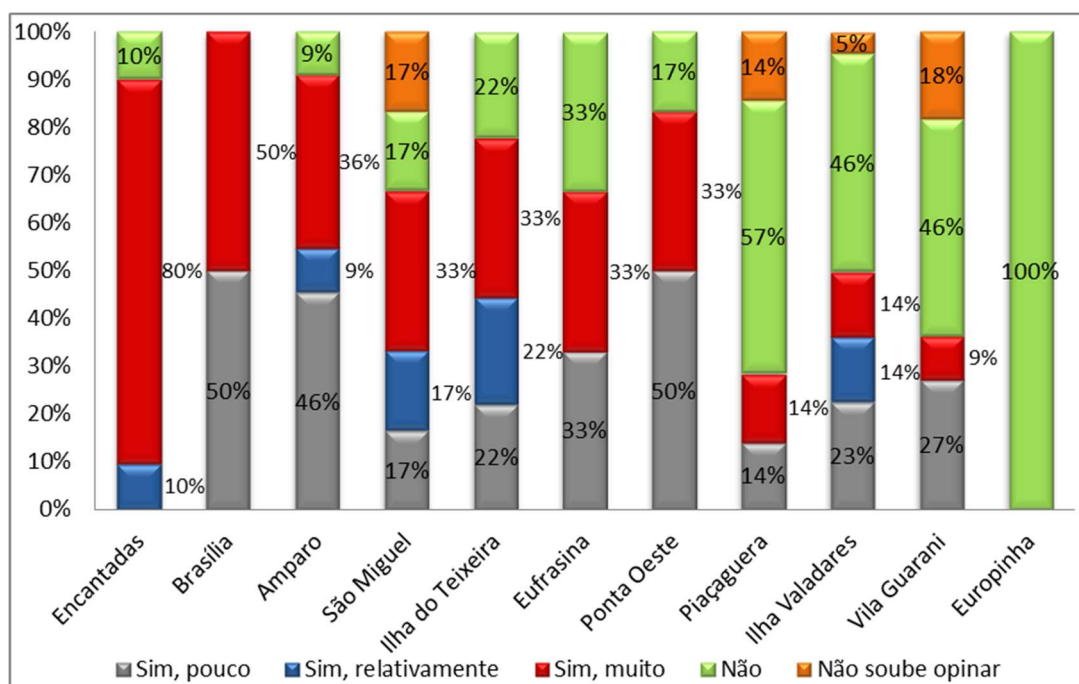


Fonte: Levantamento empírico, 2016.

### Gráfico 8.3.73. Respostas dos pescadores sobre a presença de turistas em suas comunidades

Perguntou-se aos 100 pescadores entrevistados sobre a presença de turista em suas comunidades e as respostas foram sistematizadas no Gráfico 8.3.73 acima. Nota-se que a percepção dos pescadores sobre a presença de turista é majoritária em quase todas as comunidades pesqueiras visitadas, com destaque especial para Encantadas, Brasília e Ponta Oeste. Esse é um resultado esperado levando em consideração os pontos turísticos presentes na região. Contudo, o que chama atenção no Gráfico 8.3.73 são as comunidades que declararam não receber visitas de turistas. Mais de 50% dos pescadores entrevistados em Europinha e Ilha de Valadares fizeram essa afirmação.

Perguntou-se aos pescadores também sobre a contribuição do turismo para suas comunidades, os resultados são apresentados no Gráfico 8.3.74 abaixo.



Fonte: Levantamento empírico, 2016.



**Gráfico 8.3.74. Respostas dos pescadores sobre a contribuição do turismo para suas comunidades**

O Gráfico 8.3.74 apresenta as respostas dos pescadores referente à contribuição do turismo para suas comunidades. Observa-se que para os respondentes que residem em Europinha a contribuição do turismo é nula. Percentual expressivo sobre a não contribuição do turismo verifica-se também nas respostas dos moradores de Piaçaguera, Ilha de Valadares e Vila Guarani.

Nos demais casos, Encantadas, Brasília, Amparo, São Miguel, Eufrasina e Ponta Oeste, os pescadores afirmaram haver uma contribuição positiva do turismo para suas comunidades, seja ela pouca, relativa ou muita.

#### 8.3.7.2.14 Entidades representativas de pescadores

A Tabela 8.3.130 apresenta a lista das organizações dos pescadores do litoral do Paraná. Conforme se pode observar, 8 (oito) entidades foram identificadas nos municípios. Em Paranaguá, contudo, encontram-se localizadas somente 3 (três) organizações, quais sejam, a Associação dos Engenheiros de Pesca da região Sul; a Federação dos Pescadores do Estado do Paraná e a Colônia de Pescadores Z1 de Paranaguá.

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1419

**Tabela 8.3.130 - Lista das organizações de pescadores do litoral do Paraná (2013)**



Município	Entidades representantes dos pescadores	Tipo de organização	Tamanho (Membros)
Paranaguá	Associação dos Engenheiros de Pesca da região Sul	Defesa de direitos sociais	Zero
Paranaguá	Federação dos Pescadores do Estado do Paraná	Defesa de direitos sociais	Zero
Paranaguá	Colônia de Pescadores Z1 de Paranaguá	Defesa de direitos sociais	Até 4
Guaraqueçaba	Colônia de Pescadores Z2 de Guaraqueçaba	Associativas profissionais	Até 4
Matinhos	Colônia de Pescadores Z4 de Matinhos	Defesa de direitos sociais	Até 4
Guaratuba	Colônia de Pescadores Z7 de Guaratuba	Associativas profissionais	Até 4
Antonina	Colônia de Pescadores Z8 de Antonina	Defesa de direitos sociais	Até 4
Matinhos	Associação de Pesca Amadora de Matinhos	Defesa de direitos sociais	ZERO

Fonte: IPEA, 2017.

A Associação dos Engenheiros de Pesca da região Sul encontra-se localizada na rua Comendador Correa Junior, 320. A ABEP foi fundada em 2007 por professores e pesquisadores da Engenharia de Pesca da Universidade Federal de Pernambuco. Atualmente a entidade conta com aproximadamente 80 membros distribuídos em território nacional. A principal tarefa da associação é congregar professores e pesquisadores interessados no desenvolvimento da pesca bem como estimular e apoiar estudos sobre Engenharia de Pesca, nas áreas de ensino, pesquisa e extensão.

A Federação dos Pescadores do Estado do Paraná representa atualmente as colônias de 19 municípios. Com relação as colônias, Figueira (2014) apresenta que as primeiras foram inspiradas pelo interesse do Estado, quando foi iniciada, em 1919, a campanha de nacionalização da pesca e sua organização no litoral do Brasil. Grosso modo, é o órgão que representa seus filiados em reuniões, portarias, reivindicações e direitos trabalhistas (FIGUEIRA, 2014). Cabe à Colônia contribuir para a garantia os direitos sociais de seus filiados, como o seguro desemprego nas épocas de defeso e a aposentadoria. Para receber o seguro desemprego, o pescador deve estar registrado na Colônia de sua jurisdição, possuir o Registro Geral da Pesca e não ter vínculo de emprego ou outra fonte de renda diversa da atividade pesqueira (FIGUEIRA, 2014).

A sede da Colônia de Pescadores Z1 de Paranaguá fica localizada na rua João Estevão, região central do município. A Colônia é visitada mensalmente pelos pescadores que pagam uma mensalidade para receber atendimento médico de um clínico geral e serviços odontológicos. De acordo com o atual presidente da Colônia Z1, em entrevista realizada pela equipe de campo para o presente estudo, o principal objetivo da organização é representar seus filiados, que são os pescadores. Representação esta que se dá pelo encaminhamento das reivindicações e da participação em reuniões.

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1420

Além das entidades apresentadas no quadro acima, também foi possível identificar o Movimento dos Pescadores Artesanais do Litoral do Paraná – MOPEAR. O MOPEAR é um movimento social criado em 2008 com a finalidade de promover a mobilização dos pescadores do litoral paranaense, especialmente dos que estão situados na área do entorno do Parque Nacional do Superagui (Guaraqueçaba/PR). Sua luta envolve o direito de acesso aos territórios tradicionalmente ocupados pelas comunidades de pescadores, tanto em terra como no mar (TERRA DE DIREITOS, 2015).

Seu principal objetivo é reclamar o acesso ao território de 230 pescadores profissionais artesanais do Parque Nacional do Superagui, por meio da participação na implantação do plano de manejo desta Unidade de Conservação e através da reivindicação do estabelecimento de uma Reserva Extrativista Marinha.



O movimento é integrante da Rede de Puxirão dos Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná e Santa Catarina, que inclui também grupos organizados de quilombolas, ilhéus, benzedeiros e benzedores, faxinalenses, religiosos de matriz africana, ciganos, indígenas e cipozeiros (Blog Fundo Brasil de Direitos Humanos, 2017). A entidade não possui sede e, portanto, não disponibiliza endereço fixo

O MOPEAR promove oficinas de operadores de direitos para instrumentalizar os pescadores artesanais no processo de criação dessa unidade de conservação e na participação na construção do plano de manejo. Além disso, o movimento também oferece cursos de formação que promovem espaços de diálogo na comunidade e buscam facilitar a compreensão das temáticas (FUNDO BRASIL DE DIREITOS HUMANOS, 2017).

### **8.3.8 Uso e Ocupação do Solo**

#### **8.3.8.1 Zoneamento municipal**

O planejamento e a gestão territorial na área de estudo para determinação da área de influência socioeconômica direta, município de Paranaguá, são regidos por legislação pertinente, a saber: o plano diretor municipal instituído pela Lei Complementar nº 60/2007 e alterado pela Lei Complementar nº 112/2009. De acordo com o artigo 4º da Lei Complementar nº 060/2007, integram, ainda, o plano diretor as seguintes leis municipais: 1) Lei do Perímetro Urbano (61/2007); 2) Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo (062/2007); 3) Lei de Parcelamento do Solo Urbano (066/2007); 4) Lei do Sistema Viário



 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1421

(064/2007); 5) Código de Obras e Edificações (067/2007); 6) Código de Posturas (068/2007); 7) Zoneamento Ecológico-Econômico Municipal (095/2008). Este conjunto legislativo sofreu alterações conforme Lei Complementar 112 de 18 de dezembro de 2009.

A Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo, vigente em Paranaguá, estabelece a divisão do território em zonas e setores. O principal critério de distinção entre zonas é o caráter rural ou urbano do uso e da ocupação do solo. Verifica-se, entretanto, nuances em cada um desses tipos de usos, razão pela qual o território foi subdividido em macrozonas rural e urbana. Na macrozona rural são diferenciadas as zonas: 1) de uso agrosilvopastoril; 2) de proteção integral; 3) de uso sustentável e 4) corredor de comércio e serviços, como se vê no Anexo I – Mapa 44 - Macrozoneamento rural do município de Paranaguá. Note-se que o desenvolvimento das atividades de comércio e serviços em zonas rurais demanda processos de urbanização. O IBGE, em sua metodologia para os censos demográficos, tem considerado as diferenças entre as áreas urbanizadas quando estas se encontram em cidades ou nos aglomerados em espaços rurais.

A importância ambiental dos ambientes naturais no complexo Estuarino Lagunar de Paranaguá determinou, ao longo dos anos, a criação e manutenção de diversas unidades de conservação, tanto para a proteção integral como para o uso sustentável. Tais são os exemplos do Parque Nacional Saint-Hilaire/Lange ou da área estadual de proteção ambiental, APA de Guaraqueçaba. Em razão disso, os espaços dedicados às atividades agropecuárias são bastante reduzidos, como reduzida é, também, a contribuição do setor primário à economia municipal. As terras dedicadas às poucas atividades agrícolas ou silvícolas, em Paranaguá, localizam-se no entorno da sede do distrito de Alexandra.

O perímetro urbano de Paranaguá, considerado como macrozona urbana ao abrigar zonas distintas para uso e ocupação, conforma uma superfície total com 10,3 mil hectares, o que representa 12,5% do território municipal (Anexo I – Mapa 45 - Zoneamento urbano – Plano Diretor Municipal de Paranaguá). Em seu interior, entretanto, registra-se a presença de áreas de terras classificadas como zonas de ocupação restrita (ZRO), como é o caso do território no entorno da Ilha dos Valadares, este um bairro extremamente adensado e próximo ao centro histórico e comercial da cidade de Paranaguá. Não obstante o elevado adensamento desta área urbanizada, a legislação referente ao zoneamento municipal qualifica-a como Zona Urbana de Interesse Especial (ZUIE), diferentemente das zonas de consolidação e expansão urbana (ZCEU), onde se prevê crescimento urbano. As zonas de consolidação e qualificação urbana (ZCQU) e as zonas de requalificação urbana (ZRU) abrigam a maioria dos bairros tradicionais.



 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1422

Além das zonas onde se prevê a consolidação urbana, com possibilidade de expansão ou requalificação, o macrozoneamento urbano em vigor prevê, ainda, a Zona de Interesse Portuário (ZIP), onde se encontra parte da área referente ao Porto Organizado de Paranaguá e que compreende os diversos cais e suas estruturas, assim como armazéns e outras estruturas nas áreas de retaguarda. A Zona de Interesse Portuário em questão abriga, ainda, residências habitadas em número que vem se reduzindo ao longo dos anos em função da expansão das estruturas portuárias. A relocação das moradias no interior da Zona de Interesse Portuário vem se fazendo a partir das demandas por novos empreendimentos governamentais ou privados por meio de desapropriações que se fazem pelos interesses públicos. Diante das demandas por novos empreendimentos portuários e pelas limitações físicas da zona de interesse portuário, a legislação sobre o zoneamento prevê, também, uma Zona de Interesse para Expansão Portuária (ZIEP) com acesso às vias aquáticas.

O macrozoneamento urbano em vigor em Paranaguá prevê, ainda, a Zona de Desenvolvimento Econômico (ZDE) ao longo da antiga estrada de Alexandra, em região onde os empreendimentos econômicos se encontram, já, em expansão. Este local é favorecido por sua localização próxima ao principal acesso ao Porto Organizado, que é a Avenida Senador Atílio Fontana, prolongamento da BR-277. Também, como apêndice à Zona de Expansão Econômica, esta lei de zoneamento contemplou a delimitação de um corredor de comércio e serviços ao longo da margem da BR-277, antes da entrada no perímetro urbano de Paranaguá.

Além das zonas urbanas, portuárias, econômicas e de restrição à ocupação referida acima, a legislação relativa ao zoneamento em Paranaguá prevê, também: a) zona de interesse patrimonial e turístico; b) zona de proteção ao santuário do Rocio; c) zona de ocupação dirigida; d) zona de recuperação ambiental e, mais e) setor especial do pátio ferroviário. A zona de interesse patrimonial e turístico circunscreve o centro histórico da cidade de Paranaguá, este mesmo constituído como bem tombado junto ao IPHAN. O Santuário do Rocio é protegido em razão das manifestações culturais conservadas pela comunidade local, mas também por moradores da cidade de Paranaguá ou de outras localidades. É importante considerar que esta zona de proteção de tradições culturais abriga, ainda, em seu interior diversos domicílios habitados e estabelecimentos dedicados ao comércio de bens e serviços. As zonas de ocupação dirigida e zonas de recuperação ambiental abrigam áreas de terras onde não se registra pouca ou nenhuma edificação residencial, mas que são, no entanto, exploradas economicamente por particulares, com atividades como a



 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1423

mineração. Por fim, o setor especial do pátio ferroviário tem importância econômica por sua função na logística ferroviária de suporte às atividades econômicas regionais.

Como se vê, a lei de zoneamento e uso do solo nas macrozonas rurais e urbanas apresenta restrições e permissões diversas considerando a situação econômica e social consolidada ao mesmo tempo em que vislumbra a necessidade de requalificação do uso e da ocupação em diversas regiões do município. A ampliação do Porto de Paranaguá, no que se relaciona à importação e exportação de bens, fará crescer as demandas existentes sobre o conjunto das estruturas que suportam a operação portuária. Neste conjunto, deve-se destacar a maior pressão sobre as estruturas de armazenagem e sobre os sistemas viários. A implantação e operação futura do complexo náutico, que prevê a construção de um cais para navios de passageiros e estruturas para embarcações de suporte, deverá fazer crescer as demandas sobre as estruturas patrimoniais e turísticas, as quais, conforme a legislação vigente sobre o uso e ocupação do solo, estão garantidas, do ponto de vista formal, na zona de interesse patrimonial e turístico. As condições atuais do sistema viário, das instalações na zona de interesse portuário, das condições dos bens patrimoniais e turísticos são apresentadas nas seções deste diagnóstico relacionadas a cada tema. Da mesma forma, um maior detalhamento sobre restrições e impactos que poderiam ser gerados sobre o zoneamento previsto são apresentadas nas seções e capítulos específicos.

### **8.3.8.2 Propriedades privadas e públicas na ADA**



A área a ser diretamente afetada por este empreendimento compreende a bacia de evolução do Porto Organizado de Paranaguá, cuja propriedade é domínio da União Federal, sob administração da APPA que se constitui como Autoridade Portuária.

### **8.3.8.3 Áreas de reserva legal na ADA**

Não ocorrem áreas averbadas como Reserva Legal na ADA.

### **8.3.9 Arranjos Institucionais**

A pesquisa sobre os arranjos institucionais teve como foco as organizações da sociedade civil que se localizam no município de Paranaguá e região. Para tanto, adota-se dois sentidos para o termo sociedade civil: organizações sociais (ou entidades sociais) e organizações associativas.

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1424



Compõe o conjunto de entidades sociais àquelas que não se relacionam com atividades políticas, exemplos são, clubes recreativos, organizações religiosas, de cultura, esporte e arte. Já as organizações associativas têm como principal característica a motivação pela defesa do interesse coletivo por meio do embate político. Exemplos são as associações profissionais e de categorias, partidos políticos e movimento sociais.

Metodologicamente a pesquisa combinou abordagens quantitativas e qualitativas a partir de fontes primárias e secundárias. A primeira seção explora as características da sociedade civil do litoral do Paraná. Informações sobre o universo das organizações, natureza jurídica e porte da organização (tendo como base a quantidade de vínculos empregatícios formais) foram coletadas no Mapa das Organizações da Sociedade Civil (IPEA, 2017). A segunda seção trata especificamente das características das organizações de Paranaguá e a terceira das formas de atuação das mesmas.

Essa terceira seção do capítulo buscou priorizar uma abordagem de natureza qualitativa. Foram entrevistados presidentes de sindicatos, membros de associações privadas, e em maior número, representantes de associações de moradores. Assim, foram combinadas 8 (oito) entrevistas qualificadas, elaboradas com técnica de questionário semiestruturado aberto por equipe de pesquisadores da área de ciências sociais, e relatos sobre a formação de 4 (quatro) associações de moradores localizadas na Zona de Interesse Portuário (ZIP) e Ilha dos Valadares recolhidos em estudos realizados no passado (COSTA, 1999). Por fim, são apresentadas as conclusões gerais do estudo específico sobre arranjos institucionais.

### **8.3.9.1 Caracterização da sociedade civil do litoral do Paraná**

Neste Capítulo são apresentadas informações sobre as organizações não governamentais, associações, entidades de classe, clubes de serviços, e sindicatos. Essa seção se concentra nas características das organizações não governamentais do litoral. É importante ressaltar que as organizações não governamentais (ONG's) são entidades que se diferenciam das organizações privadas, pelo seu caráter não lucrativo, e se assemelham aos órgãos de estado pela natureza dos serviços que realizam. Sua área de atuação abrange os mais diversos temas, tais como, social, ambiental, saúde, proteção à mulher, etc. Esta distinção entre os setores estatal e privado é elemento que confere às ONG's a sua característica de terceiro setor.

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1425

É importante apontar, que o termo ONG não tem valor jurídico. No Brasil, três classificações jurídicas correspondentes no Código Civil, compõem o terceiro setor, quais sejam, associações, fundações e organizações religiosas.

Para subsidiar o estudo, será lançado mão das informações disponibilizadas pelo Mapa das Organizações da Sociedade Civil (IPEA, 2017), cuja base de dados principal, que define o universo de organizações em atuação no país, é a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de 2013, do Ministério do Trabalho.



A seguir serão apresentadas informações sobre o universo das organizações não governamentais localizadas nos 7 (sete) municípios que compõem o litoral paranaense.

**Tabela 8.3.131 - Número de organizações não governamentais (ONG's) no litoral do Paraná em números absolutos e relativos à população municipal total em 2013**

Município	Qt.	%	OSC por 1.000 habitantes	Ordem
Antonina	82	11,3%	4,22	1º
Guaraqueçaba	26	3,6%	3,25	2º
Pontal do Paraná	70	9,6%	3,01	3º
Matinhos	94	12,9%	2,97	4º
Guaratuba	100	13,8%	2,91	5º
Paranaguá	321	44,2%	2,17	6º
Morretes	33	4,5%	2,02	7º
<b>Total</b>	<b>726</b>	<b>100,0%</b>	<b>2,58</b>	

Fonte: IPEA, 2017.

A quantidade de ONG's que compõem a sociedade civil em Paranaguá era consideravelmente mais elevada do que nos demais municípios em razão do número, também mais elevado, de sua população. O município de Guaraqueçaba abrigava o menor número de organizações entre os municípios da AEII. Entretanto, ao se verificar a proporção de organizações em relação à população municipal nota-se que Antonina é o município com a maior representação de organizações sociais. Paranaguá, na relação entre a quantidade organizações de sociedade civil e sua população ocupa o penúltimo lugar (Tabela 8.3.131). Estes dados, contudo, referem-se tanto às organizações de natureza privada, como as associações e fundações, mas também às instituições religiosas. Estas últimas se diferenciam das primeiras, tanto por seus fins, como por seus meios. As igrejas, mais do que representar interesses de grupos que se alinham em função dos interesses corporativos, ou político-ideológicos, representam grupos de indivíduos que se aglutinam em razão de suas convicções ético-religiosas. Ainda que possam se constituir como veículos para a

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1426

construção da cidadania e da inclusão social, a missão precípua a estas organizações de natureza religiosa está identificada com os ideais coletivos vinculados ao reforço e à manutenção dos valores tradicionais que respaldam padrões morais e princípios compartilhados por seus seguidores. Nesse sentido, não obstante a capilaridade social a permeia as suas estruturas, os serviços que prestam em favor da crítica aos problemas sociais têm alcance limitado se comparados às possibilidades inerentes às organizações não governamentais, sindicatos e demais associações corporativas.

Como se observou acima, o número relativo de organizações que representam as ONG's em Paranaguá é consideravelmente reduzido em perspectiva comparada aos seus vizinhos. A seguir são apresentadas essas organizações de acordo com a sua natureza jurídica. É possível perceber na Tabela 8.3.132, que pouco mais de 20% destes atores vinculam-se às organizações religiosas.



**Tabela 8.3.132 - Número de ONG's por natureza jurídica - litoral do Paraná (2013)**

Município	Associação Privada	%	Fundação Privada	%	Organização Religiosa	%	ONG's por 1.000 habitantes
Antonina	70	85,4%	2	2,4%	10	12,2%	4,22
Guaraqueçaba	23	92,0%	0	0,0%	2	8,0%	3,25
Guaratuba	26	78,8%	0	0,0%	7	21,2%	2,91
Matinhos	78	83,0%	2	2,1%	14	14,9%	2,97
Morretes	60	85,7%	0	0,0%	10	14,3%	2,02
Paranaguá	251	78,2%	3	0,9%	67	20,9%	2,17
Pontal do Paraná	60	85,7%	0	0,0%	10	14,3%	3,01
Total	568	81,7%	7	1,0%	120	17,3%	2,58

Fonte: IPEA, 2017.

Nota: 3 casos foram considerados como não informados.

O município de Pontal do Paraná apresentou-se como o mais representativo das organizações não-religiosas embora, em número absoluto de organizações, venha a adicionar menos de 10% ao conjunto total existente na AEII. Além das atividades religiosas e associativas registra-se, ainda, entre os municípios da AEII, organizações que se dedicam especialmente à arte, recreação e esporte, à saúde, à educação e à agricultura e meio ambiente. O maior contingente de organizações focadas nas questões ambientais se concentra em Antonina enquanto Guaraqueçaba e Morretes registravam o maior número, em valores absolutos, de organizações atentas às questões educacionais. Apesar do forte apelo e imagem vinculada à conservação dos recursos naturais, o município de Guaraqueçaba não abrigava, em 2013, organizações de representação da sociedade civil vinculada a estes temas. As questões sanitárias são alvo de pouquíssimas organizações da sociedade civil, a maioria delas operantes no município de Morretes (Tabela 8.3.133).

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1427

**Tabela 8.3.133 - Atividades desenvolvidas pelas organizações não governamentais do litoral do Paraná (2013)**

Município	Religiosas	Arte, recreação e esporte	Associativas	Saúde	Educação	Agricultura e meio ambiente
Antonina	26,8%	9,8%	58,5%	0,0%	0,0%	4,9%
Guaraqueçaba	20,0%	4,0%	68,0%	0,0%	8,0%	0,0%
Guaratuba	19,4%	9,2%	64,3%	1,0%	5,1%	1,0%
Matinhos	27,7%	7,4%	58,5%	4,3%	1,1%	1,1%
Morretes	36,4%	9,1%	39,4%	9,1%	6,1%	0,0%
Paranaguá	33,3%	9,3%	50,2%	1,6%	2,8%	2,8%
Pontal do Paraná	21,4%	7,1%	67,1%	1,4%	1,4%	1,4%
<b>Total</b>	<b>28,5%</b>	<b>8,7%</b>	<b>55,9%</b>	<b>1,9%</b>	<b>2,8%</b>	<b>2,2%</b>

Fonte: IPEA, 2017.

Nota: 3 casos foram considerados como não informados.

O município de Paranaguá abrigava a maior quantidade de organizações para todos os tipos de atividades em 2013, em números absolutos. Tal realidade poderia sugerir que a população deste município era melhor representada, em termos sociopolíticos, do que as populações dos municípios vizinhos. Ao se avaliar a quantidade de organizações em relação ao tamanho da população municipal e ao tipo de atividades que desenvolvem, no entanto, tal inferência não se mostra evidente.



A Tabela 8.3.134 informa o peso de cada tipo de organização nos municípios em termos de organizações religiosas e não-religiosas calculado a partir do número de organizações relacionado à população total em cada município. A partir desta relação se estabeleceu o índice que traduz a quantidade de organizações para cada 1.000 habitantes.

**Tabela 8.3.134 - Índices das organizações religiosas e associativas do litoral do Paraná (2013)**

Município	Índice - Organizações Religiosas	Índice - Organizações associativas	Índice total
Antonina	1,13	2,47	4,22
Guaraqueçaba	0,63	2,14	3,15
Pontal do Paraná	0,60	1,89	2,81
Guaratuba	0,53	1,77	2,75
Matinhos	0,79	1,67	2,85
Paranaguá	0,70	1,06	2,11
Morretes	0,73	0,79	2,00
<b>Total</b>	<b>0,71</b>	<b>1,40</b>	<b>2,50</b>

Fonte: IPEA, 2017.



Nota: 3 casos foram considerados como não informados.

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1428

Tomando-se por base o índice mais elevado referente à proporção de organizações em relação à população municipal total, poder-se-ia postular que Antonina era o município mais mobilizado do litoral paranaense, ou seja, abrigava aproximadamente quatro (4,22) organizações a cada 1.000 habitantes. Isso se verifica tanto no caso das organizações religiosas (1,13), aqui compreendidas como entidades sociais com alcance limitado para o encaminhamento de questões que demandam tensões político-sociais, como no caso das organizações associativas (2,47), parte delas compreendendo organizações forjadas para o embate político, a construção da cidadania, a participação e a inclusão social. Paranaguá, por seu turno, registrou um índice total baixo, ficando na sexta colocação com aproximadamente duas (2,11) organizações da sociedade civil a cada 1.000 habitantes.

O município de Pontal do Paraná ocupava a terceira posição no *ranking* de organizações da sociedade civil. Em valores absolutos, a quantidade de organizações da sociedade civil em Pontal do Paraná representava quase pouco mais de um quinto de Paranaguá. Entretanto, este município vem se forjando como importante polo para o ativismo sociopolítico em temas como meio ambiente e questões socioculturais. Isso se explica, em grande parte, pela conjunção de diversos fatores de mobilização social que convergem para esta região. Município de criação recente (década de 1990), Pontal do Paraná teve a sua população, permanente e flutuante, mobilizada para o desmembramento de parte do território de Paranaguá. Diferentemente de Matinhos e Guaratuba, dois municípios balneários criados há mais tempo, que lograram forjar lideranças políticas tradicionais nativas e puderam amadurecer seus quadros de administração pública em função de seu tempo de existência, Pontal do Paraná é objeto de reflexão acerca de sua identidade socioambiental. A proximidade física à Ilha do Mel e a localização em seu território do principal porto de embarque a este importante ponto turístico e unidade de conservação natural resume outro aspecto a mobilizar atores diversos sensíveis às questões ambientais e culturais. Ao mesmo tempo, o território municipal representa lugar estratégico para a operação de serviços relacionados às atividades portuárias e foi palco para as operações de grandes empreendimentos relacionados à construção de estruturas para operação na plataforma continental. No momento presente, alguns empreendedores almejam a instalação de estruturas portuárias nas áreas estratégicas, próximas à entrada da baía de Paranaguá e do local conhecido como “Ponta do Poço”.

Pontal do Paraná abriga lugares privilegiados, também, pelas facilidades inerentes à sua localização geográfica que permitem às embarcações de pesca, esporte e recreio, o acesso rápido às águas abrigadas do Complexo Estuarino Lagunar de Paranaguá e aos seus subestuários, assim como à orla oceânica. Isso tem favorecido a instalação crescente de

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1429

marinas na região. O município abriga, ainda, o Centro de Estudos do Mar – CEM, da Universidade Federal do Paraná, que vem contribuindo para a produção de conhecimento acerca da própria região, seus aspectos naturais e culturais. Exemplo disso é a contribuição, relevante à conservação natural e às questões culturais inerentes aos pescadores amadores e profissionais artesanais, associada aos projetos de implantação de recifes artificiais em locais conhecidos pela intensidade da pesca predatória de arrastão em larga escala na orla oceânica. Os conflitos e tensões gerados por estes processos têm sido capazes de mobilizar a população do município, atraindo-a a debates e reuniões públicas para a tomada de decisões e à execução de ações com efeitos diversos sobre a coletividade (CALDEIRA, 2009).



A tudo que foi descrito, sobre os processos socioeconômicos relativos ao município de Pontal do Paraná, deve-se somar as demandas dos seus balneários em termos de infraestrutura e incremento ao turismo de lazer e entretenimento. Nesse sentido, a Faixa de Infraestrutura que vem sendo objeto de licenciamento ambiental para o município de Pontal do Paraná é paradigmática. Projetada para receber: 1) nova rodovia, 2) canal de macrodrenagem, 3) linha de transmissão elétrica, 4) ferrovia, 5) gasoduto, 6) tubulação de água e 7) tubulação de esgoto, este projeto mobiliza as partes interessadas em desenvolvimento econômico e social, mas faz crescer as preocupações das organizações ambientalistas de Pontal do Paraná, mas também de outras regiões.

A seguir serão apresentadas as organizações do litoral por vínculos CLT ativos. O perfil das organizações consideradas de grande porte pode ser referido a partir do estudo da FGV (2014). As OSC's consideradas de grande porte são as que possuem mais de 100 vínculos formais de trabalho. Elas representam somente 1% das organizações do Brasil. As fundações privadas compõem 7% de OSC's que possuem mais de 100 vínculos de trabalho. Observando de outra forma, cerca de 83% dos vínculos das fundações são oriundos de OSC's de grande porte (FGV, 2014). O número de vínculos ativos por natureza jurídica para o litoral é apresentado a seguir.

**Tabela 8.3.135 - Organizações não governamentais por vínculos CLT ativos no Litoral do Paraná (2013)**

Município	Antonina	Guaraqueçaba	Guaratuba	Matinhos	Morretes	Paranaguá	P. do Paraná	Total
Nenhum	69	21	83	76	22	255	60	586
Até 4	9	2	7	13	7	40	7	85
De 10 a 19	2	1	3	1	1	4	1	13
De 100 a 249	0	0	0	0	0	2	0	2
De 20 a 49	1	0	1	1	0	6	2	11



 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1430

Município	Antonina	Guaraqueçaba	Guaratuba	Matinhos	Morretes	Paranaguá	P. do Paraná	Total
De 250 a 499	1	0	0	0	0	0	0	1
De 5 a 9	0	1	3	2	3	11	0	20
De 50 a 99	0	0	1	0	0	3	0	4
De 500 a 999	0	0	0	1	0	0	0	1
<b>Total</b>	<b>82</b>	<b>25</b>	<b>98</b>	<b>94</b>	<b>33</b>	<b>321</b>	<b>70</b>	<b>723</b>

Fonte: IPEA, 2017.

Nota: 3 casos foram considerados como não informados.

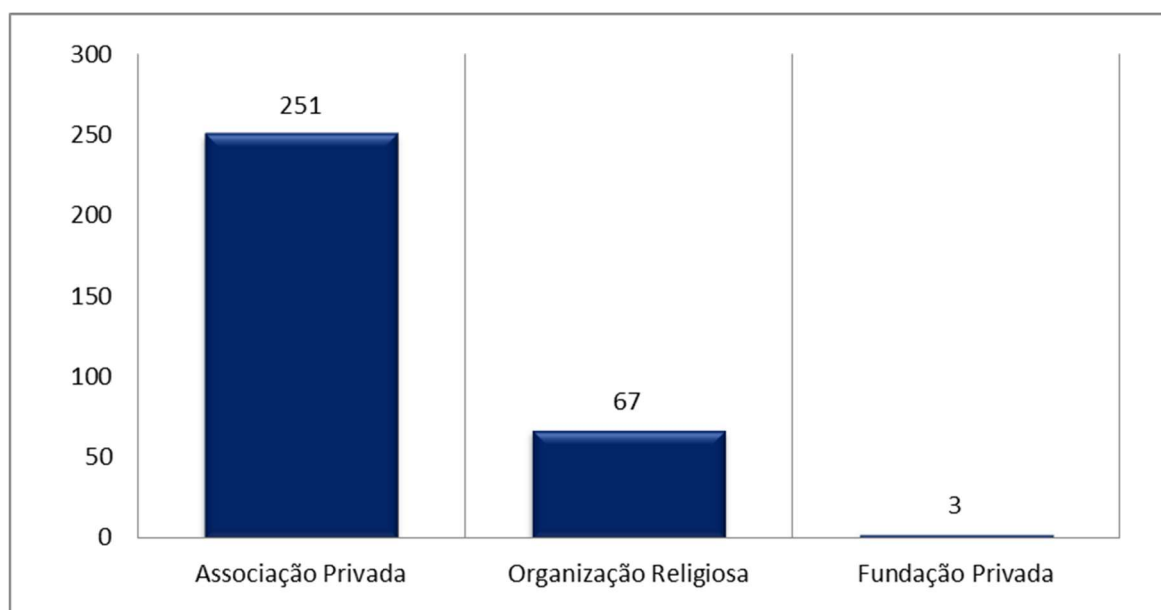
De acordo com a Tabela 8.3.135, a maioria das ONG's do litoral não registram vínculos empregatícios. Entre as organizações consideradas de grande porte, ou seja, àquelas que possuem mais de 100 vínculos formais (CLT) de empregos, encontram-se Paranaguá com duas organizações, Antonina com uma entidade e Matinhos também com uma entidade.

A próxima seção se concentra nas organizações da sociedade civil do município de Paranaguá.

### 8.3.9.2 As organizações da sociedade civil de Paranaguá

A caracterização das Organizações não governamentais em Paranaguá foi elaborada com base em informações disponibilizadas pelo Mapa das Organizações Sociais (IPEA, 2017). A seguir serão apresentadas informações sobre natureza jurídica, atividade econômica e vínculos empregatícios das organizações de Paranaguá.

O Gráfico 8.3.75 apresenta as Organizações da Sociedade Civil identificadas em Paranaguá de acordo com sua natureza jurídica. Elas representam um universo de 321 entidades.





Fonte: IPEA - "Mapa das Organizações da Sociedade Civil", 2016.

### Gráfico 8.3.75 - Organizações não governamentais por natureza jurídica em Paranaguá no ano de 2013

Pode-se observar no Gráfico 8.3.75 que Paranaguá apresenta uma distribuição das organizações sociais por natureza jurídica convergente com os parâmetros identificados em nível nacional pela FGV (2014). A maioria das organizações sem fins lucrativos no Brasil são associações privadas, e em Paranaguá isso não é diferente. Do total de 321 OSC's no território de Paranaguá, 251 (78%) são associações privadas, 67 (21%) são organizações religiosas e apenas 3 (1%) são fundações privadas. Algumas dessas organizações privadas podem ser identificadas na Tabela 8.3.34 abaixo.

**Tabela 8.3.136 - Lista de organizações não governamentais em Paranaguá – Associações (2013)**

Associações	Endereço	Bairro
AGEPAR - Assoc. dos agentes de viagem de Paranaguá	R. Odilon Mader, 1843	Serraria do Rocha
APRUMPAR - Assoc. de produtores rurais de Paranaguá	R. Alexandra Matinhos	Colônia Maria Luiza
Assoc. de coletadores e recicladores da Ilha Valadares	Quarenta e nove	Sete de Setembro
Assoc. casa da acolhida do caminhoneiro	R. Padre Adelar Antônio de Carli 180	Jardim Iguazu
Assoc. de catadores de material reciclável Vila Santa Maria	R. Atílio Fontana 1	Vila Santa Maria
Assoc. cultural dos sindicatos dos estivadores do Paraná	R. Visconde de Nácar 732	Centro H
Assoc. de pais e amigos dos excepcionais de Paranaguá	R. Bento de Oliveira Rocha 362	V. São Vicente
Assoc. de barqueiros do litoral norte do Paraná	Nova Brasília, 001	Ilha do mel
Assoc. dos criadores de curio e coleiros do litoral	Av. Coronel Santa Rita, 525	Tuiuti
Assoc. dos nativos e pescadores da ponta oeste - ilha	Ponta Oeste, 1	Ilha do mel



 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1432

Associações	Endereço	Bairro
do mel		
Assoc. dos prop. de barcos de turismo e transporte do Paraná	R. General Carneiro	Centro H
Assoc. mangue vida Ilha Valadares	Ilha Valadares	Ilha Valadares
Assoc. dos municípios do litoral do Paraná	R. Julia da Costa, 322	Centro H
Assoc. dos assistentes técnicos aduaneiros do litoral	Av. Arthur de Abreu, 29	Centro H
Assoc. Agatha vôlei de praia	R. Maneco Viana, 44	J. Eldorado
Assoc. Agropecuária do litoral do Paraná	R. Rodrigues Alves, 209	Centro H
Assoc. aos amigos do esporte	R. Arthur Bernardes, 166	Alvorada
Assoc. assistencial Nossa Sr do Rosário de Paranaguá	R. Xavier Da Silva, 672	Centro H
Assoc. cultural dos terapeutas ocupacionais	R. Nilson Pereira Neves, 43	Costeira
Assoc. das senhoras dos rotarianos de Paranaguá	R. José Gomes, 84	Centro H
Assoc. de cultura popular mandicuera	Ilha Valadares	Sete de Setembro
Assoc. de handebol de Paranaguá	R. Paranapanema, 362	J. Guaraituba
Assoc. de músicos da cidade de Paranaguá	R. Tabajara, 177	Vila guarani
Assoc. de postos de Paranaguá	Av. Roque Vernalha, 872	Alvorada
Assoc. dos engenheiros de pesca da região sul	R. Comendador Corrêa Júnior, 320	Centro H
Assoc. dos portuários	R. Antônio Pereira, 161	Porto
Assoc. fênix esportes	R. Gabriel de Lara, 10	João Gualberto
Assoc. médica do litoral	R. Cosme e Damião, 637	Parque São João
Centro de apoio aos marinheiros de Paranaguá	R. João Eugênio, 816	Centro H
Centro de assistência social esperança	Av. Coronel Elyzio Pereira	Estradinha
Centro de formação sócio ambiental	R. das Encantadas	Ilha do mel
Colônia de pescadores z1 de Paranaguá	R. João Estevão, 636	Centro H
Federação dos pescadores do estado do Paraná	R. Benjamin Constant, 349	Centro H
Gato angorá sociedade de proteção dos animais	R. Ildelfonso Munhoz da Rocha, 311	Palmital
Instituto artístico e cultural - PROVEN	R. Baronesa do Cerro Azul, 1310	Alto São Sebastião
Instituto nacional do trabalhador	R. Vieira dos Santos, 81	Centro H
Passo a passo saúde e meio ambiente	R. Manoel Bonifácio, 256	Centro
Rotary club de Paranaguá taguare	R. José Antônio da cruz, 9	Ponta do Caju
Sociedade de apoio à criança pró vida	R. Francisco Cominese 324	Santos Dumont
Sociedade amigos da marinha do Paraná	R. Benjamim Constant, 707	Centro H

Fonte: IPEA, 2017.

Diferentemente das associações e organizações religiosas, as fundações apresentam um maior leque de atividades, tais como organizações que têm atuação preponderante na área de comunicação (rádio e televisão) e em pesquisa e desenvolvimento científico. Em geral, são entre as fundações que se encontram OSC's de atuação bastante consolidada no país, como por exemplo, na área de educação, as Pontifícias Universidades Católicas e, na saúde, as Santas Casas de Misericórdia (FGV, 2014). As três fundações privadas identificadas em Paranaguá são:

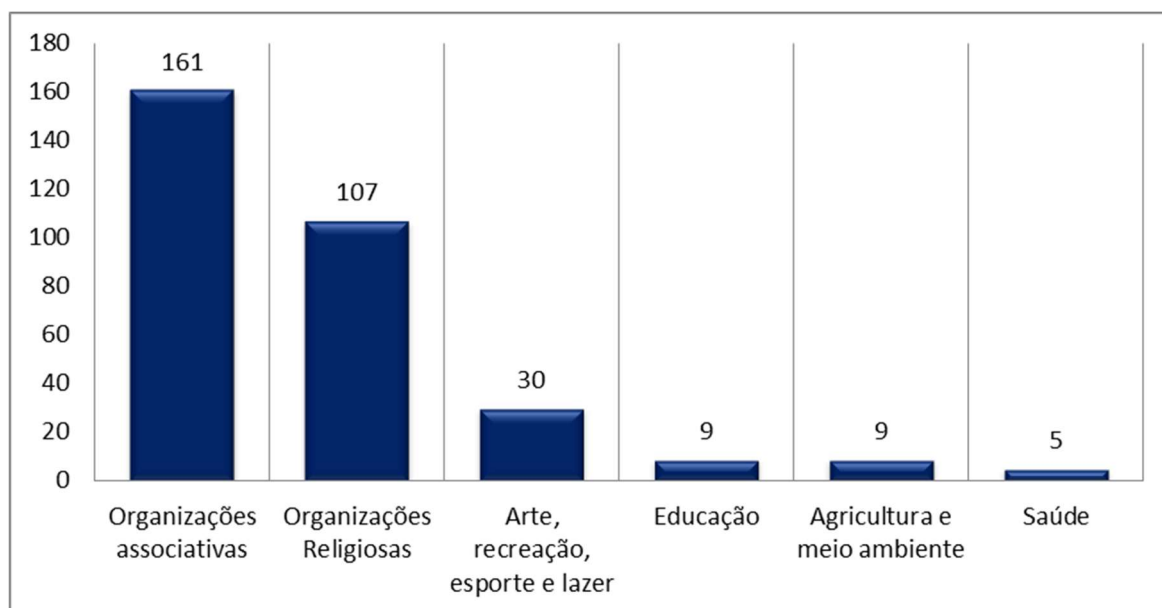
- 1) Fundação Assistencial Sulnav, com sede localizada na Avenida Gabriel de Lara 1625, no bairro Leblon. O bairro do Leblon fica situado dentro Zona de Interesse Portuária (ZIP). Entre os principais objetivos da fundação SULNAV encontram-se, amparar e proteger a infância, adolescência e velhice; promover a assistência

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1433

médica social hospitalar em albergues; abrir e manter escolas; patrocinar eventos; praticar a caridade sob suas múltiplas formas.

- 2) Fundação Marlin Azul Marina Clube, com sede na rua Benjamin Constante 435, bairro Oceania. O bairro Oceania também fica localizado dentro da Zona de Interesse Portuário (ZIP). Essa fundação foi fundada em 1991 e se dedica a atividades de recreação e lazer.
- 3) Instituto de Desenvolvimento Humano Minha Esperança, com sede na rua Conselheiro Correia 3171, no bairro Jardim El Dourado.



O Gráfico 8.3.76 apresenta as OSC's de Paranaguá por atividade econômica. As informações apresentadas convergem com os parâmetros populacionais encontrados pela FGV (2014).



Fonte: IPEA - "Mapa das Organizações da Sociedade Civil", 2016.

**Gráfico 8.3.76 - Organizações da sociedade civil por atividade econômica em Paranaguá no ano de 2013**

Observando a área de atividade econômica dessas organizações, tal como descrito no "Mapa das Organizações da Sociedade Civil", percebe-se que mais da metade das OSC's (161 entidades, equivalente a 50%) atuam como organizações associativas. Organizações associativas são organizações associativas patronais, empresariais e profissionais, de defesa de direitos sociais, etc. Em segundo lugar estão OSC's que atuam como organizações religiosas (107 casos equivalente a 33%), seguida das entidades com

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1434

atividades ligadas à arte, recreação, esporte e lazer (30 entidades equivalente a 9% dos casos). As OSC's ligadas às atividades voltadas para a Educação, agricultura e meio ambiente representam cerca de 3%, 9 casos cada. Atividades ligadas à saúde representam cerca de 1% no universo computado das OSC's.

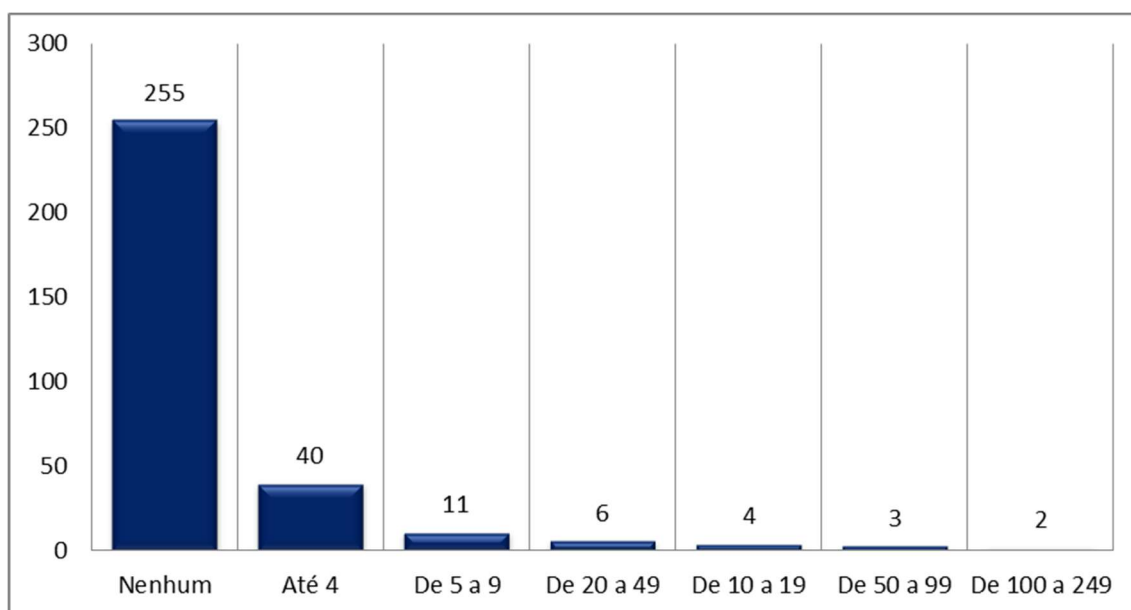
Algumas das entidades de classe de Paranaguá são especificadas na Tabela 8.3.137 abaixo.

**Tabela 8.3.137 - Lista de associações de classe – Paranaguá – 2013**

Entidades de classe	Endereço	Bairro
ABRETUR - Assoc. de bares restaurantes de Pguá	R. Pêcego Júnior, 21	Centro
Agência de desenvolvimento do turismo sustentável	R. Desembargador Hugo Simas	Centro H
AGRASIP - Assoc. dos operadores portuários	Av. Coronel José Lobo, 1160	Oceania
Assoc. dos cirurgiões dentistas serv. de Pguá	R. Júlia da Costa, 641	Centro
Assoc. oper. Portuários do Corredor de Exportação	Av. Cel José Lobo, 407	Oceania
Assoc. Procuradores adm direta do município de Pguá	R. Júlia da Costa	Centro
Assoc. da guarda portuária de Pguá	Br 277	Porto
Assoc. das empresas cerealistas	Av. Coronel José Lobo, 608	Costeira
Assoc. de médicos do hosp. Regional do litoral	R. Manoel Corrêa, 1285	Centro
Assoc. dos comerciantes do litoral Paraná	Av. Bento Munhoz da Rocha Neto, 579	Parque S. João
Assoc. dos práticos do estado do Paraná	R. Benjamin Constant, 111	Oceania
Assoc. dos servidores municipais de Paranaguá	R. José Antônio Temporão, 1	Centro
Assoc. médica do litoral	R. Cosme e Damião, 637	Parque S. João
Assoc. paraolímpica de Paranaguá	R. João Gualberto, 399	Joao Gualberto
Assoc. profissional de entidades estivadoras	R. Arthur Abreu, 29	Centro H
Instituição adventista sul brasileira de educação	R. Arthur Bernardes, 239	Cruzeiro
Instituto global saúde/ Paranaguá	R. Gabriel de Lara, 279	Tuiuti

Fonte: IPEA, 2017.

O gráfico abaixo apresenta as OSC's de Paranaguá referentes aos seus vínculos empregatícios. Com já era de se esperar, os resultados obtidos com a pesquisa, apresentam semelhanças com a caracterização das organizações sociais em âmbito nacional (FGV, 2014). A pesquisa da FGV (2014) apontou que mais de 70% das OSC's não possuem nenhum vínculo de trabalho formal, e explicou que esse resultado é esperado devido as entidades filantrópicas religiosas, atuantes principalmente nas áreas de assistência, educação e saúde. Essas são entidades fortemente estruturadas a partir do trabalho voluntário.





Fonte: IPEA - "Mapa das Organizações da Sociedade Civil", 2016.

**Gráfico 8.3.77 - Organizações da sociedade civil por vínculos CLT ativos em Paranaguá 2016**

O Gráfico 8.3.77 permite verificar que a maioria (79%, 255 casos) das OSC's localizadas no município de Paranaguá não apresentam nenhum vínculo formal de emprego. Pode-se considerar que o trabalho informal e o voluntarismo são predominantes nas organizações do município, em específico, nas organizações de pequeno porte. O valor de 12%, 40 casos foi encontrado para as OSC's que possuem até 4 vínculos de trabalho.

Outra informação que chama atenção diz respeito a presença de organizações de grande porte no município. Paranaguá possui apenas duas associações privadas que contém mais de 100 vínculos formais de empregos. Uma ligada a atividades de organizações associativas e outra ligada à educação, quais sejam, AOCEP – Associação dos Operadores Portuários do Corredor de Exportação do Porto de Paranaguá e a CAEDRHS - Associação de Ensino. As duas organizações encontram-se localizadas dentro da Zona de Interesse Portuário, a primeira no bairro Oceania e a segunda no bairro Costeira.

Com relação aos clubes de serviços, algumas das entidades são expostas a seguir. Três delas encontram-se localizadas na ZIP: a Associação Desportiva Classista Louis Dreyfus com sede no bairro Dom Pedro II, o Clube dos Empregados da Petrobrás, no bairro Rocio e a Marlim Azul Marina Clube, no bairro Oceania, conforme se vê abaixo (Tabela 8.3.138).

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1436

**Tabela 8.3.138 - Lista de clubes de serviços – Paranaguá – 2013**

Clubes de serviços	Endereço	Bairro
Assoc. de árbitros e eventos esportivos	R. João Estevão	Ponta do Caju
Assoc. atlética banco do Brasil	Av. Gabriel de Lara, 382	Centro
Assoc. beneficente e recreativa 02 de julho	R. Montevideú, 564	Parque Aguari
Assoc. de Master do Litoral	Est. da Quintilha, 1	Quintilha
Assoc. Desportiva Classista Louis Dreyfus	Av. Portuária	D Pedro II
Azul do mar - clube de paraquedismo de Paranaguá	R. Arthur Bernardes, 547	Alvorada
Clube dos empregados da Petrobrás	Av. Coronel Santa Rita, 1	Rocio
Equipe águia clube de ultraleve	Av. Bento Munhoz da Rocha Neto	Aeroparque
Grêmio recreativo e esportivo Copel - GREPEL	R. Conselheiro Sinimbu, 401	Centro
late clube de Paranaguá	R. Benjamin Constant, 423	Centro
Marlim azul marina clube	R. Benjamin Constant, 435	Oceania
Moto clube Paranaguá	R. Barão do Rio Branco, 1234	Centro
Moto clube Paranaguá	R. Visconde de Nácar, 918	Centro
Rio branco Sport Club	Al. Cel Elísio Pereira, 1	Estradinha

Fonte: IPEA, 2017.



A listagem com informação de alguns sindicatos é disponibilizada na Tabela 8.3.139. Das 13 entidades selecionadas, 3 (três) se encontram na ZIP. Quais sejam, o Sindicato dos Vigias de Paranaguá, localizado no bairro Vila Rute, o Sindicato dos Carregadores e Ensacadores de Café, com sede no bairro Serraria do Rocha, e, o Sindicato de Conferentes de Carga e Descarga dos Portos, presente no bairro Vila Cruzeiro.

**Tabela 8.3.139 - Lista de sindicatos - Paranaguá – 2013**

Sindicatos	Endereço	Bairro
S. dos Estivadores de Paranaguá	R. Visconde de Nacar, 732	Centro H
S. dos Conferentes de Paranaguá	R. Nestor Victor, 806	João Gualberto
S. dos Vigias de Paranaguá	R. Ludovica Bório, 1657	Vila Rute
S. dos Condutores Autônomos	Av. Gabriel de Lara, 2545	João Gualberto
S. dos Arrumadores de Paranaguá	R. Manoel Pereira, 1104	Raia
S. do Bloco de Paranaguá	R. Manoel Pereira, 1862	Raia
S. dos Ensacadores de Paranaguá	Av. Gabriel de Lara, 1026	João Gualberto
S. dos Marítimos de Paranaguá	Av. Gabriel de Lara	João Gualberto
S. dos Operadores Portuários	Av. Coronel José Lobo, 734	Centro Histórico
S. do Trabalhadores de Paranaguá	Av. Gabriel de Lara	João Gualberto
S. dos Arrumadores de Paranaguá	R. Manoel Pereira	Raia

Fonte: Levantamento empírico, 2017.



 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1437

Com base nessas informações apresentadas acima, pode-se dizer que as organizações da sociedade civil de Paranaguá representam, majoritariamente, associações privadas, seguida de organizações religiosas. Entre as atividades econômicas das OSC's de Paranaguá, as organizações associativas são predominantes. Observa-se ainda, que há um baixo nível de vínculos formais nas OSC's de Paranaguá.



### 8.3.9.3 Forma de organização da sociedade civil de Paranaguá

Esta seção tem por objetivo apresentar a percepção social das Organizações da Sociedade Civil localizadas no município de Paranaguá. Para tanto, foram combinadas 8 (oito) entrevistas qualificadas elaboradas com técnica de questionário semiestruturado aberto pela equipe de socioeconomia, com documentos de relatos da formação de quatro associações de moradores localizadas na Zona de Interesse Portuário (ZIP) e Ilha de Valadares. Essa segunda parte do capítulo, buscou priorizar uma abordagem de natureza qualitativa. Foram entrevistados presidentes de sindicatos, membros de associações privadas, e em maior número, representantes de associações de moradores.

Apresenta-se a seguir a percepção de alguns membros (presidentes, vice-presidente e participantes) das associações de moradores dos bairros da ZIP acerca da ampliação do porto. Também, apresenta-se a origem e formação, e os motivos da criação, das associações de moradores de Paranaguá, conforme Costa (1999).

#### 8.3.9.3.1 Associação de moradores da Ilha de Valadares

*[...] A Associação de Moradores da Ilha dos Valadares foi fundada em vinte de novembro de 1979. O motivo pelo qual foi fundada foi quando o Interventor da Ditadura Militar, General Joao da Silva Rebello, assumiu, no período de 1969 a 1973, a Administração Municipal de Paranaguá e levou a rede de luz elétrica até a Ilha, houve a preocupação de que o povo fosse invadir a Ilha e resolveram, então, formar a Associação de Moradores, por sugestão do próprio General, durante uma reunião lá realizada. Para ajudar na Administração da Ilha, o então Prefeito Jose Vicente Elias, criou ali uma Subprefeitura. Era final da década de 70. A Ilha passou a ser governada por um Administrador que deveria ficar quatro anos, mas acabou ficando seis, tendo em vista as reformas eleitorais ocorridas no País, na época. Valadares foi uma das primeiras Associações de Moradores a serem fundadas em Paranaguá. No começo, a Ilha foi invadida por pessoas que vieram de uma área indenizada, chamada "Boca da Barra" e ficava próxima ao Porto. Foi o primeiro pessoal que invadiu a Ilha e o restante, a maioria, veio dos sítios, da Vila São Miguel, de Guaraqueçaba, das Ilhas da Cotinga, Maciel, Amparo, Ilha do Mel e de Pontal do Sul. O motivo principal dessa migração foi o fracasso na pesca. As principais lutas desenvolvidas pela Associação foram: luz elétrica, fornecimento de água e a passarela unindo a Ilha ao Continente. Esse trajeto, antes, era feito de lancha [...] (COSTA, 1999, p. 514).*

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1438

Entrevistou-se, para este estudo, a vice-presidente da associação dos Moradores de Ilha Valadares e, quando indagada sobre o empreendimento para ampliação do Porto de Paranaguá, forneceu a seguinte resposta: *“o Porto tem que ser responsável pelo progresso do município, e isso envolve investir na sociedade, precisa haver retribuição. Problemas ambientais e sujeiras decorrentes do ‘Porto’, representam um grande malefício para a comunidade”*.



#### 8.3.9.3.2 Associação de moradores da Vila Guarani

A Associação de Moradores da Vila Guarani é a mais antiga de Paranaguá e foi fundada em 1971. O objetivo era conseguir benefícios para o bairro como, asfalto, esgoto, transporte coletivo, melhorias na iluminação pública, legalização dos terrenos, pois é área de invasão de mangue. A Vila Guarani compreende até a rua Tamoios e Timbiras. Durante o campo não foi possível contato com um responsável pela associação de moradores do bairro. É possível que a organização esteja desativada, no entanto, os relatos dos moradores indicam a existência da falta de interesse e descrédito da população do bairro.

#### 8.3.9.3.3 Associação de moradores dos bairros: Serraria do Rocha, Jardim Santa Rosa e Vila Rute

*[...] A Associação de Moradores dos Bairros: Serraria do Rocha, Jardim Santa Rosa e Vila Rute foi fundada em julho de 1983, um pouco antes do dia dezoito, data em que foi registrada em Cartório. O motivo que levou a sua criação foi o fato de que um cidadão candidato a deputado (Senhor Bino Tramuja) saiu montando Associações de Moradores a torto e a direito na cidade. Houve uma “febre” em Paranaguá que gerou muitas Associações de Moradores. Cinco ou seis anos depois, veio o ticket do leite do Governo Federal e o Projeto Galha Azul do Governo Estadual. O Galha Azul, estadual, que, inclusive, veio uma verba, também, lá, pra nossa Associação e naquela oportunidade, por um pouco de desconhecimento das Diretorias da época, o dinheiro veio e ficou depositado em banco e como não foi gasto no exercício, voltou para o Governo do Estado. O dinheiro que veio era pra construir uma creche. Ai, ninguém sabia como gastava..., não procuraram, também, saber como gastava e passou o tempo e o dinheiro voltou [...] (COSTA, 1999, p. 527).*

Perguntou-se ao presidente da associação de moradores da Serraria do Rocha sobre suas expectativas em relação a ampliação do Porto de Paranaguá. De acordo com o entrevistado um ponto positivo da ampliação do porto é a geração de empregos, o ponto negativo é que o meio ambiente precisa ser melhor fiscalizado para que não haja acidentes e doenças.

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1439

#### 8.3.9.3.4 Associação de moradores do bairro Porto dos Padres



*[...] A Associação de Moradores do Bairro Porto dos Padres foi fundada em seis de abril de 1988. O motivo pelo qual foi fundada era porque havia a necessidade de ter uma liderança comunitária para lutar por área de esporte, creches, pré-escola, modulo policial, posto de saúde (posto médico) entre outras. Então, a iniciativa de criar a entidade partiu de um morador do bairro, o qual foi eleito o seu primeiro Presidente, o senhor Eraldo Lages. Em fevereiro de 1996, a entidade lutava por: reforma do Centro Comunitário; abertura da rua Samuel Pires de Melo, sendo que para isso seria necessário retirar os moradores que ocupavam a área; combate e controle da droga; limpeza dos manguezais e da baía, pois aparecem muitos peixes mortos; manilhamento do esgoto que corre a céu aberto; ampliação e diversificação da área de esportes que só possui um campo de futebol de areia; construir nova cancha poliesportiva (futebol de salão, basquete e voleibol), pois sobre a que havia foi construída a creche); colocação de iluminação pública no campo de futebol e em algumas ruas; criação de uma escolinha de futebol; conserto dos buracos das ruas; colocação de sinalização nas ruas e em duas lombadas que existem, bem como colocação de placas com os nomes das ruas. Há no bairro em torno de duas mil crianças e a entidade faz sempre bingo e festas para arrecadar dinheiro para as festas das crianças e para o trabalho de assistência social. A entrevistada reclamou da falta de cursos superiores, tais como Medicina e outros, e da falta de emprego na cidade [...]* (COSTA, 1999, p. 550).

Para captar a percepção da associação de moradores do bairro Porto dos Padres em relação a ampliação do porto, houve uma conversa com um morador que participa das poucas reuniões que marcam. De acordo com o entrevistado, a população não é contra a ampliação do porto, a população quer emprego. Ele aponta que reconhece que há risco para a sociedade e para o meio ambiente, mas esse risco precisa ser controlado por bons gestores. Ainda segundo ele, a população está desmotivada para se envolver em problemas do bairro e a associação dos moradores não funciona muito.

As principais lutas e a formação das associações de moradores dos bairros Vila Padre Jackson, Rocio, Vila Alboitt e Bairro Beira Rio são apresentadas a seguir. O Bairro do Rocio parece bem mobilizado devido a comunidade ser patrimônio histórico, contudo, não foi possível contato com o representante. O Bairro do Rocio já travou diversas lutas contra empresas localizadas próximas ao Porto. O Bairro Beira Rio é um dos bairros mais carentes da região e não possui associação de moradores ativa atualmente.

#### 8.3.9.3.5 Associação de moradores da Vila padre Jackson

*[...] Vila Padre Jackson fica próxima à Vila Guarani e ao lado do Rio Emboguaçu. Um pouco mais adiante do Núcleo Habitacional, por ter havido uma invasão na parte do mangue a Prefeitura, na gestão de Vicente Elias, mandou fazer uma dragagem do canal, destruindo a área de mangue e usando a areia dragada para fazer, ali, um aterro de mais de vinte mil metros quadrados e o assentamento do pessoal. A região toda se transformou num bolsão de pobreza maior ainda do que já existia. Havia, já,*

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1440



*lá, uma população ribeirinha carente que havia feito a ocupação da beira do Rio Emboguaçu. Esse pessoal não tinha assistência nenhuma por parte dos órgãos municipais e foram considerados os “sem teto” de Paranaguá, desde o início da ocupação. Então, por iniciativa de um morador e de seu filho que era advogado, resolveram criar a entidade comunitária para lutar pelos interesses da população. Quanto as lutas desenvolvidas pela entidade, uma das primeiras foi em relação ao tráfego de cargas pesadas até o porto. Quando foi feito o desvio da BR-277, criou-se uma segunda entrada na cidade de Paranaguá, passando pelo pátio de estacionamento dos caminhões e, praticamente, pelo meio da Vila Padre Jackson. Esse desvio, com tráfego de cargas pesadas, causava muitos atropelamentos, o que levou a população a solicitar, junto aos Governos Federal e Estadual, uma passarela, a qual nunca foi feita. Foram colocadas, provisoriamente, ao longo do trecho, lombadas que estão lá, provisoriamente, até hoje e o perigo continua [...] (COSTA, 1999, p. 545).*

#### 8.3.9.3.6 Associação de moradores do bairro do Rocio

*[...] A Associação de Moradores do Bairro do Rocio foi fundada em vinte de janeiro de 1993, tendo sido seu primeiro Presidente o senhor Larry Cesar Alves dos Santos e sua área de atuação abrangia cerca de trezentas famílias. O Bairro do Rocio existe há mais de três séculos. O Porto foi mudado para lá na década de trinta, mas a Igreja e a Capela foram construídas ha quatro séculos e meio. O motivo pelo qual a Associação foi fundada era o de trazer melhorias para o bairro: saneamento básico, diminuir a poluição do ar, limpeza, divulgação da importância do turismo histórico-religioso, da Igreja secular, do Santuário, da mini basílica de Nossa Senhora do Rocio, Padroeira do Estado do Paraná. Quanto a poluição do ar, os entrevistados fazem referência a Cattalini, que solta uma fumaça que ninguém aguenta, provoca coceira, alergia, mal-estar, dor de cabeça e um ar muito pesado, difícil de respirar. As principais lutas desenvolvidas pela entidade, no início, foram as mesmas que motivaram a criação da Associação e são as mesmas até hoje. Hoje, o Rocio é uma área industrial, portuária e turística. O problema não é só o Porto, mas também as indústrias que poderiam ajudar colocando filtros e melhorando a segurança para o Rocio. A única que dá segurança é a Petrobras. Se não fosse ela, o acidente ocorrido entre final de 1995 e início de 1996 e que produziu um incêndio em um Container de isqueiros poderia ter explodido e causado muitas mortes. A Petrobras prontamente ajudou a controlar o fogo. Ela ajuda, mas joga óleo no mar, A Cattalini tem óleo, combustível, acrilato, metanol, tem de tudo e eles terceirizam, alugam os depósitos. Na opinião dos entrevistados, o Governo do Estado tem a obrigação de ajudar porque Nossa Senhora do Rocio é a Padroeira do Paraná e o Bairro do Rocio é um polo turístico importante em Paranaguá e no Estado, e não tem estrutura suficiente para receber os turistas. Não existe um parque para as crianças; não existe um lugar para o turista sentar. Um outro problema é o transito na Bento Rocha, que se intensificou depois que, em 1993-94 aproximadamente, a BR-277 foi integrada ao perímetro urbano de Paranaguá, passando a ter ligação direta com o Porto e o escoamento de caminhões foi transferido para a Avenida Bento Rocha. Os caminhões, a maioria muito velhos, passam a duzentos por hora [...] (COSTA, 1999, p. 587).*

#### 8.3.9.3.7 Associação de moradores da Vila Alboit

*[...] foi fundada em três de fevereiro de 1993, tendo como primeiro Presidente Celso Luiz Moreira e na segunda gestão, Dilva Tereza Pereira. O motivo principal de sua*

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1441

*fundação foi o seguinte: a ideia de formar uma Associação de Moradores já existia há algum tempo, mas não dava certo realizá-la, pois um queria assim, outro queria de outra forma e o tempo foi passando..., até que houve consenso entre um grupo de amigos e decidiram formar a entidade para tentar fazer alguma coisa pelo bairro. No início, havia umas cinquenta pessoas que participavam e, em 1996, também cinquenta. A área de atuação da Associação abrange em torno de cento e cinquenta famílias. As principais lutas que vem sendo desenvolvidas pela Associação de Moradores são: Há muita falta de água e não existe rede de esgoto. Já encaminharam vários ofícios ao Prefeito e em janeiro de 1996, conseguiram resolver um problema de um esgoto entupido. A poluição do ar e sonora é grave na Vila. A firma Nakamex é uma das que polui o ar com as emissões gasosas que solta na atmosfera. A Nova Sul trabalha com padronização e armazenagem de cereais, soja, cevada, etc., e os caminhões que transportam esses produtos são os responsáveis por grande parte do mau cheiro sentido na região. Eles derrubam resíduos no asfalto, vem a chuva, depois o sol e a matéria orgânica entra em decomposição e produz o mau cheiro insuportável. Além disso, a Nova Sul trabalha vinte e quatro horas por dia e ninguém consegue dormir. Poeira, pó branco e produtos químicos no ar, barulho do motor dos caminhões, freadas, buzinas, gritaria, etc. Quando tem baile, é pior ainda. A Cattalini, no Rocio, também incomoda pela poluição do ar e sonora que produz [...] (COSTA, 1999, p. 596).*



#### 8.3.9.3.8 Associação de moradores do bairro Beira Rio

*[...] O Bairro Beira Rio, como o próprio nome diz, fica às margens do rio Emboguaçu e sua área corresponde a um antigo manguezal que foi sendo aterrado pela população à medida que o invadia e ali se instalava. O motivo pelo qual fundaram a entidade foi o de conseguir melhorias para o Bairro, uma vez que eram muitas as dificuldades existentes. A iniciativa e decisão partiram da pessoa que foi eleita Presidente. Na época de fundação da Associação, a situação do Bairro era: faltava saneamento básico, iluminação pública e carecia de melhorias nas ruas. A primeira luta, no entanto, foi contra o Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, porque a área toda era de mangue, pertencente a União, não tinha nível para a construção de casas e o Ibama não permitia que fosse feita qualquer modificação naquele local, desmatamento, aterro, etc. Quando subia a maré, os moradores ficavam todos dentro d'água. Em fevereiro de 1996, a população já estava recebendo seus talões de luz e água, embora não sendo os donos do terreno. A Prefeitura, até então, não havia conseguido passar a posse da referida área ao município [...] (COSTA, 1999, p. 598).*

Além da percepção dos 4 (quatro) representantes das associações de moradores dos bairros localizados na ZIP, também se conversou com alguns presidentes de sindicatos, tais como: sindicato dos transportadores rodoviários autônomos de bens de Paranaguá, sindicato dos condutores de veículos rodoviários e anexos de Paranaguá, sindicato dos empregados em turismo e hospitalidade Paranaguá.

Quando questionados sobre sua expectativa com relação à obra de ampliação do porto os quatro presidentes afirmaram que não acreditam que a obra possa gerar prejuízos para a pesca, todos acreditam na geração de empregos e no ganho que o complexo náutico irá proporcionar para a cidade. Entre os benefícios citados pelos entrevistados estão, geração



 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1442

de emprego e renda para o turismo para os trabalhadores do porto e para o desenvolvimento da cidade. Com relação aos possíveis prejuízos que a ampliação do porto possa gerar, apontaram que não sabem de nenhum.

Entre as associações privadas, a associação dos proprietários de barcos de turismo – Barcopar e a Abaline – Associação de Barqueiros do litoral norte do Paraná. Os respondentes dessas organizações relataram o prejuízo à pesca que a ampliação do porto pode causar e apontaram que não acreditam na geração de empregos proporcionada pela obra. Apesar disso, revelaram ser favoráveis a ampliação do porto desde que haja fiscalização e sinalização.



Para finalizar, este capítulo específico referente às organizações da sociedade civil em Paranaguá, apresenta-se a expectativa do presidente da Colônia de Pescadores Z1 e a do presidente da associação de moradores da comunidade Encantadas, na Ilha do Mel.

O presidente da Colônia de pescadores Z1 afirmou que os pescadores serão prejudicados, mas que se coloca a favor do empreendimento porque pode gerar mais arrecadações para o município, mais emprego e mais progresso. O presidente da associação de moradores da Comunidade Encantadas – Ilha do Mel afirmou que os pescadores já estão enfrentando vários prejuízos, o que ele julga mais relevante, no momento, é a iluminação do porto e dos navios que impedem a reprodução dos peixes próximos à baía. O entrevistado também declarou que a construção de um complexo náutico irá contribuir positivamente para o turismo e para o comércio da ilha bem como para o município.

Esse capítulo teve por objetivo caracterizar as organizações da sociedade civil de Paranaguá e região. Os principais achados da pesquisa são descritos abaixo:

A maioria das organizações sociais localizadas em Paranaguá são associações privadas e o segundo maior grupo refere-se a associações religiosas. Além disso, a cidade possui duas fundações de grande porte. A maior parte das OSC's de Paranaguá não oferece nenhum vínculo empregatício. As informações que caracterizam as OSC's de Paranaguá seguem o mesmo padrão do perfil nacional das OSC's identificado pelo estudo da FGV (2014).

Algumas associações de moradores possuem uma trajetória de lutas sociais, em especial as regiões que são favorecidas territorialmente como é o caso do Bairro do Rocio e da Comunidade Encantadas – Ilha do Mel. As associações de moradores localizadas nas regiões mais carentes da região que compreende a ZIP são menos mobilizadas, já tiveram

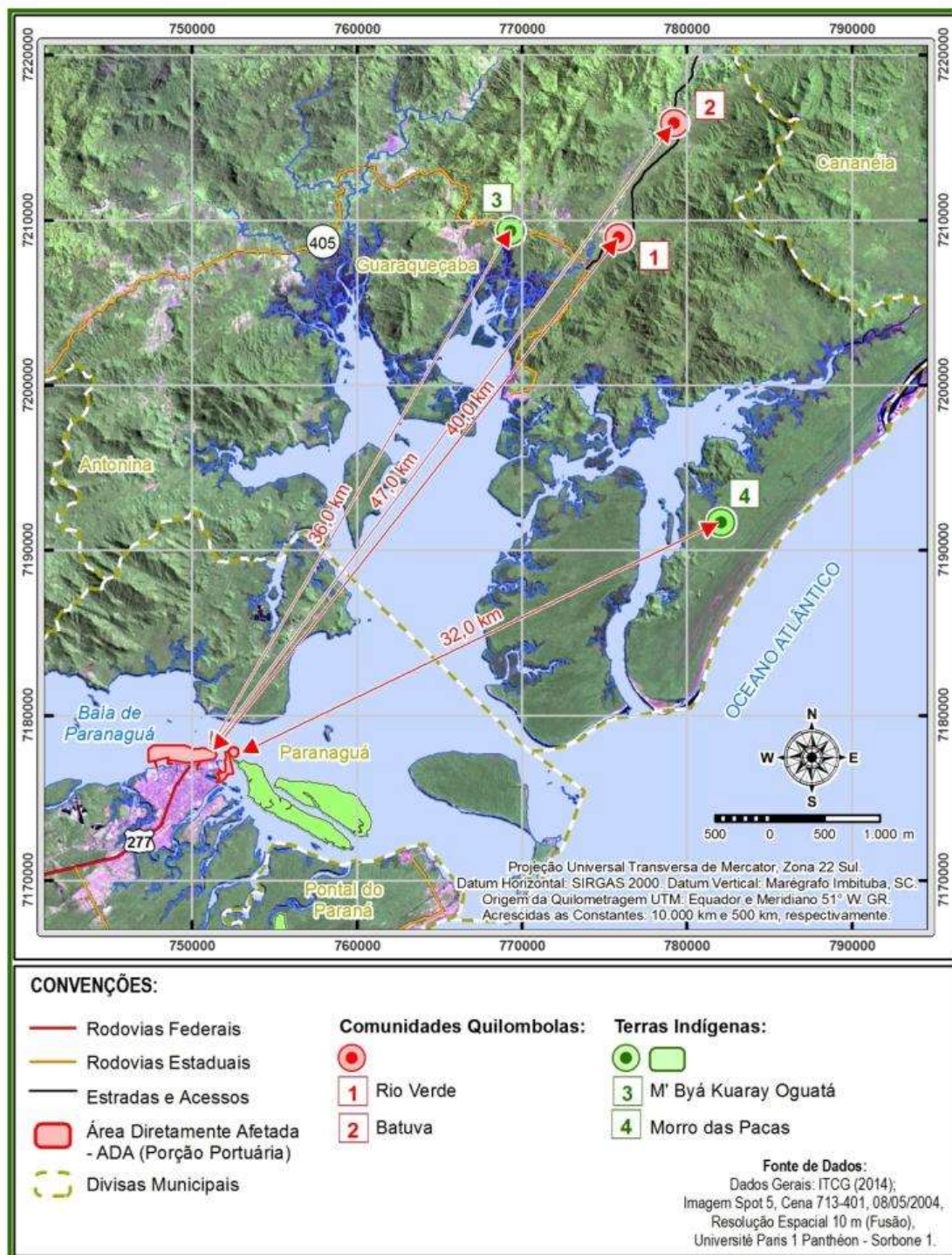
 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1443

alguma mobilização no passado, mas atualmente não. Muitas das associações de moradores da região da ZIP foram criadas por políticos com o intuito de receber verbas de programas estaduais e federais. A expectativa da OSC's de Paranaguá em relação a ampliação do Porto é, em geral, favorável. Contudo, os representantes apresentaram alguns problemas que precisam ser levadas em conta, tais como: os prejuízos à pesca, o impacto negativo no meio ambiente e o lixo.

### 8.3.10 Comunidades Tradicionais

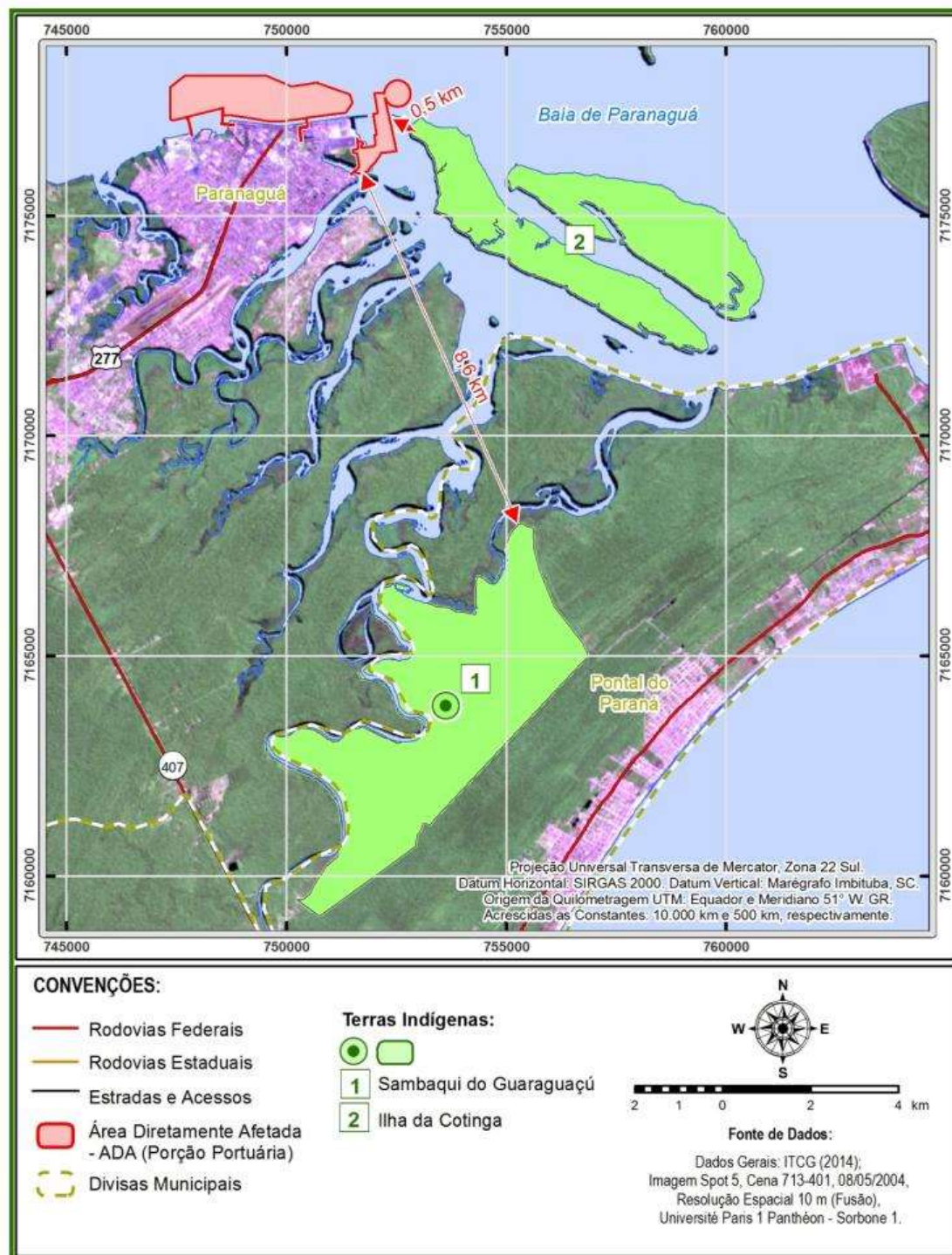
Neste capítulo são abordadas as comunidades tradicionais nas áreas de estudo para determinação das áreas de influência do empreendimento. No município de Guaraqueçaba, há aproximadamente 45 quilômetros do empreendimento, encontram-se as comunidades Batuva e Rio Verde certificadas pelo Instituto Cultural Palmares como remanescentes de quilombos. As comunidades indígenas existentes no entorno da área do empreendimento são os M' Byá Guarani Kuaray Oguatá, Morro das Pacas, Sambaqui e Cotinga. Destas, apenas as comunidades abrigadas pela terra indígena Cotinga se encontram na área de estudo para determinação da área de influência direta.





Fonte: PLANAVE, 2016

**Figura 8.3.24 – Distância entre o empreendimento e as comunidades quilombolas e terras indígenas no entorno do empreendimento**





Fonte: PLANAVE, 2016

**Figura 8.3.25 – Distância entre o empreendimento e as terra indígenas nas proximidades do empreendimento**

O levantamento e análise das informações acerca das comunidades na TI Cotinga dependem de despacho da Fundação Nacional do Índio, FUNAI em resposta ao ofício nº 381/2016 APPA/EP, o qual encaminhou o Plano de Trabalho para o Estudo do Componente



 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1446

Indígena – ECI para as obras de ampliação de acostagem do cais do Porto de Paranaguá. Este ofício, juntamente com o referido plano de trabalho, foi enviado em 01 de junho de 2016 à senhora Maria Janete Albuquerque de Carvalho, coordenadora geral de licenciamento ambiental da Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável – CCGAM/MPDS e recebido por este órgão em data de 16 de junho de 2016, conforme o protocolo FUNAI/SEPRO nº 08620118738/20. Uma cópia daquele plano de trabalho foi encaminhada, também, à senhora Beatriz Magno Moreira, Coordenadora de Portos, Aeroportos e Hidrovias - COPAH, órgão vinculado ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, por meio do ofício 382/2016 APPA/EP, em data de 02 de junho de 2016. Este ofício foi recebido pelo IBAMA em data de 14 de junho de 2016, conforme o protocolo nº 02001.010526/2016-99.

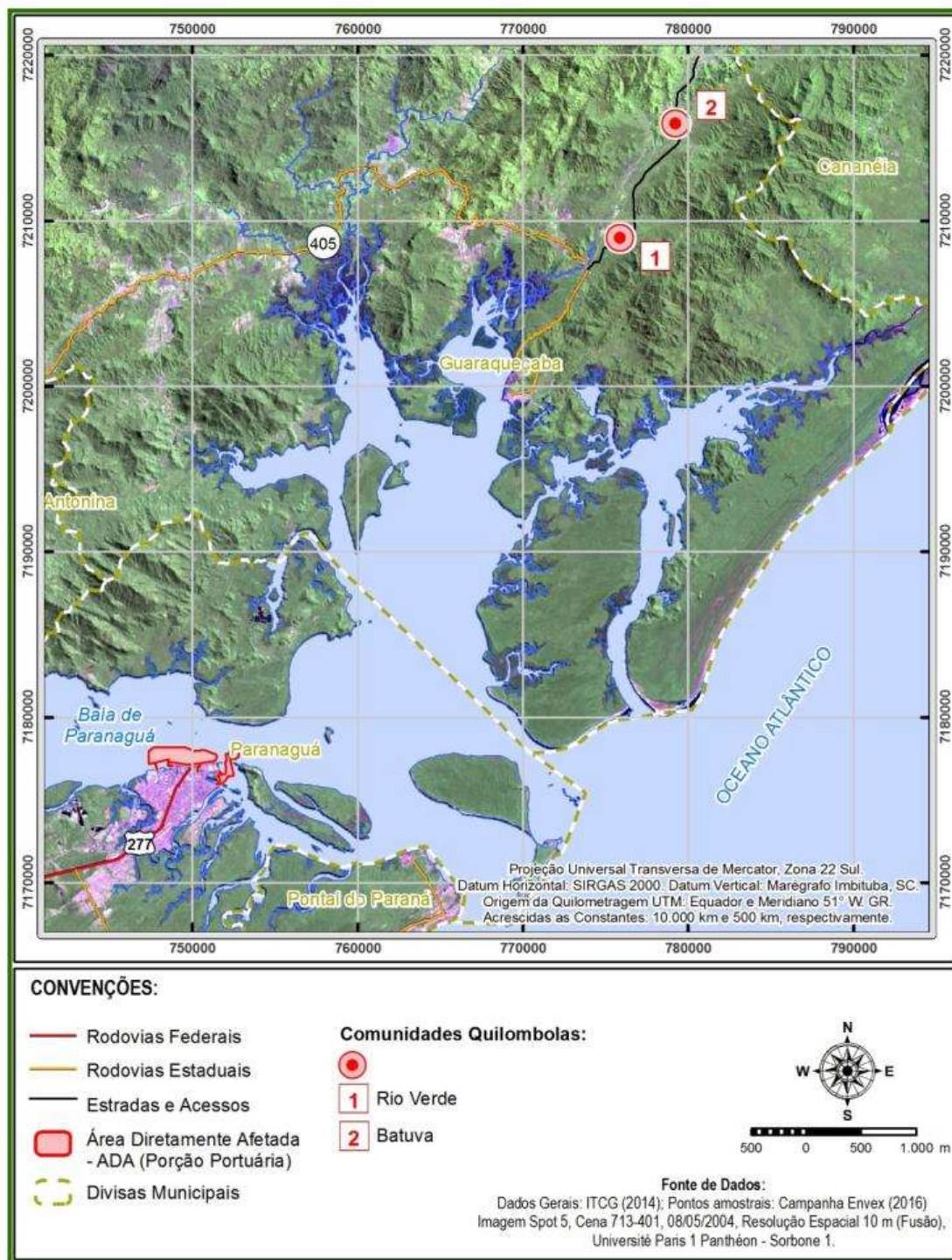
O Anexo I – Mapa 46 - Áreas indígenas e comunidades quilombolas na AEII do meio socioeconômico apresenta a localização das comunidades tradicionais referidas acima.

### **8.3.10.1 Comunidades remanescentes de quilombolas**

A partir de 2005, o governo do Paraná, iniciou o mapeamento de comunidades de matriz africana no estado com o propósito de identificar comunidades tradicionais, principalmente, aquelas com histórico ancestral, construídas a partir da identidade étnica e por apresentar características de vulnerabilidade, tradição oral e respeito ao meio ambiente. Desta forma, identificou-se duas comunidades tradicionais principais, denominadas a seguir: 1º) Comunidade Remanescente de Quilombo (CRQ) do Rio Verde e; 2ª) Comunidade Remanescente de Quilombo de Batuva. Uma das maiores dificuldades encontradas pelos pesquisadores, durante a realização daquela pesquisa, foi em relação ao acesso às comunidades a serem identificadas e caracterizadas. As condições das estradas, pontes e outras estruturas viárias estão entre as inúmeras características da relacionadas à vulnerabilidade social e cultural destas comunidades. Alguns serviços de recuperação de estradas e cascalhamento próximos a algumas propriedades rurais foi o que fez modificar de alguma forma a paisagem do local.



A região em que se inserem estas comunidades está localizada na APA (Área de Preservação Ambiental) de Guaraqueçaba a qual, por sua vez, abrange todo o município de Guaraqueçaba, parte de Antonina, Paranaguá e Campina Grande do Sul, perfazendo uma área de 282,4 mil hectares. Segundo Nathalia de Jesus (2013), esta região possui mais de 50 comunidades. Esta pesquisadora desenvolveu um estudo envolvendo algumas destas

comunidades, como Açungui, Potinga, Cerco Grande, Morato, Rio Pequeno, Serra Negra. A seguir Figura 8.3.26.



Fonte: PLANAVE, 2016

**Figura 8.3.26 – Localização das comunidades remanescentes quilombolas no município de Guaracueçaba**

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1448



### 8.3.10.1.1 CRQ Rio Verde

A CRQ Rio Verde possui acesso por via terrestre que se dá a partir da rodovia estadual PR-405. A estrada que liga esta rodovia à comunidade faz divisa com as terras da RPPN (Reserva Particular do Patrimônio Natural) Salto Morato, da Fundação “O Boticário” de Proteção à Natureza. Conforme o mapeamento e caracterização referido acima, esta comunidade é composta por cerca de 60 famílias, onde grande parte do grupo possui grau de parentesco com a comunidade vizinha, Batuva, e é originária do município de Cananéia e outras regiões do Vale do Ribeira, no estado de São Paulo. A agricultura desenvolvida na comunidade é voltada à subsistência, baseada nos cultivos de banana, mandioca, feijão, arroz, palmito, pupunha e inhame, e alguns detêm pequenas criações de aves e produzem o mel de abelha nativa da região. De acordo com o senhor Antônio Gonçalves, uma liderança nesta comunidade, no momento daquela pesquisa, o alimento é comprado com a renda obtida principalmente: a) pelo trabalho temporário nas propriedades mais próximas; b) com a comercialização da banana; c) das aposentadorias; d) dos empregos não agrícolas (funcionalismo público); e) atividades extrativas ilegais.

Além dessas estratégias, a doação de alimentos - realizada no interior de redes sociais, é igualmente importante. Relativo à infraestrutura, a comunidade tem água potável encanada, energia elétrica, um telefone público, algumas vendas de comércio, igrejas e uma unidade de produção orgânica desativada e uma escola de 1º a 5º ano, onde as aulas são multisseriadas. Desde maio de 2016 há uma proposta tramitando na SEED-PR (Secretaria do Estado da Educação do Paraná), para a construção de uma escola com educação quilombola, que irá propiciar aos jovens e crianças da comunidade uma proposta educacional diferenciada.

### 8.3.10.1.2 CRQ Batuva

A CRQ Batuva é vizinha da CRQ Rio Verde, distante aproximadamente 6 quilômetros desta última e com acesso pela mesma estrada, a partir da rodovia estadual PR-405. Está localizada em uma região conhecida como Serra Grande, banhada pelos rios Pasmado, Guaraqueçaba e Branco e pertencente à bacia hidrográfica da Baía das Laranjeiras, na porção norte do município de Guaraqueçaba, ocupando o vale formado pelas Serras da Utinga, Negra, Gigante e Morato (KASSEBOEHMER, 2007). Trata-se de comunidade quilombola com base na agricultura familiar.

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1449



Segundo a descrição do Professor Ilton Gonçalves da Silva, morador nascido em Batuva, a exemplo das famílias da comunidade Rio Verde, a maioria do grupo veio de Cananéia e do Vale do Ribeira, no Estado de São Paulo. A comunidade tinha, ao tempo daquela pesquisa, aproximadamente 200 habitantes, distribuídos em 8 famílias. Quanto à estrutura de serviços, havia uma escola de 1º ao 5º ano, um mercado pequeno, um telefone público, uma igreja, água encanada e distribuição de energia elétrica. A produção era baseada no cultivo de banana, mandioca, feijão, arroz, palmito, pupunha e inhame, bem como em pequenas criações de aves.

Existia, também, uma unidade de transformação dos produtos agrícolas, porém inativa. As iniciativas para a sua instalação derivaram de um projeto de extensão universitária do Setor de Ciências Agrárias, da Universidade Federal do Paraná e de ações: 1) da organização não governamental SPVS (Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental), 2) da empresa Terra Preservada em conjunto com a EMATER, 3) do Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR), 4) do Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e das prefeituras municipais de Guaraqueçaba, Antonina, Morretes e Paranaguá. À época de implantação deste projeto foi criada a Associação de Moradores e Produtores do Batuva. Porém, esta organização não teve prosseguimento e foi desativada. Atualmente, os moradores de Batuva têm contato mais direto com um projeto de extensão universitária, da Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral, que os auxilia, desde a organização social da comunidade e formação continuada de professores, até à assistência em questões mais específicas, como a meliponicultura (SCHWARTZMAN, 2013).

As festas populares que se realizam em Batuva são as mesmas que acontecem em Rio Verde. Entre as festas, destacam-se Santa Teresa em 15 de outubro e o carnaval, sendo que Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, São João Bosco, São Benedito, Santo Antônio, Santa Rita e Santo Expedito são também venerados.

A maioria moradores de Batuva se ocupam da produção de roças (Figura 8.3.27). O cultivo mais importante para a alimentação é a mandioca, o feijão e o arroz. Os produtos comercializados mais destacados são a banana a mandioca, esta última transformada em farinha a qual consiste no principal produto vendido nas ruas de Guaraqueçaba.



		Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
		Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1450



Fonte: Clemilda Santiago Neto, 2010.

**Figura 8.3.27 - Professor Ilton Gonçalves, liderança comunitária na CRQ Batuva, em plantação.**



Os mais idosos, entre os moradores de Batuva, dispõem de algum pecúneo: geralmente são recursos como aposentadoria, benefícios sociais, auxílios (principalmente o bolsa família), cuja renda contribui para a manutenção dos jovens e adultos na comunidade.

Depois da tragédia natural ocorrida em 2010 em parte do litoral paranaense, em razão de fortes chuvas, foi iniciado pelo governo estadual o incremento da defesa civil, mas as dificuldades de acesso as CRQ's continuam sendo um dos principais desafios. Nos dias mais ensolarados, a emissão de poeira faz diminuir a visibilidade nas estradas. Já, nos dias chuvosos, o transporte das crianças para a escola, a ida dos idosos ao médico e a saída dos adultos para trabalhar fora ficam comprometidos pela má condição das estradas que faz aumentar os problemas cotidianos enfrentados por estas comunidades.

### **8.3.10.2 Comunidades indígenas na área do empreendimento**

O Relatório Técnico do Projeto “Valorização do mundo cultural Guarani-Mbyá”, 2009-2010 (CENTRO DE TRABALHO INDÍGENA - CTI, 2016), destaca que o tipo de relação entre a sociedade não indígena com os povos indígenas e suas cosmologias tem sido marcado, pelo esforço contínuo de enquadrá-los num esquema eurocêntrico e evolucionista, no qual o pensamento e as religiões indígenas corresponderiam a manifestações de superstição, magia e insuficiência mental. Hélène Clastres (1978) enfatiza que, de uma rica mitologia indígena à qual os cronistas tiveram acesso, estes só retiveram os temas que lhes eram



 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1451



familiares e que podiam interpretar nos termos da sua própria religião. Nesse quadro, os mitos e rituais indígenas foram tomados como prova da existência de diferentes estágios de evolução cultural e cognitiva da humanidade, na qual os indígenas, desprovidos de escrita, de Estado e de uma “verdadeira religião”, representariam um estágio primitivo, enquanto o Ocidente corresponderia ao ápice da evolução.

Os Guarani Mbyá do litoral do Paraná estão ligados de forma estreita aos demais Mbyá, tanto do litoral como do interior dos estados da região Sul e, ainda, mantêm vínculos de parentesco com indígenas do Peepri-Guaçí (Misiones), no norte da Argentina (LADEIRA, 1994). O primeiro povoado estabelecido no Paraná foi o de Nossa Senhora das Mercês de Cotinga, formado essencialmente por degredados e naufragos das expedições do período compreendido entre 1501-1504. Com o auxílio de índios que guiaram suas embarcações, estes teriam chegado a ilha e nela permanecido por aproximadamente vinte anos, período no qual teriam conquistado a confiança dos carijós e ocupado o continente (LADEIRA, 1990).

De acordo com Parellada et al. (2006), em 2006 haviam 10 aldeias indígenas Guarani no Paraná, sendo quatro delas localizadas no litoral: Ilha da Cotinga (Paranaguá); Cerco Grande e Morro das Pacas, ambas no município de Guaraqueçaba; e Guaraguaçu, no município de Pontal do Paraná. O Povo Guarani pertence ao tronco linguístico Tupi, foi dividido por Schaden (1954) a partir de suas diferenciações dialetais, sistema de crenças e rituais, em 3 subgrupos: Guarani-Nhandeva, Guarani-Kaiowá (conhecidos como Pay Tavyterã no Paraguai).

Na cosmologia Mbyá, o seu território é muito bem delimitado, sendo constituído por uma extensão de terra que teria o seu começo na Argentina, no Uruguai e no Paraguai e o seu final (yvvy apy, que significa, final do mundo), no litoral sul brasileiro. (LADEIRA, 1990). Nas narrativas míticas são encontradas descrições sobre a ocupação de determinados pontos do Paraná e principalmente no que diz respeito à ocupação das ilhas do litoral. (IDEM).

*“Quando eles vieram, eles passaram onde se chama Argentina, Uruguai e Paraguai. Depois vieram para este mundo (Brasil). Então vieram para este meio do mundo (yvymbytere). Então começou a caminhada para a beira do oceano. E fundando vários lugares para depois serem cidades (tentã). Passaram em Curyty (Curitiba) e pararam algum tempo. Ali se separaram. Alguns desceram pelo mato, em direção ao mar, a procura do seu lugar. E encontraram Opavãpy ou Iparavãpy (Paranaguá). E de novo se separaram naquele lugar. E de lá foram para as ilhas no meio do oceano (...) Alguns foram para a ilha Jacutinha (ilha da Cotinga), alguns foram para a Iretã (ilha do Mel), algumas famílias foram para Piragui (Superagui), para todas as ilhas” (LADEIRA, 1990, p.50-51).*

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1452

Contudo, sabe-se que as famílias Mbyá se deslocam entre aldeias ou regiões por “causas internas” diversas, como mortes, doenças, colheitas ruins, questões políticas e também por “causas externas”, interferências no seu modo de vida. Por vezes, os grupos podem retornar aos mesmos lugares de origem, se as condições ainda forem adequadas. Importante é que tanto a partida como a chegada são ditadas por “revelações divinas”, pela procura da “Terra sem Mal” (Ivy marãey). (LADEIRA, 1997).



A mobilidade dos Guarani também é conhecida por outros fatores de motivação religiosa e pela conquista de novos territórios preparados por Nhanderu (Deus Verdadeiro). A conquista de novos territórios ocorre devido à pressão populacional, à motivação gerada por conflitos internos ou com outros grupos indígenas, à visita de trocas entre parentes e amigos, morte e migrações religiosas, entre outros (LADEIRA, 2008; BONAMIGO,2009).

O Tekoa Pindoty, nome atribuído pelos índios à TI (Terra Indígena) Ilha da Cotinga (local onde habitam muitos guaranis), significa “terra de muitos coqueiros” e, devido à presença de características ambientais, culturais e simbólicas próprias, foi o local escolhido, na década de 1970, para abrigar um núcleo familiar indígena que reconheceu nesse espaço o local adequado para desenvolver o Teko, o modo de ser Guarani (ANDRADE,2014).

Entre estes povos estão presentes, nos discursos cosmológicos desde o século XVI, referências à Terra Sem Mal que é um lugar indestrutível, morada dos ancestrais, dos deuses, da abundância, das danças, acessível aos vivos onde é possível ascender sem a necessidade de morte. A Terra Sem Mal é, efetivamente, a preocupação dos xamãs guarani. O xamanismo ocupa um espaço central na cosmologia e na construção da sociabilidade Guarani. O xamã – Karaí circula e mantém contato entre o mundo dos vivos, dos mortos, dos espíritos e da natureza. É por meio desse contato com os diversos mundos que os xamãs adquirem forças para estabelecer as relações na aldeia (LADEIRA,2008; BONAMIGO,2009).

Os Guarani necessitam do trabalho do xamã para constituir seu universo social. Através de seu trânsito entre as divindades, o xamã adquire conhecimentos e forças para levantar as relações sociais típicas do modo de ser Guarani: “sem xamã não há agricultura, caça, pesca, parentela nem tekoha” (LADEIRA,2008; BONAMIGO,2009).

Segundo Jorge Queiróz da Silva, na aldeia da Cotinga os índios vivem uma economia que tem o significado de trocas ou relações: 1) entre os membros de sua comunidade; 2) entre eles e os deuses; e 3) entre eles e os não índios (SILVA, 2016). Sua economia se organiza

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1453

mediante cinco contribuições: 1) doações (entre 30 e 35%); 2) produtos das plantações (25%); 3) artesanato, incluindo gravação e venda de CDs (20%); 4) salários (15%) e 5) caça e pesca (entre 5 e 10%), reiterando a interpretação de Zélia Bonamigo (2009) sobre as “trocas” como importante manifestação na cultura Guarani.



Segundo informações do Mosaico Largamar, que é um projeto desenvolvido pela SPVS e que reúne 52 Unidades de Conservação, as principais atividades econômicas desenvolvidas pelas populações tradicionais do litoral paranaense são extremamente dependentes da qualidade e da conservação dos ecossistemas e incluem o extrativismo, a agricultura familiar, a pesca e a utilização de técnicas tradicionais de transformação e conservação de alimentos como a defumação e salga de pescados e a desidratação de frutas. “Por isso, incluí-los no processo de discussão de proteção das áreas de conservação tende a contribuir com mais conhecimento para o desenvolvimento de programas de proteção”, explicou Harvey F. Schlenker, funcionário do IAP e coordenador do Caminho do Itupava (SCHELENKER, 2016).

O Mosaico Lagamar busca, também, integrar conservação da sociodiversidade, a implementação, gestão e proteção de unidades de conservação e áreas protegidas da região sul do litoral de São Paulo e o todo o litoral do Paraná, tendo sido constituído em 2006 por meio da Portaria Ministério do Meio Ambiente nº 150.

### 8.3.10.3 Outras comunidades tradicionais

A definição de “comunidade tradicional” tem sido alvo de controvérsias em razão do avanço da legislação reconhecedora e garantidora de direitos aos detentores reconhecidos deste *status quo*. O reconhecimento dessa condição às comunidades indígenas e quilombolas tem avançado, porém, para outros atores sociais este reconhecimento às vezes é negado, por diversos motivos. Tal é o caso dos pescadores artesanais. Seria possível, entretanto, reconhecer este caráter aos pescadores artesanais com base no seguinte preceito explícito no Decreto Federal nº 6.040 de 7 de fevereiro de 2000:

*Povos e comunidades tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (Decreto Federal 6.040/2000).*



 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1454

O conflito entre os gestores de unidades de conservação federais e pescadores artesanais no litoral paranaense, analisado mais adiante, expressa as dificuldades para o reconhecimento da condição de comunidade tradicional quando se põe em questão o tema ambiental. No presente estudo foram admitidas como comunidades tradicionais, os quilombolas e os povos indígenas que se encontram nas áreas de estudo para determinação das áreas de influência direta e indireta. Quanto aos pescadores artesanais e coletores extrativistas, estes são tratados no capítulo que aborda a atividade pesqueira.

### 8.3.11 Patrimônio Histórico, Cultural e Arqueológico

Os levantamentos e análises relativos ao patrimônio histórico, cultural e arqueológico foram objetos do Estudo de Componente Patrimonial elaborado para atendimento às determinações do IPHAN conforme ofício 090/2016 IPHAN/CNL/PRESI de 2 de agosto de 2016. De acordo com as determinações deste órgão, o empreendimento a ser licenciado foi enquadrado da seguinte forma:

- a) Em relação aos bens Arqueológicos, protegidos conforme o disposto na Lei 3.924/61, o empreendimento foi enquadrado como Nível I. Diante disso, atendendo-se à solicitação do IPHAN, foi encaminhada a este órgão o Termo de Compromisso do Empreendedor – TCE;
- b) Em relação aos bens Tombados e Valorados, o IPHAN emitiu termo de referência para elaboração de Relatório de Impactos sobre bens tombados e valorados. Os principais apontamentos deste relatório referentes ao diagnóstico do patrimônio edificado são apresentados a seguir, neste capítulo;
- c) Em relação aos bens Registrados, o IPHAN determinou a elaboração de Relatório de Avaliação de Impactos aos bens Registrados indicando a necessidade de proceder estudos específicos sobre o bem “Fandango Caiçara” com inscrição no Livro de Registro de Formas de Expressão, em 2012; sobre o bem “TAVA, lugar de referência para o povo Guarani”, inscrito no Livro de Registro de Lugares e a “Língua Guarani Mbyá” incluída no Inventário Nacional da Diversidade Linguística. Os principais apontamentos relativos ao diagnóstico deste patrimônio cultural realizados nestes relatórios são, também, resumidos, neste capítulo, na seção Patrimônio Imaterial.

		Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
		Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1455

### 8.3.11.1 Patrimônio material



A cidade mais antiga do Paraná guarda na sua arquitetura urbana, prédios e monumentos históricos a história viva do seu período de colonização. O Centro antigo, como ainda é denominado, possui paisagem própria, formado por ruas estreitas e sinuosas e a rua da Praia que se estendem até a margem do rio Itiberê. Os antigos prédios e casarios testemunham a importância do seu passado histórico. O conjunto de prédios arquitetônicos permanece praticamente inalterado principalmente em função do tombamento estadual, assim como as igrejas e o antigo Colégio Jesuíta. Os atracadouros (Figura 8.3.28), localizados na margem do rio Itiberê, servem aos moradores das ilhas e também os turistas que partem da cidade de Paranaguá em busca de lazer, descanso e belezas naturais. Essa movimentação via aquática, criou uma dinâmica que caracteriza as relações sociais e culturais de Paranaguá.



Fonte: Jurandir de Souza, 2016

**Figura 8.3.28 – Atracadouro de embarcações na margem do rio Itiberê – Paranaguá.**

Nas ruas do centro histórico, no Mercado Municipal e no Mercado do Café, nota-se a forte presença da cultura caiçara, das populações indígenas, dos imigrantes e colonos que consolidaram o modo de vida Parnanguara. Traços culturais expressos no comércio de peixes, de cestarias, ervas medicinais, na culinária a base de peixes e frutos do mar e artesanatos diversos. Também na dança do Fandango, nas procissões do Divino, festas de padroeiros e festas de rua. O Centro Histórico de Paranaguá com todos os seus monumentos tombados, as belezas naturais da sua baía, além da grande estrutura portuária, proporciona aos seus visitantes o acesso a múltiplas culturas e diversos saberes.

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1456

Paranaguá nesta perspectiva apresenta, segundo Abrahão e Bahl, (2011, p.4), um encontro espaço-temporal peculiar. De um lado, a cidade atual, moderna e articulada aos grandes fluxos globais contemporâneos através das atividades portuárias. De outro lado, seu núcleo histórico e sua interação com as ilhas que compõem a baía de Paranaguá, as quais expressam seus arcaísmo e tradição pré-moderna.

#### *8.3.11.1.1 Centro histórico de Paranaguá*

Conhecido como o centro antigo, o Centro Histórico de Paranaguá abriga também os bens tombados individualmente, pelo governo federal, sendo eles: o Colégio Jesuíta, a Igreja de São Francisco das Chagas e a Igreja de São Benedito. Além destes bens, fazem parte do Tombamento do Centro Histórico: 1) o conjunto arquitetônico que abriga a Igreja Matriz - uma construção colonial quase totalmente desfigurada por sucessivas reformas; 2) o Palácio de Nacar, imponente edificação do século XVII, atual sede da Câmara Municipal; 3) a Fonte Velha datada do século XVII, a qual abastecia com água a população central e as embarcações que ali aportavam. Ainda, há no centro histórico um conjunto de edificações fronteiriças à igreja Matriz, sendo três casas térreas e dois sobrados que apesar de intervenções sofridas, ainda mantém suas características arquitetônicas originais e, mais, o conjunto de sobrados na margem do Itiberê. O Centro Histórico se estende até o Mercado Municipal, abrange toda área de comércio onde são vendidos artesanatos e comidas típicas que incorporam frutos do mar, farinha e condimentos locais.

#### *8.3.11.1.2 Igreja de São Francisco das Chagas e a Igreja de São Benedito*

As igrejas localizadas no Centro Histórico de Paranaguá, Igreja de São Benedito (Figura 8.3.29) e a antiga Igreja da Ordem Terceira de São Francisco de Chagas (Figura 8.3.30) tiveram seu tombamento no âmbito federal no mesmo período, ano de 1967, momento em que ambos os edifícios passavam por processo de restauração. Processo finalizado no ano de 1990, juntamente com o tombamento do Centro Histórico. Ambas as igrejas possuem relação expressiva no contexto urbano de Paranaguá, pois participaram do processo de crescimento, da então vila meridional da Colônia Portuguesa. Segundo Jabur (2015), o processo de abandono de ambas as igrejas se deu no mesmo momento em que a cidade recebeu padres de uma congregação americana que se concentravam na Igreja Matriz. Citando o arquiteto responsável pela restauração destes prédios, à época, Cyro Corrêa Lyro (2012), sobre o abandono comentou que a irmandade da igreja de São Benedito, formada na sua maioria por fiéis pobres e negros, conseguiu manter a igreja com suas características e imagens originais graças à ajuda destes fiéis os quais, não obstante, não frequentavam o



templo devido às restrições à sua presença pelos costumes de então baseados em discriminação étnica e econômica.



Fonte: Carolina Iarosz, 2016.

**Figura 8.3.29 - Igreja de São Benedito**





Fonte: Carolina Iarosz, 2016

**Figura 8.3.30- Igreja de São Francisco das Chagas**

Já a irmandade da Ordem de São Francisco, composta pela elite local, deixou de frequentar a congregação, passando à Igreja Matriz onde os padres se concentravam. Tal abandono resultou na depredação do prédio, em incêndio e no desaparecimento de elementos artístico-religiosos. Depois da restauração ocorrida mais tarde, o edifício serviu como Casa



 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1458

da Cultura e Teatro tendo voltado a atender funções religiosas no ano de 2009. Embora estas duas igrejas, Ordem de São Francisco e Matriz, façam parte de acervo de sítios tombados pelo IPHAN, quando se trata de turismo cultural e religioso, as mesmas são pouco referidas na literatura que trata estes temas.

#### 8.3.11.1.3 Colégio dos Jesuítas

O Colégio dos Jesuítas (Figura 8.3.31), depois de passar à guarda da Universidade Federal do Paraná no ano de 1957, passou a abrigar o Museu de Arqueologia e Artes Populares de Paranaguá – atual Museu de Arqueologia e Etnologia – MAE, da UFPR. Sua estrutura recebeu, na qualidade de museu, um novo significado: o de um espaço “sagrado” para as atividades de extensão universitária, com objetivo de elaborar e promover pesquisas arqueológicas e etnográficas mais a preservação da cultura local (ASSIS, 2015). Além das visitas turísticas, o museu organiza de tempos em tempos, exposições temáticas, as quais atraem estudantes e pesquisadores de diversas partes do estado e possuem um forte apelo turístico como instrumento material de preservação da memória e da identidade local.





Fonte: Carolina Iarosz, 2016.

**Figura 8.3.31- Antigo Colégio Jesuíta – atual Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE).**

#### 8.3.11.1.4 Fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres

Construída entre 1767 e 1770, no sopé do Morro da Baleia, a fortaleza (Figura 8.3.32) insere-se no grupo das chamadas fortificações orgânicas por não obedecerem a uma forma

		Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
		Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1459

rígida, mas adaptaram-se às condições topográficas do sítio. Desenvolve-se em cinco lanços de espessas muralhas de alvenaria de pedra de 10 metros de altura e sua portada, voltada para o leste, apresenta um tratamento requintado em cantaria, com escultura brasonada sobre o portão principal, encimada por uma concha esculpida num único bloco de pedra.





Fonte: Carolina Iarosz, 2016

**Figura 8.3.32 – Fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres**

#### 8.3.11.1.5 Estação ferroviária

O edifício com características neoclássicas acentua o acesso com uma área avançada em relação ao corpo principal, cujos apoios são quatro colunas dóricas, que apoiam cobertura para a porta principal, encimada por frontão curvilíneo. Janelas em arco pleno, platibanda em balaustrada, plataforma com cobertura sustentada por estrutura metálica e um amplo espaço interno, com a bilheteria central em madeira, ainda original, são muito significativos e garantiram a sua inserção como reconhecido bem histórico do Paraná.

Durante o século XIX, ocorreram no Paraná duas grandes disputas políticas e econômicas: a primeira envolveu a questão da emancipação do Paraná, cujo território era ligado a São Paulo e, uma segunda, em decorrência de disputa interna entre as cidades para sediar a capital da nova província. Estes conflitos estavam ligados a fatores geopolíticos como o traçado da estrada carroçável entre o litoral e o planalto e, posteriormente, a disputa pelo roteiro e estação final que beneficiaria ao porto de Antonina ou ao de Paranaguá, na condição de terminal de cargas.

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1460



A decisão imperial de que a estação ferroviária de Paranaguá (Figura 8.3.33), construída em 1883, seria o ponto final da estrada e que o Porto do Gato seria o porto oficial do Estado, selou a hegemonia Parnanguara no litoral fazendo com que Morretes, Antonina, São João da Graciosa e Porto de Cima entrassem, ao longo dos anos, em decadência econômica. Paranaguá tornar-se-ia a “senhora” do mar e do terminal de transporte terrestre/marítimo.



**Figura 8.3.33 - Estação Ferroviária de Paranaguá**

#### *8.3.11.1.6 Ilha do mel*

A Ilha do Mel se destaca e se constitui como um dos principais atrativos turísticos de Paranaguá. Tombada pelo estado como patrimônio natural em 1972, teve seu principal monumento, a Fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres, também tombada pelo governo federal no ano de 1985, depois de várias reformas que alteraram as características originais da mesma (LOSEKANN, 2009). Além do seu valor histórico, a Ilha do Mel apresenta atrativos naturais e culturais que a tornam roteiro para turistas nacionais e internacionais. Desde que uma política de controle de acesso à ilha foi implantada nos anos de 1990, visando cercear um processo descontrolado de ocupação - preservando com isso suas características naturais e históricas -, o perfil dos moradores e visitantes passou a se assemelhar mais adequadamente ao ambiente preservado da ilha e ao seu valor simbólico (ABRAHÃO, BAHL, 2011). Segundo os pesquisadores, ainda, esta política levou a uma maior profissionalização da Ilha, com a presença mais forte de estabelecimentos ligados ao turismo e uma diminuição das casas de veraneio.

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1461

A cidade de Paranaguá foi eleita no ano de 2006, como destino indutor para o desenvolvimento turístico no estado do Paraná pelo Plano Nacional de Turismo – PNT 2007 – 2010 (BRASIL, 2006). E, a Ilha do Mel, ficou em segundo lugar no quesito destino indutor.

### 8.3.11.2 Patrimônio imaterial

#### 8.3.11.2.1 Fandango caiçara



O Fandango teria originalmente surgido entre os portugueses que espalharam o modo de canto e dança pelos recôncavos do litoral brasileiro. Teria sido o contato com os nativos da época, cuja dança se realizava em roda, que contribuiu para o modelo do baile atual, um misto de danças espanholas e portuguesas com as danças dos nossos índios Carijós (ARAÚJO, 1973).

O Fandango se caracterizou na segunda metade do século XIX como uma festa exclusivamente rural e litorânea (RANDO, 2003). Chegou a ser proibida por um período, voltando a ser praticada aos poucos, desde que apresentasse uma licença paga para a realização do baile (PEREIRA, 1996). Festa típica dos caboclos e pescadores do litoral paranaense, em Paranaguá, a Ilha dos Valadares, um bairro periférico próximo ao centro da cidade, constitui o seu principal reduto. O resgate e a manutenção do Fandango, na Ilha de Valadares, se deu por meio da ação dos Mestres Eugênio Santo e Romão Costa. A “Associação Mandicuera” realiza ações de preservação e fomento das manifestações tradicionais que envolvem o universo da cultura caiçara (SOUZA & OLIVEIRA, 2015).

A manifestação do fandango caiçara em Paranaguá é fato histórico e cultural que teve sua difusão reduzida ao longo dos anos frente às transformações dos costumes sociais. Todavia, em anos recentes vem encontrando maior acolhida junto às massas populares em razão de diversas ações, como os bailes de fandango que se realizam quinzenalmente em áreas públicas e a intensificação da elaboração artesanal dos instrumentos tradicionais. São vários grupos que vêm se dedicando ao resgate, conservação e difusão de composições musicais, danças, narrativas, instrumentos musicais e adereços relacionados a esta forma de expressão.

Os agentes que se dedicam tradicionalmente ao fandango caiçara são habitantes das áreas próximas ao mar, nas baías ou na orla oceânica. Em Paranaguá, a Ilha dos Valadares, que se transformara num denso conjunto de bairros urbanos em razão de sua proximidade ao



		Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
		Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1462

centro da cidade, foi e continua sendo uma referência espacial para esta manifestação cultural. Nesta região se encontram diversas associações ligadas ao fandango e, em uma delas, vem funcionando um atelier para a construção e restauração de instrumentos musicais (Figura 8.3.34).





Fonte: Carolina Iarosz, 2016.

**Figura 8.3.34 – Atelier de restauração e construção de instrumentos musicais e adereços para o Fandango Caiçara na Ilha dos Valadares**

Essa forma de expressão possui uma estrutura bastante complexa e se define em um conjunto de práticas que perpassam o trabalho, o divertimento, a religiosidade, a música e a dança, prestígios e rivalidades, saberes e fazeres. O Fandango Caiçara se classifica em batido e bailado ou valsado, cujas diferenças se definem pelos instrumentos utilizados, pela estrutura musical, pelos versos e toques. Nos bailes, como são conhecidos os encontros onde há Fandango, se estabelecem redes de trocas e diálogos entre gerações, intercâmbio de instrumentos, afinações, modas e passos viabilizando a manutenção da memória e da prática das diferentes músicas e danças. O Fandango Caiçara é uma forma de expressão profundamente enraizada no cotidiano das comunidades caiçaras, um espaço de reiteração de sua identidade e determinante dos padrões de sociabilidade local.

Articulando expressões coreográficas, musicais e poéticas, se configura por um conjunto de práticas que passam pelo trabalho e divertimento, música e dança, prestígios e rivalidades.



 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1463

Tal qual é vivenciado atualmente, nesta região, resultou de um específico processo histórico-social consolidado, sobretudo, a partir do final do século XIX, com a formação dos núcleos de povoamento chamados “sítios”. A partir dos modos de vida configurados nesses espaços, o fandango adquiriu seus contornos, estando ligado a atividades rurais baseadas na roça, na pesca e no extrativismo.

O fandango para os “sitiantes-caiçaras”, se apresentava como o espaço da “reciprocidade”, onde o “dar-receber-retribuir” constituía a base de suas sociabilidades, marcada pelas dimensões familiares, de compadrio e vizinhança. Para as comunidades rurais e de pescadores estabelecidas nesse território, o lugar do fandango em suas vidas sociais e lúdicas além de estar ligado à organização do trabalho comunitário - o mutirão – relacionava-se também, ao conjunto de laços de sociabilidade produzidos na região.

De casamentos e batismos, festas de santos padroeiros e aniversários, até alianças de ajuda mútua e compadrios, observa-se dinâmicas sociais marcadas e conduzidas pelas cadências do fandango. De certo modo, a lógica do mutirão acompanhava as diferentes configurações deste fazer fandango, e, nesse contexto, de fato as divisões entre trabalho e divertimento sempre foram tênues.

Em Paranaguá, numa das associações ligadas ao resgate e conservação do Fandango Caiçara, construiu-se uma capela para a guarda da “Bandeira do Divino” (Figura 8.3.35). Os eventos culturais relacionados às comemorações em louvor ao “Divino” sempre dependeram dos recursos artístico-culturais do Fandango Caiçara, uma vez que as marchas e procissões que se realizam, assim como as visitas da “Bandeira” às moradias, dependem do entoamento de canções que se fazem acompanhar pelos músicos e cantores tradicionais ao fandango. Portanto, o Fandango se expressa popularmente de duas formas: 1) nos eventos religiosos, em louvor ao Divino Espírito Santo e 2) nas festas populares, como nos bailes de fandango.

		Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
		Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1464





**Figura 8.3.35 – Altar com Bandeira do Divino em capela na Ilha dos Valadares**

Os cortejos relacionados aos eventos do Divino Espírito Santo, realizados pelos grupos de fandangueiros estabelecidos em Paranaguá, estendem-se por todas as comunidades litorâneas desde a divisa do Paraná com São Paulo até a divisa com Santa Catarina. Isto é, os músicos e dançarinos, assim como outros agentes ligados ao Fandango Caiçara, se deslocam desde a comunidade Ararapira, ao norte de Guaraqueçaba até as localidades situadas ao sul de Guaratuba. Nestes percursos, conserva-se o costume da mobilidade pela via aquática por meio das embarcações tradicionalmente utilizadas pelas comunidades pesqueiras destas regiões. Nestas viagens, realizadas por inúmeras pessoas ligadas ao Fandango e em diversas épocas do ano e por períodos que podem ultrapassar 6 semanas, as rotas aquaviárias são compartilhadas por embarcações a serviço das operações portuárias e que circulam no canal da galheta e nas áreas de fundeio, ambos circunscritos pelo perímetro do Porto Organizado de Paranaguá.

#### 8.3.11.2.2 Língua guarani Mbya

Estima-se que mais de 250 línguas sejam faladas no Brasil entre indígenas, de imigração, de sinais, crioulas e afro-brasileiras, além do português e de suas variedades. Esse patrimônio cultural é desconhecido por grande parte da população brasileira, que se



 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1465



acostumou a ver o Brasil como um país monolíngue. O resultado da mobilização que envolveu setores da sociedade civil e governamentais interessados em mudar esse cenário é o Decreto nº 7.387, de 9 de dezembro de 2010, que instituiu o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL) como instrumento oficial de identificação, documentação, reconhecimento e valorização das línguas faladas pelos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

O Decreto, assinado pelos Ministérios da Cultura (MinC), Educação (MEC), Planejamento e Gestão (MPOG), Justiça (MJ), Ciência Tecnologia e Inovação (MCTI) permitiu a constituição de uma política específica para a salvaguarda da diversidade linguística brasileira, coerente com a natureza transversal das línguas, que participam de várias dimensões da vida social. Não é possível, por exemplo, pensar ações de fortalecimento de línguas sem considerar as políticas educacionais. De forma semelhante, uma das maiores demandas dos grupos de falantes de línguas minoritárias está relacionada ao direito de acesso a serviços públicos na sua língua de referência (IPHAN, 2016).

O Mbya é uma das três variedades modernas da Língua Guarani, da família Tupiguarani, tronco linguístico Tupi. As outras são o Nhandeva ou Chiripá/Txiripa/Xiripá ou Ava Guarani e o Kaiowa (SCHADEN, 1974). No entanto, a delimitação entre essas variedades não aparece de modo estaque e consensual. Além disso, os falantes utilizam outras formas para nomeá-las. Nestas variedades, a língua Guarani é falada amplamente em quatro países – Paraguai, Argentina, Bolívia, Brasil –, sendo designada língua oficial do Estado Paraguaio, língua oficial para o trabalho no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) ao lado do Português e do Espanhol, e língua cooficial do Município de Tacuru - Mato Grosso do Sul – Brasil (IPHAN, 2016)

Sua região de origem corresponde aos movimentos migratórios de grupos conhecidos como Guarani, que parecem ter se originado na bacia amazônica. A literatura indica que tais grupos habitaram as selvas subtropicais do Alto Paraná, do Paraguai e do Uruguai médio. A maioria dos Mbya seria proveniente da região do Guairá. Estima-se que ali viviam, no século XVI, cerca de 150 mil guaranis, os quais foram, ao longo da história de ocupação do continente, vítimas de escravidão e de assassinatos. São os sobreviventes desse processo que hoje habitam variadas regiões da América Latina, nomeadamente na Bolívia, Paraguai, Argentina e Brasil (DARELLA, 1996).

Em todo o litoral Sul do Brasil, do Espírito Santo até o Rio Grande do Sul, e em muitos pontos da linha fronteira do Brasil com a Argentina e Paraguai, e em menor escala com a

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1466

Bolívia, encontraremos aldeias Guarani nas quais se fala somente ou majoritariamente a variedade Mbya. Sessenta e nove delas, localizadas nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, foram inventariadas (IPOL, 2011).



### 8.3.11.2.3 TAVA lugar de referência para o povo guarani

O bem imaterial Tava, Lugar de Referência para o Povo Guarani foi registrado no Livro de Registro de Lugares. Para os Guarani-Mbyá, a Tava é um local onde viveram seus antepassados, que construíram estruturas em pedra nas quais deixaram suas marcas, e parte de suas corporalidades, por conter os “corpos” dos ancestrais que se transformaram em imortais. Nesses locais, é possível vivenciar o bom modo de ser Guarani-Mbyá e esse modo de viver permite tornar-se imortal e alcançar Yvy Mara Ey (a Terra sem Mal).

A Tava também é considerada um lugar de referência por ser um espaço vivo que articula concepções relativas ao bem-viver, integra narrativas sobre a trajetória deste povo e é diariamente vivenciada como lugar de atividades diversas e de aprendizado para os jovens. Seu valor patrimonial reside na sua capacidade de comunicar temporalidades, espacialidades, identidades e elementos da cultura indígena cravada na história brasileira.

A proposta de registro da Tava Miri São Miguel Arcanjo como lugar de importância e referência cultural para o povo Guarani foi apresentada pelos representantes das comunidades M'Byá Guarani. A Tava, enquanto Patrimônio Cultural, converge significados e sentidos atribuídos pelo povo indígena Guarani-Mbyá ao sítio histórico que abriga os remanescentes da antiga Redução Jesuítico-Guarani de São Miguel Arcanjo, localizado no município de São Miguel das Missões, no Rio Grande do Sul. Segundo Moraes (2011), a Tava Miri é reconhecida como um lugar por onde andaram seus antepassados e é um marco da territorialidade dos Mbyá na região.

Para o povo Guarani, a Tava é de suma importância por ser o local onde viveram seus antepassados. Estar na Tava aciona dimensões estruturantes e afetivas na vida social e na memória dos Guarani-Mbyá, promovendo sentimentos de pertencimento e identidade, pois ali se encontra uma 'casa de pedra' que concretiza, de maneira paradigmática, a morada dos antigos, visível a todos, tanto aos grandes kará (homens e mulheres especiais, sábios, que dominam e proferem as 'belas palavras' ensinadas pelos criadores) quanto aos juruá (não-indígenas), e que evoca os ensinamentos fundamentais para se viver de acordo com os princípios éticos Guarani-Mbyá.

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1467

É um lugar relacionado à sua memória e que, pela presença dos remanescentes daquilo que foi construído por mãos indígenas, apresenta uma condição singular de visualidade de significados que expressam a compreensão do mundo Guarani, no tempo presente. Além disso, por meio da Tava, os Mbyá interpretam o evento histórico - as Missões - incorporando-o as suas narrativas e reelaborando-o segundo a lógica de sua cosmologia. Tais sentidos dados à Tava permitem acionar sentimentos de pertencimento e identidade. (IPHAN, 2016).

Apesar de estar localizado em outro estado (Rio Grande do Sul) é o local que a população indígena Guarani Mbyá habitante na ilha da Cotonga (localizada a menos de 3 km do empreendimento) estão estritamente ligados ao local de referência.



#### 8.3.11.2.4 Festa tradicionais

A festa a Nossa Senhora do Rocio celebrada na igreja no Santuário Nossa Senhora do Rocio (Figura 8.3.36), é uma das maiores festividades religiosas do litoral paranaense. A devoção a Nossa Senhora do Rocio data desde o início da formação do povoado. No ano de 1686, quando os habitantes de Paranaguá foram assolados por uma peste, muitos devotos recorreram aos favores da Santa. A imagem da Virgem do Rocio teria sido encontrada durante uma pescaria, nas redes do Pai Berê, no século XVII, na baía de Paranaguá. A igreja foi edificada em 1813 e o Santuário em 1920 (SANTUÁRIO DO ROCIO, 2016).



Fonte: Carolina Iarosz, 2016.

**Figura 8.3.36 - Igreja Nossa Senhora do Rocio**

 	Nº CLIENTE	REV. CLIENTE	FOLHA:
	Nº PLANAVE RL-B00-H01-1001	REV. PLANAVE 0	1468

### 8.3.11.2.5 Festa da tainha

A festa da Tainha é realizada há mais de trinta anos no município de Paranaguá. Em comemoração ao mês do pescador, a festividade ocorre no mês de julho. Organizada pela Prefeitura Municipal de Paranaguá, através da Fundação Municipal de Turismo (FUMTUR) e Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca (SEMAPA), o evento ocupa barracões especialmente montados na praça de eventos 29 de julho. Pescadores, originários das comunidades localizadas na baía de Paranaguá, vendem pratos típicos, sendo a tainha recheada e defumada o principal atrativo, além do camarão e das ostras. O evento contribui com a renda dos pescadores, fortalece a cultura local e atrai anualmente milhares de visitantes à Paranaguá. Além da culinária típica, o evento oferece ainda, barracas de artesanatos e shows.